CD - SECRETARIA-GERAL DA MESA
AUTUAÇÃO
Fls. 1640

CÂMARA DOS DEPUTADOS

SECRETARIA-GERAL DA MESA

DENÚNCIA POR CRIME DE RESPONSABILIDADE N. 1/2015

Volume 6

A U T U A Ç Ã O

Aos dois dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quinze, em Brasília, Distrito Federal, no Gabinete da Secretaria-Geral da Mesa da Câmara dos Deputados, autuo os documentos que se seguem, referentes à **Denúncia por Crime de Responsabilidade n. 1/2015** apresentada por Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaina Conceição Paschoal, em desfavor da Excelentíssima Senhora Presidente da República, Dilma Vana Rousseff, **em continuação ao volume número 5.** E, para constar, eu, ..., Sílvio Avelino da Silva, Secretário-Geral da Mesa, lavro e subscrevo a presente autuação.

CD AUTUAÇÃO 1640

FOLHA DE SÃO PAULO EDITORIAL 05/01/2013

1 - DESCRÉDITO

Folha de S. Paulo

Maquiagem da poupança fiscal no fim do ano mina ainda mais a confiança na política econômica da presidente **Dilma** Rousseff

O governo **Dilma** Rousseff coloca sob risco um patrimônio da política econômica brasileira conquistado a duras penas ao longo de quase duas décadas. Trata-se da confiança dos agentes privados nas ações e nos compromissos assumidos pelas autoridades.

A manobra contábil, nos últimos dias de 2012, para maquiar o fiasco na meta de poupança pública -o chamado superavit primário- é decerto o golpe mais ostensivo na credibilidade do governo. Coroa uma série de atitudes voluntariosas que puseram em segundo plano a perseguição de objetivos centrais da política econômica.

O superavit primário deveria ser algo simples de entender e atingir. O setor público compromete-se a gastar uma quantia a menos do que arrecada de impostos. Contabilizam-se os desembolsos em ações típicas do Estado -pagar a servidores, fornecedores, aposentados, beneficiários de programas sociais etc. Ficam de fora, numa conta à parte, as despesas com juros. Com isso, garante-se que o endividamento público fique sob controle.

Em 2012 os governos federal, estaduais e municipais obrigaram-se a economizar juntos o equivalente a 3,1% do PIB, quase R$ 140 bilhões. Em anos ruins, a administração federal pode acionar o recurso, previsto na regra geral, de subtrair dessa conta desembolsos com o Programa de Aceleração do Crescimento. Abatidos esses gastos, a meta cairia para 2,3% do PIB.

Mesmo assim, fechada a conta de novembro, a poupança ao longo do ano, de 1,9% do PIB, não cumpria o objetivo. Então o governo federal deslanchou em dezembro uma operação meramente contábil para alcançar os R$ 19 bilhões restantes e dissimular o fracasso.

Forçou Caixa Econômica Federal e BNDES a pagarem R$ 7 bilhões em dividendos ao Tesouro. Num só mês, esses dois bancos estatais enviaram à Fazenda o equivalente a 35% de todos os dividendos transferidos nos outros 11 meses.

Além disso, transferiram-se para o Tesouro R$ 12,4 bilhões do Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização -instrumento criado em 2008 que serviu, na prática, para financiar a Petrobras com dinheiro do contribuinte.

Tanta criatividade contábil, embutida numa teia de decretos feitos para não criar alarde, foi inútil para o objetivo original do superavit primário -economizar despesa do governo. O setor público não poupou um tostão com isso.

A incapacidade de controlar os gastos de acordo com o pactuado na lei orçamentária já seria um fator de desgaste para a confiança no governo. Mas a tentativa de enganar o público com toscos malabarismos fiscais vai cobrar um preço ainda mais elevado.

FOLHA DE S. PAULO - SP MERCADO 05/01/2013

2 - CONTABILIDADE CRIATIVA VEIO PARA FICAR E TEM RISCOS

FELIPE SALTO

CD - SECRETARIA GERAL DA MESA - ATUAÇÃO 1641

O termo é correntemente utilizado, hoje, quando se faz referência aos subterfúgios encontrados pelo governo federal para produzir superavit fiscais não condizentes com o real esforço praticado.

Essa estratégia de fabricação de esforços primários ganhou força no bojo de uma política macroeconômica mais intervencionista, que já vem sendo adotada desde o segundo governo Lula.

A maquiagem contábil é promovida por meio de um conjunto de instrumentos adotados com o único objetivo de fazer parecer que o pilar da responsabilidade fiscal, nos mesmos padrões que foram delineados ao final dos anos 1990, continua em pé.

Primeiro, adotou-se a diretriz de flexibilizar as metas de superavit primário fixadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, sem anunciar sua efetiva redução. Simplesmente autorizou-se que todo o orçamento fixado para o PAC fosse descontado do compromisso oficial.

Na prática, em 2009, 2010 e 2012 (a confirmar no resultado fechado a ser divulgado ao final deste mês), o governo abateu volumes significativos de gastos. É como se não tivesse realizado as despesas.

A segunda medida, já em 2010, foi mais pontual, mas não menos importante. Ficou conhecida como "manobra contábil da Petrobras".

O governo ampliou seu resultado primário por meio da contabilização de receitas fabricadas no bojo da cessão onerosa das reservas do pré-sal à Petrobras.

Isto é, mesmo muito distante do período de início das atividades de exploração desse recurso natural, a União já garantiu que 0,8% do PIB fosse registrado como receita primária, ajudando a elevar o pífio resultado daquele ano.

A outra linha de medidas criativas concentrou-se na rubrica de dividendos pagos à União pelo BNDES, principalmente, mas também pelos demais bancos federais.

Emitem-se títulos públicos para o banco, que os monetiza e empresta às empresas privadas a juros módicos. Com a ampliação do volume de crédito, aumentam-se os resultados obtidos e, portanto, os dividendos pagos.

A novidade editada pelo governo, no último dia do ano passado, envolve o Fundo Soberano do Brasil (FSB). Criado pela Fazenda para ampliar as possibilidades de atuar paralelamente ao BC no mercado cambial, acabou se transformando em reserva fiscal.

Dado o alinhamento da autoridade monetária aos objetivos de manter o câmbio mais depreciado, o instrumento passou a ter importância secundária para o fim a que se propunha.

Vislumbrando que a meta não seria cumprida, o governo resolveu utilizar-se do amplo objetivo fixado, em lei, para o FSB, e sacar parte dos recursos argumentando se tratar de "política de mitigação dos efeitos do ciclo econômico".

A contabilidade criativa distorce a política fiscal, em prejuízo da transparência e do princípio constitucional da publicidade, que deveria pautar as ações da administração pública. Os riscos poderão se transformar em custo em prazo não tão longo.

O GLOBO - RJ ECONOMIA 06/01/2013

3 - CONTABILIDADE CRIATIVA

Maquiagem de R$ 200 bilhões para alcançar meta fiscal preocupa mercado e investidores

CD - SECRETARIA GERAL DA MESA
APRESENTAÇÃO
2013-2015
Fls. 1642

Vivian Oswald e Gabriela Valente

BRASÍLIA Se o Brasil está muito longe do abismo fiscal que os EUA chegaram a ver de perto, algumas fissuras começam a surgir. Malabarismos contábeis e os novos rumos das contas públicas despertam desconfiança e já preocupam o mercado financeiro e investidores. Para analistas ouvidos pelo GLOBO, o governo vem criando mecanismos perigosos para estimular o crescimento econômico com impacto importante nos cofres públicos. As despesas primárias (que não consideram gastos com juros) flertam com a cifra inédita do trilhão. Segundo o especialista em contas públicas do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea) Mansueto Almeida, sem os artifícios contábeis, essas despesas, que devem fechar 2012 próximas de R$ 800 bilhões, já poderiam ter batido R$ 1 trilhão. Ou seja, cerca de R$ 200 bilhões mais altas.

Mesmo assim, o Executivo ainda precisou lançar mão do abatimento de R$ 25 bilhões a que tem direito com gastos em investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para poder cumprir a meta de superávit primário (economia feita pelo governo para pagar juros) de 3,1% do Produto Interno Bruto (PIB, conjunto de bens e serviços produzidos pleo país) prevista para 2012. A justificativa está no fato de o país ter tido um ano difícil, com frustração de arrecadação e sucessivas reduções de tributos para tentar reaquecer a economia em meio à crise internacional.

Para estimular o consumo e novos investimentos, em vez de aumentar o capital dos bancos públicos e das estatais, o governo preferiu emitir títulos públicos para reforçar o caixa dessas instituições. Com isso, esses recursos não são caracterizados como despesa primária, como aconteceria se tivesse simplesmente registrado as capitalizações pelas vias tradicionais. Mansueto destaca que a dívida dos bancos públicos federais com o Tesouro Nacional, que passa ao largo do resultado das contas públicas, saltou de R$ 10 bilhões em 2007 para nada menos que R$ 400 bilhões em 2012.

- Isso significa que, se a metade desse valor tivesse sido usada para capitalizar esses bancos pelas vias tradicionais, as despesas já teriam chegado a R$ 1 trilhão - explica o especialista.

responsabilidade fiscal sob risco

Outro mecanismo usado pelo governo, que compõe o arsenal que os especialistas vêm chamando de contabilidade criativa, é o uso dos lucros dos bancos públicos e os dividendos pagos pelas estatais para engordar o caixa do Tesouro Nacional. Se as capitalizações não são computadas como despesas, estas duas rubricas são registradas como receitas primárias. Ou seja, o governo empresta sem caracterizar despesas e recebe de volta como receita. Para fechar a conta ano passado, o governo chegou a antecipar o pagamento de dividendos do BNDES e da Caixa Econômica ao Tesouro Nacional.

As sucessivas injeções de recursos no BNDES, como a anunciada na semana passada, não contam como despesas. Porém, elas representam um subsídio implícito (a diferença dos juros de captação do banco e das taxas que empresta) de R$ 15 bilhões só em 2012, o que tampouco é computado como gasto. O valor equivale ao orçamento de um ano do programa Bolsa Família, que atende 45 milhões de pessoas.

O governo enviou ao Congresso Nacional no último dia do ano passado um projeto que permite novos gastos com desonerações fiscais que não estão previstas no Orçamento, desde que as receitas públicas sejam maiores do que o esperado. Neste caso, elas não precisam ser submetidas aos parlamentares como seria de praxe. A medida é vista com desconfiança por analistas, que veem risco a um dos princípios fundamentais da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

O que mais preocupa estes especialistas é a falta de transparência do governo para lidar com as contas públicas. Para o especialista José Roberto Affonso, ao usar artifícios fiscais, o governo mina a credibilidade que levou anos para conquistar junto a mercado e investidores.

- Não está proibido na LRF reduzir a meta de superávit em períodos de crise, ou até mesmo, fazer um saldo negativo, o que seria mais do que justificável em anos de crise. O que não pode é tentar negar que está fazendo malabarismo fiscal quando todos estão vendo - disse Affonso.

- Trata-se de um expansionismo envergonhado, porque ninguém admite publicamente que está aumentando as despesas e que isso terá um impacto sobre o resto da economia num futuro não distante

CD
SECRETARIA - CHEFIA DA COORDENAÇÃO
Fls. 1643

- acrescenta Felipe Salto, especialista em contas públicas da Tendências.

juros mais baixos e incentivos tributários

De janeiro a novembro de 2012, o aumento das despesas primárias foi de R$ 80 bilhões. Deste total, só R$ 10 bilhões correspondem aos investimentos públicos, dos quais R$ 5 bilhões são recursos do programa Minha Casa Minha Vida, que conta com dinheiro do FGTS do trabalhador. De 1999 a 2011, as despesas primárias saltaram de R$ 337,9 bilhões para R$ 724,4 bilhões.

Um técnico da equipe econômica diz que as críticas à política fiscal não consideram indicadores positivos da economia nem benefícios, como a queda dos juros básicos, incentivos fiscais ao setor produtivo e cortes nas tarifas de energia. Para ele, a queda de dívida líquida federal de 60%, na década de 80, para 45,5%, em 2007, e 35%, em 2012 é um sinal de bons resultados da política fiscal. Ele lembra que a credibilidade do país lá fora se comprova pelas menores taxas de captação registradas para os bônus de 2023 no mês passado no mercado internacional.

Para o professor Adolfo Sachsida, do Ipea, a fatura da folia fiscal virá em 2015. E com o Orçamento engessado, o governo poderá ter de usar expedientes que representam um retrocesso como, por exemplo, fazer o ajuste das contas públicas por meio de uma inflação mais alta.

O GLOBO - RJ PRIMEIRA PÁGINA 06/01/2013

4 - PRIMEIRA PÁGINA: O GLOBO

Maquiagem de R$ 200 bi garantiu meta do governo

Maquiagem de R$ 200 bi garantiu meta do governo

Sem artifício usado com bancos públicos, despesas iriam a R$ 1 trilhão em 2012

Especialistas criticam a 'contabilidade criativa' usada nas contas públicas para atingir o superávit fiscal de 3,1% do PIB. Injeção de recursos no BNDES criou subsídio de R$ 15 bilhões

A maquiagem na contabilidade do governo chegou a R$ 200 bilhões no ano passado. Segundo especialista do Ipea, se o reforço no caixa dos bancos públicos fosse feito de forma convencional, as despesas do governo chegariam a R$ 1 trilhão e não só aos R$ 800 bilhões estimados para 2012, informam VIVIAN OSWALD e GABRIELA VALENTE. Já os aportes no BNDES representam subsídio de R$ 15 bilhões, valor equivalente ao orçamento do Bolsa Família. Analistas criticam a decisão do governo de propor mudanças na Lei de Responsabilidade Fiscal e temem uma fuga de investidores. PÁGINA 35 e Míriam Leitão

O GLOBO - RJ ECONOMIA 07/01/2013

5 - MANOBRA FISCAL: OPOSIÇÃO QUER OUVIR MANTEGA

PSDB e PPS criticam maquiagem de R$ 200 bi do governo para alcançar meta fiscal e cobram explicações

Cristiane Bonfanti, Vivian Oswald e Bruno Villas Bôas

Parlamentares da oposição vão chamar o ministro da Fazenda, Guido Mantega, para prestar esclarecimentos em audiências públicas tanto na Câmara quanto no Senado sobre a série de manobras fiscais realizadas pelo governo no afã de cumprir a meta de superávit primário de 2012, a economia feita

CD - SECRETARIA GERAL DA MESA - ATUAÇÃO 2013-2015 1644

pelo setor público para o pagamento de juros da dívida. O GLOBO mostrou ontem que a maquiagem na contabilidade do governo chegou a R$ 200 bilhões no ano passado, sobretudo devido ao reforço no caixa dos bancos públicos.

Nas contas do economista Mansueto Almeida, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), se a injeção de recursos nos bancos tivesse sido feita de forma convencional, as despesas do governo chegariam a R$ 1 trilhão, e não apenas aos R$ 800 bilhões estimados para 2012. Somente no BNDES, os aportes representaram um subsídio implícito (a diferença dos juros de captação do banco e das taxas a que empresta) de R$ 15 bilhões, valor equivalente ao orçamento de um ano do Bolsa Família.

Para o líder do **PSDB**, senador Álvaro Dias, a estratégia da equipe econômica de "escamotear a realidade fiscal" terá como consequência uma "herança terrível" para o país, com aumento da dívida pública e impacto na inflação.

Segundo ele, a maquiagem fiscal será uma das preocupações centrais do partido no retorno do recesso parlamentar, em fevereiro, quando deverão ser apresentados para votação os requerimentos de convocação de audiência pública. A proposta é questionar não apenas a "mágica contábil", mas também os critérios de medição do desempenho da economia.

- O governo vem flexibilizando a LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal) aos poucos e fazendo retornar a irresponsabilidade fiscal na administração pública. São governos que têm como horizonte temporal a duração da própria gestão - criticou o senador tucano.

O presidente nacional do PPS, deputado federal Roberto Freire (SP), considerou as manobras "um arrumadinho" de péssima qualidade, em referência ao prato nordestino. Para o líder do **PSDB** na Câmara, Bruno Araújo, as metas foram abandonadas pela equipe econômica.

- Seria honesto por parte do governo ter reduzido a meta (de superávit). Se a presidente **Dilma** autorizou o ministro Mantega a iniciar um novo ciclo (de política fiscal), ela tem de avisar ao mercado e à sociedade - disse.

ESPECIALISTAS ALERTAM PARA RISCO DE INFLAÇÃO

José Guimarães, líder do PT na Câmara, avaliou que o governo agiu corretamente e dentro da "normalidade" ao buscar recursos extras. Se tivesse anunciado que não cumpriria a meta, disse o governista, o Ministério da Fazenda seria acusado pela oposição de ser irresponsável.

- O governo está dizendo aos investidores que cumpre a meta fiscal sem comprometer as nossas reservas internacionais e investimentos públicos, além de manter, fundamentalmente, todos os programas sociais, sobretudo os que estão acabando com a miséria - afirmou.

Na avaliação de especialistas ouvidos pelo GLOBO, a "contabilidade criativa" protagonizada pela equipe econômica minou a credibilidade da política fiscal e terá como consequências negativas o aumento da inflação e a elevação dos custos para o próprio governo contrair novos empréstimos. Se, por um lado, ao fazer de tudo para cumprir a meta de superávit, o governo tenta manter a confiança do mercado no país, por outro, essas manobras reduzem a segurança dos investidores internacionais.

- Seguramente, já houve impacto significativo no investimento estrangeiro direto. Mas, como o planejamento das companhias é feito para o longo prazo, isso demora a aparecer - afirmou Frederico Araújo Turolla, professor da Escola Superior de Propaganda e Markegint (ESPM) e sócio da Pezco Microanalysis.

Ele lembrou que, nos anos 1970 e 1980, a área fiscal foi o calcanhar de Aquiles que elevou a inflação. Para José Matias-Pereira, professor de economia da Universidade de Brasília (UnB), o grande efeito negativo é a desconfiança com relação à divulgação dos números da economia.

- É importante que o governo esclareça, examine esses dados e traga uma posição, digamos assim, definitiva para evitar que os desgastes não só para ele, mas também para aqueles que trabalham com os dados - avaliou.

CD
SECRETARIA GERAL DA MESA
APRESENTAÇÃO
Fls. 1645

No reforço do caixa dos bancos públicos e estatais, em vez de aumentar o seu capital de forma tradicional, o governo prefere emitir títulos públicos, que não têm impacto na receita primária. Em outro momento, essas mesmas instituições repassam dividendos aos cofres públicos, com impacto na receita primárias, o que ajuda a fechar as contas do Tesouro Nacional.

E não bastassem esses artifícios, o governo lançou mão do abatimento de R$ 25,6 bilhões a que tem direito com gastos em investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para cumprir a meta de superávit de 3,1% do Produto Interno Bruto (PIB, conjunto de bens e serviços produzidos pelo país), ou R$ 139,8 bilhões prevista para o ano passado.

Fonte do governo vê "miopia" do mercado

Segundo Alex Agostini, economista da Austin Ratings, o mercado pode até aceitar que o governo gaste mais para enfrentar a crise financeira e que, por conta disso, não cumpra temporariamente a meta de superávit primário. Para ele, no entanto, os malabarismos fiscais são desnecessários e nem um pouco tolerados pelo mercado financeiro e investidores.

- O argumento da necessidade de gastar mais para enfrentar a crise seria suficiente. Ficar fazendo engenharia fiscal apenas tira credibilidade do governo. Fica a impressão de que existe algum problema maior para se tomar esse tipo de medida - diz Agostini, acrescentando que a ação abriria brechas para o mercado questionar a capacidade de membros do governo.

O economista Alexandre Schwartsman, ex-diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central (BC), discorda que o descumprimento da meta seria aceitável e lembra que os gastos do governo crescem sistematicamente mesmo nos anos em que não existe crise. Segundo ele, os gastos públicos representavam de 14% a 15% do PIB do país em 1997, início da série histórica do Tesouro Nacional. Esses gastos atualmente representariam de 18% a 19% do PIB.

- Os gastos não crescem em um ano e caem no outro. Só crescem, mesmo em anos bons na economia. E crescem sem qualidade. São mais gastos com funcionalismo, gastos correntes, e não com os investimentos em infraestrutura que tanto precisamos. Os investimentos públicos, na verdade, registraram queda no ano passado. Isso pode, inclusive, ser um fator de pressão para a inflação - diz Schwartsman.

Uma fonte da equipe econômica considerou a visão dos especialistas "bastante míope". Explicou, por exemplo, que o saque de R$ 12,4 bilhões do Fundo Soberano, criado em 2008 como uma poupança pública do país, foi motivado pela incapacidade de estados e municípios de cumprir a meta fiscal, e não do governo central. Ele afirmou ainda que, embora a previsão fosse de ingresso de R$ 29 bilhões de dividendos dos bancos públicos e estatais, até novembro, esse valor tinha chegado a R$ 20,4 bilhões, o que permitiu a antecipação de novos repasses da Caixa Econômica Federal e do BNDES, que totalizaram mais R$ 7 bilhões no último dia do ano.

Essa fonte acrescentou que o crescimento dos investimentos foi de 15,5% acima do PIB no acumulado até novembro, enquanto o dos gastos de custeio (para manutenção da máquina pública) subiram 10,3%, sem citar, no entanto, que estes últimos vinham se mantendo elevados nos anos anteriores.

BRASIL 247 PODER 07/01/2013

6 - ATAQUE EM MASSA A MANTEGA PARECE SER ORGANIZADO

De repente, todos os jornais e colunistas passaram a bombardear a política econômica do governo Dilma; tema está nas manchetes de hoje do Globo e da Folha; Estadão usa editorial para atacar herança maldita; Merval Pereira e outros jornalistas de renome também apontam canhões contra a política fiscal; é essa a agenda pós-mensalão dos grandes meios de comunicação?

247 - Coincidência, falta de criatividade ou, simplesmente, ataque organizado? De repente, todos aqueles que repetiam o mesmo bordão até recentemente – mensalão, mensalão, mensalão – agora só

CD - SECRETARIA GERAL DA MESA - COORDENAÇÃO 2013-2015 Fls. 1646

falam de economia. Dois dos principais jornais do País, o Globo e a Folha, hoje estampam em suas manchetes críticas pesadas à política econômica do governo **Dilma**. O Globo trata de uma "maquiagem" de R$ 200 bilhões, que teria garantido o cumprimento das metas fiscais do governo e a Folha aborda a criação de novas empresas estatais.

No espaço dedicado à opinião, o editorial aponta a "herança maldita" deixada por Lula (que **Dilma** não estaria consertando) e Miriam Leitão parte para as caneladas contra Guido Mantega, falando em "bagunça" na economia e "estelionato fiscal". Na mesma toada, até Merval Pereira ataca na economia, falando das maquiagens fiscais. Leia abaixo:

Relações intrincadas - MERVAL PEREIRA

O GLOBO - 06/01

As manobras contábeis feitas pelo governo brasileiro no fim do ano para tentar tapar o buraco que havia na formação do superávit primário, que serve para amortizar a dívida pública, envolvem os mesmos princípios de manipulação fiscal que vêm sendo adotados pelo Ministério da Fazenda desde a crise econômica internacional que teve início em 2007/2008. Mais uma vez o governo utilizou-se de bancos oficiais – Caixa Econômica Federal e BNDES – para, com a antecipação de dividendos ao Tesouro, cobrir parte do superávit que deveria ter sido poupado.

Apesar de só no mês de dezembro os dois bancos terem antecipado R$ 7 bilhões aos cofres do governo, o buraco continuava aberto e foi preciso utilizar pela primeira vez o Fundo Soberano, que transferiu para o tesouro mais R$ 12,4 bilhões. Na verdade, o governo não poupou esse dinheiro, apenas fez parecer contabilmente que o fizera, demonstrando que não está em condições de reduzir os gastos públicos.

O economista José Roberto R. Afonso, em artigo recente publicado na revista da Universidade Federal Fluminense (UFF) com base na sua tese de doutorado na UNICAMP, intitulado convenientemente "As intrincadas relações entre a política fiscal e creditícia no Brasil pós-2008", demonstra como o BNDES e outros bancos públicos já vêm sendo utilizados em manobras fiscais para estimular a economia brasileira sem deixar registrado o aumento da dívida pública.

"A política fiscal brasileira em resposta à crise mundial foi tímida nos estímulos tradicionais, comparada à do resto do mundo, mas inovou ao conceder volumosos e crescentes empréstimos aos bancos públicos à custa da emissão de títulos governamentais", explica Afonso, analisando "a forma peculiar" como passaram a interagir as políticas fiscal e creditícia no País, gerando "governo com um patamar alto de dívida (bruta) e uma carteira de crédito superior a dos maiores bancos do país, empresas cada vez mais líquidas e menos endividadas, e a taxa de investimento nacional que segue reduzida".

Segundo o economista, ao contrário da grande maioria dos outros países, o Brasil não criou um novo programa de investimentos fixos governamentais a partir da crise de 2008, "apesar de ostentar das mais baixas taxas no mundo". Nem mesmo reformas estruturais foram realizadas, mais uma vez destoando da tendência mundial recente de reestruturação dos sistemas tributários até os sociais, cujo caso mais emblemático é o da reforma da saúde pública nos Estados Unidos.

Esta atitude, ressalta o economista, contraria uma tradição nacional, pois o País enfrentou muitas crises no passado recente sempre promovendo mudanças estruturais, como foi o caso da desestatização no governo Fernando Henrique até um novo regime monetário e fiscal na segunda metade dos anos 90 do século passado. Em lugar de instrumentos fiscais tradicionais, pouco acionados na resposta do governo à crise mundial no Brasil, "outros menos conhecidos e analisados foram cruciais para a expansão do crédito que puxou a saída da recessão e moldou o crescimento posterior na economia brasileira".

O mais importante foi a concessão de empréstimos pelo Tesouro a bancos públicos, custeados pela emissão de títulos governamentais. Segundo José Roberto Afonso, o crédito foi tão importante para a economia brasileira para sair da crise que se pode dizer que "o famoso tripé de política econômica (câmbio flutuante, metas de inflação e austeridade fiscal) virou um quatrilho (acrescido da expansão creditícia). Como no filme homônimo, tais pilares se misturam e interagem de forma intensa e permanente: um influencia o outro, mas, ao mesmo tempo, é pelos outros influenciado".

CD - SECRETARIA GERAL DA MESA - COORDENAÇÃO DE ATUAÇÃO
Fls. 1647

Muito da retomada do crédito no país depois da crise foi liderada pelos bancos públicos, mas, para tanto, eles precisaram captar recursos excepcionalmente junto ao Tesouro Nacional, que, por sua vez, o fez à custa de expandir a dívida pública. Para o economista, o nível da dívida pública brasileira "é alto, muito acima da média dos países emergentes nos padrões internacionais, que contam a dívida bruta".

Se esse quatrilho da política macroeconômica rendeu inegáveis resultados no curto prazo, por meio da sustentação e depois da forte expansão do consumo, e logrou sucesso em transformar recessão em crescimento acelerado, José Roberto Afonso destaca que ele "deixou, no entanto, novas armadilhas sem resolver antigos desafios como a baixa taxa de investimento, da economia e particularmente dos governos, e o elevado nível de endividamento público, no conceito internacional".

Será que por trás desse ataque organizado à política econômica existe um "mastermind"? Há um comando na tentativa de derrubada do ministro Guido Mantega, que começou com a reportagem na revista The Economist? Segundo texto do boletim Relatório Reservado, o Palácio do Planalto teria identificado no Itaú Unibanco a origem do ataque especulativo. O banco negou. Mas que o ataque parece organizado, parece.

BRASIL 247 PODER 07/01/2013

7 - EM TABELINHA COM GLOBO, DIAS QUER OUVIR MANTEGA

Num dia, o jornal dos Marinho ataca a "maquiagem de R$ 200 bilhões" do governo e seus colunistas criticam o "estelionato fiscal" de Guido Mantega; 24 horas depois, o senador Álvaro Dias (PSDB-PR), sempre ele, pede a convocação do ministro da Fazenda, com o apoio do PPS; o jogo da oposição após o julgamento da Ação Penal 470 fica cada vez mais manjado

247 - Depois da crise política, a crise econômica. Essa é a nova aposta da oposição, que tem grandes jornais na linha de frente, escorada em seus instrumentos políticos, como o senador Álvaro Dias (**PSDB**-PR), e linhas auxiliares dos tucanos, como o PPS.

Ontem, em sua manchete principal, o Globo denunciou uma suposta manobra fiscal de R$ 200 bilhões e o assunto foi abordado pelos dois principais colunistas do jornal: Merval Pereira e Miriam Leitão. Segundo Miriam, a "bagunça" da administração de Guido Mantega e seu "estelionato fiscal" poderiam arruinar a economia brasileira – a despeito dos US$ 60 bilhões em investimentos diretos no ano passado e do menor desemprego em dez anos.

Nesta segunda-feira, um dia depois das denúncias do Globo contra o suposto estelionato econômico, quem aparece é o suspeito de sempre: o senador Álvaro Dias (**PSDB**-PR), repetindo os mesmos argumentos do Globo, de Merval e de Miriam. Diz ele que a estratégia da equipe econômica de "escamotear a realidade fiscal" terá como consequência uma "herança terrível" para o país, com aumento da dívida pública e impacto na inflação. O político paranaense propõe, inclusive, a convocação de Mantega para que ele explique a maquiagem na Câmara e no Senado.

Como já foi dito aqui, a agenda da crise permanente, pautada pela oposição midiática e política, migrou do mensalão para a economia (leia reportagem anterior do 247 sobre o tema).

O GLOBO ONLINE PAÍS 07/01/2013

8 - PSDB QUER CONVOCAR MANTEGA E BELCHIOR PARA ESCLARECER MEDIDAS FISCAIS

(Daniela Martins / Valor)

CD - SECRETARIA GERAL DA MESA
APRESENTAÇÃO
07/11/2013-2015
Fls 1648

O **PSDB** na Câmara vai protocolar um requerimento de convocação dos ministros da Fazenda, Guido Mantega, e do Planejamento, Miriam Belchior, para que eles expliquem o uso de "manobras contábeis" para o cumprimento da meta fiscal em 2012 na Comissão Representativa do Congresso. Segundo a assessoria da sigla, o documento deve ser apresentado na terça ou na quarta-feira.

Os tucanos querem que os ministros prestem informações sobre as medidas adotadas para aumentar receitas e cumprir a meta de superávit, como a antecipação de dividendos para a União por parte do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e da Caixa Econômica Federal e a compra de títulos pelo BNDES. O partido aponta que as despesas que não foram pagas no exercício anterior e que são transferidas para o ano seguinte, os chamados restos a pagar, são estimadas em R$ 200 bilhões neste ano. Segundo o **PSDB**, esse valor é dez vezes maior do que em relação a 2002.

O líder da sigla na Câmara, deputado Bruno Araújo (PE), afirmou que o assunto é urgente já que se configura como uma "alteração na política econômica com graves riscos para o país". "Essas manobras podem ter reflexos altamente nocivos para o país e, além disso, revelam que as contas públicas estão se deteriorando. O governo precisa ser mais transparente e dar explicações ao Congresso sobre o que está ocorrendo", disse em nota divulgada nesta segunda-feira.

Araújo apontou ainda que os ministros devem ser convocados pela Comissão Representativa, grupo de nove senadores e 19 deputados que representa o Parlamento durante o recesso, já que os trabalhos no Legislativo federal só voltam em fevereiro. Além das manobras, classificadas pelo partido como "maquiagem fiscal", o **PSDB** quer que Miriam Belchior esclareça aos parlamentares o atraso de obras e investimentos em infraestrutura.

O **PSDB** também vai protocolar um requerimento com pedido de informações sobre resultados do trabalho do grupo formado para formular propostas de desoneração tributária sobre os itens da cesta básica. A equipe foi criada em setembro, após o veto da presidente **Dilma** Rousseff à emenda do **PSDB** que estabelecia a redução a zero das alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), do PIS e da Cofins sobre os produtos da cesta básica e foi aprovada por unanimidade. O prazo para a conclusão dos trabalhos do grupo terminou em dezembro.

FOLHA.COM PODER 07/01/2013

9 - PSDB QUER CONVOCAR MANTEGA E BELCHIOR PARA ESCLARECER MEDIDAS FISCAIS

O **PSDB** na Câmara vai protocolar um requerimento de convocação dos ministros da Fazenda, Guido Mantega, e do Planejamento, Miriam Belchior, para que eles expliquem o uso de "manobras contábeis" para o cumprimento da meta fiscal em 2012 na Comissão Representativa do Congresso.

Segundo a assessoria da sigla, o documento deve ser apresentado na terça ou na quarta-feira. Os tucanos querem que os ministros prestem informações sobre as medidas adotadas para aumentar receitas e cumprir a meta de superavit, como a antecipação de dividendos para a União por parte do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e da Caixa Econômica Federal e a compra de títulos pelo BNDES.

O partido aponta que as despesas que não foram pagas no exercício anterior e que são transferidas para o ano seguinte, os chamados restos a pagar, são estimadas em R$ 200 bilhões neste ano. Segundo o **PSDB**, esse valor é dez vezes maior do que em relação a 2002.

O líder da sigla na Câmara, deputado Bruno Araújo (PE), afirmou que o assunto é urgente já que se configura como uma "alteração na política econômica com graves riscos para o país". "Essas manobras podem ter reflexos altamente nocivos para o país e, além disso, revelam que as contas públicas estão se deteriorando. O governo precisa ser mais transparente e dar explicações ao Congresso sobre o que está

CD - SECRETARIA GERAL DA MESA - SITUAÇÃO
Fls 1649

ocorrendo", disse em nota divulgada nesta segunda-feira.

Araújo apontou ainda que os ministros devem ser convocados pela Comissão Representativa, grupo de nove senadores e 19 deputados que representa o Parlamento durante o recesso, já que os trabalhos no Legislativo federal só voltam em fevereiro.

Além das manobras, classificadas pelo partido como "maquiagem fiscal", o **PSDB** quer que Miriam Belchior esclareça aos parlamentares o atraso de obras e investimentos em infraestrutura.

O **PSDB** também vai protocolar um requerimento com pedido de informações sobre resultados do trabalho do grupo formado para formular propostas de desoneração tributária sobre os itens da cesta básica.

A equipe foi criada em setembro, após o veto da presidente **Dilma** Rousseff à emenda do **PSDB** que estabelecia a redução a zero das alíquotas do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), do PIS e da Cofins sobre os produtos da cesta básica e foi aprovada por unanimidade. O prazo para a conclusão dos trabalhos do grupo terminou em dezembro.

O GLOBO ONLINE PAÍS 07/01/2013

10 - MINISTRO INTERINO SAI EM DEFESA DAS MANOBRAS DO SUPERÁVIT PRIMÁRIO

Nelson Barbosa diz que medidas para garantir a meta não comprometem credibilidade do governo

BRASÍLIA - O ministro interino da Fazenda, Nelson Barbosa, afirmou nesta segunda-feira que as manobras fiscais realizadas pela equipe econômica para cumprir a meta de superávit primário de 2012, a economia feita pelo setor público para o pagamento de juros da dívida, não comprometem a credibilidade do governo. Apesar das críticas do mercado financeiro de de integrantes do próprio governo, ele ressaltou que as operações, como a antecipação de dividendos dos bancos públicos, estavam previstas na lei orçamentária aprovada no Congresso.

- Elas utilizaram um espaço que o governo tem para cumprir a sua meta em anos atípicos, em que a receita vem abaixo do esperado. Então, tudo foi feito dentro do previsto na lei orçamentária e do espaço fiscal que o governo possui - afirmou.

Uma das medidas mais criticadas foi o saque de R$ 12,4 bilhões do Fundo Soberano, criado em 2008 como uma poupança pública do país, para cobrir o buraco deixado por estados e municípios na meta de superávit. Além disso, no último dia de 2012, o governo antecipou dividendos do BNDES e da Caixa que somaram R$ 7 bilhões.

Antes disso, no acumulado de janeiro a novembro, o Tesouro Nacional já havia recebido R$ 20,4 bilhões em dividendos. O governo também já havia admitido que deverá lançar mão do abatimento dos R$ 25,6 bilhões a que tem direito com gastos em investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para cumprir a meta de superávit de 3,1% do Produto Interno Bruto (PIB) ou R$ 139,8 bilhões prevista para 2012.

No domingo, o GLOBO mostrou que a maquiagem na contabilidade do governo chegou a R$ 200 bilhões no ano passado, sobretudo devido ao reforço no caixa dos bancos públicos, segundo cálculos do economista Mansueto Almeida, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). No reforço do caixa dos bancos públicos e estatais, em vez de aumentar o seu capital de forma tradicional, o governo prefere emitir títulos públicos, que não têm impacto na despesa primária. Em outro momento, essas mesmas instituições repassam dividendos aos cofres públicos, com impacto na receita primárias, o que ajuda a fechar as contas do Tesouro Nacional.

Se a injeção de recursos nos bancos tivesse sido feita de forma convencional, as despesas do governo

CD - SECRETARIA GERAL DA MESA - AUTUAÇÃO 1650

chegariam a R$ 1 trilhão, e não apenas aos R$ 800 bilhões estimados para 2012. Parlamentares da oposição já avisaram que vão protocolar requerimento de convocação dos ministros Guido Mantega (Fazenda) e Miriam Belchior (Planejamento, Orçamento e Gestão) para que eles expliquem tanto no Senado quanto na Câmara os malabarismos fiscais para aumentar as receitas em 2012.

VALOR ONLINE POLÍTICA 07/01/2013

11 - PSDB QUER CONVOCAR MANTEGA E BELCHIOR PARA ESCLARECER MEDIDAS FISCAIS

Por Daniela Martins | Valor

BRASÍLIA - O **PSDB** na Câmara vai protocolar um requerimento de convocação dos ministros da Fazenda, Guido Mantega, e do Planejamento, Miriam Belchior, para que eles expliquem o uso de "manobras contábeis" para o cumprimento da meta fiscal em 2012 na Comissão Representativa do Congresso. Segundo a assessoria da sigla, o documento deve ser apresentado na terça ou na quarta-feira.

Os tucanos querem que os ministros prestem informações sobre as medidas adotadas para aumentar receitas e cumprir a meta de superávit, como a antecipação de dividendos para a União por parte do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e da Caixa Econômica Federal e a compra de títulos pelo BNDES. O partido aponta que as despesas que não foram pagas no exercício anterior e que são transferidas para o ano seguinte, os chamados restos a pagar, são estimadas em R$ 200 bilhões neste ano. Segundo o **PSDB**, esse valor é dez vezes maior do que em relação a 2002.

O líder da sigla na Câmara, deputado Bruno Araújo (PE), afirmou que o assunto é urgente já que se configura como uma "alteração na política econômica com graves riscos para o país". "Essas manobras podem ter reflexos altamente nocivos para o país e, além disso, revelam que as contas públicas estão se deteriorando. O governo precisa ser mais transparente e dar explicações ao Congresso sobre o que está ocorrendo", disse em nota divulgada nesta segunda-feira.

Araújo apontou ainda que os ministros devem ser convocados pela Comissão Representativa, grupo de nove senadores e 19 deputados que representa o Parlamento durante o recesso, já que os trabalhos no Legislativo federal só voltam em fevereiro. Além das manobras, classificadas pelo partido como "maquiagem fiscal", o **PSDB** quer que Miriam Belchior esclareça aos parlamentares o atraso de obras e investimentos em infraestrutura.

O **PSDB** também vai protocolar um requerimento com pedido de informações sobre resultados do trabalho do grupo formado para formular propostas de desoneração tributária sobre os itens da cesta básica. A equipe foi criada em setembro, após o veto da presidente **Dilma** Rousseff à emenda do **PSDB** que estabelecia a redução a zero das alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), do PIS e da Cofins sobre os produtos da cesta básica e foi aprovada por unanimidade. O prazo para a conclusão dos trabalhos do grupo terminou em dezembro.

VEJA ONLINE POLITICA 07/01/2013

12 - PSDB QUER QUE MANTEGA E MIRIAM BELCHIOR EXPLIQUEM MAQUIAGEM NAS CONTAS

Por Reinaldo Azevedo

Se o governo fosse uma empresa privada, estaria sem crédito no mercado. Motivo: maquiagem no

CD - SECRETARIA GERAL DA MESA - ASSINATURA Fls. 1651

balanço. Não é a primeira vez que os petistas tentam esconder a realidade manipulando a contabilidade. Desta feita, no entanto, Guido Mantega, ministro da Fazenda, foi menos sutil.

O **PSDB** decidiu cumprir seu papel e cobrar explicações. É o mínimo que se espera de um partido eleito para vigiar o poder. Sim, meus caros, nas democracias, é esse o papel das oposições. Como, por vontade da maioria, não podem ser governo, tornam-se fiscais de quem governa por decisão de todos os eleitores — inclusive e muito especialmente daqueles que se alinharam com os vitoriosos. Leiam trecho de reportagem publicada na Folha Online, que reproduz texto do Valor:
"

O **PSDB** na Câmara vai protocolar um requerimento de convocação dos ministros da Fazenda, Guido Mantega, e do Planejamento, Miriam Belchior, para que eles expliquem o uso de "manobras contábeis" para o cumprimento da meta fiscal em 2012 na Comissão Representativa do Congresso.

Segundo a assessoria da sigla, o documento deve ser apresentado na terça ou na quarta-feira. Os tucanos querem que os ministros prestem informações sobre as medidas adotadas para aumentar receitas e cumprir a meta de superavit, como a antecipação de dividendos para a União por parte do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e da Caixa Econômica Federal e a compra de títulos pelo BNDES.

O partido aponta que as despesas que não foram pagas no exercício anterior e que são transferidas para o ano seguinte, os chamados restos a pagar, são estimadas em R$ 200 bilhões neste ano. Segundo o **PSDB**, esse valor é dez vezes maior do que em relação a 2002.

O líder da sigla na Câmara, deputado Bruno Araújo (PE), afirmou que o assunto é urgente já que se configura como uma "alteração na política econômica com graves riscos para o país". "Essas manobras podem ter reflexos altamente nocivos para o país e, além disso, revelam que as contas públicas estão se deteriorando. O governo precisa ser mais transparente e dar explicações ao Congresso sobre o que está ocorrendo", disse em nota divulgada nesta segunda-feira.
(...)

G1 POLÍTICA 07/01/2013

13 - OPOSIÇÃO QUER CONVOCAR MANTEGA E BELCHIOR PARA FALAR NO CONGRESSO

PSDB quer explicação sobre manobra contábil para aumentar superavit. Objetivo é realizar sessão na Comissão Representativa, que faz plantão.

Iara Lemos e Nathalia Passarinho Do G1, em Brasília

A oposição anunciou nesta segunda-feira (7) que vai protocolar requerimento para que os ministros da Fazenda, Guido Mantega, e do Planejamento, Miriam Belchior, sejam convocados a prestar explicações no Congresso, ainda durante o recesso do Legislativo, sobre as medidas utilizadas pelo governo no fim do ano passado para aumentar o superávit primário de 2012 (economia feita para pagar juros da dívida pública).

O objetivo é ouvir os ministros em sessão da Comissão Representativa do Congresso, formada por 19 deputados e senadores que trabalham em esquema de "plantão" no recesso, que termina em fevereiro. Para aprovar a convocação, que obrigaria os ministros a irem ao Congresso, seria necessário que o presidente do Congresso, o senador José Sarney (PMDB-AP), marcasse uma sessão para votar o pedido da oposição.

"Vamos protocolar o requerimento entre hoje [segunda] e amanhã [terça]. Aí, dependemos do presidente do Congresso convocar a comissão para apreciar o requerimento. Obviamente haverá resistência política, mas o governo **Dilma** precisa explicar para sociedade, porque o que foi feito não é só maquiagem, é mudança de rumo da economia", afirmou o líder do **PSDB** na Câmara, Bruno Araújo

CD
SECRETARIA GERAL DA MESA
APRESENTAÇÃO
2013-2015
Fls. 1652

(PE).

No fim de 2012, o governo federal realizou "manobras contábeis", segundo os críticos, para aumentar a economia feita anualmente para diminuir a dívida pública. Uma delas permitiu que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) comprasse ações da Petrobras que estavam no Fundo Fiscal de Investimentos e Estabilização (FFIE), que concentra as aplicações do fundo soberano brasileiro – formado com a "sobra" do superávit primário de 2008 – e as repassasse ao Tesouro Nacional.

Em posse dos títulos públicos, o Tesouro transformou esses papéis em recursos em espécie, no total de R$ 8,84 bilhões, o que engordou o superavit primário.

Também houve antecipação de dividendos da Caixa Econômica Federal e do BNDES ao governo federal, este último no valor de R$ 2,3 bilhões. O BNDES por sua vez, recebeu uma parcela de R$ 15 bilhões de empréstimo do Tesouro Nacional.

No acumulado dos onze primeiros meses de 2012, o superávit primário do governo (União, Previdência Social e BC) somou R$ 60,38 bilhões, o que representa uma queda de 34%, ou R$ 31 bilhões, frente a igual período de 2011 – quando o saldo positivo somou R$ 91,5 bilhões.

Em outubro do ano passado, o governo admitiu que não seria atingida a meta "cheia" do superavit primário do governo central (isto é, sem abatimento dos gastos do PAC), de R$ 97 bilhões. Na proposta de Orçamento, está previsto um abatimento R$ 25,6 bilhões em investimentos. Com isso, a meta passa a ser de R$ 71,4 bilhões para o ano de 2012 fechado.
saiba mais

Credibilidade abalada
Para o líder do **PSDB** na Câmara, as manobras efetuadas para cumprir a meta fiscal podem afastar investidores. "A estabilidade econômica foi uma conquista da sociedade e uma das heranças mais valiosas deixadas pelos governos do presidente Fernando Henrique. Essas manobras abalam a credibilidade do país, podem afastar os investidores e estimular a inflação, que já está alta. Saber o que está ocorrendo com as contas públicas é prioritário", afirmou.

O líder do **PSDB** no Senado, Alvaro Dias (PR), defendeu a convocação de Mantega, mas somente em fevereiro, após o recesso, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) da Casa.

"Em fevereiro, logo no início do período legislativo, temos de convocar o ministro Mantega para falar sobre essa mágica contábil. Fica evidente que é uma estratégia do governo para escamotear a realidade fiscal, escondendo evidentemente os buracos nas finanças públicas, empurrando para a frente um deficit que vai custar muito caro para o país [...]. O Congresso tem esse poder, debater este assunto, e convocar o ministro é imprescindível", disse.

O presidente da comissão, senador Delcídio Amaral (PT-MS), disse que não vê problemas no fato de o ministro ser convidado a prestar esclarecimentos na comissão. No caso da aprovação de um convite, o ministro não seria obrigado a comparecer, diferentemente da convocação, que causa mais constrangimento político.

"Ele [Mantega] não vai se negar a ir. Ele não terá nenhuma dificuldade em comparecer. Não tem crise alguma, isto é uma coisa menor", disse o senador. A partir de fevereiro, a CAE vai ser presidida pelo senador Lindbergh Farias (PT-RJ).

VALOR ONLINE POLÍTICA 07/01/2013

14 - PPS VAI PEDIR QUEBRA DE SIGILOS DE ROSEMARY NORONHA AO MP

(Daniela Martins | Valor)

CD - SECRETARIA GERAL DA MESA - COORDENAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO 2013-2015 Fls. 1653

O PPS vai pedir nesta semana ao Ministério Público Federal a quebra dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático de Rosemary Noronha, ex-chefe do gabinete da Presidência da República em São Paulo.

O partido também protocolou na manhã desta segunda-feira, na Comissão Representativa do Congresso, um requerimento com pedido de informações ao Ministério da Fazenda sobre a participação de Rosemary nas negociações que definiram o comando do Banco do Brasil (BB) e do fundo de pensão dos funcionários da instituição financeira, a Previ, além da compra da Nossa Caixa pelo BB.

O líder do PPS na Câmara, deputado Rubens Bueno (PR), afirmou que as informações reveladas por meio da quebra dos sigilos de Rosemary serão úteis para esclarecer a profundidade do suposto esquema de corrupção e fraudes em pareceres no governo que contaria com a participação da ex-chefe do gabinete Presidência da República em SP.

"Ela gozava da intimidade do ex-presidente [Luiz Inácio] Lula [da Silva] para fechar negócios escusos. A quebra dos sigilos desta senhora é fundamental para esclarecer toda essa sujeira, inclusive, para saber se houve envolvimento ou não do ex-presidente da República nessa história", disse.

Segundo a assessoria do PPS, os pedidos de quebra de sigilo de Rosemary serão entregues na sede do MPF na capital paulista nesta quarta-feira.

Já o documento apresentado à Comissão Representativa do Congresso hoje tem como base a reportagem publicada pela revista "Veja" no último fim de semana. Segundo a publicação, Rosemary teria influenciado nomeações no BB e no fundo de previdência de seus funcionários, assim como teria ligações com a compra do banco Nossa Caixa pela instituição financeira.

"O Congresso Nacional e a população brasileira merecem esclarecimentos sobre os graves fatos revelados pela citada reportagem. Ainda mais depois dos fatos revelados terem sido confirmados pelo senhor Ricardo Oliveira, vice-presidente do Banco do Brasil, até 2012", diz o requerimento do PPS.

Fundo Soberano

Em nota técnica, o PPS também criticou o uso do fundo soberano como forma de "maquiagem contábil" para obter o superávit primário. O texto aponta que três fatores motivaram o resultado abaixo do esperado pelo governo: a frustração na arrecadação, a desoneração de tributos e a dificuldade de estados e municípios para cumprir suas metas.

O partido diz que o Executivo utilizou esses recursos, destinados à estabilização de efeitos de ciclos econômicos e para momentos de escassez, para suprir o caixa. Além disso, ressalta que "não é razoável que o país se endivide para sustentar" o fundo soberano, já que parte de seus ativos são derivados da dívida mobiliária federal.

"É isso que parece estar acontecendo desde o início, já que sua base de sustentação patrimonial é constituída de recursos do Tesouro Nacional", diz a sigla. O PPS também questiona o uso do fundo, já que a seus ativos carregam "um alto grau de risco". A nota diz também que o fundo soberano vem servindo de "porto seguro ao governo em momentos de turbulência econômica e sujeita-se às necessidades ordinárias do governo para compor o superávit primário".

BRASIL 247 PODER 07/01/2013

15 - PSDB QUER OUVIR GUIDO E MIRIAM POR MANOBRA FISCAL

Depois de o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) sugerir a convocação do ministro Guido Mantega para explicar "manobras contábeis" de R$ 200 bilhões para o cumprimento da meta fiscal em 2012, o líder tucano na Câmara,

CD
SECRETARIA GERAL DA MESA
MUTILAÇÃO
2013-2015
Fls. 1654

Bruno Araújo (PE), anunciou que o partido protocola nesta semana um requerimento de convocação dos ministros da Fazenda e do Planejamento, Miriam Belchior. E os tucanos querem explicações antes mesmo do fim do recesso parlamentar

247- Consolidando a nova agenda da oposição, o **PSDB** vai protocolar na Câmara um requerimento de convocação dos ministros da Fazenda, Guido Mantega, e do Planejamento, Miriam Belchior, para que prestem explicações sobre uso de "manobras contábeis" para o cumprimento da meta fiscal em 2012 na Comissão Representativa do Congresso -- ou seja, antes mesmo do fim do recesso, em fevereiro. Mais cedo, o senador Alvaro Dias (**PSDB**-PR) havia sugerido a convocação de Mantega para que ele explicasse a tal "maquiagem" na Câmara e no Senado.

A assessoria do **PSDB** informou que o documento deve ser apresentado até a quarta-feira. Os tucanos querem que os ministros comentem as medidas adotadas para aumentar receitas e cumprir a meta de superavit. O partido aponta ainda que as despesas que os restos a pagar são estimados em R$ 200 bilhões neste ano, um valor é dez vezes maior do que em relação a 2002.

Líder do partido na Câmara, Bruno Araújo (PE) disse que o assunto é urgente, pois configura uma "alteração na política econômica com graves riscos para o país". "Essas manobras podem ter reflexos altamente nocivos para o pais e, além disso, revelam que as contas públicas estão se deteriorando", analisou. "O governo precisa ser mais transparente e dar explicações ao Congresso sobre o que está ocorrendo", completa, em nota divulgada nesta segunda-feira.

Araújo defende que os ministros sejam convocados pela Comissão Representativa, grupo de nove senadores e 19 deputados que representa o Parlamento durante o recesso, já que os trabalhos no Legislativo federal só voltam em fevereiro. Além da tal "maquiagem fiscal", o **PSDB** quer que Miriam Belchior esclareça aos parlamentares o atraso de obras e investimentos em infraestrutura.

O GLOBO ONLINE ECONOMIA 07/01/2013

16 - META FISCAL: GOVERNO ABATE MAIS R$ 13 BI DO PAC

Nelson Barbosa, ministro interino da Fazenda, aumenta o desconto do investimento do alvo cheio de 2012

Cristiane Bonfanti / Gabriela Valente

Depois de realizar uma série de manobras fiscais para engordar os cofres públicos na virada do ano, para fechar as contas de 2012, o governo federal decidiu abater da meta de superávit primário — a economia feita para o pagamento de juros da dívida — R$ 38 bilhões referentes aos investimentos realizados no Programa de

Aceleração do Crescimento (PAC). A estimativa anunciada em novembro era de um abatimento de até R$ 25,6 bilhões. A equipe econômica entendeu, porém que, diante da queda na arrecadação, causada pelo baixo crescimento da atividade econômica e pela concessão de R$ 45 bilhões em desonerações tributárias no ano, seria necessário usar uma parte maior do espaço autorizado em lei.

A chamada meta cheia de superávit primário, sem desconto dos gastos do PAC, é de R$ 3,1% do Produto Interno Bruto (PIB) ou R$ 139,8 bilhões. Mas a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) permite deduzir desse montante até R$ 40,6 bilhões relativos a investimentos realizados no programa.

O ministro interino da Fazenda, Nelson Barbosa, explicou ao GLOBO que, de janeiro a novembro, o setor público consolidado (governo central, estados, municípios e estatais) registrou um superávit primário de R$ 82,7 bilhões. Para chegar à meta do ano, portanto, era preciso realizar um esforço fiscal de R$ 57,1 bilhões apenas em dezembro. Além dos R$ 38 bilhões de abatimento do PAC, entram R$ 12,4 bilhões sacados do Fundo Soberano e R$ 7 bilhões antecipados em dividendos do BNDES e da Caixa no último dia de 2012.

Apesar das críticas do mercado financeiro, Barbosa saiu pela primeira vez em defesa das operações

CD - AUTUAÇÃO 2013 2015 1655 SECRETARIA GERAL DA MESA

para injetar recursos extras no Tesouro e considerou que, além de estar dentro da legalidade, elas não comprometem a credibilidade do governo. Citou, por exemplo, que a previsão era de entrada de R$ 29 bilhões em dividendos dos bancos públicos e estatais no ano, mas que, até novembro, as empresas haviam repassado R$ 20,4 bilhões da parcela de seus lucros. Além disso, ressaltou, o Fundo Soberano foi criado em 2008 com o duplo objetivo de realizar operações cambiais e construir uma poupança fiscal, que pôde ser usada neste momento.

— Por fim, o PAC pode ser utilizado sempre que necessário. O momento em que a economia apresenta baixo crescimento é justamente o momento em que (o governo) tem de usar a flexibilidade fiscal para cumprir a meta — disse, ao destacar que a alternativa seria não realizar desonerações fiscais, o que causaria ainda mais lentidão na recuperação da economia, ou realizar um corte excessivo de gastos no país.

A seu ver, a política do Ministério da Fazenda no ano não implicará aumento da inflação — que ele estima abaixo de 5% no segundo semestre — pois a economia está saindo de um patamar de baixo crescimento e pode avançar mais rapidamente sem causar inflação. Ele destacou que, a despeito da utilização desses instrumentos, a dívida líquida do setor público deve ficar em 35% do PIB, ante 60% há uma década.
Meta indefinida para este ano

Para este ano, o ministro interino afirmou que só será possível definir a meta de economia do setor público, bem como se será necessário utilizar a prerrogativa de desconto dos gastos do PAC, após a aprovação do Orçamento pelo Congresso. Ele reafirmou que a previsão é de um crescimento de 4% do PIB.
Barbosa considerou que os cálculos publicados pelo GLOBO no domingo que indicam maquiagem na contabilidade do governo de R$ 200 bilhões em 2012, sobretudo devido ao reforço no caixa dos bancos, partem de um raciocínio "hipotético" e "equivocado". Sem confirmar o valor, ele disse que, além de capitalizar os bancos públicos, o governo realizou aportes nessas instituições para que, em um cenário de restrição de crédito de longo prazo, elas possam repassar os recursos ao setor privado e sustentar os investimentos.

— Está perfeitamente em linha com a contabilidade. Não se trata de maquiagem ou operação irregular. É empréstimo financeiro e, por ser financeiro, não entra na despesa primária.

VALOR ECONÔMICO - SP POLÍTICA 08/01/2013

17 - PSDB QUER EXPLICAÇÕES SOBRE ADOÇÃO DE MEDIDAS FISCAIS

http://www.valor.com.br/politica/2961076/psdb-quer-explicacoes-sobre-adocao-de-medidas-fiscais

Daniela Martins

De Brasília

O PSDB na Câmara vai protocolar entre hoje e amanhã um requerimento de convocação dos ministros da Fazenda, Guido Mantega, e do Planejamento, Miriam Belchior, para que eles expliquem o uso de "manobras contábeis" para o cumprimento da meta fiscal em 2012 na Comissão Representativa do Congresso.

Os tucanos querem que os ministros prestem informações sobre as medidas adotadas para aumentar receitas e cumprir a meta de superávit, como a antecipação de dividendos para a União por parte do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e da Caixa Econômica Federal e a compra de títulos pelo BNDES. O partido aponta que as despesas que não foram pagas no exercício anterior e que são transferidas para o ano seguinte, os chamados restos a pagar, são estimadas em R$

CD - SECRETARIA GERAL DA MESA - ATUAÇÃO 1656

200 bilhões neste ano. Segundo o **PSDB**, esse valor é dez vezes maior do que em relação a 2002.

O líder da sigla na Câmara, deputado Bruno Araújo (PE), afirmou que o assunto é urgente já que se configura como uma "alteração na política econômica com graves riscos para o país". "Essas manobras podem ter reflexos altamente nocivos para o país e, além disso, revelam que as contas públicas estão se deteriorando. O governo precisa ser mais transparente e dar explicações ao Congresso sobre o que está ocorrendo", disse em nota divulgada ontem.

Araújo apontou ainda que os ministros devem ser convocados pela Comissão Representativa, grupo de nove senadores e 19 deputados que representa o Parlamento durante o recesso, já que os trabalhos no Legislativo federal só voltam em fevereiro. Além das manobras, classificadas pelo partido como "maquiagem fiscal", o **PSDB** quer que Miriam Belchior esclareça aos parlamentares o atraso de obras e investimentos em infraestrutura.

O **PSDB** também vai protocolar um requerimento com pedido de informações sobre resultados do trabalho do grupo formado para formular propostas de desoneração tributária sobre os itens da cesta básica. A equipe foi criada em setembro, após o veto da presidente **Dilma** Rousseff à emenda do **PSDB** que estabelecia a redução a zero das alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), do PIS e da Cofins sobre os produtos da cesta básica e foi aprovada por unanimidade. O prazo para a conclusão dos trabalhos do grupo terminou em dezembro.

O GLOBO - RJ ECONOMIA 08/01/2013

18 - META FISCAL: GOVERNO ABATE MAIS R$ 13 BI DO PAC

Nelson Barbosa, ministro interino da Fazenda, aumenta o desconto do investimento do alvo cheio de 2012

Cristiane Bonfanti

Contabilidade. Nelson Barbosa: "Não se trata de maquiagem ou operação irregular"

BRASÍLIA Depois de realizar uma série de manobras fiscais para engordar os cofres públicos na virada do ano, para fechar as contas de 2012, o governo federal decidiu abater da meta de superávit primário - a economia feita para o pagamento de juros da dívida - R$ 38 bilhões referentes aos investimentos realizados no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). A estimativa anunciada em novembro era de um abatimento de até R$ 25,6 bilhões. A equipe econômica entendeu, porém que, diante da queda na arrecadação, causada pelo baixo crescimento da atividade econômica e pela concessão de R$ 45 bilhões em desonerações tributárias no ano, seria necessário usar uma parte maior do espaço autorizado em lei.

A chamada meta cheia de superávit primário, sem desconto dos gastos do PAC, é de R$ 3,1% do Produto Interno Bruto (PIB) ou R$ 139,8 bilhões. Mas a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) permite deduzir desse montante até R$ 40,6 bilhões relativos a investimentos realizados no programa.

O ministro interino da Fazenda, Nelson Barbosa, explicou ao GLOBO que, de janeiro a novembro, o setor público consolidado (governo central, estados, municípios e estatais) registrou um superávit primário de R$ 82,7 bilhões. Para chegar à meta do ano, portanto, era preciso realizar um esforço fiscal de R$ 57,1 bilhões apenas em dezembro. Além dos R$ 38 bilhões de abatimento do PAC, entram R$ 12,4 bilhões sacados do Fundo Soberano e R$ 7 bilhões antecipados em dividendos do BNDES e da Caixa no último dia de 2012.

Apesar das críticas do mercado financeiro, Barbosa saiu pela primeira vez em defesa das operações para injetar recursos extras no Tesouro e considerou que, além de estar dentro da legalidade, elas não comprometem a credibilidade do governo. Citou, por exemplo, que a previsão era de entrada de R$ 29 bilhões em dividendos dos bancos públicos e estatais no ano, mas que, até novembro, as empresas haviam repassado R$ 20,4 bilhões da parcela de seus lucros. Além disso, ressaltou, o Fundo Soberano

CD - SECRETARIA GERAL DA MESA - AUTUAÇÃO 1657

foi criado em 2008 com o duplo objetivo de realizar operações cambiais e construir uma poupança fiscal, que pôde ser usada neste momento.

- Por fim, o PAC pode ser utilizado sempre que necessário. O momento em que a economia apresenta baixo crescimento é justamente o momento em que (o governo) tem de usar a flexibilidade fiscal para cumprir a meta - disse, ao destacar que a alternativa seria não realizar desonerações fiscais, o que causaria ainda mais lentidão na recuperação da economia, ou realizar um corte excessivo de gastos no país.

A seu ver, a política do Ministério da Fazenda no ano não implicará aumento da inflação - que ele estima abaixo de 5% no segundo semestre - pois a economia está saindo de um patamar de baixo crescimento e pode avançar mais rapidamente sem causar inflação. Ele destacou que, a despeito da utilização desses instrumentos, a dívida líquida do setor público deve ficar em 35% do PIB, ante 60% há uma década.

Meta indefinida para este ano

Para este ano, o ministro interino afirmou que só será possível definir a meta de economia do setor público, bem como se será necessário utilizar a prerrogativa de desconto dos gastos do PAC, após a aprovação do Orçamento pelo Congresso. Ele reafirmou que a previsão é de um crescimento de 4% do PIB.

Barbosa considerou que os cálculos publicados pelo GLOBO no domingo que indicam maquiagem na contabilidade do governo de R$ 200 bilhões em 2012, sobretudo devido ao reforço no caixa dos bancos, partem de um raciocínio "hipotético" e "equivocado". Sem confirmar o valor, ele disse que, além de capitalizar os bancos públicos, o governo realizou aportes nessas instituições para que, em um cenário de restrição de crédito de longo prazo, elas possam repassar os recursos ao setor privado e sustentar os investimentos.

- Está perfeitamente em linha com a contabilidade. Não se trata de maquiagem ou operação irregular. É empréstimo financeiro e, por ser financeiro, não entra na despesa primária.

O GLOBO - RJ OPINIÃO 08/01/2013

19 - MANIPULAÇÃO REDUZ CONFIANÇA NO PAÍS

A conquista da estabilidade econômica não foi instantânea. Levou tempo para o Brasil passar a ser considerado como alternativa para grandes investidores globais. E entre os fatores de atração com que passou a contar o país incluem-se, além da estabilidade política, a seriedade e a transparência na condução da política econômica.

Pois esta seriedade e transparência estão seriamente abaladas depois de uma série de artifícios usados para melhorar as contas públicas, culminando com um pacote baixado no último dia útil do ano. Não fossem a atenção de analistas e até mesmo a sofisticação da contabilidade pública brasileira, o "jeitinho" para fazer o superávit primário de 2012 formalmente atingir a meta de 3,1% do PIB teria passado despercebido. Do pacote constaram dois decretos, uma medida provisória - assinados, portanto, pela presidente **Dilma** - e quatro portarias do Ministério da Fazenda, de responsabilidade de Guido Mantega. Pouco antes, foram transferidos R$ 12,4 bilhões do Fundo Soberano com o mesmo objetivo de inflar o superávit primário, como se fosse dinheiro derivado de corte de despesas ou acréscimo de arrecadação. Os decretos, a MP e as portarias, em linguagem cifrada, trataram de algumas operações, incluída a emissão de títulos públicos, pelas quais o BNDES e a Caixa Econômica, como já ocorreu no passado, anteciparam o pagamento de dividendos à União. No jogo de maquiagem, para justificar essas transferências, a CEF recebeu do BNDES, a fim de se capitalizar, ações de empresas das quais o banco participa. Assim, a instituição financeira estatal voltada à construção civil e projetos de sanamento se tornou sócia de um frigorífico (JBS), entre outras empresas. Tanto que a Caixa passou a ser chamada de "BNDESdoB". A situação é tão esdrúxula que se espera com certa ansiedade a publicação das respectivas exposições de motivos dos atos baixados no dia 28. É grande a curiosidade sobre como a

CD - COMISSÃO GERAL DA CÂMARA
AUTUAÇÃO
Fls. 1658

manobra será justificada.

Não é de hoje que o Tesouro faz operações de lançamento e entrega de títulos a bancos públicos para alavancá-los, sendo que parte dos recursos volta na forma de dividendos. Como estas capitalizações não são consideradas despesas primárias, na prática cria-se um "orçamento paralelo" à margem do Congresso, sem visibilidade. E, como há um subsídio embutido nas operações - os juros que o Tesouro paga pela dívida que contrai são maiores que os cobrados pelos bancos -, surgiu uma fonte de gastos fora de controle (R$ 15 bilhões em 2012).

Ao pacote soma-se a intenção do Planalto de flexibilizar a Lei de Responsabilidade Fiscal para facilitar a desoneração de setores escolhidos a dedo, e durante um prazo longo. O resultado de tudo é arranhar de maneira séria a credibilidade do Brasil no exterior, com reflexos em decisões de investimentos de longo prazo. Se a contabilidade pública não é confiável, tudo o mais perde credibilidade. Teria sido melhor justificar o fato de os 3,1% do superávit não terem sido alcançados.

CORREIO BRAZILIENSE - DF ECONOMIA 08/01/2013

20 - IPI MENOR NÃO SEGURA PRODUÇÃO

Fabricação de carros tem a primeira queda em 10 anos, mesmo com o benefício recebido do governo. Vendas batem recorde

DECO BANCILLON

Nem mesmo a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para carros zero ajudou a tirar o setor automotivo do atoleiro. Em 2012, mesmo com todas as medidas anunciadas pelo governo para estimular o consumo interno, a produção de veículos no país recuou 1,9%. Foi a primeira queda em uma década, e ocorre justamente em um ano em que as vendas bateram recorde histórico, chegando a 3,8 milhões de unidades vendidas, conforme informou ontem a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea). Ou seja, o benefício fiscal serviu apenas para reduzir os estoques das montadoras e garantir o faturamento.

O descompasso entre o consumo acelerado e o ritmo mais fraco da produção nas fábricas é a prova de que, ao apostar todas as fichas no modelo econômico ancorado no consumo, a equipe econômica da presidente Dilma Rousseff perdeu o rumo. Responsável por 22% do Produto Interno Bruto (PIB) industrial, o setor automotivo sempre foi visto pelo governo como uma área-chave para a retomada da atividade. A aposta era de que, diante das vendas maiores, as montadoras aumentariam a produção no mesmo ritmo e, com isso, os empresários seriam estimulados a desengavetarem projetos de investimentos. Mas não foi o que aconteceu.

Em 2012, diante da incerteza sobre a real velocidade da retomada, os investidores se retraíram. Ao todo, foram cinco trimestres consecutivos no vermelho da chamada Formação Bruta de Capital Fixo (FBC), taxa que mede o volume de investimentos na economia. "Consequentemente, o país foi colhendo pibinhos, ficando cada vez mais longe de colher um pibão", criticou o economista-chefe da SulAmérica Investimentos, Newton Rosa.

Antes de o governo reduzir o IPI, as vendas diárias nas concessionárias eram da ordem de 12,4 mil unidades. Com o tributo zerado, os emplacamentos chegaram a 16 mil por dia, um aumento de 29%. Em todo o ano de 2012, a contribuição da desoneração de impostos às vendas foi de 400 mil carros, conforme a Anfavea. Sem ela, portanto, a comercialização de veículos seria 0,2% menor em 2012 do que foi em 2011. "Ainda assim, está claro que o que houve foi queima de estoques. Se a indústria quisesse, poderia ter aumentado a produção, vendendo carros mais baratos. Mas optou pela via mais fácil, que é desovar o que estava encalhado contando com a ajuda do governo", disse Rosa.

Mesmo com a ajuda extra do IPI menor, houve demissões na indústria automobilística. Em meados do ano, após ser informada que a GM planejava fazer pesados cortes na unidade de São José dos Campos

CD - SECRETARIA GERAL DA MESA - AUTUAÇÃO 1659

(SP), a presidente Dilma determinou que o ministro da Fazenda, Guido Mantega, convocasse os executivos da montadora para que explicassem sobre os cortes. Foi preciso, na época, ameaçar cancelar os incentivos. O recado parece ter surtido efeito. Segundo a Anfavea, o emprego no setor automotivo fechou o ano passado com alta de 3,7%, com 149,9 mil trabalhadores empregados.

Barbosa minimiza maquiagem em contas
O ministro interino da Fazenda, Nelson Barbosa, afirmou ontem que a manobra contábil feita pelo governo para cumprir a meta de superavit primário de 2012 não compromete a credibilidade do país. "As operações que foram feitas estavam previstas na lei orçamentária. Elas são autorizadas pela legislação vigente e utilizam o espaço que o governo tem para cumprir a meta em anos atípicos, em que a receita vem abaixo do esperado", disse. Na semana passada, o governo realizou operações de triangulação financeira envolvendo o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES), a Caixa Econômica Federal e o Fundo Soberano, que engordaram a caixa do Tesouro em R$ 19,4 bilhões em dezembro, a fim de atingir a economia para o pagamento de juros da dívida. Especialistas avaliaram que o instrumento deteriora a política fiscal e mina a credibilidade da política econômica.

BRASIL 247 PODER 08/01/2013

21 - PSDB QUER OUVIR GUIDO E MIRIAM POR MANOBRA FISCAL

Depois de o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) sugerir a convocação do ministro Guido Mantega para explicar "manobras contábeis" de R$ 200 bilhões para o cumprimento da meta fiscal em 2012, o líder tucano na Câmara, Bruno Araújo (PE), anunciou que o partido protocola nesta semana um requerimento de convocação dos ministros da Fazenda e do Planejamento, Miriam Belchior. E os tucanos querem explicações antes mesmo do fim do recesso parlamentar

247- Consolidando a nova agenda da oposição, o **PSDB** vai protocolar na Câmara um requerimento de convocação dos ministros da Fazenda, Guido Mantega, e do Planejamento, Miriam Belchior, para que prestem explicações sobre uso de "manobras contábeis" para o cumprimento da meta fiscal em 2012 na Comissão Representativa do Congresso -- ou seja, antes mesmo do fim do recesso, em fevereiro. Mais cedo, o senador Alvaro Dias (**PSDB**-PR) havia sugerido a convocação de Mantega para que ele explicasse a tal "maquiagem" na Câmara e no Senado.

A assessoria do **PSDB** informou que o documento deve ser apresentado até a quarta-feira. Os tucanos querem que os ministros comentem as medidas adotadas para aumentar receitas e cumprir a meta de superavit. O partido aponta ainda que as despesas que os restos a pagar são estimados em R$ 200 bilhões neste ano, um valor é dez vezes maior do que em relação a 2002.

Líder do partido na Câmara, Bruno Araújo (PE) disse que o assunto é urgente, pois configura uma "alteração na política econômica com graves riscos para o país". "Essas manobras podem ter reflexos altamente nocivos para o país e, além disso, revelam que as contas públicas estão se deteriorando", analisou. "O governo precisa ser mais transparente e dar explicações ao Congresso sobre o que está ocorrendo", completa, em nota divulgada nesta segunda-feira.

Araújo defende que os ministros sejam convocados pela Comissão Representativa, grupo de nove senadores e 19 deputados que representa o Parlamento durante o recesso, já que os trabalhos no Legislativo federal só voltam em fevereiro. Além da tal "maquiagem fiscal", o **PSDB** quer que Miriam Belchior esclareça aos parlamentares o atraso de obras e investimentos em infraestrutura.

BRASIL 247 PODER 08/01/2013

22 - MANTEGA: "ESTOU ABISMADO COM O NÍVEL DAS CRÍTICAS"

CD
AUTUAÇÃO
1660
CÂMARA GERAL DA

Acusado pela oposição de cometer "manobras contábeis" para cumprir a meta fiscal em 2012, ministro da Fazenda se diz "estarrecido com esses raciocínios estapafúrdios". PSDB alega que governo está mascarando aumento de gastos e, como sugeriu o senador Alvaro Dias, quer ouvir explicações de Guido Mantega no Congresso. Líder tucano na Câmara, Bruno Araújo diz que partido irá protocolar requerimento de convocação ainda nessa semana. "Continuamos mantendo a solidez fiscal, apesar do cenário adverso", defende o ministro

247 – O ministro da Fazenda, Guido Mantega, diz que está "abismado" com os ataques que vêm sendo feitos sobre as medidas tomadas pelo governo federal para cumprir a meta do superávit em 2012. "Estou abismado com o nível das críticas", disse Mantega em referência ao que foi chamado de "manobras contábeis" pela oposição – o empréstimo de R$ 400 bilhões a bancos federais não contabilizados como despesa primária.

"Fico estarrecido com esses raciocínios estapafúrdios. Continuamos mantendo a solidez fiscal, apesar do cenário adverso", defendeu ainda o ministro. Segundo Mantega, o governo foi obrigado a usar "válvulas de escape" devido ao baixo crescimento da economia, das desonerações e da meta fiscal frustrada estaduais e municipais. De acordo com ele, porém, tudo foi feito dentro da lei.

Nesta segunda-feira 7, o líder do **PSDB** na Câmara, deputado Bruno Araújo (PE), afirmou que o partido deverá protocolar ainda nessa semana um requerimento de convocação de Mantega e da ministra do Planejamento, Miriam Belchior, para que prestem esclarecimentos no Congresso sobre a tal "maquiagem". O tucano defende que o assunto é urgente, pois configura uma "alteração na política econômica com graves riscos para o país".

Antes, o senador Alvaro Dias (**PSDB**-PR) já havia proposto a convocação, afirmando que a estratégia da equipe econômica de "escamotear a realidade fiscal" terá como consequência uma "herança terrível" para o país, com aumento da dívida pública e impacto na inflação. O senador se usou de argumentos similares aos de colunistas do Globo, como Merval Pereira e Miriam Leitão.

Mais desonerações em 2013

A resposta de Mantega às críticas foi dada durante uma entrevista ao jornal Valor Econômico, pela qual anunciou que o governo pretende fazer novas desonerações de impostos em 2013, além das previstas na proposta orçamentária. Segundo ele, o cumprimento da meta do superávit depende do crescimento da economia e do que for decidido a respeito de mais desonerações. Ele está otimista quanto à situação fiscal de 2013: acredita que ela será mais "confortável", diante da previsão do mercado sobre o crescimento do PIB, superior a 3%.

O GLOBO ONLINE PAÍS 08/01/2013

23 - MARCO MAIA: CONVITE A MANTEGA PARA EXPLICAR META FISCAL É DESNECESSÁRIO

Para presidente da Câmara, oposição não ajuda o país ao questionar medidas adotadas pelo governo

BRASÍLIA - O presidente da Câmara, Marco Maia (PT-RS) considera desnecessária a ida do ministro da Fazenda, Guido Mantega, ao Congresso para falar sobre a medida fiscal adotada para alcançar a meta de superávit primário - a economia do governo para pagar juros da dívida pública - o que foi chamada pela oposição de "manobra". Segundo afirmou Maia nesta terça-feira, o que foi feito é "um procedimento normal, natural e está na lei". Para o presidente da Câmara, a oposição está no seu papel e pode questionar a medida, mas isso não ajuda o país. A meta estabelecida para 2012 era de R$ 139,8 bilhões, e até novembro, o governo havia conseguido poupar R$ 82,7 bilhões.

- Está na lei, é permitido que se faça esse tipo de ajuste nas contas do governo. Portanto, não há nenhuma irregularidade, nada que leve a um debate, uma discussão mais acalorada por parte do Congresso Nacional em relação a esse tema. É obvio que a oposição está no seu papel, pode questionar, pode levantar dúvidas - disse Maia.

CD
COORDENAÇÃO
Fls 1661

O **PSDB** protocolou na tarde de hoje, na Mesa Diretora do Congresso Nacional, requerimento de convocação de Mantega e Miriam Belchior, do Planejamento, para prestarem esclarecimentos ainda durante o recesso na Comissão Representativa do Congresso. O requerimento precisa ser votado pela comissão representativa - 19 deputados e nove senadores escalados para ficar de plantão durante as férias do Legislativo. Mais cedo, Maia ainda questionou essa mobilização da oposição, e apontou o componente politico dessa movimentação.

- Agora, o grande questionamento que fica é: interessa a quem polêmica dessa natureza? - disse. - O que precisamos neste momento é cerrar fileiras, é estarmos todos juntos, é defendermos as medidas que foram tomadas pelo governo de forma acertada para enfrentar a crise econômica e financeira internacional e apostar que neste ano nos vamos ter um ano de crescimento econômico, de distribuição de renda, de aumento do numero de postos de trabalho, que é o que interessa a todo mundo. Eu acho que não interessa a nenhum brasileiro, esteja ele na situação ou na oposição, a nenhum cidadão, criar uma falsa polêmica em cima de um tema que só vai atrapalhar o Brasil e não contribuir, ajudar para seu crescimento.,

Para o presidente da Câmara, não há uma situação urgente que exija a presença de Mantega no Congresso antes do final do recesso:

- Depois que acabar o recesso, acho que é normal ministros virem dar explicação ao Congresso sobre os temas inerentes às suas áreas, sua atuação, não vejo nenhum problema nisso, faz parte da democracia, está previsto na Constituição e , portanto, encaro isso de forma natural e normal. Agora, trazê-lo para falar sobre esse tema, esse assunto, no momento em que precisamos buscar unidade do país para enfrentar essa crise financeira internacional, onde não há descumprimento de nenhuma regra, nenhuma legislação, acho desnecessário e não importante para o momento.

Na última semana, o governo anunciou o saque de R$ 12,4 bilhões do Fundo Soberano para cumprir a meta fiscal, além de permitir ao BNDES comprar com títulos do governo federal ações da Petrobras que estavam no Fundo Soberano, captando com a operação R$ 8,8 bilhões para os cofres do Tesouro. Além disso, o BNDES antecipou dividendos (lucro pago a acionistas) de R$ 2,3 bilhões ao governo. Nessa mesma linha de captação de recursos, a Caixa Econômica Federal repassou ao Tesouro R$ 4,7 bilhões também em dividendos.

- Esse superávit fiscal é fruto de maquiagem. Demonstra que as finanças públicas não são tratadas de forma transparente, o que gera desconfiança nos investidores. O assunto é sério e demanda explicação imediata - disse o deputado Carlos Sampaio (**PSDB**-SP), que protocolou o documento.

O GLOBO ONLINE PAÍS 08/01/2013

24 - PSDB PEDE QUE MANTEGA E MIRIAM BELCHIOR EXPLIQUEM MANOBRA CONTÁBIL AO CONGRESSO

(Reportagem de Maria Carolina Marcello)

BRASÍLIA, 8 Jan (Reuters) - O **PSDB** protocolou nesta terça-feira um requerimento pedindo a convocação dos ministros Guido Mantega, da Fazenda, e Miriam Belchior, do Planejamento, para que expliquem ao Congresso as manobras contábeis realizadas pelo governo para cumprir a meta de superávit primário de 2012.

O **PSDB** e partidos da oposição têm criticado a medida adotada pelo governo e a consideram uma "maquiagem" e um "artifício" que deve ser explicado ainda durante o recesso parlamentar --as atividades regulares do Congresso só serão retomadas no início de fevereiro.

"Essa maquiagem tem consequências drásticas na economia do país", disse o deputado Carlos Sampaio (SP), vice-líder do **PSDB** na Câmara, logo após protocolar o requerimento.

Na semana passada, o governo realizou operações de triangulação financeira envolvendo o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a Caixa Econômica Federal e o Fundo Soberano, que engordaram a caixa do Tesouro em 19,4 bilhões de reais em dezembro, para poder cumprir a meta de superávit primário de 2012.

Especialistas avaliaram que o instrumento deteriora a política fiscal, mina a credibilidade da política econômica e levanta suspeitas de que esses artifícios possam ser usados também em 2013.

O superávit primário é a economia que o governo faz para pagar os juros da dívida pública. A meta de 2012 foi fixada em 139,8 bilhões de reais.

Para que os ministros sejam de fato convocados ao Congresso, a comissão representativa –grupo de deputados e senadores que responde pelo Parlamento durante o recesso– tem de ser convocada para analisar o requerimento.

Mais cedo, o presidente da Câmara, Marco Maia (PT-RS), disse considerar "desnecessária" a convocação de Mantega durante o recesso parlamentar.

"Nós não temos uma situação urgente ou preemente que exija que o ministro venha inclusive antes do final do recesso", disse o presidente a jornalistas.

Já Sampaio acredita que há motivos suficientes para exigir a presença dos ministros no Congresso.

"Tem que ser para já. Nós não precisamos esperar o retorno... É importantíssimo que essas explicações sejam dadas durante o recesso", disse o líder tucano.

O **PSDB** protocolou ainda um pedido de informações à ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, sobre o andamento do grupo de trabalho criado para avaliar uma desoneração tributária a produtos da cesta básica.

O Congresso chegou a aprovar, em setembro do ano passado, uma emenda a uma MP que isentava contribuições sobre alimentos da cesta básica, mas o dispositivo foi vetado pela presidente **Dilma** Rousseff, que determinou a criação do grupo de trabalho, chefiado por Gleisi.

O DEM também pretende protocolar na quarta-feira um requerimento pedindo a presença do ministro da Fazenda para esclarecer "artifícios contábeis para o cumprimento do superávit primário".

TERRA POLÍTICA 08/01/2013

25 - PSDB PEDE QUE MANTEGA E MIRIAM BELCHIOR EXPLIQUEM MANOBRA CONTÁBIL AO CONGRESSO

(Reportagem de Maria Carolina Marcello)

O **PSDB** protocolou nesta terça-feira um requerimento pedindo a convocação dos ministros Guido Mantega, da Fazenda, e Miriam Belchior, do Planejamento, para que expliquem ao Congresso as manobras contábeis realizadas pelo governo para cumprir a meta de superávit primário de 2012.

O **PSDB** e partidos da oposição têm criticado a medida adotada pelo governo e a consideram uma "maquiagem" e um "artifício" que deve ser explicado ainda durante o recesso parlamentar --as atividades regulares do Congresso só serão retomadas no início de fevereiro.

"Essa maquiagem tem consequências drásticas na economia do país", disse o deputado Carlos Sampaio (SP), vice-líder do **PSDB** na Câmara, logo após protocolar o requerimento.

CD - SECRETARIA GERAL DA MESA
1663

Na semana passada, o governo realizou operações de triangulação financeira envolvendo o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a Caixa Econômica Federal e o Fundo Soberano, que engordaram a caixa do Tesouro em 19,4 bilhões de reais em dezembro, para poder cumprir a meta de superávit primário de 2012.

Especialistas avaliaram que o instrumento deteriora a política fiscal, mina a credibilidade da política econômica e levanta suspeitas de que esses artifícios possam ser usados também em 2013.

O superávit primário é a economia que o governo faz para pagar os juros da dívida pública. A meta de 2012 foi fixada em 139,8 bilhões de reais.

Para que os ministros sejam de fato convocados ao Congresso, a comissão representativa --grupo de deputados e senadores que responde pelo Parlamento durante o recesso– tem de ser convocada para analisar o requerimento.

Mais cedo, o presidente da Câmara, Marco Maia (PT-RS), disse considerar "desnecessária" a convocação de Mantega durante o recesso parlamentar.

"Nós não temos uma situação urgente ou preemente que exija que o ministro venha inclusive antes do final do recesso", disse o presidente a jornalistas.

Já Sampaio acredita que há motivos suficientes para exigir a presença dos ministros no Congresso.

"Tem que ser para já. Nós não precisamos esperar o retorno... É importantíssimo que essas explicações sejam dadas durante o recesso", disse o líder tucano.

O **PSDB** protocolou ainda um pedido de informações à ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, sobre o andamento do grupo de trabalho criado para avaliar uma desoneração tributária a produtos da cesta básica.

O Congresso chegou a aprovar, em setembro do ano passado, uma emenda a uma MP que isentava contribuições sobre alimentos da cesta básica, mas o dispositivo foi vetado pela presidente Dilma Rousseff, que determinou a criação do grupo de trabalho, chefiado por Gleisi.

O DEM também pretende protocolar na quarta-feira um requerimento pedindo a presença do ministro da Fazenda para esclarecer "artifícios contábeis para o cumprimento do superávit primário".

ESTADÃO ONLINE POLÍTICA 08/01/2013

26 - PSDB PEDE QUE MANTEGA E MIRIAM BELCHIOR EXPLIQUEM MANOBRA CONTÁBIL AO CONGRESSO

O **PSDB** protocolou nesta terça-feira um requerimento pedindo a convocação dos ministros Guido Mantega, da Fazenda, e Miriam Belchior, do Planejamento, para que expliquem ao Congresso as manobras contábeis realizadas pelo governo para cumprir a meta de superávit primário de 2012.

O **PSDB** e partidos da oposição têm criticado a medida adotada pelo governo e a consideram uma "maquiagem" e um "artifício" que deve ser explicado ainda durante o recesso parlamentar --as atividades regulares do Congresso só serão retomadas no início de fevereiro.

"Essa maquiagem tem consequências drásticas na economia do país", disse o deputado Carlos Sampaio (SP), vice-líder do **PSDB** na Câmara, logo após protocolar o requerimento.

CD - AUTUAÇÃO 16 64 - SECRETARIA GERAL DA MESA

Na semana passada, o governo realizou operações de triangulação financeira envolvendo o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a Caixa Econômica Federal e o Fundo Soberano, que engordaram a caixa do Tesouro em 19,4 bilhões de reais em dezembro, para poder cumprir a meta de superávit primário de 2012.

Especialistas avaliaram que o instrumento deteriora a política fiscal, mina a credibilidade da política econômica e levanta suspeitas de que esses artifícios possam ser usados também em 2013.

O superávit primário é a economia que o governo faz para pagar os juros da dívida pública. A meta de 2012 foi fixada em 139,8 bilhões de reais.

Para que os ministros sejam de fato convocados ao Congresso, a comissão representativa --grupo de deputados e senadores que responde pelo Parlamento durante o recesso-- tem de ser convocada para analisar o requerimento.

BRASIL 247 PODER 08/01/2013

27 - PSDB PEDE QUE MINISTROS EXPLIQUEM MANOBRA CONTÁBIL

O partido protocolou requerimento pedindo a convocação dos ministros Guido Mantega, da Fazenda, e Miriam Belchior, do Planejamento, para que expliquem ao Congresso as manobras contábeis realizadas pelo governo para cumprir a meta de superávit primário. "Essa maquiagem tem consequências drásticas na economia do país", disse o deputado Carlos Sampaio, vice-líder do PSDB na Câmara

BRASÍLIA, 8 Jan (Reuters) - O **PSDB** protocolou nesta terça-feira um requerimento pedindo a convocação dos ministros Guido Mantega, da Fazenda, e Miriam Belchior, do Planejamento, para que expliquem ao Congresso as manobras contábeis realizadas pelo governo para cumprir a meta de superávit primário de 2012.

O **PSDB** e partidos da oposição têm criticado a medida adotada pelo governo e a consideram uma "maquiagem" e um "artifício" que deve ser explicado ainda durante o recesso parlamentar --as atividades regulares do Congresso só serão retomadas no início de fevereiro.

"Essa maquiagem tem consequências drásticas na economia do país", disse o deputado Carlos Sampaio (SP), vice-líder do **PSDB** na Câmara, logo após protocolar o requerimento.

Na semana passada, o governo realizou operações de triangulação financeira envolvendo o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a Caixa Econômica Federal e o Fundo Soberano, que engordaram a caixa do Tesouro em 19,4 bilhões de reais em dezembro, para poder cumprir a meta de superávit primário de 2012.

Especialistas avaliaram que o instrumento deteriora a política fiscal, mina a credibilidade da política econômica e levanta suspeitas de que esses artifícios possam ser usados também em 2013.

O superávit primário é a economia que o governo faz para pagar os juros da dívida pública. A meta de 2012 foi fixada em 139,8 bilhões de reais.

Para que os ministros sejam de fato convocados ao Congresso, a comissão representativa --grupo de deputados e senadores que responde pelo Parlamento durante o recesso-- tem de ser convocada para analisar o requerimento.

Mais cedo, o presidente da Câmara, Marco Maia (PT-RS), disse considerar "desnecessária" a convocação de Mantega durante o recesso parlamentar.

"Nós não temos uma situação urgente ou preemente que exija que o ministro venha inclusive antes do final do recesso", disse o presidente a jornalistas.

CD
ATUAÇÃO
1665
SECRETARIA GERAL DA MESA

Já Sampaio acredita que há motivos suficientes para exigir a presença dos ministros no Congresso.

"Tem que ser para já. Nós não precisamos esperar o retorno... É importantíssimo que essas explicações sejam dadas durante o recesso", disse o líder tucano.

O **PSDB** protocolou ainda um pedido de informações à ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, sobre o andamento do grupo de trabalho criado para avaliar uma desoneração tributária a produtos da cesta básica.

O Congresso chegou a aprovar, em setembro do ano passado, uma emenda a uma MP que isentava contribuições sobre alimentos da cesta básica, mas o dispositivo foi vetado pela presidente **Dilma** Rousseff, que determinou a criação do grupo de trabalho, chefiado por Gleisi.

O DEM também pretende protocolar na quarta-feira um requerimento pedindo a presença do ministro da Fazenda para esclarecer "artifícios contábeis para o cumprimento do superávit primário".

(Reportagem de Maria Carolina Marcello)

EXAME ONLINE POLÍTICA 08/01/2013

28 - PSDB PEDE QUE MANTEGA E BELCHIOR EXPLIQUEM MANOBRA CONTÁBIL

Oposição considera medida que ajudou governo a cumprir meta do superávit primário uma "maquiagem" e pediu explicações durante o recesso parlamentar

Brasília - O **PSDB** protocolou nesta terça-feira um requerimento pedindo a convocação dos ministros Guido Mantega, da Fazenda, e Miriam Belchior, do Planejamento, para que expliquem ao Congresso as manobras contábeis realizadas pelo governo para cumprir a meta de superávit primário de 2012.

O **PSDB** e partidos da oposição têm criticado a medida adotada pelo governo e a consideram uma "maquiagem" e um "artifício" que deve ser explicado ainda durante o recesso parlamentar –as atividades regulares do Congresso só serão retomadas no início de fevereiro.

"Essa maquiagem tem consequências drásticas na economia do país", disse o deputado Carlos Sampaio (SP), vice-líder do **PSDB** na Câmara, logo após protocolar o requerimento.

Na semana passada, o governo realizou operações de triangulação financeira envolvendo o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a Caixa Econômica Federal e o Fundo Soberano, que engordaram a caixa do Tesouro em 19,4 bilhões de reais em dezembro, para poder cumprir a meta de superávit primário de 2012.

Especialistas avaliaram que o instrumento deteriora a política fiscal, mina a credibilidade da política econômica e levanta suspeitas de que esses artifícios possam ser usados também em 2013.

O superávit primário é a economia que o governo faz para pagar os juros da dívida pública. A meta de 2012 foi fixada em 139,8 bilhões de reais.

O GLOBO DOS LEITORES 09/01/2013

29 - SEM PROPÓSITO

CD - SECRETARIA GERAL DA MESA - AUTUAÇÃO 1666

* O assessor especial da Presidência para Assuntos Internacionais, Marco Aurélio Garcia, é mesmo muito especial, quando extrapola suas funções e arvora-se em intérprete da Constituição venezuelana, dando opiniões despropositadas. Até agora, sua especialidade tem sido a de adotar posições equivocadas, que trazem constrangimentos para o Brasil. Assim foi ao se colocar ao lado dos presidentes depostos da República dominicana, Manuel Zelaya, e da República paraguaia, Fernando Lugo. Será que não basta?
ANÁNDER KLEINMAN
RIO

* A presidente **Dilma** despachou o seu assessor especial Marco Aurélio Garcia para fazer um tour em Cuba e acompanhar a situação de Hugo Chávez. E quando ela vai mandar alguém a Xerém para verificar a evolução das providências para minorar a dor daquela gente? Por que um assessor da presidente tem que ir a Cuba para saber como está Chávez, se basta pegar o telefone com linha direta ao gabinete dos ditadores cubanos e peguntar tudo que quiser?
ODILON M. FONSECA
RIO

Racionamento

* Toda vez que Petrópolis tem apagão, dou gargalhadas e nada acontece: a luz não volta, a não ser depois de algumas horas. O povo brasileiro precisa se preparar para um novo racionamento de energia, tal como em 2001. E rezar para que não ocorra, embora o governo insista em dizer que está tudo normal... Se há outras opções de energia, por que não usá-las? São caras, sim, mas invistamos nelas e esqueçamos do trem-bala, das Olimpíadas e da Copa. Nosso povo tem prioridade!
ANNA MARIA STAMILE RACCO
PETRÓPOLIS, RJ

* Aguardamos a presidente **Dilma** Rousseff anunciar em cadeia nacional o aumento do valor da energia. Merecemos explicações, já que durante as eleições ela foi para a TV anunciar que este valor iria diminuir. Pois então, foi eleitoral? É preciso respeitar a população, pelo menos, com as explicações.
SOLANGE DELOCCO COUTINHO
RIO

Maquiagem fiscal

* Segundo o ministro interino da Fazenda, Nelson Barbosa, as manobras fiscais para cumprir a meta de superávit primário de 2012 estão dentro da lei orçamentária aprovada no Congresso, e não comprometem a credibilidade do governo. Engano. Se há algo que afetou seriamente esta credibilidade, inclusive perante o resto do mundo, foi essa maquiagem extemporânea, pois ocorreu num momento em que a condução da economia brasileira está na berlinda, sendo bastante criticada. Quanto à legalidade da manobra, foi como a posse de Genoino no Congresso: legal, mas imoral.
RONALDO GOMES FERRAZ
RIO

* Os investidores estrangeiros, com razão, ficarão indecisos em investir num país que poderia admitir não ter atingido a meta fiscal prometida, mais correta forma de justificativa. Mas a desadministração que toma conta do Planalto preferiu reforçar a opinião daquele estadista francês sobre a seriedade inexistente por aqui. Não é a primeira vez que esse tipo de manipulação é executado, sem que entretanto alguma instituição tenha se manifestado. O que se vê é o país caminhar a passos largos, substituindo a República democrática por um Império socialista.
JAIR GOMES COELHO
VASSOURAS, RJ

* Casa de ferreiro, espeto de pau, diz o antigo ditado. A presidente **Dilma** passou 2012 ensinando a Sarkozy, a Merkel e a outros presidentes e/ou ministros de países europeus a superar a crise econômica. Fechado o ano, vemos no Brasil inflação em alta, superávit maquiado, PIB ridículo, indústria estagnada, investimentos públicos zerados, crise no setor de energia. Reforma tributária, nem pensar. Investimentos em educação, esqueça. Vamos torcer para 2015 chegar logo....
ERNANI ALVES BRAZ FILHO
RIO

CD SECRETARIA GERAL DA MESA AUTUAÇÃO 1667

Praia e Cachoeira

* Devido ao forte estresse ao qual foi submetido durante o tempo em que esteve preso, amparado por um habeas corpus e por orientação médica, o contraventor Carlinhos Cachoeira foi se tratar na praia. Nada de terapia, Rivotril ou tratamentos alternativos. Simplesmente muito sol, água salgada cristalina, cervejinha estupidamente gelada e uma bela esposa, num dos melhores resorts da Bahia. Amigo, com um tratamento desses, não há depressão que resista.
GERALDO LISBÔA
NITERÓI, RJ

* Uma afronta aos cidadãos que pagam seus impostos ver Carlinhos Cachoeira, por ordem médica, hospedado num resort cuja diária é superior a R$ 3 mil. O sujeito foi condenado a quase 40 anos de prisão e está curtindo e, provavelmente, rindo da nossa cara, gastando dinheiro ganho com jogo ilegal e corrupção. Que Justiça é essa que em nome da moral e dos bons costumes não toma providências para que tamanha aberração jurídica não fira aqueles que querem repassar aos seus filhos o bom-senso de que viver honestamente compensa?
PAULO ANDRÉ P. MARQUES
RIO

* Como fiquei com pena do sr. Cachoeira. Imaginemos que o profissional que fez a recomendação vá trabalhar em uma penitenciária e recomende, com a máxima urgência, descanso em um resort a todo o efetivo de presos, para que não fiquem estressados e voltem a cumprir as penas livres de problemas clínicos. E o que deve ser feito com aqueles que vão para o trabalho em ônibus lotados, trens horrorosos, que chegam suados, já cansados, com péssima alimentação, que se arrebentam para pôr a comida em casa? Cansei, todos cansamos, chega!
PAULO DANIOTTI
RIO

O GLOBO PANORAMA POLÍTICO 09/01/2013

30 - A DIVISÃO DOS TUCANOS

Ilimar Franco

O ex-governador **José Serra** não apoia o senador **Aécio Neves** (MG) à Presidência. E não crê que voltará a ser candidato pelo **PSDB** em 2014. Escanteado no partido, seus aliados dizem que também seria inviável concorrer pelo PPS, que tem apenas 40 segundos na TV. Para os serristas, as opções são: os governadores **Geraldo Alckmin** (PSDB-SP) ou **Eduardo Campos** (PSB-PE).

Voluntários latino-americanos

O governo brasileiro decidiu abrir para os demais países da América Latina o seu programa de voluntários para a Copa do Mundo de 2014. Os governos da Argentina e do Uruguai já receberam essa informação do ministro Aldo Rebelo (Esporte). Esses voluntários atuarão de forma complementar (aeroportos, rodoviárias e outros locais públicos) aos da Fifa, com atribuições nos estádios e nas "Fun Fest" Na quarta-feira da próxima semana, o governo vai lançar o programa de voluntários para a Copa das Confederações, que vai se realizar de 15 a 30 de junho deste ano. Neste caso, por questões operacionais, somente serão selecionados voluntários brasileiros.

"É mais que maquiagem. É uma mudança de política econômica. O governo **Dilma** fez uma operação para se libertar do cumprimento de metas fiscais"

Bruno Araújo

Líder do **PSDB** na Câmara (PE)

CD
AUTUAÇÃO
16 68
SECRETARIA GERAL DA MESA

Fazendo a corte

O vice Michel Temer teve vários encontros com o deputado Arnaldo Jardim (PPS-SP). Convidou-o para ingressar no PMDB. Para segurar o descontente, o ex-governador **José Serra** (PSDB) se reúne com Jardim nesta semana.

Ele é o cara

O ex-presidente Lula e o PT estão em campanha para fazer do ministro do STJ Benedito Gonçalves o sucessor de Carlos Ayres Britto no STF. Petistas acreditam, como no caso "do ministro Luiz Fux, qüe Benedito será benevolente no julgamento dos recursos do mensalão, podendo até rever para baixo as penas de José Genoino e José Dirceu.

Este pessoal não, aprende

O PT optou pelo candidato do bicheiro José Carlos Gratz, Carlos Von Shilgen (PSL), nas novas eleições para a prefeitura de Guarapari (ES), em 3 de fevereiro. Os petistas abandonaram a candidatura do socialista Ricardo Conde.

Por melhor interlocução

Governadores que reclamam da falta de interlocução com a presidente **Dilma** sugeriram que ela crie um ministério ou ao menos designe alguém para conversar com os estados sobre a agenda federativa. Seria uma espécie de Secretaria de Relações Institucionais com os Estados. Eles argumentam que o Congresso e os prefeitos têm a quem recorrer: SRI e Cidades.

Imersão

Encontro da presidente **Dilma** com os novos prefeitos foi ampliado para três dias, de 28 a 30 de janeiro. Os ministros das áreas de maior interesse das prefeituras (Desenvolvimento Social, Saúde e Educação) vão dedicar tempo integral aos gestores.

Correndo contra o tempo

O senador **Aécio Neves** (**PSDB**-MG) vai ficar um mês fora do radar. Tirou férias para descansar. Mas, quando retornar, vai colocar os pés na estrada e encarar a campanha antecipada. Os tucanos avaliam que a sucessão já está nas ruas.

Abatido no voo. Paulo Vieira, ex-diretor da ANA, pego na Operação Porto Seguro, preparava-se para concorrer a deputado pelo PT de São Paulo.

Com Simone Iglesias, sucursais e correspondentes panoramapolitico@oglobo.com.br

CORREIO BRAZILIENSE - DF ECONOMIA 09/01/2013

31 - UMA "IDEIA DE JERICO"

ANA D

O mal-estar dentro do governo por conta do malabarismo contábil para aumentar as receitas em R$ 15,8 bilhões e garantir o cumprimento da meta do superavit primário em 2012 — a economia do setor público para pagamento de juros da dívida pública — está grande. Quem propôs a contabilidade criativa, que incluiu a antecipação de receitas advindas de dividendos de estatais referentes a 2013, foi o secretário do Tesouro Nacional, Arno Augustin, auxiliado pelos seus subsecretários Marcus Pereira Aucélio e Cleber de Oliveira. As notas com os valores a mais — classificadas na Esplanada dos Ministérios como

CD - SECRETARIA GERAL DA MESA - ATUAÇÃO 2011-2015 1669

"ideia de jerico" — foram apresentadas ao ministro da Fazenda, Guido Mantega, e ao secretário executivo da pasta, Nelson Barbosa, que encamparam a proposta e a levaram à apreciação e à aprovação da presidente **Dilma** Rousseff.

Mas o que parecia, para eles, uma boa saída foi um tiro no pé. A crítica unânime entre economistas e analistas do mercado é de que o governo conseguiu apenas abalar fortemente a credibilidade da política econômica, que, desde 1999, sedimentou o caminho para o crescimento da atividade e o bem-estar geral da população, com queda do desemprego e aumento real da renda. "Criaram tanta desconfiança por nada. Quem se deixaria enganar?", resumiu o ex-presidente do Banco Central Gustavo Loyola, sócio-diretor da Tendências Consultoria Integrada. "Um desgaste grande sem nenhum benefício", emendou o economista Raul Velloso.

Para os dois especialistas, o governo deveria ter vindo a público admitir que não conseguiu alcançar, com os estados e os municípios, a meta prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). "Pior que não cumpri-la é a falta de transparência que fica", constatou Loyola. Para Velloso, o governo tinha dois caminhos: assumir o descumprimento, utilizando razões até justificáveis — como a conjuntura externa desfavorável — ou forçar o fechamento das finanças, como fez sem conseguir convencer. "Eles optaram pelo pior deles", disse.

O próprio Mantega já vinha admitindo, nos últimos meses de 2012, que a meta do superavit não seria atingida. Quem manteve outra toada o ano todo foi o secretário Arno Augustin. Desde agosto, quando o desempenho das receitas e das despesas apontava para a dificuldade de economizar o programado, ele insistia, nas entrevistas mensais de divulgação do balanço das contas públicas, que o total programado seria, sim, cumprido. Procurados, o Ministério da Fazenda e a Secretaria do Tesouro Nacional não se manifestaram.

Outro desgaste

Obstinação na defesa das suas ideias é uma característica do secretário do Tesouro Nacional, que tem bom prestígio junto à presidente **Dilma** Rousseff. Augustin também foi o principal responsável por outro desgaste sofrido pelo Palácio do Planalto recentemente. Ele defendeu com unhas e dentes, em diversas reuniões com a Presidência, a mudança do modelo de concessões dos aeroportos que já estava em curso desde 2011. No ano passado, quando chegou a vez dos terminais do Galeão (RJ) e de Cofins (BH), o secretário insistiu na proposta de garantir à estatal Infraero o controle majoritário dos consórcios que os administraria. Os sócios privados não gostaram, e o processo de privatização emperrou.

O governo teve que voltar atrás e manter o modelo defendido desde o início pela Secretaria de Aviação Civil (SAC) e pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). O cronograma atrasou, e ficaram as críticas e as desconfianças de que o governo muda as regras no meio do caminho. Depois dessa nova bola fora com a maquiagem das contas públicas, o prestígio de Arno Augustin no Palácio do Planalto já não é mais o mesmo.

Resgate do Fundo Soberano

O Conselho Deliberativo do Fundo Soberano publicou no Diário Oficial da União de ontem uma resolução assinada pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega, para o resgate de cotas do Fundo Fiscal de Investimentos e Estabilização (FFIE) que pertencem ao Fundo Soberano. A ação foi autorizada até o limite de R$ 12,6 bilhões. Desse total, no entanto, deverão ser usados R$ 12,4 bilhões para cumprir a meta de superavit primário do governo de 2012, fixada em R$ 139,8 bilhões.

HOJE EM DIA - MG POLÍTICA 09/01/2013

32 - PSDB QUER EXPLICAÇÕES SOBRE "MAQUIAGEM" NAS CONTAS PÚBLICAS

Alegando que o governo federal maquiou as contas públicas para atingir o superávit fiscal registrado em

CD
SECRETARIA GERAL DA MESA
APRESENTAÇÃO
Fls. 1670

2012, o deputado federal Carlos Sampaio (**PSDB**-SP) apresentou um requerimento para que os ministros da Fazenda, Guido Mantega, e do Planejamento, Miriam Belchior, compareçam ao Congresso Nacional para prestar esclarecimentos. Ao entregar o requerimento na tarde de terça-feira (8), o líder do **PSDB** na Câmara defendeu a audiência com os ministros ainda durante o recesso parlamentar, que termina em 1º de fevereiro.

Sampaio reiterou as acusações de que o governo promoveu "manobras contábeis" para aumentar suas receitas – e, portanto, o superávit. Entre as manobras estariam, segundo o deputado, a antecipação de dividendos à União por parte da Caixa Econômica Federal e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a compra de ações da Petrobras pelo BNDES – esta última com o objetivo de utilizar os recursos do Fundo Soberano.

"As manobras contábeis foram feitas para evidenciar o que não ocorreu, ou seja, que o governo teria arrecadado mais do que gastou", frisou. O deputado do **PSDB** também disse que "manipulações" desse tipo provocam desconfiança nos investidores, "pois demonstram que as finanças públicas não são tratadas de forma séria e transparente".

Ao insistir no comparecimento dos ministros antes mesmo do início da sessão legislativa, em fevereiro, Sampaio argumentou que o caso é grave, demanda explicação imediata e vem sendo destacado tanto pela imprensa quanto por especialistas em economia. Em janeiro, Mantega e Belchior prestariam esclarecimentos à Comissão Representativa, grupo de senadores e deputados federais que representam o Congresso durante o recesso parlamentar.

Para que os ministros compareçam durante o recesso, será necessário que o presidente do Congresso, José Sarney, marque uma sessão para que se vote e aprove o requerimento. O deputado informou que tentará conversar com Sarney nesta quarta-feira (9).

Procurados pela reportagem, os ministérios ainda não se posicionaram sobre o assunto, alegando que os ministros estão de férias.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - PE POLÍTICA 09/01/2013

33 - PSDB CONVOCA MINISTROS PARA EXPLICAR MANIPULAÇÃO NAS CONTAS DO GOVERNO

Partido na Câmara apresenta pedido de convocação de ministros para explicar manipulação nas contas do governo

O **PSDB** na Câmara protocolou nesta terça-feira (8), na Comissão Representativa do Congresso, requerimento de convocação dos ministros da Fazenda, Guido Mantega, e do Planejamento, Orçamento e Gestão, Miriam Belchior. O pedido é para que eles expliquem as manobras contábeis usadas pelo governo federal para aumentar receitas e cumprir a meta fiscal em 2012. O documento foi apresentado pelo líder eleito para comandar a bancada tucana a partir de fevereiro, Carlos Sampaio (SP). O deputado é titular na comissão.

De acordo com o parlamentar, o superávit primário é fruto de manipulação. A maquiagem nas contas públicas traz consequências drásticas para a economia do país, como a desconfiança nos investidores, segundo Sampaio. "As finanças públicas não são tratadas de foram séria e transparente. Isso gera no investidor um sentimento de desconfiança, que deixa de investir. Uma economia em que não há investimento é uma economia que não cresce", declarou, durante entrevista coletiva.

Conforme destacou, diante da relevância do tema, a convocação dos ministros é urgente. "É evidente que o assunto é sério e demanda uma explicação imediata. Temos que voltar nossos olhos para esse tema e é para já. Não podemos aguardar o retorno do recesso parlamentar", disse. "Se não existe manobra ou maquiagem, que o governo dê essas explicações à Comissão Representativa. Não há porque se negar a dar esclarecimentos sobre algo que interfere diretamente na economia, na vida do brasileiro. É importantíssimo que essa informação seja prestada durante o recesso", acrescentou.

CD
SECRETARIA GERAL DA MESA
APRESENTAÇÃO
Fls. 1671

A vinda dos ministros ao Congresso depende da aprovação do requerimento pela maioria dos membros do colegiado. Sampaio lembrou que o presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), já convocou a Comissão Representativa durante o recesso em outras ocasiões, "quando o assunto era grave e urgente". "Há precedentes nesse sentido. Aí a importância desse requerimento", explicou.

O superávit é a economia feita pelo setor público para o pagamento de juros da dívida. A maquiagem na contabilidade do governo chegou a R$ 200 bilhões no ano passado, sobretudo devido ao reforço no caixa dos bancos públicos, conforme destacou o jornal "O Globo". Sem esse artifício, as despesas chegariam a R$ 1 trilhão.

FOLHA DE S. PAULO - SP MERCADO 12/01/2013

34 - ARTIFÍCIOS DISTORCEM AUSTERIDADE E INVESTIMENTO

GUSTAVO PATU

Um incauto que quisesse conhecer as contas do governo poderia crer que uma fonte usual de receita do Tesouro é uma certa "cessão onerosa para exploração do petróleo".

Afinal, essa rubrica consta de todos os relatórios mensais dos resultados do Tesouro e de uma planilha oficial que registra a evolução dos principais componentes da receita e da despesa federal desde janeiro de 1997.

Mas, quando se observam os dados com mais atenção, percebe-se que o valor arrecadado com a tal "cessão onerosa" é zero em 190 dos 191 meses do período. Só em setembro de 2010 aparecem espetaculares R$ 74,8 bilhões.

A rubrica e a sucessão de zeros na estatística são parte de um esforço quase heroico para dar aparência de normalidade a uma insólita manobra para camuflar o estouro das contas federais.

O dinheiro foi pago ao Tesouro pela Petrobras, que recebera títulos da dívida federal para engordar seu caixa. De tão extravagante, a operação não se encaixava nos itens da contabilidade pública -foi preciso introduzir um novo.

As consequências vão além da anedota. A análise da política fiscal, fundamental para as previsões de endividamento público e inflação, depende da solidez dos dados.

Os números oficiais indicam, por exemplo, piora da receita em 2011 -ocorreu o contrário. Da mesma forma enganosa, 2010 e 2012 parecem períodos de austeridade nos quadros do Tesouro.

A maquiagem não se restringe aos truques necessários para cumprir as metas fiscais. As estatísticas mostram também um forte aumento dos investimentos do governo em 2012, a despeito da estagnação na infraestrutura.

Para tanto, subsídios do Minha Casa, Minha Vida passaram a ser contabilizados ao lado das obras públicas. O gasto com investimentos subiu, literalmente, por decreto -assinado por **Dilma** para sacramentar a reclassificação dos subsídios.

O ESTADO DE SÃO PAULO MAC MARGOLIS 13/01/2013

35 - A FARSA CHAVISTA

CD
SECRETARIA GERAL DA MESA
Fls. 1672

Mac Margolis

Para quem teima em chamar de democracia a Venezuela na era de Hugo Chávez, os últimos dias têm sido um desafio. O líder reeleito permanece em Cuba, no seu leito hospitalar, ora se convalescendo, ora agonizando – escolhe você a sua versão – de um câncer. O fato é que, além da cúpula caraquenha, dos irmãos Raúl e Fidel Castro e da equipe médica de Havana, ninguém mais sabe e nada se pode afirmar com certeza a respeito do estado verdadeiro do paciente venezuelano. Desde o dia 11 de dezembro, não houve nenhum pronunciamento oficial, tuíte ou sequer imagem do presidente venezuelano que, depois de tanto garantir que estava curado de um câncer misterioso, voltou às pressas à mesa de cirurgia cubana. Como "imprevisto", o presidente eleito foi declarado temporariamente indisponível e a sua posse, marcada para o dia 10, acabou adiada. Nesse meio tempo, o país continua na mão da junta bolivariana, sob a guarda de Nicolas Maduro, o vice-presidente, cujo mandato tecnicamente acabou, mas que insiste no cargo, teleguiado pelo comandante invisível.

Se na União Soviética o stalinismo fortaleceu-se apagando dos retratos oficiais a imagem de muitos camaradas indesejados, atualmente, a oligarquia chavista agarra-se ao poder evocando a vontade do presidente fantasma. Cada um com sua própria maquiagem. Chávez pode estar vivo ou não,mas a democracia venezuelana, que até na gestão chavista sempre manteve certas aparências – como eleições populares e liberdade tutelada de expressão–, já caducou. Exagero dos neoimperialistas? Pergunte aos produtores da Globovisión, o canal de televisão independente, um dos poucos críticos do governo, que foi proibido de transmitir um debate sobre as regras constitucionais de sucessão. Talvez por isso, a comovente manifestação popular da última quinta-feira nas ruas de Caracas, convocada no lugar da posse, tendia mais para um réquiem sobre um herói tombado do que a comemoração de um governo renovado. Populares às lágrimas alçaram bonecos do líder pintado em cartolina. Caças da Força Aérea venezuelana costuraram os céus. O animador de televisão, Wilson Vallenilla prostrou-se de joelhos na terra para solidarizar-se com o líder adoentado. O presidente boliviano, Evo Morales, relembrou, em tom de veneração, a evolução da receita petroleira do longo do governo chavista, enquanto Maduro ameaçou quem ousasse desafiar o legado bolivariano. "Não haverá direita apátrida que possa manchar a marca do comandante Hugo Chávez", declarou o ex-chanceler. Para onde vai o governo acéfalo não se sabe.

Como a oposição política e juristas tarimbados não se cansam de lembrar, a sucessão pisoteou a Constituição. De acordo com o Artigo 233 da Carta, o impedimento absoluto do presidente eleito antes da sua posse confere o poder ao presidente da Assembléia Nacional, que, por sua vez, deve convocar novas eleições gerais no prazo de 30 dias. No entanto, nas entrelinhas da Carta, redigida por uma Assembleia Constituinte loteada de chavistas, há brechas oportunistas. Uma delas dá ares de legalidade à manobra bolivariana. Em caso de impedimento "temporário", o presidente eleito pode ser declarado provisoriamente ausente (Artigo 234) e a sua posse adiada por até seis meses. Só que, por essa via, quem assume seria também o presidente da Assembleia Nacional, Diosdado Cabello – e não Maduro, cujo primeiro mandato como vice terminou no dia 10. No entanto, o Tribunal Superior de Justiça (TSJ), de maioria chavista, inovou ainda mais ao declarar desnecessária a posse presidencial, como argumento de que Chávez é sucessor dele mesmo. Por isso, o rito da posse seria um mero formalismo (leiase, firula burguesa). No cálculo chavista, já que o povo votou em Chávez, é o povo que toma posse no seu lugar. Quem garante é a cúpula governante, que se diz ungido do líder. Assim, há uma certa consistência na lógica tortuosa bolivariana, antes e depois de Chávez. Na Constituição venezuelana, vale o escrito.Pelo menos até que o poder de momento escreva outra coisa

CORREIO BRAZILIENSE - DF ECONOMIA 14/01/2013

36 - MANTEGA NA ENCRUZILHADA

Equipe econômica começa ano tendo que controlar inflação em alta para manter juros baixos, ao mesmo tempo que enfrenta desconfiança dos investidores e empresários por maquiar dados do orçamento

» ANA D"ANGELO

CD - SECRETARIA GERAL DA MESA - LEGISLAÇÃO
Fls. 1673

Depois de prometer um Pibão e entregar um Produto Interno Bruto (PIB) minguado em 2012, acompanhado de uma inflação alta e regado à maquiagem nas contas públicas, a presidente **Dilma** Rousseff inicia o terceiro ano de mandato com a política econômica numa encruzilhada. Precisa garantir um crescimento mais forte em 2013, sem pressionar os índices de preços e tendo de enfrentar uma indústria e um comércio descrentes e desconfiados, que não estão dispostos, por enquanto, a desengavetar os investimentos.

Embora comemore o fato de o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), em 2012, ter ficado em 5,84%, pouco acima do centro da meta, de 4,5%, o Banco Central está preocupado com a escalada da inflação, porque o governo não pretende aumentar a taxa de juros tão cedo. A boa notícia para a equipe do ministro da Fazenda, Guido Mantega, é que uma parte dos especialistas confirma a expectativa oficial de que os preços, em 2013, não deverão subir mais que em 2012.

O mais difícil, no entanto, será resgatar a credibilidade do empresariado para que faça investimentos nos negócios, a fim de aumentar a produtividade da indústria e, assim, gerar crescimento maior do PIB sem inflar os preços. As previsões oficiais até agora são de que o PIB avance em torno de 3% este ano, mas ninguém de fora do governo conta muito com isso, tamanha a incredulidade que tomou o meio produtivo em relação ao que a equipe econômica declara. Não à toa, a presidente **Dilma** Rousseff começou a receber, na semana passada, grandes empresários no Palácio do Planalto.

João Saboia, professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), lembra que o modelo de crescimento do PIB baseado no consumo interno e na oferta de crédito se esgotou. Agora, a economia tem que seguir em frente a partir da retomada dos investimentos, especialmente os privados, dada a limitação da capacidade do Executivo de fazer isso. "Mas essa decisão de investir depende das expectativas que o setor privado tem e que, no momento, estão muito frustradas", destaca.

Estremecimento

O último abalo na confiança dos investidores foi a malfadada manobra fiscal, com a injeção de receitas advindas de vias controversas, como o resgate de recursos do Fundo Soberano, para o governo mostrar que conseguiu cumprir a programada meta de 3,1% do PIB de superavit primário — a economia para pagamento de juros da dívida pública.

Apesar dos acertos na adoção de algumas medidas importantes, como o corte da taxa básica de juros — está em 7,25% ao ano — e a redução do custo de energia, o governo é unanimemente visto pelos analistas como aquele que derrapa na forma de implementar as medidas e na de se comunicar com os agentes econômicos, ao mesmo tempo que não oferece ao empresariado um projeto de crescimento a médio e a longo prazos, com regras claras e seguras.

Os técnicos do Banco Central têm sentenciado que o Executivo perdeu a guerra da comunicação depois da apresentação "criativa" da contabilidade para o fechamento de 2012, classificada de "ideia de jerico" na Esplanada dos Ministérios. Antes, as críticas já estavam fortes devido à forma como decidiu promover a redução das contas de energia, além da bagunça na privatização dos aeroportos.

Equívoco

"Em períodos de crise, o orçamento tem característica mais anticíclica e o controle das contas públicas acaba sendo mais frouxo (com redução da carga tributária e maiores gastos, se necessários, para aquecer a economia). O maior problema não é ser desse jeito, mas, sim, insistir numa estratégia de comunicação equivocada. É o governo continuar dizendo que vai cumprir a meta, que o país crescerá 4%, quando não vai", afirma o economista-chefe da Gradual Investimentos, André Perfeito.

Simão Silber, professor da Faculdade de Economia da Universidade São Paulo (USP), concorda: "Hoje, nenhum analista ou empresário vê com firmeza as políticas anti-inflacionária, fiscal e cambial do governo, nem a de incentivos. Está tudo muito incerto, pois é um governo imediatista", observa. Por conta dessas inseguranças e derrapagens, a capacidade do ministro da Fazenda, Guido Mantega, de conduzir a política econômica está sob dúvida nos mercados interno e internacional, apesar da situação

CD
SECRETARIA GERAL DA MESA
AUTUAÇÃO
Fls. 1674

confortável do país em relação a alguns indicadores, como a menor relação da dívida pública com o PIB.

Também é nesse ambiente de dúvidas que aparece outro problema da política econômica: a falta de medidas "horizontais", nas palavras de João Saboia. Os economistas são unânimes em afirmar que o governo tem optado por medidas pontuais, "verticais", de resultado a curto prazo, sem sinalizar para o empresariado um rumo a médio e a longo prazos. Um exemplo são as desonerações de impostos para alguns setores da indústria. Além de seletivas, são temporárias.

"Estão faltando medidas de caráter mais geral para apontar ao empresariado, com mais clareza, para onde estamos indo", diz Saboia. Para Silber, a redução de impostos, por exemplo, deveria ser estendida a todos os setores da indústria de forma permanente, para permitir o planejamento das atividades num espaço de tempo maior.

O ESTADO DE SÃO PAULO	FÓRUM DOS LEITORES	15/01/2013

37 - GOVERNO DILMA

GOVERNO **Dilma**

PIB e inflação

Cara PresidenTa **Dilma** Rousseff, em vez de querer ensinar a países europeus como sair da crise, proponho que a senhora faça uma viagem a países mais próximos, como Chile e Colômbia, para com o seu ministro da Fazenda, aprender com conseguir um crescimento da ordem de 5% e uma inflação na casa dos 2,5% anuais.

CARLOS ANGELO FERRO

carlosangelo@uol.com.br

Mogi-Mirim

Incógnita em 2013

E aí, dona **Dilma**, vamos liberar o aumento dos combustíveis, exigido por dona Graça (presidente da Petrobrás)? Vamos elevar a inflação de 2013 acima dos 6,5% previstos para o IPCA?

ULYSSES F. NUNES JUNIOR

ulyssesfn@terra.com.br

São Paulo

Tragédia anunciada

O desastre econômico de 2013 vai fazer da crise na União Europeia uma marolinha. Assim que o salvamento da Petrobrás for posto em prática, com o aumento dos combustíveis represado há quase uma década e mais da metade da população endividada no limite, teremos aumento da inflação, inadimplência recorde, sistema financeiro seriamente afetado, aumento dos juros e do desemprego. Querem mais? As dívidas interna e externa do Brasil sugam quase R$ 350 bilhões/ano e o valor pode subir astronomicamente. Todos os dias só se ouve falar em investir R$ 50 bilhões, R$ 100 bilhões, como se fossem alguns trocados. A realidade é outra. As obras do PAC são uma farsa, uma fantasia que não sai do papel, as de infraestrutura são iniciadas com a assinatura de convênios, e só. Dinheiro e condições para a execução ficam na promessa. No dia em que a verdadeira situação do Brasil for divulgada, vamos descobrir como é possível acabar com uma nação em dez anos.

CD - SECRETARIA GERAL DA MESA
APRESENTAÇÃO
Fls. 1675

LUIZ RESS ERDEI

gzero@zipmail.com.br

Osasco

Demolição do Real

A taxa de inflação embutida na remuneração dos títulos do governo, apontando um IPCA superior a 6,5% em 2013, dá o tom do descontrole da inflação neste terceiro governo petralha. E pior: se a economia estivesse em crescimento - não é o caso - a alta seria ainda maior e com alto risco de crise no fornecimento de energia elétrica. Persiste o problema da desindustrialização, agravado mês a mês, e só o que vemos é o crescimento contínuo de importações, com o dólar já não tão barato como antes. Não bastasse, o reajuste dos combustíveis, para as próximas semanas, já faz antever a contaminação em todos os preços, com reflexos negativos nos índices. E segue a política de maquiagem nas contas públicas e baixa remuneração da Caderneta e dos investimentos atrelados à taxa Selic - diga-se remuneração negativa, desestimulando a poupança. Todos esses fatores emolduram um quadro preocupante e que sugere barbas de molho à sociedade. Tudo faz crer estar em curso um plano maquiavélico de demolição do Plano Real pelos gestores da estrela vermelha.

SILVIO NATAL

silvionatal49@yahoo.com.br

São Paulo

Eletrobrás

Quanto às perdas de valor da Eletrobrás e de todo o sistema elétrico, é visível que os interessados na situação atual são os detentores das termoelétricas, algumas ligadas a amigos e apoiadores de **Dilma** e do PT. Há algo estranho na atuação do Operador Nacional do Sistema, como revela o Estadão (13/1, B4). Acresça-se a exigência de a empresa reduzir as tarifas a partir de fevereiro. Na realidade, as perdas ocorridas não são resultado de incompetência, são, aparentemente, propositais.

FABIO FIGUEIREDO

fafig3@terra.com.br

São Paulo

Chacoalhada estrutural

Suely Caldas lembrou bem (Acender a vela - 2001 e 2013, 13/1, B2): há muito o setor elétrico está nas mãos de políticos da pior espécie. Infelizmente, vai ser preciso um segundo grande apagão para que se reconheça a necessidade de essa importante área ser reestruturada e repensada, numa verdadeira chacoalhada estrutural. Sem remendos. Para reverter o quadro atual de baixa oferta de energia elétrica, apesar das tarifas estratosféricas, só mesmo colocando no comando dessas mudanças - como fez FHC com Pedro Parente - um profissional sem compromissos partidários e com reconhecida integridade técnica e moral.

NILSON OTÁVIO DE OLIVEIRA

noo@uol.com.br

São Paulo

Apagões morais

Para fazer companhia aos apagões temos uma escuridão de valores morais.

CD
SECRETARIA GERAL DA MESA
ATUAÇÃO
1676

FRANCISCO JOSÉ SIDOTI

fransidoti@gmail.com

São Paulo

CONGRESSO NACIONAL

O que temos e não queremos

Não me conformo com os nomes, já ungidos pela presidenta, para ocupar a presidência do Senado e da Câmara, Renan Calheiros e Henrique Eduardo Alves. Os dois são investigados - e muito provavelmente culpados. O primeiro por ter contas pessoais pagas por uma empreiteira (é claro que a empresa pagou as contas desinteressadamente) e o segundo por ter um discreto patrimônio financeiro, não declarado, no exterior. Não é possível que não haja no Congresso pessoas acima de qualquer suspeita para ocupar esses cargos e o mais lamentável é a frouxidão da oposição em relação a esses nomes. Talvez todos no Congresso sejam abaixo de qualquer suspeita... Como cidadão comum, preocupado com o futuro de meus filhos e netos, fico perplexo e sem saber o que fazer. Pior, começo a me questionar sobre as virtudes de um regime democrático como o nosso. Ainda tenho esperança numa reforma política que altere a forma como nossos representantes são escolhidos, torne a Lei da Ficha Limpa ainda mais rigorosa e introduza outras mudanças num sistema político viciado e apodrecido. A dúvida quanto à integridade de um candidato a qualquer cargo público não deve ser pró-réu, e sim pró-sociedade. Termino discordando da conclusão do editorial do Estado de ontem (A3): a presidenta sabe exatamente o tipo de gente que está pondo no comando do Congresso, é o tipo de gente que desclassifica o Legislativo e fortalece o Executivo imperial que ela teima em construir.

ISRAEL ARON ZYLBERMAN

aronz@uol.com.br

Carapicuíba

Ilegalidades

Só num país onde imperam a impunidade e a corrupção surgem dois candidatos favoritos para presidir a Câmara e o Senado com ações na Justiça por improbidade administrativa, tráfico de influência e enriquecimento ilícito. Um só não foi cassado em 2007 porque renunciou ao comando da Casa Legislativa. O pior: são dois candidatos para proteger os interesses do Executivo em detrimento dos interesses da Nação. Está na hora de o povo se rebelar diante de tantas ilegalidades.

JOSÉ WILSON DE LIMA COSTA

jwlcosta@bol.com.br

São Paulo

CORREIO BRAZILIENSE - DF CIDADES 15/01/2013

38 - MUDANÇA GERAL JÁ ESTE ANO

Sistema de educação em ciclos, existente nas três primeiras séries básicas, é ampliado. Alunos só serão passíveis de reprovação no 3º e no 5º anos. No ensino médio, as disciplinas passam a ser divididas em blocos, por semestre

MANOELA ALCÂNTARA BÁRBARA VASCONCELOS

CD SECRETARIA GERAL DA MESA Fls. 1677

A estruturação do ano letivo para a educação básica do Distrito Federal será diferente em 2013. A Secretaria de Educação anunciou, ontem, mudanças para os ensinos fundamental e médio. Nomeada como Currículo em Movimento da Educação Básica, a política extingue o estudo seriado até o 5º ano. Nesta fase, o Bloco Inicial de Alfabetização (BIA), que ia até a 3ª série desde 2005, vai ser ampliado para os dois anos subsequentes. Os estudantes só estão passíveis de reprovação no 3º e no 5º anos. Para o ensino médio, o aprendizado passa a ser organizado por semestres. Embora a possibilidade de retenção seja mantida, as aulas serão divididas por áreas de conhecimento: nos primeiros seis meses do ano, o aluno aprende exatas e, nos outros seis, humanas, por exemplo.

A substituição do sistema de seriação tradicional no ensino fundamental é uma tentativa do Governo do DF de reduzir os índices de reprovação e a evasão escolar. "Tivemos uma experiência positiva com o BIA, que reestruturou os três primeiros anos do ensino fundamental. Vamos ampliar essa experiência para o 4º e o 5º anos", disse o secretário de Educação, Denilson Bento da Costa. Neste ano, a mudança será obrigatória em pelo menos cinco regionais: Santa Maria, São Sebastião, Recanto das Emas, Núcleo Bandeirante e Guará. Mas outras instituições podem solicitar a participação. A partir de 2014, o sistema será válido para todas.

Segundo Denilson Bento, os ciclos vão aproximar professor e aluno, além de possibilitar que cada estudante atinja os níveis de conhecimento no tempo adequado a ele. Não ter reprovação não significa um problema para o chefe da pasta da Educação. "As dificuldades podem ser analisadas caso a caso, com possibilidades de intervenção com estratégias pedagógicas bem traçadas", ressaltou.

A pesquisadora da Universidade Católica de Brasília (UCB) Leda Gonçalves, no entanto, tem restrições às mudanças previstas para o ensino público. De acordo com a especialista, prolongar o bloco inicial de alfabetização pode apenas adiar a reprovação do estudante que enfrentar dificuldades no aprendizado. "As experiências que temos visto com ciclo não são muito bem-sucedidas. A tese é boa, mas, na prática, não vemos mudança no processo pedagógico", comenta. "O que acontece é apenas uma maquiagem nos índices de reprovação, não muda a qualidade do ensino", emenda.

Ensino médio

Já para os estudantes de nível médio, o ensino passa a ser semestral. As aulas serão divididas por áreas de conhecimento: nos primeiros seis meses, o aluno aprende exatas e, nos outros seis, humanas, por exemplo. Português e matemática serão lecionados nos dois semestres. A mudança segue uma tendência discutida pelo Governo Federal de reestruturação dessa etapa da educação. O DF conta com 86 escolas de ensino médio, mas 63 têm capacidade para aderir ao sistema. No novo modelo, as turmas serão reduzidas pela metade. Se uma classe tem 30 alunos, por exemplo, 15 estudarão um bloco de disciplinas e os demais as outras matérias.

O revezamento em dois blocos proporcionará um contato mais intenso com os docentes, além da oportunidade de se aprofundar mais em cada disciplina. "Em vez de ver o aluno duas vezes por mês, o docente poderá passar mais tempo com ele a cada semestre para ampliar o debate", ressalta o secretário de Educação, Denilson Bento. Com a mudança, ele pretende mudar a atual colocação do DF no ranking nacional na qualidade de ensino. "Ocupamos o segundo pior lugar em reprovação. Estamos trabalhando para mudar isso", disse.

Mas a pesquisadora da UCB Leda Gonçalves faz algumas ponderações quanto à mudança. Ela acredita que o modelo semestral pode prejudicar o desempenho dos candidatos a uma vaga no vestibular. "A aprendizagem é um processo contínuo. O aluno estuda o ano inteiro para vivenciar uma avaliação depois. Ao mudar isso, você prejudica o candidato", avaliou.

Já o professor colaborador da Universidade de Brasília (UnB) e doutor na área de educação Carlos Augusto de Medeiros está otimista quanto à proposta apresentada pela Secretaria de Educação. "Se o aluno vai ter menos componentes para estudar, vai poder focar mais em cada disciplina e terá um conhecimento mais profundo de cada uma. Assim, no fim do ano, retomar esses conteúdos será mais fácil", acredita.

Mas, para que a experiência tenha sucesso, ele sugere que as instituições de ensino invistam em revisões ao final de cada ano escolar. "É necessário haver um acompanhamento dos estudantes para deixar os alunos afiados para o vestibular", aconselhou.

CD - SECRETARIA GERAL DA MESA - ATUAÇÃO 1678

63
Número de escolas públicas de ensino médio com capacidade para aderir ao novo sistema de ensino este ano

Como será

1º ciclo — 1º ao 3º ano
do ensino fundamental
» O Bloco Inicial de Alfabetização (BIA) funciona no DF desde 2005. Esta fase não será alterada. Os alunos instalados nesse modelo são avaliados com frequência, mas sem reprovação. Somente no último ano do ciclo é que eles estão sujeitos à retenção. Caso eles não conquistem nota suficiente para avançar até o ciclo seguinte, podem ser retidos por um ano ou somente por três meses até conseguirem atingir o patamar de aprendizado necessário para o avanço.

2º ciclo — 4º ao 5º ano
do ensino fundamental
» O BIA será ampliado para essas séries. A partir do ano letivo de 2013, não haverá reprovação na passagem de uma série para a outra. Isso só ocorrerá no avanço para o 6º ano. Caso o aluno reprove nesta etapa, pode ser retido por mais um ano até recuperar o conteúdo que não sabe. Porém, essa retenção é diferente do atual sistema de ensino. Se o aluno alcançou o desempenho necessário em português, por exemplo, mas ainda tem deficiência em matemática, ele terá aulas focadas nas dificuldades dele até que esteja nivelado com os outros estudantes.

» Em 2013, essa mudança só é obrigatória em cinco regionais de ensino, com capacidade para implementar o sistema: Santa Maria, São Sebastião, Recanto das Emas, Núcleo Bandeirante e Guará. São 70 escolas e 35 mil alunos atingidos.

3º ciclo — 6º ao 9º ano
do ensino fundamental
» Não haverá mudanças nessa fase. O ensino continua seriado, com avaliação anual, com possibilidade de retenção caso o aluno reprove. Hoje, somente três escolas no DF têm condições de mudar o sistema seriado para o de ciclos nesta fase. Caberá a elas fazer a escolha sobre o que pretendem adotar. Nenhuma instituição será obrigada a mudar o modelo de aprendizagem ainda em 2013. O estudo é de que haja mudanças em 2014.

4º ciclo — 1º, 2º e 3º anos
do ensino médio
» Continua a ser seriado, mas o ensino ocorrerá por semestres. Na antiga metodologia, os alunos tinham até 19 matérias divididas durante todo o ano letivo. Com as mudanças definidas pela nova política educacional, o ensino será reorganizado por áreas de conhecimento.

» Valerá somente para as escolas exclusivas de ensino médio, com número de turmas pares. Serão afetadas 63 instituições desse tipo, entre as 86 do DF.

» Funcionará com a divisão dos alunos por área de conhecimento. Em uma turma de 30 alunos, por exemplo, 15 estudarão exatas no primeiro semestre e 15, humanas. No segundo semestre, isso é invertido.

» Caso o estudante fique de recuperação em um a disciplina, ele terá três chances para melhorar. Serão duas recuperações ao longo do semestre no qual a matéria é ministrada e mais uma no fim do ano. O aluno ainda avança de série por meio da dependência. Ele pode reprovar em até duas matérias e ir para a série seguinte com o compromisso de recuperar a nota nas disciplinas anteriores.

FOLHA DE SÃO PAULO IGOR GIELOW 16/01/2013

39 - ENXUGANDO GELO

CD
AUTUAÇÃO
1679
SECRETARIA GERAL

IGOR GIELOW

Salvo surpresas, o Copom manterá hoje tudo como está na taxa básica de juros. Até aí, beleza, porque um pouco de previsibilidade parece ser exatamente do que a política econômica necessita.

Mas o Brasil ruma ao terceiro ano de inflação alta, e qualquer soluço pode estourar o chamado teto da meta, de 6,5%. O discurso oficial de que "um pouco de inflação não faz mal e ajuda a crescer" foi implodido de uma vez por todas pelo pibinho.

Subir juros, arma primária do BC, contudo, é hipótese herética. Sem bala, o governo apela ao que pode.

Primeiro foi a maquiagem de fim de ano que manteve a meta do superavit primário, justamente para evitar tendências inflacionárias. Custou ao menos uns R$ 4 bilhões ao contribuinte, só de prejuízo nas operações com ações da Petrobras.

Agora, o governo manipula a própria inflação, adiando impactos.

Como não dá mais para segurar o aumento dos combustíveis, expediente que quebra as pernas da mesma Petrobras há anos, atacaram as tarifas municipais de ônibus. São Paulo e Rio frearam reajustes a pedido do governo, por serem bons aliados e terem a promessa de reestruturação de suas dívidas com a União.

Em caudaloso artigo no "Valor Econômico" de ontem, Delfim Netto descascou a manipulação.

"A quebra da seriedade da política econômica produzida por tais alquimias não tem qualquer efeito prático, mas tem custo devastador. Se repetida, vai acabar matando os próprios alquimistas pela inalação dos gases venenosos que, como todos sabemos, elas mesmos emitem...", escreveu ele, conhecedor como poucos desse tipo de maquiavelismo.

Como a crítica não veio da "Economist" ou de algum "tucano" (isto é, alguém que não diga amém ao Planalto), talvez alguma luz de alerta acenda no governo. No Instituto Lula, interessado maior nos efeitos de tudo isso em 2014, ela já está a piscar furiosamente.

CORREIO BRAZILIENSE - DF BRASIL 16/01/2013

40 - MINAS ABRE PRESÍDIO PÚBLICO-PRIVADO

Primeira unidade de um complexo penitenciário na região metropolitana de Belo Horizonte está quase pronta para funcionar sob regime de parceria com um consórcio de empresas. Na nova cadeia, os funcionários não vão trabalhar armados e haverá metas de qualidade

RENATA MARIZ

Prestes a ser inaugurada, a primeira unidade do complexo penitenciário na região metropolitana de Belo Horizonte construído e gerenciado por meio de uma parceria público-privada (PPP) já nasce sob polêmica. Embora não seja uma experiência totalmente inédita no país, uma vez que outras unidades da Federação já experimentaram o modelo de cogestão no setor prisional, o presídio mineiro reacendeu o debate sempre ferrenho sobre privatização na área da segurança pública. Pesam sobre o modelo críticas dos defensores do papel do Estado, de que a terceirização amplia os riscos de corrupção, de falta de treinamento de funcionários, de negligência no tratamento aos presos, entre outras falhas suscitadas pela lógica do mercado — de maximização do lucro e redução de custos. Por outro lado, os defensores do sistema enxergam na iniciativa uma forma de melhorar a gestão da área carcerária no país, que é mal atendida pelo Poder Público, para se chegar ao objetivo maior da aplicação da pena que é a ressocialização.

O complexo penitenciário de Minas Gerais terá cinco unidades, cada uma com 608 vagas masculinas. O

CD
AUTUAÇÃO
1680
SECRETARIA GERAL MESA

primeiro pavilhão será inaugurado nas próximas semanas. Rômulo de Carvalho Ferraz, secretário de Defesa Social de Minas Gerais, considera naturais as críticas levantadas pelo projeto. "Como representa uma inovação em um sistema colocado há décadas da mesma forma, como o penitenciário, já esperávamos críticas. Problemas vão surgir ao longo da experiência e nós estamos preparados para corrigi-los. O governo se fará presente com um diretor e uma equipe técnica permanente lá dentro, além de manter serviços de guarda externa e de transporte dos presos", assegura Ferraz. A novidade da iniciativa mineira, explica o secretário, está na parceria com o setor privado desde a construção das unidades. "Nos outros estados, as obras foram feitas pelo Poder Público, e a administração por meio de parceria. Aqui, o processo da PPP começou antes", explica.

Na nova unidade regida pela parceria com a iniciativa privada, um consórcio de empresas cuidará da manutenção do local, dos serviços de limpeza, da oferta educacional, das oficinas de trabalho, do atendimento de saúde e psicológico, entre outras demandas. Há 380 indicadores previstos no contrato, com duração de 27 anos, que devem ser alcançados pelo consórcio. Um das metas, por exemplo, é assegurar uma consulta médica bimestral para cada preso. Se algum desses indicadores não for atingido, o repasse mensal do governo ao consórcio será reduzido. O custo mensal por preso será de R$ 2,8 mil, segundo informou a Secretaria de Defesa Social de Minas. Esse é, praticamente, o mesmo valor gasto por detento do sistema público, de R$ 2,7 mil. No presídio de Minas haverá 1.824 vagas para o sistema fechado e 1.216 para o regime semiaberto.

Ressocialização
Como o enfoque é a ressocialização, os monitores que lidarão diretamente com os presos — funcionários do consórcio, e não agentes penitenciários do Estado — trabalharão desarmados. Para o advogado e assessor da Pastoral Carcerária José de Jesus Filho, sobra publicidade e falta seriedade no modelo de gerenciamento conjunto de unidades prisionais. "Já visitei muitos estados que tentaram. Alguns desisitiram, outros mantêm até hoje o sistema de cogestão. O que posso dizer é que vi muita coisa errada. Presos amarrados nas celas, com limite de nove segundos para banho, sabonete que tinha que durar um tempo extenso. Enfim, a iniciativa privada quer lucro. Mas o sistema penitenciário não pode proporcionar isso, não segue a lógica do mundo dos negócios", diz Jesus Filho. Segundo ele, eram constantes também os conflitos entre diretores das unidades, representantes do governo, e os gerentes da iniciativa privada.

A falta de dados transparentes, por parte de unidades prisionais que adotaram a administração público-privada, é outro ponto levantando pelo advogado. "São estabelecimentos muito mais complicados de se ter acesso, onde há uma maquiagem de dados absoluta. Não dá para terceirizar privação de liberdade. O presídio é diferente de um hospital, por exemplo, que qualquer um pode ter acesso, pode entrar, olhar. Em uma penitenciária, isso não ocorre", aponta ele.

Para o juiz Luciano Losekann, coordenador do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o modelo de PPP pode ser benéfico desde que o Estado mantenha-se presente. O magistrado já visitou várias boas prisões na Espanha e na Inglaterra que adotam modelo de gestão semelhante. "Uma, na região de Andaluzia (Espanha), tinha até piscina para os presos de bom comportamento se refrescarem no verão. Podemos inovar, claro que sempre com a participação dos governos", diz o magistrado.

Ponto crítico / Você é a favor das PPPs para o sistema carcerário?

sim
Não vejo problema algum em se fazer parcerias público-privadas na área penitenciária. Afinal, pior do que está não pode ficar. Mas o Estado não pode simplesmente entregar a administração prisional à iniciativa privada. No Brasil, o que se permite é a terceirização de alguns serviços. Mas o controle do estabelecimento e a disciplina têm que ficar a cargo de agentes do Estado. Na Inglaterra, onde é possível a privatização dos presídios, houve um efeito muito benéfico logo depois de o governo abrir os processos de concessão, pois as empresas administradoras das unidades entraram em uma competição para ver qual era o melhor estabelecimento. Até os presídios públicos começaram a se preocupar com isso. Riscos na área de segurança, riscos de corrupção, entre outros problemas elencados por críticos, também existem na gestão totalmente pública. Desde que haja uma real fiscalização e o exercício, por agentes públicos, das funções de controle e disciplina das unidades, não vejo motivos para não apoiar

CD - SECRETARIA GERAL DA MESA - AUTUAÇÃO Fls. 1681

iniciativas como a de Minas e de outros estados no Brasil

Luciano Losekann, juiz e coordenador do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário do CNJ

Não
Como diz o ditado, não se pode matar o burro para acabar com os carrapatos. Ou seja, não é porque o sistema penitenciário vai mal que o Estado deve entregá-lo à iniciativa privada. O correto seria enfrentar o problema real da área penitenciária, coisa que nunca foi feita. Prisão significa privação de liberdade, e privação de liberdade não deve ser delegada a terceiros, deve ser monopólio do Estado. Enquanto o interesse público quer assegurar que as pessoas não escapem e, ao mesmo tempo, que sejam ressocializadas, a iniciativa privada quer maximização de lucros e redução de custos. Essa mistura entre público e privado no sistema prisional é muito delicada. O que presenciamos, em visitas já realizadas em estabelecimentos que utilizam a terceirização, é uma maquiagem de dados, muita propaganda e pouco efeito prático. É ilusão achar que a iniciativa privada vai resolver o problema do sistema carcerário brasileiro. A motivação do setor privado é ganhar dinheiro. Para isso, vale colocar gente mal preparada como funcionário, instituir regras rígidas, praticar tortura, sem a contrapartida dos serviços.

José de Jesus Filho, advogado e assessor da Pastoral Carcerária

CORREIO BRAZILIENSE - DF SR. REDATOR 17/01/2013

41 - LUZ BARATA?

Luz barata?

A redução na conta de luz é justa. A gente não tem luz! Aqui em Brasília, pelo menos, é um tal de acende e apaga que nunca se sabe se o despertador estará ligado de manhã para soar o alarme, se os sinais de trânsito estarão funcionando ou o caos nos espera nas ruas, se o aparelho do dentista vai funcionar na hora do tratamento, se a estufa do self service mantém o almoço em temperatura decente, se o elevador não nos deixará na mão quando precisarmos ir àquela repartição lá nas alturas, se o metrô chegará ao destino, se o telejornal anunciará o apagão ou estará apagado... Pensando bem, as empresas de energia teriam é que devolver muita grana pra gente. E os comerciantes que encontram freezers e geladeiras desligados pela manhã, e os produtos estragados? Espero que os prejuízos não cresçam em escala geométrica enquanto os descontos vão pingando em nossas contas. É o mínimo!
» Júlio Fernandes da
Silva Rocha,
Lago Norte

» Apenas uma jogada de efeito para a torcida, essa redução de 20% na conta de luz dos brasileiros, feita para virar notícia de jornal, passar para os mais incautos a impressão de que o governo está trabalhando com eficiência, e tirar a atenção do povo brasileiro de outros "ãos" bem mais importantes para nós, como apagão e inflação. É mais ou menos como aquela jogada imoral da maquiagem nas contas para conseguir atingir a meta do superavit, pois, no fim das contas, essa redução de custo nas contas de luz vai sair mesmo é do bolso de todos nós.
» Ronaldo Gomes Ferraz,
Rio de Janeiro (RJ)

Aposentadorias

O governo anunciou o reajuste das aposentadorias para quem ganha acima do salário mínimo: apenas 6,2%, o que fica bem abaixo da inflação real, pois alimentos, remédios e aluguel subiram bem acima desse índice. Há que se ter um índice mais próximo da realidade. O consumo das pessoas idosas é diferente daquele do conjunto da população. Assim, serviços médicos, planos de saúde, remédios,

CD SECRETARIA GERAL DA MESA ATUAÇÃO 1682

alimentação e outros devem ter peso maior nessa apuração. Quanto mais idade, mais a pessoa tem despesas e, a cada ano, ganha menos com esses reajustes. Assim como a tabela do IR, o reajuste das aposentadorias do INSS (trabalhadores da iniciativa privada) já acumulam perdas e defasagem de mais de 50%. Os descontos no IR deveriam ser decrescentes, assim como o fator previdenciário.
» Erica Maria Santos,
Asa Norte

Cadê o Chávez?
O presidente Hugo Chávez anda mais sumido do que Fidel Castro. Cristina Kirshner foi a Havana visitar o amigo venezuelano em tratamento de câncer, mas quem apareceu em foto com ela foi o líder cubano, sobre quem até circularam boatos de que havia morrido, quando afastou-se do poder para cuidar da saúde e desapareceu, dando margem a todo tipo de especulação. Fidel acabou sendo substituído pelo irmão Raúl. E Chávez? Volta ou não volta à Presidência da República e à liderança da revolução bolivariana? Não vai demorar e a Venezuela inteira estará atrás de resposta para essa pergunta, que deixará de ser monopólio dos oposicionistas. A esta altura, nem FHC escapará da sina de repetir para si mesmo, andando de um lado pro outro: "Assim, não dá; assim, não pode; assim, não é possível".
» Sandro Prates,
Sudoeste

Rivaldo

Emocionou-me profundamente a matéria "Corrida de rua — Para chinês ver" (16/1, caderno Super Esportes, pág. 8). Primeiro, porque deixa claro para todos nós, particularmente para mim, que já beiro os 50, que não há limites para os desafios nem para as boas práticas, a busca por bem-estar e por hábitos de vida saudáveis. Segundo, porque, conheço, há muito, a disposição, a força de vontade, a determinação e a capacidade de superação do amigo Rivaldo Cavalcanti. Tem caráter pedagógico, além de ser muito gratificante, ver que, aos 76 anos, continua encontrando prazer, deleite mesmo, na prática de exercícios físicos. Desejo, pois, a ele, muita sorte na nova empreitada, e estou certo de que a Muralha da China será só mais um obstáculo a ser transposto. Aos mais novos, o mantra: "Com a corrida, a gente não envelhece nunca".
» José Teixeira Moura,
Sobradinho

CORREIO BRAZILIENSE - DF POLÍTICA 17/01/2013

42 - DILMA CONCENTRA PODER PARA ADMINISTRAR BRIGAS

Disputas no alto escalão do governo e pedidos de demissão levam a presidente a centralizar ainda mais as decisões estratégicas, em especial na área econômica, de olho na reeleição

Denise Rothenburg e PAULO DE TARSO LYRA

A presidente **Dilma** Rousseff abriu o ano de 2013, considerado essencial para o governo pavimentar a reeleição no ano que vem, juntando pedaços da própria equipe. Na área econômica, os embates entre o secretário do Tesouro, Arno Augustin; o ministro da Fazenda, Guido Mantega; e o secretário executivo da pasta, Nelson Barbosa, se acirraram com a maquiagem das contas públicas para cumprir a meta do superavit primário. Na Casa Civil, Beto Vasconcelos deixou o cargo de número dois insatisfeito com a falta de autonomia concedida pela ministra Gleisi Hoffmann. Na área jurídica, o advogado-geral da União, Luís Inácio Adams, foi mantido no cargo após o escândalo envolvendo um de seus adjuntos, mas, esvaziado, nem cogita mais brigar por uma vaga no Supremo Tribunal Federal.

Tudo isso reforça ainda mais o espírito centralizador de **Dilma**. Para evitar que a máquina emperrasse, ela avocou para si todos os afazeres. Deu uma ordem unida na área econômica, lembrando que detesta divergências. No fim do ano passado, já tinha dado um chega para lá em Guido Mantega ao afirmar que cabia ao Banco Central tratar de política monetária. Agora, promoveu um freio de arrumação após os embates internos em torno do superáavit. "Foi ela quem colocou esse povo todo na área econômica.

Eles sabem que é ela quem manda", disse um aliado da presidente.

Dilma ficou ainda mais atenta após as críticas feitas pelo ex-ministro do Planejamento no regime militar Delfim Netto, o economista mais consultado pelo PT desde o governo Lula. Ele questionou as manobras contábeis do governo para garantir o resultado positivo das contas públicas. "Temos um cenário internacional de crise. Não podemos mais ficar fazendo lambanças como as feitas no fim do ano", disse um interlocutor de Delfim Netto.

A saída de Beto Vasconcelos também não é pouca coisa. Assessor jurídico da Casa Civil durante o tempo em que **Dilma** era ministra, o jovem assessor tornou-se o número dois da pasta quando Antonio Palocci assumiu o cargo, em 2011. A divisão era clara. Palocci cuidava do lado político enquanto Beto desempenhava o papel técnico.

Esse equilíbrio de forças tornou-se desigual quando Palocci caiu e a vaga foi ocupada por Gleisi Hoffmann. Naturalmente, a senadora catarinense passou a desempenhar um papel mais gerencial. Beto perdeu ainda mais autonomia com a criação da Câmara de Políticas de Gestão, Desempenho e Competitividade, presidida pelo empresário Jorge Gerdau. Considerado desprestigiado, Beto Vasconcelos resolveu retomar a carreira acadêmica.

Os desencontros na área econômica foram a mais recente divergência. A ideia de maquiar o número final do superavit primário, segundo informações dos políticos que acompanharam o processo, foi do secretário do Tesouro, Arno Augustin. Ele telefonou pessoalmente para o staff do Banco do Brasil a fim de avisar sobre essa solução, quando o normal, conforme informações de técnicos, seria repassar as informações pela secretaria executiva. Ocorre que o secretário executivo, Nelson Barbosa, foi contra a maquiagem. O ministro Mantega desempatou em favor de Arno e, tomada a decisão, saiu de férias. Barbosa começou o ano como ministro interino da Fazenda, obrigado a dar as explicações sobre a confusão criada por Arno. O desconforto era visível na voz monocórdica de um discurso ensaiado e um olhar que não escondia a discordância. Na semana passada, Nelson Barbosa se reuniu com **Dilma** e saiu de férias, antes do retorno do chefe Guido Mantega. Arno Augustin, mentor da decisão que resultou no desgaste do governo, assumiu o cargo interinamente.

Mantega volta ao trabalho na próxima segunda-feira e, espera-se, com as baterias recarregadas. Os últimos meses dele não foram fáceis. A desaceleração da atividade produtiva colocou-o na berlinda e diversos setores do mercado financeiro e até da imprensa internacional questionaram a permanência dele na equipe econômica. Em dezembro, durante café da manhã com jornalistas, a presidente **Dilma** Rousseff assegurou que "o elfo vidente", como Mantega foi apelidado pela revista inglesa The Economist, garantiu que ele só deixaria o cargo se quisesse.

FOLHA DE SÃO PAULO ELIANE CANTANHÊDE 18/01/2013

43 - O REI

ELIANE CANTANHÊDE

Chega a ser patética a foto de Lula no gabinete do prefeito de São Paulo, sentado entre Fernando Haddad e a vice Nádia Campeão, dando ordens, mostrando quem é o chefe. Pobre Haddad.

Não satisfeito em impor seus candidatos à Presidência e à Prefeitura de São Paulo, não satisfeito com as duas vitórias espetaculares e não satisfeito com a percepção geral sobre quem manda e quem obedece, Lula quer mais: quer oficializar publicamente a tutela dos pupilos.

Chegou de férias num dia, assumiu a prefeitura no dia seguinte e já determinou que a prioridade é conter as enchentes e as chacinas na capital. Os efeitos no marketing e na popularidade são muito danosos...

Reduzido a pau-mandado, Haddad não vai poder reclamar quando os secretários despacharem diretamente com Lula, assim como os ministros de **Dilma** fazem fila na porta dele quando realmente

CD AUTUAÇÃO 1684 SECRETARIA GERAL DA MESA

importa.

Lula tenta se apossar, na prática, do mandato da sucessora, que sofre críticas (pibinho, inflação, temor de racionamento e maquiagem de números oficiais). Ela reage. Convocou pesos-pesados da indústria, reduziu tarifas de luz, baixou juros de moradia para a classe média alta e negociou o adiamento do reajuste de ônibus em São Paulo e no Rio.

No final, vai a Lula, provavelmente no dia 25, próxima sexta-feira, prestar contas e aprender melhor que, entre o que é necessário e a popularidade, cuide-se da popularidade...

Com Haddad e **Dilma** instruídos e sob controle, Lula estará livre para retomar as "Caravanas da Cidadania", tão importantes para sua vitória em 2002. Vai de região a região reaquecer a adoração popular por ele.

Além de buscar uma cara promissora e com credibilidade para depois tutelar no governo de São Paulo - uma nova **Dilma**, um novo Haddad-, tanta mobilização sugere que é cedo para descartar Lula em 2014.

Ele fala em destravar a economia, o governo e a **Dilma**, mas o problema dela é o oposto: travar o Lula.

O ESTADO DE SÃO PAULO ESPAÇO ABERTO 18/01/2013

44 - CRÔNICAS DO FIM DO MUNDO

Fernando Gabeira

Feliz fim de mando dizia a manchete do jornal venezuelano Tal Cual no dia de dezembro marcado para ser o último, com base no calendário maia. De certa forma, o mundo acabou e, de tão felizes, não nos demos conta.

Como baratas que sobrevivem ao inverno nuclear, o PMDB prepara-se para assumir o controle do Congresso Nacional. São os mesmos de sempre, como diz o personagem de Beckett ao perguntarem quem lhe deu uma surra na rua.

O calendário de Marco Maia terminou com uma ação importante: a compra de 1.500 iPads para os deputados. Medida econômica destinada a poupar montanhas de papel. Acontece que os iPads serão pregados nas mesas. É compreensível o medo de serem subtraídos. Tantos recursos, conhecimento e inovação foram gastos para criar uma tecnologia móvel e os deputados vão usá-la pregada. A esquerda no poder sempre pode argumentar: se a aristocracia reacionária pregou Cristo na cruz, qual o problema de pregar uma conquista tecnológica? O problema é que, se fizessem um aplicativo para celular, poderiam economizar os iPads, montanhas de papel e, naturalmente, os pregos. Todos os deputados têm celulares e do bolso dos assessores brotam celulares como dinheiro amassado do bolso dos bicheiros.

Do iPad vamos para o Photoshop. É um programa, com muitas funções, para tratar imagens. Com o Photoshop, os políticos sempre parecem mais novos do que sua idade real e as contas, mais arrumadinhas do que autoriza a crise real. Algumas rugas em forma de débito foram suprimidas. Dizem as notícias que as manobras feitas pelo governo para formalizar a maquiagem, mobilizando estatais e o BNDES, deram um prejuízo de R$ 4,7 bilhões, via mecanismo, forçado pela urgência, de comprar ações na alta e vendê-las na baixa.

Na energia, Edison Lobão é a cara do fim do mundo. Ele aconselhou a usar energia à vontade num momento em que os reservatórios estão baixos, as empresas hidrelétricas se desidratam na Bolsa e as térmicas a todo vapor emitem milhões de toneladas de gases de efeito estufa. Em todo o mundo, o conselho dos dirigentes é usar energia com critério e procurar economizá-la sempre que possível.

Lobão é generoso. Como **Dilma**, que nos promete uma redução de 20% na conta de luz, nesta

CD
AUTUAÇÃO
1685

conjuntura complicada. Como as térmicas encarecem a energia, a única saída será subsidiar uma parte da redução. Parte do que **Dilma** nos dá com toda a pompa devolvemos silenciosamente ao pagar a conta.

O sistema brasileiro é considerado bom por muitos analistas do setor. Precisa de investimento e gestão. Hidrelétrica fechada há quase 20 anos e central eólica funcionando sem linhas de transmissão para distribuir a energia são sinais de desgoverno. Costumo dizer que Barack Obama escolheu um Prêmio No- bel de Física para a pasta de Energia; quis o destino, graças à coligação vitoriosa, que nosso ministro fosse Lobão. Os vitoriosos impõem-nos condições constrangedoras. No passado, decisões brasileiras com repercussão continental eram pelo menos comunicadas às Comissões de Relações Exteriores do Congresso. Em alguns casos, falava-se até com a oposição.

A Venezuela está sendo governada por aparelhos. Eles são o vínculo de Hugo Chávez com a vida. Os chavistas poderiam respeitar a Constituição e eleger Nicolás Maduro dentro de um mês. Resolveram suprimir esse caminho, afirmando ser apenas uma formalidade constitucional.

Um assessor especial brasileiro viaja para Havana, discute com cubanos e venezuelanos e afirma: a posição do Brasil é apoiar o adiamento das eleições na Venezuela. Os vitoriosos não deveriam poder tudo. A política externa do Brasil não precisa coincidir totalmente com a do PT. Ela é o resultado de um pacto com a maioria que elegeu Dilma. E quando se trata de decisão de peso é preciso ao menos comunicar à oposição.

Marco Aurélio Garcia encarnou o PT, o governo e o Brasil. Que viagem! Enquanto espera as malas na esteira, proclama: a posição do Brasil é pelo adiamento das eleições na Venezuela.

Com o esfacelamento da oposição, os vitoriosos deixaram de fazer política. Desfilam solitários. Um partido substitui o País, que, por sua vez, é substituído por um assessor especial.

Na crise energética de 2001, fazíamos comissões, íamos ao Planalto, chamávamos o Pedro Parente, responsável pela gestão do problema, ao Congresso. Hoje está tudo morto por lá. E o PMDB prepara-se para roer os escombros. Esses dois momentos em que um setor vital como a energia invade a agenda revelam a devastadora decadência da política no Brasil.

Aos vencedores, as baratas. Pena que a paisagem na oposição seja também tão desoladora. O caüor do debate político poderia levar-nos a pensar numa alternativa para tudo isso. A alternativa não é fácil. Os grandes partidos da oposição parecem não se interessar por ela. No mínimo, esta- riam se reunindo, discutindo os temas, lançando notas sobre a energia, a posição do Brasil nas eleições da Venezuela, a maquiagem das contas públicas.

Se a imprensa se tornou o único setor que questiona tudo isso, melhor talvez fosse distribuir os iPads aos repórteres. De que vale ser eleito como oposição e não realizar a tarefa?

Um certo mundo acabou. Ainda não apareceram aquelas brumas do amanhecer nos rios do, Pantanal. Elas nos dão a ilusão de umanova gênese, um outro mundo despontando gradualmente da névoa. Não espero nenhum paraiso. Epedir muito que o Brasil tenha um ministro da Energia à altura da importância do tema, que a política externa seja mais democraticamente exercida, que as contas públicas não sejam maquiadas? E que o Congresso funcione, a oposição se oponha?

Começam pregando iPads, daqui a pouco vão comprar aviões para a linha de ônibus Madureira-Central do Brasil, desativando sua capacidade de decolar. Começam com o ministro da Energia estimulando o consumo e, daqui a pouco, o da Saúde aconselhará a fumar.

O mundo acabou de certa forma. De tão felizes, não percebemos que está de pemas para o ar.

O ESTADO DE S. PAULO - SP POLÍTICA 18/01/2013

CD AUTUAÇÃO 2013-2015 1686

45 - CRÔNICAS DO FIM DO MUNDO

FERNANDO, GABEIRA, JORNALISTA , FERNANDO e GABEIRA

Feliz fim de mundo dizia a manchete do jornal venezuelano Tal Cual no dia de dezembro marcado para ser o último, com base no calendário maia. De certa forma, o mundo acabou e, de tão felizes, não nos demos conta.

Como baratas que sobrevivem ao inverno nuclear, o PMDB prepara-se para assumir o controle do Congresso Nacional. São os mesmos de sempre, como diz o personagem de Beckett ao perguntarem quem lhe deu uma surra na rua.

O calendário de Marco Maia terminou com uma ação importante: a compra de 1.500 iPads para os deputados. Medida econômica destinada a poupar montanhas de papel. Acontece que os iPads serão pregados nas mesas. É compreensível o medo de serem subtraídos. Tantos recursos, conhecimento e inovação foram gastos para criar uma tecnologia móvel e os deputados vão usá-la pregada. A esquerda no poder sempre pode argumentar: se a aristocracia reacionária pregou Cristo na cruz, qual o problema de pregar uma conquista tecnológica? O problema é que, se fizessem um aplicativo para celular, poderiam economizar os iPads, montanhas de papel e, naturalmente, os pregos. Todos os deputados têm celulares e do bolso dos assessores brotam celulares como dinheiro amassado do bolso dos bicheiros.

Do iPad vamos para o Photoshop. É um programa, com muitas funções, para tratar imagens. Com o Photoshop, os políticos sempre parecem mais novos do que sua idade real e as contas, mais arrumadinhas do que autoriza a crise real. Algumas rugas em forma de débito foram suprimidas. Dizem as notícias que as manobras feitas pelo governo para formalizar a maquiagem, mobilizando estatais e o BNDES, deram um prejuízo de R$ 4,7 bilhões, via mecanismo, forçado pela urgência, de comprar ações na alta e vendê-las na baixa.

Na energia, Edison Lobão é a cara do fim do mundo. Ele aconselhou a usar energia à vontade num momento em que os reservatórios estão baixos, as empresas hidrelétricas se desidratam na Bolsa e as térmicas a todo vapor emitem milhões de toneladas de gases de efeito estufa. Em todo o mundo, o conselho dos dirigentes é usar energia com critério e procurar economizá-la sempre que possível.

Lobão é generoso. Como **Dilma**, que nos promete uma redução de 20% na conta de luz, nesta conjuntura complicada. Como as térmicas encarecem a energia, a única saída será subsidiar uma parte da redução. Parte do que **Dilma** nos dá com toda a pompa devolvemos silenciosamente ao pagar a conta.

O sistema brasileiro é considerado bom por muitos analistas do setor. Precisa de investimento e gestão. Hidrelétrica fechada há quase 20 anos e central eólica funcionando sem linhas de transmissão para distribuir a energia são sinais de desgoverno. Costumo dizer que Barack Obama escolheu um Prêmio Nobel de Física para a pasta de Energia; quis o destino, graças à coligação vitoriosa, que nosso ministro fosse Lobão. Os vitoriosos impõem-nos condições constrangedoras. No passado, decisões brasileiras com repercussão continental eram pelo menos comunicadas às Comissões de Relações Exteriores do Congresso. Em alguns casos, falava-se até com a oposição.

A Venezuela está sendo governada por aparelhos. Eles são o vínculo de Hugo Chávez com a vida. Os chavistas poderiam respeitar a Constituição e eleger Nicolás Maduro dentro de um mês. Resolveram suprimir esse caminho, afirmando ser apenas uma formalidade constitucional.

Um assessor especial brasileiro viaja para Havana, discute com cubanos e venezuelanos e afirma: a posição do Brasil é apoiar o adiamento das eleições na Venezuela. Os vitoriosos não deveriam poder tudo. A política externa do Brasil não precisa coincidir totalmente com a do PT. Ela é o resultado de um pacto com a maioria que elegeu **Dilma**. E quando se trata de decisão de peso é preciso ao menos comunicar à oposição.

Marco Aurélio Garcia encarnou o PT, o governo e o Brasil. Que viagem! Enquanto espera as malas na esteira, proclama: a posição do Brasil é pelo adiamento das eleições na Venezuela.

CD - SECRETARIA GERAL DA MESA - ATUAÇÃO 2013-2015 1687

Com o esfacelamento da oposição, os vitoriosos deixaram de fazer política. Desfilam solitários. Um partido substitui o País, que, por sua vez, é substituído por um assessor especial.

Na crise energética de 2001, fazíamos comissões, íamos ao Planalto, chamávamos o Pedro Parente, responsável pela gestão do problema, ao Congresso. Hoje está tudo morto por lá. E o PMDB prepara-se para roer os escombros. Esses dois momentos em que um setor vital como a energia invade a agenda revelam a devastadora decadência da política no Brasil.

Aos vencedores, as baratas. Pena que a paisagem na oposição seja também tão desoladora. O calor do debate político poderia levar-nos a pensar numa alternativa para tudo isso. A alternativa não é fácil. Os grandes partidos da oposição parecem não se interessar por ela. No mínimo, estariam se reunindo, discutindo os temas, lançando notas sobre a energia, a posição do Brasil nas eleições da Venezuela, a maquiagem das contas públicas.

Se a imprensa se tornou o único setor que questiona tudo isso, melhor talvez fosse distribuir os iPads aos repórteres. De que vale ser eleito como oposição e não realizar a tarefa?

Um certo mundo acabou. Ainda não apareceram aquelas brumas do amanhecer nos rios do Pantanal. Elas nos dão a ilusão de uma nova gênese, um outro mundo despontando gradualmente da névoa. Não espero nenhum paraíso. É pedir muito que o Brasil tenha um ministro da Energia à altura da importância do tema, que a política externa seja mais democraticamente exercida, que as contas públicas não sejam maquiadas? E que o Congresso funcione, a oposição se oponha?

Começam pregando iPads, daqui a pouco vão comprar aviões para a linha de ônibus Madureira-Central do Brasil, desativando sua capacidade de decolar. Começam com o ministro da Energia estimulando o consumo e, daqui a pouco, o da Saúde aconselhará a fumar.

O mundo acabou de certa forma. De tão felizes, não percebemos que está de pernas para o ar.

BRASIL 247 PODER 18/01/2013

46 - SEGUNDO ELIANE, LULA ASSUMIU A PREFEITURA

Colunista diz ainda que o ex-presidente reduziu Fernando Haddad a pau mandado

247 – A colunista da Folha Eliane Cantanhêde chamou de patética a cena da visita de Lula ao gabinete de novo prefeito de São Paulo, Fernando Haddad. Para ela, o ex-presidente reduziu o petista a pau mandado.

O rei

BRASÍLIA - Chega a ser patética a foto de Lula no gabinete do prefeito de São Paulo, sentado entre Fernando Haddad e a vice Nádia Campeão, dando ordens, mostrando quem é o chefe. Pobre Haddad.

Não satisfeito em impor seus candidatos à Presidência e à Prefeitura de São Paulo, não satisfeito com as duas vitórias espetaculares e não satisfeito com a percepção geral sobre quem manda e quem obedece, Lula quer mais: quer oficializar publicamente a tutela dos pupilos.

Chegou de férias num dia, assumiu a prefeitura no dia seguinte e já determinou que a prioridade é conter as enchentes e as chacinas na capital. Os efeitos no marketing e na popularidade são muito danosos...

Reduzido a pau-mandado, Haddad não vai poder reclamar quando os secretários despacharem diretamente com Lula, assim como os ministros de **Dilma** fazem fila na porta dele quando realmente importa.

CD
SECRETARIA GERAL DA MESA
DOCUMENTAÇÃO
Fls. 1688

Lula tenta se apossar, na prática, do mandato da sucessora, que sofre críticas (pibinho, inflação, temor de racionamento e maquiagem de números oficiais). Ela reage. Convocou pesos-pesados da indústria, reduziu tarifas de luz, baixou juros de moradia para a classe média alta e negociou o adiamento do reajuste de ônibus em São Paulo e no Rio.

No final, vai a Lula, provavelmente no dia 25, próxima sexta-feira, prestar contas e aprender melhor que, entre o que é necessário e a popularidade, cuide-se da popularidade...

Com Haddad e **Dilma** instruídos e sob controle, Lula estará livre para retomar as "Caravanas da Cidadania", tão importantes para sua vitória em 2002. Vai de região a região reaquecer a adoração popular por ele.

Além de buscar uma cara promissora e com credibilidade para depois tutelar no governo de São Paulo - uma nova **Dilma**, um novo Haddad-, tanta mobilização sugere que é cedo para descartar Lula em 2014.

Ele fala em destravar a economia, o governo e a **Dilma**, mas o problema dela é o oposto: travar o Lula.

O GLOBO - RJ OPINIÃO 19/01/2013

47 - SORRIA, VOCÊ ESTÁ SENDO ROUBADO

Guilherme Fiuza

O "Financial Times" disse que o jeitinho brasileiro chegou ao comando da política econômica. O jornal britânico se referia à solidariedade entre os companheiros Fernando Haddad e Guido Mantega, num arranjo para que a prefeitura de São Paulo retardasse o aumento nas tarifas de ônibus, ajudando o Ministério da Fazenda a disfarçar a subida da inflação. A expressão usada pelo "Financial Times" é inadequada. Os britânicos não sabem que esse conceito quase simpático de malandragem brasileira está superado. O profissionalismo do governo popular não mais comporta diminutivos.

No Brasil progressista de hoje, os números dançam conforme a música. E a maquiagem das contas públicas já se faz a céu aberto: o império do oprimido perdeu a vergonha. No fechamento do balanço de 2012, por exemplo, os companheiros da tesouraria acharam por bem separar mais 50 bilhões de reais para gastar. Faz todo o sentido. Este ano as torneiras têm que estar bem abertas, porque ano que vem tem eleição e é preciso irrigar as contas dos aliados em todo esse Brasil grande. A execução do desfalque no orçamento foi um sucesso.

Entre outras mágicas, o governo popular engendrou uma espécie de "lavagem de dívida" para fabricar superávit. Marcos Valério ficaria encabulado. O Tesouro Nacional fez injeções de recursos em série no BNDES, que por sua vez derramou financiamentos bilionários nas principais estatais, e estas anteciparam sua distribuição de dividendos, que apareceram como crédito na conta de quem? Dele mesmo, o Tesouro Nacional - o único ente capaz de torrar dinheiro e lucrar com isso. Ao "Financial Times", seria preciso esclarecer: isso não é jeitinho, é roubo.

A "contabilidade criativa" - patente requerida pelos mesmos autores dos "recursos não contabilizados" que explicavam o mensalão - não é vista como estelionato porque o brasileiro é um amistoso, um magnânimo, deslumbrado com seu final feliz ao eleger presidente uma mulher inventada por um operário. Não fosse isso, era caso de polícia. A falsidade ideológica nas contas do governo **Dilma** rouba do cidadão para dar ao governo. Ao esconder dívidas e "esquentar" gastos abusivos, a Fazenda Nacional fabrica créditos inexistentes - que serão pagos pelos consumidores e contribuintes, como em toda desordem fiscal, através de impostos invisíveis. O mais conhecido deles é a inflação.

Em outras palavras: o jeitinho encontrado pelo companheiro-ministro da Fazenda para maquiar a inflação é um antídoto contra o jeitinho por ele mesmo usado para aumentar a gastança pública.

CD - SECRETARIA GERAL DA MESA - SITUAÇÃO 1689

O maior escândalo não é a orgia administrativa que corrói os fundamentos da estabilidade econômica, tão dificilmente alcançada. O grande escândalo é a passividade com que o Brasil assiste a isso, numa boa. Se distrai com polêmicas sobre "pibinho" ou "pibão", repercute bravatas presidenciais sopradas por marqueteiros, e não reage ao evidente aumento do custo de vida, aos impostos mais altos do mundo que vêm acompanhados, paradoxalmente, por recordes negativos de investimento público. A bandalheira fiscal é abençoada por um silêncio continental. Nem a ditadura conseguiu esse milagre.

No auge da era da informação, o Brasil nunca foi tão ignorante. Acha que as baixas taxas de desemprego - fruto de um ciclo virtuoso propiciado pela organização macroeconômica - são obra de um governo com "sensibilidade social". Justamente o governo que está avacalhando a estabilização, estourando a meta de inflação e matando a galinha dos ovos de ouro. Esse Brasil obtuso acha que as classes C e D ascenderam ao consumo porque o que faltava, em 500 anos de história, era um governo bonzinho para inventar umas bolsas e distribuir dinheiro de graça.

Esse mal-entendido pueril gera uma blindagem política invencível. Os passageiros que assaram no Galeão e no Santos Dumont, no vergonhoso colapso simultâneo de dezembro, são incapazes de relacionar seu calvário ao caso Rosemary - a afilhada de Lula e **Dilma** que protagonizou o escândalo da Anac, por acaso a agência responsável pela qualidade dos aeroportos. O governo popular transforma as agências reguladoras em cabides para os companheiros e centrais de negociatas, e o contribuinte sofre com a infraestrutura depenada como se fosse uma catástrofe natural, um efeito do El Niño. Novamente, nem os generais viveram tão imunes à crítica.

Com a longevidade do PT no Planalto, o assalto ao Estado vai se sofisticando. A área econômica, que era indevassável à politicagem, hoje tem a Secretaria do Tesouro devidamente aparelhada - um militante do partido com a chave do cofre. E tome contabilidade criativa. Definitivamente, o Brasil não aprendeu nada com a lição do mensalão. Os parasitas progressistas estão aí, deitando e rolando (de tão gordos), rumo ao quarto mandato consecutivo.

Não contem para o "Financial Times", mas a conta vai chegar.

BRASIL 247 ECONOMIA 19/01/2013

48 - FIÚZA VÊ ÁREA ECONÔMICA TOMADA POR LADRÕES

Segundo o colunista da revista Época e do jornal O Globo, os ladrões de dinheiro público não são mais os mensaleiros. Agora, eles têm a chave do cofre do Tesouro Nacional.

247

O que leva um escritor talentoso, como Guilherme Fiúza, a escrever artigos tão..., tão..., tão... (bom, deixa pra lá, o leitor decide), ao falar sobre temas como política e economia? Neste sábado, no texto "Sorria, você está sendo roubado", o autor da biografia de Reynaldo Giannecchini, afirma que Marcos Valério ficaria encabulado diante das peripécias criminosas da equipe econômica de **Dilma** Rousseff, comandado por Guido Mantega. O crime se sofisticou, ele afirma.

"No Brasil progressista de hoje, os números dançam conforme a música. E a maquiagem das contas públicas já se faz a céu aberto: o império do oprimido perdeu a vergonha (...) A execução do desfalque no orçamento foi um sucesso", ele afirma. "A contabilidade criativa (...) não é vista como estelionato porque o brasileiro é um amistoso, um magnânimo, deslumbrado...".

Portanto, no Brasil não amistoso de Fiúza, Guido Mantega é um estelionatário. Diz ele ainda que o mais espantoso não é o crime, mas o silêncio dos brasileiros, que assistem a tudo isso "numa boa". "A bandalheira fiscal é abençoada por um silêncio continental. Nem a ditadura conseguiu esse milagre. No auge da era da informação, o Brasil nunca foi tão ignorante". [Aparentemente, é ignorante porque não concorda com Fiúza].

CD - SECRETARIA GERAL DA MESA - AUTUAÇÃO 1690

Diz o escritor que Marcos Valério "ficaria encabulado" diante da audácia dos crimes da equipe econômica, que estariam "avacalhando a estabilização" e "matando a galinha dos ovos de ouro". Fiúza afirma que, com a longevidade do PT no poder, o crime se sofisticou e um militante do partido, o secretário do Tesouro, Arno Augustin, passou a ter a chave do cofre. "O Brasil não aprendeu nada com o mensalão", diz Fiúza. "Os parasitas progressistas estão aí, deitando e rolando (de tão gordos), rumo ao quarto mandato consecutivo".

Definitivamento, o povo não aprende, né, Fiúza?

ÉPOCA O FILTRO 19/01/2013

49 - A FARRA DOS NÚMEROS

Sem metas claras e transparência na condução do país, o governo não conseguirá reanimar a economia

Há anos, a conta das receitas e das despesas do governo, sem considerar os gastos com juros e amortizações da dívida pública, mantém um superávit na faixa dos 3% do Produto Interno Bruto (PIB). Desde a Presidência de **Fernando Henrique Cardoso**, os seguidos governos perseguem essa meta fiscal, também conhecida como superávit primário, como uma forma de baixar o tamanho da dívida pública em relação ao PIB - um indicador importante da solvência do Estado brasileiro.
Durante o ano passado, o governo **Dilma** Rousseff reiterou várias vezes que a meta de superávit primário de 3,1% seria cumprida, apesar do desempenho claudicante da economia. Mas, no final de 2012, o Ministério da Fazenda fez o balanço das contas e verificou que elas não faziam o número.

Havia dois caminhos possíveis para o governo. Um, mais natural, era vir a público anunciar com transparência que a meta não fora alcançada e mandar uma proposta de alteração da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Congresso. Como a relação dívida-PIB continua a seguir uma trajetória declinante, o desgaste, provavelmente, seria passageiro. O governo optou, porém, pelo caminho tortuoso da maquiagem das contas. Numa edição extra do Diário Oficial, publicada no final da tarde do dia 28 de dezembro, fez uma série de operações heterodoxas com troca de ações entre BNDES, Petrobras, Caixa Econômica Federal e Tesouro Nacional e o uso de receitas do Fundo Soberano, com o objetivo de engordar o superávit. Esta não foi a primeira vez que o governo recorreu à "contabilidade criativa" para atingir a meta fiscal. Provavelmente, os responsáveis pela operação imaginaram que ela passaria despercebida por se tratar de final de ano. Mas, desta vez, depois de dois anos seguidos de crescimento medíocre do PIB e três anos com a taxa de inflação acima da meta estipulada pelo Banco Central, a feitiçaria deu errado. Ela foi imediatamente descoberta e rechaçada até pelos defensores da política econômica do governo, como o ex-ministro Delfim Netto. Em artigos publicados nos jornais, Delfim criticou o excesso de "imaginação" e "esperteza" dos técnicos do Ministério da Fazenda.

Por causa do episódio, **Dilma** chegou a ser comparada à presidente argentina, Cristina Kirchner. No país vizinho, o governo manipula para baixo o índice de inflação, que está na casa dos 26% anuais, e pune as consultorias privadas que divulgam cálculos feitos de forma independente. Felizmente, e apesar do gosto da presidente **Dilma** pelo ativismo governamental na economia, as situações do Brasil e da Argentina são bem diferentes. Na Argentina, o procedimento de manipular as contas é tão recorrente que as estatísticas oficiais perderam completamente a credibilidade. O episódio ocorrido na virada do ano serve para os alquimistas instalados no governo rememorarem uma lição básica. Em tempos passados, era possível que os governantes praticassem todo tipo de desatino econômico sem se confrontar com a opinião pública ou os mercados. Nos dias de hoje, em que as informações correm em "tempo real" e em que as autoridades estão sob permanente escrutínio, não dá para lidar com as questões econômicas sem transparência. Se o governo quer ter sucesso em sua missão de reanimar a economia num momento difícil, terá de dizer com clareza suas metas e como trabalhará para alcançá-las.

CD
AUTUAÇÃO
1691

O ESTADO DE S. PAULO - SP NACIONAL 21/01/2013

50 - AÉCIO VAI USAR CHOQUE DE GESTÃO COMO BANDEIRA

Tucano exaltou modelo de administração implantado há 10 anos no governo de Minas; experiência, porém, também é alvo de críticas

Marcelo Portela

A eficiência na gestão pública é um dos pilares do discurso que o senador **Aécio Neves** (PSDB- MG) pretende apresentar numa eventual campanha presidencial em 2014. Dez anos depois de implantar o chamado choque de gestão ao assumir o governo de Minas Gerais, em 2003, a expressão virou uma espécie de marca tucana vinculada principalmente ao senador.

Nos últimos dias, Aécio e tucanos mineiros exaltaram o modelo de administração elaborado pela Escola de Governo da Fundação João Pinheiro (FJP) a partir de premissas de gestão empresarial. O choque de gestão, no entanto, é alvo de críticas como o uso de "manobras contábeis" para chegar aos resultados desejados.

Segundo o governo mineiro, o modelo tem como foco o equilíbrio das contas e a reorganização da estrutura do Executivo para otimizar investimentos e resultados. "A receita, hoje, é suficiente para pagar todos os compromissos", destaca a secretária de Planejamento e Gestão de Minas, Renata Vilhena, uma das responsáveis pela implantação do choque de gestão desde seu estágio embrionário ao lado do hoje governador **Antonio Anastasia** (PSDB).

Ela cita como exemplo, além do saneamento das contas públicas, a atração de mais de R$ 17 bilhões em investimentos privados no Estado em 2012 e o aval do governo federal para a captação de novos empréstimos para investimentos. A dívida consolidada do Estado, de 234% da receita corrente líquida, no início de 2002, foi reduzida para 173% no 2.º quadrimestre do ano passado.

Segundo a secretária, o choque de gestão "não é só uma questão econômico-financeira", e um dos pontos centrais do modelo é a definição e cobrança de metas em cada área sob responsabilidade do governo, com monitoramento constante dos resultados - o que levará a uma "mudança de cultura" do funcionalismo, com foco na meritocracia. Em sua terceira etapa, o modelo prevê prioridade na redução de diferenças regionais.

Críticas. Mas, para o economista professor da Escola do Legislativo e ex-secretário adjunto da Fazenda de Minas, Fabrício Marques de Oliveira, o governo mineiro usa diversas "manobras contábeis" para maquiar os dados e dar uma aparência de que o choque de gestão conseguiu sanear as contas públicas.

"O governo usa um conceito orçamentário que não tem muito significado econômico. Nesse conceito se inclui até novas dívidas como receitas. As contas públicas são irreais", disse. "Sem essas operações de crédito, os superávits se transformam em déficits."

Oliveira reconhece melhora nas contas mineiras, mas ressalta que tanto Aécio quanto o ex- presidente Luiz Inácio Lula da Silva foram beneficiados pelo crescimento da economia mundial no período. "Em Minas, usam a mesma maquiagem que (os tucanos) criticam o governo federal de usar para atingir o superávit primário."

Aécio, que ataca com frequência o que chama de "aparelhamento" da máquina pública federal pelas administrações petistas, já adiantou que a discussão sobre uma gestão pública eficiente será uma das "grandes questões" que vão nortear o discurso da oposição na corrida presidencial do ano que vem.

Quando ainda estava à frente da Casa Civil, a então ministra **Dilma** Rousseff classificou o choque de gestão de "conceito propagandístico" e afirmou que uma gestão não se muda com "choque". Na campanha pela Prefeitura de São Paulo, no ano passado, Lula usou o termo para ironizar o discurso do **PSDB**.

"É uma palavra muito usada pelos tucanos. Eu nem entedia que diabo era isso. Apareceu o choque de

AUTUAÇÃO 1692

gestão, eu disse: puxa vida, vai voltar a tortura no Brasil com choque?", disse em comício de Fernando Haddad (PT), em setembro.

ESTADÃO ONLINE POLÍTICA 21/01/2013

51 - AÉCIO VAI USAR CHOQUE DE GESTÃO COMO BANDEIRA

Tucano exaltou modelo de administração implantado há 10 anos no governo de Minas; experiência, porém, também é alvo de críticas

Marcelo Portela

BELO HORIZONTE - A eficiência na gestão pública é um dos pilares do discurso que o senador **Aécio Neves** (**PSDB**-MG) pretende apresentar numa eventual campanha presidencial em 2014. Dez anos depois de implantar o chamado choque de gestão ao assumir o governo de Minas Gerais, em 2003, a expressão virou uma espécie de marca tucana vinculada principalmente ao senador.

Nos últimos dias, Aécio e tucanos mineiros exaltaram o modelo de administração elaborado pela Escola de Governo da Fundação João Pinheiro (FJP) a partir de premissas de gestão empresarial. O choque de gestão, no entanto, é alvo de críticas como o uso de "manobras contábeis" para chegar aos resultados desejados.

Segundo o governo mineiro, o modelo tem como foco o equilíbrio das contas e a reorganização da estrutura do Executivo para otimizar investimentos e resultados. "A receita, hoje, é suficiente para pagar todos os compromissos", destaca a secretária de Planejamento e Gestão de Minas, Renata Vilhena, uma das responsáveis pela implantação do choque de gestão desde seu estágio embrionário ao lado do hoje governador **Antonio Anastasia** (**PSDB**).

Ela cita como exemplo, além do saneamento das contas públicas, a atração de mais de R$ 17 bilhões em investimentos privados no Estado em 2012 e o aval do governo federal para a captação de novos empréstimos para investimentos. A dívida consolidada do Estado, de 234% da receita corrente líquida, no início de 2002, foi reduzida para 173% no 2.º quadrimestre do ano passado.

Segundo a secretária, o choque de gestão "não é só uma questão econômico-financeira", e um dos pontos centrais do modelo é a definição e cobrança de metas em cada área sob responsabilidade do governo, com monitoramento constante dos resultados - o que levará a uma "mudança de cultura" do funcionalismo, com foco na meritocracia. Em sua terceira etapa, o modelo prevê prioridade na redução de diferenças regionais.

Críticas. Mas, para o economista professor da Escola do Legislativo e ex-secretário adjunto da Fazenda de Minas, Fabrício Marques de Oliveira, o governo mineiro usa diversas "manobras contábeis" para maquiar os dados e dar uma aparência de que o choque de gestão conseguiu sanear as contas públicas.

"O governo usa um conceito orçamentário que não tem muito significado econômico. Nesse conceito se inclui até novas dívidas como receitas. As contas públicas são irreais", disse. "Sem essas operações de crédito, os superávits se transformam em déficits."

Oliveira reconhece melhora nas contas mineiras, mas ressalta que tanto Aécio quanto o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva foram beneficiados pelo crescimento da economia mundial no período. "Em Minas, usam a mesma maquiagem que (os tucanos) criticam o governo federal de usar para atingir o superávit primário."

Aécio, que ataca com frequência o que chama de "aparelhamento" da máquina pública federal pelas administrações petistas, já adiantou que a discussão sobre uma gestão pública eficiente será uma das "grandes questões" que vão nortear o discurso da oposição na corrida presidencial do ano que vem.

AUTUAÇÃO 1693

Quando ainda estava à frente da Casa Civil, a então ministra **Dilma** Rousseff classificou o choque de gestão de "conceito propagandístico" e afirmou que uma gestão não se muda com "choque". Na campanha pela Prefeitura de São Paulo, no ano passado, Lula usou o termo para ironizar o discurso do **PSDB**.

"É uma palavra muito usada pelos tucanos. Eu nem entedia que diabo era isso. Apareceu o choque de gestão, eu disse: puxa vida, vai voltar a tortura no Brasil com choque?", disse em comício de Fernando Haddad (PT), em setembro.

CORREIO BRAZILIENSE - DF POLÍTICA 22/01/2013

52 - AGRADO AOS PREFEITOS

Dilma apresentará, na semana que vem, uma proposta de revisão das dívidas municipais em troca do apoio para manutenção dos royalties do petróleo destinados à educação

PAULO DE TARSO, LYRA DENISE ROTHENBURG E JULIANA BRAGA

Para diminuir a pressão dos aliados e garantir que os recursos do pré-sal sejam destinados integralmente para a educação, o governo apresentará aos prefeitos reunidos em Brasília na semana que vem uma proposta de revisão das dívidas municipais. O Planalto aceita trocar o indexador da dívida de IGPDI mais 6% por IPC ou taxa selic, a depender de qual estiver com o percentual mais baixo. Em contrapartida, não quer que se repitam as cenas do fim do ano passado, quando uma caravana de administradores municipais desembarcou em Brasília querendo o dinheiro que virá dos novos campos de petróleo, levando a presidente **Dilma** Rousseff a vetar o projeto e comprar uma briga com o Congresso.

Além disso, a presidente, de olho no destravamento da economia para assegurar um PIB mais consistente nos dois anos decisivos para a sua reeleição, cobrará que os prefeitos utilizem as verbas desta folga orçamentária em investimentos, como obras de infraestrutura, saneamento e saúde, e não no aumento do custeio ou no inchaço da máquina pública.

Segundo apurou o Correio, essa será uma das discussões centrais no encontro da presidente **Dilma** Rousseff com os administradores municipais empossados em 1º de janeiro, marcado para a segunda-feira da semana que vem, em Brasília. Os ministros cujas pastas tenham forte atuação nos municípios farão painéis mostrando todos os programas federais e os recursos disponíveis para as cidades brasileiras. A percepção do Planalto é de que muitos prefeitos desconhecem os repasses a que têm direitos ou não sabem elaborar projetos eficientes para que as verbas sejam efetivamente liberadas.

Essa seria uma das maneiras para mostrar que, muitas vezes, as cidades estão afogadas em problemas ou engessadas mais por desconhecimento do que por questões fiscais e econômicas. Mesmo assim, o governo federal está disposto a dar uma mãozinha. No programa de creches, por exemplo — uma das principais promessas de **Dilma** durante a campanha presidencial de 2010 —, a tendência é que sejam liberados recursos não apenas para a construção dos estabelecimentos, mas também para a compra dos terrenos.

Alternativas
Outras parcerias serão prolongadas, como a que garante a venda de retroescavadeiras para serem utilizadas na construção de estradas vicinais, por exemplo. O Ministério das Cidades deve apresentar exemplos para incrementar o programa Minha Casa, Minha Vida e as obras de mobilidade urbana. Já o Ministério das Mulheres apresentará seu novo programa de atuação no setor. O ministro da Controladoria-Geral da União (CGU), Jorge Hage, debaterá com os novos prefeitos alternativas para que eles não paguem por desvios praticados em gestões anteriores.

Mas o grande tema estará centrado, de fato, nas dívidas municipais. O ministro da Fazenda, Guido Mantega, será um dos painelistas do encontro mas, provavelmente, essas conversas se darão de maneira reservada. Dados da Confederação Nacional dos Municípios mostram que o montante total do

CD - SECRETARIA GERAL DA MESA - AUTUAÇÃO - FLS. 169

endividamento que pode ser parcelado chega aos R$ 100 bilhões. Tão logo foi eleito, o prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, conversou com a presidente e com Mantega, mostrando que o nível de insolvência era gigantesco e que algo precisava ser feito.

O governo aproveitou, então, a discussão em torno da "maquiagem" no superavit primário para retomar esse debate. A equipe econômica assegura que o resultado final é mais difícil de ser obtido porque os estados e municípios têm dificuldades de fechar as contas e, assim, economizar os recursos necessários para o pagamento dos juros da dívida. Com mais dinheiro em caixa, os prefeitos terão condições de investir e, ao mesmo tempo, pagar o que devem ao governo federal, que poderá fechar as contas sem a necessidade de manobras contábeis, batizadas pela revista The Economist como o velho "jeitinho brasileiro".

Além disso, os prefeitos terão de aceitar que os recursos do pré-sal sejam destinados à educação. A presidente **Dilma** Rousseff já afirmou essa intenção diversas vezes. Tramita no Congresso um projeto que eleva para 10% do Produto Interno Bruto (PIB) os investimentos previstos para a pasta comandada por Aloizio Mercadante. O governo aceita a mudança, mas disse que a única maneira de a conta fechar é pegar os recursos da exploração dos novos campos de petróleo.

A presidente **Dilma** Rousseff destinará essa semana praticamente toda para uma nova rodada de conversas com os aliados eleitos em outubro. Ontem, a audiência foi concedida ao prefeito reeleito de São Bernardo do Campo, Luiz Marinho. Ao longo da semana, ela vai conversar com os prefeitos eleitos de Fortaleza, Roberto Cláudio (PSB); de João Pessoa, Luciano Cartaxo (PT); e de Recife, Geraldo Júlio (PSB). Na sexta-feira, dia do aniversário de São Paulo, **Dilma** estará na capital paulista para uma conversa com Haddad e com o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A situação atual
Confira como está o caixa dos municípios

Dívidas com precatórios R$ 100 bilhões
Dívidas com a Previdência R$ 30 bilhões
Dívida fundada
(que pode ser parcelada em 10, 20 ou 30 anos) R$ 100 bilhões

1,5 mil municípios não fecharam a folha de pagamento de outubro
2,3 mil têm contratos em atraso com os fornecedores
2,5 mil não conseguem tirar certidão negativa de débitos
4,3 mil não geram 80% de suas receitas, dependendo exclusivamente de transferências da União e dos Estados

ESTADO DE MINAS - MG POLÍTICA 22/01/2013

53 - ROYALTIES DO PETRÓLEO VIRAM MOEDA DE TROCA ENTRE UNIÃO E MUNICÍPIOS

Dilma apresentará a prefeitos proposta de revisão do indexador da dívida dos municípios em troca de apoio para que a destinação de recursos do petróleo à educação seja mantida

Paulo de Tarso Lyra, Denise Rothenbur e Juliana Braga

Para diminuir a pressão dos aliados e garantir que os recursos do pré-sal sejam destinados integralmente para a educação, o governo apresentará aos prefeitos reunidos em Brasília na semana que vem uma proposta de revisão das dívidas municipais. O Planalto aceita trocar o indexador da dívida de IGP-DI mais 6% por IPC ou taxa selic, a depender de qual estiver com o percentual mais baixo. Em contrapartida, não quer que se repitam as cenas do fim do ano passado, quando uma caravana de administradores municipais desembarcou em Brasília querendo o dinheiro que virá dos novos campos de petróleo, levando a presidente **Dilma** Rousseff a vetar o projeto e comprar uma briga com o Congresso.

CD
SECRETARIA GERAL DA MESA
APRESENTAÇÃO
Fls. 1695

Além disso, a presidente, de olho no destravamento da economia para assegurar um PIB mais consistente nos dois anos decisivos para a sua reeleição, cobrará que os prefeitos utilizem as verbas dessa folga orçamentária em investimentos, como obras de infraestrutura, saneamento e saúde e não, no aumento do custeio ou no inchaço da máquina pública.

Segundo apurou o Estado de Minas, essa será uma das discussões centrais no encontro da presidente **Dilma** Rousseff com os administradores municipais empossados em 1º de janeiro, marcado para a segunda-feira, em Brasília. Os ministros cujas pastas tenham forte atuação nos municípios farão painéis mostrando todos os programas federais e os recursos disponíveis para as cidades brasileiras. A percepção do Planalto é de que muitos prefeitos desconhecem os repasses a que têm direitos ou não sabem elaborar projetos eficientes para que as verbas sejam efetivamente liberadas.

Essa seria uma das maneiras para mostrar que, muitas vezes, as cidades estão afogadas em problemas ou engessadas mais por desconhecimento do que por questões fiscais e econômicas. Mesmo assim, o governo federal está disposto a dar uma mãozinha. No programa de creches, por exemplo – uma das principais promessas de **Dilma** durante a campanha presidencial de 2010 -, a tendência é que sejam liberados recursos não apenas para a construção dos estabelecimentos, mas também para a compra dos terrenos. O ministro da Controladoria-Geral da União (CGU), Jorge Hage, debaterá com os novos prefeitos alternativas para que eles não paguem por desvios praticados em gestões anteriores.

Mas o grande tema estará centrado, de fato, nas dívidas municipais. O ministro da Fazenda, Guido Mantega, será um dos painelistas do encontro mas, provavelmente, essas conversas se darão de maneira reservada. Dados da Confederação Nacional dos Municípios mostram que o montante total do endividamento que pode ser parcelado chega aos R$ 100 bilhões. Tão logo foi eleito, o prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, conversou com a presidente e com Mantega, mostrando que o nível de insolvência era gigantesco e que algo precisava ser feito.

O governo aproveitou, então, a discussão em torno da "maquiagem" no superávit primário para retomar esse debate. A equipe econômica assegura que o resultado final é mais difícil de ser obtido porque os estados e municípios têm dificuldades de fechar as contas e, assim, economizar os recursos necessários para o pagamento dos juros da dívida. Com mais dinheiro em caixa, os prefeitos terão condições de investir e, ao mesmo tempo, pagar o que devem ao governo federal, que poderá fechar as contas sem a necessidade de manobras contábeis, batizadas pela revista The Economist como o velho "jeitinho brasileiro".

Além disso, os prefeitos terão que aceitar que os recursos do pré-sal sejam destinados à educação. A presidente **Dilma** Rousseff já afirmou essa intenção diversas vezes. Tramita no Congresso um projeto que eleva para 10% do Produto Interno Bruto (PIB) os investimentos previstos para a pasta comandada por Aloizio Mercadante. O governo aceita a mudança, mas disse que a única maneira da conta fechar é pegar os recursos da exploração dos novos campos de petróleo.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - PE POLÍTICA 22/01/2013

54 - ROYALTIES DO PETRÓLEO VIRAM MOEDA DE TROCA ENTRE UNIÃO E MUNICÍPIOS

Dilma apresentará a prefeitos proposta de revisão do indexador da dívida dos municípios em troca de apoio para que a destinação de recursos do petróleo à educação seja mantida

Para diminuir a pressão dos aliados e garantir que os recursos do pré-sal sejam destinados integralmente para a educação, o governo apresentará aos prefeitos reunidos em Brasília na semana que vem uma proposta de revisão das dívidas municipais. O Planalto aceita trocar o indexador da dívida de IGP-DI mais 6% por IPC ou taxa selic, a depender de qual estiver com o percentual mais baixo. Em contrapartida, não quer que se repitam as cenas do fim do ano passado, quando uma caravana de administradores municipais desembarcou em Brasília querendo o dinheiro que virá dos novos campos de

CD SECRETARIA GERAL DA MESA ATUAÇÃO Fls. 1696

petróleo, levando a presidente **Dilma** Rousseff a vetar o projeto e comprar uma briga com o Congresso.

Além disso, a presidente, de olho no destravamento da economia para assegurar um PIB mais consistente nos dois anos decisivos para a sua reeleição, cobrará que os prefeitos utilizem as verbas dessa folga orçamentária em investimentos, como obras de infraestrutura, saneamento e saúde e não, no aumento do custeio ou no inchaço da máquina pública.

Segundo apurou o Estado de Minas, essa será uma das discussões centrais no encontro da presidente **Dilma** Rousseff com os administradores municipais empossados em 1º de janeiro, marcado para a segunda-feira, em Brasília. Os ministros cujas pastas tenham forte atuação nos municípios farão painéis mostrando todos os programas federais e os recursos disponíveis para as cidades brasileiras. A percepção do Planalto é de que muitos prefeitos desconhecem os repasses a que têm direitos ou não sabem elaborar projetos eficientes para que as verbas sejam efetivamente liberadas.

Essa seria uma das maneiras para mostrar que, muitas vezes, as cidades estão afogadas em problemas ou engessadas mais por desconhecimento do que por questões fiscais e econômicas. Mesmo assim, o governo federal está disposto a dar uma mãozinha. No programa de creches, por exemplo – uma das principais promessas de **Dilma** durante a campanha presidencial de 2010 -, a tendência é que sejam liberados recursos não apenas para a construção dos estabelecimentos, mas também para a compra dos terrenos. O ministro da Controladoria-Geral da União (CGU), Jorge Hage, debaterá com os novos prefeitos alternativas para que eles não paguem por desvios praticados em gestões anteriores.

Mas o grande tema estará centrado, de fato, nas dívidas municipais. O ministro da Fazenda, Guido Mantega, será um dos painelistas do encontro mas, provavelmente, essas conversas se darão de maneira reservada. Dados da Confederação Nacional dos Municípios mostram que o montante total do endividamento que pode ser parcelado chega aos R$ 100 bilhões. Tão logo foi eleito, o prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, conversou com a presidente e com Mantega, mostrando que o nível de insolvência era gigantesco e que algo precisava ser feito.

O governo aproveitou, então, a discussão em torno da "maquiagem" no superávit primário para retomar esse debate. A equipe econômica assegura que o resultado final é mais difícil de ser obtido porque os estados e municípios têm dificuldades de fechar as contas e, assim, economizar os recursos necessários para o pagamento dos juros da dívida. Com mais dinheiro em caixa, os prefeitos terão condições de investir e, ao mesmo tempo, pagar o que devem ao governo federal, que poderá fechar as contas sem a necessidade de manobras contábeis, batizadas pela revista The Economist como o velho "jeitinho brasileiro".

Além disso, os prefeitos terão que aceitar que os recursos do pré-sal sejam destinados à educação. A presidente **Dilma** Rousseff já afirmou essa intenção diversas vezes. Tramita no Congresso um projeto que eleva para 10% do Produto Interno Bruto (PIB) os investimentos previstos para a pasta comandada por Aloizio Mercadante. O governo aceita a mudança, mas disse que a única maneira da conta fechar é pegar os recursos da exploração dos novos campos de petróleo.

UOL PODER 22/01/2013

55 - OPOSIÇÃO QUESTIONA MP QUE LIBEROU CRÉDITO DE R$ 42,5 BILHÕES

Acusando o Palácio do Planalto de maquiar o cenário econômico, DEM e **PSDB** protocolaram nesta terça-feira (22) uma ação no STF (Supremo Tribunal Federal) pedindo que seja declarada inconstitucional a medida provisória que liberou crédito extraordinário de R$ 42,5 bilhões para investimentos neste ano.

O Planalto recorreu em dezembro à MP após o Congresso adiar para fevereiro a votação da proposta orçamentária. Foi o maior valor já previsto em uma medida do tipo, sendo que o recorde anterior era de R$ 26,7 bilhões, em 2010.

Para a oposição, o governo está usurpando atribuições do Legislativo e ferindo a Constituição tendo em

CD
SECRETARIA GERAL DA MESA
AUTUAÇÃO
1697

vista que não há urgência e relevância para a liberação desses recursos.

Segundo o vice-líder do DEM na Câmara, Ronaldo Caiado (GO), o objetivo do governo é inflar o resultado do PIB (Produto Interno Bruto) do primeiro trimestre desse ano.

O deputado argumentou que o governo tem R$ 178 bilhões dos chamados restos a pagar para investimentos, além de poder usar verba prevista na Constituição para gastos em custeio da máquina pública.

"O governo está substituindo a caneta pela caixa de maquiagem", disse Caiado. "É maquiagem no superávit, no PIB do primeiro trimestre, na inflação ao ligar para governadores e prefeitos para não aumentarem tarifas [como a de transporte público], é maquiagem na conta de luz porque é o tesouro que vai pagar [a redução de tarifa de energia elétrica]", completou.

O deputado Carlos Sampaio (**PSDB**-PR) reforçou o discurso. "Esses créditos jamais poderiam ser tratados em MP. O governo mais uma vez tenta retirar do Congresso o poder de aprovar o orçamento", afirmou.

Segundo o governo, os recursos servirão para a execução de gastos em obras de infraestrutura. O impasse em relação ao Orçamento ocorreu após a confusão em torno da derrubada dos vetos presidenciais à lei que muda a distribuição dos royalties do petróleo, que tomou quase todas as sessões do Congresso no fim deste ano.

Sem Orçamento, o governo poderia gastar com despesas obrigatórias, como salários, e os chamados "restos a pagar", as contas pendentes de anos passados, mas não investimentos.

Em 2008, com base numa ação do **PSDB**, a maioria dos ministros do Supremo Tribunal Federal entendeu que a edição de MPs para criar despesas deve ser limitada às hipóteses citadas na Constituição: "Atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública".

G1 ECONOMIA 22/01/2013

56 - OPOSIÇÃO PROTOCOLA AÇÃO CONTRA MP DO ORÇAMENTO NO STF

Daniela Martins | Valor

O DEM e o **PSDB** protocolaram nesta terça-feira uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) no Supremo Tribunal Federal (STF) que questiona a Medida Provisória (MP) que abre crédito no valor líquido de R$ 42,5 bilhões. Assim que o conteúdo da MP foi anunciado no fim do ano passado os partidos de oposição já argumentavam que a proposta era ilegal e inócua.

Para a minoria, a edição de MP para liberar créditos e suplementar o orçamento não tem respaldo legal. O vice-líder do DEM, deputado Ronaldo Caiado (GO), afirmou que a MP cria um orçamento paralelo e desqualifica o trabalho do Congresso de produzir a peça orçamentária anualmente, além de invadir as prerrogativas o Legislativo.

Para Caiado, a manobra tem o objetivo de permitir gastos além das despesas de custeio previstas pela Constituição e dos restos a pagar até a aprovação do Orçamento de 2013. O deputado define a manobra como uma nova maquiagem do governo **Dilma** Rousseff sobre as contas públicas.

O governo está substituindo a caneta pela caixa de maquiagem. É a maquiagem no superávit, no PIB [Produto Interno Bruto] do primeiro trimestre, da inflação - estão ligando para governadores e prefeitos para não aumentar tarifa. É maquiagem na conta de luz porque é o Tesouro [Nacional] que vai pagar [a redução da conta de luz], declarou.

CD SECRETARIA DIA AUTUAÇÃO 16/98

Caiado disse que uma Adin de conteúdo semelhante, que mostra a inconstitucionalidade de uma MP de suplementação orçamentária, já foi julgada em 2008 pelo Supremo.

O futuro líder do **PSDB**, deputado Carlos Sampaio (SP), afirmou que o governo tenta, com a proposta, retirar o poder do Congresso de aprovar o Orçamento. Pagamentos de despesas ordinárias, tanto investimentos como [despesas] ordinárias, não são imprevisíveis. Se não são, jamais poderiam ser tratadas em MP, afirmou.

A edição da MP foi necessária porque o Congresso ainda não aprovou a Lei Orçamentária Anual de 2013 como forma de possibilitar novos investimentos no início do ano. A votação do Orçamento foi adiada para 5 fevereiro, após o recesso parlamentar.

A votação foi prejudicada pela paralisia do Congresso diante do impasse político em relação à apreciação dos vetos presidenciais à lei que redistribuiu os royalties do petróleo. O vice-líder do DEM disse que o atraso na votação do Orçamento não se deve a resistências da oposição. Estão querendo vender como se fosse um lapso do Congresso Nacional, um atraso do Congresso em aprovar, apontou Caiado.

ESTADO DE MINAS - MG POLÍTICA 22/01/2013

57 - DEM E PSDB QUESTIONAM NO SUPREMO MP SOBRE ORÇAMENTO

O DEM e o **PSDB** recorreram ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra a medida provisória (MP 598) editada pela presidente **Dilma** Rousseff para tentar compensar a falta de aprovação do Orçamento Geral da União de 2013. A Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) protocolada pelos partidos de oposição pede a suspensão dos efeitos da MP, sob o argumento de que houve uma invasão do Executivo na prerrogativa do Legislativo de elaborar a lei orçamentária.

"A MP cria um Orçamento paralelo e desqualifica o trabalho do Congresso", disse o deputado Ronaldo Caiado (GO), vice-líder do DEM. Ele afirmou que, ao editar a MP, a presidente buscou maquiar o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) no primeiro trimestre. "Essa MP foi editada especificamente para maquiar o `pibinho do primeiro trimestre e transparecer que o governo está investindo. O governo **Dilma** está substituindo a caneta pela caixa de maquiagem. É mais uma maquiagem do governo", afirmou Caiado.

A MP libera R$ 42,5 bilhões para investimentos e foi editada no dia 27 de dezembro do ano passado, depois que o Congresso entrou em recesso, adiando a votação da proposta orçamentária para o próximo mês. A votação do Orçamento foi interrompida, em dezembro, porque acabou condicionada à polêmica sobre a análise do veto ao projeto de distribuição das receitas resultantes da exploração do petróleo - royalties e participação especial.

Sem o Orçamento aprovado, o governo pode usar recursos para pagamento de pessoal e para diversas despesas autorizadas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias, mas só poderá liberar recursos para investimentos empenhados anteriormente - os chamados restos a pagar. A MP 598 libera créditos suplementares do Orçamento de 2012 e recursos referentes ao Orçamento de 2013. Com a liberação dos créditos, o governo tenta evitar a interrupção de grandes obras em execução.

"A relevância e urgência do presente crédito justificam-se, também, pelo fato da não aprovação do Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2013 - PLOA-2013 até o presente momento, o que requer do Poder Executivo providências inadiáveis para dar continuidade a diversos investimentos relevantes e a ações governamentais prioritárias, cuja interrupção, durante o exercício de 2013, causaria prejuízos incontornáveis, inviabilizando, inclusive, a obtenção dos resultados previstos em políticas públicas determinantes para melhoria das condições de vida em diversas regiões do País", argumentou a ministra do Planejamento, Miriam Belchior, na exposição de motivos que acompanha a MP.

Em dezembro, assim que a MP foi editada, a ministra Miriam Belchior disse que a edição da MP não era irregular. Segundo a ministra, os recursos vão para obras, como a reforma da BR 101, no Espírito Santo,

CD SECRETARIA GERAL DA MESA AUTUAÇÃO 1699 2013-2015

da BR 156, no Amapá, e da BR 285 e BR 386, no Rio Grande do Sul. Além disso, o dinheiro também será aplicado, segundo a ministra, na área social, na continuidade a obras de drenagem e pavimentação em vias urbanas, construção de barragens subterrâneas contra a seca e pagamento de seguro rural a 10 mil produtores.

HOJE EM DIA - MG POLÍTICA 22/01/2013

58 - DEM E PSDB QUESTIONAM NO SUPREMO MP SOBRE ORÇAMENTO

O DEM e o **PSDB** recorreram ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra a medida provisória (MP 598) editada pela presidente **Dilma** Rousseff para tentar compensar a falta de aprovação do Orçamento Geral da União de 2013. A Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) protocolada pelos partidos de oposição pede a suspensão dos efeitos da MP, sob o argumento de que houve uma invasão do Executivo na prerrogativa do Legislativo de elaborar a lei orçamentária.

"A MP cria um Orçamento paralelo e desqualifica o trabalho do Congresso", disse o deputado Ronaldo Caiado (GO), vice-líder do DEM. Ele afirmou que, ao editar a MP, a presidente buscou maquiar o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) no primeiro trimestre. "Essa MP foi editada especificamente para maquiar o `pibinho do primeiro trimestre e transparecer que o governo está investindo. O governo **Dilma** está substituindo a caneta pela caixa de maquiagem. É mais uma maquiagem do governo", afirmou Caiado.

A MP libera R$ 42,5 bilhões para investimentos e foi editada no dia 27 de dezembro do ano passado, depois que o Congresso entrou em recesso, adiando a votação da proposta orçamentária para o próximo mês. A votação do Orçamento foi interrompida, em dezembro, porque acabou condicionada à polêmica sobre a análise do veto ao projeto de distribuição das receitas resultantes da exploração do petróleo - royalties e participação especial.

Sem o Orçamento aprovado, o governo pode usar recursos para pagamento de pessoal e para diversas despesas autorizadas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias, mas só poderá liberar recursos para investimentos empenhados anteriormente - os chamados restos a pagar. A MP 598 libera créditos suplementares do Orçamento de 2012 e recursos referentes ao Orçamento de 2013. Com a liberação dos créditos, o governo tenta evitar a interrupção de grandes obras em execução.

"A relevância e urgência do presente crédito justificam-se, também, pelo fato da não aprovação do Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2013 - PLOA-2013 até o presente momento, o que requer do Poder Executivo providências inadiáveis para dar continuidade a diversos investimentos relevantes e a ações governamentais prioritárias, cuja interrupção, durante o exercício de 2013, causaria prejuízos incontornáveis, inviabilizando, inclusive, a obtenção dos resultados previstos em políticas públicas determinantes para melhoria das condições de vida em diversas regiões do País", argumentou a ministra do Planejamento, Miriam Belchior, na exposição de motivos que acompanha a MP.

Em dezembro, assim que a MP foi editada, a ministra Miriam Belchior disse que a edição da MP não era irregular. Segundo a ministra, os recursos vão para obras, como a reforma da BR 101, no Espírito Santo, da BR 156, no Amapá, e da BR 285 e BR 386, no Rio Grande do Sul. Além disso, o dinheiro também será aplicado, segundo a ministra, na área social, na continuidade a obras de drenagem e pavimentação em vias urbanas, construção de barragens subterrâneas contra a seca e pagamento de seguro rural a 10 mil produtores.

CLICABRASÍLIA - DF POLÍTICA 22/01/2013

59 - DEM E PSDB QUESTIONAM NO SUPREMO MP SOBRE ORÇAMENTO

CD - SECRETARIA - COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO 1700

As informaçoes são do jornal O ESTADO de SÃO PAULO

O DEM e o **PSDB** recorreram ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra a medida provisória (MP 598) editada pela presidente **Dilma** Rousseff para tentar compensar a falta de aprovação do Orçamento Geral da União de 2013. A Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) protocolada pelos partidos de oposição pede a suspensão dos efeitos da MP, sob o argumento de que houve uma invasão do Executivo na prerrogativa do Legislativo de elaborar a lei orçamentária.

"A MP cria um Orçamento paralelo e desqualifica o trabalho do Congresso", disse o deputado Ronaldo Caiado (GO), vice-líder do DEM. Ele afirmou que, ao editar a MP, a presidente buscou maquiar o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) no primeiro trimestre. "Essa MP foi editada especificamente para maquiar o `pibinho do primeiro trimestre e transparecer que o governo está investindo. O governo **Dilma** está substituindo a caneta pela caixa de maquiagem. É mais uma maquiagem do governo", afirmou Caiado.

A MP libera R$ 42,5 bilhões para investimentos e foi editada no dia 27 de dezembro do ano passado, depois que o Congresso entrou em recesso, adiando a votação da proposta orçamentária para o próximo mês. A votação do Orçamento foi interrompida, em dezembro, porque acabou condicionada à polêmica sobre a análise do veto ao projeto de distribuição das receitas resultantes da exploração do petróleo - royalties e participação especial.

Sem o Orçamento aprovado, o governo pode usar recursos para pagamento de pessoal e para diversas despesas autorizadas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias, mas só poderá liberar recursos para investimentos empenhados anteriormente - os chamados restos a pagar. A MP 598 libera créditos suplementares do Orçamento de 2012 e recursos referentes ao Orçamento de 2013. Com a liberação dos créditos, o governo tenta evitar a interrupção de grandes obras em execução.

"A relevância e urgência do presente crédito justificam-se, também, pelo fato da não aprovação do Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2013 - PLOA-2013 até o presente momento, o que requer do Poder Executivo providências inadiáveis para dar continuidade a diversos investimentos relevantes e a ações governamentais prioritárias, cuja interrupção, durante o exercício de 2013, causaria prejuízos incontornáveis, inviabilizando, inclusive, a obtenção dos resultados previstos em políticas públicas determinantes para melhoria das condições de vida em diversas regiões do País", argumentou a ministra do Planejamento, Miriam Belchior, na exposição de motivos que acompanha a MP.

Em dezembro, assim que a MP foi editada, a ministra Miriam Belchior disse que a edição da MP não era irregular. Segundo a ministra, os recursos vão para obras, como a reforma da BR 101, no Espírito Santo, da BR 156, no Amapá, e da BR 285 e BR 386, no Rio Grande do Sul. Além disso, o dinheiro também será aplicado, segundo a ministra, na área social, na continuidade a obras de drenagem e pavimentação em vias urbanas, construção de barragens subterrâneas contra a seca e pagamento de seguro rural a 10 mil produtores.

O GLOBO ONLINE PAÍS 22/01/2013

60 - DEM E PSDB VÃO AO STF CONTRA MP QUE LIBERA R$42,5 BI EM CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

(Por Eduardo Simões)

SÃO PAULO, 22 Jan (Reuters) - DEM e **PSDB** entraram nesta terça-feira com uma ação direta de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal para derrubar uma medida provisória do governo federal que libera 42,5 bilhões de reais em créditos extraordinários antes da aprovação do Orçamento de 2013 pelo Congresso.

Os partidos de oposição argumentam que a Constituição afirma que cabe ao Legislativo determinar a destinação de recursos públicos e que a abertura de créditos suplementares por medidas provisórias só

CD - SECRETARIA GERAL DA MESA - AUTUAÇÃO 1701

se justifica em caráter emergencial, como em caso de guerras e calamidades públicas.

O Congresso não votou no fim do ano passado o Orçamento deste ano e entrou em recesso sem aprovar a peça orçamentária, em meio ao impasse na disputa sobre a votação do veto parcial da presidente **Dilma** Rousseff a uma nova fórmula de divisão dos royalties do petróleo, beneficiando Estados não-produtores.

Em resposta, no dia 27 de dezembro o governo editou medida provisória liberando 42,5 bilhões de reais em créditos extraordinários e, à época, a ministra do Planejamento, Miriam Belchior, argumentou que os recursos garantiriam que ministérios e empresas estatais continuassem a investir, impulsionando a atividade econômica em 2013.

"O governo **Dilma** está substituindo a caneta pela caixa de maquiagem. Essa Medida Provisória tem por objetivo maquiar o PIB (Produto Interno Bruto) do primeiro trimestre e cria um orçamento paralelo que desqualifica totalmente o trabalho do Congresso Nacional que é elaborar a peça orçamentária", disse o vice-líder do DEM na Câmara dos Deputados, Ronaldo Caiado (GO), segundo nota divulgada pela legenda.

Sem a aprovação do Orçamento pelo Congresso, o governo pode gastar mensalmente apenas 1/12 dos recursos previstos para o custeio da máquina, pagamento de salários e benefícios sociais. Mas não há possibilidade de liberação de recursos novos para investimento --somente os recursos já comprometidos e não pagos em 2012, os chamados restos a pagar, poderiam ser liberados.

À época da edição da MP, a ministra do Planejamento disse que o governo estava "confortável" com a medida, argumentando estar respaldado pela Advocacia Geral da União (AGU), pela Casa Civil da Presidência e pela assessoria jurídica do ministério.

Em novembro de 2008, o STF, em decisão liminar, suspendeu uma medida provisória com crédito extraordinário e abriu entendimento que não se pode editar MP com esse fim até que seja julgado o mérito da questão.

TERRA POLÍTICA 22/01/2013

61 - NO STF, OPOSIÇÃO QUESTIONA MP QUE LIBERA GASTOS DO GOVERNO

PSDB e Democratas entraram nesta terça-feira com uma ação direta de inconstitucionalidade (Adin) junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra a Medida Provisória (MP) 598/12. A MP abre crédito extraordinário no valor líquido de R$ 42,5 bilhões em favor de órgãos federais e empresas estatais e garante recursos para obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), contornando o atraso na aprovação do Orçamento da União para 2013.

"É uma invasão às prerrogativas do Congresso Nacional que vem sendo praticada pelo Executivo, e essa trena para poder medir o limite de cada Poder está muito bem definido pela Constituição brasileira. O que ocorreu foi nada mais do que uma nova maquiagem do governo **Dilma**. Essa medida provisória tem por objetivo maquiar o PIB do primeiro trimestre", criticou o deputado Ronaldo Caiado (DEM-GO).

A MP foi editada porque, sem acordo para analisar os vetos da presidente **Dilma** à Lei dos Royalties, o Congresso deixou para a volta do recesso, em fevereiro, a votação do Orçamento da União de 2013. Ainda segundo Caiado, o governo não será prejudicado pela não votação do orçamento de 2013, já que, até que isso aconteça, pode manter o custeio com 1/12 (um doze avos) do valor total da peça orçamentária. Além disso, segundo o deputado, há mais R$ 178 bilhões em restos a pagar.

Em 2008, o STF considerou ilegal a edição de créditos suplementares ao Orçamento Geral da União por meio de medida provisória, só cabendo por meio de projeto de lei. Mesmo assim, em 27 de dezembro do



ano passado, quando a MP 598 foi editada, a ministra do Planejamento, Miriam Belchior, lembrou que esta não era a primeira vez que, sem Orçamento sancionado, o governo utilizava esse instrumento para liberar crédito extraordinário

A ministra lembrou que em 2006, quando o Orçamento só foi votado em abril, o governo editou uma medida provisória para disciplinar os gastos e "ninguém questionou". Miriam destacou ainda que, em 2010, o governo editou uma MP porque o Congresso não havia conseguido votar a tempo os créditos suplementares relativos ao Orçamento daquele ano.

"A AGU (Advocacia-Geral da União), a Casa Civil e a consultoria jurídica do Ministério do Planejamento avaliaram que não há problema em lançar a medida provisória. Não quero aqui interpretar um julgamento do Supremo, mas o governo está confortável em editar o texto e a presidenta não faria isso se não tivesse confiança", disse à época Miriam Belchior.

Procurado pela Agência Brasil, o relator-geral do Projeto de Lei Orçamentária Anual, senador Romero Jucá (PMDB-RR), não retornou as ligações para comentar o assunto. A assessoria de imprensa do Ministério do Planejamento também não havia comentado a Adin até a publicação desta reportagem.

VALOR ONLINE POLÍTICA 22/01/2013

62 - OPOSIÇÃO PROTOCOLA AÇÃO CONTRA MP DO ORÇAMENTO NO STF

(Daniela Martins | Valor)

BRASÍLIA - O DEM e o **PSDB** protocolaram nesta terça-feira uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) no Supremo Tribunal Federal (STF) que questiona a Medida Provisória (MP) que abre crédito no valor líquido de R$ 42,5 bilhões. Assim que o conteúdo da MP foi anunciado no fim do ano passado os partidos de oposição já argumentavam que a proposta era "ilegal e inócua".

Para a minoria, a edição de MP para liberar créditos e suplementar o orçamento não tem respaldo legal. O vice-líder do DEM, deputado Ronaldo Caiado (GO), afirmou que a MP cria um orçamento "paralelo" e "desqualifica" o trabalho do Congresso de produzir a peça orçamentária anualmente, além de invadir as prerrogativas o Legislativo.

Para Caiado, a manobra tem o objetivo de permitir gastos além das despesas de custeio previstas pela Constituição e dos restos a pagar até a aprovação do Orçamento de 2013. O deputado define a manobra como uma "nova maquiagem" do governo **Dilma** Rousseff sobre as contas públicas.

"O governo está substituindo a caneta pela caixa de maquiagem. É a maquiagem no superávit, no PIB [Produto Interno Bruto] do primeiro trimestre, da inflação - estão ligando para governadores e prefeitos para não aumentar tarifa. É maquiagem na conta de luz porque é o Tesouro [Nacional] que vai pagar [a redução da conta de luz]", declarou.

Caiado disse que uma Adin de conteúdo semelhante, que mostra a inconstitucionalidade de uma MP de suplementação orçamentária, já foi julgada em 2008 pelo Supremo.

O futuro líder do **PSDB**, deputado Carlos Sampaio (SP), afirmou que o governo tenta, com a proposta, retirar o poder do Congresso de aprovar o Orçamento. "Pagamentos de despesas ordinárias, tanto investimentos como [despesas] ordinárias, não são imprevisíveis. Se não são, jamais poderiam ser tratadas em MP", afirmou.

A edição da MP foi necessária porque o Congresso ainda não aprovou a Lei Orçamentária Anual de 2013 como forma de possibilitar novos investimentos no início do ano. A votação do Orçamento foi adiada para 5 fevereiro, após o recesso parlamentar.

A votação foi prejudicada pela paralisia do Congresso diante do impasse político em relação à

CD - SECRETARIA GERAL DA MESA - ATUAÇÃO Fls. 1703

apreciação dos vetos presidenciais à lei que redistribuiu os royalties do petróleo. O vice-líder do DEM disse que o atraso na votação do Orçamento não se deve a resistências da oposição. "Estão querendo vender como se fosse um lapso do Congresso Nacional, um atraso do Congresso em aprovar", apontou Caiado.

IG.COM POLÍTICA 22/01/2013

63 - OPOSIÇÃO QUESTIONA MP DO ORÇAMENTO NO STF

DEM e PSDB pedem a suspensão da medida sob o argumento de que houve invasão do Executivo no Legislativo; sem aprovação da lei orçamentária, medida liberou R$ 42,5 bilhões

O DEM e o **PSDB** recorreram ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra a medida provisória (MP 598) editada pela presidente **Dilma** Rousseff para tentar compensar a falta de aprovação do Orçamento Geral da União de 2013. A Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) protocolada pelos partidos de oposição pede a suspensão dos efeitos da MP, sob o argumento de que houve uma invasão do Executivo na prerrogativa do Legislativo de elaborar a lei orçamentária.

"A MP cria um Orçamento paralelo e desqualifica o trabalho do Congresso", disse o deputado Ronaldo Caiado (GO), vice-líder do DEM. Ele afirmou que, ao editar a MP, a presidente buscou maquiar o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) no primeiro trimestre. "Essa MP foi editada especificamente para maquiar o pibinho do primeiro trimestre e transparecer que o governo está investindo. O governo **Dilma** está substituindo a caneta pela caixa de maquiagem. É mais uma maquiagem do governo", afirmou Caiado.

A MP libera R$ 42,5 bilhões para investimentos e foi editada no dia 27 de dezembro do ano passado , depois que o Congresso entrou em recesso, adiando a votação da proposta orçamentária para o próximo mês. A votação do Orçamento foi interrompida, em dezembro, porque acabou condicionada à polêmica sobre a análise do veto ao projeto de distribuição das receitas resultantes da exploração do petróleo - royalties e participação especial.

Sem o Orçamento aprovado, o governo pode usar recursos para pagamento de pessoal e para diversas despesas autorizadas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias, mas só poderá liberar recursos para investimentos empenhados anteriormente - os chamados restos a pagar. A MP 598 libera créditos suplementares do Orçamento de 2012 e recursos referentes ao Orçamento de 2013. Com a liberação dos créditos, o governo tenta evitar a interrupção de grandes obras em execução.

"A relevância e urgência do presente crédito justificam-se, também, pelo fato da não aprovação do Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2013 - PLOA-2013 até o presente momento, o que requer do Poder Executivo providências inadiáveis para dar continuidade a diversos investimentos relevantes e a ações governamentais prioritárias, cuja interrupção, durante o exercício de 2013, causaria prejuízos incontornáveis, inviabilizando, inclusive, a obtenção dos resultados previstos em políticas públicas determinantes para melhoria das condições de vida em diversas regiões do País", argumentou a ministra do Planejamento, Miriam Belchior, na exposição de motivos que acompanha a MP.

Em dezembro, assim que a MP foi editada, a ministra Miriam Belchior disse que a edição da MP não era irregular. Segundo a ministra, os recursos vão para obras, como a reforma da BR 101, no Espírito Santo, da BR 156, no Amapá, e da BR 285 e BR 386, no Rio Grande do Sul. Além disso, o dinheiro também será aplicado, segundo a ministra, na área social, na continuidade a obras de drenagem e pavimentação em vias urbanas, construção de barragens subterrâneas contra a seca e pagamento de seguro rural a 10 mil produtores.

CD
AUTUAÇÃO
Fls. 1704
COMISSÃO GERAL

R7 DISTRITO FEDERAL 22/01/2013

64 - DEM E PSDB QUESTIONAM NO SUPREMO MP SOBRE ORÇAMENTO

Para o deputado Ronaldo Caiado, Dilma tentou maquiar o crescimento do PIB

O DEM e o **PSDB** recorreram ao STF (Supremo Tribunal Federal) contra a Medida Provisória 598 editada pela presidente **Dilma** Rousseff para tentar compensar a falta de aprovação do Orçamento Geral da União de 2013. A Adin (Ação Direta de Inconstitucionalidade) protocolada pelos partidos de oposição pede a suspensão dos efeitos da MP, sob o argumento de que houve uma invasão do Executivo na prerrogativa do Legislativo de elaborar a lei orçamentária, como afirmou o deputado Ronaldo Caiado (GO), vice-líder do DEM.

— Essa MP foi editada especificamente para maquiar o "pibinho" do primeiro trimestre e transparecer que o governo está investindo. O governo **Dilma** está substituindo a caneta pela caixa de maquiagem. É mais uma maquiagem do governo.

A MP libera R$ 42,5 bilhões para investimentos e foi editada no dia 27 de dezembro do ano passado, depois que o Congresso entrou em recesso, adiando a votação da proposta orçamentária para o próximo mês. A votação do Orçamento foi interrompida, em dezembro, porque acabou condicionada à polêmica sobre a análise do veto ao projeto de distribuição das receitas resultantes da exploração do petróleo — royalties e participação especial.

Sem o Orçamento aprovado, o governo pode usar recursos para pagamento de pessoal e para diversas despesas autorizadas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias, mas só poderá liberar recursos para investimentos empenhados anteriormente — os chamados restos a pagar. A MP 598 libera créditos suplementares do Orçamento de 2012 e recursos referentes ao Orçamento de 2013. Com a liberação dos créditos, o governo tenta evitar a interrupção de grandes obras em execução.

A ministra do Planejamento, Miriam Belchior, na exposição de motivos que acompanha a MP, argumentou que ações governamentais prioritárias precisam ter continuidade.

— A relevância e urgência do presente crédito justificam-se, também, pelo fato da não aprovação do Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2013 - PLOA-2013 até o presente momento, o que requer do Poder Executivo providências inadiáveis para dar continuidade a diversos investimentos relevantes e a ações governamentais prioritárias, cuja interrupção, durante o exercício de 2013, causaria prejuízos incontornáveis, inviabilizando, inclusive, a obtenção dos resultados previstos em políticas públicas determinantes para melhoria das condições de vida em diversas regiões do País.

Em dezembro, assim que a MP foi editada, a ministra Miriam Belchior disse que a edição da MP não era irregular. Segundo a ministra, os recursos vão para obras, como a reforma da BR 101, no Espírito Santo, da BR 156, no Amapá, e da BR 285 e BR 386, no Rio Grande do Sul. Além disso, o dinheiro também será aplicado, segundo a ministra, na área social, na continuidade a obras de drenagem e pavimentação em vias urbanas, construção de barragens subterrâneas contra a seca e pagamento de seguro rural a 10.000 produtores.

JORNAL DO BRASIL ONLINE - RJ PAÍS 22/01/2013

65 - OPOSIÇÃO QUESTIONA NO STF CONSTITUCIONALIDADE DE MP QUE LIBERA GASTOS

Brasília - O **PSDB** e o DEM entraram hoje (22) com ação direta de inconstitucionalidade (Adin) no Supremo Tribunal Federal (STF) contra a Medida Provisória (MP) 598/12. A MP abre crédito extraordinário no valor líquido de R$ 42,5 bilhões em favor de órgãos federais e empresas estatais e garante recursos para obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), contornando o atraso

CD
AUTUAÇÃO
Fls. 1705
SECRETARIA GERAL DA MESA

na aprovação do Orçamento da União para 2013.

"É uma invasão às prerrogativas do Congresso Nacional que vem sendo praticada pelo Executivo, e essa trena para poder medir o limite de cada Poder está muito bem definido pela Constituição brasileira. O que ocorreu foi nada mais do que uma nova maquiagem do governo Dilma. Essa medida provisória tem por objetivo maquiar o PIB do primeiro trimestre", criticou o deputado Ronaldo Caiado (DEM-GO)."

A MP foi editada porque, sem acordo para analisar os vetos da presidente Dilma à Lei dos Royalties, o Congresso deixou para a volta do recesso, em fevereiro, a votação do Orçamento da União de 2013. Ainda segundo Caiado, o governo não será prejudicado pela não votação do orçamento de 2013, já que, até que isso aconteça, pode manter o custeio com 1/12 (um doze avos) do valor total da peça orçamentária. Além disso, segundo o deputado, há mais R$ 178 bilhões em restos a pagar.

Para o líder do governo no Senado, Eduardo Braga (PMDB-AM), a Medida Provisória 598 atende aos princípios da legalidade. "O governo tomou uma medida responsável para não paralisar o país, garantido os investimentos necessários e pagamento de salários até que o Orçamento seja votado pelo Congresso", explicou.

Em 2008, o STF considerou ilegal a edição de créditos suplementares ao Orçamento Geral da União por meio de medida provisória, só cabendo por meio de projeto de lei. Mesmo assim, em 27 de dezembro do ano passado, quando a MP 598 foi editada, a ministra do Planejamento, Miriam Belchior, lembrou que esta não era a primeira vez que, sem Orçamento sancionado, o governo utilizava esse instrumento para liberar crédito extraordinário

A ministra lembrou que em 2006, quando o Orçamento só foi votado em abril, o governo editou uma medida provisória para disciplinar os gastos e "ninguém questionou". Belchior destacou ainda que, em 2010, o governo editou uma MP porque o Congresso não havia conseguido votar a tempo os créditos suplementares relativos ao Orçamento daquele ano.

"A AGU [Advocacia-Geral da União], a Casa Civil e a consultoria jurídica do Ministério do Planejamento avaliaram que não há problema em lançar a medida provisória. Não quero aqui interpretar um julgamento do Supremo, mas o governo está confortável em editar o texto e a presidenta não faria isso se não tivesse confiança", disse à época Miriam Belchior.

Procurado pela Agência Brasil, o relator-geral do Projeto de Lei Orçamentária Anual, senador Romero Jucá (PMDB-RR), não retornou as ligações para comentar o assunto. A assessoria de imprensa do Ministério do Planejamento também não havia comentado a Adin até a publicação desta reportagem.

O GLOBO ONLINE PAÍS 22/01/2013

66 - PSDB E DEM PROTOCOLAM AÇÃO CONTRA MP DO ORÇAMENTO

Medida provisória editada em dezembro abriu créditos extraordinários para diversos órgãos

BRASÍLIA - O **PSDB** e DEM protocolaram nesta terça-feira, no Supremo Tribunal Federal (STF), ação direta de inconstitucionalidade (Adin) contra a medida provisória 598, a MP do Orçamento. A medida editada em dezembro abriu créditos extraordinários de R$ 42,5 bilhões em favor de diversos órgãos - valor líquido final entre aberturas de novos créditos e cancelamentos de créditos antigos dentro do mesmo texto. Em dezembro, por conta da confusão dos royalties, o Congresso acabou não votando a proposta orçamentária para 2013, adiando a votação para 5 de fevereiro, quando o Legislativo já terá voltado do recesso.

Um dos argumentos técnicos, inclusive de integrantes da Comissão Mista De Orçamento (CMO), é o de que já há instrumentos legais para garantir o funcionamento da máquina pública nos casos em que o Orçamento não é aprovado até 22 dezembro, prazo final pela Constituição. A LDO, por exemplo, prevê a manutenção das chamadas despesas obrigatórias, como pagamento de pessoal. Segundo a LDO, o

CD
AUTUAÇÃO
1706

governo pode gastar 1/12 para manter o chamado custeio da máquina pública. A LDO também permite gastos com despesas de pessoal (já autorizadas); bolsas de estudo; transferências obrigatórias a estados e municípios; ações de defesa civil; e despesas inadiáveis. Os gastos previstos estão no artigo 50 da LDO.

Ao editar a MP, em dezembro, os ministros da área econômica defenderam a legalidade da ação. Na justificativa da MP, o governo alegou que haveria "interrupção de diversas ações que se encontram em andamento". O Ministério do Planejamento informou ainda que a MP estava em conformidade com o artigo 62 da Constituição e que isso já fora adotado em anos anteriores.

Na ação, os dois partidos de oposição justificam que a medida é inconstitucional " especialmente por atender despesas previsíveis e muitas delas já incluídas em projetos de crédito adicional em tramitação no Congresso em 2012 e outras no próprio projeto de lei orçamentária. Assim, não teriam sido atendidos os pressupostos constitucionais obrigatórios para abertura de crédito extraordinário – urgência e imprevisibilidade da despesa autorizada. Para os partidos, o governo fere os artigos 62 da Constituição. Pelo artigo 62 da Constituição, não é permitida a edição de Medida Provisória que trate de diretrizes orçamentárias, orçamento e créditos adicionais e suplementares, como é o caso da MP 598.

- O governo **Dilma** está substituindo a caneta pela caixa de maquiagem. Essa Medida Provisória tem por objetivo maquiar o PIB do primeiro trimestre e cria um orçamento paralelo que desqualifica totalmente o trabalho do Congresso Nacional que é elaborar a peça orçamentária. Se não houve aprovação do orçamento não foi por culpa da oposição. Tanto é que o relatório final da Comissão Mista do Orçamento foi aprovado em tempo hábil e, se não foi votado no plenário, foi porque membros do PT do Rio de Janeiro entraram com uma ação no STF _ disse o vice-líder do DEM na Câmara, deputado Ronaldo Caiado (GO).

- Ao editar MP para este fim, o Executivo investe contra a Constituição, pois a utilização do crédito extraordinário via MP, como substitutivo parcial para o Orçamento não aprovado, é totalmente desnecessária e representa um claro desrespeito ao papel e às atribuições do Congresso Nacional - acrescentou o novo líder do **PSDB** na Câmara, deputado Carlos Sampaio (**PSDB**-SP).

A oposição e técnicos da CMO argumentam que o governo pode manter os investimentos antigos apenas com os chamados "restos a pagar" (que são pagamentos que ficam de um ano para o outro). Dados do Tesouro Nacional indicam que, para 2013, o governo recebeu uma herança de nada menos do que R$ 178 bilhões em "restos a pagar". Somente em investimentos não gastos em 2012 e que se transformaram em "restos a pagar", há R$ 44 bilhões - valor superior ao crédito aberto. Como acontece em todos os anos, os "restos a pagar" vêm aumentando. No início de 2012, o estoque recebido de 2011 foi de R$ 141 bilhões. Já em 2011, o estoque recebido de 2010 foi de R$ 128 bilhões.

VALOR ONLINE POLÍTICA 22/01/2013

67 - BRAGA DEFENDE MP DO ORÇAMENTO APÓS OPOSIÇÃO RECORRER AO STF

(Yvna Sousa e Daniela Martins | Valor)

O líder do governo no Senado, Eduardo Braga (PMDB-AM), defendeu nesta terça-feira a chamada "MP do Orçamento". A medida provisória editada pela presidente **Dilma** Rousseff abre crédito extraordinário líquido de R$ 42,5 bilhões e garante os investimentos do governo até que o Congresso vote a peça orçamentária de 2013.

"A Medida Provisória 598 atende aos princípios da legalidade e o governo tomou uma medida responsável para não paralisar o país, garantindo os investimentos necessários e o pagamento de salários até que o Orçamento seja votado pelo Congresso", afirmou por meio de nota distribuída pela assessoria de imprensa.

CD - SECRETARIA GERAL DA MESA - APENSAÇÃO Fls. 1707

Hoje, DEM e **PSDB** protocolaram uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) no Supremo Tribunal Federal (STF) questionando a legitimidade da MP.

O Congresso Nacional encerrou as atividades do ano passado sem aprovar o Orçamento de 2013. Sem a lei, o governo está autorizado a gastar o duodécimo (um doze avos da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2013) em áreas específicas, como custeio da máquina – incluindo pagamento de salários, ao contrário do afirmado pelo senador Eduardo Braga - mas fica proibido de fazer investimentos.

O líder do PT na Câmara, deputado José Guimarães (CE), também defendeu a MP. Segundo o petista, a medida provisória foi editada para manter o andamento dos projetos de investimento em curso no país e, sem ela, haveria "enormes prejuízos para a economia".

"O caráter de urgência e relevância se justifica para evitar atrasos nos cronogramas de execução das obras consideradas estratégicas que, de outro modo, resultariam em prejuízos financeiros e postergação dos benefícios à população", disse em nota divulgada nesta terça-feira.

Por outro lado, o vice-líder do DEM na Câmara, deputado Ronaldo Caiado (GO), a MP cria um orçamento "paralelo" e "desqualifica" o trabalho do Congresso de produzir a peça orçamentária anualmente, além de invadir as prerrogativas do Legislativo. O deputado definiu a medida como uma "nova maquiagem" do governo **Dilma** Rousseff sobre as contas públicas.

"O governo está substituindo a caneta pela caixa de maquiagem. É a maquiagem no superávit, no PIB [Produto Interno Bruto] do primeiro trimestre, da inflação - estão ligando para governadores e prefeitos para não aumentar tarifa. É maquiagem na conta de luz porque é o Tesouro [Nacional] que vai pagar [a redução da conta de luz]", listou.

G1 POLÍTICA 22/01/2013

68 - DEM E PSDB VÃO AO STF CONTRA MP QUE LIBERA R$42,5 BI EM CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

(Por Eduardo Simões)

SÃO PAULO, 22 Jan (Reuters) - DEM e **PSDB** entraram nesta terça-feira com uma ação direta de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal para derrubar uma medida provisória do governo federal que libera 42,5 bilhões de reais em créditos extraordinários antes da aprovação do Orçamento de 2013 pelo Congresso.

Os partidos de oposição argumentam que a Constituição afirma que cabe ao Legislativo determinar a destinação de recursos públicos e que a abertura de créditos suplementares por medidas provisórias só se justifica em caráter emergencial, como em caso de guerras e calamidades públicas.

O Congresso não votou no fim do ano passado o Orçamento deste ano e entrou em recesso sem aprovar a peça orçamentária, em meio ao impasse na disputa sobre a votação do veto parcial da presidente **Dilma** Rousseff a uma nova fórmula de divisão dos royalties do petróleo, beneficiando Estados não-produtores.

Em resposta, no dia 27 de dezembro o governo editou medida provisória liberando 42,5 bilhões de reais em créditos extraordinários e, à época, a ministra do Planejamento, Miriam Belchior, argumentou que os recursos garantiriam que ministérios e empresas estatais continuassem a investir, impulsionando a atividade econômica em 2013.

"O governo **Dilma** está substituindo a caneta pela caixa de maquiagem. Essa Medida Provisória tem por objetivo maquiar o PIB (Produto Interno Bruto) do primeiro trimestre e cria um orçamento paralelo que desqualifica totalmente o trabalho do Congresso Nacional que é elaborar a peça orçamentária", disse o

CD - SECRETARIA GERAL DA MESA - AUTUAÇÃO 2013-2015 1708

vice-líder do DEM na Câmara dos Deputados, Ronaldo Caiado (GO), segundo nota divulgada pela legenda.

Sem a aprovação do Orçamento pelo Congresso, o governo pode gastar mensalmente apenas 1/12 dos recursos previstos para o custeio da máquina, pagamento de salários e benefícios sociais. Mas não há possibilidade de liberação de recursos novos para investimento --somente os recursos já comprometidos e não pagos em 2012, os chamados restos a pagar, poderiam ser liberados.

À época da edição da MP, a ministra do Planejamento disse que o governo estava "confortável" com a medida, argumentando estar respaldado pela Advocacia Geral da União (AGU), pela Casa Civil da Presidência e pela assessoria jurídica do ministério.

Em novembro de 2008, o STF, em decisão liminar, suspendeu uma medida provisória com crédito extraordinário e abriu entendimento que não se pode editar MP com esse fim até que seja julgado o mérito da questão.

AGÊNCIA BRASIL POLÍTICA 22/01/2013

69 - ATUALIZADA - OPOSIÇÃO QUESTIONA NO STF CONSTITUCIONALIDADE DE MP QUE LIBERA GASTOS DO GOVERNO

Karine Melo Repórter da Agência Brasil

Brasília - O **PSDB** e o DEM entraram hoje (22) com ação direta de inconstitucionalidade (Adin) no Supremo Tribunal Federal (STF) contra a Medida Provisória (MP) 598/12. A MP abre crédito extraordinário no valor líquido de R$ 42,5 bilhões em favor de órgãos federais e empresas estatais e garante recursos para obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), contornando o atraso na aprovação do Orçamento da União para 2013.

"É uma invasão às prerrogativas do Congresso Nacional que vem sendo praticada pelo Executivo, e essa trena para poder medir o limite de cada Poder está muito bem definido pela Constituição brasileira. O que ocorreu foi nada mais do que uma nova maquiagem do governo **Dilma**. Essa medida provisória tem por objetivo maquiar o PIB do primeiro trimestre", criticou o deputado Ronaldo Caiado (DEM-GO)."

A MP foi editada porque, sem acordo para analisar os vetos da presidente **Dilma** à Lei dos Royalties, o Congresso deixou para a volta do recesso, em fevereiro, a votação do Orçamento da União de 2013. Ainda segundo Caiado, o governo não será prejudicado pela não votação do orçamento de 2013, já que, até que isso aconteça, pode manter o custeio com 1/12 (um doze avos) do valor total da peça orçamentária. Além disso, segundo o deputado, há mais R$ 178 bilhões em restos a pagar.

Para o líder do governo no Senado, Eduardo Braga (PMDB-AM), a Medida Provisória 598 atende aos princípios da legalidade. "O governo tomou uma medida responsável para não paralisar o país, garantido os investimentos necessários e pagamento de salários até que o Orçamento seja votado pelo Congresso", explicou.

Em 2008, o STF considerou ilegal a edição de créditos suplementares ao Orçamento Geral da União por meio de medida provisória, só cabendo por meio de projeto de lei. Mesmo assim, em 27 de dezembro do ano passado, quando a MP 598 foi editada, a ministra do Planejamento, Miriam Belchior, lembrou que esta não era a primeira vez que, sem Orçamento sancionado, o governo utilizava esse instrumento para liberar crédito extraordinário

A ministra lembrou que em 2006, quando o Orçamento só foi votado em abril, o governo editou uma medida provisória para disciplinar os gastos e "ninguém questionou". Belchior destacou ainda que, em 2010, o governo editou uma MP porque o Congresso não havia conseguido votar a tempo os créditos suplementares relativos ao Orçamento daquele ano.

CD SECRETARIA GERAL DA MESA ATUAÇÃO 1709

"A AGU [Advocacia-Geral da União], a Casa Civil e a consultoria jurídica do Ministério do Planejamento avaliaram que não há problema em lançar a medida provisória. Não quero aqui interpretar um julgamento do Supremo, mas o governo está confortável em editar o texto e a presidenta não faria isso se não tivesse confiança", disse à época Miriam Belchior.

Procurado pela Agência Brasil, o relator-geral do Projeto de Lei Orçamentária Anual, senador Romero Jucá (PMDB-RR), não retornou as ligações para comentar o assunto. A assessoria de imprensa do Ministério do Planejamento também não havia comentado a Adin até a publicação desta reportagem.

Edição: Davi Oliveira // Matéria atualizada às 17h22 para incluir declaração do líder do governo no Senado, Eduardo Braga (PMDB-AM), recebida após a primeira publicação, às 14h33

Todo o conteúdo deste site está publicado sob a Licença Creative Commons Atribuição 3.0 Brasil. Para reproduzir as matérias é necessário apenas dar crédito à Agência Brasil

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - PE POLÍTICA 22/01/2013

70 - OPOSIÇÃO QUESTIONA NO STF CONSTITUCIONALIDADE DE MP QUE LIBERA GASTOS DO GOVERNO

PSDB e Democratas entraram nesta terça-feira (22) com uma ação direta de inconstitucionalidade (Adin) junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra a Medida Provisória (MP) 598/12. A MP abre crédito extraordinário no valor líquido de R$ 42,5 bilhões em favor de órgãos federais e empresas estatais e garante recursos para obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), contornando o atraso na aprovação do Orçamento da União para 2013.

"É uma invasão às prerrogativas do Congresso Nacional que vem sendo praticada pelo Executivo, e essa trena para poder medir o limite de cada Poder está muito bem definido pela Constituição brasileira. O que ocorreu foi nada mais do que uma nova maquiagem do governo **Dilma**. Essa medida provisória tem por objetivo maquiar o PIB do primeiro trimestre", criticou o deputado Ronaldo Caiado (DEM-GO)."

A MP foi editada porque, sem acordo para analisar os vetos da presidente **Dilma** à Lei dos Royalties, o Congresso deixou para a volta do recesso, em fevereiro, a votação do Orçamento da União de 2013. Ainda segundo Caiado, o governo não será prejudicado pela não votação do orçamento de 2013, já que, até que isso aconteça, pode manter o custeio com 1/12 (um doze avos) do valor total da peça orçamentária. Além disso, segundo o deputado, há mais R$ 178 bilhões em restos a pagar.

Em 2008, o STF considerou ilegal a edição de créditos suplementares ao Orçamento Geral da União por meio de medida provisória, só cabendo por meio de projeto de lei. Mesmo assim, em 27 de dezembro do ano passado, quando a MP 598 foi editada, a ministra do Planejamento, Miriam Belchior, lembrou que esta não era a primeira vez que, sem Orçamento sancionado, o governo utilizava esse instrumento para liberar crédito extraordinário

A ministra lembrou que em 2006, quando o Orçamento só foi votado em abril, o governo editou uma medida provisória para disciplinar os gastos e "ninguém questionou". Belchior destacou ainda que, em 2010, o governo editou uma MP porque o Congresso não havia conseguido votar a tempo os créditos suplementares relativos ao Orçamento daquele ano.

"A AGU [Advocacia-Geral da União], a Casa Civil e a consultoria jurídica do Ministério do Planejamento avaliaram que não há problema em lançar a medida provisória. Não quero aqui interpretar um julgamento do Supremo, mas o governo está confortável em editar o texto e a presidenta não faria isso se não tivesse confiança", disse à época Miriam Belchior.

Procurado pela reportagem, o relator-geral do Projeto de Lei Orçamentária Anual, senador Romero Jucá (PMDB-RR), não retornou as ligações para comentar o assunto. A assessoria de imprensa do Ministério

CD
SECRETARIA GERAL DA MESA
ATUAÇÃO
Fls 1710

do Planejamento também não havia comentado a Adin até a publicação desta reportagem.

O GLOBO ONLINE PAÍS 22/01/2013

71 - BRAGA DEFENDE MP DO ORÇAMENTO APÓS OPOSIÇÃO RECORRER AO STF

(Yvna Sousa e Daniela Martins | Valor)

O líder do governo no Senado, Eduardo Braga (PMDB-AM), defendeu nesta terça-feira a chamada "MP do Orçamento". A medida provisória editada pela presidente **Dilma** Rousseff abre crédito extraordinário líquido de R$ 42,5 bilhões e garante os investimentos do governo até que o Congresso vote a peça orçamentária de 2013.

"A Medida Provisória 598 atende aos princípios da legalidade e o governo tomou uma medida responsável para não paralisar o país, garantindo os investimentos necessários e o pagamento de salários até que o Orçamento seja votado pelo Congresso", afirmou por meio de nota distribuída pela assessoria de imprensa.

Hoje, DEM e **PSDB** protocolaram uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) no Supremo Tribunal Federal (STF) questionando a legitimidade da MP.

O Congresso Nacional encerrou as atividades do ano passado sem aprovar o Orçamento de 2013. Sem a lei, o governo está autorizado a gastar o duodécimo (um doze avos da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2013) em áreas específicas, como custeio da máquina - incluindo pagamento de salários, ao contrário do afirmado pelo senador Eduardo Braga - mas fica proibido de fazer investimentos.

Para o vice-líder do DEM na Câmara, deputado Ronaldo Caiado (GO), a MP cria um orçamento "paralelo" e "desqualifica" o trabalho do Congresso de produzir a peça orçamentária anualmente, além de invadir as prerrogativas do Legislativo. O deputado definiu a medida como uma "nova maquiagem" do governo **Dilma** Rousseff sobre as contas públicas.

"O governo está substituindo a caneta pela caixa de maquiagem. É a maquiagem no superávit, no PIB [Produto Interno Bruto] do primeiro trimestre, da inflação - estão ligando para governadores e prefeitos para não aumentar tarifa. É maquiagem na conta de luz porque é o Tesouro [Nacional] que vai pagar [a redução da conta de luz]", listou.

BRASIL 247 PODER 22/01/2013

72 - PSDB E DEM TENTAM BARRAR R$ 42 BI PARA OBRAS DO PAC

Os partidos de oposição presididos pelo deputado Sergio Guerra (PSDB-PE) e o senador Agripino Maia (DEM-RN) entraram com ação direta de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal contra a Medida Provisória 598/12. A MP abre crédito extraordinário no valor de R$ 42,5 bilhões em favor de órgãos federais e empresas estatais, garantindo recursos para obras do PAC e contornando o atraso na aprovação do Orçamento da União para 2013

Karine Melo Repórter da Agência Brasil

Brasília - O **PSDB** e o DEM entraram hoje (22) com ação direta de inconstitucionalidade (Adin) no Supremo Tribunal Federal (STF) contra a Medida Provisória (MP) 598/12. A MP abre crédito extraordinário no valor líquido de R$ 42,5 bilhões em favor de órgãos federais e empresas estatais e garante recursos para obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), contornando o atraso

CD - SECRETARIA GERAL DA MESA - AUTUAÇÃO 1711

na aprovação do Orçamento da União para 2013.

"É uma invasão às prerrogativas do Congresso Nacional que vem sendo praticada pelo Executivo, e essa trena para poder medir o limite de cada Poder está muito bem definido pela Constituição brasileira. O que ocorreu foi nada mais do que uma nova maquiagem do governo **Dilma**. Essa medida provisória tem por objetivo maquiar o PIB do primeiro trimestre", criticou o deputado Ronaldo Caiado (DEM-GO)."

A MP foi editada porque, sem acordo para analisar os vetos da presidente **Dilma** à Lei dos Royalties, o Congresso deixou para a volta do recesso, em fevereiro, a votação do Orçamento da União de 2013. Ainda segundo Caiado, o governo não será prejudicado pela não votação do orçamento de 2013, já que, até que isso aconteça, pode manter o custeio com 1/12 (um doze avos) do valor total da peça orçamentária. Além disso, segundo o deputado, há mais R$ 178 bilhões em restos a pagar.

Para o líder do governo no Senado, Eduardo Braga (PMDB-AM), a Medida Provisória 598 atende aos princípios da legalidade. "O governo tomou uma medida responsável para não paralisar o país, garantido os investimentos necessários e pagamento de salários até que o Orçamento seja votado pelo Congresso", explicou.

Em 2008, o STF considerou ilegal a edição de créditos suplementares ao Orçamento Geral da União por meio de medida provisória, só cabendo por meio de projeto de lei. Mesmo assim, em 27 de dezembro do ano passado, quando a MP 598 foi editada, a ministra do Planejamento, Miriam Belchior, lembrou que esta não era a primeira vez que, sem Orçamento sancionado, o governo utilizava esse instrumento para liberar crédito extraordinário

A ministra lembrou que em 2006, quando o Orçamento só foi votado em abril, o governo editou uma medida provisória para disciplinar os gastos e "ninguém questionou". Belchior destacou ainda que, em 2010, o governo editou uma MP porque o Congresso não havia conseguido votar a tempo os créditos suplementares relativos ao Orçamento daquele ano.

"A AGU [Advocacia-Geral da União], a Casa Civil e a consultoria jurídica do Ministério do Planejamento avaliaram que não há problema em lançar a medida provisória. Não quero aqui interpretar um julgamento do Supremo, mas o governo está confortável em editar o texto e a presidenta não faria isso se não tivesse confiança", disse à época Miriam Belchior.

Procurado pela Agência Brasil, o relator-geral do Projeto de Lei Orçamentária Anual, senador Romero Jucá (PMDB-RR), não retornou as ligações para comentar o assunto. A assessoria de imprensa do Ministério do Planejamento também não havia comentado a Adin até a publicação desta reportagem.

O ESTADO DE SÃO PAULO DORA KRAMER 23/01/2013

73 - CORDÃO DO ENCARNADO

Dora Kramer

O ex-presidente Luiz Inácio da Silva usurpa o poder de suas criaturas, é o
que se diz sobre seus movimentos de interferência explícita no governo **Dilma** Rousseff e nos primeiros acordes da administração Fernando Haddad na Prefeitura de São Paulo.

Lula é alvo de toda sorte de críticas por desenhá-los como meras marionetes e tentar exercer de fato um poder que de direito não possui.

Não foi eleito, portanto não tem razão para se reunir com a equipe de Haddad para "traçar diretrizes". Não recebeu delegação presidencial para atuar como coordenador e, no entanto, age como se fosse a eminência mais nítida do governo federal.

Isso é o que parece; não necessariamente é o que acontece.

CD
AUTUAÇÃO
Fls. 1712
COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE
SECRETARIA GERAL

Primeiro, porque **Dilma** e Haddad detêm o poder de direito, estão lá sentados nas cadeiras que lhes couberam por candidaturas ungidas pelo criador e corroboradas pelo eleitor. Isso ninguém lhes tira.

Segundo, porque têm a perfeita noção de que estão à frente de duas importantes trincheiras de um projeto partidário cujo condutor é Lula. Estão - todos os participantes dessa "marcha" - pouco ligando para essas formalidades que assombram analistas da cena política. Querem mais é que o chefe suba ao palco. Quanto mais o ex-presidente exercita suas artes de atrair todas as atenções, menos o PT precisa tratar de seus problemas com a ética e com (a falta de) resultados concretos de sua gestão federal. O debate nacional se desvia dos problemas reais para uma questão surreal.

É como disse o ex-secretário geral da Presidência Luiz Dulci: "A movimentação de Lula é natural e desejável para o PT".

Até semana passada, crescia o deba-te sobre inflação, investimentos, fornecimento de energia, maquiagem de dados das contas governamentais, PIB pífio, excesso de interferência estatal na economia, reclamações de políticos e empresários, construção de alternativas eleitorais para 2014.

Até a reunião com a equipe de Haddad para produzir fotografia passível de gerar análises sobre a interferência de Lula, o PT ainda enfrentava rescaldo do julgamento do mensalão, graças à iniciativa da juventude petista de promover "jantar vaquinha" para ajudar a pagar as multas dos condenados. Como se José Dirceu, por exemplo, precisasse de auxílio para juntar R$ 676 mil.

Até então Lula estava calado, fugindo de jornalistas por lavanderias de hotel para não comentar as acusações contra sua protegida Rosemary Noronha e o depoimento de Marcos Valério à Procuradoria-Geral da República, que ensejou pedido de abertura de investigação contra o ex-presidente no esquema posto a nu pelo Supremo Tribunal Federal.

Nos últimos dias a pauta mudou: são os encontros de Lula com secretários, aconselhamentos de Lula para **Dilma** mudar o rumo do governo, anúncios de reuniões dele com ministros, a caravana de Lula País afora, a conversa de Lula com a presidente nesta sexta-feira, o papel de Lula como articulador da base no Congresso, a inadequação da conduta de Lula, enfim, uma virada de agenda com Lula ao centro em seu mais confortável papel.

Critica-se o ex-presidente por não "desencarnar"do cargo como havia prometido, levantam-se bandeiras em defesa da autonomia de **Dilma**, aceitam-se versões de que ela estaria desolada com essa interferência e, assim, cumpre-se exatamente o roteiro que interessa a Lula, ao Planalto e ao PT: fazer do ex-presidente o centro de tudo, privilegiando o acessório (as andanças dele) em detrimento do principal (as questões éticas e administrativas em aberto).

O truque não é novo, mas continua eficaz porque há quem caia nele: por vontade ou falha de percepção. Resta conferir o efeito da realidade adiante sobre o prazo de validade desse tipo de dom de iludir a quem se dispõe a ceder às artimanhas do ilusionismo.

BRASIL 247 PODER 23/01/2013

74 - PSDB E DEM TENTAM BARRAR R$ 42 BI PARA OBRAS DO PAC

Os partidos de oposição presididos pelo deputado Sergio Guerra (PSDB-PE) e o senador Agripino Maia (DEM-RN) entraram com ação direta de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal contra a Medida Provisória 598/12. A MP abre crédito extraordinário no valor de R$ 42,5 bilhões em favor de órgãos federais e empresas estatais, garantindo recursos para obras do PAC e contornando o atraso na aprovação do Orçamento da União para 2013

Brasília - O **PSDB** e o DEM entraram hoje (22) com ação direta de inconstitucionalidade (Adin) no Supremo Tribunal Federal (STF) contra a Medida Provisória (MP) 598/12. A MP abre crédito extraordinário no valor líquido de R$ 42,5 bilhões em favor de órgãos federais e empresas estatais e garante recursos para obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), contornando o atraso

CD
AUTUAÇÃO
Fls. 1713

na aprovação do Orçamento da União para 2013.

"É uma invasão às prerrogativas do Congresso Nacional que vem sendo praticada pelo Executivo, e essa trena para poder medir o limite de cada Poder está muito bem definido pela Constituição brasileira. O que ocorreu foi nada mais do que uma nova maquiagem do governo **Dilma**. Essa medida provisória tem por objetivo maquiar o PIB do primeiro trimestre", criticou o deputado Ronaldo Caiado (DEM-GO)."

A MP foi editada porque, sem acordo para analisar os vetos da presidente **Dilma** à Lei dos Royalties, o Congresso deixou para a volta do recesso, em fevereiro, a votação do Orçamento da União de 2013. Ainda segundo Caiado, o governo não será prejudicado pela não votação do orçamento de 2013, já que, até que isso aconteça, pode manter o custeio com 1/12 (um doze avos) do valor total da peça orçamentária. Além disso, segundo o deputado, há mais R$ 178 bilhões em restos a pagar.

Para o líder do governo no Senado, Eduardo Braga (PMDB-AM), a Medida Provisória 598 atende aos princípios da legalidade. "O governo tomou uma medida responsável para não paralisar o país, garantido os investimentos necessários e pagamento de salários até que o Orçamento seja votado pelo Congresso", explicou.

Em 2008, o STF considerou ilegal a edição de créditos suplementares ao Orçamento Geral da União por meio de medida provisória, só cabendo por meio de projeto de lei. Mesmo assim, em 27 de dezembro do ano passado, quando a MP 598 foi editada, a ministra do Planejamento, Miriam Belchior, lembrou que esta não era a primeira vez que, sem Orçamento sancionado, o governo utilizava esse instrumento para liberar crédito extraordinário

A ministra lembrou que em 2006, quando o Orçamento só foi votado em abril, o governo editou uma medida provisória para disciplinar os gastos e "ninguém questionou". Belchior destacou ainda que, em 2010, o governo editou uma MP porque o Congresso não havia conseguido votar a tempo os créditos suplementares relativos ao Orçamento daquele ano.

"A AGU [Advocacia-Geral da União], a Casa Civil e a consultoria jurídica do Ministério do Planejamento avaliaram que não há problema em lançar a medida provisória. Não quero aqui interpretar um julgamento do Supremo, mas o governo está confortável em editar o texto e a presidenta não faria isso se não tivesse confiança", disse à época Miriam Belchior.

Procurado pela Agência Brasil, o relator-geral do Projeto de Lei Orçamentária Anual, senador Romero Jucá (PMDB-RR), não retornou as ligações para comentar o assunto. A assessoria de imprensa do Ministério do Planejamento também não havia comentado a Adin até a publicação desta reportagem.

BRASIL 247 PODER 23/01/2013

75 - PARA DORA, CRÍTICAS A LULA FAZEM PARTE DA ESTRATÉGIA DO PT

247 – A revolta gerada na imprensa e os movimentos contra corrupção que se desenham timidamente no Brasil não passam de uma estratégia do PT. É o que diz a colunista Dora Kramer, no Estadão. Para ela, o roteiro do partido é fazer do ex-presidente o centro de tudo em detrimento do principal (as questões éticas e administrativas em aberto). Leia:

Cordão do encarnado

O ex-presidente Luiz Inácio da Silva usurpa o poder de suas criaturas, é o que se diz sobre seus movimentos de interferência explícita no governo **Dilma** Rousseff e nos primeiros acordes da administração Fernando Haddad na Prefeitura de São Paulo.

Lula é alvo de toda sorte de críticas por desenhá-los como meras marionetes e tentar exercer de fato um poder que de direito não possui.

Não foi eleito, portanto não tem razão para se reunir com a equipe de Haddad para "traçar diretrizes".

CD
SA AUTUAÇÃO SECRETARIA
1794

Não recebeu delegação presidencial para atuar como coordenador e, no entanto, age como se fosse a eminência mais nítida do governo federal.

Isso é o que parece; não necessariamente é o que acontece.

Primeiro, porque **Dilma** e Haddad detêm o poder de direito, estão lá sentados nas cadeiras que lhes couberam por candidaturas ungidas pelo criador e corroboradas pelo eleitor. Isso ninguém lhes tira.

Segundo, porque têm a perfeita noção de que estão à frente de duas importantes trincheiras de um projeto partidário cujo condutor é Lula. Estão - todos os participantes dessa "marcha" - pouco ligando para essas formalidades que assombram analistas da cena política. Querem mais é que o chefe suba ao palco. Quanto mais o ex-presidente exercita suas artes de atrair todas as atenções, menos o PT precisa tratar de seus problemas com a ética e com (a falta de) resultados concretos de sua gestão federal. O debate nacional se desvia dos problemas reais para uma questão surreal.

É como disse o ex-secretário geral da Presidência Luiz Dulci: "A movimentação de Lula é natural e desejável para o PT".

Até semana passada, crescia o debate sobre inflação, investimentos, fornecimento de energia, maquiagem de dados das contas governamentais, PIB pífio, excesso de interferência estatal na economia, reclamações de políticos e empresários, construção de alternativas eleitorais para 2014.

Até a reunião com a equipe de Haddad para produzir fotografia passível de gerar análises sobre a interferência de Lula, o PT ainda enfrentava rescaldo do julgamento do mensalão, graças à iniciativa da juventude petista de promover "jantar vaquinha" para ajudar a pagar as multas dos condenados. Como se José Dirceu, por exemplo, precisasse de auxílio para juntar R$ 676 mil.

Até então Lula estava calado, fugindo de jornalistas por lavanderias de hotel para não comentar as acusações contra sua protegida Rosemary Noronha e o depoimento de Marcos Valério à Procuradoria-Geral da República, que ensejou pedido de abertura de investigação contra o ex-presidente no esquema posto a nu pelo Supremo Tribunal Federal.

Nos últimos dias a pauta mudou: são os encontros de Lula com secretários, aconselhamentos de Lula para **Dilma** mudar o rumo do governo, anúncios de reuniões dele com ministros, a caravana de Lula País afora, a conversa de Lula com a presidente nesta sexta-feira, o papel de Lula como articulador da base no Congresso, a inadequação da conduta de Lula, enfim, uma virada de agenda com Lula ao centro em seu mais confortável papel.

Critica-se o ex-presidente por não "desencarnar"do cargo como havia prometido, levantam-se bandeiras em defesa da autonomia de **Dilma**, aceitam-se versões de que ela estaria desolada com essa interferência e, assim, cumpre-se exatamente o roteiro que interessa a Lula, ao Planalto e ao PT: fazer do ex-presidente o centro de tudo, privilegiando o acessório (as andanças dele) em detrimento do principal (as questões éticas e administrativas em aberto).

O truque não é novo, mas continua eficaz porque há quem caia nele: por vontade ou falha de percepção. Resta conferir o efeito da realidade adiante sobre o prazo de validade desse tipo de dom de iludir a quem se dispõe a ceder às artimanhas do ilusionismo.

REUTERS BRASIL SEM EDITORIA DEFINIDA 23/01/2013

76 - DEM E PSDB VÃO AO STF CONTRA MP QUE LIBERA R$42,5 BI EM CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

SÃO PAULO, 22 Jan (Reuters) - DEM e **PSDB** entraram nesta terça-feira com uma ação direta de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal para derrubar uma medida provisória do governo federal que libera 42,5 bilhões de reais em créditos extraordinários antes da aprovação do Orçamento de

CD
SECRETARIA GERAL DA MESA
AUTUAÇÃO
1715

2013 pelo Congresso.

Os partidos de oposição argumentam que a Constituição afirma que cabe ao Legislativo determinar a destinação de recursos públicos e que a abertura de créditos suplementares por medidas provisórias só se justifica em caráter emergencial, como em caso de guerras e calamidades públicas.

O Congresso não votou no fim do ano passado o Orçamento deste ano e entrou em recesso sem aprovar a peça orçamentária, em meio ao impasse na disputa sobre a votação do veto parcial da presidente **Dilma** Rousseff a uma nova fórmula de divisão dos royalties do petróleo, beneficiando Estados não-produtores.

Em resposta, no dia 27 de dezembro o governo editou medida provisória liberando 42,5 bilhões de reais em créditos extraordinários e, à época, a ministra do Planejamento, Miriam Belchior, argumentou que os recursos garantiriam que ministérios e empresas estatais continuassem a investir, impulsionando a atividade econômica em 2013.

"O governo **Dilma** está substituindo a caneta pela caixa de maquiagem. Essa Medida Provisória tem por objetivo maquiar o PIB (Produto Interno Bruto) do primeiro trimestre e cria um orçamento paralelo que desqualifica totalmente o trabalho do Congresso Nacional que é elaborar a peça orçamentária", disse o vice-líder do DEM na Câmara dos Deputados, Ronaldo Caiado (GO), segundo nota divulgada pela legenda.

Sem a aprovação do Orçamento pelo Congresso, o governo pode gastar mensalmente apenas 1/12 dos recursos previstos para o custeio da máquina, pagamento de salários e benefícios sociais. Mas não há possibilidade de liberação de recursos novos para investimento --somente os recursos já comprometidos e não pagos em 2012, os chamados restos a pagar, poderiam ser liberados.

À época da edição da MP, a ministra do Planejamento disse que o governo estava "confortável" com a medida, argumentando estar respaldado pela Advocacia Geral da União (AGU), pela Casa Civil da Presidência e pela assessoria jurídica do ministério.

Em novembro de 2008, o STF, em decisão liminar, suspendeu uma medida provisória com crédito extraordinário e abriu entendimento que não se pode editar MP com esse fim até que seja julgado o mérito da questão.

O ESTADO DE SÃO PAULO	FÓRUM DOS LEITORES	24/01/2013

77 - GOVERNO DILMA

Demissões na GM

Não causam surpresa as demissões na General Motors (GM) em São José dos Campos. E ocorrerão em todos os setores que tiveram redução de IPI. Não adianta pedir à presidente que proíba as demissões, ela não tem poder para tanto. Mesmo que os produtos modernos não tenham tanta durabilidade quanto os mais antigos, duram uns dez anos, mais ou menos, e como quem tinha de comprar já comprou, as vendas de carros e produtos da linha branca ficarão estagnadas, provocando demissões em massa. Isso porque o governo insiste numa política econômica sem sustentabilidade e completamente fora da realidade: o aumento do salário mínimo acima da capacidade de pagamento das prefeituras e das pequenas empresas propicia um ambiente para desemprego generalizado, caos e miséria para a maioria do povo brasileiro.

JOSÉ MENDES

josemendesca@ig.com.br

CD
AUTUAÇÃO
1716

Votorantim

Desemprego chegando

A economia brasileira está em pleno declínio. Apesar de toda a maquiagem usada pelo governo, a inflação, em alta, está fora de controle; o PIB, em baixa; e, para completar, o desemprego começa a bater à porta dos brasileiros. Os metalúrgicos da GM, em protesto contra as demissões anunciadas, entraram em greve e estenderam faixas com os dizeres: "**Dilma**, proíba as demissões da GM". Nossa presidente vai acatar o pleito dos grevistas e passar a interferir na iniciativa privada? É só o que falta para acabar com o País. O Brasil não é Cuba ou Venezuela... ainda. O que **Dilma** Rousseff deveria fazer, e os grevistas cobrar, é melhorar a gestão das contas e dos recursos públicos, pois o que está levando o Brasil à falência é a má gerência desse governo populista. Essa é a verdadeira herança maldita deixada por Lula e seu partido, que está no comando há dez anos, destruindo tudo o que foi feito de bom no governo anterior. Os grevistas que pensem bem antes de votar na próxima eleição, pois a situação ainda pode piorar muito mais e nos tornarmos a Grécia da vez. Agora, se eles votaram em Lula e **Dilma**, não reclamem, estão a colher o que plantaram.

MARIA CARMEN DEL BEL TUNES

carmen_tunes@yahoo.com.br

Americana

Governinho

O voluntarismo não substitui a competência, só agrava as dificuldades, que vão envolvendo o governo e afundando a Nação. De retrocesso em retrocesso vamos acabar andando de tanga e cocar - isso deve agradar aos nacionalistas da vanguarda do atraso. Pobre Brasil, tão maltratado e tão "desgovernado"! Sem saúde, sem educação, sem saneamento básico, sem energia elétrica, com a Petrobrás enfraquecida, a inflação em alta, a Fazenda e o Banco Central (BC) mal orientados pela incompetência presidencial e tantas outras mazelas, onde vamos parar?

MÁRIO RUBENS COSTA

costamar31@terra.com.br

Campinas

Destruição

Gostaríamos de saber como uma presidenta conseguiu destruir toda a arquitetura econômica elaborada por sábios economistas da era **Fernando Henrique Cardoso**.

VALDIR SAYEG

valdirsayeg@uol.com.br

São Paulo

Adeus, felicidade

Saudades de Palocci (Fazenda) e Meirelles (BC)... A gente era feliz e não sabia.

JOSÉ PIACSEK NETO

bubapiacsek@yahoo.com.br

Avanhandava

Vacas magras

CD - SECRETARIA GERAL DA MESA - AUTUAÇÃO 2011-2015 1717

Governo vivenciando tempos de baixo crescimento econômico, arrecadação fraca, aperto na fiscalização (extraindo R$ 115,8 bilhões dos grandes contribuintes) e aumento do cerco às pequenas e médias empresas (22/1, B1). Enquanto isso, continuamos sustentando 39 ministérios e dezenas de assessores em cada Mesa Diretora das Câmaras Municipais, das Assembleias Legislativas, da Câmara dos Deputados e do Senado, com média de salários de R$ 12.800, esbanjando fortunas com cartões corporativos, gastos com mordomia de reforma de apartamentos funcionais (R$ 280 milhões), desperdícios de dinheiro em obras faraônicas inacabadas para satisfazer o ego de um ex-presidente (transposição do Rio São Francisco), corrupção na distribuição de emendas financeiras, etc... Que falta está fazendo o deputado Clodovil Hernandes no Congresso Nacional!

JOSÉ ÁVILA DA ROCHA

peseguranca@yahoo.com.br

São Paulo

Compromissos éticos

A astronômica soma de R$ 116 bilhões em autuações da Receita Federal durante o ano de 2012 ressalta, com evidência, o desequilíbrio existente nas relações do governo federal com algumas empresas. Estas, geralmente, são vitimadas por impostos altíssimos e, às vezes, por dificuldades financeiras ou outros motivos deixam de cumprir seus compromissos com o Fisco. Seria ideal que o relacionamento entre governo e empresas fosse mais harmônico. O dever de cada cidadão e das empresas é honrar seus compromissos com o erário. Todavia é plausível a expectativa de que o governo administre bem os recursos arrecadados, o que, infelizmente, não se verifica. Todos somos sabedores de que a burocracia estatal brasileira é caríssima e muitas vezes ineficiente. Não é despropósito supor que essa má administração dos recursos oriundos dos impostos gere uma situação que procrastine o compromisso de pagar tantos impostos, como ocorre no País.

FRANCISCO ZARDETTO

fzardetto@uol.com.br

São Paulo

Figuração

No Fórum Econômico Mundial, em Davos, na Suíça, o Brasil senta-se na cadeira do fundo na sala dos Brics, tendo o pior desempenho econômico. É o único que não tem muito a apresentar para atrair investidores e novos empreendimentos. Em comum com alguns deles temos um alto grau de corrupção e com a Rússia em particular, a falta de reformas e de modernização do País, que se mantém muito atrasado em serviços públicos, tributação e leis trabalhistas. Passaremos por lá como se não tivéssemos ido.

FABIO FIGUEIREDO

fafig3@terra.com.br

São Paulo

Quimeras

Oh, ilusões que me embalaram! Economia mundial no zero, Petrobrás falida, manipulação das contas públicas... Não se iludam: é mais uma década perdida.

EDGARD BELLOTTI

edbellotti@gmail.com

CD
SECRETARIA GERAL DA MESA
AUTUAÇÃO
1718

São Paulo

Novos tempos?

Xi, invadiram o Instituto de Lula, em São Paulo. Será que é o começo do fim da lua de mel entre Lula e o povo? O tempo nos dirá.

TANAY JIM BACELLAR

tanay.jim@gmail.com

São Caetano do Sul

LULA EM 2014?

O ex-presidente Lula descarta disputa em 2014, dizem seus assessores. Se não dá para acreditar no que Lula diz, imagina no que dizem seus assessores...

Victor Germano Pereira victorgermano@uol.com.br
São Paulo

*

SINUCA

Como sair desta: Lula candidato ou reeleição de **Dilma**?
Ulysses Fernandes Nunes Junior twitter: @Ulyssesfn
São Paulo

*

PÁSSARO GORDO OU EMPALHADO?

"Curioso o quadro político atual: o jogo sucessório não assume a forma de um confronto entre situação e oposição; é jogado exclusivamente nas mesas do governo." Por esta bem posta colocação do editorial do Estadão na edição de 23/1 (página A3), desconfio do real interesse da oposição em exercer tal papel. Talvez suas necessidades estejam bem saciadas e não saibamos.

Flavio Marcus Juliano opegapulhas@terra.com.br
Santos

*

ELEIÇÃO 2014

A eleição de 2014 para a Presidência contará com vários pretendentes ao posto. De um lado, o PT, com **Dilma** a pleitear a reeleição e, para tanto, já se encontra em campanha. Quem está no poder pode tudo. Mas há também o Lula, caso **Dilma** "não queira ser candidata" ou, no tempo que lhe resta, sua popularidade cair a níveis que inviabilizem sua candidatura. É aí que Lula entra. Todos sabemos que ele não pode ficar longe do poder depois de ter provado o seu gosto, e fará tudo que for necessário para satisfazer o seu desejo de voltar ao Palácio do Planalto. **Dilma** que se cuide, porque alguma armação poderá jogá-la no limbo. Do outro lado está o **PSDB**, uma oposição atual quieta e calma, com **Aécio Neves** já lançado. Mas existem também outros que podem desejar uma prévia, como **José Serra** e **Geraldo Alckmin**. Ambos dizem que é cedo para falar sobre o assunto, só que outros candidatos não perdem tempo e se colocam, como dizem, a serviço de seu partido e da Nação. Surge, ainda, um terceiro partido, o PSB, com **Eduardo Campos**, que acha que também tem condições como candidato e já vem divulgando sua pretensão futura. E não nos esqueçamos de **Marina Silva**, sem partido ainda, mas com bom potencial. Ela tem um crédito de cerca de 20 milhões de votos na eleição passada, além de ser apreciada por suas ideias, tanto aqui, no Brasil, como no exterior. Prova disso foi o convite para participar do encerramento da última Olimpíada, em Londres. Sua imagem ao lado de outras personalidades, carregando a bandeira olímpica, deixou-nos orgulhosos. O PMDB não tem um nome para concorrer, poderia ser Michel Temer, que já é vice de **Dilma**, caso surja alguém mais, poderá lançá-lo. Se não o fizer, será porque optou por continuar a reboque do PT. Poderão surgir outros nomes

CD - SECRETARIA GERAL DA MESA - ATUAÇÃO 2013-2015 1719

pertencentes a outros partidos. Porém o fato é que nenhum candidato sozinho ganha a eleição. A polarização somente beneficia o PT, que certamente irá para o segundo turno. A escolha de um vice é importante, deve ser alguém que agregue votos e tenha competência para assumir o posto, caso seja necessário. Seja lá quem for o candidato eleito, é preciso que tenhamos seriedade no governo para que possamos ser reconhecidos e apreciados, tanto interna como externamente. Ora, os brasileiros são um povo trabalhador e sério, não o são alguns políticos que praticam ilegalidades. A escolha certa vai depender de nós, eleitores, e nós queremos um grande país, desde já e sempre. O ditado diz "a união faz a força". É preciso, portanto, que haja um amplo acordo em benefício da Nação.

Alvaro Salvi alvarosalvi@hotmail.com
Santo André

*

O SACRIFÍCIO VALE A PENA

Aécio Neves, virtual candidato à Presidência da República, precisa apressar os preparativos para dar início à campanha presidencial de 2014. A presidente **Dilma** já começou. Desembarcou em São Julião, Piauí, vestiu gibão e chapéu de couro, beijou, com certeza, criancinhas, tirou fotos com populares e enfatizou o social, área que lhe garante, em troca de migalhas, milhões de votos. O "ex-presidente" Lula, como todos sabem, o mandachuva do País, também fará um tour pela região, em busca da recuperação do prestígio político do PT, depois da "sujeirada" em que ele e dirigentes do partido se meteram. Não custa lembrar: mensalão e o escabroso caso Rosemary, secretária da Presidência da República em São Paulo. Portanto, candidato da oposição, que tal, embora adepto do pão de queijo, entrar no jogo e programar uma "viagenzinha" ao Nordeste e, de início, saborear uma buchada de bode? "Não deixe para o amanhã o que podes fazer hoje." Tudo para o nosso bem e de nossa querida terra.
Sérgio Dafré Sergio_dafre@hotmail.com
Jundiaí

*

SAIAM DO TRANSE!

Que conversa é essa de "eleições 2014"? Mal saímos da disputa municipal e o assunto em pauta em todos os veículos de comunicação é eleições! Enquanto isso o País afunda. Ninguém se iluda. Quando as rachaduras na máscara do Brasil começam a dar na vista até para a imprensa estrangeira especializada (The Economist, Financial Times, etc.), é aviso de que ou se começa a governar o País ou o dinheiro vai todo embora. Não existe conversa bonita que consiga acobertar tantas mazelas. Este governo é tão absurdamente limitado que só enxerga a próxima eleição. Temos problemas de sobra e novos problemas gravíssimos surgindo. Todavia, são tratados como assunto de fundo, de menor importância. O que importa é quem será o dono do trono em... 2014! Se restar país até lá, é claro. Esta histeria coletiva é tão poderosa que arrasta todo mundo para o assunto, que na verdade é irrelevante diante da situação do País. Senhores da imprensa, por favor, não entrem nesta onda, se têm alguma responsabilidade e compromisso com o País. Consertar a economia é prioridade agora. Alguém tem de sair deste transe e fazer alguma coisa!

Maria Cristina Rocha Azevedo crisrochazevedo@hotmail.com
Florianópolis

*

COMÉDIA BUFA

Como seria possível imaginar que um ex-presidente da República tivesse de fugir dos jornalistas pela lavanderia de um hotel para não ter que comentar as acusações contra sua protegida Rosemary Noronha? Será que ele se fantasiou de faxineiro? Este episódio lembrou um filme norte-americano em que um senador teve de se vestir como um travesti para ludibriar a imprensa que o descobrira numa boate gay! E aqueles que o prestigiam, em especial Marilena Chauí, presente na última reunião do Instituto Lula, perderam o senso do ridículo! Lula está consagrando o que pode haver de mais debochado num país! Está transformando a política brasileira num teatro burlesco onde seus protagonistas se comportam com um cinismo nunca visto, convertendo o Brasil numa comédia bufa, aqui significando uma ventosidade que escapa sem ruído...

CD - SECRETARIA GERAL MESA - AUTUAÇÃO Fls. 1720

Eugênio José Alati eugeniojosealati@yahoo.com.br
Campinas

*

LULA QUER SER EX-PRESIDENTE

Mentira que Lula não será candidato em 2014? Mas por que ele continua em campanha eleitoral? Lula, suma de vez do cenário e vá curtir a aposentadoria pescando no Riacho Grande lambaris de 20 gramas e depois arrotar papo que eram tilápias de 2 kg. Já causou prejuízos demais ao País.

Laércio Zanini arsene@uol.com.br
Garça

*

AULA

FHC poderia dar algumas aulas ao Lula, de como ser um ex- presidente descente!

Gustavo Guimarães da Veiga gjgveiga@hotmail.com
São Paulo

*

PACTO

O Exmo. ex-presidente Lula disse que (sic) "fez um pacto" consigo mesmo de não se meter nos governos de seus pares. Ora, pacto pressupõe duas pessoas, está no Aurélio. É por isso que ele não deve ter conseguido. Ele tem é de ir se tratar em Cuba, para ficar mais parecido com o Chávez, no resto...

Arlindo Carneiro Neto arcane@ig.com.br
São Paulo

*

O EX-PRESIDENTE PREFEITO

Um verdadeiro teatro do absurdo tomou conta da Prefeitura de São Paulo. Com fantoches e marionetes assistindo às pirotecnias do engolidor de fogo que, de dedo em riste, dá ordens a uma plateia atônita, cujo lema é a obediência cega ao rei nu destronado. Tem boneco de ventríloquo mostrando que nunca teve competência para assumir a gerência do Grande Circo Paulistano. É nisso que dá colocarem urnas eleitorais nos presídios e nas Fundações Casa. É a semana do seu aniversário, boa sorte, São Paulo!

Leon Diniz leondinizdiniz@gmail.com
São Paulo

*

NOVO BRASÃO DE SÃO PAULO

Non duco ducor. O PT nos conduz.

Geraldo Roberto Banaskiwitz geraldo.banas@gmail.com
São Bento do Sapucaí

*

'CUSTOS DO MAU PLANEJAMENTO'

Sob o título de Custos do mau planejamento, o editorial do Estadão de 21/1/2013 nos demonstra com a uma clareza ímpar como o loteamento dos cargos públicos por companheiras e companheiros, desde o primeiro escalão até os escalões inferiores, os prejuízos que esses trapalhões causam ao País em detrimento da infraestrutura e das demais áreas corriqueiramente carentes de dotações orçamentárias, jamais capazes de atender ao mínimo necessário para a população. Casos notórios e tristes são as áreas da saúde e da educação. Na década de 60 já aprendíamos nas faculdades de engenharia como projetar corretamente as demandas para qualquer organização, de maneira que suas diversas etapas se harmonizassem de maneira que todas culminassem no devido tempo para a realização final. E assim

CD - SECRETARIA GERAL DA MESA - ATUAÇÃO 1721

tudo deveria ser calculado para que não houvesse desperdício de tempo e de materiais, já que ambos implicam aumento desnecessário de custos, além em alguns casos "do por fora". Mas infelizmente, como tem sido amplamente divulgado, a estupidez ocorre em todas as áreas desse governo. Chega ser escandalosa as sandices cometidas na transposição do Rio São Francisco, obra prima da estupidez humana. Sem ter sido projetada como um todo, fato que qualquer engenheiro recém-formado dominaria, tem causado prejuízos homéricos ao Tesouro Nacional. Além de ser uma obra extemporânea, já que da época de Dom Pedro II até os dias atuais, o rio sofreu a devastação da vegetação de suas margens e a construção de hidroelétricas que diminuíram sobremaneira à sua jusante, a ponto do oceano já ter avançado em mais de 100 km da sua foz, prejudicando a s habitantes da área que viviam da pesca. Hoje seria muito mais viável socorrer a região da seca do Nordeste através do Rio Tocantins. Mas como ocorre sempre, toda decisão política em desacordo com as melhores técnicas é estultice.

Gilberto Pacini benetazzos@bol.com.br
São Paulo

*

O CRESCIMENTO NÃO ERA SÉRIO?

Dona **Dilma** Rousseff parece gostar de brincar de casinha. Depois de mais da metade de seu governo vendo que a economia teve um crescimento desprezível, agora **Dilma** acena para um crescimento "sério, sustentável e sistemático". Isso significa dizer que até agora o crescimento não era sério? E o que será que o pequeno eleitor entende por sustentável e sistemático? Vamos muito mal mesmo quando não se consegue dizer em palavras simples por que o PIB não cresceu. A maquiagem tem sido a maior responsável por essas reviravoltas e trapalhadas da equipe econômica, que, não podendo conter a inflação, pede aos prefeitos de São Paulo e do Rio de Janeiro para adiarem o reajuste das passagens de ônibus. De que adianta, se daqui a alguns meses a conta vai chegar? O governo deveria ter um plano bastante elástico, com muita reserva para não precisar ficar refém de nenhum Estado. A conferir no que vai dar toda essa magia.

Izabel Avallone izabelavallone@gmail.com
São Paulo

*

SERIEDADE

"Em 2013, teremos crescimento sério, sustentável e sistemático", disse **Dilma**. Com essa declaração bombástica, como sempre, ela visitou a cidade de São Julião, no Piauí, e, durante sua estada, ocorreu um apagão de uma hora. Agora, eu me pergunto: o que ela quis dizer com "crescimento sério"?!

Eduardo Augusto de Campos Pires eacpires@terra.com.br
São Paulo

*

SUSTENTÁVEL

Dilma disse que 2013 terá "crescimento sustentável", só se for crescimento da conta de quem sustentamos, melhor dizendo.

Alessandro Lucchesi timtim.lucchesi@hotmail.com
Casa Branca

*

NA LÍNGUA DO S

Em discurso no Piauí, precedido por mais um vergonhoso apagão, **Dilma** disse, "na língua do S": "Em 2013, teremos crescimento sério, sustentável e sistemático". Será?

J. S. Decol decoljs@globo.com
São Paulo

CD
SECRETARIA GERAL DA MESA
ATUAÇÃO
1722

*

DISCURSO VAZIO

Dilma declarou que, em 2012, o Brasil se preparou para crescer em 2013, como se não tivesse existido um 2011, que foi também um ano perdido, nem que o seu governo fosse nada mais, nada menos, que a continuação do governo Lula. É um discurso vazio que não nos permite acreditar que teremos este crescimento econômico do Brasil, apenas com a conversa que "a gente sabe qual é o caminho", estando os postos-chave do governo nas mãos das mesmas pessoas que já nos provaram ser incompetentes. Por isso, tirando os programas sociais, nada mais pode ser destacado.

Ronaldo Gomes Ferraz ronferraz@globo.com
Rio de Janeiro

*

SEM VERGONHA

Realmente, assim não dá. Saiu um analfabeto demagogo e entra uma "brincalhona" demagoga. Então, a busca do crescimento não era séria, estava-se somente brincando com a paciência e com a cara do povo. Agora, sim, esse crescimento vai ser "sério, sustentável e sistemático". Olha, minha senhora, lamentável sair por aí gastando nosso dinheiro em viagens para falar uma asneira desta natureza, e, sem ficar vermelha pela falta de vergonha na cara, em dizê-lo, assuma suas responsabilidades.

Luiz Carlo Cunha luiz.cunha@terra.com.br
São Paulo

*

ADIVINHEM QUEM ESTÁ CHEGANDO!

"Eita" governinho fraquinho, fraquinho! E incompetentão "prá chuchu". Vejam se não tenho razão: "Governo teme que crescimento fraco contamine o mercado de trabalho" (Estado, 21/1, B1). Como teme que contamine, se já contaminou? Agora não adianta mais temer. Corrobora esta minha assertiva uma foto estampada na mesma página B1 deste jornal em que "operários da GM protestam contra demissões na empresa" (sic legenda), com o seguinte comentário adicional, nada lacônico: "...mercado de trabalho sofre pressão do PIB fraco". A verdade, senhores leitores, é que a coisa já chegou! S. Exia, a presidente, que é economista e não quer nem ouvir o diagnóstico real do busilis, sabe disso. Mas, se ela ainda o tem para consultas, o seu manual de Economia dos tempos de universidade ensina que a concomitância da estagnação com a inflação (meu bolso informa ser o dobro daquilo que seus bajuladores de plantão pregam por aí), principalmente após um período de três trimestres seguidos (e nós já estamos nessa lengalenga há, no mínimo, quinze meses), causa um fenômeno que tem nome: estagflação. Diga-se de passagem que nem sequer é necessário ir aos manuais para consultas. Vejam como se refere a ele o Dicionário Aulete digital: "(es.tag.fla.ção) Associação simultânea de estagnação econômica (caracterizada por crescimento zero ou quase zero e aumento do desemprego) com inflação (caracterizada por aumento de preços)". Sim! A mesma praga que o Plano Real (leia-se FHC e sua formidável equipe) exterminou e que o ex-presidente galã, antecessor a **Dilma** Rousseff e agora mais a própria presidente, conseguiram fazer ruir. Mas isso não vai ficar assim, não! Como dizia Collor, o hoje amigo de nossa presidente, "o tempo é o senhor da razão"!

João Guilherme Ortolan guiortolan@gmail.com
Bauru

*

ENTRE AMIGOS

Este recorde de liberação de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em 2012, alcançando a soma de R$ 156 bilhões, ou 12% a mais do que em 2011, poderia ser comemorado, se esse importante banco de fomento criado no governo militar não tivesse nestes dez anos de gestão petista descaracterizado a qualidade dos empréstimos. Porque muitos bilhões de reais foram alocados para empresas amigas do governo, sem que a criação de empregos fosse um dos objetivos principais. Inclusive o banco, nestes últimos anos, passou a fazer empréstimos com juros subsidiados abaixo da remuneração da taxa Selic, trazendo um enorme prejuízo para o Tesouro, porque

CD
AUTUAÇÃO 1723
MESA DIRETORIA GERAL

para fazer aportes milionários ao caixa do BNDES o governo paga juro maior. E até hoje o contribuinte brasileiro não sabe o tamanho deste rombo, porque a **Dilma** infelizmente se nega a informar. O que é lamentável. Por outro lado, é muito estranho que desses R$ 156 bilhões liberados em 2012 R$ 34,2 bilhões ocorreram somente no último mês de dezembro, como se fosse uma liquidação de final de ano. Por quê?! Talvez aí se comprove a angústia que vive hoje o governo federal, por causa da série de equívocos estratégicos que vem cometendo, e a economia, logicamente, não deslancha. No entanto, o mínimo que a sociedade espera é que os bons resultados desses empréstimos apareçam logo. Porque os recursos do trabalhador brasileiro não são para serem utilizados numa ação particular e entre amigos.

Paulo Panossian paulopanossian@hotmail.com
São Carlos

*

ADVOCACIA ILEGAL

O ex-magistrado Rocha Matos, da Justiça federal, apenado como resultante da Operação Anaconda, da Polícia Federal, há anos, também foi condenado, e, então, passou a advogar clandestinamente, com o auxílio de advogados, como ele próprio declarou à imprensa. Então, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) vai processá-lo pelo exercício ilegal da profissão, mas precisa, também, processar os advogados que o auxiliaram com assinaturas nas petições, via Tribunal de Ética. Fatos como estes merecem receber a apenação necessária, porque a OAB não pode permitir que integrantes de seus quadros comparticipem de ações criminosas e contrárias ao interesse público e da própria classe.

José Carlos de Carvalho Carneiro carneirojc@ig.com.br
Rio Claro

*

UM RETRATO DO PIOR

Com toda razão, a OAB irá processar o ex-juiz federal Rocha Matos, que afirmou ao Estadão advogar por baixo dos panos, apenas não assinando as petições. Rocha Matos confessou publicamente a prática de mais um crime e deve ser punido. Um ex-juiz corrupto e venal, condenado pela Justiça pela prática de vários crimes cometidos no exercício da magistratura, jamais deveria advogar. Causa perplexidade saber que ele conta com vários clientes, mesmo com o seu passado criminoso. Rocha Matos é um bom retrato do Brasil e do que há de pior no País.
Renato Khair renatokhair@uol.com.br
São Paulo

*

RACISMO

O secretário de Promoção da Igualdade Racial de São Paulo, Netinho de Paula, ao afirmar que São Paulo precisa assumir que é uma cidade "racista", além de ter sido muito infeliz e inoportuno em tal pronunciamento, induz a tal comportamento e se mostra como sendo um deles. Faltou bom senso, sabedoria, etc. Lamentável!

Angelo Tonelli angelotonelli@yahoo.com.br
São Paulo

*

COTAS PARA FUNCIONALISMO PÚBLICO

Recém-elevado a uma secretaria qualquer na cidade de São Paulo, Netinho propõe levar sistema de cotas raciais para o funcionalismo público. Diz isso com toda propriedade, como se os critérios de concurso públicos já não fossem suficientes. No Brasil não existe discriminação nesses concursos, nem limite de idade. O que existe é seleção por competência. Por essas e outras que os brasileiros não possuem mais um partido para chamar de seu. Todos os políticos pensando na massa votante vêm com determinada ideia faraônica e a população corre para votar no político capaz ou não, em detrimento das propostas dos partidos. Pró-comunidade gay, evangélica, católica, espírita, vale tudo onde promessas vãs têm solo fértil, mesmo que seja discriminatória no lado oposto. O que irão inventar agora? Cotas para casamento entre etnias? Só sabemos que por causa de gente com a cabeça no voto como Netinho

CD
SECRETARIA GERAL DA MESA
APRESENTAÇÃO
17/12/2015

a convivência entre todos os brasileiro s se deteriorou ainda mais nos últimos dez anos. E la nave va...

Beatriz Campos beatriz.campos@uol.com.br
São Paulo

*

COTA É RACISMO

Desde quando uma pessoa da cor negra não tem capacidade intelectual para passar em um concurso público e, por isso, precisa ser ajudada senão "empurrada" por um sistema de cotas que só faz aumentar o preconceito contra quem aliás é plenamente capaz como qualquer outra pessoa, seja ela verde, azul ou cor de abóbora? Afirmo que o sistema de cotas baseado na cor da pele, além de injusto e populista-demagógico, também é principalmente racista, tendo o condão de fazer estimular este sentimento.

Paulo Boccato pofboccato@yahoo.com.br
São Carlos

*

EXAGERO

Netinho pede cotas raciais para servidores públicos municipais. Será que, pelo andar da carruagem haverá também cotas para cardeais afrodescendentes ou, de melanina aumentada, quando do conclave para escolha do próximo papa que substituirá Bento XVI?

Paulo Busko paulobusko@terra.com.br
São Paulo

*

ESTACIONAMENTOS EM SÃO PAULO

Envolvidos em assuntos de grandes interesses da capital, os senhores vereadores não sabem do que ocorre na cidade, onde os preços cobrados pelos diversos estacionamentos ultrapassam os valores dos índices usados pelo governo para tratar dos impostos, etc. Os preços variam de R$ 8 até R$ 17 a meia hora – com acréscimos que vão de R$ 3 até R$ 7 a cada hora que passar da meia-hora inicial. Há tempos, o horário empregado era de 6 em 6 horas cada período e, de repente, mudaram de 6 horas para meia-hora, como se em São Paulo pudéssemos executar nossas obrigações com facilidade. Como "eles" gozam de facilidades e regalias no uso de carros oficiais, não sabem o que acontece com a população e a cidade.

Douglas Jorge douglasjorge23@yahoo.com.br
São Paulo

*

A POSSE DE OBAMA

A festiva posse de Barack Obama tem a magnitude das grandes e similares cerimônias que ocorriam em Roma imperial, que os historiadores e o cinema posteriormente retrataram. Apesar da similitude, há uma diferença fundamental: o mundo de hoje, apesar de tudo, tem o poder global mais diversificado – leia-se mais democrático. O que esperamos agora é que o emblemático líder americano consiga ampliar seus projetos civilizatórios, para que o mundo caminhe resolutamente para uma paz universal de que todos nós necessitamos.

José de Anchieta Nobre de Almeida josedalmeida@globo.com
Rio de Janeiro

*

OBAMA E SEUS INIMIGOS

A mídia brasileira consegue ser "obamista" ao extremo, mas desta vez vocês se superaram. "A facção mais intratável do fundamentalismo conservador americano", o Tea Party. Que grupo abominável, não?

CD - SECRETARIA GERAL DA MESA - APRESENTAÇÃO Fls. 1125

Velhinhos que defendem o liberalismo, no bom sentido da palavra, que lutam por menos impostos, um governo reduzido, liberdades individuais e o respeito à constituição americana – verdadeiros fascistas! Vale lembrar que todas as conquistas econômicas do segundo governo democrata de Bill Clinton, um dos raros momentos de "dívida zero", devem ser creditadas aos malvados republicanos, maioria na casa após as eleições de 94.

Mateus Leroy leroygatti@gmail.com
Belo Horizonte (MG)

*

OS FRANCESES NO MALI

Os soldados franceses já tiveram experiência, de triste memória, na Indochina Francesa, assim como os soldados russos tiveram no Afeganistão e os soldados americanos no Vietnã e na Somália. Contra determinados tipos de insurgência as respostas não devem ser convencionais. O uso de sofisticadas tecnologias militares nem sempre dão resultado. Na minha opinião, o único recurso viável, ainda disponível no momento, é o ataque de saturação, desprovido de qualquer critério, sacrificando, muitas vezes, cidadãos comuns. Infelizmente, em alguns cenários bélicos, inocentes têm de pagar pelos pecadores.

Sergio S. de Oliveira ssoliveira@netsite.com.br
Monte Santo de Minas (MG)

*

O POPULISMO CHAVISTA E O BRASIL

A revista Veja publicou uma nota do jornalista Venezuelano Pedro Palma, onde o mesmo diz que o populismo chavista exterminou o dinamismo loca na Venezuela. No Brasil não é muito diferente; um movimento de populismo petista também já está arrasando com a classe que impulsiona o dinamismo produtivo do Brasil. Enquanto um larápio da quadrilha distrai a maioria da população que compõem a base da pirâmide social, distribuindo esmolas com conotação de benefícios sociais aos menos favorecidos, que formam a maioria dos eleitores, os demais membros engordam seus patrimônios de forma descarada e sem qualquer escrúpulo perante a nação. A estratégia dos caras é de uma ousadia tão maquiavélica e inescrupulosa que até o inferno deve estar perplexo, pois ninguém, nem sequer uma instituição pública, mista ou privada, escapa dos atos de corrupção da quadrilha. Corrupção já se tornou uma palavra vazia de sentido no meio do povo mais simples, que infelizmente é a nossa maioria, ao ponto de em pleno ato de julgamento do mensalão, onde a vergonha brasileira foi exposta para todo o mundo; a massa populacional, já contaminada pelas inescrupulosos mentiras do PT, elegeu com a maior naturalidade e tranquilidade os prefeitos das capitais mais importantes do Brasil. Assim, eles já se apoderaram de todos os níveis e poderes da hierarquia constitucional do país, e já procuram agora a invalidar até os ditames da própria Constituição brasileira. Vejo que já estamos vivendo em um país totalmente instável e inseguro sob todos os pontos de vista de incertezas e de violência, uma vez que o modelo implantado, consiste em virar a pirâmide social de cabeça para baixo, sufocando a elite que representa o dinamismo que dá sustentação e equilíbrio às demais classes da sociedade. Este processo de sufocamento do vértice da pirâmide social é constante e ocorre na medida em que o governo mantém superaquecida a grande massa de consumo que ocupa a base da pirâmide que agora está elevada em posição acima do vértice. Aqui está o "pulo do gato" da estratégia que o PT está adotando para se perpetuar no poder, onde está subentendido inclusive um ato de convulsão social do povo, onde a grande maioria poderá lhes outorgar esse direito, através de processos políticos específicos ditados pelo povo, a exemplo do que acontece na vizinha Venezuela.

José Carlos de C. Ribas jcrautomotive@yahoo.com.br
São Paulo

*

DE CARACAS A HAVANA

A mais recente alteração geográfica ocorreu em um país da América Latina: Venezuela – capital, Havana
José Rubem Bellato bellato@terra.com.br

CD
ASSESSORIA
AUTUAÇÃO
1126

Joinville (SC)

O ESTADO DE S. PAULO - SP OPINIÃO 24/01/2013

78 - SEM PÉ NEM CABEÇA

Clóvis Panzarini

Definitivamente, 2012 não foi um ano bom para a economia brasileira. O pibinho cresceu 1% ou menos, a inflação bateu no teto superior da meta, o saldo da balança comercial encolheu US$ 10,5 bilhões, a formação bruta de capital fixo caiu 5,1% em termos nominais nos primeiros nove meses do ano e, principalmente, deixou enorme desconfiança nos investidores em relação às diretrizes da política econômica.

O regime macroeconômico de metas, que lastreava o bom desempenho econômico, parece ter sido abandonado, substituído por um modelo de chineladas microeconômicas pontuais, de resultados duvidosos, quase sempre temperadas com ranço ideológico. O câmbio não mais flutua, as contas públicas claudicam e a meta de inflação parece perder importância. O tripé macroeconômico ficou sem pés. Nem cabeça. A política econômica atual está eivada de inconsistências internas e as decisões são tomadas ao sabor de pressões setoriais, com efeitos colaterais danosos.

A ordem para enfrentar a crise global é o incentivo ao consumo, tanto o privado, via renúncias fiscais pontuais, quanto o público, via aumento das despesas de custeio, combinação que implodiu a meta de superávit primário em 2012. A meta do governo central, originalmente fixada em R$ 97 bilhões (a do setor público consolidado era de R$ 139,8 bilhões) chegou a só R$ 58,2 bilhões em novembro, mas a equipe econômica recorreu à "contabilidade criativa", deduzindo dela R$ 25,6 bilhões de gastos com o PAG, antecipou transferência de dividendos de empresas estatais e resgatou R$ 12,4 bilhões do Fundo Soberano. Assim, com alto custo para o Tesouro, "cumpriu" a meta. Não se sabe a quem o governo federal pretendeu enganar com essa esperteza, evidente para qualquer analista que tenha alguma intimidade com as contas públicas. Sem maquiagem, o superávit primário do setor público como porcentual do PIB no acumulado em 12 meses caiu de 3,34%, em 11/2011, para 1,93%, em 11/2012.

O controle do índice de inflação passou a ser mais importante que o da própria inflação. A política intervencionista em setores estratégicos, obrigando postergação de atualização dos preços, tem efeitos nefastos, como incentivo ao consumo e descapitalização das empresas, além de espantar investidores. O congelamento político dos preços dos combustíveis está destruindo a capacidade de investimento da Petrobrás, que é obrigada a importar gasolina cara e vendê-laapreçohádois anos congelado pelo acionista majoritário, o governo federal. Esse barateamento artificial dos combustíveis fragiliza a estatal, que passa a contabilizar prejuízo e vê o valor de seus papéis derreter 110 mercado acionário. A insuficiência de investimento em exploração ou refino de petróleo deixa o Brasil dependente de oferta externa: as importações de gasolina chegaram a 3,78 bilhões de litros em 2012, quantidade 70% superior àde 2011, impondo gasto de US$ 2,91 bilhões ao País. Aquela imagem do presidente Lula lambuzando de petróleo a roupa da então candidata à Presidência da República para mostrar ao mundo nossa fartura energética, à época de forte simbolismo político, agora é tragicamente cômica. Essa política intervencionista nos preços dos combustíveis derivados de petróleo tem efeito colateral perverso sobre a produção de combustíveis alternativos, como o etanol, cujos preços são atrelados ao da gasolina: a produção brasileira de etanol caiu 17,1% na última safra!

No setor elétrico, o mesmo paradoxo. No momento em que o abastecimento de energia depende da boa vontade de São Pedro por falta de planejamento (parques eólicos enferrujando ao vento por inexistência de linhas de transmissão são um exemplo) e de investimento, o intervencionismo bolivariano impõe redução tarifária como condição para renovar os contratos de concessão, o que assusta investidores (compromete a oferta a médio prazo) e incentiva o consumo exatamente quando o sensato seria desestimulá-lo. Com esse cenário, não está fácil ser otimista em 2013.

CD
AUTUAÇÃO
1727
SECRETARIA GERAL DA MESA

FOLHA DE SÃO PAULO EDITORIAIS 24/01/2013

79 - OS MALABARISTAS

Editorials (editoriais@uol.com.br)

Enquanto a presidente **Dilma** Rousseff organiza encontros com empresários nacionais, a fim de reconquistar a confiança na política econômica, assessores do Planalto atuam no sentido contrário.

As manobras e os malabarismos oficiais, que têm disseminado descrédito entre os agentes econômicos, ameaçam mais uma vez o chamado superavit primário.

Em 2012, essa conta da poupança pública -que computa tudo o que é arrecadado e gasto, exceto as despesas com juros- só foi fechada à base de maquiagem. Decretaram-se receitas fictícias, frustrando, assim, o objetivo original do mecanismo, que é inibir a escalada da dívida do governo.

Cogita-se agora livrar Estados e municípios da obrigação, até hoje partilhada com a União, de gastarem menos do que arrecadam.

Em caso de descumprimento da meta estadual e municipal de economia, as regras atuais mandam o governo federal completar a poupança, a fim de que se atinja o resultado global -no ano passado, fixado em 3,1% do PIB.

A ideia em gestação em Brasília é acabar com a obrigação de ressarcimento. Na falta da compensação, a medida vai reduzir, na prática, o superavit do país como um todo -a Estados e municípios tem cabido 30% da meta de poupança.

Deplora-se, mais uma vez, a escolha de um método tortuoso para escamotear fracassos. Se o governo **Dilma** julga excessiva a meta de superavit primário, deveria expressá-lo de forma transparente.

A melhor atitude, porém, seria deixar os subterfúgios de lado e pôr-se a cumprir à risca a poupança de 3,1% do PIB, no mínimo. O perigo de um galope da dívida pública, que compeliu à adoção do superavit primário a partir do final dos anos 1990, já está afastado.

Mas o que hoje justifica a necessidade de manter -e até de incrementar- os freios nos gastos e na arrecadação dos governos é algo ainda mais importante. Pode-se dizer, sem risco de exagerar, que a continuidade do desenvolvimento econômico brasileiro depende de que as despesas dos governos subam mais devagar que o PIB.

Esse é o único meio de desafogar o setor privado de um volume de tributos oceânico, que inibe o investimento e o crescimento mais acelerado da economia -e ajuda a tornar o Brasil caro e pouco competitivo no cenário global.

O surto de inventividade contábil na administração Rousseff não fará o capital brotar de cartolas. Mas está fazendo desaparecer a confiança na política econômica, combustível imaterial, mas poderoso, do crescimento.

BRASIL 247 PODER 24/01/2013

80 - INVENTIVIDADE CONTÁBIL AMEAÇA CREDIBILIDADE DE DILMA, DIZ FOLHA

Para o jornal de Otávio Frias, enquanto a presidente tenta reconquistar a confiança dos empresários na política econômica, assessores do Planalto atuam no sentido contrário

247 – A política nacional está em descompasso. Para a Folha, a inventividade contábil criada para

CD - SECRETARIA GERAL DA MESA - AUTUAÇÃO 2013-2015 Fls. 1128

mascarar os gastos públicos vai de encontro com a tentativa da presidente **Dilma** de reconquistar a confiança dos empresários. Leia o editorial:

Os malabaristas

Enquanto a presidente **Dilma** Rousseff organiza encontros com empresários nacionais, a fim de reconquistar a confiança na política econômica, assessores do Planalto atuam no sentido contrário.

As manobras e os malabarismos oficiais, que têm disseminado descrédito entre os agentes econômicos, ameaçam mais uma vez o chamado superavit primário.

Em 2012, essa conta da poupança pública -que computa tudo o que é arrecadado e gasto, exceto as despesas com juros- só foi fechada à base de maquiagem. Decretaram-se receitas fictícias, frustrando, assim, o objetivo original do mecanismo, que é inibir a escalada da dívida do governo.

Cogita-se agora livrar Estados e municípios da obrigação, até hoje partilhada com a União, de gastarem menos do que arrecadam.

Em caso de descumprimento da meta estadual e municipal de economia, as regras atuais mandam o governo federal completar a poupança, a fim de que se atinja o resultado global -no ano passado, fixado em 3,1% do PIB.

A ideia em gestação em Brasília é acabar com a obrigação de ressarcimento. Na falta da compensação, a medida vai reduzir, na prática, o superavit do país como um todo -a Estados e municípios tem cabido 30% da meta de poupança.

Deplora-se, mais uma vez, a escolha de um método tortuoso para escamotear fracassos. Se o governo **Dilma** julga excessiva a meta de superavit primário, deveria expressá-lo de forma transparente.

A melhor atitude, porém, seria deixar os subterfúgios de lado e pôr-se a cumprir à risca a poupança de 3,1% do PIB, no mínimo. O perigo de um galope da dívida pública, que compeliu à adoção do superavit primário a partir do final dos anos 1990, já está afastado.

Mas o que hoje justifica a necessidade de manter -e até de incrementar- os freios nos gastos e na arrecadação dos governos é algo ainda mais importante. Pode-se dizer, sem risco de exagerar, que a continuidade do desenvolvimento econômico brasileiro depende de que as despesas dos governos subam mais devagar que o PIB.

Esse é o único meio de desafogar o setor privado de um volume de tributos oceânico, que inibe o investimento e o crescimento mais acelerado da economia -e ajuda a tornar o Brasil caro e pouco competitivo no cenário global.

O surto de inventividade contábil na administração Rousseff não fará o capital brotar de cartolas. Mas está fazendo desaparecer a confiança na política econômica, combustível imaterial, mas poderoso, do crescimento.

SANATORIO GERAL AUGUSTO NUNES 24/01/2013

81 - CORDÃO DE ENCARNADO

DORA KRAMER

O ex-presidente Luiz Inácio da Silva usurpa o poder de suas criaturas, é o que se diz sobre seus movimentos de interferência explícita no governo **Dilma** Rousseff e nos primeiros acordes da administração Fernando Haddad na Prefeitura de São Paulo.

CD
AUTUAÇÃO
1729
SECRETARIA GERAL DA MESA

Lula é alvo de toda sorte de críticas por desenhá-los como meras marionetes e tentar exercer de fato um poder que de direito não possui.

Não foi eleito, portanto não tem razão para se reunir com a equipe de Haddad para "traçar diretrizes". Não recebeu delegação presidencial para atuar como coordenador e, no entanto, age como se fosse a eminência mais nítida do governo federal.

Isso é o que parece; não necessariamente é o que acontece.

Primeiro, porque **Dilma** e Haddad detêm o poder de direito, estão lá sentados nas cadeiras que lhes couberam por candidaturas ungidas pelo criador e corroboradas pelo eleitor. Isso ninguém lhes tira.

Segundo, porque têm a perfeita noção de que estão à frente de duas importantes trincheiras de um projeto partidário cujo condutor é Lula. Estão — todos os participantes dessa "marcha" — pouco ligando para essas formalidades que assombram analistas da cena política. Querem mais é que o chefe suba ao palco. Quanto mais o ex-presidente exercita suas artes de atrair todas as atenções, menos o PT precisa tratar de seus problemas com a ética e com (a falta de) resultados concretos de sua gestão federal. O debate nacional se desvia dos problemas reais para uma questão surreal.

É como disse o ex-secretário geral da Presidência Luiz Dulci: "A movimentação de Lula é natural e desejável para o PT".

Até semana passada, crescia o debate sobre inflação, investimentos, fornecimento de energia, maquiagem de dados das contas governamentais, PIB pífio, excesso de interferência estatal na economia, reclamações de políticos e empresários, construção de alternativas eleitorais para 2014.

Até a reunião com a equipe de Haddad para produzir fotografia passível de gerar análises sobre a interferência de Lula, o PT ainda enfrentava rescaldo do julgamento do mensalão, graças à iniciativa da juventude petista de promover "jantar vaquinha" para ajudar a pagar as multas dos condenados. Como se José Dirceu, por exemplo, precisasse de auxílio para juntar R$ 676 mil.

Até então Lula estava calado, fugindo de jornalistas por lavanderias de hotel para não comentar as acusações contra sua protegida Rosemary Noronha e o depoimento de Marcos Valério à Procuradoria-Geral da República, que ensejou pedido de abertura de investigação contra o ex-presidente no esquema posto a nu pelo Supremo Tribunal Federal.

Nos últimos dias a pauta mudou: são os encontros de Lula com secretários, aconselhamentos de Lula para **Dilma** mudar o rumo do governo, anúncios de reuniões dele com ministros, a caravana de Lula País afora, a conversa de Lula com a presidente nesta sexta-feira, o papel de Lula como articulador da base no Congresso, a inadequação da conduta de Lula, enfim, uma virada de agenda com Lula ao centro em seu mais confortável papel.

Critica-se o ex-presidente por não "desencarnar"do cargo como havia prometido, levantam-se bandeiras em defesa da autonomia de **Dilma**, aceitam-se versões de que ela estaria desolada com essa interferência e, assim, cumpre-se exatamente o roteiro que interessa a Lula, ao Planalto e ao PT: fazer do ex-presidente o centro de tudo, privilegiando o acessório (as andanças dele) em detrimento do principal (as questões éticas e administrativas em aberto).

O truque não é novo, mas continua eficaz porque há quem caia nele: por vontade ou falha de percepção. Resta conferir o efeito da realidade adiante sobre o prazo de validade desse tipo de dom de iludir a quem se dispõe a ceder às artimanhas do ilusionismo.

FOLHA DE SÃO PAULO MARINA SILVA 25/01/2013

82 - PROFESSORA CRISE

CD - SECRETARIA GERAL DA MESA - AUTUAÇÃO 1730

Marina Silva

Discute-se a atitude do governo brasileiro em relação ao Fórum Econômico de Davos. Alguns acham errado afastar-se do "clube dos ricos", onde se reúnem países e instituições com grande poder, num momento em que a crise na Europa afeta o mundo inteiro. Outros dizem que seria perda de tempo marcar presença num fórum já tão esvaziado.

Do outro lado da cena mundial, o Fórum Social Temático em Porto Alegre também sofreu baixas, ignorado pelo MST, sem a presença da CUT e da Abong, pressionado por disputas partidárias que envolvem instituições de todos os níveis, governamentais ou não. A oposição social ao mundo capitalista também vive a sua crise.

Dizer que a crise é global, de toda a civilização, já é comum. Mas ainda persiste, em muita gente, a ilusão de estar blindado, de que só os outros são afetados. O passo seguinte é aproveitar a crise "alheia" para fortalecer sua posição e

obter vantagem na disputa do poder. Quem não age assim é considerado bobo, que perde as oportunidades e deixa "passar o cavalo selado".

Essa atitude atrasa o Brasil em seu desenvolvimento e na liderança que pode exercer no mundo, na transição civilizatória que já se iniciou. Propaganda e antipropaganda é o que mais fazem governos e oposições. Simulação de resultados e maquiagem de números é um constante espetáculo de antiplanejamento, do qual ninguém tem exclusividade, pois cada um comete os mesmos erros em sua esfera de poder.

Como sair disso?

As soluções não se restringem ao âmbito institucional. Toda a sociedade precisa mudar: comportamento, produção, consumo, valores. Mas os governos devem fazer ao menos um esforço.

Nesta semana, anunciou-se em São Paulo um acordo entre o prefeito Haddad e o governador Alckmin para ações conjuntas. Não tardaram análises mostrando interesses políticos por trás do acordo.

Quero expressar meu desejo sincero de um entendimento real que traga benefícios aos moradores da maior cidade brasileira. Às vezes, é preciso um "cessar-fogo" na política para destravar a ação econômica e social. Quanto mais tréguas houver, mesmo restritas e regionais, maior chance teremos de superar a polarização que o embate rebaixado na política impõe ao país.

Muitos de nós sonhamos, em 2012, que ao menos um pequeno avanço acontecesse no plano internacional, por ocasião da Rio+20. Não foi possível, o retrocesso da política interna aprofundou o da política externa.

Crises são sempre difíceis e dolorosas, mas também trazem ensinamentos que, às vezes, podem mudar os rumos e a qualidade da história. E, nesse momento, ela parece apelar a todos nós: aproveitem, aprendam. E não demorem.

Marina Silva escreve às sextas-feiras nesta coluna.

BRASIL 247 PODER 25/01/2013

83 - LEWANDOWSKI: "NÃO SE PODE PARAR UM PAÍS"

Ministro do STF rejeita ação direta de inconstitucionalidade que havia sido proposta pelos presidentes do PSDB, Sergio Guerra, e do DEM, Agripino Maia, contra medida provisória do governo Dilma que libera R$ 42,5 bilhões para obras do PAC e demais gastos federais; impasse foi criado quando o ministro Luiz Fux impediu votação do orçamento da União em meio à polêmica dos royalties

CD
MESA
AUTUAÇÃO
1131
SECRETARIA GERAL

247 - O ministro Ricardo Lewandowski, que preside temporariamente o Supremo Tribunal Federal, acaba de rejeitar a ação direta de inconstitucionalidade que havia sido proposta pelos presidentes do **PSDB**, Sergio Guerra, e do DEM, Agripino Maia, que contestavam a medida provisória 598/12. Editada pela presidente **Dilma** Rousseff, ela liberou R$ 42,5 bilhões para gastos do PAC e demais despesas do governo federal, depois que uma decisão do ministro Luiz Fux impediu a votação do orçamento federal, no fim do ano passado, no episódio dos royalties do petróleo – Fux queria que o Congresso avaliasse antes todos os vetos da presidente **Dilma**. "Não se pode parar um país", avaliou o ministro Lewandowski, ao tomar sua decisão.

"Embora o Supremo Tribunal Federal, em mais de uma ocasião, tenha se pronunciado sobre a necessidade de imposição de limites à atividade legislativa excepcional do Poder Executivo, especialmente na edição de medidas provisórias para abertura de crédito extraordinário, em nenhum momento vedou, de forma peremptória, a utilização dessa espécie de ato normativo em situações de relevância e urgência", argumentou o ministro.

Em razão dessa situação emergencial, Lewandowski indeferiu o pedido formulado pelos dois partidos. "Entendo, que a situação descrita nos autos evidencia, à primeira vista, a ocorrência de periculum in mora inverso, ou seja, a suspensão do ato poderia causar danos de difícil reparação não apenas ao Estado brasileiro como também para a própria sociedade, que se veria irremediavelmente prejudicada pela paralisação de serviços públicos essenciais".

Abaixo, noticiário anterior do 247 sobre o caso, quando **PSDB** e DEM propuseram a Adin:

PSDB E DEM TENTAM BARRAR R$ 42 BI PARA OBRAS DO PAC

Os partidos de oposição presididos pelo deputado Sergio Guerra (**PSDB**-PE) e o senador Agripino Maia (DEM-RN) entraram com ação direta de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal contra a Medida Provisória 598/12. A MP abre crédito extraordinário no valor de R$ 42,5 bilhões em favor de órgãos federais e empresas estatais, garantindo recursos para obras do PAC e contornando o atraso na aprovação do Orçamento da União para 2013

23 DE JANEIRO DE 2013 ÀS 06:32

Brasília - O **PSDB** e o DEM entraram hoje (22) com ação direta de inconstitucionalidade (Adin) no Supremo Tribunal Federal (STF) contra a Medida Provisória (MP) 598/12. A MP abre crédito extraordinário no valor líquido de R$ 42,5 bilhões em favor de órgãos federais e empresas estatais e garante recursos para obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), contornando o atraso na aprovação do Orçamento da União para 2013.

"É uma invasão às prerrogativas do Congresso Nacional que vem sendo praticada pelo Executivo, e essa trena para poder medir o limite de cada Poder está muito bem definido pela Constituição brasileira. O que ocorreu foi nada mais do que uma nova maquiagem do governo **Dilma**. Essa medida provisória tem por objetivo maquiar o PIB do primeiro trimestre", criticou o deputado Ronaldo Caiado (DEM-GO)."

A MP foi editada porque, sem acordo para analisar os vetos da presidente **Dilma** à Lei dos Royalties, o Congresso deixou para a volta do recesso, em fevereiro, a votação do Orçamento da União de 2013. Ainda segundo Caiado, o governo não será prejudicado pela não votação do orçamento de 2013, já que, até que isso aconteça, pode manter o custeio com 1/12 (um doze avos) do valor total da peça orçamentária. Além disso, segundo o deputado, há mais R$ 178 bilhões em restos a pagar.

Para o líder do governo no Senado, Eduardo Braga (PMDB-AM), a Medida Provisória 598 atende aos princípios da legalidade. "O governo tomou uma medida responsável para não paralisar o país, garantido os investimentos necessários e pagamento de salários até que o Orçamento seja votado pelo Congresso", explicou.

Em 2008, o STF considerou ilegal a edição de créditos suplementares ao Orçamento Geral da União por meio de medida provisória, só cabendo por meio de projeto de lei. Mesmo assim, em 27 de dezembro do ano passado, quando a MP 598 foi editada, a ministra do Planejamento, Miriam Belchior, lembrou que esta não era a primeira vez que, sem Orçamento sancionado, o governo utilizava esse instrumento para liberar crédito extraordinário

CD · SECRETARIA GERAL DA MESA · ATUAÇÃO 1732

A ministra lembrou que em 2006, quando o Orçamento só foi votado em abril, o governo editou uma medida provisória para disciplinar os gastos e "ninguém questionou". Belchior destacou ainda que, em 2010, o governo editou uma MP porque o Congresso não havia conseguido votar a tempo os créditos suplementares relativos ao Orçamento daquele ano.

"A AGU [Advocacia-Geral da União], a Casa Civil e a consultoria jurídica do Ministério do Planejamento avaliaram que não há problema em lançar a medida provisória. Não quero aqui interpretar um julgamento do Supremo, mas o governo está confortável em editar o texto e a presidenta não faria isso se não tivesse confiança", disse à época Miriam Belchior.

Procurado pela Agência Brasil, o relator-geral do Projeto de Lei Orçamentária Anual, senador Romero Jucá (PMDB-RR), não retornou as ligações para comentar o assunto. A assessoria de imprensa do Ministério do Planejamento também não havia comentado a Adin até a publicação desta reportagem.

O ESTADO DE SÃO PAULO SONIA RACY 26/01/2013

84 - DOSE TRIPLA

Dose tripla

PAULO GIANDALIA/ESTADÃO

De cabelos curtos, Alice Braga ainda não está acertando na quantidade de xampu. "Estava louca para cortar, mas nunca tive oportunidade", contou a atriz, que tosou a tradicional cabeleira – uma de suas marcas registradas – especialmente para o filme Latitudes, com lançamento previsto para junho. Trata-se de um projeto pioneiro de sua produtora, Losbragas, fundada em parceria com a irmã, Rita, e o diretor (e também cunhado) Felipe Braga.

A empreitada da atriz por trás das câmeras começou há cerca de dois anos. Depois de longa conversa com Felipe – de quem diz sempre ter sido fã –, resolveu mergulhar na produção de projetos próprios. O primeiro deles, um documentário sobre Neymar, está em processo de finalização e deve ser lançado ainda este ano. Agora, o trio Braga aposta no Latitudes, estrelado por Alice e Daniel de Oliveira – com quem a atriz nunca tinha trabalhado antes. "Fiz o teste de Cazuza e, desde então, queria atuar com ele", conta.

A coluna visitou, quinta, o set de filmagem do projeto, que será lançado em diferentes formatos: televisão, internet e celular. "Trabalhamos um novo conceito de cinema, no qual o que vale é a qualidade de produção, e não em que plataforma será veiculada", revela Felipe, enquanto comanda a leitura dos textos pelos atores. "Por exemplo, queremos usar esse bastidor no projeto, não no sentido tradicional de making of, mas como parte do filme, mesmo", explica.

O filme – que não conta com apoio de leis de incentivo – será rodado em oito locações, incluindo Paris, Istambul, Londres e Buenos Aires, e terá equipe reduzida nas viagens. Para tanto, a maquiadora Anna Van Steen tem dado dicas de make a Alice: "Olivia, sua personagem, é sofisticada, mas se monta sozinha", diz, enquanto aplica base no rosto da atriz. Como se não bastasse o caráter afetivo do projeto, o set contou com uma visita ilustre: Nico, pai de Alice e Rita, baixou no estúdio trazendo cosméticos, encomendados de última hora pela filha: "A sorte foi que eu estava no free shop", conta.

Maquiagem pronta, sob o olhar atento do diretor, a atriz finaliza o break com um carinhoso "te amo, gordo", dirigido ao pai. Claquete batida./MARILIA NEUSTEIN

Guarda comunitária

Entre os projetos deixados pela antiga gestão, Roberto Porto, da Secretaria de Segurança Urbana, já pinçou um que, se andar, será ponto a favor. O que cria grupo especial da Guarda Civil Metropolitana treinado para mediar conflitos nas ruas. Hoje, os agentes não são capacitados para evitar confrontos

CD - AUTUAÇÃO 1733 SECRETARIA GERAL DA MESA

mais violentos.

Espalhados em 38 pontos diferentes da cidade, eles teriam técnica até para evitar brigas – "como a que ocorreu, recentemente, entre skatistas e agentes da Prefeitura na Praça Roosevelt", explica Porto.

Entrou na roda

E tem gente querendo comprar a Credicard.

Na chefia

A convite da Prefeitura e do governo paulista, Andrés Sanchez assumirá o cargo de stadium authority de SP para a Copa 2014. Fará a interlocução com a Fifa das questões referentes ao Itaquerão.

Tipo exportação

E o MoMA de NY decidiu comprar... O Trabalho dos Dias, de Rivane Neuenschwander, representada pela Fortes Vilaça. A instalação esteve na antológica Bienal de 1998.

Como dantes?

Em tempo de arrecadação em alta na União (mesmo com todas as desonerações), pesquisa fresquinha da KPMG sobre impostos aponta: nada mudou no Brasil em 2012.

O País manteve média de 34% sobre a renda da pessoa jurídica, contra 28,3% na América Latina. Também no consumo, a média no Brasil foi maior: 19%, ante 12,79% do bloco latino-americano.

Só coisa boa

Embraer bombando – no bom sentido – e **Dilma** recebe Frederico Curado, semana que vem, em Brasília.

Fatura

Tem produtora de SP cobrando R$ 300 mil de Paulo Skaf – pelas mais de 400 gravações que ele fez para prefeitos e vice-prefeitos, em todo o Estado, nas eleições de 2012.

Procurado, o presidente da Fiesp não foi encontrado.

Para ver

Começa segunda-feira o Giffoni Film Festival, no Memorial da América Latina.

A primeira edição no Brasil será capitaneada pela Mix Maker, de Marco Scabia.

CORREIO BRAZILIENSE - DF	NAS ENTRELINHAS	26/01/2013

85 - VESTIDA DE CAMPANHA

A oposição tem toda a razão para chiar, afinal, o pronunciamento na TV tem cheiro de eleição. Mas há poucas coisas tão eficientes para um candidato governista como reduzir a conta de luz. Qualquer movimento da oposição, por mais legítimo, corre o risco de ser desprezado pelo eleitor

Leonardo Cavalcanti

Vestida de
campanha
No início da semana, um assessor do Palácio do Planalto deu pequena e preciosa dica sobre o plano que seria colocado em prática 48 horas depois por **Dilma** Rousseff: "Temos de virar o jogo. Nas três últimas semanas, enfrentamos uma agenda negativa. E a única forma de mudar é pela comunicação", disse ele, enquanto reclamava da maquiagem dos números federais sobre o cumprimento da meta de superavit, que, segundo o camarada, foi um erro e serviu de estopim para a saraivada de críticas à petista. Na noite de quarta-feira, o que era gestado interna e silenciosamente com a ajuda de marqueteiros apareceu sob a forma de pronunciamento em cadeia de rádio e televisão. O plano de redução da conta de luz foi anunciado com ataques diretos à oposição. **Dilma** se vestiu de campanha.

O discurso, antecipado pelos jornalistas Ivan Iunes e Helena Mader ainda na manhã de quarta-feira no site do Correio, foi um ato contra a oposição. Ou pelo menos partes do texto, lido para ser visto e ouvido na sala do eleitor. Em um dos pontos, a ofensiva é explícita: "Aqueles que são sempre do contra vão ficar para trás". O relato, como se sabe, foi entremeado por palavras contra "pessimistas que falam em racionamento de energia", os que "erraram previsões". Aqui, temos mais do que o dedo de um marqueteiro. Temos João Santana — o homem responsável pela campanha do segundo mandato de Lula e do primeiro de **Dilma** — de corpo inteiro. Se, na semana passada, no Piauí, a presidente vestiu o gibão e o chapéu de cangaceiro, na televisão, preferiu a cor vermelha. A de campanha.

A oposição chia e deve chiar, afinal, tudo tem cheiro de campanha antecipada. Mas há poucas coisas tão eficientes para um candidato à reeleição como a ação de reduzir a conta de uma família. Qualquer movimento da oposição, por mais legítimo, corre o risco de ser desprezado pelo eleitor. Assim, o próprio DEM, mais escaldado do que nunca, preferiu um tom mais brando. O presidente do partido, José Agripino, lamentou o fato de o governo anunciar uma ação sem ter certeza de que conseguirá mantê-la no futuro. O **PSDB** foi mais enfático, pois. É fato: há um proselitismo de **Dilma** e um discurso que tenta dividir "os que são a favor da redução da conta" e "os que são contrários". É reduzir o debate ao nada, mas uma campanha sempre esteve longe de discussões e próxima da pura marquetagem.

Coisa de Lula
Antes do anúncio da queda no preço da conta de luz, assessores palacianos estavam acuados com as críticas na condução da economia. A proporção dos ataques da oposição — e de analistas sérios, diga-se — aumentava a cada dia, algo quase incontrolável. Ao modelo de crescimento, aproveitou-se o risco distante de racionamento para estocar o governo federal. A questão era como se defender de tais coisas. Se o presidente fosse Lula, seria até mais fácil. Durante uma inauguração, o petista faria um discurso emocionando, criticando supostos especuladores insatisfeitos com o governo, e acusaria a oposição de querer atrapalhar a administração. Com **Dilma**, é impossível tal coisa, até por conta do próprio perfil, muito mais racional. Assim, nada melhor do que aproveitar o anúncio da conta de luz para atacar.

A partir de agora, a estratégia governista é aguentar o aguaceiro pelas ventas, um termo marinheiro para definir que o melhor a fazer quando não há nada a fazer é esperar a tempestade passar. A tempestade trata-se das críticas da oposição ao pronunciamento de **Dilma**. Ao conseguir manter o preço da luz até o fim do mandato, vai tentar faturar — agora, sim — no horário eleitoral. Enquanto isso, a presidente adapta-se aos figurinos de campanha. Se na sexta-feira da semana passada foi a roupa de vaqueira, na última quarta, ficou com uniforme vermelho de campanha. O tailleur, a partir de agora, deve ficar cada vez mais no guarda-roupa do Palácio da Alvorada.

Outra coisa
Hoje é dia do Suvaco da Asa, o bloco mais democrático de uma cidade sem carnaval. Pelo menos um sábado animado de prévia momesca a gente tem direito, né não? A festa, no Cruzeiro Velho, começa às 10h, com o Suvaquinho, para as crianças. Depois, é a vez dos suvaqueiros profissionais. A alegria é de graça. Torça para o Sol aparecer e brinque na paz, pois.

BRASIL 247 PODER 26/01/2013

CD
SITUAÇÃO
SECRETARIA GERAL
1735

86 - LEWANDOWSKI: "NÃO SE PODE PARAR UM PAÍS"

Ministro do STF rejeita ação direta de inconstitucionalidade que havia sido proposta pelos presidentes do PSDB, Sergio Guerra, e do DEM, Agripino Maia, contra medida provisória do governo Dilma que libera R$ 42,5 bilhões para obras do PAC e demais gastos federais; impasse foi criado quando o ministro Luiz Fux impediu votação do orçamento da União em meio à polêmica dos royalties

247 - O ministro Ricardo Lewandowski, que preside temporariamente o Supremo Tribunal Federal, acaba de rejeitar a ação direta de inconstitucionalidade que havia sido proposta pelos presidentes do **PSDB**, Sergio Guerra, e do DEM, Agripino Maia, que contestavam a medida provisória 598/12. Editada pela presidente **Dilma** Rousseff, ela liberou R$ 42,5 bilhões para gastos do PAC e demais despesas do governo federal, depois que uma decisão do ministro Luiz Fux impediu a votação do orçamento federal, no fim do ano passado, no episódio dos royalties do petróleo – Fux queria que o Congresso avaliasse antes todos os vetos da presidente **Dilma**. "Não se pode parar um país", avaliou o ministro Lewandowski, ao tomar sua decisão.

"Embora o Supremo Tribunal Federal, em mais de uma ocasião, tenha se pronunciado sobre a necessidade de imposição de limites à atividade legislativa excepcional do Poder Executivo, especialmente na edição de medidas provisórias para abertura de crédito extraordinário, em nenhum momento vedou, de forma peremptória, a utilização dessa espécie de ato normativo em situações de relevância e urgência", argumentou o ministro.

Em razão dessa situação emergencial, Lewandowski indeferiu o pedido formulado pelos dois partidos. "Entendo, que a situação descrita nos autos evidencia, à primeira vista, a ocorrência de periculum in mora inverso, ou seja, a suspensão do ato poderia causar danos de difícil reparação não apenas ao Estado brasileiro como também para a própria sociedade, que se veria irremediavelmente prejudicada pela paralisação de serviços públicos essenciais".

Abaixo, noticiário anterior do 247 sobre o caso, quando **PSDB** e DEM propuseram a Adin:

PSDB E DEM TENTAM BARRAR R$ 42 BI PARA OBRAS DO PAC

Os partidos de oposição presididos pelo deputado Sergio Guerra (**PSDB**-PE) e o senador Agripino Maia (DEM-RN) entraram com ação direta de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal contra a Medida Provisória 598/12. A MP abre crédito extraordinário no valor de R$ 42,5 bilhões em favor de órgãos federais e empresas estatais, garantindo recursos para obras do PAC e contornando o atraso na aprovação do Orçamento da União para 2013

23 DE JANEIRO DE 2013 ÀS 06:32

Brasília - O **PSDB** e o DEM entraram hoje (22) com ação direta de inconstitucionalidade (Adin) no Supremo Tribunal Federal (STF) contra a Medida Provisória (MP) 598/12. A MP abre crédito extraordinário no valor líquido de R$ 42,5 bilhões em favor de órgãos federais e empresas estatais e garante recursos para obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), contornando o atraso na aprovação do Orçamento da União para 2013.

"É uma invasão às prerrogativas do Congresso Nacional que vem sendo praticada pelo Executivo, e essa trena para poder medir o limite de cada Poder está muito bem definido pela Constituição brasileira. O que ocorreu foi nada mais do que uma nova maquiagem do governo **Dilma**. Essa medida provisória tem por objetivo maquiar o PIB do primeiro trimestre", criticou o deputado Ronaldo Caiado (DEM-GO)."

A MP foi editada porque, sem acordo para analisar os vetos da presidente **Dilma** à Lei dos Royalties, o Congresso deixou para a volta do recesso, em fevereiro, a votação do Orçamento da União de 2013. Ainda segundo Caiado, o governo não será prejudicado pela não votação do orçamento de 2013, já que, até que isso aconteça, pode manter o custeio com 1/12 (um doze avos) do valor total da peça orçamentária. Além disso, segundo o deputado, há mais R$ 178 bilhões em restos a pagar.

Para o líder do governo no Senado, Eduardo Braga (PMDB-AM), a Medida Provisória 598 atende aos princípios da legalidade. "O governo tomou uma medida responsável para não paralisar o país, garantido os investimentos necessários e pagamento de salários até que o Orçamento seja votado pelo

CD - SECRETARIA GERAL DA MESA
LEGISLAÇÃO 2013-2015
Fls. 1136

Congresso", explicou.

Em 2008, o STF considerou ilegal a edição de créditos suplementares ao Orçamento Geral da União por meio de medida provisória, só cabendo por meio de projeto de lei. Mesmo assim, em 27 de dezembro do ano passado, quando a MP 598 foi editada, a ministra do Planejamento, Miriam Belchior, lembrou que esta não era a primeira vez que, sem Orçamento sancionado, o governo utilizava esse instrumento para liberar crédito extraordinário

A ministra lembrou que em 2006, quando o Orçamento só foi votado em abril, o governo editou uma medida provisória para disciplinar os gastos e "ninguém questionou". Belchior destacou ainda que, em 2010, o governo editou uma MP porque o Congresso não havia conseguido votar a tempo os créditos suplementares relativos ao Orçamento daquele ano.

"A AGU [Advocacia-Geral da União], a Casa Civil e a consultoria jurídica do Ministério do Planejamento avaliaram que não há problema em lançar a medida provisória. Não quero aqui interpretar um julgamento do Supremo, mas o governo está confortável em editar o texto e a presidenta não faria isso se não tivesse confiança", disse à época Miriam Belchior.

Procurado pela Agência Brasil, o relator-geral do Projeto de Lei Orçamentária Anual, senador Romero Jucá (PMDB-RR), não retornou as ligações para comentar o assunto. A assessoria de imprensa do Ministério do Planejamento também não havia comentado a Adin até a publicação desta reportagem.

CORREIO BRAZILIENSE - DF POLÍTICA 27/01/2013

87 - "O GOVERNO TEM QUE SER PRAGMÁTICO"

Economista-chefe do Itaú Unibanco afirma que é preciso permitir maior retorno financeiro para que as empresas invistam em projetos de longo prazo

DECO BANCILLON

Pragmatismo. Na opinião do conceituado economista-chefe do Itaú Unibanco, Ilan Goldfajn, essa é a virtude que falta ao governo para viabilizar os imprescindíveis investimentos de que a economia brasileira depende para crescer sustentadamente. Em 2012, diante da incerteza acerca da recuperação econômica global e da postura intervencionista do Estado em setores importantes, como o bancário e o de energia elétrica, o investimento produtivo recuou ao mais baixo patamar em 20 anos.

PhD em economia pelo Massachusetts Institute of Technology (MIT), dos Estados Unidos, e diretor de Política Econômica do Banco Central (BC) entre 2000 e 2003, Ilan acredita que, para ganhar a confiança de empresários e investidores, o governo terá que permitir que as taxas de retorno das empresas "sejam um pouco maiores" nos próximos anos. "Não tem nada mais animador para o empresário do que perceber que terá uma taxa de retorno maior do que o risco que está correndo. Se você tem só o risco e não tem o retorno, fica difícil conseguir o investimento. E o Brasil está precisando do investimento para crescer", diz. Confira, a seguir, os principais trechos da entrevista concedida por ele ao Correio.

Mesmo com os estímulos dados pelo governo, a economia ainda não deslanchou. O que falta para destravar o crescimento econômico?
O investimento precisa destravar e não é isso não é tarefa fácil. É uma variável que depende de confiança, de retorno (financeiro), de futuro. Para investir durante 20 ou 30 anos, como em projetos de infraestrutura, é necessário uma certa confiança. Se ela não vier, você não consegue estimular o investimento.

Essa confiança foi abalada pelo comportamento intervencionista do governo em 2012?
Como o governo tomou várias medidas, criou-se muita dúvida a respeito do impacto que elas teriam. Isso pode, sim, ter desacelerado o investimento produtivo.

CD - SECRETARIA - AVALIAÇÃO 1737

Em 2012, Petrobras e Eletrobras tiveram resultados decepcionantes por causa a ação do governo. Para o acionista, isso não gera um
medo de que essa política poderá ser retomada em 2013?
Esse é um ponto a ser avaliado. Mas acredito que o que falta para viabilizar os investimentos produtivos é um certo pragmatismo do governo. Para diminuir essa incerteza, ele terá que permitir que as taxas de retorno das empresas sejam um pouco maiores. Não tem nada mais animador para o empresário do que perceber que terá um retorno maior do que o risco que está correndo. Se você tem só o risco e não o retorno, fica mais difícil de conseguir o investimento. E o Brasil está precisando do investimento para crescer.

O cenário internacional ainda preocupa?
Estou achando que não. A Europa ia quebrar em 2012, mas neste ano está começando bem. No ano passado, eles estavam à beira do abismo. Agora, o cenário está melhor, mais animado. As bolsas estão subindo e o crescimento chinês está mais forte. Nos Estados Unidos, as pessoas estão um pouco mais otimistas. Não aconteceu o tal do fiscal cliff (abismo fiscal).

Em tese, este ambiente externo mais favorável deveria ajudar o Brasil a crescer mais neste ano, não?
Poderia, sim, ser uma boa notícia para o Brasil. Só que, por aqui, 2013 começou mais difícil. A inflação está indo para 6%. A previsão de crescimento é de 3%, mas, se crescermos isso, já será ótimo. Tem gente achando que não vai dar, porque falta investimento. E ainda tem o risco de racionamento de energia, com todo mundo se perguntando se vai chover ou não. E a discussão em torno das contas públicas.

Que efeito na economia teve a maquiagem dos dados do superavit primário em 2012?
Qualquer maquiagem é ineficaz, porque ela acaba com a transparência das contas públicas. Não se trata de as pessoas terem uma opinião ruim ou boa (sobre o quadro fiscal), elas simplesmente não conseguem entender qual, de fato, foi o esforço fiscal feito. Na pior das hipóteses, acontecerá como no ano passado, quando todo mundo reclamou dessas mudanças contábeis.

Não teria sido melhor o governo dizer que, diante de um ano difícil,
não seria possível mesmo fazer um esforço fiscal tão grande?
É verdade que, se o governo tivesse admitido desde o começo que o primário seria menor, isso teria uma consequência mais leve da que acabou acontecendo. Mas também há um outro problema, que é o engessamento do Estado. O governo está preso ao arcabouço (legal) existente, que obriga o cumprimento integral da meta de superavit, sempre. Por isso, acredito que deveríamos ter uma política flexível, como existe no Chile, por exemplo. Em anos difíceis, é possível cumprir uma meta menor; em anos fáceis, o esforço seria maior. Isso se chama meta estrutural.

Uma inflação alta e persistente reduz as chances de o Brasil crescer sustentadamente?
A inflação é o sintoma. O que tem de melhorar é a produtividade. Se o país consegue crescer sem gerar inflação, evolui de forma saudável. Nosso desafio é o de produzir mais com as pessoas hoje disponíveis. Por isso, voltamos à questão do investimento e à educação. Precisamos investir e educar mais. Dessa forma, as mesmas pessoas que estão empregadas vão conseguir produzir mais — e aí não vai ter problema de inflação.

O que falta para o Brasil ser um país avançado?
Não falta tanta coisa. Acredito que apenas um pouco mais de infraestrutura e logística, com mais portos, aeroportos, ferrovias e rodovias de melhor qualidade. Isso já ajudaria a destravar muita coisa. Agora, quando se pensa em 10 anos, o que falta é a educação mudar de patamar. Com o avanço da educação, o trabalhador será capaz de dobrar a sua produtividade, tornando o país mais eficiente. Para isso, no entanto, será preciso trabalhar duro. Combinar essas duas coisas não é nada impossível ou nada mágico. Mas também não vem do céu.

O GLOBO - RJ ECONOMIA 30/01/2013

88 - GASTOS DO GOVERNO SUPERARAM R$ 800 BI EM 2012, ALTA DE 11%

"MAQUIAGEM" CONTÁBIL
CD - SECRETARIA GERAL DA MESA - ATUAÇÃO 2011-2015 1738

Despesas com custeio da máquina pública aumentaram 16,3%

Martha Beck

BRASÍLIA Num ano em que a economia pisou no freio, as despesas do governo subiram em ritmo mais forte do que as receitas. Dados divulgados ontem pelo Ministério da Fazenda mostram que os gastos públicos atingiram R$ 804,7 bilhões em 2012, alta de 11% sobre 2011. Os benefícios assistenciais foram os desembolsos que mais cresceram: 17%, seguidos por gastos de custeio, com alta de 16,3%. Nessa conta entram despesas com a máquina administrativa, Bolsa Família, desonerações tributárias, entre outras. Já as receitas somaram R$ 880,8 bilhões, alta de 7,7%.

O aumento dos gastos públicos, combinado com crescimento menor das receitas, obrigou a equipe econômica a fazer um malabarismo fiscal para fechar as contas em 2012. O governo não apenas antecipou dividendos de estatais e recursos do Fundo Soberano, como remanejou despesas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para cumprir a meta de superávit. Os técnicos transferiram projetos para dentro do programa de forma que eles se tornassem investimentos passíveis de abatimento. Assim, o resultado primário do governo central (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central) encerrou 2012 em R$ 88,5 bilhões, ou 2,01% do Produto Interno Bruto (PIB). Os R$ 8,5 bilhões restantes para atingir a meta cheia de R$ 97 bilhões, ou 2,15% do PIB, foram descontados por serem classificados como investimentos prioritários.

Pelos dados que foram divulgados pelo Ministério da Fazenda até novembro, os gastos do PAC somavam R$ 28 bilhões. No entanto, ontem, o governo informou que essas despesas chegaram a R$ 35,7 bilhões no período. O secretário do Tesouro, Arno Augustin, foi questionado sobre essa diferença de R$ 7,7 bilhões entre os relatórios e explicou apenas que é comum que o governo realoque despesas dentro do PAC. Mas o fato é que, com a manobra, a equipe econômica conseguiu fazer com que esses investimentos fechassem 2012 em R$ 39,3 bilhões. Assim, foi possível garantir o cumprimento da meta do governo central e do setor público consolidado, que estava fixada em R$ 139,8 bilhões, ou 3,1% do PIB.

Os números oficiais do setor público só serão divulgados hoje pelo BC, mas Augustin adiantou que o governo central teve que contribuir para o cumprimento da meta total, porque estados e municípios não cumpriram sua parte - R$ 42,8 bilhões ou 0,95% do PIB. Nos bastidores da equipe econômica, afirma-se que o abatimento do PAC da meta total do setor público chegou a R$ 38 bilhões. Por isso foi tão importante modificar no apagar das luzes de 2012 os projetos que compunham o programa. Augustin rebateu as críticas do mercado de que o governo vem se valendo de manobras para fechar suas contas:

- O governo não fez manobra alguma. Não concordo com esse termo. Acho que ele não demostra a qualidade das coisas, ele é um termo adjetivado.

O secretário também lembrou que o Brasil está conseguindo manter a trajetória de queda da dívida em relação ao PIB e que isso é o que os investidores veem na hora de aplicar seu dinheiro no mercado doméstico. Ele defendeu as medidas de incentivo adotadas em 2012.

Para o economista-chefe do BES Investimento, Flávio Serrano, no entanto, o resultado de 2012 foi muito ruim. Segundo ele, o governo optou por aumentar suas despesas e fazer desonerações para estimular a demanda num momento em que o problema está na oferta. Isso acabou gerando inflação num cenário de crescimento baixo. O IPCA fechou 2012 em 5,84%, acima do centro da meta de 4,5%, e o crescimento do PIB ficou abaixo de 1%, segundo estimativas.

- Fazer um primário menor não tem problema. Mas usar contabilidade criativa para fazer isso tem. Quando viram que a execução do PAC não seria suficiente para o abatimento que queriam, mudaram os projetos. Se o secretário diz que isso não é manobra, então podemos dizer que é maquiagem - disse Serrano.

Segundo o Tesouro, o primário do governo central em 2012 foi 5,53% menor que o de 2011, de R$ 93,5 bilhões (2,26% do PIB). E o segundo pior dos últimos quatro anos, perdendo só para 2009, com superávit de R$ 39,4 bilhões, ou 1,22% do PIB. Em dezembro, o superávit foi de R$ 28,3 bilhões. Os investimentos tiveram alta de 13% em 2012. Considerando apenas o PAC, a alta foi de 40,3%. Os gastos com pessoal subiram 3,8%.

CD - SECRETARIA GERAL DA MESA - ATUAÇÃO
Fls. 1739

CORREIO BRAZILIENSE - DF OPINIÃO 30/01/2013

89 - PROPAGANDA COMO ALMA DO NEGÓCIO

Bruno Araújo

A presidente **Dilma** Rousseff fez questão de anunciar em cadeia de rádio e televisão, na semana passada, a redução nas contas de energia elétrica. Toda e qualquer redução é bem-vinda e urgente, sobretudo em um momento como este, em que a economia se apresenta raquítica e a inflação, cada vez mais vitaminada.

Ninguém pode ser contra a redução de preços e os governos devem sim buscar formas de reduzir o custo de vida dos brasileiros. Os estados governados pelo **PSDB** já reduziram há muito tempo os impostos sobre as contas de luz e têm experiências muito exitosas de políticas para elevar a renda de suas populações.

O que é discutível são os termos usados para o anúncio da presidente. É de se admirar que, sendo ela uma personalidade que lutou contra a ditadura, decida optar por transformar um dos pilares da democracia — que é a existência do contraditório — em uma questão maniqueísta, como se os apoiadores do governo fossem do bem e os contrários, do mal.

O ex-presidente Lula passou os dois mandatos fazendo questão de aprofundar as diferenças entre pobres e ricos, ressaltando a luta de classes. Divisões petistas que nada contribuem com o país e apenas revelam a maior das preocupações — em antecipar o calendário eleitoral, se aproveitando do aparato do governo.

No pronunciamento da semana passada, nenhuma palavra foi dita pela presidente **Dilma** sobre o que será feito para reduzir a inflação, tampouco se tem um plano para fazer a economia crescer nos mesmos patamares dos demais países emergentes.

Os indicadores brasileiros estão praticamente apartando nosso país do grupo dos BRICS (Brasil, Rússia, China, Índia e África do Sul). O Brasil, que antes era a bola da vez, agora causa desconfianças lá fora porque o governo erra as previsões de crescimento, faz maquiagem para fechar as contas.

Nenhuma palavra foi dita pela presidente sobre a necessidade de se destravar os investimentos em infraestrutura, tampouco sobre a saúde das contas do governo, e muito menos sobre o tamanho do aumento da gasolina e do óleo diesel, que deverá ocorrer, segundo o Banco Central.

O real intuito do pronunciamento da presidente **Dilma** Rousseff foi criar uma cortina de fumaça para encobrir a alta da inflação, dos combustíveis e do custo de vida e acender um farol sobre a redução nas contas de energia elétrica. Um artifício para disfarçar a realidade: o governo petista dá com uma mão e tira com a outra.

Nenhuma palavra foi dita a respeito da isenção de impostos sobre produtos da cesta básica, medida que o Congresso aprovou e a presidente vetou. Essa seria outra ação de extraordinário alcance social. No ano passado, os preços dos alimentos subiram 10,81%, bem acima da inflação geral. E produtos da cesta básica do brasileiro, como arroz, feijão, farinha de mandioca e óleo de soja, responderam por 40% do IPCA, índice que mede a alta dos preços.

Mas há uma explicação para esse evidente desinteresse e silêncio do governo sobre a cesta básica: o PT não quer adotar algo que foi proposto por outros, mesmo quando sua omissão prejudica as famílias mais pobres. E explico o porquê. A emenda que o Congresso aprovou foi apresentada pelo **PSDB** à Medida Provisória nº 563 e zerava a alíquota de IPI, PIS e Cofins de produtos da cesta básica.

A emenda apenas reproduziu projeto de lei de parlamentares do PT e o objetivo foi dar celeridade à discussão, pela sua importância. Mas a presidente **Dilma** a vetou. Ela preferiu criar um grupo de trabalho

CD - SECRETARIA GERAL DA MESA - ATUAÇÃO 1140

para analisar a desoneração e deu prazo até 31 de dezembro para que os resultados fossem apresentados. O ano virou, janeiro está no fim e nenhuma notícia ou relatório sobre o assunto foi divulgado.

No último dia 8, o **PSDB** protocolou requerimento na Comissão Representativa do Congresso, que funciona no período do recesso parlamentar, para obter informações sobre os resultados produzidos pelo grupo de trabalho. E estamos no aguardo das notícias.

Se o compromisso do governo fosse realmente trabalhar pelo bem comum, como a democracia prega, e defender as pessoas mais pobres, como o PT diz que faz, a cesta básica já estaria mais barata e o custo de vida dos brasileiros mais baixo. É uma medida que beneficia principalmente as famílias que ganham menos e que sentem mais fortemente o impacto da inflação.

METRO - DF CLÁUDIO HUMBERTO 31/01/2013

90 - COMO RENAN, TAQUES TAMBÉM É ALVO DE DENÚNCIA

CLAUDIO HUMBERTO

Como Renan, Taques também é alvo de denúncia

Candidato à presidência do Senado, Pedro Taques (PDT-MT) também enfrenta graves acusações, a exemplo do rival Renan Calheiros (PMDB-AL). Ele trava uma batalha judicial contra um jornalista de Cuiabá, José Marcondes, o "Muvuca", que o acusou de haver beneficiado, como procurador, a "máfia dos combustíveis" no Mato Grosso, cuja retribuição teria sido generosa doação a sua campanha.

Vínculo

A mulher do senador Pedro Taques atua no escritório de advocacia que defende os interesses do SindPetroleo, do comércio de combustíveis.

Reação na Justiça

Pedro Taques reagiu com indignação e processa "Muvuca". Reafirma sua defesa da liberdade de imprensa, "mas com responsabilidade".

Não atrapalha

Guido Mantega (Fazenda) acha que o reajuste dos combustíveis não atrapalha ninguém. Não no caso dele, que usa carro oficial, claro.

'Misinfio'

Rui Falcão, chefe do PT, vai ao "balaio ecológico" ("despacho" para Iemanjá), sábado, em Salvador. Os petistas estão mesmo precisados...

Senado economizará R$ 80 milhões com reforma

O relator da reforma administrativa do Senado, Ciro Nogueira (PP-PI), já concluiu o seu trabalho, e vai provocar alvoroço. A racionalização do trabalho que ele propõe deverá promover uma economia de ao menos R$ 80 milhões para o contribuinte. E acabará uma polêmica reserva de mercado: o cargo de chefe de gabinete não será mais privativo de servidor de carreira, poderá ser ocupado por funcionário comissionado.

Bomba!

CD - SECRETARIA GERAL DA MESA - AUTUAÇÃO 1741

O jornal Granma deu "furo": exibiu Lula lendo (!) a versão espanhola de "Os últimos soldados da Guerra Fria", com o autor, Fernando Morais.

Daqui não saio

O deputado Cesar Halum (PSD-TO) garante não sofrer pressão para abrir vaga ao suplente do PMDB: "Só saio da Casa se o povo me tirar".

Mendes fica

O PT aposta que a minirreforma da presidenta **Dilma** não afetará a permanência de Mendes Ribeiro (PMDB) no Ministério da Agricultura.

Casa de Noca

Alvará no Brasil é papel de embrulho: a prefeitura de Vitória multou a Agência Nacional de Vigilância Sanitária por manter posto sem licença para funcionar. Se o governo federal faz, dono de boate também pode.

Sem noção

O folheto de apresentação da boate Kiss na internet mostra os bares vips, as instalações, a decoração, a noite da "vodca dupla", menos a sinalização de emergência, as portas de saída e extintores de incêndio.

Invenção cruel

A Policia Federal investiga um site de inspiração nazi-fascista como autor da invenção de que o deputado Paulo Pimenta (PT-RS) seria o dono oculto da boate Kiss. Ele mora em Santa Maria e conhece várias famílias enlutadas, por isso a acusação é particularmente cruel.

Armadilha do destino

Deve chegar à Itália hoje o corpo de Nicola Fumagalli, italiano que se jogou da janela de um hotel, sábado (26), em Brasília, após participar de ritual do Santo Daime na comunidade Jardim Juramidam, em Goiás.

Visão afetada

Os médicos proibiram o senador Luiz Henrique (PMDB-SC) de trabalhar. Ele retornou de visita ao Haiti e Cuba, no início do mês, com uma infecção nos olhos que evoluiu para úlcera na córnea. Renan Calheiros (PMDB-AL) não foi acusado de provocar a infecção. Ainda.

Vapt-vupt

A ministra Carmem Lúcia indeferiu a liminar do desembargador Bernardo Garcez Neto questionando a posse "ilegal" e "sem eleição" da nova presidente do TRE do Rio, Letícia Sardas. Garcez vai recorrer.

Cidadão enganado

Ao comentar a descoberta de que a energia aumentou antes da redução anunciada pela presidenta **Dilma**, o deputado Ronaldo Caiado (DE-GO) concluiu que "o governo trocou a caneta pela caixa de maquiagem; o cidadão está sendo enganado, iludido".

Herança maldita

A traulitada silenciosa do aumento da gasolina após o festejado discurso de **Dilma** reduzindo a tarifa de luz, lembra o estilo do ex-ministro Rubem Ricupero: "O que é ruim a gente esconde."

Pensando bem...

CD
AUTUAÇÃO
1742

...só no Brasil desconto vem com aumento.

Poder sem pudor

Motivo para rompimento

- Quero comunicar a São Paulo que rompi com o governador Adhemar de Barros – anunciou certa vez o inefável deputado Salomão Jorge.
- Por que, deputado? – quis saber um repórter.
- Ele fez chover no quintal dos meus adversários.
- E o que ele fez com o senhor?
- No meu quintal, ele abriu o guarda-chuva...

O ESTADO DE S. PAULO - SP	ECONOMIA E NEGÓCIOS	01/02/2013

91 - GOVERNO 'ADIA' DESPESA PARA MELHORAR CONTAS

Lu Aiko Otta

O governo adicionou mais um item ao seu kit de maquiagem do resultado das contas públicas de 2012. Além de sacar recursos do Fundo Soberano, receber antecipadamente dividendos das estatais e inflar o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o Tesouro Nacional empurrou cerca de R$ 5 bilhões em despesas de dezembro para janeiro. Dessa forma, reduziu os gastos e engordou o saldo do ano.

Técnicos da Fazenda admitem que houve um "remaneja-mento" de despesas, mas não informaram o valor. O cálculo de R$ 5 bilhões foi feito pelo economista-chefe da corretora Convenção Tullet Prebon, Fernando Montero.

O economista chegou a essa conclusão analisando o comportamento dos gastos ao longo de 2012. Ele verificou que, em comparação ao ano anterior, as despesas vinham crescendo a um ritmo de 6,9% até novembro, mas deram uma freada em dezembro, fechando o ano com uma alta de 5,4%.

Isso é justo o contrário do que ocorre tradicionalmente. Normalmente os gastos, principalmente os de investimento, dão um pulo em dezembro. Montero esperava uma expansão real de 7% nas despesas em 2012.

Outras despesas. Analisando mais a fundo os principais componentes do gasto, ele verificou que as despesas com pessoal subiram 3,8%, os gastos com a previdência subiram 12,5%, puxados pelo aumento do salário mínimo. A contração das despesas ocorreu em dezembro e ficou concentrada nas chamadas "outras despesas de custeio e capital".

Elas incluem investimentos e compra de material de escritório, por exemplo, que não seguem um calendário rígido como o dos salários e aposentadorias. Por isso, são os alvos preferenciais dos economistas do governo quando é necessário fazer cortes e outros ajustes nas contas públicas.

Pelos cálculos do economista, as "outras despesas de capital", na qual se incluem os investimentos, vinham crescendo a um ritmo de 22,8% de janeiro a novembro, ante igual período de 2011. Porém, em dezembro foi registrada uma queda de 42,5%. Já as "outras despesas de custeio", que acumularam crescimento de 17,3% de janeiro a novembro, desaceleraram para 7,5% em dezembro.

Essas despesas deverão aparecer na contabilidade oficial em janeiro.

"É provável que haja um surto, com grande conteúdo de investimentos, no primeiro mês do ano", disse

CD - SECRETARIA GERAL DA MESA
Fls. 743

Montero.

Recorrente. Não é a primeira vez que isso acontece. Em dezembro de 2010, um grupo grande de despesas foi empurrado para janeiro de 2011, de forma que o governo atingiu a meta fiscal "cheia", sem abatimentos do PAG.
Mesmo lançando mão de todas as manobras disponíveis, o secretário do Tesouro, Arno Augustin, apresentou na última terça-feira um resultado para 2012 inferior ao de 2011, medido como proporção do Produto Interno Bruto (PIB).

As contas do governo central (Tesouro, Previdência e Banco Central) encerraram o ano com um saldo de R$ 88,5 bilhões, equivalente a 2,01% do PIB, ante 2,26% do PIB no ano anterior.

ESTADO DE MINAS - MG ECONOMIA 01/02/2013

92 - GOVERNO "ADIA" DESPESA PARA MELHORAR CONTAS DE 2012

O governo adicionou mais um item ao seu kit de maquiagem do resultado das contas públicas de 2012. Além de sacar recursos do Fundo Soberano, receber antecipadamente dividendos das estatais e inflar o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o Tesouro Nacional empurrou cerca de R$ 5 bilhões em despesas de dezembro para janeiro. Dessa forma, reduziu os gastos e engordou o saldo do ano.

Técnicos da Fazenda admitem que houve um "remanejamento" de despesas, mas não informaram o valor. O cálculo de R$ 5 bilhões foi feito pelo economista-chefe da corretora Convenção Tullet Prebon, Fernando Montero.

O economista chegou a essa conclusão analisando o comportamento dos gastos ao longo de 2012. Ele verificou que, em comparação ao ano anterior, as despesas vinham crescendo a um ritmo de 6,9% até novembro, mas deram uma freada em dezembro, fechando o ano com uma alta de 5,4%.

Isso é justo o contrário do que ocorre tradicionalmente. Normalmente os gastos, principalmente os de investimento, dão um pulo em dezembro. Montero esperava uma expansão real de 7% nas despesas em 2012.

Analisando mais a fundo os principais componentes do gasto, ele verificou que as despesas com pessoal subiram 3,8%, os gastos com a previdência subiram 12,5%, puxados pelo aumento do salário mínimo. A contração das despesas ocorreu em dezembro e ficou concentrada nas chamadas "outras despesas de custeio e capital".

O ESTADO DE SÃO PAULO ESPAÇO ABERTO 02/02/2013

93 - TUDO BEM, OU QUASE, NO PAÍS DA NOVILINGUA

Rolf Kuntz

De vez em quando a inflação preocupa, disse muito singelamente o ministro Guido Mantega, num aparente surtô de veracidade. Disse bem: de vez em quando. Se fosse uma preocupação mais constante, a inflação estaria muito mais próxima da meta, ou, melhor ainda, a meta seria muito mais baixa e mais parecida com a de países governados mais seriamente. Estaria na faixa de uns z% a 3%. Mas surtos como esse são raros. O governo continua brincando com os preços, mas o ministro fala durante a maior parte do tempo como se estivesse em outro mundo, num exercício parecido com a duplipensar ou com ouso da novilíngüa. Não se combate inflação com o câmbio disse Mantega enqüanto BC Central (BG) jogava dólares no mercado e derrubava a cotação para pouco menos de R$ 2,00. Só os juros e outros instrumentos típicos da política monetária servem para conter a alta de preços, garantiu o

CD - SECRETARIA GERAL DA MESA - ATUAÇÃO 1744 2013 2015

ministro, em Brasília, discursando para prefeitos. O prefeito paulistano, Fernando Haddad, confirmava a decisão de manter as tarifas de ônibus até junho, para atenuar o impacto do aumento dos combustíveis. Durante anos, o governo freou os preços da gasolina e do diesel para limitar a inflação e assim prejudicou a Petrobrás. Agora depende de prefeitos e governadores para limitar o efeito de um ajuste atrasado e insuficiente. Mas algum incômodo será causado ao consumidor, porque "acabou a Cide", a contribuição cobrada sobre os : combustíveis, admitiu o ministro, Não dá mais - esse o recado ministerial - para compensar com a redução da Cide o encare-cimento da gasolina e do diesel. Mas desde quando esse tributo faz parte do arsenal da política monetária?

Ao mesmo tempo, o BC mantém a taxa básica de juros em 7,25%. Afinal, essa é á decisão da presidente da República, embora os instrumentos monetários, segundo o ministro da Fazenda, sejam os únicos adequados - ou os mais apropriados – para o combate à inflação. Poderia também ter mencionado a moderação fiscal, mas quanto a isso ele se mostra muito tranqüilo. Apolítica fiscal brasileira* garantiu, é das mais transparentes do mundo, tudo sai no Diário Oficial, e o uso do Fundo Soberano para o reforço das contas foi perfeitamente legítimo. Transparente, nesse caso, é parte da novilíngua. Escrachada e escandalosa seriam palavras mais adequadas para qualificar a maquiagem, denunciada até por gente habituada a apoiar esse governo.

Quanto ao Fundo Soberano, é uma evidente ficção: de onde vêm seus recursos, se as contas públicas nominais são normalmente deficitárias? Fundos dignos desse nome são constituí* dos com excedentes, em geral acumulados em períodos de prosperidade. O ministro descreve a ação do governo como política contracíclica. Nada mais falso. Políticas desse tipo - atenção à partícula "contra" - consistem basicamente em for-; mar reservas nas boas fases pa-
ra gastar em tempos difíceis. Na área fiscal, nunca foi seguido esse tipo de estratégia. A ação do governo brasileiro tem sido consistentemente procíclica - farra fiscal quando a receita cresce mais do que o produto interno bruto (PIB) e incentivos quando a economia fraqueja e a arrecadação é afetada.

O ministro continua atribuindo à crise global o fracasso econômico do Brasil no ano passado. Mas o mercado externo deve melhorar e isso favorecerá o País. A explicação combina muito mal com os números do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os últimos dados sobre o comércio varejista são de novembro, mas servem muito bem para uma avaliação do ano. Nos 12 meses até novembro, o volume de vendas do varejo ampliado, isto é, com inclusão de veículos, componentes e material de construção, foi 8% maior que nos 12 meses anteriores. O volume vendido pelo varejo restrito foi 8,6% superior ao do período encerrado em novembro de 2011.

Essas vendas foram possibilitadas pelos níveis de ocupação e de renda, pelo volume de crédito e pelos cortes de impostos sobre bens de consumo. Em dezembro, o desemprego nas seis áreas metropolitanas cobertas pela pesquisa do IBGE ficou em 4,6%, a menor taxa mensal desde março de 2002, início da série, A média anual, 5,5%, também foi a menor. De janeiro a dezembro, a média da massa de rendimento real habitual foi 6,2% maior que a de 2011.

Ao contrário do observado nos países mais afetados pela crise, o emprego manteve-se alto e o consumo cresceu. As condições de emprego foram favoráveis, em parte, por causa dás contratações no setor de serviços, mas em parte, também, pela estratégia dos empresários industriais. Eles preferiram evitar o custo das demissões e as dificuldades para recompor os quadros em caso de reativação. Afinal, falta mão de obra adequada às necessidades da indústria. Parte da força de trabalho disponível nem mesmo atende às condições mínimas para treinamento nas fábricas - uma das conseqüências do erro na escolha das prioridades, nos últimos dez anos.

Apesar do consumo elevado, a produção industrial em 2012 foi 2,7% inferior à de 2011, segundo o IBGE. A fabricação de bens de consumo diminuiu 1%, porque parte da demanda foi suprida por importações (o baixo poder de competição da indústria brasileira é bem conhecido). Mas o pior resultado foi, de longe, o do setor de bens de capital, isto é, de máquinas e equipamentos para reposição, ampliação e modernização da capacidade produtiva. A produção desses bens encolheu 11,8%.

O total do investimento - público e privado - ainda é desconhecido, mas o número final deve ser muito rum. O governo precisará de muito mais que a conversa habitual para garantir o crescimento. Detalhe relevante: se continuar descuidando da inflação, nem o poder de compra das famílias vai durar. Mas o ministro Mantega dá sinais de pensar sobre isso: se for preciso, a taxa básica de juros, a Selic, poderá subir, sem provocar uma "sangria desatada" (expressão dele). Será uma autorização para o BC fazer o

CD - MESA - SECRETARIA GERAL - AUTUAÇÃO - 1745 - 2013-2015

seu trabalho?

CORREIO BRAZILIENSE - DF OPINIÃO 05/02/2013

94 - OPORTUNIDADE HISTÓRICA

Alberto Pinto Coelho

Nesses últimos meses, sobretudo à raiz de um novo surto de intervencionismo estatal na ordem econômica, combinado com o caminho tortuoso da maquiagem das contas públicas para engordar o superavit primário no apagar das luzes de 2012, criou-se no Brasil uma espécie de crise de confiança na gestão pública federal, o que resultou em sinais de alerta sobre a pressão inflacionária e o crescimento do país, face à retração dos investimentos produtivos.

Em última análise, essa crise de confiança expõe o Brasil a um risco maior e que deve ser evitado a todo custo, ou seja, o de contaminação da maior conquista da história econômica brasileira, representada pela estabilização monetária com a implantação do Plano Real em julho de 1994, há quase 20 anos, portanto, ainda no governo Itamar Franco e consolidado no governo **Fernando Henrique Cardoso**.

Nesse período, quatro mandatos presidenciais se passaram convivendo com o círculo virtuoso representado pelo controle inflacionário e por índices sustentados de crescimento do PIB — Produto Interno Bruto, com índice médio anual de 3,6% entre 2001 e 2010.

No entanto, nesse quinto ciclo de governo, na gestão da presidente **Dilma** Rousseff, registrou-se a redução da excepcional taxa de 7,5% de expansão verificada em 2010 para 2,7% em 2011, estimando-se em pífio 1% o crescimento do PIB em 2012, esvaziando em curtíssimo prazo a celebrada conquista pelo Brasil da posição de sexta maior economia mundial.
Sintomaticamente, o último fórum econômico de Davos, conforme informaram observadores ali presentes, primou pelo "esvaziamento do balão Brasil" no cenário internacional.

Manchetes da imprensa também estampam que "estrangeiros pisaram no freio em investimentos no Brasil", reproduzindo projeções do Institute of International Finance, ou de que está faltando "pragmatismo" ao governo, na avaliação de um executivo e economista do porte de Ilan Goldfajn, ex-diretor de Política Econômica do Banco Central. O que se comprova pelo adiamento dos leilões do Programa de Investimento em Logística, cruciais para novos investimentos produtivos em áreas de infraestrutura, nó górdio nacional ao lado da educação.

Nessa conjuntura, o horizonte sucessório de 2014 colocará diante da sociedade brasileira a opção de continuar convivendo com essa rota de riscos, com medidas tópicas de desonerações fiscais ou reduções de tarifas, que são tão prejudiciais aos entes federados, e que um dia cobrarão seu preço desestabilizador, ou confiar na retomada do círculo virtuoso do Plano Real.

Louve-se o surgimento da chamada nova classe média, que, do ponto de vista econômico, minimizou a crise internacional em 2008 e 2009, mas que assinala, ao mesmo tempo, o esgotamento da tática de recorrer ao apetite do mercado interno para sustentar o crescimento.

Nesse campo da inclusão social, é preciso lembrar que os programas da Comunidade Solidária, sob a coordenação da saudosa dona Ruth Cardoso, como o Bolsa Escola, o Auxílio Gás e o Cartão Alimentação, foram reunidos e nomeados como Bolsa Família, expandido e consolidado no governo do ex-presidente Lula.

Em resumo, o Brasil não pode perder a oportunidade histórica que vem construindo ao longo de duas décadas para se tornar de fato um país avançado, atrativo e reconhecido internacionalmente. Precisa, para isso, estabelecer um modelo de desenvolvimento, de conteúdo estratégico e dinâmico, que substitua a colcha de retalhos que caracteriza sua gestão econômica atual, com riscos de fragmentação.

CD - SECRETARIA GERAL DA MESA
APRESENTAÇÃO
Fls. 1746

Novos rumos são necessários para evitar que a história volte a fechar as portas promissoras que se abriram ao país e nos faça recair na armadilha do terceiro-mundismo de sempre.

FOLHA DE S. PAULO - SP RIBEIRÃO 07/02/2013

95 - CONSELHO DE SAÚDE COBRA DADOS DA DENGUE

Presidente de órgão municipal afirma que a Prefeitura de Ribeirão Preto não facilita a liberação de informações Conselho diz que já pediu dados e que vai enviar novo ofício; prefeitura nega que esteja escondendo-os

DANIELA SANTOS

O Conselho Municipal de Saúde de Ribeirão Preto quer saber como está o combate à dengue na cidade e os locais mais atingidos, além do número de casos registrados neste ano. O conselho diz que que a prefeitura "não facilita" a liberação de dados.

O órgão informou que recebeu reclamações de moradores que cobram informações sobre bairros que concentram focos da doença.

Como a Folha publicou ontem, a Prefeitura de Ribeirão Preto ainda não liberou neste ano nenhuma informação sobre casos de dengue, diferentemente da posição adotada em anos anteriores e da de outros municípios.

O novo presidente do conselho, o advogado José Ricardo Guimarães, eleito no último dia 31, disse que a prefeitura "não facilita as coisas".

"A dengue deve ser imediatamente informada, não é algo que se esconde. Precisamos saber quantos são os casos de dengue e os principais pontos afetados."

Ele disse que já solicitou informações sobre a situação no município e que hoje vai enviar um novo ofício. "Vamos checar os números assim que eles forem divulgados. Se houver maquiagem, seremos os primeiros a denunciar."

Em evento realizado pela prefeitura ontem de manhã, a Folha tentou questionar a prefeita Dárcy Vera (PSD) sobre o assunto, mas não conseguiu, pois "ela tinha que cumprir a agenda", segundo a assessoria de imprensa.

A Prefeitura de Ribeirão nega que esteja "escondendo" dados sobre a dengue -diz que não tem interesse em omitir os números e que está apenas consolidando as informações.

Especialistas ouvidos pela Folha dizem que é importante que haja transparência na divulgação de dados de doenças como a dengue.

De acordo com o coordenador do núcleo de medicina tropical da Universidade Federal do Ceará e consultor da OMS (Organização Mundial da Saúde), Ivo Castelo Branco Coelho, a população amplia os cuidados quando sabe o que está acontecendo.

Em 2010, a Prefeitura de Ribeirão chegou a divulgar informes diários sobre a dengue, por meio de um sistema on-line da Secretaria da Saúde que informava o número de casos, incluindo a distribuição pelos bairros.

Em 2011, os dados passaram a ser divulgados por meio de boletins quinzenais e, no ano passado, por informes mensais -o último foi distribuído em novembro.

PRIMEIRO ELEITO

CD
SECRETARIA GERAL DA MESA
ATUAÇÃO
1747

O novo presidente do Conselho Municipal de Saúde de Ribeirão assumiu a função no último dia 31 de janeiro.

Guimarães concorreu à vaga de presidente com o secretário da Saúde de Ribeirão, Stênio Miranda, que foi derrotado por 20 votos a 4.

Com a eleição do advogado, é a primeira vez que o conselho não é comandado por um secretário da Saúde.

De acordo com Guimarães, desde a criação do conselho, em 1991, até o ano passado, a prefeitura nomeava o secretário como presidente.

Porém, neste ano, aconteceu a primeira eleição, na qual votaram integrantes do sindicato dos servidores, associações e prestadores de serviços na área da saúde.

O conselho tem como principal tarefa fiscalizar a saúde. A primeira reunião do órgão neste ano vai ocorrer no próximo dia 14.

O GLOBO - RJ ECONOMIA 08/02/2013

96 - MANOBRA FISCAL COM CARTA BRANCA DE ATÉ R$ 65 BI

Relator do Orçamento apresenta emenda que permite ao governo descontar investimentos do PAC e desonerações

Martha Beck e Cristiane Jungblut

Embora o ministro da Fazenda, Guido Mantega, tenha declarado que o governo quer abater R$ 20 bilhões em desonerações tributárias da meta de superávit primário de 2013, o valor poderá ser muito maior. O relator do Orçamento, senador Romero Jucá (PMDB-RR), informou ontem que, a pedido do governo, apresentou uma emenda alterando a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e que dá uma carta branca à equipe econômica para abater até R$ 65 bilhões do primário, seja em investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) ou em desonerações. Isso, na prática, pode reduzir o superávit de 3,1% do Produto Interno Bruto (PIB) para 1,8% do PIB. Hoje, a LDO já prevê abatimento de R$ 45 bilhões com gastos do PAC e não permite que desonerações sejam descontadas.

- Não quis engessar o governo. A redação da emenda permite o abatimento de R$ 65 bilhões do primário, mas englobei o abatimento em investimentos de infraestrutura e desonerações. Pode ser R$ 30 bilhões e R$ 35 bilhões. É bobagem engessar. O governo pediu R$ 20 bilhões em desonerações, mas e se depois quiser fazer mais de R$ 20 bilhões? Vai depender da necessidade do país. Fazer essas desonerações é importante, é importante dar espaço no (esforço) fiscal para isso. Eles querem aumentar as desonerações, é importante para a economia. A meta cheia, em tempo de crise, não pode ser um dogma - disse Jucá.

Problema antigo

A nova gambiarra mascara um problema que vem ocorrendo ano após ano: a dificuldade do governo em executar investimentos. Em 2012, por exemplo, a dificuldade em gastar com o PAC fez a equipe econômica realocar projetos na última hora para poder elevar o abatimento da meta de R$ 28 bilhões para os R$ 34 bilhões necessários para fechar as contas. Parlamentares da oposição e até da base aliada criticaram a estratégia da equipe econômica.

- A Dilma trocou a caneta pela caixa de maquiagem. Já criaram todos os artifícios. Cada hora há uma esperteza. O governo manipula os dados para dizer que cumpriu o superávit. Tanto que lutamos pela transparência nas contas públicas, e agora há um descrédito internacional das contas - disse o líder do DEM na Câmara, deputado Ronaldo Caiado (GO).

CD - AUTUAÇÃO 1748 - SECRETARIA GERAL DA MESA

Para o senador Francisco Dornelles (PP-RJ), com a queda das taxas de juros, o governo já teria condições de fazer um primário menor, mantendo a trajetória de redução da dívida pública:

- O governo deveria assumir isso, que pode fazer um primário menor. Quanto mais transparência melhor.

FOLHA DE S. PAULO - SP BRASIL 08/02/2013

97 - INFLAÇÃO DISPARA E ACENDE ALERTA NO BC

Sob influência dos alimentos, IPCA sobe 0,86% em janeiro, maior taxa desde abril de 2005; Tombini diz que alta preocupa Queda na tarifa de luz e adiamento de reajuste de ônibus evitam que índice passe de 1%; 75% dos itens sobem

PEDRO SOARES DO RIO

Preços dos alimentos em alta fizeram a inflação disparar em janeiro, o que acendeu o alerta no Banco Central.

O IPCA, índice de preços que mede a inflação oficial, subiu 0,86% no mês passado -a maior alta desde abril de 2005-, o que resultou no pior janeiro desde 2003. Naquele ano, o país sofria os efeitos de uma escalada do dólar, que afetou os preços no país.

O resultado de janeiro levou a inflação acumulada em 12 meses a alcançar 6,15%, perto do limite fixado pelo governo (6,5%).

Após a divulgação, o presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, afirmou, em entrevista ao site do jornal "O Globo", que a inflação está resistente e preocupa. Ele disse que "a situação não é confortável e, por ora, o BC está avaliando tudo".

As declarações levaram investidores a acreditar na alta dos juros ainda neste ano.

Segundo analistas, se não fossem a antecipação do corte da tarifa de energia para o fim de janeiro e o adiamento, a pedido do Ministério da Fazenda, dos reajustes de ônibus no Rio e em São Paulo, a inflação superaria 1%.

Para Juan Jensen, sócio da Tendências Consultoria, tais ações mostram que o Brasil não faz uma maquiagem dos índices de preço, como a Argentina, mas "administra" reajustes importantes "para mascarar um processo inflacionário em curso".

Outro exemplo, diz, é o represamento da alta da gasolina, que só vai pesar na inflação de fevereiro. O produto está abaixo dos preços internacionais, comprometendo o caixa da Petrobras e sua capacidade de investimento.

Jensen diz que as medidas reduzem a credibilidade do BC, que adotou uma política monetária frouxa nos últimos três anos. Ou seja, manteve juros baixos e aceitou uma inflação maior.

Agora, diz, o BC colhe os efeitos de empresários indexarem seus preços, repassando mais rapidamente e de modo mais intenso aumentos de custos e aproveitando para recompor suas margens.

DISSEMINAÇÃO

Apesar de concentrada em alimentos, que subiram 1,99% em janeiro -a maior alta para o mês desde 2003, sob efeito de problemas climáticos-, a inflação sobe "de modo disseminado" e o crescimento mais acelerado do PIB neste ano (estimado em 3%) eleva ainda mais o risco de inflação no teto da meta, diz Luiz Roberto Cunha, professor da PUC-Rio.

CD - SECRETARIA GERAL DA MESA - AUTUAÇÃO 1749 2013-2015

Consultorias estimam que 75% dos itens tenham sofrido aumentos em janeiro.

Segundo o IBGE, o IPCA de janeiro já mostrou influência da redução das tarifas de energia, mas a maior parte do impacto virá em fevereiro.

Diante disso, analistas estimam que o índice recue a quase metade da taxa de janeiro, perto de 0,45%.

O ESTADO DE S. PAULO - SP ESPAÇO ABERTO 09/02/2013

98 - BAGUNÇA GERAL NA POLÍTICA ECONÔMICA

Rolf Kuntz

Não da para separar. O estrago na Petrobrás, a inflação disparada, a indústria emperrada e a maquiagem das contas públicas são sintomas do mesmo problema. O governo conseguiu bagunçar tanto a economia quanto a caixa de ferramentas da política econômica. O estrago da caixa é o mais grave. Gasta-se muito tempo discutindo se a presidente **Dilma** Rousseff e sua troupe de trapalhões ainda levam a sério os três princípios adotados no fim dos anos 90 - meta de inflação, meta de superávit primário e câmbio flutuante. Não se vai muito longe com esse requisitório. O governo pode responder positivamente a todas as perguntas, com as ressalvas de sempre. Tem de haver certa margem de erro para a inflação, o resultado fiscal é sujeito a imprevistos e nenhum regime cambial e estritamente isento de intervenções. Tudo isso parece razoável, mas a conversa oficial e uma embromação. É possível embromar nesse porque as questões realmente importantes são outras, a começar pela importância atribuida, de fato, as condições básicas de estabilidade. Esse teste permitiri a comparar o govern o brasileiro com os de outros países latino-americanos. A semelhança mais notável seria, certamente, com a administração da presidente Cristina Kirchner, sobrando uma diferença" muito mais de grau que de vocação.

Se o governo brasileiro se importasse realmente com a inflação, a meta seria muito mais baixa, como em outras economias, tanto desenvolvidas quanto em desenvolvimento. Desde 2005 houve mudanças no Brasil e no cenário externo, mas a meta de 4,5% foi mantida, sem nenhum benefício para o Pais. A tolerância à alta de preços jamais proporcionou a economia brasileira maior eficiência, dinafnismo ou competitividade.

Alem disso, as autoridades tem agido como se o alvo real fosse qualquer ponto na margem de variação. As ações são conduzidas como se um resultado fi nal de 6,5% fosse perfeitamente aceitável. O presidente uo Banco Central (BC), Alexandre Tombini, chegou a classificar como desconfortável o número acumulado até janeiro - 6,15% em 12 meses. Reiterou, no entanto, a disposição de apostar numa acomodação dos preços no segundo semestre. Mero sangue-frio?

A tolerância à inflação permitiu, no ano passado, conciliar a redução de juros desejada pela presidente **Dilma** Rousseff e a manutenção de uma política fiscal frouxa. Uma gestão mais séria das contas públicas deveria compensar o relaxamento da política monetária a partir dos meses finais de 2011, segundo explicaram, há cerca de um ano c meio, os dirigentes do BC. Essa condição jamais se realizou. O recurso a artifícios para maquiar as contas públicas no fim de 2012 foi um desdobramentos dessa história. Mas esse é apenas o dado mais pitoresco.

O resultado concreto foi uma economia brasileira um tanto mais torta. O combate à inflação por meio da política monetária foi suspenso, enquanto a
expansão do credito continuou alimentando a demanda, principalmente de consumo. Essa demanda foi alimentada também por incentivos fiscais concedidos a alguns setores pe lo Executivo. Esses incentivos serviram ainda para a redução temporária de alguns preços, com efeito benéfico de curtíssimo prazo nos indicadores de inflação. O desajuste entre a demanda e a capacidade de oferta da indústria nacional criou um vazamento nas contas externas. Sem o aumento da importação, o efeito inflacionário teria sido maior. A produção industrial encolheu porqúe as fábricas foram incapazes de competir, e o investimento diminuiu.

CD - SECRETARIA GERAL DA MESA - AUTUAÇÃO 1750

Sem distinguir objetivos de curto e de longo prazos, desafios conjunturais e problemas estruturais, o governo colheu inflação elevada, estagnação econômica e contas públicas mais frágeis. Ao mesmo tempo, bagunçou a política econômica e seus instrumentos. O BC deixou de combater a inflação, a política de juros foi decidida no Palácio do Planalto, deficiências estruturais foram tratadas como problemas de conjuntura e os preços foram contidos por meio de intervenções tópicas. A redução do imposto sobre os automóveis e outros bens duráveis e a contenção das tarifas de combustíveis entram nesse capítulo. A insistência da presidente em reduzir as contas de energia elétrica, a partir de agora, é uma continuação dessa trapalhada. E uma imprudência . tratar o preço final da eletricidade como questão isolada, sem levar em conta os programas de investimento e os vários componentes de custos, incluída a tributação em todos os níveis.

Os danos impostos à Petrobrás são em parte explicáveis por essa confusão de objetivos e políticas, tão característica do governo atual. Mas decorrem também da subordinação da estatal aos interesses político-partidários do Palácio do Planalto, da peculiar diplomacia terceiro-mundista do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e da conversão da empresa em instrumento de política industrial. Em vez de cuidar de seus objetivos empresariais e especialmente do enorme desafio da exploração do pré-sal, a companhia foi forçada a atender a uma porção de outras solicitações. Os resultados são indistárçáveis.

Mas o governo parece impermeável à maior paite dessas lições. O Ministério da Fazenda dispõe-se a adotar novos artifícios para encenar o cumprimento da meta fiscal. Tudo se passa, de fato, como se o resultado real das contas públicas fosse muito menos importante que a sua representação contábil. Sem medidas tí picas de política monetária, o BC tem atuado no mercado cambial para desvalorizar o dólar, em mais uma tentativa de influenciar indiretamente a inflação. A conta sera parcialmente paga, e claro, fie-los setores prejudicados pela valorização do real. De vez em quando, num surto de lucidez, o governo leva em conta as con seqüências mais amplas de suas decisões. Exemplo disso e a disposição de rever os termos das novas concessões no setor de transportes. Mas surtos desse tipo têm sido raros e brevíssimos e a confusão do voluntaris-rao volta a se impor.

*JORNALISTA

CORREIO BRAZILIENSE - DF ECONOMIA 09/02/2013

99 - INFLAÇÃO DA BALADA JÁ ALCANÇA 9,18%

Com o aumento da renda, brasileiros gastam mais em festas, bares e restaurantes. Maior procura faz os preços dos serviços dispararem

VICTOR MARTINS e ANA CAROLINA DINARDO

Com a ascensão de 40 milhões de brasileiros à classe C e a melhora da distribuição da renda, o Brasil se tornou um dos maiores mercados consumidores do mundo. Um público que, após saciar o desejo por produtos básicos e bens duráveis, busca, agora, bem-estar e diversão. O brasileiro se tornou frequentador de restaurantes, spas, bares requintados e festas. Apenas no ano passado, segundo dados da Associação dos Profissionais, Serviços para Casamentos e Eventos Sociais (Abrafesta), o segmento de eventos faturou R$ 14 bilhões no país, 16% mais que em 2011. Com toda essa demanda, os preços dos serviços relacionados à diversão dispararam. Alguns consumidores chegam a gastar mais de R$ 5 mil por mês com cuidados pessoais e entretenimento.

Na média, de acordo com dados levantados pelo Correio, com base no Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) dos últimos 12 meses, a inflação da balada cresceu 9,18%, bem acima da média de 6,15% para todos os preços que compõem o indicador. Tudo ficou mais caro, da cerveja à manicure, até o motel. Segundo especialistas, essa é a fatura a ser paga pelo Brasil do pleno emprego, e também por uma distribuição de renda melhor. "Estamos, de fato, com o mercado de trabalho aquecido, e os aumentos de salário repercutem sobre a inflação", explicou Zeina Latif, sócia da Gibraltar Consulting. "Os preços em alta também realimentam a carestia. Se a manicure gasta mais para comer, ou a

CD
SECRETARIA GERAL DA MESA
ATUAÇÃO
1751
Fls.

alimentação fora de casa está mais cara, ela vai repassar esses custos para o que cobra dos clientes", argumentou.

O chefe de telemarketing Dalmo Lopes, 32 anos, afirma que não perde uma festa. A diversão, para ele, começa na quinta-feira e termina apenas no domingo. Cada saída representa entre R$ 100 e R$ 300 a menos no orçamento, em função de gastos com ingressos para festas e consumo de cerveja. "Sei que é caro, mas, se eu posso pagar, não tenho motivo para não ir ao barzinho com meus amigos, tomar uma cerveja ou ir para uma boate dançar", afirmou. Se o evento for bom, explica, vale até uma roupa nova. "Para curtir a noite, tem de estar bem arrumado também. Caso contrário, espanta as garotas", brincou.

Prazer
Dalmo Lopes está entre os milhões de brasileiros que se beneficiaram da expansão da renda e do aquecimento do mercado de trabalho. Assim como ele, mais da metade da população do país têm condições de gastar algum dinheiro com entretenimento. Gilberto Braga, professor de economia do Ibmec, ponderou que, quanto mais a renda cresce, mais o consumidor busca qualidade e sensação de bem-estar. "Isso faz com que os preços cresçam rapidamente. Esse cliente está disposto a pagar mais caro por uma cerveja que custa R$ 2 no supermercado. Ele paga R$ 10 e acha até justo, em função do local", explicou. "Devido a essa busca por prazer, a relação entre preço e realidade perde a razoabilidade", disse.

Essa opção pelo que é mais caro ocorre não apenas nas festas e nos bares. Em salões de beleza, pintar as unhas do pé e da mão sai, em média, por R$ 30 — isso nos serviços mais simples. As pinturas com mais detalhes chegam a custar R$ 50. Uma maquiagem, por exemplo, sai por até R$ 250, a depender do maquiador e do local onde a produção é feita. Os spas e as academias também se beneficiam da disposição desse público em pagar caro por conceitos e sensações diferenciadas. Para a empresária Roseane Jordão, 48 anos, frequentar um desses centros de beleza é uma terapia. "Não quero parecer jovem para ninguém. Quero apenas ficar bem comigo mesma", garantiu. Os gastos de Roseane chegam a R$ 5 mil por mês, incluindo shampoo, condicionador, cremes, ginástica localizada. Tudo isso com acompanhamento de uma nutricionista, uma dermatologista e, ainda, um personal trainer. "Nem eu sabia que gastava tanto. Ainda assim, vale a pena", disse.

A empresária Renata Oliveira, 30 anos, não faz diferente. Ela não abre mão de estar a cada sete dias no salão, fazer
tratamentos faciais e corporais, e de ir diariamente à academia. Para cumprir essa jornada da beleza ela precisa desembolsar R$ 600 por mês. "É um gasto alto", considerou. "Se for uma ocasião importante, eu chego a pagar R$ 800, incluindo o cabelo e a maquiagem que faço no salão. Tenho que me cuidar da melhor maneira e isso custa caro, infelizmente", disse.

Carnaval
Juan Jensen, economista da Tendências Consultoria, avalia que, apesar de já estarem altos, os preços devem continuar aumentando. "Isso acontece em qualquer país que passa por um processo de crescimento em que o peso dos serviços supera o da indústria na economia", observou.

Segundo pesquisa do Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getulio Vargas (Ibre/FGV), o carnaval de 2013 será 7,46% mais caro que o do ano passado. A sugestão de especialistas para minimizar as despesas é antecipar os gastos no que for possível. "Escolher o meio de pagamento antes de sair de casa e quitar gastos fixos de viagens com antecedência é sempre recomendável", ensina Cesar Medeiros, diretor-geral no Brasil da CPP, empresa especializada em tecnologia de meios de pagamento.

O ESTADO DE S. PAULO - SP EDITORIAL 11/02/2013

100 - ENROLAÇÃO E MAQUIAGEM

O governo federal prepara mais um truque para maquiar suas contas e encenar, como no ano passado, o cumprimento da meta fiscal. A gastança continuará e a gestão orçamentária será pelo menos tão ruim quanto antes, mas a desculpa do Executivo terá sido preparada com muitos meses de antecedência. A

CD - SECRETARIA GERAL DA MESA - AUTUAÇÃO 1752

ideia, desta vez, é abrir espaço para mais R$ 20 bilhões de incentivos tributários sem ter de cortar gastos ou arranjar recursos para compensar a renúncia. No ano passado, o truque envolveu, além do desconto de valores contabilizados como investimento, operações entre o Fundo Soberano e bancos federais e também a incorporação de dividendos antecipados. Nenhuma pessoa informada poderia levar a sério as explicações oficiais, embora ninguém tenha contestado a legalidade do arranjo. Igualmente legais têm sido a política de preços e outras aberrações - pelo menos algumas - impostas à Petrobrás desde o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. As consequências desastrosas dessas medidas são hoje conhecidas em todo o mundo.

Os abusos cometidos contra a Petrobrás e a má administração das finanças públicas são componentes da mesma história. O governo gasta muito mais tempo criando remendos, inventando maquiagens e contornando problemas do que buscando respostas efetivas para os grandes desafios nacionais. A ação escolhida é sempre a mais confortável e mais populista - e geralmente a menos eficaz como política econômica. O caso dos incentivos fiscais é mais um exemplo. O governo continua tratando as dificuldades da indústria como questões conjunturais. Mas os grandes problemas, hoje, são muito diferentes daqueles enfrentados entre o fim de 2008 e o primeiro semestre de 2009.

O fracasso de 2011 e 2012 confirma o erro de diagnóstico, mas a equipe econômica se mostra disposta a insistir em estímulos temporários e localizados. Reduzir a carga tributária seria muito bom, mas para isso seria preciso mexer mais amplamente em todo o sistema de receitas e despesas. Isso o governo rejeita, porque seriam indispensáveis medidas politicamente custosas - a começar pela racionalização dos gastos públicos. Se estivessem dispostos a seguir esse caminho, a presidente **Dilma** Rousseff e seu ministro da Fazenda, Guido Mantega, poderiam dispensar os truques de maquiagem fiscal.

Com esses truques, o governo planeja abater até 41,8% dos R$ 155,9 bilhões previstos como superávit primário sem violar formalmente o compromisso. Podem contornar a restrição legal e até convencer algumas pessoas de muito boa vontade, mas nenhum artifício como esse mudará os fatos e impedirá a deterioração da política fiscal e dos padrões da gestão pública.

Há no governo federal quem considere superado o critério do superávit primário, resquício de programas combinados com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Em muitos outros países, de fato, esse critério é ignorado. Mas esse argumento é incompleto e pode ser tão enganador quanto aqueles truques.

De fato, em outros países se leva em conta o resultado nominal, isto é, o saldo final das contas públicas, incluído o pagamento do serviço da dívida. Se esse padrão fosse adotado, a missão do governo seria muito mais complicada. O desajuste fiscal brasileiro é menor que o dos países em crise, mas essa comparação também é uma forma de contornar os problemas. Pior que isso: acaba sendo usada para desviar a atenção da inegável deterioração da política fiscal.

Se o governo tivesse a firmeza necessária para cuidar dos grandes problemas, combateria diretamente a inflação, em vez de aceitar qualquer alta de preços até o limite de tolerância, de 6,5%. Mas é mais fácil conter os preços da gasolina e do diesel e baratear este ou aquele item da cesta de bens e serviços, sem levar em conta, por exemplo, as consequências para empresas como a Eletrobrás e a Petrobrás. Cuidar dos problemas seriamente envolveria também maior cuidado com os investimentos em infraestrutura, gastos federais, qualidade dos tributos e prioridades dos bancos públicos. Fora disso, resta a política da enrolação - como a insistência na maquiagem das contas públicas e dos índices de preços.

O ESTADO DE S. PAULO - SP ESPAÇO ABERTO 12/02/2013

101 - O ENTERRO DA RESPONSABILIDADE FISCAL

Felipe Salto

CD - SECRETARIA

Desde 2006 o governo federal vem estabelecendo novos padrões para o de- senho das políticas macroeconômicas no Brasil, o que foi intensificado no governo **Dilma** RoussefF. Os objetivos são: câmbio desvalorizado, juro real baixo e crescimento de 4,5% ao ano. O instrumento: expansão fiscal. A economia já está colhendo os frutos dessa "nova matriz" de política econômica: crescimento baixo e inflação alta. Adicionalmente, tal conjunto de políticas lega à economia e à sociedade um Estado obeso, menos transparente e que regride no âmbito das instituições de finanças públicas.

A expansão serve tanto ao controle da inflação (via desonerações pontuais) como à meta de produzir crescimento a todo custo, seja pelo avanço das despesas, seja po rmeio de pacotes de estímulos e crédito público subsidiado pelo restante da sociedade, não escolhida para participar do banquete. A co-roar todo o processo está a contabilidade criativa, que serve como maquiagem para o lado feio expansão.

A política fiscal no País tomou um rumo incompatível com a sustentação de um regime de metas para o superávit primário. Não apenas os descontos do PAC são utilizados para reduzir a meta anual de superávit, como um volume importante de gastos vem sendo realizado sem a devida contabilização na despesa primária. É o caso dos subsídios implícitos nas operações de concessão de crédito ao BNDES, que oneram as contas públicas em R$ 15 bilhões ao ano, pelo menos, mas que aparecem apenas parcialmente na desagregação das despesas. Além disso, um fluxo elevado de receitas tem sido fabricado pelo governo por meio dessa relação espúria entre os bancos públicos e o Tesouro Nacional. Trata-se das receitas de dividendos pagos à União.

O problema resume-se no fato de que as receitas de dividendos - que foram gerados na própria atividade realizada pelos bancos públicos - entram na conta do superávit, mas as despesas com os subsídios, não. A diferença, simplesmente, acaba por produzir um resultado primário maior do que aquele que efetivamente vem sendo realizado pelo governo. O total em créditos do Tesouro junto ao BNDES já superou a marca dos R$ 350 bilhões, conforme abertura da dívida líquida do setor público consolidado, divulgada pelo Banco Central.

Como se não bastassem tais artifícios, essa contabilidade criativa, o governo decidiu sacar novos instrumentos do estojo de maquiagem. No último dia de 2012 o Tesouro resgatou R$ 12,4 bilhões do Fundo Soberano do Brasil (FSB), registrou receita de R$ 2,3 bilhões em títulos pagos pelo BNDES à guisa de antecipação de dividendos e de R$ 4,7 bilhões, por meio do mesmo mecanismo, usando a Caixa Econômica. Agora, em fevereiro, anunciou-se a cereja do bolo: os R$ 20 bilhões previstos pelo governo em renúncias fiscais com as medidas de desoneração tributária poderão, da mesma forma que os gastos do PAC, compor o montante a ser abatido da meta de superávit primário, como se o gasto não tivesse sido realizado.

Em verdade, tais medidas representam o abandono definitivo do regime de metas de superávit primário. E evidenciam que o governo não medirá esforços parabuscar subterfúgios ca-pazes de ampliar a intensidade da política fiscal mal-acabada instituída em 2009. Pisará fundo no acelerador do gasto público, reduzindo o potencial de crescimento do produto interno bruto (PIB).

Quanto ao FSB, é preciso lembrar que os recursos sacados para produzir resultado, às pressas, foram originados no próprio orçamento fiscal, em 2008, quando a arrecadação apresentava recorde atrás de recorde. Isto é, reservou-se 0,5% do PIB, num fundo criado pela Fazenda, que poderia simplesmente servir para fazer política efetivamente "anticíclica". No entanto, como se sabe, os objetivos do fundo eram outros: intervir no mercado de câmbio a fim de produzir a taxa cambial depreciada almejada pelo governo.

Agora, passados quatro anos, e após o fundo amargar prejuízos vultosos, por causa de sua política equivocada de investimento em ações da Petrobrás, o governo age de maneira a fazer crer que nunca imaginara o FSB como um instrumento da Fazenda para ampliar seu potencial de atuação no mercado cambial. Atuou, de forma pouco transparente e tomando a medida aos 45 minutos do segundo tempo, para apagar o incêndio produzido pela sua própria ingerência, motivada pelo desprezo ao papel exercido pela responsabilidade fiscal, nos últimos 15 anos, na sustentação do processo de crescimento e de controle inflacionário.

Há diversas maneiras de construir um arcabouço de instrumentos e de políticas com o fim de garantir a austeridade fiscal. A fixação de metas para o superávit primário, como é sabido, pode ser questionada

CD
AUTUAÇÃO
Fls. 1754
SECRETARIA GERAL DA MESA

em vários pontos, mas seu abandono apenas deveria ocorrer na hipótese de o governo ter construído uma alternativa melhor para substituir esse mecanismo de geração de esforço fiscal e redução da dívida/PIB.

O Brasil já passou por momentos de crise da dívida interna, quando a credibilidade do País era baixa, a confiança do restante do mundo na economia doméstica era mínima e o governo não dispunha de nenhum mecanismo institucional para controlar a evolução de suas despesas. Mas conseguiu conquistar uma situação positiva nessa seara, que teve efeitos extremamente benéficos sobre a dinâmica de crescimento, o controle inflacionário e a sustentação de poupança externa razoavelmente elevada para alicerçar a aceleração do consumo observada nos últimos anos.

Hoje em dia, com a marcha à ré engatada pelo governo, no campo fiscal conseguiremos um feito quase impossível de ser empreendido, mesmo com tanto empenho enterrar o sistema de metas fiscais e, em seu lugar, deixar um enorme ponto de interrogação.

FOLHA DE SÃO PAULO MÔNICA BERGAMO 13/02/2013

102 - SAMBA, SUOR E UM COPINHO DE XIXI

MÔNICA BERGAMO

Nanda Costa coloca a cara para fora da van em que está escondida, na concentração da Beija-Flor, anteontem. Ela será o destaque maior da escola de samba e finaliza, ali mesmo, maquiagem e roupa para entrar na avenida.

Mas a produção tem um grande problema para resolver: a Morena da novela "Salve Jorge", da TV Globo, está com vontade de fazer xixi. O banheiro químico mais próximo "é longe e está impraticável". E, se sair na multidão, corre o risco de ela nem conseguir voltar a tempo, tantas são as pessoas que pedem para tirar fotos com "a Morena".

"Agora vamos atrás de um baldinho, uma latinha ou um copinho para ela fazer xixi, no carro mesmo", diz o publicitário Marcelo Sebá, irmão de Andrea Luz, empresária da atriz. "Não conta!", pede Nanda. "Isso é a Sapucaí, gente!", diz Sebá.

Acomodados na van estão assessores e o maquiador, André Veloso, que retoca o rosto de Nanda, sentada na segunda fileira de bancos. Ele ainda precisa passar creme Nivea no corpo dela. "É ótimo para a pele extrasseca. Coloco ainda um pigmento dourado. Fica uma textura linda para sair nas fotos e na TV."

São 23h30. Nanda começou a se arrumar em casa, às 19h, numa maratona que já dura quatro horas.

A atriz diz que não se preparou especialmente para a Sapucaí. "Mas você fez uma detox, que eu sei", entrega Sebá. Sim, ela adotou uma dieta sem proteína nem glúten. Acorda e toma suco verde, com pepino, cenoura, couve, gengibre e uma fruta, tudo batido no liquidificador. No almoço, pratos como escondidinho de espinafre.

"Ah, mas não foi para emagrecer. Fiz uma desintoxicação alimentar. Minha pele estava um pouco feia por causa de tanta maquiagem, por exemplo", justifica.

CD
AUTUAÇÃO
1755

Ser protagonista da novela das nove não mudou sua vida nem seu jeito de ser, dizem os familiares. "Mas neste ano todos os camarotes [patrocinados por empresas no sambódromo] convidaram ela para ver os desfiles, com direito a carro e quantos convidados quisesse", diz Sebá. Nanda recusou. "Eu quero ficar com o povo da Beija-Flor."

Ela fala das críticas que recebe. "Ninguém taca pedra em árvore que não dá fruto. Isso significa que tô fazendo, produzindo. Se falam da novela é porque estão vendo. Tem tanta oferta [de entretenimento] por aí..."

Latinhas de Red Bull são distribuídas na van. Chega também o copinho em que Nanda fará xixi. Os homens saem do veículo. Ela salta para o banco de trás.

Problema resolvido, a atriz se prepara para deixar o carro. O maquiador ordena: "Prende a respiração". Joga spray no rosto dela para fixar a maquiagem. Nanda respira. Sai da van e ganha a avenida.

Susana Vieira chega ao camarote da Grande Rio, escola na qual desfilará, cantando a música-tema de "Avenida Brasil". "Oi, oi, oi!"

Para ela, o "papo Megan Fox", ou seja, as críticas que fez à atriz americana que visitava o sambódromo, é página virada. Suas declarações só teriam ganho destaque porque "nada aconteceu" e "a imprensa não tinha assunto". Rodopia cantarolando "oi, oi, oi", quase se desequilibra e, com um safanão da própria mão, derruba um brinco. Repete: "Oi, oi, oi!".

Com um macacão verde de operador de plataforma de petróleo, fantasia com a qual desfilará na Grande Rio, Paulo Betti comemora a renúncia de Bento 16, "aquele papa terrível, carrasco do [Leonardo] Boff". Defende que o teólogo brasileiro seja o novo papa.

"Hoje é dia de Grande Rio, bebê", diz a atriz Christiane Torloni enquanto caminha apressada para a concentração. O casal Murilo Rosa e Fernanda Tavares sai na mesma ala de operariado. A modelo diz que falta "ar-condicionado na avenida".

No camarote da Brahma, Ronaldo apresenta a nova namorada, Paula Morais, a diretores da empresa. "É tudo amigo aqui, tudo patrão." Paula confirma a intenção de morar com o ex-jogador em Londres, por um ano. Uma repórter pergunta se ele "já pode falar em casamento". O ex-craque reclamaria mais tarde: "Estamos juntos há dois meses e o pessoal já quer saber sobre casamento?".

Ele se junta a alguns amigos, que não precisam ficar só na cerveja: Ronaldo levou três garrafas de uísque para o espaço. Um fotógrafo se aproxima. "Pô, não achou mais ninguém no camarote? O Neymar tá lá do outro lado, beijando uma menina", brinca.

A namorada do craque do Santos, a atriz Bruna Marquezine, desfilava pela Grande Rio. O surfista Pedro Scooby, noivo de Luana Piovani, agarra Neymar: "Ele veio aqui para ver a Mangueira entrar". É repreendido pela atriz: "Para, Pedro. Eu disse para".

Um amigo vascaíno reclama do traje de Neymar: relógio vermelho, bermuda, meia e tênis pretos, cores do Flamengo. O santista brinca que, "em 2014", quando terminar o contrato com o Peixe, vai defender o rubro-negro carioca. "Vou meter gol no Vasco e comemorar fazendo coraçãozinho pra você."

"MAQUIAGEM" CONTÁBIL
2013-2015
CD
AUTUAÇÃO
1756
SECRETARIA GERAL DA MESA

CORREIO BRAZILIENSE - DF | NAS ENTRELINHAS | 13/02/2013

103 - INÍCIO DE JOGO

Parte do empresariado que conversou com Dilma no início do ano ainda não sente firmeza na mão do governo para fazer deslanchar o crescimento e também não confia nas promessas de Mantega

Denise Rothenburg

Início de jogo
Passado o carnaval, é hora de o Brasil "se agarrar no serviço". E quanto antes melhor. Em especial, o governo e o parlamento. Vamos tratar aqui do Poder Executivo. Aos poucos, começam a aparecer as impressões de empresários e banqueiros em relação aos encontros com a presidente **Dilma** Rousseff ao longo do mês de janeiro. E essas impressões, que eles relatam apenas aos amigos mais chegados, são bem diferentes daquelas declarações feitas na saída do Planalto em frente às câmeras de tevê. Parte desses interlocutores convidados a se reunir com **Dilma** não saiu muito confiante e por vários motivos.

Uma das razões foi a de que, em meio à primeira fase desse diálogo, aberto por iniciativa de **Dilma**, veio a notícia da maquiagem das contas públicas para cumprimento do superavit primário. Isso somado ao fato de os empresários acreditarem que os projetos de infraestrutura continuam travados já seria um problema. Mas tem mais: eles não crêem nas previsões otimistas do ministro da Fazenda, Guido Mantega — que, aliás, estava de férias quando essas conversas ocorreram.

Mantega, na avaliação de muitos, demorou muito no ano passado a admitir que o crescimento econômico não atingiria sequer dois pontos. O ministro fazia previsões de crescimento acima de 3%, quando o mercado já sabia que a economia nacional não chegaria a dois terços desse cálculo. O "pibinho", como definiram muitos, terminou por solapar a confiança nas palavras de Mantega e fez surgir as especulações de que ele deixaria o governo em 2013.

Substituir Mantega, entretanto, não é tão fácil quanto se pensa. E não se trata apenas de um ministro ligado ao ex-presidente Lula. **Dilma** substituiu muitos antigos colaboradores de Lula. Mantega, na verdade, é apenas executor das ordens que recebe da presidente, a verdadeira condutora da economia, dada a poucos conselheiros. Quem conhece a forma como a presidente se relaciona com seus ministros garante que poucos teriam a fleuma que Mantega apresenta em tensas reuniões palacianas. Este ano, então, com a obrigação de fazer a economia deslanchar, esses encontros prometem ser ainda piores.

Se as previsões de Mantega fossem o único problema para tirar o ânimo do empresariado, estava fácil. Mas há outros piores. A principal deles é a trava nos projetos governamentais. Os empresários se recordam, por exemplo, das notícias publicadas no primeiro semestre de 2011 apresentando o trem de alta velocidade (TAV) entre São Paulo e Rio como uma obra para deslanchar a partir do segundo semestre de 2012. O ano virou e o projeto continua fora dos trilhos. O projeto foi anunciado várias vezes e agora é que se percebeu a ausência de integração de um trem caro e desse porte com os trens regionais. Haverá alterações, por exemplo, na estação em São Paulo, cujo local ainda não foi definido. Ou seja, anunciou-se uma obra, fez aquela propaganda toda e até agora nada.

O mesmo vale para o pré-sal. O anúncio de tanto petróleo foi um carnaval danado. Mais apoteótico que o desfile das escolas de samba do grupo especial de domingo e de segunda-feira. Cadê? É a Petrobras no prejuízo, a gasolina subindo, o petróleo liderando o ranking das importações brasileiras, com US$ 13 bilhões em 2012.

Quanto às concessões, o empresariado também não sentiu muita firmeza. As empresas querem ter a garantia de um lucro que lhe torne o negócio atrativo. O governo, obviamente, quer a garantia da prestação do serviço. Ocorre que os empresários consideram haver interferência governamental demais nos serviços a serem oferecidos e demora na publicação de editais.

Técnicos do governo têm dito que é melhor o edital demorar e sair direito, do que fazer a coisa de qualquer jeito e lá na frente dar problema. O Brasil tem vários exemplos de projetos liberados de qualquer maneira que, logo ali, apresentaram falhas. O alambrado da Arena do Grêmio, que sucumbiu à

CD
AUTUAÇÃO
FLS 1754

avalanche da torcida é um exemplo. Isso para não citar a liberação da boate Kiss, sem saída de emergência, em Santa Maria(RS).

Ninguém tem dúvidas de que o governo age certo em querer rever os projetos para evitar surpresas desagradáveis lá na frente, mas não pode e nem deve fazer uma propaganda danada com as propostas se ainda não tem segurança de que estão prontas para sair do papel. O trem-bala e o pré-sal, citados acima, são os maiores exemplos. Espera-se que, este ano, quando todos estarão correndo para em 2014 mostrar o serviço feito, as coisas saiam do papel de modo correto e seguro — o oposto do que fazia Lula, ao prometer muito e inaugurar pouco.

Talvez, por isso, **Dilma** esteja direcionando o discurso ao combate à miséria. Nesse ponto, o governo tem resultados bons a apresentar. O problema é que esse aspecto merece todos os aplausos, as honras, mas ainda é insuficiente para animar o empresariado. O que fará a turma do dinheiro sair da toca é o resultado da gestão das contas públicas, dos projetos estruturantes e de energia. Se o dever de casa não for feito, não terá conversa no Planalto que dê jeito.

O ESTADO DE SÃO PAULO ESPAÇO ABERTO 14/02/2013

104 - OBAMA É A EXCEÇÃO AMERICANA

Na sabatina de John Brennan, o indicado de Barack Obama para dirigir a CIA, o Senado dos EUA assistiu a um espetáculo de som e furia. De um lado, a saraivada de críticas indiscriminadas à política de "assassinatos seletivos" conduzidos por drones não lançou luz sobre um debate vital. De outro, os aliados do governo no Congresso engajaram-se na tentativa de maquiar uma estratégia desastrosa, inspirada pela Doutrina Bush.

O Estado tem o direito de promover execuções extrajudiciais em território estrangeiro? As leis de guerra, que se inscrevem no direito humanitário internacional (IHL), aceitam o extermínio de combatentes inimigos no interior das fronteiras do teatro de batalha. Na sua inerente flexibilidade, elas admitem a morte de civis como um dano colateral, desde que não se comprove uma deliberação de promover massacres. Fora do teatro de batalha vigoram as leis internacionais de direitos humanos (IHRL), que vetam execuções extrajudiciais em todos os casos, exceto quando o alvo representa ameaça direta e imediata a terceiros. A crítica à política americana de contra terrorismo acusa-a de violar a IHRL e o governo retruca situando os "assassinatos seletivos" na moldura do IHL. Nesse ponto, a razão está com Obama.

Comprovou-se que os ataques de drones têm precisão superior à de bombardeios aéreos convencionais. Os drones não mataram centenas de civis, como reportam jornais distraídos e fanáticos antiamericanos, mas algumas dezenas, ao longo de vários anos. As fontes originais das exageradas estimativas são, invariavelmente, jornais locais das Áreas Tribais Federais do Paquistão controlados pelo Taleban e agências de inteligência paquistanesas célebres por seus laços de cooperação com grupos jihadistas da Caxemira. Desgraçadamente, a voz que sustentou tais verdades no Senado americano foi a do sórdido Brennan, uma figura marcada pela colaboração tácita com as práticas de tortura empregadas sob George W. Bush na "guerra ao terror".

A União Americana pelos Direitos Civis (Aclu) arguiu nos tribunais que os "assassinatos seletivos" poderiam ser conduzidos no Afeganistão, ao abrigo do IHL, mas nunca no Paquistão, no Iêmen ou em outros territórios exteriores ao teatro de batalha. No caso das organizações do ""terror global", o argumento da limitação geográfica da aplicação do IHL não é apenas errado, mas politicamente intolerável. A finalidade principal das leis de guerra é proteger a população civil nas áreas de conflito. Se triunfasse a tese da Aclu, as leis de guerra seriam convertidas em ferramenta de proteção do "exército do terror", pois todos os países fora do Afeganistão ganhariam o estatuto de santuários para os combatentes ilegais da Al-Qaeda, que não se subordinam ao IHL e atacam deliberadamente alvos civis. Nessa hipótese, os chefes jihadistas teriam o privilégio extraordinário de decidir unilateralmente sobre a localização dos sucessivos teatros de batalha, que seriam sempre criados por seus próprios atos de terror.

CD - SECRETARIA GERAL DA MESA - AUTUAÇÃO 1758

No caso de conflitos transnacionais de novo tipo, como a "guerra ao terror" as leis de guerra não podem ser circunscritas pelas fronteiras geopolíticas tradicionais: o teatro de batalha move-se junto com o movimento dos atores do conflito.

O cenário no terreno é menos claro do que gostariam os juristas. Em tese, o governo paquistanês é um aliado dos EUA na "guerra ao terror". Contudo os jihadistas não são eficazmente assediados pelas forças do Paquistão nas Áreas Tribais Federais. O jogo duplo do Paquistão conferiu legitimidade à ação de comandos americanos que liquidou Osama bin Laden, mas não pode servir como justificativa permanente para ataques de drones não formalmente autorizados pelo país. No Iêmen, na Líbia e em outros lugares as coisas são ainda mais escandalosas, pois os EUA nem mesmo tentam coordenar tais operações com os governos nacionais. Obama extraiu as conclusões erradas do triunfo obtido na hora da eliminação de Bin Laden. Sua abordagem da "guerra ao terror" estabelece precedentes assustadores. Acaça aos jihadistas, inclusive com o uso de dro-nes em operações letais, demanda a cooperação internacional. Mas Washington continua a rejeitar o quadro multilateral do Conselho de Seguremça, da ONU para configurar um teatro de batalha global legítimo. Diante da crise aberta na sabatina de Brennan, congressistas americanos formularam a ideia de uma corte revisora das listas de alvos dos "assassinatos seletivos". É apenas uma forma de retocar a maquiagem da intolerável "exceção americana".

SOCIÓLOGO, É DOUTOR EM GEOGRAFIA HUMANA PELA USP. E-MAIL: DEMETRI0.MAGN0LI@U0L.C0M.BR

VALOR ECONÔMICO - SP OPINIÃO 15/02/2013

105 - CONTAS PÚBLICAS - RETROCESSO PLUS

Alberto Furuguem

Observando os malabarismos contábeis feitos pelo governo federal (Lula da Silva e Dilma Rousseff), nos últimos anos, caberia a pergunta: estamos voltando ao passado, em matéria de (falta de) transparências nas contas públicas? O problema atual nos parece mais preocupante pois, se há três ou quatro décadas a falta de transparência era resultante de um quadro institucional inadequado, agora ela resulta de atos deliberados do governo objetivando esconder a verdadeira situação. Na prática, o que se conseguiu foram matérias nos principais jornais do Brasil e do mundo, com sérios prejuízos para a credibilidade da economia brasileira. O custo será elevado, o benefício zero. Difícil entender a razão, portanto.

Nos anos que precederam a hiperinflação brasileira das décadas de 1980 e 1990 era realmente difícil saber a efetiva situação das finanças públicas brasileiras, já que havia verdadeira mistura entre as contas fiscais e as monetárias. Em consequência, as estatísticas referentes ao Tesouro Nacional costumavam mostrar saldos contábeis quase sempre superavitários. Não que o governo quisesse esconder a verdadeira situação das suas finanças. É que com as práticas contábeis então vigentes (sem qualquer intenção de maquiagem, é preciso que se diga) não era possível conhecer a real situação das contas públicas.

A dificuldade de leitura tinha origem no próprio quadro institucional confuso então em vigor. Valores substanciais de despesas (que deveriam ser computadas como fiscais), principalmente por conta dos elevados subsídios nas taxas de juros dos empréstimos do Banco do Brasil ao setor agrícola, simplesmente não constavam do orçamento federal. Tais despesas com subsídios eram financiadas pela então chamada "conta movimento" pela qual o Banco do Brasil sacava, praticamente sem limite, contra a conta do Tesouro Nacional no Banco Central. A conta do Tesouro Nacional era alimentada não somente pela arrecadação tributária, mas também pela ampla colocação de títulos da dívida pública, bem como pela emissão de moeda em ritmo cada vez mais acelerado.

CD
AUTUAÇÃO
1759
SECRETARIA GERAL DA MESA

Estamos reintroduzindo uma nova espécie daquela "conta movimento" que nos levou à hiperinflação

A dificuldade para se avaliar a verdadeira situação das contas públicas era tal que o presidente eleito, Tancredo Neves (1985), valeu-se de estudos realizados por consultores privados para inteirar-se da situação, já que os dados oficiais não permitiam conhecer a efetiva situação das finanças governamentais. Tancredo iria assumir consciente da necessidade de se praticar a austeridade, pois o grande desequilíbrio das contas públicas assim o recomendava. Lembre-se, a propósito, que a frase mais destacada, na área da economia, naquele que seria o discurso de posse de Tancredo Neves (lido por Sarney, em 15/3/85), dizia: "É proibido gastar".

Com a morte de Tancredo, seu vice, o presidente Sarney, não chegou a colocar em prática a austeridade fiscal. A austeridade nos gastos públicos tornara-se politicamente inviável, e a equipe econômica escolhida por Tancredo (liderada por Francisco Dornelles, como ministro da Fazenda) perdia espaço rapidamente. Em agosto daquele ano, a equipe econômica (ortodoxa, na avaliação de Roberto Campos) formada na expectativa de um suposto governo Tancredo era substituída pelos heterodoxos, liderados por Dilson Funaro.

A equipe de Funaro aceitava a ideia de que não havia déficit público a ser combatido. A nova orientação era a gastança pública, e a expansão do crédito, como forma de impulsionar o crescimento da economia. A inflação não teria origem nos desequilíbrios das contas públicas. O Tesouro Nacional seria superavitário, como apareciam nos dados contábeis (em razão das deficiências institucionais já mencionadas). A inflação seria puramente inercial, resultante da realimentação dos preços pela via da indexação generalizada.

A inflação de "hoje" poderia ser inteiramente explicada pela inflação de "ontem". Se a inflação era inteiramente inercial, um congelamento geral de preços poderia ser a solução. Daí o lançamento do Plano Cruzado, em fevereiro de 1986, pelo presidente Sarney, de congelamento geral dos preços, que gerou uma grande euforia consumista, que, entretanto, durou poucos meses. Não demorou, entretanto, a que os mesmos economistas, que haviam embarcado na tese da "inflação puramente inercial", se dessem conta de que o diagnóstico sobre as contas públicas estava equivocado. Havia, de fato, um grande déficit fiscal, que precisaria ser combatido. Tarde demais. Não havia espaço para a prática da austeridade fiscal no cenário político então vigente.

A aceleração alucinante da inflação, que permeou os governos Sarney, Collor e Itamar, ainda motivou o lançamento de muitos planos de estabilização, que fracassaram. A inflação somente viria a ser efetivamente controlada, com o lançamento do Plano Real (junho/1994) no governo Itamar (FHC no Ministério da Fazenda), quando se aplicou um "muito bem formulado" plano de desindexação, seguido pela prática de uma política macroeconômica ortodoxa.

O governo federal, agora, parece ter "descoberto" uma fonte "sem limites" de recursos, via expansão dos créditos do BNDES, da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil, respaldados, em última instância, pela emissão de títulos da dívida pública. Parece que estamos reintroduzindo no Brasil, uma nova espécie da "conta movimento" dos anos 1970/1980 que acabou por nos levar à hiperinflação.

Vimos que a falta de transparência nas contas públicas nos levou a grandes erros de formulação e execução de políticas econômicas, no passado. O aperfeiçoamento na forma de se apresentar as contas públicas brasileiras passou por um longo e penoso processo. É fundamental preservar a qualidade de apresentação das contas públicas. Do contrário, corremos o risco de nos perder novamente nos mares, às vezes turbulentos, da conjuntura econômica nacional e internacional.

Alberto Furuguem, economista pós graduado pela EPGE/FGV/Rio, é consultor econômico e ex-diretor do Banco Central.

O ESTADO DE S. PAULO - SP	NOTAS E INFORMAÇÕES	15/02/2013

CD
MESA
AUTUAÇÃO
1760
SECRETARIA GERAL

106 - A OPOSIÇÃO, OBSEQUIOSA E MUDA

Diante da emergência de governar sem o Orçamento, que o ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), impediu o Congresso de votar antes de decidir sobre mais de 3 mil vetos presidenciais, o Executivo baixou medida provisória ao arrepio da ordem institucional, arrogando-se o poder de gastar R$ 42 bilhões em investimentos quando teria de se limitar a gerir o dia a dia comezinho até o Legislativo decidir sobre em que se poderá utilizar o dinheiro arrecadado ém impostos. Nenhum opositor teve forças para tugir ou mugir.

Os truques contábeis empregados pelo prestidigitador Guido Mantega no Ministério da Fazenda para dar um "jeitinho" nas contas públicas no fim do ano, condenados até por um especialista ouvido pelos atuais donos do poder, como o professor Delfim Netto, também passaram em branco pelos parlamentares que dizem dissentir de **Dilma** e de sua equipe econômica.

Seis anos depois do anúncio do milagre econômico a ser produzido pelo petróleo extraído no pré-sal e a dois e meio da "maior capitalização da história do capitalismo" com a venda de R$ 107 bilhões em ações pela Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), a Petrobrás confessou seu deplorável estado financeiro. O balanço de 2012 registrou queda de 36% dos lucros, seu valor caiu para 65% do patrimônio, a joia mais preciosa da coroa nacionalista despencou no ranking das petroleiras mundiais para o oitavo lugar e perdeu o posto de líder na América do Sul para uma colombiana. Nenhum tucano ou "demista" lamentou a derrocada.

Luiz Pingyelli Rosa, primeiro especialista em eletricidade no Partido dos Trabalhadores (PT), denunciou publicamente o desmanche da Eletrobrás para tentar salvar a petroleira. Na oposição, ninguém percebeu: tudo foi aceito como uma imposição inexorável dos fados. À exceção de gestores como o secretário de Energia de São Paulo, José Aníbal, que não aceitou a antecipação da renovação da concessão das usinas paulistas exigida por **Dilma**, e de tucanos mineiros que o seguiram nesta posição isolada, seus correligionários e aliados se comportaram como se nada houvesse a fazer. Na verdade, havia. Mas nenhum opositor se deu ao trabalho de repetir avisos dados por especialistas de que a redução da tarifa só seria sustentável se não comprometesse a distribuição da carga elétrica.

E, para confirmar o aparente inferno astral na virada da primeira metade do mandato da presidente para o segundo, a inflação bateu em janeiro o recorde em dez anos: a taxa de 0,86% foi a pior desde 2003.

Mas esta foi, parece, a gota d"água para a oposição calar e sumir de vez. Tido como pule de dez na escolha do tucano para tentar evitar a reeleição de **Dilma** ano que vem, **Aécio Neves** (**PSDB**-MG) fez súbita aparição no Senado para recomendar aos companheiros de bancada que não votassem em Renan Calheiros para presidente. Funcionou como uma senha pelo avesso: sua bancada deu os votos de que o peemedebista precisava para não ter de enfrentar algum intruso em eventual segundo turno.

Depois de passar um ano limitados a apresentar queixas formais contra o emprego pela presidente de convocações de redes de rádio e televisão para fazer campanha eleitoral antecipada, baixando tarifas de eletricidádè e chámando-òs de maús brasileiros, os opositores preferiram começar 2013 no silêncio obsequioso. Mineiros e paulistas, que controlam o **PSDB**, anteciparam a folga do carnaval. E a cúpula "dentista" correu atrás do trio elétrico do PT baiano para ninguém dizer sobre eles que "só não foi quem já morreu". Ah, mas justiça seja feita: antes do longuíssimo feriado, todos trataram de espalhar à boca pequena que, depois do tríduo momesco, ressurgiriam na Quarta-Feira de Cinzas. Alguém aí ouviu uma voz oposicionista?

Pois é. Todas as notícias dadas no início desta nota devem passar a impressão de que o País poderia sobreviver melhor sem a gestão desastrada dos petistas. Mas, ó céus, como o PT faz falta na oposição combatendo gastos públicos, aumento do índice inflacionário, maquiagem contábil, malefícios ao "petróleo é nosso" e apagões a granel!

VEJA - SP BRASIL 16/02/2013

CD - SECRETARIA GERAL DA MESA - AUTUAÇÃO 2015 (76)

107 - ERA SÓ TER LIDO VEJA, MAS...

...a Valec voltou a aceitar propostas de empresários impedidos de negociar com o governo. Está tudo na reportagem de 2011

Rodrigo Rangel

Em 2011, a Valec, a estatal que cuida das ferrovias brasileiras, estava com tudo pronto para fechar um daqueles negócios nebulosos que misturam dinheiro público, interesses privados e política. Famosa por conseguir conciliar essas três áreas sempre conflituosas, a Dismaf Distribuidora de Manufaturados, pequena empresa de Brasília, venceu uma licitação para vender trilhos no valor de 720 milhões de reais. Uma reportagem de VEJA, porém, revelou um detalhe que passara despercebido a todos os escalões administrativos do governo. A Dismaf não poderia sequer ter participado da concorrência — e por uma razão elementar: ela estava impedida de assinar qualquer contrato com o poder público depois de ter sido listada nas investigações do escândalo do mensalão como assídua contribuinte da máquina criada pelo PT para arrecadar propina nas empresas estatais. Segundo a Polícia Federal, a Dismaf vencia as licitações e, depois, repassava pane dos lucros a partidos políticos. Seu cliente preferencial à época era o PTB, que controlava o caixa dos Correios. O contrato foi devidamente cancelado.

O quase sucesso da Dismaf era um indício veemente de que, mesmo após a descoberta do mensalão. a engrenagem clandestina continuava girando livremente. Os órgãos de controle, como o Tribunal de Contas da União (TCU) e a Controladoria-Geral da União (CGU), confirmaram as irregularidades na licitação. A CGU chegou a determinar a abertura de processo disciplinar contra funcionários da Valec responsáveis pelo favorecimento à empresa. Para evitar que a situação se repetisse, o TCU baixou uma série de recomendações. Uma delas determinava o fatiamento da compra de trilhos, para impedir que o processo beneficiasse um só fornecedor. No fim de 2012, com todos os cuidados observados, a licitação recomeçou do zero. O pregão ocorreu em 14 de janeiro passado. Apenas uma empresa se interessou pelo negócio, a PNG Brasil Produtos Siderúrgicos. A corrupção aparentemente esbarrara nos obstáculos criados pelo poder público — mas só aparentemente.

Uma pequena checagem de documentos permite descobrir alguns detalhes interessantes sobre a PNG. Ela se apresentou associada a uma fabricante chinesa de trilhos, coincidentemente a mesma que na licitação cancelada em 2011 faria parceria com a Dismaf. Até novembro do ano passado, antes da licitação, a PNG pertencia à própria Dismaf e tinha como sócios os irmãos Alexandre e Basile Pantazis, os mesmos donos da Dismaf, esse último também tesoureiro do PTB de Brasília e amigo do influente senador Gim Argello, do PTB. Para disputar a licitação, a dupla fez uma maquiagem na empresa. Mudou o nome para PNG, transferiu o controle societário para os filhos, dois jovens estudantes, e foi à luta. Foi a única concorrente no pregão — e venceu a primeira leva, no valor de 320 milhões de reais.

A Valec não vê nada de errado no processo. Sustenta que, por ter sócios diferentes dos da Dismaf, nada impedia que a PNG participasse da licitação. Como nos casos anteriores envolvendo os donos da Dismaf, essa nova licitação também já está sob suspeita. O TCU apontou indícios de favorecimento à empresa e determinou a suspensão provisória do processo. Mas os Pantazis, persistentes que são, já avisaram que não vão desistir— e nem veem por quê. Afinal, segundo o próprio Basile contou a amigos, ele deixou o cargo de tesoureiro do PTB para evitar qualquer suspeita sobre seus negócios.

ÉPOCA OPINIAO 16/02/2013

108 - O PAPA E A PROSTITUIÇÃO DA BONDADE

A desistência do papa é um gesto didático. Líderes de todas as partes do mundo - especialmente do Brasil - deveriam analisar cuidadosamente a decisão inesperada de Bento XVI. Além dos alegados motivos de saúde, que parecem reais, é importante observar os motivos inconfessáveis da renúncia. Depois de acusado de acobertar casos de pedofilia dentro da Igreja Católica, o papa não parou mais de sangrar. É o tipo do escândalo que mata lentamente, por dentro, quem ainda carrega algum compromisso com a dignidade.

CD
SECRETARIA GERAL DA MESA
AUTUAÇÃO
2013-2015 1762

Os que não estão nem aí para a dignidade, porém, carregam a perversão de princípios numa boa - e até se vitaminam com ela. Os líderes populistas da América do Sul deveriam prestar atenção à renúncia do papa e fazer uma reflexão profunda sobre a mentira. Nos governos de países como Argentina, Venezuela e Brasil, o tráfico de bondade tem forte parentesco com o que se viu na Igreja. Todos são casos de prostituição da boa-fé.

A pedofilia é abjeta. Mas a pedofilia praticada por padres é uma monstruosidade. É a covardia levada ao extremo, já que o padre é o pai espiritual, portanto aquele que traz a proteção da virtude, da confiança nos valores supremos. É pior do que a mãe gerar um filho para matá- 10. É oferecer salvaguarda moral a uma criança para, conscientemente, desmoralizá-la. Não há brutalidade comparável- nem nas guerras, nem no nazismo.

O bem travestido é a pior encarnação do mal. E esse mal hediondo disfarçado sob a batina não foi ocasional, no período em que o cardeal Joseph Ratzinger dirigiu a Congregação do Vaticano para a Doutrina da Fé - antes de se tornar papa -, posto no qual é acusado de ter sido no mínimo tolerante com os padres pedófilos. Foram diversos casos em meia dúzia de países. Não foi um desatino de um ou outro indivíduo. Foi uma prática.

A renúncia de Bento XVI faz pensar na tragédia da impostura, na armadilha da bondade como fachada - cada vez mais eficiente nestes tempos repletos de mal-entendidos ideológicos. O paradoxo é triste, mas inevitável: diante dos defensores dos fracos e oprimidos, todo cuidado é pouco. A exploração da fé e da pobreza se sofisticou. E, em sua vertente política, transformou os regimes de esquerda na grande fraude do século XXI.

Como terá sido possível à Argentina, um país esclarecido e em plena vigência da democracia, virar refém de um governo embusteiro? Não há dúvida: lá está, cristalina, a prostituição da boa-fé. A força de Cristina Kirchner brotou de sua condição de viúva sofrida - devidamente industrializada por seus marqueteiros -, aquela que simbolizaria a luta contra as agruras da vida. Essa semente de solidariedade cristã é traficada em várias formas de autoritarismo - chegando agora ao ponto de proibir anúncios de preços para proteger a maquiagem contra a inflação. É o manto da bondade usado para estuprar os fiéis.

O Brasil segue a mesma receita. Na sequência das estripulias administrativas blindadas pela santificação de Lula, a mulher presidente - que simboliza a ascensão das minorias, o poder do fraco e outras miragens - faz o que bem entende com a boa-fé do eleitorado. Depois dos truques contábeis para disfarçar a gastança política do dinheiro público, surge a contabilidade criativa para o milagre social. O marketing da bondade do governo **Dilma** conseguiu anunciar um índice de erradicação da miséria superior ao número de miseráveis existentes no país. Os dados do IBGE atestam a fraude, mas os números nada podem diante da fé.

Ao contrário de **Dilma**, Lula, Cristina, Chávez e companhia, o papa não conviveu tranquilamente com o flagrante da corrupção ideológica em seu reino. Segurou as pontas, mas foi murchando. Sua saída de cena é melancólica, mas também é inspiradora. Enfim um líder que não se aferra ao poder a todo custo. Seu antecessor, sem ter de lidar com um prontuário desses, fez o mundo assistir ao vivo a sua morte lenta. João Paulo II dizia que o sofrimento era parte de sua missão. Acabou impondo a todos um espetáculo de agonia física na fronteira da dignidade, recusando-se a ver grandeza na renúncia.

Ao jogar a toalha, Bento XVI foi no mínimo original. Do jeito que o golpe da bondade se espalha por aí, talvez tenha sido o último líder a se envergonhar da mentira.

O ESTADO DE S. PAULO - SP OPINIÃO 19/02/2013

109 - REFORMAR A REFORMA OU O INCRA?

CD - SECRETARIA GERAL DA MESA - AUTUAÇÃO 163

Antônio Márcio Buainain

A imprensa tem noticiado que o governo federal está discutindo mudanças estruturais no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), que teriam como objetivo conter o loteamento político e melhorar a eficiência operacional, considerada baixa.

O Incra não difere de muitas instituições públicas que envelheceram e foram corroídas por forte corporativismo, que impede a atualização de objetivos, conceitos e práticas e anula boa parte do efeito renovador do ingresso de milhares de jovens no serviço público nos últimos anos. A verdade é que nos dez anos de administração hegemônica do PT não há exemplo de enfrentamento do corporativismo em que as propostas do governo tenham sido aprovadas sem emendas que pioram o soneto. Por isso não será fácil mudar a estrutura e a cultura dominante no Incra.

Um dos focos das mudanças seriam as superintendências, cujo loteamento político tem produzido intensos conflitos na base aliada do governo nos Estados. Algumas operam como feudos quase à margem do comando de Brasília, negociando acordos e fazendo promessas inalcançáveis, estimulando a ação dos remanescentes dos sem-terra para pressionar o governo a realizar novas intervenções agrárias que fortalecem politicamente as administrações locais junto de certos movimentos sociais. Vez por outra as superintendências são protagonistas de "problemas administrativos" que exigem intervenções "saneadoras" do poder central. Não está claro que arranjo institucional poderia ser usado para conter esses desvios. A estadualização não é uma alternativa real, até porque a desapropriação para fins de reforma agrária é prerrogativa da Presidênciada República, e poucos Estados têm interesse e condições para assumir responsabilidades de implementar projetos de assentamento. A descentralização, com maior envolvimento das prefeituras, tampouco representaria solução duradoura para os problemas.

Os assentamentos estão concentrados em municípios pobres, que não têm capacitação para cumprir com mandatos constitucionais básicos na área de educação, saúde e iníraestrutura nem como porta de entrada ao Sistema Único de Assistência Social (Suas). Transferir funções a esses municípios por meio de convênios com o governo federal tem sido fórmula certa de fracasso. Passada a lua de mel, na qual os municípios recebem parte do enxoval (recursos financeiros/equipamentos, cursos e intenso vaivém de funcionários), começam os problemas de manter um casamento apressado e sem comunhão de objetivos. Vêm as prestações de contas, os recursos federais atrasam, falta dinheiro para o combustível e manutenção das máquinas, os contratos temporários dos técnicos terminam, os prefeitos viajam a Brasília, mobilizam seus deputados, que em geral renovam promessas que não podem cumprir, e ao final de pouco tempo todos perdem o interesse e o assunto cai no abandono, até surgir oportunidade para um novo casamento, com objetivos modificados, mas nas mesmas bases contratuais: um finge que transfere recursos e poder, outro finge que aceita e se empenha, ambos capitalizam durante a lua de mel e se acusam nos momentos de crise sabendo que vão repactuar mais adiante.

A notícia da reforma é boa, e já vem mais do que tarde. O Incra foi criado no regime militar para realizar uma reforma que, nos termos propostos e até hoje vigentes, se tomou desnecessária, anacrônica e até incoerente - para usar termo polido - do ponto de vista do País. Seria preciso, pois, repensar a própria reforma antes de reformar o Incra.

Não é suficiente assentar menos e indicar que a prioridade agora é melhorar a qualidade dos assentamentos existentes. É preciso repensar o papel dos assentamentos rurais no Brasil de hoje, onde e em que condições se justificam, quem é o público beneficiário, quais as responsabilidades do Estado e que instrumentos pode e deve legitimamente mobilizar para cumprir sua parte. E preciso pensar se o País precisa de fato de um Incra. Antes de responder a essas questões, qualquer reforma será só uma maquiagem ligeira que dificilmente trará maiores benefícios ao País.

FOLHA.COM POLÍTICA 19/02/2013

110 - AÉCIO VAI REBATER NO SENADO CRÍTICAS DO PT AO MODELO TUCANO

CD
SECRETARIA GERAL DA MESA
ASSINATURA
2013-2015
Fls. 164

GABRIELA GUERREIRO DE BRASÍLIA

Candidato virtual do **PSDB** à Presidência, o senador **Aécio Neves** (**PSDB**-MG) vai discursar na quarta-feira (20) na tribuna do Senado para rebater a cartilha elaborada pelo PT que opõe os governos Lula e **Dilma** Rousseff com o de **Fernando Henrique Cardoso**.

No dia em que o PT vai comemorar os seus 10 anos de governo, o tucano também vai apresentar aos senadores o que chama de "13 fracassos do PT" nos últimos anos.

Aécio disse que vai "ajudar o PT a fazer uma reflexão" para que o partido reconheça que medidas implantadas por FHC foram mantidas nas gestões petistas.

"Falta generosidade para eles reconhecerem que, se o Brasil avançou, não é obra de um partido. A impressão que tive com essa cartilha é que o Brasil foi descoberto em 2003", disse Aécio, em referência ao ano em que o ex-presidente Lula tomou posse.

Entre os feitos do ex-presidente tucano que serão ressaltados por Aécio, estão a política macroeconômica, a criação do Plano Real e programas de transferência de renda. O senador também vai afirmar que o PT errou, no passado, ao criticar medidas como as privatizações.

"Elas foram tão satanizadas, mas hoje são feitas por eles. Falta senso crítico. Por isso, vou elencar episódios da história em que o PT esteve do lado errado", afirmou.

Reportagem da Folha revelou hoje que o PT começou a construir, em um documento a ser distribuído à militância da sigla, a narrativa que servirá de base para a campanha presidencial do ano que vem.

Aécio deve disputar o Planalto com **Dilma**, mas parte do **PSDB** ainda defenda a realização de prévias para a escolha do candidato.

A cartilha, com forte tom ideológico e números de comparação entre a gestão petista e a administração tucana, opõe o projeto que chama de "glorioso" de Lula e **Dilma** ao modelo que classifica de "desastroso" de **Fernando Henrique Cardoso**.

LISTA DE FRACASSOS

Entre os "13 fracassos" que Aécio vai enumerar para o PT, o tucano vai mencionar o que chama de "maquiagem fiscal" da política econômica que levou à perda de credibilidade externa do país.

Outro ponto é a penalização das empresas estatais e a "omissão" na área de segurança pública do país.

"Todas as vezes que o PT teve que optar entre o Brasil e o PT, o PT ficou com o PT", afirmou Aécio.

Embora ninguém no PT admita publicamente, os termos da cartilha serão usados como matriz da disputa pela reeleição em 2014. O texto foi produzido pelo Instituto Lula e Fundação Perseu Abramo e supervisionado pelo presidente da sigla, Rui Falcão.

A cartilha não traz autocrítica nem faz menções ao mensalão, tampouco ao julgamento que condenou à prisão alguns de seus líderes. Dirigentes argumentam que também não fizeram menção a escândalos de tucanos.

O livreto de 15 páginas foi encapado com a imagem de Lula e **Dilma**, como se fossem rostos de um mesmo corpo. Ao citar desemprego, salários, pobreza e distribuição de renda sob FHC, a cartilha diz que "o desastre do neoliberalismo é contundente".

"Por meio de privatizações sem critérios e [sem] decência administrativa, cerca de meio milhão de trabalhadores foram demitidos", diz a cartilha.

CD - SECRETARIA GERAL DA MESA - LEGISLATURA 2013-2015 - FLS 1765

VALOR ONLINE POLÍTICA 19/02/2013

111 - AÉCIO VAI REBATER CRÍTICAS E APONTAR 13 "FRACASSOS" DO GOVERNO PETISTA

(Raquel Ulhôa | Valor)

BRASÍLIA - Num contraponto ao que chama de "Brasil virtual" da propaganda do PT, que ganha visibilidade nessa quarta-feira, com a comemoração dos dez anos do partido no governo, o senador **Aécio Neves** (**PSDB**-MG) sobe à tribuna do Senado para apontar o que considera ser o "Brasil real" e apontar os "13 fracassos" da gestão petista na Presidência da República.

Nome mais cotado da oposição para disputar o Palácio do Planalto em 2014, o senador e ex-governador quer focar suas críticas, principalmente no mandato da presidente **Dilma** Rousseff.

A ideia dos tucanos é derrubar os dois pilares sobre os quais a presidente se elegeu: sua fama de boa gestora e a estabilidade econômica - área em que o mérito do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi, segundo a oposição, manter a política do governo **Fernando Henrique Cardoso** -, mas agora ameaçada.

No discurso, devem ser citados problemas de obras do governo do PT, como a transposição do Rio São Francisco, o processo "atabalhoado" das concessões de aeroportos e o projeto de construção do trem-bala, que já teve várias tentativas fracassadas de licitação.

Serão citadas as dificuldades pelas quais passa a Petrobras e outras estatais e a crise generalizada na produção do etanol, provocada por retenção dos preços da gasolina determinada pelo governo. O gesto de Aécio acontece num momento em que ele está sob pressão dos tucanos para assumir o comando nacional do partido, na convenção de 25 de maio, e colocar na rua sua pré-campanha à Presidência da República.

Da tribuna, ele dirá que falta ao PT "generosidade" - para reconhecer que o Brasil não foi descoberto em 2003 e que gestões anteriores deram grande contribuição ao país, como a conquista da estabilidade econômica na gestão de FHC - e "capacidade de autocrítica".

Além de apontar os problemas, vai dizer que o **PSDB** pretende acompanhar "com lupa" o restante do governo e dissecar cada um dos temas considerados estratégicos. Para Aécio, a partir do pronunciamento feito por **Dilma** em cadeia de rádio e televisão para anunciar a redução das tarifas de energia, "temos muito mais uma candidata que uma presidente da República".

O senador pretende lembrar o que considera "equívocos" históricos do PT, como negar apoio a Tancredo Neves no colégio eleitoral e a Itamar Franco na época do impeachment do ex-presidente Fernando Collor de Mello, além de se opor ao Plano Real e à Lei de Responsabilidade Fiscal.

Dirá que o PT "demonizou" as privatizações do governo FHC, e agora recorre a elas, de forma "atabalhoada". Entre os 13 "fracassos" do governo petista, citará omissão na segurança pública, empresas públicas fragilizadas e maquiagem das contas públicas, entre outras.

O GLOBO ONLINE PAÍS 19/02/2013

112 - AÉCIO VAI REBATER CRÍTICAS E APONTAR 13 FRACASSOS DO GOVERNO PETISTA

(Raquel Ulhôa | Valor)

Num contraponto ao que chama de "Brasil virtual" da propaganda do PT, que ganha visibilidade nessa

CD SECRETARIA GERAL DA MESA AUTUAÇÃO 2013-2015 1766

quarta-feira, com a comemoração dos dez anos do partido no governo, o senador **Aécio Neves** (**PSDB**-MG) sobe à tribuna do Senado para apontar o que considera ser o "Brasil real" e apontar os "13 fracassos" da gestão petista na Presidência da República.

Nome mais cotado da oposição para disputar o Palácio do Planalto em 2014, o senador e ex-governador quer focar suas críticas, principalmente no mandato da presidente **Dilma** Rousseff.

A ideia dos tucanos é derrubar os dois pilares sobre os quais a presidente se elegeu: sua fama de boa gestora e a estabilidade econômica - área em que o mérito do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi, segundo a oposição, manter a política do governo **Fernando Henrique Cardoso** -, mas agora ameaçada.

No discurso, devem ser citados problemas de obras do governo do PT, como a transposição do Rio São Francisco, o processo "atabalhoado" das concessões de aeroportos e o projeto de construção do trem-bala, que já teve várias tentativas fracassadas de licitação.

Serão citadas as dificuldades pelas quais passa a Petrobras e outras estatais e a crise generalizada na produção do etanol, provocada por retenção dos preços da gasolina determinada pelo governo. O gesto de Aécio acontece num momento em que ele está sob pressão dos tucanos para assumir o comando nacional do partido, na convenção de 25 de maio, e colocar na rua sua pré-campanha à Presidência da República.

Da tribuna, ele dirá que falta ao PT "generosidade" - para reconhecer que o Brasil não foi descoberto em 2003 e que gestões anteriores deram grande contribuição ao país, como a conquista da estabilidade econômica na gestão de FHC - e "capacidade de autocrítica".

Além de apontar os problemas, vai dizer que o **PSDB** pretende acompanhar "com lupa" o restante do governo e dissecar cada um dos temas considerados estratégicos. Para Aécio, a partir do pronunciamento feito por **Dilma** em cadeia de rádio e televisão para anunciar a redução das tarifas de energia, "temos muito mais uma candidata que uma presidente da República".

O senador pretende lembrar o que considera "equívocos" históricos do PT, como negar apoio a Tancredo Neves no colégio eleitoral e a Itamar Franco na época do impeachment do ex-presidente Fernando Collor de Mello, além de se opor ao Plano Real e à Lei de Responsabilidade Fiscal.

Dirá que o PT "demonizou" as privatizações do governo FHC, e agora recorre a elas, de forma "atabalhoada". Entre os 13 "fracassos" do governo petista, citará omissão na segurança pública, empresas públicas fragilizadas e maquiagem das contas públicas, entre outras.

O GLOBO ONLINE PAÍS 19/02/2013

113 - AÉCIO ANTECIPA OFENSIVA E APONTA 'FRACASSOS DO PT'

Em discurso no Senado, tucano contestará balanço positivo dos petistas e dirá que pilares da economia estão sendo corroídos

BRASÍLIA — Passado o carnaval, a oposição resolveu intensificar suas cobranças ao governo. Além de criticar os protestos de petistas e comunistas contra a blogueira cubana Yoani Sánchez, o provável candidato do **PSDB** a Presidência, senador **Aécio Neves** (**PSDB**-MG), antecipou o discurso que faria dia 27 e vai aproveitar esta quarta-feira, dia da festa de dez anos do PT no poder (na qual a presidente **Dilma** Rousseff estará com mensaleiros condenados), para marcar uma nova fase da oposição. No discurso no plenário do Senado, ele vai discorrer sobre os "13 fracassos do PT" ao longo de sua história.

Os tucanos também esperam ofuscar a festa petista, levando Yoani Sánchez para participar no Congresso da exibição do documentário que seria mostrado em Feira de Santana (BA), o que não

CD - SECRETARIA - AUTUAÇÃO 2013-2015 167

ocorreu devido à ação dos manifestantes contra a cubana. As ofensivas foram definidas em uma reunião da bancada do **PSDB** e, depois, em evento no Instituto **Teotonio Vilela** (ITV), com o economista José Roberto Afonso.

Em contraponto à cartilha dos dez anos do governo petista, o discurso de Aécio vai detalhar os "13 fracassos do PT", listando desde o voto contra Tancredo Neves no Colégio Eleitoral, em 1985, à campanha contra o Plano Real, as críticas à Lei de Responsabilidade Fiscal e ao Proer (socorro financeiro aos bancos), até a derrubada, agora, dos pilares da economia estabilizada: superávit fiscal, queda de metas de inflação e câmbio flutuante.

Aécio: falta autocrítica ao PT

Aécio vai detalhar também os efeitos maléficos da maquiagem contábil do governo **Dilma**, que estaria jogando por terra o mais antigo e importante fundamento que atrai investidores no país: a credibilidade. Vai falar ainda da omissão na segurança pública, com execução muito baixa do orçamento dessa área, falta de financiamento da saúde, empobrecimento de estados e municípios, além do intervencionismo na economia que, dizem os tucanos, está destruindo estatais como Petrobras e Eletrobras.

— Vamos ajudar o PT a fazer uma reflexão, refrescar a memória do partido nesses anos todos. Faltam duas coisas nessa cartilha (do PT) que será divulgada: generosidade e autocrítica. Generosidade para compreender que não haveria avanços sem a estabilidade conquistada no governo Fernando Henrique; e autocrítica para falar também dos grandes equívocos do PT nesses dez anos — antecipou Aécio.

Com bases em dados apresentados por José Roberto Afonso, que ressaltou principalmente a gravidade do governo de criar um orçamento paralelo, transformando o BNDES no maior banco de crédito do país, concorrendo com o sistema bancário oficial.

— Depois do governo Geisel, o governo do PT foi o que mais se intitulou nacionalista, e isso trouxe enormes prejuízos para as estatais, destruindo o patrimônio da Petrobras e da Eletrobras, em contraponto com o fortalecimento do Estado — afirmou o senador tucano.

Aécio também vai bater forte no fim da faxina ética iniciada por **Dilma** no primeiro ano de governo e sua participação como militante na festa do PT, hoje em São Paulo, ao lado de mensaleiros condenados:

— Será surpreendente se a presidente da República aparecer ao lados de condenados do mensalão. Será um ato de afronta ao Supremo se a presidente levantar as mãos dos condenados. A liturgia do cargo não recomenda uma manifestação pública que soaria como um desagravo aos condenados. Um ato de desrespeito a decisão do Supremo. Esse é um território perigoso. Ela não é uma militante. É a presidente do Brasil.

Na reunião preparatória de ontem, o provável futuro candidato do **PSDB** fez um apelo à unidade do partido. Disse ser fundamental que o **PSDB** se diferencie, que mostre que é um partido com um projeto de poder, marchando unido e sem divisões. Ou se transformará em um partido igual aos outros, alertou. Na reunião também houve uma autocrítica sobre a necessidade de se construir um discurso forte e melhorar a comunicação com a sociedade.

FOLHA DE S. PAULO - SP PODER 20/02/2013

114 - É COISA DE CRIANÇA, PARECE PICUINHA, DIZ FHC

O ex-presidente **Fernando Henrique Cardoso (PSDB)** rebateu ontem, em vídeo divulgado pela internet, as críticas que o PT fará ao seu governo na comemoração dos dez anos do partido no poder.

"A gente deve comemorar a vitória do Brasil, e não ficar o tempo todo olhando para trás. Isso é coisa de criança, parece picuinha", afirmou, em vídeo de 48 segundos postado no site "Observador Político".

O PT fez uma cartilha comparando os governos e classificando de "glorioso" o período de Lula e **Dilma** e

CD - SECRETARIA GERAL DA MESA - AUTUAÇÃO 2013-2015 Fls. 1768

de "desastre" o de FHC.

"Em vez de ficar satisfeito com o que fez, não. Eles ficam falando o que o outro não fez. Eles pensam que o Brasil começou agora", criticou FHC.

O senador **Aécio Neves** (**PSDB**-MG), virtual candidato à Presidência em 2014, também rebaterá hoje as críticas na tribuna do Senado.

Ele apresentará o que chama de "13 fracassos do PT" nos últimos anos. Entre eles, Aécio vai mencionar o que chama de "maquiagem fiscal" da política econômica do governo federal petista.

O tucano disse que vai "ajudar o PT a fazer uma reflexão". "Falta generosidade para eles reconhecerem que, se o Brasil avançou, não é obra de um partido."

O GLOBO - RJ O PAÍS 20/02/2013

115 - AÉCIO ANTECIPA OFENSIVA E APONTA FRACASSOS DO PT

Em discurso no Senado, tucano contestará balanço positivo dos petistas e dirá que pilares da economia estão sendo corroídos

Maria Lima

Passado o carnaval, a oposição resolveu intensificar suas cobranças ao governo. Além de criticar os protestos de petistas e comunistas contra a blogueira cubana Yoani Sánchez, o provável candidato do **PSDB** a Presidência, senador **Aécio Neves** (**PSDB**-MG), antecipou o discurso que faria dia 27 e vai aproveitar hoje, dia da festa de dez anos do PT no poder (na qual a presidente **Dilma** Rousseff estará com mensaleiros condenados), para marcar uma nova fase da oposição. No discurso no plenário do Senado, ele vai discorrer sobre os "13 fracassos do PT" ao longo de sua história.

Os tucanos também esperam ofuscar a festa petista, levando Yoani Sánchez para participar no Congresso da exibição do documentário que seria mostrado em Feira de Santana (BA), o que não ocorreu devido à ação dos manifestantes contra a cubana. As ofensivas foram definidas em uma reunião da bancada do **PSDB** e, depois, em evento no Instituto **Teotonio Vilela** (ITV), com o economista José Roberto Afonso.

Em contraponto à cartilha dos dez anos do governo petista, o discurso de Aécio vai detalhar os "13 fracassos do PT", listando desde o voto contra Tancredo Neves no Colégio Eleitoral, em 1985, à campanha contra o Plano Real, as críticas à Lei de Responsabilidade Fiscal e ao Proer (socorro financeiro aos bancos), até a derrubada, agora, dos pilares da economia estabilizada: superávit fiscal, queda de metas de inflação e câmbio flutuante.

aécio: falta autocrítica ao pt

Aécio vai detalhar também os efeitos maléficos da maquiagem contábil do governo **Dilma**, que estaria jogando por terra o mais antigo e importante fundamento que atrai investidores no país: a credibilidade. Vai falar ainda da omissão na segurança pública, com execução muito baixa do orçamento dessa área, falta de financiamento da saúde, empobrecimento de estados e municípios, além do intervencionismo na economia que, dizem os tucanos, está destruindo estatais como Petrobras e Eletrobras.

- Vamos ajudar o PT a fazer uma reflexão, refrescar a memória do partido nesses anos todos. Faltam duas coisas nessa cartilha (do PT) que será divulgada: generosidade e autocrítica. Generosidade para compreender que não haveria avanços sem a estabilidade conquistada no governo Fernando Henrique; e autocrítica para falar também dos grandes equívocos do PT nesses dez anos - antecipou Aécio.

CD - SECRETARIA GERAL DA MESA - ATUAÇÃO 2013-2015 146

Com bases em dados apresentados por José Roberto Afonso, que ressaltou principalmente a gravidade do governo de criar um orçamento paralelo, transformando o BNDES no maior banco de crédito do país, concorrendo com o sistema bancário oficial.

- Depois do governo Geisel, o governo do PT foi o que mais se intitulou nacionalista, e isso trouxe enormes prejuízos para as estatais, destruindo o patrimônio da Petrobras e da Eletrobras, em contraponto com o fortalecimento do Estado - afirmou o senador tucano.

Aécio também vai bater forte no fim da faxina ética iniciada por **Dilma** no primeiro ano de governo e sua participação como militante na festa do PT, hoje em São Paulo, ao lado de mensaleiros condenados:

- Será surpreendente se a presidente da República aparecer ao lados de condenados do mensalão. Será um ato de afronta ao Supremo se a presidente levantar as mãos dos condenados. A liturgia do cargo não recomenda uma manifestação pública que soaria como um desagravo aos condenados. Um ato de desrespeito a decisão do Supremo. Esse é um território perigoso. Ela não é uma militante. É a presidente do Brasil.

Na reunião preparatória de ontem, o provável futuro candidato do **PSDB** fez um apelo à unidade do partido. Disse ser fundamental que o **PSDB** se diferencie, que mostre que é um partido com um projeto de poder, marchando unido e sem divisões. Ou se transformará em um partido igual aos outros, alertou. Na reunião também houve uma autocrítica sobre a necessidade de se construir um discurso forte e melhorar a comunicação com a sociedade.

BRASIL 247 PODER 20/02/2013

116 - 10 ANOS X 13 FRACASSOS: O DUELO DILMA-AÉCIO

Foi dada a largada para a eleição à Presidência de 2014; tucano antecipa discurso no plenário do Senado, antes previsto para o dia 27, para discorrer sobre os "13 fracassos do PT", no mesmo dia em que presidente e Lula comemoram 10 anos no poder; "Vamos ajudar o PT a fazer uma reflexão, refrescar a memória do partido nesses anos todos. Faltam duas coisas nessa cartilha que será divulgada: generosidade e autocrítica", disse o senador mineiro; Dilma, por sua vez, confronta dados econômicos do PT com os do PSDB

247 — No mesmo dia em que Lula e **Dilma** comemoram seus 10 anos no poder, com direito a cartilha com tom ideológico, **Aécio Neves** (**PSDB**-MG) antecipa discurso no plenário do Senado, antes previsto para o dia 27, para discorrer sobre os "13 fracassos do PT" ao longo de sua história.

Para o PT, com a intenção de afastar os rumores sobre a volta do ex-presidente Lula na disputa à Presidência da República em 2014, a festa de hoje seria a ocasião para dar mais destaque à presidente. **Dilma** discursará ao lado de Lula, já como candidata à reeleição.

Do lado tucano, o provável à Presidência, vai apresentar contraponto à cartilha do PT, listando desde o voto contra Tancredo Neves no Colégio Eleitoral, em 1985, à campanha contra o Plano Real, as críticas à Lei de Responsabilidade Fiscal e ao Proer (socorro financeiro aos bancos), até a derrubada, agora, dos pilares da economia estabilizada: superávit fiscal, queda de metas de inflação e câmbio flutuante.

Vamos ajudar o PT a fazer uma reflexão, refrescar a memória do partido nesses anos todos. Faltam duas coisas nessa cartilha (do PT) que será divulgada: generosidade e autocrítica. Generosidade para compreender que não haveria avanços sem a estabilidade conquistada no governo Fernando Henrique; e autocrítica para falar também dos grandes equívocos do PT nesses dez anos", antecipou Aécio.

O senador mineiro vai falar da maquiagem contábil do governo **Dilma**, que afetaria a credibilidade do país, além do empobrecimento de estados e municípios e do intervencionismo na economia que, dizem os tucanos, está destruindo estatais como Petrobras e Eletrobras.

"Depois do governo Geisel, o governo do PT foi o que mais se intitulou nacionalista, e isso trouxe

CD 1770 AUTUAÇÃO 2013-2015 SECRETARIA GERAL DA MESA

enormes prejuízos para as estatais, destruindo o patrimônio da Petrobras e da Eletrobras, em contraponto com o fortalecimento do Estado", afirmou o tucano.

Assim como presidente nacional do **PSDB**, **Sérgio Guerra**, o tucano ataca a participação de **Dilma** em evento ao lado de José Dirceu: "Será surpreendente se a presidente da República aparecer ao lados de condenados do mensalão. Será um ato de afronta ao Supremo se a presidente levantar as mãos dos condenados. A liturgia do cargo não recomenda uma manifestação pública que soaria como um desagravo aos condenados. Um ato de desrespeito a decisão do Supremo. Esse é um território perigoso. Ela não é uma militante. É a presidente do Brasil".

BLOG DO JOSIAS SEM EDITORIA DEFINIDA 20/02/2013

117 - UM VELHO PREMATURO NA FLOR DOS SEUS 33 ANOS

Ao saber que o PT convidara para a festança desta quarta-feira (20) três de seus condenados –José Dirceu, José Genoino e João Paulo Cunha—, uma víbora do PSB de **Eduardo Campos** espargiu veneno: "Trinta e três anos de idade, dez dos quais no poder, deram ao PT a aparência de um velho prematuro. Chegou num ponto em que nem a maquiagem nem a plástica resolvem mais nada. O que precisa agora é de bom senso. Mas já não se lembra pra que serve."

O GLOBO - RJ EDITORIAL 22/02/2013

118 - ESTABILIDADE ECONÔMICA E CAMPANHA ELEITORAL

O clima de campanha eleitoral já havia aparecido no pronunciamento da presidente **Dilma**, no fim de janeiro, para anunciar a efetiva redução da conta de luz. Sobraram estocadas para a oposição, numa prévia de 2014.

O calendário do ano que vem foi definitivamente antecipado, nesta semana, com a festa pelos dez anos do PT no poder, usada para confirmar a aposta do partido na reeleição de **Dilma**, no mesmo dia em que o senador tucano mineiro **Aécio Neves**, considerado o nome da oposição para enfrentar PT e aliados em 2014, subiu à tribuna, em Brasília, para responder a críticas ao governo FH.

Pouco antes, a presidente **Dilma** aproveitara a solenidade de anúncio da ampliação do Bolsa Família para atacar os "conservadores", sinônimo de tucanos na linguagem do debate político dos últimos anos.

O próprio aumento do benefício do BF tem claro propósito eleitoral, pois permitirá ao governo provar estatisticamente que acabou com a miséria absoluta, definida pela renda mensal de até R$ 70. Com o aumento do benefício para acima desta faixa, a miséria será varrida das cartilhas oficiais, fato a ser trombeteado como só o PT sabe fazer.

A brochura preparada para o evento de quarta à noite em São Paulo, a fim de comemorar a década do PT no poder, os 33 anos do partido e o lançamento da recandidatura de **Dilma**, sob o título de "O decênio que mudou o Brasil", tem todas as características de peça político-eleitoral. Esconde os pontos negativos, enaltece os positivos. Dele não consta, é claro, o mensalão.

Aécio, saindo de um longo período de letargia - assim como toda a oposição -, mirou nos visíveis pontos fracos do governo **Dilma** e da Era PT na política econômica: inflação em alta, PIB sem vigor, maquiagem nas contas públicas, desmantelamento da Petrobras, entre outros flancos a descoberto da gestão petista. O senador e pré-candidato informal à Presidência da República listou "13 fracassos" da década petista, entre eles as graves derrapagens do partido num terreno em que parecia imbatível, o da ética.

Os embates desta semana servem de prévia do que virá por aí. Mas não pode ser esquecido - muito

CD
1771
2013-2015
Fls
SECRETARIA GERAL DA MESA

pelo contrário - que até chegar o período oficial de campanha há muito tempo pela frente. A pior das possibilidades é o choque eleitoral precoce paralisar um Congresso já com déficit de desempenho. E/ou acirrar tanto os ânimos que assuntos consensuais, favoráveis ao aperfeiçoamento da economia, passem a tramitar com dificuldade no Legislativo.

A presidente **Dilma** parece, enfim, ter entendido que o esgotamento do modelo de crescimento via consumo força o governo a destravar de uma vez os investimentos - públicos e privados. Esta precisa ser uma questão suprapartidária, à margem dos desentendimentos eleitorais.

O ESTADO DE S. PAULO - SP ESPAÇO ABERTO 23/02/2013

119 - DE DILMA PARA DILMA, NOVA HERANÇA MALDITA?

Rolf Kuntz

Candidata à reeleição, a presidente **Dilma** Rousseff poderá legar uma herança maldita a si mesma se continuar apostando na maquiagem da economia e cometer o erro do autoengano. Ela pode ter desprezado outros sinais, mas fará algo bom para seu governo, e para o País, se levar a sério o alerta disparado pela pesquisa mensal de emprego do Ministério do Trabalho. Foram criados em janeiro 28.900 postos de trabalho com carteira assinada, de acordo com o primeiro levantamento. Esse número - diferença entre admissões e demissões - é muito menor que o de um anoantes por qualquer das comparações possíveis. É 75,7% inferior ao dado preliminar de janeiro de 2011 e fica 84% abaixo do corrigido com as informações enviadas fora do prazo.

Ainda ontem dois outros dados bem ruins foram divulgados. OIPCA-15, indicador de inflação fechado no meio do mês, subiu 0,68% em fevereiro. Foi um resultado melhor que o do mês anterior, 0,88%, mas ainda muito alto e, além disso, atenuado pela redução da conta de eletricidade. Também na manhã de ontem o Banco Central (BC) publicou as contas externas de janeiro, indicando uma piqra nas transações correntes: o déficit acumulado em 12 meses chegou a US$ 58,57 bilhões e subiu de 24% para 2,58% do produto interno bruto (PIB). Esse déficit ainda foi financiado com folga pelo investimento estrangeiro direto, mas a tendência, a julgar pela experiência brasileira, é preocupante por mais de um motivo.

Mais preocupantes que esses números tem sido a reação das autoridades às más notícias. A inflação tem resistido nos últimos tempos, mas deverá recuar no segundo semestre, disse na quinta-feira o presidente do BC, Alexandre Tombini. A boa safra e o crescimento menor da massa de salários, a seu ver, devem contribuir para uma desaceleração dos preços. Na sexta-feira, o diretor do Departamento de Emprego e Salário do Ministério do Trabalho, Rodolfo Torelly, também realizou seu ato de fé. Já em 2012 o menor diriamismo do mercado de trabalho hàvia sido notado, disse ele, mas deverá haver recuperação nos próximos meses, acrescentou. As medidas econômicas tomadas pelo governo "vão surtir efeito ainda no primeiro semestre", garantiu. O secretário do Tesouro, Amo Augustin, também participou do coro do otimismo. Medidas como a redução da conta de energia, o corte de juros, a desoneração da folha de salários e o lançamento do plano de transportes devem permitir um 2013 parecido com 2010, "um ano de recuperação".

Neste momento, no entanto, ja recuperação prevista pelo governo é um crescimento na faixa de 3% a 3,5%, com inflação anual próxima de 5,5%. Para isso ainda será necessária, é claro, uma boa; acomodação. A alta do IPCA-15 acumulada em 2meses ainda ficou em 6,18%, com índice de difusão de 71% (proporção de bens e serviços com elevação de preços). Além disso, a conta de luz ficou 13,45% mais barata, por iniciativa do governo, e isso retirou 0,45 ponto porcentual do resultado geral. Medidas como essa podem frear o avanço dos indicadores, mas de nenhum modo se confundem com política antiinflacionária. Podem ser positivas para o consumidor ebeneficiar a produção e o consumo, mas a inflação é determinada por outros fatores, como a expansão do crédito, o gasto público e, como conseqüência, o des- compasso entre a demanda e a oferta de bens e serviços.

Fora do governo ninguém pode dizer com certeza se haverá algum esforço para controlar esses fatores,

CD 1772 AUTUAÇÃO 2013-2015 SECRETARIA GERAL DA MESA

embora o ministro da Fazenda e o presidente do BC admitam a hipótese de uma elevação dos juros. Nenhum deles indica, no entanto, quando essa intervenção poderá ocorrer e, além disso, ambos parecem dispostos a tolerar por vários meses uma inflação bem acima da meta oficial de 4,5%.

O BC poderá agir depois de conhecer os números de fevereiro e de março, segundo uma interpretação corrente no mercado, mas conversas desse tipo ainda são meras especulações.

Se as condições de emprego continuarem piorando, os consumidores poderão ser levados a uma atitude mais cautelosa. Nessecaso,a pressão da demanda será atenuada e os preços tenderão a se acomodar. Então, o BC poderá evitar uma nova elevação, embora pequena, dos juros básicos. A política monetária continuará, portanto, cumprindo uma das determinações mais firmes da presidente **Dilma** Rousseff e os empresários mais preocupados com os juros e o câmbio do qüe com a eficiência produtiva poderão aplaudi-la por mais tempo.

Mas mesmo essa hipótese é um tanto mal ajambrada. Atenuar a pressão inflacionária pela piora das condições do emprego, enquanto o governo continua gastando muito, investindo mal e concedendo incentivos errados e ineficientes a uma indústria emperrada, está longe de ser um caminho promissor. Além disso, a piora das contas externas vem sendo causada em boa parte pela deterioração do saldo comercial. Até a terceira semana de fevereiro o País acumulou um déficit de US$ 4,6 bilhões na conta de mercadorias, com exportações 7,3% menores que as de um ano antes e importações 12,5% maiores, pelas médias diárias. Mas esse resultado ainda é maior do que seria se as compras da Petrobrás fossem contabilizadas com menor atraso.

Apesar de todo o falatório do governo e das desonerações parciais, a indústria continua com baixo poder de competição e esse é o dado mais importante para a avaliação das perspectivas de crescimento em médio prazo. Apolítica econômica permanece mal definida, os estímulos são remendos mal costurados e há pouca segurança para investir. O investimento encolheu em 2012 e terá de aumentar muito além das previsões correntes para o País crescer no ritmo de seus vizinhos mais dinâmicos.

A balança comercial tem sido tão maquiada quanto a inflação (atenuada pela contenção política de vários preços) e as contas públicas. Já no meio de seu mandato, a presidente **Dilma** Rousseff tem pouco tempo para limpar a cara da economia nacional, mudar o jogo e cuidar do legado para o próximo governo.

CARTA CAPITAL SEU PAÍS 23/02/2013

120 - 2014 JÁ COMEÇOU

Celebração | Na festa de 10 anos de governo, Lula lança Dilma à reeleição e explora os contrastes entre as gestões do PT e do PSDB

Em discurso no ato de comemoração dos dez anos do PT à frente do governo, na noite da quarta-feira 20, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva mandou um recado à oposição ao declarar que os adversários "podem juntar quem quiser" que não vão derrotar **Dilma** Rousseff nas eleições de 2014. De acordo com Lula, os rivais políticos do PT estão fragilizados, "sem valores e sem propostas". "Não temos medo de comparação, inclusive debate sobre a corrupção. Todo mundo sabe que têm duas formas de a sujeira aparecer: uma é mostrar, a outra é esconder. E eu duvido que tenha um governo na história deste país que criou mais transparência e mais instrumentos de combate à corrupção do que o nosso." As críticas se dirigiam ao senador mineiro **Aécio Neves**, virtual candidato do **PSDB** à Presidência, e também ao ex-presidente **Fernando Henrique Cardoso**, ambos ciosos das comparações feitas pelo PT com o governo anterior, do **PSDB**. Aécio chegou a elaborar um documento intitulado "Os 13 fracassos do PT", no qual cita, entre outras críticas, a suposta "maquiagem fiscal" da política econômica do governo.

Durante a festa, o PT distribuiu 1,5 mil cartilhas com os avanços obtidos por seus governos, reforçando os contrates com a gestão tucana. Os dados exaltam o êxito inegável de Lula e **Dilma**. A inflação

CD
AUTUAÇÃO
1773
2011-2015
MESA
SECRETARIA GERAL

cresceu num ritmo bem menor, o PIB per capita avançou quatro vezes mais, as reservas externas passaram de 37,8 bilhões para 373,1 bilhões de dólares e a produtividade aumentou 13%, diante da estagnação verificada nos anos FHC. Apesar de o Brasil continuar entre os 12 países com pior distribuição de renda no mundo, a desigualdade recuou 11,4% nos últimos dez anos. Enquanto o desemprego cresceu perto de 58% nos oito anos de governo tucano, na gestão petista diminuiu 38,9%. E o fenômeno foi acompanhado de uma valorização real do salário mínimo de 70%, ante um crescimento pouco menor que 30% na gestão do **PSDB**.

Um dia antes de os números serem oficialmente divulgados, FHC reagiu às críticas pela internet. "A gente deve comemorar a vitória do Brasil, e não ficar o tempo todo olhando para trás. Isso é coisa de criança, parece picuinha", afirmou, em vídeo de 48 segundos.

De acordo com o economista Marcio Pochmann, presidente da Fundação Perseu Abramo, a comparação é válida por expor dois projetos distintos que surgiram no País após a ditadura, e com experiências concretas de governo: o neoliberalismo do **PSDB** e o desenvolvimentismo do PT. "Se antes o Estado era visto como o principal responsável pelos problemas da Nação, ele passa a ser visto como parte da solução", afirmou, em entrevista a Carta Capital Na avaliação do economista, o Brasil enfrentou três décadas de regressão econômica e social, uma trajetória só interrompida com a eleição de Lula.

"Nós, brasileiros, sabemos bem qual é a maior década da nossa história recente. E precisamente a década que começamos a trabalhar agora, a década da esperança e do otimismo", resumiu a presidenta **Dilma** Rousseff durante a festa. Para marcar os dez anos de governo, o PT planeja ainda realizar uma série de 13 seminários, em diferentes capitais brasileiras, para fazer um balanço das suas gestões. O primeiro encontro será em Fortaleza, em 28 de fevereiro, com o tema "Políticas de bem-estar, direitos e desafios da inclusão social". O debate deve reunir a ministra Tereza Campello, do Desenvolvimento Social, e o vice-presidente do PSB, Roberto Amaral.

Ao término de cada um dos seminários, os organizadores pretendem criar um documento com o diagnóstico dos palestrantes. Depois, os textos serão compilados em livro. As narrativas não devem, porém, ficar circunscritas ao registro histórico. "No próximo ano, haverá o congresso nacional do PT e certamente esses debates devem orientar na formulação das novas diretrizes do partido", explica Pochmann, que discorre a seguir sobre os avanços e desafios do PT à frente do governo.

Carta Capital: O PT celebra dez anos no poder e preparou uma cartilha em que compara sua gestão com a experiência do **PSDB**. Por que explorar esse contraste, em vez de elencar só os avanços e os desafios futuros?

Marcio Pochmann: Após a redemocratização, houve dois grandes projetos em disputa e com experiências concretas de governo. Um deles é o neoliberal, iniciado no final do governo Sarney que se fortalece com Fernando Collor, Itamar Franco e **Fernando Henrique Cardoso**. A partir de 2003, com Lula, emerge outro projeto, o desenvolvimentismo. Se antes o Estado era visto como o principal responsável pelos problemas da Nação, ele passa a ser visto como parte da solução. Há um discurso que simplifica demais o debate eleitoral, apresentado como uma mera disputa entre personalidades. O que há de fato é uma disputa entre diferentes projetos de nação.

CC: O que representaram esses dez anos de governo petista?

MP: Possivelmente, os historiadores vão olhar para esse período como o decênio que mudou o Brasil. Antes de Lula, vivemos três décadas de regressão econômica e social. Em 1980, o Brasil era a oitava maior economia do mundo, mas mantinha um em cada dois brasileiros na pobreza. Em 2000, a economia brasileira caiu para a 13a posição no ranking mundial, e a proporção de pobres praticamente manteve-se inalterada. A concentração de renda também aumentou. Em 1980, cerca de 50% da renda nacional era composta de salários.

Em 2000, os rendimentos dos trabalhadores correspondiam a 39%. Inviabilizou-se a criação de mercado interno. O número de desempregados quintuplicou, atingindo 11 milhões de trabalhadores. O que salvou o Brasil dessa trajetória foi a política, a capacidade de se construir uma maioria em torno de um projeto diferente de nação.

CC: O que mudou com a eleição de LulaY MP: O processo de distribuição de renda passou a ter um

CD
AUTUAÇÃO
1774
SECRETARIA GERAL DA MESA

papel fundamental. No período neoliberal, o crescimento era visto como uma coisa espontânea, natural das forças do mercado. Se não tiver inflação ou intervenção do Estado, naturalmente o mercado cresceria e criaria oportunidades. Se isso não ocorre como o planejado, o Estado é o problema. A partir de 2003, a lógica era outra. Ao combater o desemprego, elevar o salário mínimo, facilitar o crédito e distribuir renda, o Brasil passou a ter um mercado interno de fato, com a inclusão de 40 milhões de cidadãos.

CC: Essas iniciativas não existiam antes?

MP: Segundo a perspectiva neoliberal, era impossível construir um País para todos os cidadãos. Uma nação para três quintos da população já estava de bom tamanho. Veja, por exemplo, o tamanho dos nossos aeroportos. São pequenos demais para a dimensão do nosso país, mas eram adequados para aquela pequena parcela da sociedade que podia viajar de avião. Se o Brasil não tivesse ampliado o seu mercado interno, talvez os aeroportos não estivessem sobrecarregados hoje. Quando se começa a crescer, os gargalos aparecem. E cabe ao Estado superá-los.

CC: De que forma?

MP: Há estímulos, como a redução dos juros e as novas formas de concessões, para ver se conseguimos destravar a economia e aumentar a capacidade produtiva. Mantém-se um inegável processo de transferência de renda no governo **Dilma**, mas com uma natureza um pouco diferente. Ela se dá com a redução das taxas de juro. Certamente, os bancos e os rentistas vão lucrar menos. Mas a população terá mais poder de compra. Reduzir o preço da energia elétrica não interessa às empresas do setor, mas dá um alívio para a indústria. Antigamente, qual era a receita? Privatizar as empresas públicas para pagar os ativos financeiros, os juros da dívida.

CC: Os tucanos sustentam que vários programas de distribuição de renda foram iniciados em sua gestão, e não com o PT.

MP: FHC também tinha o Bolsa Escola e se preocupou com a valorização do salário mínimo. Mas as medidas tiveram alcance limitado. Ao final do governo, o Bolsa Escola atendia cerca de 5 milhões de famílias. Hoje, o Bolsa Família gira em torno de 14 milhões. Em oito anos do governo do **PSDB**, o salário mínimo teve um aumento real de 29%. Nos dez anos de Lula e **Dilma**, cresceu 70%. Uma coisa é você pagar um salário maior em um cenário de forte desemprego. Outra é pagar salário maior quando há 18 milhões de trabalhadores a mais com carteira assinada.

CC: Hoje, qual é o maior desafio do Brasil?

MP: O Estado tem dificuldade para mover os investimentos de forma eficiente. O maior desafio é a reforma do Estado. Getúlio Vargas lançou as bases da administração direta nos anos 1930. Duas décadas depois, sua estrutura já estava sucateada. Daí as angústias de Juscelino Kubitschek ao lançar o projeto de construção da capital e impulsionar o desenvolvimento do País, na tentativa de avançar "50 anos em cinco". Ele criou então as formas de administração indiretas, com a regulamentação das empresas estatais, autarquias, sociedades de economia mista. Mas, após a redemocratização, não tivemos outro avanço.

CC: Continuamos com a mesma estrutura de 60 anos atrás?

MP: O que houve nas décadas de 1980 e 1990 foi a dilapidação do Estado brasileiro, com as privatizações de empresas públicas e a transferência de responsabilidades para organizações sociais e ONGs.

CC: O que há de errado no Estado?

MP: Há várias fissuras. Tome os exemplos do setor cultural e bancário. Suas políticas são voltadas para os mais ricos. Onde estão equipamentos culturais públicos, os museus, os teatros, as bibliotecas? Nas periferias? Não, estão no centro das grandes capitais. Os bancos públicos estão na Avenida Paulista e nos bairros abastados. Mas é possível ter uma estrutura diferente. É o caso da política assistencial. Não são os ricos que ganham Bolsa Família, que dependem de Previdência Social. Só que não há um padrão de atuação do Estado. Ele distribui recursos com políticas assistenciais, mas o pobre continua pagando

CD
SECRETARIA GERAL DA MESA
LEGISLATURA 2013-2015
FLS. 1175

mais impostos que o rico, proporcionalmente.

CC: O que fazer?

MP: Não dá mais para continuar com um Estado organizado como no século XIX, no qual cada setor pensa no seu problema específico. A educação cuida dos problemas da ignorância, a saúde se volta para as doenças. O que é uma gestão matricial organizada por problemas? Identificam-se os desafios e como cada ministério e departamento pode contribuir. Uma ação efetiva, sistêmica, intersetorial. Se o Estado é grande indutor da economia, ele precisa se organizar melhor para o País crescer.

CARTA CAPITAL ESTILO 23/02/2013

121 - E O OSCAR FOI PARA ...

Antecipando-se às premiações do Oscar (ejá reparando possíveis injustiças), Estilo resolveu também distribuir suas estatuetas. Eis os nossos contemplados:

ESPETÁCULO DO ANO
"O Mensalão" Musical de capa e espada encenado pelos ministros do Supremo Tribunal Federal e coproduzido pelo O Globo, Estadão e Folha de S.Paulo.

MELHOR ATOR
Joaquim Barbosa Escolha unânime. Opresidente do STF recorreu a todos os superpoderes, os legítimos e os nem tanto.

ATOR COADJUVANTE
Roberto Jefferson O estilo canastrão funcionou no papel de vilão que delata para se fazer de mocinho.

MELHOR ATRIZ
Andressa Mendonça A mulher do bicheiro Carlinhos Cachoeira conquistou merecido protagonismo num enredo feito para ser uma farsa, com figuração de gente feiíssima.

ATRIZ COADJUVANTE
Rosemary Noronha A chefa do gabinete da Presidência em São Paulo mostrou por que está sempre em segundo lugar.

ROTEIRO ORIGINAL
PedroBial Embora o BBB não traga nada de novo, senão o déjà vu da vulgaridade, o apresentador faz, em suas intervenções, um coquetel de autoajuda com haikais orientais e aforismos de Guimarães Rosa do asfalto. Muito origínal, embora incompreensível.

ROTEIRO ADAPTADO
Domínio do fato Ojurista alemão Claus Roxin criou esse argumento e o Supremo de Brasília, mesmo sem entender o espírito da coisa, promoveu a adaptação, de jeito a garantir horário cativo no Jornal Nacional.

EFEITOS VISUAIS Neymar Do cabelo à chuteira, o exclusivo compromisso com a pirotecnia e com o malabarismo. Astro de segundo time, mas primoroso expert em máscaras.

MAQUIAGEM
José Serra No script de mais uma campanha, caprichou para se transformar, com retoques sombrios de olheiras vingativas, no que parecia não ser. Caracterização tão perfeita que ele acabou incorporando como verdade o que era para ser só caricatura.

FIGURINO

CD - SECRETARIA GERAL - CONTADUCAÇÃO 2013-2015 Fls. 1176

Roberto Gurgel Espremido no figurino agourento da toga negra, o procurador-geral tratou de se compensar numa alternância de coloridos personagen Commedia dellArte, às vezes Pantalone, às vezes Capitan Spavento, mas quase sempre Arlequim.

TRILHA SONORA
O Ronco Obra coletiva dos ministros do Supremo, composta enquanto ouviam uns aos outros em suas intermináveis cantilenas jurídicas.

E,proximamente, neste cinema

"MARINA VS. EX-GABEIRA"
o tema é a ressurreição de **Marina Silva**, a bordo de sua Rede virtual, o que vai incomodar profundamente Fernando Gabeira, que usa o biombo dos ecologistas gulo$o$ para cultivar sua vaidade zen. O bangue-bangue promete. O verde Gabeira, candidato à Presidência com o beneplácito da direita festiva do Leblon, versus a verde Marina, candidata de si mesma e dos moderninhos nem de esquerda nem de direita nem de nada.

ÉPOCA COLUNISTAS 23/02/2013

122 - BANDO DE LOUCOS

Ruth de Aquino

O fanatismo assusta. No futebol, na religião ou na política, os fanáticos arremessam sinalizadores para intimidar o outro, o adversário, o oponente. Às vezes, os sinalizadores calam, às vezes matam. Quando o fanatismo chega ao poder, quando se confunde com um governo, quando é legitimado por um regime, de direita ou de esquerda, chegamos ao perigoso fanatismo de Estado. Esse fanatismo oficial maquia números e fatos, censura, encarcera, tortura, exila e executa.

Quando "a opinião é traição" - e assim é na Cuba de Yoani Sánchez e dos irmãos Castro, um país que não confia em sua própria população para votar -, o medo de pensar diferente se instala em cada criança, cada jovem, cada adulto. Há mais de meio século, o castrismo não dá aos cubanos o direito de se expressar livremente nas urnas, nas ruas ou na mídia.

Seria absurdo supor que, no Brasil,a democracia esteja ameaçada por esses grupelhos com nariz de palhaço que jogaram na blogueira Yoani notas falsas de dólar, xingando e vaiando a moça em vários Estados. Melhor enxergá-los como protestos de jovens desinformados, que nunca foram a Havana, jamais viram documentários com as mazelas da vida cubana, desconhecem o que é viver num lugar onde o Estado determina o que você pode ou não ler e consumir.

Fui a Cuba em janeiro de 1983, há 30 anos portanto. Brasil e Cuba ainda não tinham relações diplomáticas. Nosso passaporte não podia ser carimbado, íamos por Bogotá e voltávamos pela Cidade do México. Achava absurdo esse isolamento. Admirava o esforço da ilha para dar educação e saúde à população. Adorei o povo cubano e suas festas, o sorvete na Coppelia, o mojito na Bodeguita dei Medio, a praia de Varadero, as escolas para jovens no campo. Encontrei Fidel no Palácio, com sua farda, o charuto, o rum e o carisma. Mas o mito acabou ali. Ficou claro para mim o medo dos cubanos na rua. Diziam ser espionados. Ansiavam comprar dólares, escapar ao racionamento, consumir nas "tiendas" reservadas aos estrangeiros. Queriam viajar, prosperar.

Quando visitei Cuba, Yoani tinha 7 anos. Hoje, tem 37. Em seu blog, escreveu no último dia 19: "Vivi muitos atos de repúdio (...). Lembro um especialmente violento junto às Mulheres de Branco, quando as hordas da intolerância nos empurraram e até puxaram nossos cabelos. Mas este (na Bahia) foi inédito para mim. O piquete de extremistas que impediu a projeção do filme de Dado Galvão em Feira de Santana era mais que uma soma de adeptos incondicionais do governo cubano. Todos brandiam o

CD - SECRETARIA ESPECIAL DE ATUAÇÃO LEGISLATIVA 2013-2015 177

mesmo documento com um monte de mentiras sobre mim, tão fáceis de rebater em uma simples conversa. Repetiam um roteiro idêntico sem a menor intenção de escutar uma réplica minha. Gritavam, interrompiam, num certo momento ficaram violentos e entoavam slogans que já não são usados nem mesmo em Cuba". Eram, segundo ela, "robôs programados", "com as veias do pescoço inchadas". Yoani escreveu: "Eles queriam me linchar, eu queria conversar".

O problema não foram as manifestações nem as vaias. Elas fazem parte da democracia. Mas a agressividade planejada para silenciar Yoani. Impedir que alguém fale é coisa de fanático com medo de ouvir, debater, argumentar. Deu vergonha a falta de educação e civilidade.

Os manifestantes transformaram uma pequena notícia - a visita de uma cronista cubana dissidente - em manchete. A blogueira da Geração Y, que condena o bloqueio americano a Cuba, virou meteoro da CIA. Foi parar na Câmara. O que vimos? Uma mulher magra, de camiseta, com os cabelos enormes jogados para o lado, sem um pingo de maquiagem, um sorriso calmo, cercada por políticos engravatados, seguranças e manifestantes enfurecidos. A reação a Yoani foi de uma desproporção tal que aí, sim, me fez temer pela polarização futura do Brasil.

"Vai embora, vai embora, blogueira imperialista. A América Latina vai ser toda comunista." Quem gritava essas palavras de ordem na Livraria Cultura de São Paulo eram "umas belezinhas de tênis Nike e camiseta Gap", disse a jornalista Mona Dorf no Facebook. "Uns 20 delinquentes começaram a gritar e apitar. Uivavam como bichos. Yoani mal balbuciou a resposta sobre o Wikileaks." Debate interrompido, Mona saiu triste com "o comportamento vergonhoso e fascista dos manifestantes". Um bando de fanáticos. Yoani escreveu: "Eles queriam me linchar. Eu queria conversar". Essa reação me faz temer pelo futuro do Brasil ~ 106> ÉPOCA, 25 de fevereiro de 2013

***

O cartaz comemorativo dos dez anos do PT no poder dá um arrepio na espinha por sua estética totalitária. Qualquer um, mesmo simpatizante de Lula e **Dilma**, percebe a semelhança com peças de propaganda soviética e chinesa. O cartaz estimula a idolatria, apela ao nacionalismo e ao populismo extremados. Não faz jus ao Brasil de hoje nem, espero, ao de 2014.

ÉPOCA OPINIAO 23/02/2013

123 - É A TRANSPARÊNCIA QUE DÁ LEGITIMIDADE ÀS INSTITUIÇÕES

Fernando Abrucio

Governantes e comandantes de importantes organizações terão, cada vez mais, de lidar com a transparência. Não se trata aqui de anunciar, simplesmente, um imperativo normativo que os líderes terão de seguir. As mudanças tecnológicas, as pressões sociais por prestação de contas e mesmo o aumento da competição pelos corações e mentes são fatores que, pouco a pouco, inviabilizam a vitória do segredo monocrático do poder.

Fatos recentes mostram que a transparência está batendo à porta de várias instituições. A renúncia do papa Bento XVI revela como uma das instituições mais fechadas do mundo ocidental já não pode mais se resguardar em sua antiga legitimidade. O anúncio do papa foi antecedido pelas denúncias de pedofilia cometida por padres, pela descoberta de documentos privados do sumo pontífice e por uma crise no banco do Vaticano. Fatos desta gravidade não são novidade para a Igreja Católica, mas antes ficavam na penumbra. Do mesmo modo, ocorre hoje uma enorme luta pelo poder na cúpula, comum há muitos séculos, mas agora mais difícil de esconder do grande público.

O novo papa não terá apenas de garantir o cumprimento das escolhas morais que norteiam a Igreja. Terá de fazê-lo de forma transparente. A estrutura institucional do Vaticano é uma caixa-preta. Os jornais e os próprios cardeais que participarão do Conclave têm ressaltado que o maior desafio do escolhido será assumir a posição de "pastor do século XXI", capaz de conquistar novos fiéis ou, pelo menos, de

CD - SECRETARIA DE COMISSÕES - AUTUAÇÃO 2013-2015 Fls. 1778

manter os atuais. Cabe ressaltar que isso será possível, diante das mudanças tecnológicas e da forma como a sociedade vê o poder, caso ele governe sob a luz do sol. Viajar e comunicar-se com o povo (o "rebanho") é necessário, mas será mais eficaz se o papado for avaliado como transparente.

A pressão pela transparência não segue o mesmo ritmo em todas as instituições, Mas já se transformou num dos elementos centrais na maioria delas. Empresas têm de adotar balanços mais detalhados, desde o caso Enron. Os direitos do consumidor, paulatinamente, pressionam por maior conhecimento sobre como os produtos são feitos. Muito tem de ser feito pelas companhias privadas, a começar pela melhor comunicação com seus próprios funcionários. Empresas verdadeiramente sustentáveis terão de ser transparentes, pois, logo, logo, suas concorrentes usarão tal questão como diferencial competitivo.

Mesmo num lugar tão oligárquico como o futebol, começa a haver mudanças, impulsionadas pela Fifa. Elas levaram à queda de figuras como João Havelange e Ricardo Teixeira, donos da CBF por décadas. Os clubes se abrem mais lentamente, mas a história da administração palmeirense anterior, completamente imune a controles, levou o time à segunda divisão e a uma enorme crise financeira - isso já ocorrera com o Corinthians havia alguns anos. Tudo bem que o comandante máximo de nosso futebol, José Maria Marin, com seus roubos de medalha e "gatos" de energia elétrica, ainda pareça uma figura do nefasto regime militar. Mas a imprensa esportiva já não é mais tão pelega como no passado. Os torcedores, pouco a pouco, desejarão ser cidadãos dentro do esporte.

A mídia, como todas as outras organizações, também terá de ser mais transparente. O escândalo na Grã-Bretanha, envolvendo os jornais de Murdoch, revela que a imprensa é fundamental para cobrar o poder e os poderosos. Para isso, precisa manter sua credibilidade em termos de métodos de atuação.

A política não ficará imune à transformação. Por ser mais pressionada democraticamente do que as outras organizações, ela já vem mudando nos últimos tempos. A gestão pública já é hoje mais transparente do que na maioria das outras organizações. Da Lei de Responsabilidade Fiscal à recente Lei de Acesso à Informação, muita coisa mudou. É possível encontrar na internet, particularmente no plano federal, dados sobre os mais variados aspectos da administração pública. Claro que isso é reforçado pela atuação da imprensa, dos órgãos de controle e de ONGs especializadas. Também é evidente que os governos estaduais e municipais e suas instituições locais - como Legislativo, Judiciário e Ministérios Públicos estaduais - ainda caminham lentamente em prol da sua própria transparência. Pode-se, ainda, dizer que não é mais do que obrigação os governos fazerem isso, pois se trata do princípio republicano que sustenta o poder político. Ressalvas feitas, o movimento pela prestação de contas contínua do Estado avança inegavelmente.

A dúvida que fica, no caso da política, é se o aumento da transparência melhora a qualidade do jogo. Muitos diriam que não. Mas algumas coisas melhoram, sim, como mostram os exemplos de reformas institucionais recentes. O impacto de não ser transparente é cada vez maior, pois a imprensa, os órgãos de controle e as ONGs descobrem problemas e denunciam os malfeitos. Que o digam vários membros do governo **Dilma** - e dos anteriores - que caíram nos últimos anos.

É interessante notar que mesmo políticas aprovadas pela população precisam ser transparentes. A política de cunho mais desenvolvimentista - embora mais híbrida do que admite o governo - tem tido resultados, desde a eleição de **Dilma**, com forte aprovação popular - e que me perdoem os economistas, mas, como cientista político, vejo a legitimidade conferida pela democracia como um critério importante de avaliação de políticas públicas. O sucesso de uma política depende muito da capacidade de prestar contas e responder ao cidadão.

Tal fator não foi percebido pelo Ministério da Fazenda quando maquiou as contas públicas no ano passado. Do ponto de vista da legitimidade democrática, a política econômica é (ainda) fortemente aprovada pela população. Só que não pega bem dar a impressão de esconder algo. Produziu-se uma mistura de desenvolvimentismo com "jeitinho". Muitos economistas que apoiam o governo já reclamaram. Aparentemente, a presidente **Dilma** já percebeu isso e não quer a repetição neste ano. Afinal, para quem aprovou, com louvor, a Lei de Acesso à Informação, não fica bem manter a maquiagem.

"MAQUIAGEM" CONTÁBIL
2013-2015
CD - SECRETARIA - AUTUAÇÃO 1779

FOLHA DE SÃO PAULO MÔNICA BERGAMO 25/02/2013

124 - CANETA CARREGADA

Mônica Bergamo

O prefeito Fernando Haddad (PT-SP) demitiu quase 400 funcionários em pleno Carnaval. Boa parte deles estava na Secretaria de Coordenação de Subprefeituras. É nela que em geral são abrigados cabos eleitorais de vereadores distribuídos por diferentes regiões da cidade.

PRAZO ESTENDIDO

As exonerações foram assinadas por Antonio Donato, secretário de Governo de Haddad. Dias depois, novos funcionários começaram a ser nomeados. O troca-troca era intenso até a sexta-feira.

CHEGUEI!

Outras secretarias que tiveram numerosas baixas: Esporte, Lazer e Recreação e a pasta da Educação.

CANJA

Os vereadores ligados ao ex-prefeito Gilberto Kassab (PSD-SP) estão de sobreaviso. Até agora, no entanto, as demissões não alteraram o espírito "colaborativo" deles com Haddad. Muitos não se animam nem a defender Kassab das críticas que recebe.

GANGORRA

O custo de vida na região metropolitana de São Paulo subiu 0,96% em janeiro, segundo a FecomercioSP (Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado). Em 12 meses, a alta acumulada atingiu 5,69%. As classes D e E foram as mais prejudicadas pela inflação, puxada pela alta de alimentos, transporte e gastos pessoais.

CANAL LIVRE

O filme "Família Vende Tudo", de Alain Fresnot, já teve mais de 750 mil visualizações no YouTube, onde foi postado na íntegra. Nas telas, em que os diretores dependem de distribuição, divulgação de mídia e tempo de exibição, o longa, que tem Caco Ciocler e Luana Piovani no elenco, levou 110 mil pessoas aos cinemas em 2012.

LADO A LADO

Elton John desembarca em São Paulo nesta semana cercado por seguranças -alguns são de sua equipe e outros são contratados no Brasil. Ele é "paranoico", de acordo com integrante da produção de seus shows, desde que John Lennon e Gianni Versace foram assassinados por psicopatas nos EUA quando andavam tranquilamente pelas ruas.

ESTUFA

O cantor deve trazer também no staff um funcionário que tem a missão exclusiva de cuidar das centenas de flores que manda colocar em seu camarim.

A MEDIDA É CERTA

Desde que assumiu a presidência do Palmeiras, há 31 dias, Paulo Nobre perdeu quatro quilos. Sem dieta.

TURMA

O cineasta Cláudio Assis já escalou os atores Dira Paes, Irandhir Santos e Conceição Camarotti e o

CD - SECRETARIA GERAL DA MESA - AUTUAÇÃO CONTÁBIL 2013-2015 1780

diretor de fotografia Walter Carvalho para o seu novo filme. "Big Jato" é adaptação de romance de Xico Sá, colunista da Folha.

DDI

A viagem de Sean Penn a São Paulo está sendo articulada pelo embaixador da Venezuela no Brasil, Maximilien Averláiz. Os dois são amigos -o americano é um defensor de Hugo Chávez. A ideia é que Penn faça surpresa para Ariel Goldenberg, ator com síndrome de Down que é estrela do filme "Colegas" -e fã do ator.

SEGUNDA TELA

Mariana Eva Leis, ex-MTV, está lançando uma rede social voltada para a TV. Enquanto assiste a um programa, a pessoa pode acompanhar numa "segunda tela", a de seu computador, todas as outras que estão no mesmo momento no Twitter e no Facebook escrevendo sobre ele. O portal TV Square seleciona só os comentários sobre a atração, facilitando a comunicação.

ESPELHO

O vereador Andrea Matarazzo (**PSDB**-SP) apresentou projeto de lei para mudar a Lei Mendonça, de incentivo à cultura. Ele propõe que a dedução de impostos permitida pela regra municipal seja ampliada para 100% do valor investido em programas da área. E que novos setores sejam contemplados, como economia criativa, design de moda, patrimônio e cultura digital. Diz que se baseou no Proac, programa do governo de São Paulo.

DOUTORA EM MODA

Ana Claudia Michels estuda medicina; Shirley Mallmann planeja abrir o próprio negócio na área da moda. Entre uma atividade e outra, as duas tops se juntaram pela primeira vez para uma campanha. Elas vão estrelar o lançamento da coleção de inverno 2013 da relojoaria Euro. O styling é de Raphael Mendonça e a maquiagem, de Saulo Fonseca.

LEITURA FASHION

O lançamento da coleção outono/inverno da C&A reuniu no hotel Unique as modelos Marcelle Bittar, Renata Kuerten, Paolla Rahmeier e Alicia Kuczman. Luciana e Marcela Tranchesi, Ucha Meirelles e Costanza Pascolato foram ao desfile.

UM OUTRO OLHAR

A abertura da mostra "Lady Dior as Seen By", com obras de David Lynch, Olympia Scarry, Laerte Ramos e Tunga, levou ao Instituto Tomie Ohtake a administradora Mariana Auriemo, a modelo Caroline Ribeiro e o presidente da Dior, Sidney Toledano.

CURTO-CIRCUITO

Ferreira Gullar lança o livro "Arte Contemporânea Brasileira" no Itaú Cultural, às 19h. Grátis.

Começa hoje a pré-venda de ingressos para o Restaurant Week, apenas para clientes MasterCard.

Ivo Pitanguy será homenageado no Simpósio Internacional de Cirurgia Plástica, de 15 a 17 de março.

O GLOBO GENTE BOA 26/02/2013

125 - ONDE ESTÃO OS GOLFINHOS?

CD · SECRETARIA GERAL DA MESA · AUTUAÇÃO 1781

Personagens do brasão da cidade, eles estão desaparecidos do litoral — e preocupam os biólogos

Joaquim Ferreira dos Santos

Os golfinhos que costumavam aparecer nas proximidades das Ilhas Cagarras, principalmente entre os meses de agosto a dezembro, desapareceram por completo do arquipélago. Biólogos do projeto Ilhas do Rio, que acompanham a vida desses cetáceos, os viram pela última vez em 2010. As causas ainda são desconhecidas. "A intensa movimentação de barcos pelas ilhas ou o aumento da poluição são apenas hipóteses", diz o biólogo Rodrigo Tardin. "Desde que começaram a ser monitorados, em 2004, os grupos de golfinhos estavam ficando cada vez menores até sumirem, não sabemos ainda para onde foram e quais os motivos".

A RAINHA VAI APLAUDIR ESTA CARIOCA

Jovem de projeto social ganha bolsa do Royal Ballet

A bailarina Letícia Dias, de 16 anos, integrante do projeto social "Dançar a Vida", acaba de ganhar uma bolsa de estudo para o Royal Ballet, em Londres, a conceituada escola onde o brasileiro Thiago Soares conseguiu atingir o cargo de primeiro- bailarino.

LeticiaDias foi uma das vencedoras, a única menina, do Grand Prix de Lausanne, concurso que acontece na Suíça uma vez por ano e premia os cinco melhores dançarinos, vindos do mundo inteiro, entre os 15 e 18 anos, com bolsas de estudos.

"Fui a única selecionada e por isso eu me sinto uma verdadeira campeã", conta ela, que graças ao balé também é bolsista numa escola particular da Tijuca, onde mora. Filha de professora e motorista, ela viaja em setembro quando começa o ano letivo da escola, em Londres. "Até lá, eu só preciso mesmo é melhorar o meu inglês".

Rio, eu te amo

Começam em agosto as filmagens de "Rio, eu te amo", longa inspirado em "Paris, je t'aime", que conta histórias de amor passadas em bairros da cidade. Entre os diretores está Carlos Saldanha, o autor de "Rio" e "A era do gelo", que pela primeira vez não faz desenho. A estreia é em 2014.

'Personal paparazzo'

Um homem, com sotaque gaúcho e câmera Nikon, oferece seus serviços na Praia de Geribá, Búzios, se apresentando como "paparazzo particular". Fica até 40 minutos rodeando seu grupo de amigos "paparazzeando", e fazendo fotos não posadas. Cobra R$ 100 para grupos de até sete pessoas e entrega as fotos em um DVD no fim do dia.

Ajuda pro Joaquim

Uma faixa escrita "Socorro Joaquim!" será estendida hoje no Cristo Redentor por manifestantes do Rio de Paz. O grupo pede a ajuda do ministro Joaquim Barbosa para acelerar o julgamento do presidente do Senado, Renan Calheiros.

Graaaande Araca

Sérgio Cabral, Cláudia Ventura e Rodrigo Alzuguir escrevem um musical sobre Aracy de Almeida, a grande cantora brasileira de quem se comemora o centenário em 2014. Cláudia será Aracy.

Obrigado, Facebook

Nem só de autopromoção e felicidade vive o Facebook. Zen, o labrador branco da gerente de marketing Cristina Nogueira fugiu de casa em Laranjeiras e, graças ao compartilhamento das fotos do totó, foi achado e devolvido dez horas depois.

CD - SECRETARIA GERAL DA MESA - AUTUAÇÃO 1382

De havaiana, não

O Vieira Souto, na esquina da avenida com a Farme de Amoedo (uma das maiores caveiras de burro da cidade), não deixa entrar no almoço clientes calçando havaianas. Depois, põem a culpa no sobrenatural da esquina.

As mulheres vão ao banheiro

Ziraldo assina os desenhos nas portas dos banheiros do Fiorentino, o novo empreendimento do empresário Omar Peres, da Fiorentina, na estrada Rio-Petrópolis. O menino faz xixi de costas, a menina está de frente para o espelho. Quem deu a chave foi Márcia, a mulher de Ziraldo: "Mulher não vai ao banheiro para fazer xixi, mas para retocar o batom e a maquiagem"

MAR, um logotipo em preto, branco e cinza

O designer Jair de Souza é o criador da marca do MAR, o Museu de Arte do Rio, que abre sexta-feira, na Zona Portuária.

Qual foi a sua ideia ao criar esta marca? Quis dar uma ideia de conexão, porque o MAR é lugar de conexão: da cidade com ela mesma, da Praça Mauá com suas comunidades e atividades culturais adjacentes, do carioca com o mundo. O desenho se inspira na estrutura do DNA.

Por que estas cores? Não tem azul nem verde, que são as cores do mar, do oceano, nem o amarelo do sol. Seria óbvio. Preferi usar o preto, o branco e o cinza, que são as cores das pedras portuguesas, que é o piso que nos leva ao mar. O Rio é cidade de pedra: os monumentos, as calçadas, os grãos de areia... Isso tinha que ser lembrado. DIVULGAÇÃO Autor. Jair de Souza e o símbolo do museu Gente Boa

'Falô" e disse

Jards Macalé vai cantar pela primeira vez a canção que fez com Caetano Veloso em Londres, em 1971, época da gravação de "Transa" (ele assina a direção artística e os violões do álbum). "A música estava pronta desde então, mas não tinha nome. Ia chamar 'Falo', mas para não correr o risco de colocarem maldade na coisa, mudei por um inofensivo 'Falô'", diz ele. A estreia é sábado, no Circo Voador.

Na sala de aula

Waleska Melentovych está processando criminalmente por agressão verbal e física uma das professoras de sua filha, do Colégio Notre Dame, em Ipanema. A ação foi proposta pelo promotor Humberto Dalla e a audiência é dia 25 de abril. O colégio diz que "segue prestando as informações necessárias à Justiça".

Papos com John e Yoko

A Zahar comprou os direitos de "Days that I'll remember: Spending time with John Lennon and Yoko Ono", do jornalista americano Jonathan Cott. Há uma entrevista inédita com Ono, de 2012, além de todas as conversas entre o jornalista e o casal. A última entrevista foi três dias antes de Lennon ser assassinado.

O ESTADO DE S. PAULO - SP EDITORIAL 27/02/2013

126 - MAUS TEMPOS NO BNDES

O resultado nada brilhante do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em 2012, com redução do lucro e desembolsos menores que os de 2009 e 2010, em termos reais, tem pouca relação com a crise internacional. Reflete essencialmente os equívocos da política econômica e

CD - SECRETARIA GERAL DA MESA - ATUAÇÃO 1783

os critérios impostos à instituição, incluído o apoio preferencial a grandes grupos e a "campeões nacionais". O lucro líquido, de R$ 8,2 bilhões, foi 9,5% menor que o do exercício anterior, em termos nominais, mas os números teriam sido piores sem uma ajuda especial de última hora. A queda teria sido maior, se o banco tivesse registrado a desvalorização de ações transferidas pela União, mantidas em caixa, classificadas como disponíveis e consideradas investimentos , de longo prazo. Esse registro foi dispensado por decisão do Conselho Monetário Nacional (CMN) tomada em 27 de dezembro. Sem isso, teriam sido retirados mais R$ 2,38 bilhões do lucro líquido. Com isso, a redução de um ano para outro teria sido de 35,9%. Pode-se discutir se foi mais um caso de maquiagem, mas esse é provavelmente o ponto menos importante.

As perdas mais visíveis ocorreram nas operações do BNDESPar, a subsidiária responsável pelas participações em empresas. O lucro caiu de R$ 4,31 bilhões em 2011 para R$ 298 milhões no ano passado - uma redução de 93,1%. O valor da carteira de ações diminuiu de R$ 89,7 bilhões para R$ 78,2 bilhões. As principais fontes de dividendos - Vale, Eletrobrás e Petrobras - reduziram seus pagamentos. Foi necessário registrar perdas importantes, algumas conhecidas há algum tempo. Provisões para perdas praticamente certas chegaram a R$ 3,32 bilhões.

Esse valor incluiu R$ 865 milhões aplicados na LBR-Lácteos, um grande grupo constituído com apoio do banco (participação de 30,28%) e atualmente em recuperação judicial. Houve outras apostas erradas, com perdas consideráveis, na formação de megaempreendimentos.

Como acionista e como financiador, o BNDES tem-se notabilizado pela seleção de maus negócios ou, simplesmente, pela escolha de prioridades com escasso ou nenhum significado estratégico para o desenvolvimento econômico e social do País. Algumas de suas operações mais estranhas ocorreram no ramo de frigoríficos, mas a lista de iniciativas discutíveis é ampla. Dentre as mais notáveis, será difícil de esquecer a quase participação do BNDES na associação, afinal frustrada, do Grupo Pão de Açúcar com o ramo brasileiro do Carrefour. Antes do recuo do banco, a imprensa apontou o equívoco e os perigos do envolvimento naquela operação.

A política de formação de campeões nacionais é apenas uma das distorções do BNDES. Algumas dessas operações têm resultado em perdas financeiras, mas também esse é só um dos pontos negativos. O BNDES claramente perdeu o rumo e se afastou de suas tradicionais funções estratégicas. O apoio preferencial a grandes grupos - alguns estatais, como a Petrobras - é parte dessa grande distorção. As empresas maiores absorveram em 2012 dois terços dos recursos liberados pelo banco.

O total dos desembolsos, de R$ 156 bilhões, foi maior que o do ano anterior, mas inferior, em termos reais, aos volumes liberados em 2009 e 2010, segundo relatório divulgado recentemente pela presidência do BNDES. As medidas oficiais de estímulo ao investimento têm sido insuficientes, portanto, para entusiasmar o empresariado. Há alguma demanda de recursos, mas em volume insuficiente para as mudanças necessárias no sistema produtivo.

Em conjunto, as ações da política econômica têm sido muito mais favoráveis à elevação do consumo do que ao crescimento da produção e do potencial produtivo. Parte do fiasco da política oficial é explicável, sem dúvida, pelo desastrado intervencionismo do governo. A desvalorização dos papéis da Petrobras e da Eletrobrás e o enfraquecimento financeiro das duas empresas são consequências dessa orientação. Também esses erros se refletem nos resultados do BNDESPar e do BNDES, afetados pela desvalorização dos papéis e pela menor lucratividade das duas grandes estatais.

VALOR ONLINE POLÍTICA 01/03/2013

127 - OPOSIÇÃO CLASSIFICA COMO "DESASTRE" RESULTADO DO PIB

BRASÍLIA - Dirigentes dos três principais partidos de oposição criticaram o desempenho do governo na área econômica, após a divulgação, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de que o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro cresceu 0,9% em 2012.

CD - SECRETARIA GERAL DA MESA - ATUAÇÃO 1784

Em nota, o presidente do Democratas, senador José Agripino (RN), afirmou que o resultado mostra que as ações do governo não surtiram efeito e que a competitividade do Brasil está "jurada de morte".

"Enquanto os países da Europa em crise enfrentam os problemas de frente, no Brasil exercita-se o jogo do faz de conta. Nada do que foi feito produziu resultado porque não se foi ao centro da questão: gasto público de má-qualidade, que retira do País a condição de baixar impostos e fazer a infraestrutura que nos falta para baixar o custo Brasil. A competitividade do Brasil está jurada de morte."

Para o deputado federal Roberto Freire (PE), presidente nacional do PPS, o crescimento de 0,9% é um "desastre", que demonstra a "incompetência" do governo Dilma Rousseff e o "descalabro" deixado pelo antecessor, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Citando o exemplo da Petrobras, Freire afirmou que "houve um populismo exacerbado, uma despreocupação total com a economia, falta de investimento, consumismo exagerado".

"O desempenho medíocre do PIB não é apenas um número que indica o baixo crescimento ou a estagnação de nossa economia, mas acabaria provocando, como já estamos vendo acontecer, o aumento do desemprego no país", escreveu, em artigo semanal. "O Brasil fantasioso criado pela propaganda lulopetista não é capaz, assim como nenhum outro país seria, de proporcionar a façanha do pleno emprego sem que sua economia cresça. Mais cedo ou mais tarde, essa ilusão seria desmentida pela realidade dos fatos."

Freire criticou a reação do ministro Guido Mantega (Fazenda), que minimizou o fraco desempenho. "O quadro não é nada bom. E não adianta o governo querer fazer propaganda em cima de anúncios que já foram feitos no início de 2012, dizendo que o país vai ter altas taxas de crescimento. Vai crescer como? Vai de novo querer incentivar o consumo? O governo está perdido", disse o presidente do PPS.

O líder do **PSDB** na Câmara dos Deputados, Carlos Sampaio (SP), afirmou que o governo está "desnorteado" e que as medidas tomadas na área econômica não têm sido suficientes para estimular investimentos e atividade econômica.

"O crescimento pelo estímulo ao consumo das famílias já se esgotou e o governo é incapaz de desenvolver estratégias alternativas que criem condições estruturais para o desenvolvimento econômico do país. O mais grave é que, a despeito da economia praticamente estagnada, a inflação segue alta, afetando principalmente os brasileiros mais pobres", disse.

Para Sampaio, o governo tomou "medidas pontuais e desconexas", em vez de buscar condições estruturais de competitividade, como modernizar o sistema tributário e a infraestrutura e investir em ciência, tecnologia e em formação de mão de obra qualificada.

"Esses erros grosseiros nas previsões macroeconômicas, as constantes mudanças de rumo, a maquiagem nas contas públicas, geram desconfiança junto aos investidores e, sem investimentos, a economia não cresce", afirmou Sampaio.

O GLOBO ONLINE PAÍS 01/03/2013

128 - OPOSIÇÃO CLASSIFICA COMO DESASTRE RESULTADO DO PIB

Valor Online

Dirigentes dos três principais partidos de oposição criticaram o desempenho do governo na área econômica, após a divulgação, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de que o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro cresceu 0,9% em 2012.

Em nota, o presidente do Democratas, senador José Agripino (RN), afirmou que o resultado mostra que as ações do governo não surtiram efeito e que a competitividade do Brasil está "jurada de morte".

CD
SECRETARIA GERAL DA MESA
1785

"Enquanto os países da Europa em crise enfrentam os problemas de frente, no Brasil exercita-se o jogo do faz de conta. Nada do que foi feito produziu resultado porque não se foi ao centro da questão: gasto público de má-qualidade, que retira do País a condição de baixar impostos e fazer a infraestrutura que nos falta para baixar o custo Brasil. A competitividade do Brasil está jurada de morte."

Para o deputado federal Roberto Freire (PE), presidente nacional do PPS, o crescimento de 0,9% é um "desastre", que demonstra a "incompetência" do governo **Dilma** Rousseff e o "descalabro" deixado pelo antecessor, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Citando o exemplo da Petrobras, Freire afirmou que "houve um populismo exacerbado, uma despreocupação total com a economia, falta de investimento, consumismo exagerado".

"O desempenho medíocre do PIB não é apenas um número que indica o baixo crescimento ou a estagnação de nossa economia, mas acabaria provocando, como já estamos vendo acontecer, o aumento do desemprego no país", escreveu, em artigo semanal. "O Brasil fantasioso criado pela propaganda lulopetista não é capaz, assim como nenhum outro país seria, de proporcionar a façanha do pleno emprego sem que sua economia cresça. Mais cedo ou mais tarde, essa ilusão seria desmentida pela realidade dos fatos."

Freire criticou a reação do ministro Guido Mantega (Fazenda), que minimizou o fraco desempenho. "O quadro não é nada bom. E não adianta o governo querer fazer propaganda em cima de anúncios que já foram feitos no início de 2012, dizendo que o país vai ter altas taxas de crescimento. Vai crescer como? Vai de novo querer incentivar o consumo? O governo está perdido", disse o presidente do PPS.

O líder do **PSDB** na Câmara dos Deputados, Carlos Sampaio (SP), afirmou que o governo está "desnorteado" e que as medidas tomadas na área econômica não têm sido suficientes para estimular investimentos e atividade econômica.

"O crescimento pelo estímulo ao consumo das famílias já se esgotou e o governo é incapaz de desenvolver estratégias alternativas que criem condições estruturais para o desenvolvimento econômico do país. O mais grave é que, a despeito da economia praticamente estagnada, a inflação segue alta, afetando principalmente os brasileiros mais pobres", disse.

Para Sampaio, o governo tomou "medidas pontuais e desconexas", em vez de buscar condições estruturais de competitividade, como modernizar o sistema tributário e a infraestrutura e investir em ciência, tecnologia e em formação de mão de obra qualificada.

"Esses erros grosseiros nas previsões macroeconômicas, as constantes mudanças de rumo, a maquiagem nas contas públicas, geram desconfiança junto aos investidores e, sem investimentos, a economia não cresce", afirmou Sampaio.

JORNAL DO BRASIL ONLINE - RJ PAÍS 01/03/2013

129 - OS EQUÍVOCOS DA POLÍTICA ECONÔMICA

"Manobras do governo não escondem nada", diz Galvêas

Há um pesado criticismo nos meios acadêmicos contra o malabarismo contábil do Governo, especialmente de alguns setores do Ministério da Fazenda, no afã de manipular as estatísticas e esconder os resultados negativos da inflação, das contas públicas e da balança comercial.

As manobras do Governo não escondem nada, apenas levam o descrédito às autoridades, principalmente ao Ministério da Fazenda. Se a inflação não chegou ao centro da meta não adianta manipular os preços do petróleo e segurar as tarifas dos ônibus. O que é preciso segurar é a expansão do crédito e o descontrole dos gastos públicos, que priorizam as medidas de estímulos ao consumo, mediante utilização de recursos fiscais que deveriam necessariamente ser dirigidos aos projetos de investimentos na infraestrutura dos transportes.

O Governo fica brincando de reforma tributária e se esquece de que o grande problema é o peso insuportável da carga tributária que esta asfixiando os contribuintes. A propalada desoneração da folha de salários é uma enganação, transferindo a contribuição social da empresa da folha de pagamentos para o faturamento. Do ponto de vista tributário não desonera nada.

Quer baixar o custo da mão de obra?

Basta retirar da folha de salários vários penduricalhos que lá estão, absurdamente, como as contribuições para o INCRA, o salário-educação, o seguro de acidentes de trabalho, a contribuição do SEBRAE, essa, sim, que deveria ser transferida para o faturamento.

O Governo faz uma enorme ginástica para aumentar os empréstimos do BNDES e da Caixa Econômica, enquanto o Banco Central retém R$ 350 bilhões dos bancos, em recolhimentos compulsórios.

Quer baixar os impostos? Porque não promover a extinção gradual do PIS e da COFINS? Uma medida dessa ordem seria a consagração do Governo da Presidente Dilma.

Malabarismo fiscal

Falharam totalmente todos os prognósticos do Governo, em relação às contas públicas em 2012. As despesas continuaram crescendo mais do que as receitas, a dívida bruta aumentou

R$ 340 bilhões, aproximando-se de 60% do PIB. Em 2012, foram pagos juros de R$ 213,9 bilhões, pouco menos do que em 2011 (R$ 236,7 bilhões). O déficit fiscal foi praticamente o mesmo (R$ 108,9 bilhões). A programação para realizar um superávit primário de 3,1% do PIB perdeu-se no meio do caminho, mas o Ministério da Fazenda se aferrou à ideia de que essa parte do tripé era essencial e procura justificar todo o malabarismo fiscal que foi feito para chegar a esse número.

A partir daí, foram realizados truques inadmissíveis e injustificáveis, no pressuposto de que seria fácil tapear a opinião pública. Tudo começou em 2010, na administração do Presidente Lula que autorizou a capitalização da Petrobras, via BNDES, mediante a entrega ficticia de cinco bilhões de barris de petróleo de PRÉ-SAL, ainda não produzidos. Em 2012, a "saída" do Governo foi manipular as contas, abatendo do déficit R$ 38 bilhões incluídos no PAC, R$ 12,4 bilhões sacados do Fundo Soberano e R$ 7 bilhões antecipados em dividendos do BNDES e da Caixa Econômica.

A maquiagem na contabilidade do Governo chegou a R$ 200 bilhões em 2012. No apagar das luzes promoveu-se um aumento de capital

R$ 5,4 bilhões da Caixa Econômica, mediante transferência de ações do BNDES.

Em declaração recente, o Ministro da Fazenda considerou legítimos todos esses artifícios.

Política econômica

O Governo tem dois problemas sérios pela frente: a inflação e a taxa baixa de crescimento econômico. A principal força de alimentação das pressões inflacionárias é a expansão do crédito, fomentada pelo Governo, através dos bancos públicos (BNDES, Caixa Econômica e Banco do Brasil).

A origem do crédito, normalmente, é a poupança que resulta abstenção do consumo ou retenção para investimentos. Mas o crédito também pode ser criado do NADA. Esse é o poder dos bancos e, também, dos Governos, como está sendo feito no Brasil, a exemplo do que foi praticado recentemente pelos Estados Unidos e pela Europa. Na origem do sistema, os bancos aprenderam com os ourives que era possível emitir recibos (papel-moeda) em quantidade muito maior do que o lastro ouro que deveria respaldá-los. Daí surgiu a moeda fiduciária, que é o padrão do sistema monetário atual.

Não é rigorosamente necessário que o investimento seja feito com poupança previamente realizada. O crédito bancário tem o poder mágico de antecipar-se e propiciar investimento antes da realização da poupança. O investimento assim gerado vai produzir renda e a renda vai gerar poupança. É lógico que esse não e um processo sem limites. Pelo contrário, ultrapassado determinado ponto, a expansão do

CD - SECRETARIA GERAL DA MESA - ATUAÇÃO 1787

crédito gera inflação e não investimento.

Ao que parece, o Governo não tem consciência do que está acontecendo. Sem saber o que fazer com quase US$ 380 bilhões de reservas cambiais, a Caixa Econômica, o Banco do Brasil e o próprio Governo continuam programando o levantamento de novos empréstimos externos, que vão ampliar ainda mais a expansão do crédito interno. Algo inexplicável e contraditório. Talvez nem tanto para os corretores e intermediários ...

Quanto ao crescimento econômico, está condenado a repetir o pífio resultado dos dois anos anteriores, a menos que se consiga aumentar substancialmente o volume dos investimentos. Sem investimento não há crescimento.

O Governo está anunciando ter investido R$ 472,4 bilhões nos projetos do PAC-2, mas aí inclui R$ 151,6 bilhões de financiamentos habitacionais. O que importa, realmente, são os investimentos produtivos. Do Orçamento-Geral da União, foram desembolsados R$ 18,0 bilhões, em 2012, cerca de 30% da verba total, mais R$ 21,3 bilhões de Restos a Pagar. É muito pouco.

Inflação

É lógico que as pressões inflacionárias estão aumentando. Os salários continuam tendo aumentos reais da ordem de 2% a 3%; a desvalorização cambial dos últimos 12 meses ainda não foi estabilizada; o Governo vem forçando os aumentos de crédito do BNDES, da Caixa Econômica e do Banco do Brasil, e o Banco Central, em 2012, liberou

R$ 100 bilhões dos depósitos compulsórios dos bancos, para que expandissem seus empréstimos. Ao lado de tudo isso, os agentes financeiros, através da mídia, vêm alimentando a expectativa de elevação da SELIC.

Vamos admitir que a inflação brasileira atual seja um problema de excesso de demanda, ou mais precisamente, de consumo. Cabe, então, perguntar o que alimenta essa demanda. E a resposta aponta três causas principais: 1) alto nível de emprego e a baixa taxa de desemprego; 2) reajustes reais de salários; e 3) expansão do crédito.

Sendo assim, qual seria a utilidade ou eficácia de subir a taxa de juros SELIC? Não cabe imaginar que o objetivo de aumentar os juros possa ser o de aumentar o desemprego. Tampouco se poderia jogar o Banco Central contra o projeto do Governo, com base na elevação do salário mínimo. Finalmente, admitindo-se que uma elevação da SELIC possa contribuir para refrear a expansão do crédito, haveria uma total contradição com o fato de que o Governo é o principal responsável pela expansão do crédito no BNDES, na Caixa Econômica e no Banco do Brasil.

Isto posto, cabe considerar que, na conjuntura atual, uma elevação da SELIC iria impactar diretamente o déficit fiscal, outra fonte inflacionária.

O objetivo básico da elevação dos juros é a contenção do crédito. E isto não está na programação do Governo. Aliás, o Banco Central acaba de reduzir os juros do redesconto, o que vai permitir aos bancos privados maior expansão do crédito.

Se o Banco Central aumentar a taxa Selic, vai "jogar lenha na fogueira", pois reforçará as expectativas de que a inflação irá mesmo subir. Ademais, SELIC alta significa maiores gastos inflacionários do Governo.

É impressionante o desacerto; o Governo alimenta as pressões da demanda e se espanta com o resultado, que é o aumento da inflação. Esse é o "cenário prospectivo", que assusta o presidente do Banco Central.

Na conjuntura atual, antes de qualquer providência, seria prudente aguardar o resultado da redução dos preços da energia elétrica e da desoneração fiscal da cesta básica, assim como esperar os efeitos antecipados da nova safra recorde da agricultura.

Todo mundo observa e comenta, com espanto, o incrível nível de encarecimento a que chegaram os

CD - SECRETARIA GERAL DA MESA
AUTUAÇÃO
1788

bens de consumo no Brasil. Para nosso desespero, temos a energia elétrica mais cara do mundo, a gasolina idem, assim como o vestuário, sapatos e artefatos de couro. Nem mesmo nos alimentos temos vantagem, ainda que a agricultura brasileira seja imbatível em competitividade, graças às contribuições da Embrapa. Pois incrível que pareça, os preços dos alimentos em geral e da comida fora de casa, no Brasil, são mais altos que nos Estados Unidos e na Europa. Até as diárias dos hotéis brasileiros são mais caras que as americanas e europeias, em nível equivalente.

Há muitas razões para que o Brasil seja o país mais caro do mundo, mas, indubitavelmente, a razão mais óbvia é a excessiva carga tributária, situada, hoje, em 36% do PIB.

É incrível imaginar que, em nosso País, pague-se 45% de ICMS sobre a conta de energia elétrica e sobre o consumo de gasolina. Mas não param aí os absurdos tributários, que também pesam sobre os alimentos (cerca de 20%).

Atividades econômicas

Indústria

O mês de janeiro sinalizou uma ligeira recuperação do setor industrial, a julgar pelo aumento de 10,3% nas vendas de embalagens de papelão, em relação a janeiro/12. Em boa parte, esse resultado se deve à indústria automobilística, que produziu mais 7,7% em relação a dezembro/12 e mais 32% sobre janeiro/12. A produção de aço bruto cresceu 1,1% em janeiro, ante janeiro/12.

O setor de papel e embalagens vem registrando elevada demanda e a Indústria Klabin, maior produtora e exportadora de papéis, prevê um primeiro trimestre muito forte. O consumo de energia elétrica em janeiro subiu 5,4% sobre janeiro/12. Na capital paulista, em janeiro, os lançamentos imobiliários caíram 2,08%.

Usado como teste, os setores de confecção e calcados não refletiram na produção os incentivos da desoneração fiscal. Em 2012, tiveram queda de 2,5%.

Um dos entraves ao crescimento industrial é o aumento de 6,6% ao custo de obra, em 2012.

A Petrobras, que representa o maior sustentáculo do PAC, em 2012, respondeu por R$ 74,5 bilhões dos

R$ 99,3 bilhões dos projetos executados. As obras do PAC, até 2014, somaram R$ 989 bilhões, dos quais

R$ 472,4 correspondem aos dois primeiros anos do Governo **Dilma**. Devido à falta de capacidade na indústria nacional, a Petrobras transferiu para a China e Indonésia a contratação de quatro plataformas do pré-sal.

O Governo está promovendo importante alteração nas condições dos contratos de concessão na área da infraestrutura - transportes e energia elétrica – elevando de 5,5% para 15% a taxa de retorno dos investimentos.

O Ministro Mantega anunciou que o Governo vai realizar em 28 de novembro o 11º leilão na área do pré-sal. Também em novembro, terá início a licitação de 159 terminais portuários. Na área do transporte ferroviário, o maior projeto que se tem em vista é a ligação do Porto de Açu (RJ) a Uruaçu (GO), ao custo de R$ 18,1 bilhões.

Comércio

As vendas do comércio varejista e a contratação de novos empregados têm sido a nota alta do setor, que impede uma recessão definitiva das atividades econômicas. Embora tenha caído 0,5% entre novembro e dezembro, o volume de vendas do setor cresceu 8,4% em 2012, basicamente no segmento dos supermercados.

Destacaram-se as vendas de móveis e eletrodomésticos (+12,2%) e artigos farmacêuticos, etc. (+10,2%). Regionalmente, os destaques foram para Tocantins (+31,0%), Paraíba (+19,9%) e Acre

CD
AUTUAÇÃO
1789
SECRETARIA GERAL DA MESA

(+15,0%).

Explica-se a evolução do crescimento basicamente pelo nível de ocupação (+3,1%), do rendimento médio (+3,2%), a expansão do crédito e a redução dos juros. Mas a inadimplência subiu para 7,9%.

Atenção: Em janeiro, as vendas dos supermercados subiram apenas 1,8% sobre janeiro/12 e caíram 22,1%, comparadas ao final do ano passado. No Distrito Federal ocorreu o contrário: houve queda de 6,9% em janeiro sobre dezembro/12 e alta de 9,3% em relação a janeiro/12.

Segundo a CNC, a disposição das famílias para consumo (ICF) em fevereiro ficou 3,8% abaixo de fevereiro/12. O número de famílias sem condições de pagar suas dívidas subiu de 6,6% para 7%.

Agricultura

A agricultura, juntamente com o comércio, é que vai dar o rumo das atividades econômicas em 2013. O Brasil tornou-se, neste ano, o maior exportador mundial de soja e de milho. Entretanto, trava-se uma luta cruel nos transportes terrestres e no acesso aos portos, com custos absurdos, que deveriam envergonhar as autoridades brasileiras. Atualmente, nos portos de Santos e Paranaguá há fila de até 80 navios, com um custo de demurrage de US$ 30 mil/dia. A Lei nº 12.619, que restringe a jornada do caminhoneiro, fez com que o frete rodoviário subisse entre 25% e 50%. Por outro lado, a MP-595, feita às pressas e com muitas imperfeições, ameaça desestruturar o serviço nos portos, da mesma maneira do que foi feito com o novo modelo do setor petrolífero e da energia hidrelétrica. Lamentável.

A agricultura da laranja está em crise, desde algum tempo. O excesso de produção está levando a uma redução de 60 mil hectares na área plantada, principalmente em São Paulo, e substituição por outras culturas. Há crise também no setor sucroalcooleiro, especialmente na Região Centro-Sul, responsável por 90% da safra. Das 330 usinas de açúcar e etanol, 60 deverão fechar as portas em dois ou três anos. Em 2012, o setor eliminou 18 mil postos de trabalho (Única). Falta uma política consistente para o setor.

O resto vai bem, com uma safra recorde de 185 milhões de toneladas de grãos.

Mercado de Trabalho

De 4,6% em dezembro/12, a taxa de desemprego subiu para 5,4% em janeiro, segundo o IBGE. Para o DIEESE, o desemprego subiu de 9,8% em dezembro para 10% em janeiro.

Pelos dados da CAGED, em janeiro foram registrados 1.765 mil demissões e 1.794 mil admissões, com criação de apenas 28,9 mil vagas, com destaque para a indústria de transformação (+43,4 mil), construção civil (+33,4 mil) e comércio (-67,5 mil). Explica-se a situação do comércio pela eliminação sazonal dos empregados temporários. Foi o pior janeiro, desde a crise de 2009.

Setor Financeiro

O total dos créditos do sistema financeiro, em janeiro, atingiu

R$ 2.367,0 bilhões, com expansão de 16,4% em 12 meses. Os meios de pagamento (M1) registram queda sazonal de -4,0%, em janeiro e os depósitos compulsórios dos bancos subiram R$ 4,7 bilhões ante dezembro/12 e caíram R$ 100,0 bilhões em relação a dezembro/11, revelando que também o Banco Central vem contribuindo para a expansão dos empréstimos bancários.

O Banco Central reduziu os juros do redesconto da Selic de +6% para +1%, certamente visando à expansão do crédito.

Em 2012, o BNDES registrou queda de 9,6% nos lucros operacionais e consta que deve ser capitalizado em R$ 8 bilhões. O Banco do Brasil registrou forte expansão de 25% nos seus empréstimos, em 2012 e a Caixa Econômica de 42%. O Governo começa a pensar em impor limites de expansão aos bancos oficiais.

Inflação

CD ATUAÇÃO SECRETARIA DE COMISSÕES 1990

Em janeiro, houve uma reversão das tendências: caíram os preços no atacado e subiram no varejo. O

IGP-DI/FGV desceu de 0,66% para 0,31%, enquanto o IPCA/IBGE subiu de 0,79% para 0,86%.

Em fevereiro, o IGP-M/FGV desacelerou para 0,29%, ante 0,68% em dezembro e 0,34% em janeiro. A inflação medida pelo IPC-S, dos preços ao consumidor, em relação a janeiro, caiu em São Paulo de 0,47% para 0,13%, no Rio de Janeiro de 0,28% para -0,04%, em Brasília de 0,83% para 0,60%, em Porto Alegre de 064% para 0,40%, em Recife de 0,73% para 0,54%. Em todos esses índices prevalece a queda de 0,62% nos preços dos agropecuários, em janeiro.

O Governo está pensando em adiar para março o reajuste de 18% nas tarifas residenciais da energia elétrica, no Estado do Rio de Janeiro.

Pelo visto, não há por que precipitar qualquer elevação da Selic, como sugerem alguns analistas do mercado financeiro.

Na contra mão dos preços, os custos dos fretes rodoviários de Mato Grosso a Paranaguá subiram 50% em relação à safra anterior, enquanto o preço da soja subiu 20%.

Setor Público

O mês de janeiro surpreendeu o mercado com um superávit primário de R$ 30,2 bilhões, superior ao peso dos juros sobre a dívida pública, R$ 22,6 bilhões, gerando em superávit nominal de R$ 7,6 bilhões. O resultado, além de passageiro, está sob indagação, face às inúmeras maquinações contábeis que vêm sendo perpetradas para melhorar, aparentemente, a situação do Tesouro Nacional. Isso não impediu que o montante da dívida pública bruta ascendesse a R$ 2.623,4 bilhões (59% do PIB), R$ 39,5 bilhões acima do saldo em dezembro/12. Em compensação, a dívida mobiliária caiu R$ 79 bilhões.

Há grandes esperanças na realização dos projetos anunciados, em relação à Copa 2014 e às Olimpíadas 2016, assim como na retomada dos investimentos no Pré-Sal e nas obras de infraestrutura dos transportes. Permanece a indagação sobre a existência dos recursos necessários.

O Ministro da Fazenda está capitaneando importante road-show, em New York, com o objetivo de atrair investidores para os grandes projetos brasileiros, num total de US$ 235 bilhões. As expectativas são mais favoráveis, a partir da elevação das taxas de retorno de 5% para 15%, nos projetos a serem leiloados. O setor ferroviário será contemplado com subsídios de R$ 36 bilhões.

Setor Externo

Não foi brilhante o desempenho do balanço de pagamentos do Brasil, em janeiro. As exportações caíram 1,1% e as importações subiram 14,6%, em relação a janeiro/12. As contas de serviços e rendas ficaram negativas em US$ 7,5 bilhões, o que elevou o déficit geral em C/Correntes a US$ 11,4 bilhões, acima dos US$ 7,0 bilhões registrados em janeiro/12. Mas o ingresso de capitais continua alto, as reservas internacionais subiram US$ 1,4 bilhão. A dívida externa continua subindo e, em janeiro, chegou a

US$ 445 bilhões.

No cenário externo, as perspectivas estão refletindo a baixa expansão de 2,2% do comércio mundial, em 2012. Mas a economia americana continua recuperando-se lentamente e o Federal Reserve vai continuar com o afrouxamento monetário. No final de fevereiro, a taxa de câmbio US$/€ é praticamente a mesma do início de janeiro. O Governo americano está emprestando grande importância ao Acordo de Livre Comércio a ser assinado com a União Europeia. Enquanto isso, progride a Aliança do Pacífico (México, Colômbia, Peru e Chile) e definha o Mercosul.

Na Europa, não há melhoria na situação econômica, prevendo-se para 2013 uma retração de 0,3% nos 17 países da Zona do Euro. A Grécia vai receber mais um auxílio de US$ 2,8 bilhões, mas as preocupações continuam, principalmente em relação à questão política na Itália. A Inglaterra teve sua classificação rebaixada pela Moody's. A França tem o pior nível de desemprego dos últimos 15 anos.

Enquanto isso, a China continua expandindo fortemente as exportações e investindo no exterior,

CD - SECRETARIA GERAL DA MESA - ATUAÇÃO 2013-2015 Fls. 1791

principalmente na exploração de petróleo. Por outro lado, o Japão sofreu déficit comercial recorde de US$ 17,4 bilhões, em janeiro. Daí a justificativa da desvalorização do iene.

VALOR ONLINE POLÍTICA 01/03/2013

130 - OPOSIÇÃO CLASSIFICA COMO "DESASTRE" RESULTADO DO PIB

(Raquel Ulhôa | Valor)

BRASÍLIA - Dirigentes dos três principais partidos de oposição criticaram o desempenho do governo na área econômica, após a divulgação, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de que o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro cresceu 0,9% em 2012.

Em nota, o presidente do Democratas, senador José Agripino (RN), afirmou que o resultado mostra que as ações do governo não surtiram efeito e que a competitividade do Brasil está "jurada de morte".

"Enquanto os países da Europa em crise enfrentam os problemas de frente, no Brasil exercita-se o jogo do faz de conta. Nada do que foi feito produziu resultado porque não se foi ao centro da questão: gasto público de má-qualidade, que retira do País a condição de baixar impostos e fazer a infraestrutura que nos falta para baixar o custo Brasil. A competitividade do Brasil está jurada de morte."

Para o deputado federal Roberto Freire (PE), presidente nacional do PPS, o crescimento de 0,9% é um "desastre", que demonstra a "incompetência" do governo **Dilma** Rousseff e o "descalabro" deixado pelo antecessor, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Citando o exemplo da Petrobras, Freire afirmou que "houve um populismo exacerbado, uma despreocupação total com a economia, falta de investimento, consumismo exagerado".

"O desempenho medíocre do PIB não é apenas um número que indica o baixo crescimento ou a estagnação de nossa economia, mas acabaria provocando, como já estamos vendo acontecer, o aumento do desemprego no país", escreveu, em artigo semanal. "O Brasil fantasioso criado pela propaganda lulopetista não é capaz, assim como nenhum outro país seria, de proporcionar a façanha do pleno emprego sem que sua economia cresça. Mais cedo ou mais tarde, essa ilusão seria desmentida pela realidade dos fatos."

Freire criticou a reação do ministro Guido Mantega (Fazenda), que minimizou o fraco desempenho. "O quadro não é nada bom. E não adianta o governo querer fazer propaganda em cima de anúncios que já foram feitos no início de 2012, dizendo que o país vai ter altas taxas de crescimento. Vai crescer como? Vai de novo querer incentivar o consumo? O governo está perdido", disse o presidente do PPS.

O líder do **PSDB** na Câmara dos Deputados, Carlos Sampaio (SP), afirmou que o governo está "desnorteado" e que as medidas tomadas na área econômica não têm sido suficientes para estimular investimentos e atividade econômica.

"O crescimento pelo estímulo ao consumo das famílias já se esgotou e o governo é incapaz de desenvolver estratégias alternativas que criem condições estruturais para o desenvolvimento econômico do país. O mais grave é que, a despeito da economia praticamente estagnada, a inflação segue alta, afetando principalmente os brasileiros mais pobres", disse.

Para Sampaio, o governo tomou "medidas pontuais e desconexas", em vez de buscar condições estruturais de competitividade, como modernizar o sistema tributário e a infraestrutura e investir em ciência, tecnologia e em formação de mão de obra qualificada.

"Esses erros grosseiros nas previsões macroeconômicas, as constantes mudanças de rumo, a maquiagem nas contas públicas, geram desconfiança junto aos investidores e, sem investimentos, a economia não cresce", afirmou Sampaio.

CD - SECRETARIA GERAL DA MESA - COORDENAÇÃO
Fls. 1792

FOLHA DE SÃO PAULO DANUZA LEÃO 03/03/2013

131 - UM HOMEM FIEL

Danuza Leão

Viver à beira do precipício é o maior combustível para uma paixão, e muitos confundem insegurança com sentimentos mais profundos

As mulheres são curiosas. Outro dia ouvi de uma amiga a seguinte pérola: "não é nem que eu esteja assim tão apaixonada, mas estou com XXX porque ele é incapaz de me trair".

A certeza com que ela disse isso -e a felicidade-, me levaram a pensar: será que essa é mesmo a maior qualidade que se pode querer de um homem? Que ele seja incapaz de nos trair? É um caso a pensar.

Naturalmente nenhuma mulher está querendo que o homem com quem pretende compartilhar a vida saia atrás da primeira mulher que passar pela frente; mas é preciso que o homem que se ama seja capaz de quase tudo, e nesse quase tudo está incluída a capacidade de achar graça em muitas mulheres; aliás, em quase todas. E é essa capacidade que põe a mulher louca -por ele.

Está-se falando de amor, claro, e qual a mulher que consegue amar sabendo que o homem que ama é incapaz de traí-la, que ela pode passar a vida fazendo qualquer coisa -ou nada- que vai ser amada da mesma maneira?

O que conserva o amor em altíssima temperatura é a incerteza, é a dúvida. Será que ele foi mesmo a um jantar de trabalho? Será que foi mesmo ao futebol? E quando o celular tocou e ele disse que não podia falar, que ligava depois, não seria uma mulher? Claro que era, ela vai pensar. E vai viver no fio da navalha, sem certeza alguma do que está se passando, razão mais do que suficiente para não conseguir dormir, para viver atenta, prestando atenção a tudo, sobretudo aos silêncios.

Viver à beira do precipício é o maior combustível para uma paixão, e muitos confundem insegurança com sentimentos mais profundos.

Uma mulher que não tem muita certeza da fidelidade do seu parceiro nunca será vista precisando pintar a raiz dos cabelos ou sem pelo menos um pouquinho de maquiagem. Ela sabe que vive sempre por um fio, e nada melhor para alguém se sentir viva do que saber que a qualquer momento pode ganhar -ou perder- a vida, o dinheiro, o homem amado.

Estabilidade? E alguém tem estabilidade em alguma coisa? Se alguém achar que tem, além de ser um ingênuo, vai perceber que é a morte em vida.

Que você seja a pessoa mais rica do mundo, mais bonita, mais poderosa, pode acontecer de um dia, em um minuto, perder tudo.

Se houver uma revolução, o mais rico de todos pode ficar pobre -e até ser preso; se a mais linda tiver a pouca sorte de passar num desses bueiros que no Rio às vezes explodem, corre o risco de ir para o hospital para cuidar de suas queimaduras, e dizem que dor maior não há; e o poder- bem, basta ler os jornais, qualquer um, de qualquer país, para ver que se trata de uma gangorra.

Faça um exercício de memória e lembre dos nossos governantes do passado, que sairam debaixo de escândalos, e onde eles estão agora, poderosíssimos de novo; nesse ramo, mais do que em qualquer outro, tudo acontece, inclusive o impossível.

É essa certeza de não poder saber nada sobre o futuro que pode, às vezes, trazer uma notícia maravilhosa -embora seja raro-, ou acabar com suas ilusões e até com seu mundo.

CD
SECRETARIA GERAL DA MESA
AUTUAÇÃO
Fls. 1793

Complicado, mas esse talvez seja o sal da vida.

FOLHA DE SÃO PAULO ELIANE CANTANHÊDE 03/03/2013

132 - COINCIDÊNCIA OU TETO?

Eliane Cantanhêde

Lula, em 2002 e 2006, e **Dilma**, em 2010, tiveram no primeiro turno o mesmo índice de votação: em torno de 43% dos votos totais, contando nulos e brancos. O que variou foi o percentual dos adversários tucanos. Serra teve 21% em 2002 e 30% em 2010. Alckmin atingiu 37% em 2006, no rastro do mensalão.

A lembrança, que assanhou oposicionistas na semana passada, foi lançada pelo "ex-blog" do ex-prefeito, ex-governador e bom analista de pesquisas Cesar Maia, do DEM, junto com uma provocação: "Coincidentemente, nas três eleições de Lula, Lula e **Dilma** obtiveram no primeiro turno 43% dos votos totais. Coincidência? Ou teto para 2014?".

Se for teto, isso sugere que o resultado deverá, ou poderá, se repetir no ano que vem. Há, porém, dois fatores a serem considerados, até porque, em política e em eleições, tudo pode, menos certezas de véspera.

Um dos fatores é que Lula foi "o cara" em 2002, 2006 e 2010, como candidato ou como carregador de **Dilma**. Na próxima eleição, ele continuará protagonista, mas já não estará sozinho. Aos 43% que ele teve e que carregou para sua candidata, acrescente-se o que a própria **Dilma** amealhou por méritos próprios ou mesmo pela força do cargo. Em 2014, poderá haver uma soma: Lula mais **Dilma**.

O outro fator é a economia. Nas festas de 33 anos do PT, 10 no Planalto, os aplausos vão para o governo Lula, como se ninguém se lembrasse do governo **Dilma** ou não quisesse azedar o bolo com o "pibinho" de menos de 1% de 2012, a inflação dando as caras, o fiasco da Petrobras, a maquiagem de dados... Não é o que se projeta, mas, em tese, pode haver uma diminuição: Lula menos **Dilma**.

E os demais candidatos são determinantes. Nas contas de Maia, Heloísa Helena só teve 6% dos votos totais em 2006, mas os evangélicos fizeram a diferença nas outras eleições. Garotinho chegou a 16% em 2002, e Marina, a 18% em 2010. Lula e **Dilma** venceram no final. Mas tiveram de enfrentar a pedreira do segundo turno.

BRASIL 247 BRASÍLIA 247 04/03/2013

133 - AÉCIO: "NÃO SEI O QUE O DESTINO ME RESERVA"

Senador tucano negou estar em campanha eleitoral por 2014, apesar de ter sido lançado mais uma vez, agora pelo governador de Goiás, Marconi Perillo, durante o Fórum Estadual do PSDB em Goiânia; segundo ele, quem está em "campanha aberta" é a presidente Dilma, que "tem se esquecido dos compromissos com o desenvolvimento do Brasil"; Aécio Neves afirma que, apesar de não saber de seu futuro, "estará determinado a buscar os objetivos de todos"

Minas 247 – Após fazer duras críticas ao crescimento do País, denominado de "pibinho", o senador **Aécio Neves** (**PSDB**-MG) garantiu, durante Fórum do partido realizado em Goiânia, nesta segunda-feira 4, que não está em campanha para 2014, mas sim discutindo o Brasil. "Estou aqui para falar do Brasil", disse o tucano, no evento. Segundo ele, é dever dos membros do partido visitarem os estados a fim de discutir soluções e contribuir para o desenvolvimento.

CD - SECRETARIA REAL DESA - AUTUAÇÃO 1794

O senador disse ainda que quem está em "campanha aberta" é a presidente **Dilma** Rousseff, quem, segundo ele, "tem se esquecido dos compromissos com o desenvolvimento do Brasil". Participam do Fórum, além de Aécio, o presidente nacional do partido, **Sérgio Guerra**, o líder do partido na Câmara, o deputado Carlos Sampaio, a senadora Lucia Vania, o prefeito de Manaus, Arthur Virgílio, o senador Cyro Miranda, entre outros.

Apesar de ter negado sua candidatura, o tucano foi apresentado mais cedo como pré-candidato do **PSDB** à presidência da República pelo governador de Goiás, **Marconi Perillo**, que abriu o evento. As lideranças do partido também aproveitaram o encontro para lançar Perillo à reeleição no ano que vem. O tucano afirmou que está muito tranquilo neste mandato, mesmo depois de atravessar "o mar das tormentas no ano passado", em referência à **CPI do Cachoeira**, da qual foi alvo no Congresso.

Discurso

Durante seu discurso, **Aécio Neves** fez duras críticas ao governo federal em relação ao que chamou de "maquiagem" das contas públicas e rebateu a declaração de **Dilma** de que o PT não havia herdado nada da gestão anterior, de **Fernando Henrique Cardoso**, mas construído tudo. "Como não herdaram nada? E os programas de saúde criados por **José Serra**?", questionou Aécio, sobre o ex-ministro da Saúde. "Quem construiu pilares fundamentais para o país, ciente de que ainda falta muito a ser feito, foi o **PSDB**", acrescentou.

Segundo o senador, o **PSDB** não nega o que o PT fez. "Não temos essa fragilidade intelectual. Mas o Brasil pode ser muito melhor", declarou. Ele acrescentou que os tucanos não têm o que temer e sentem orgulho do que já fizeram pelo País. Aécio terminou sua fala lembrando a história de seu avô, Tancredo Neves, e dizendo que ainda não sabe o que o destino lhe reserva. "Não sei o que destino me reserva, mas estarei determinado a buscar os objetivos de todos você", diz Aécio.

Dilma diz que respeita adversários

Durante entrega de moradias em João Pessoa, nesta segunda-feira, a presidente **Dilma** declarou que seu governo respeita os adversário políticos, apesar das paixões eleitorais. "Podemos fazer o diabo na hora da eleição, mas, no exercício do mandato, temos que nos respeitar, pois fomos eleitos pelo voto direto", afirmou.

O ESTADO DE S. PAULO - SP EDITORIAL 06/03/2013

134 - UMA PERIGOSA ALQUIMIA FISCAL

Alquimistas morreriam de inveja. Governos estaduais e municipais descobriram a pedra filosofal, o meio de converter em ouro materiais de menor valor ou valor nenhum. A façanha consiste em levantar dinheiro - na prática, obter antecipação de receita - oferecendo como garantias créditos públicos inscritos na dívida ativa. São, portanto, créditos em atraso e de recebimento duvidoso, mas, ainda assim, o negócio tem atraído investidores dispostos a aplicar boas somas. Não se trata de empréstimos, mas de vendas de ativos, segundo prefeitos e governadores envolvidos ou interessados nesse tipo de operação. Técnicos do Tribunal de Contas da União (TGU), segundo informou o Estado (5/3), discordam dessa interpretação. Nesse caso, a transação baseada nos créditos seria uma tentativa de contornar a Lei de Responsabilidade Fiscal, isto é, de aumentar o endividamento sem depender de autorização federal.

O assunto foi parar no TCU por iniciativa do Banco do Brasil, convidado a participar de uma operação com a prefeitura de Belo Horizonte. A consulta ocorreu porque houve dúvida sobre o assunto. A resposta deverá definir também a situação dos governos de São Paulo e de Minas Gerais e induzir a Prefeitura paulistana a mudar seu plano de conseguir dinheiro com base nos créditos em atraso.

O argumento a favor da operação seria mais convincente se os Tesouros envolvidos vendessem alguns papéis e se livrassem de qualquer compromisso com o comprador. Não é o caso. Os governos continuam responsáveis pela cobrança dos valores da dívida ativa e com o dinheiro levantado remuneram os novos financiadores.

CD - SECRETARIA GERAL DA MESA - AUTUAÇÃO Fls. 1795

A garantia usada para atrair os investidores é o valor dos fundos constituídos com aqueles créditos, R$ 4,8 bilhões no caso de Belo Horizonte e R$ 2,1 bilhões no caso do governo paulista. Com essas garantias, a administração da capital mineira captou R$ 100 milhões e a do Estado de São Paulo, R$ 600 milhões. Os planos da Prefeitura paulistana incluem a obtenção de uma soma na faixa de R$ 300 milhões a R$ 700 milhões.

É muito difícil, nessas condições, descaracterizar as operações como empréstimos ou, mais precisamente, como antecipações de receita. Segundo as explicações oficiais, a arrecadação anual dos créditos em atraso é mais que suficiente para garantir o pagamento aos "compradores" da dívida pública. Mas é esse o ponto. Os novos financiadores entram no negócio porque o consideram seguro e esperam uma remuneração compensadora. Não se trata, para eles, de um investimento de risco.

Quem acompanha a evolução das finanças públicas, no Brasil, conhece há muito tempo as operações de antecipação de receitas. Conhece também, portanto, os desastres causados por manobras desse tipo. Boa parte dà execução do Plano Real, nos anos 90 e no começo da década seguinte, foi um esforço para reordenar e disciplinar as finanças estaduais e municipais. Abusos de todo tipo, praticados durante um longo período, haviam devastado as contas públicas de Estados e municípios e criado dívidas caríssimas. Para refinanciar essas dívidas e tornar Estados e municípios novamente administráveis, o governo federal negociou compromissos de longo prazo. Esses compromissos foram reforçados, no ano 2000, com uma legislação de responsabilidade fiscal.

Têm havido tentativas de revisão dos compromissos e de afrouxamento das regras fiscais. Há bons argumentos a favor de uma redução do custo imposto a Estados e municípios pelo refinanciamento de sua dívida. Mas nenhum argumento justifica o afrouxamento da responsabilidade fiscal.

O último grande esforço de arrumação das contas públicas foi a legislação aprovada no ano 2000. É preciso fazer muito mais para tornar mais produtivo cada real coletado pelos três níveis de governo. De toda forma, a importância da disciplina fiscal, mesmo limitada, foi comprovada amplamente nos últimos anos, quando outras economias afundaram na crise da dívida pública. A preocupação aumenta, no entanto, quando também o pior exemplo é dado pelo governo federal, com suas tentativas de trocar a disciplina pela maquiagem de suas contas.

O ESTADO DE SÃO PAULO ROLF KUNTZ 09/03/2013

135 - A INFLAÇÃO, O BC E OS LÍRIOS DO CAMPO

Olhai os lírios do campo. Essa bela exortação, a mais poética do Sermão da Montanha, bem poderia abrir a ata da última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), quando os dirigentes do Banco Central (BC) decidiram, de novo, depender da Providência, em vez de atacar a inflação. Nada altera esse fato, nem mesmo a nova linguagem da nota oficial distribuída na quarta-feira à noite. O comitê, segundo o comunicado, vai "acompanhar a evolução do cenário macroeconômico até sua próxima reunião, para então definir os próximos passos".

Acompanhar os fatos para definir a política é seu papel, com ou sem a intenção - ou a esperança - de manter a taxa por um período prolongado. Os fatos foram acompanhados e nada se fez, por mais de um ano, para atenuar as pressões inflacionárias. Agora uma nova pergunta é inevitável: para tomar suas próximas decisões, o pessoal do Copom levará em conta as pressões efetivas, visíveis no dia a dia, ou olhará simplesmente os índices de preços administrados pela intervenção do governo? Sem essa intervenção, os indicadores acumulados até fevereiro já teriam estourado o limite superior da banda ou estariam muito perto disso. Não há sequer, nessa história, a contrapartida do crescimento econômico facilitado pela política monetária. A inflação elevada é pura perda.

Toda a política seguida a partir do fim de agosto de 2011 foi baseada em apostas erradas. Erros de previsão são parte do jogo. A insistência no erro é outra história. Pode ser uma demonstração de fé em algum instante a intervenção divina resolverá os problemas. Nos mercados, a interpretação foi mais prosaica: a presidente da República mandou baixar os juros, sua ordem foi seguida e a autonomia

CD - SECRETARIA GERAL DA MESA
APRESENTAÇÃO
Fls. 179

operacional do BC foi pelo rato.

Os erros das apostas são bem conhecidos. Primeiro, esperava-se uma acomodação dos preços agrícolas, num cenário de estagnação internacional. As cotações oscilaram, de fato, mas voltaram a subir, por mais de um motivo, e as pressões se intensificaram no segundo semestre de 2012. Esse fato foi reconhecido pelo BC. Segundo, a redução de juros foi justificada também com a expectativa de austeridade fiscal. Esse foi um ato de fé especialmente notável. Sem surpresa para as pessoas razoavelmente informadas, essa expectativa foi igualmente desmoralizada pelos fatos. Desmoralizada parece uma palavra perfeitamente justificável, quando se considera a escandalosa maquiagem das contas federais. Quem apostar em gestão financeira mais cautelosa e responsável em 2013 também perderá, mas, neste caso, ninguém poderá sequer fingir surpresa.

Curiosamente, o pessoal do Copom há muito tempo identifica sinais de risco no mercado de mão de obra, com desemprego baixo e aumento constante da massa de rendimentos. Mas a expansão do crédito, visível a olho nu e comprovada oficialmente, mês a mês, em relatórios do próprio BC, tem merecido menor preocupação.

De toda forma, os responsáveis nominais pela política monetária agiram por longg tempo como se nada preocupante ocorresse nos mercados. Isso reforçou a suspeita, para dizer o mínimo, de serem outros os responsáveis reais. Como pensar de outra forma, quando se apresenta o coite de juros como conquista política e quando o Executivo interfere repetidamente na formação de preços - da gasolina, da eletricidade e de tantos bens de consumo?

A mais recente façanha desse tipo foi. a redução da conta de energia elétrica. Não se pode atribuir o barateamento da eletricidade a um aumento da oferta ou a uma elevação da produtividade do setor. Todo o efeito foi produzido por uma decisão fiscal tomada no Palácio do Planalto. O resultado começou a aparecer há algumas semanas e jáfoi bem visível no IPCA-15, divulgado em 22 de fevereiro, e no índice de Preços ao Consumidor da Fipe-USP, publicado nesta segunda-feira.

Com a redução da conta de energia, o IPC-Fipe subiu 0,22% em fevereiro. Teria subido praticamente o dobro, 0,43%, sem o efeito da eletricidade mais barata. A medida oficial de inflação, o IPCA, também foi afetada pelo corte da conta de eletricidade. O índice aumentou 0,60% no mês passado, bem menos que em janeiro (0,86%), de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). As contas de energia ficaram 15,17% menores em fevereiro, "refletindo boa parte da redução de 18% do valo das tarifas em vigor a partir de 24 de janeiro", segundo o relatório divulgado. Só essa redução tirou 0,48 ponto do IPCA. Mesmo assim, a alta acumulada em 12 meses chegou a 6,31%, bem perto do limite superior da margem de tolerância.

Energia mais barata é um benefício para o consumidor, principalmente se for sustentável, mas política anti-inflacionária é assunto muito diferente. Desonerações, mesmo quando bem executadas, afetam os índices de forma temporária, porque deixam intactos os fatores de pressão (como o aumento do crédito e o gasto público excessivo, por exemplo).

A Fundação Getúlio Vargas já advertiu; está-se esgotando, nos indicadores, o efeito da redução da conta de energia. Isso já se nota no IPC-S, atualizado semanal; mente e sempre relativo a um período de quatro semana s. Na primeira quadrissemana de março, o aumento geral foi de 0,52%. Havia ficado em 0,33% no fechamento de fevereiro. A deflação registrada no item "habitação", onde se inclui o custo da energia, diminuiu de 1,28% para 0,58% entre os dois períodos. Outras desonerações (da cesta básica, por exemplo) poderão frear a alta dos índices, nos próximos meses, mas sempre de forma temporária e sem mudar as condições propícias à inflação. Alguns preços poderão cair, mas a tendência geral, sem outras ações, será mantida. O pessoal do BC sabe disso e seria injustiça imaginar o contrário. Resta ver se a próximas decisões serão baseadas nas condições efetivas do mercado, na evolução mais ou menos benigna de índices administrados ou, mais uma vez, na preferência pela contemplação dos lírios do campo.

FOLHA DE SÃO VINICIUS TORRES 10/03/2013

CD
SECRETARIA GERAL DA MESA
AUTUAÇÃO
1797

PAULO FREIRE

136 - SALVE JORGE E O DRAGÃO

Inflação estará no meio do jogo político dos próximos meses; governo fica à espera de são Jorge

Vinicius Torres Freire

A INFLAÇÃO vai dar pano para a manga política daqui até a campanha eleitoral. Deve ultrapassar o limite de 6,5% da meta oficial em março, o que saberemos no começo de abril.

Quase em seguida, também em abril, o Banco Central decide se reza (se eleva juros), depois de ter ajoelhado e prometido combater o dragão da maldade, a inflação.

O estouro decimal da meta de inflação, em si mesmo, não muda muito a cara do bicho. Importa mais a maquiagem que o governo e seus críticos vão passar no dragão.

A oposição terá oportunidade de fazer chacrinha com o fiasco. A maioria dos economistas rirá nervosa da desgraça alheia ("Não disse que ia estourar?"). Haverá mais adesões ao clube dos empresários que andam incomodados com a agitação ativista do governo. Nada grave. Apenas mais azedo.

A esta altura do campeonato político-econômico, o governo, por sua vez, não tem muito mais o que fazer a não ser mais do mesmo.

Quer dizer, vai "desonerar", reduzir impostos sobre empresas ou bens de consumo, e esperar que as "desoneradas" de 2012-13 contribuam para conter os preços. Espera ainda que aumentos menores do salário mínimo (atrelado aos Pibinhos de 2012 e 2013) ajudem a arrefecer a inflação.

Economistas dos maiores bancos e consultorias acham que sim, o dragão fica na jaula: que a inflação cai abaixo da meta ao final de 2013. Porém, consideram tanto que o bicho ainda pode fugir como, de resto, que solta fogo suficiente para chamuscar a economia. A maioria sugere aumento de juros, mas nem todos acreditam que juros bastantes virão, dados o jeitão da política econômica do governo e a proximidade da eleição.

Conter a inflação significa aumentar o desemprego, limitar salários, o mínimo inclusive. "Desonerando", o governo espera empurrar tal problema com a barriga até que passe o efeito de choques sobre os preços, como o da comida, e, caso de fé, que a capacidade produtiva suba bastante. Se tudo der errado, espera poder adiar uma decisão até que a campanha de 2014 esteja vencida.

Problema: o Banco Central vai esperar para ver inflação ainda mais gorda? Para alguns economistas, o BC dá um tapa de leve nos juros, para inglês ver, mas ainda assim suficiente para colocar alguma água no motor do PIB até 2014.

O crescimento médio no biênio final de **Dilma** Rousseff ficaria então na média de uns 3% ao ano. Ou 2,5%, na média dos quatro anos, semelhante ao da era fernandina. Pega mal.

É possível manter emprego e consumo no atual ritmo, ou por aí, até 2014, com o que o governo ainda seria popular, mesmo com o motor da economia fundindo. O povo comum não perceberia o cheiro de queimado e não faz caso de estatísticas de PIB, mas parte das "elites" não gostaria da poluição no ambiente.

O país tenderia a ficar mais dividido. Sua capacidade de crescer ficaria reduzida devido aos quatro anos de improviso.

Quase toda esta conversa é baseada em cenários de economistas e em que "tudo mais fique constante" (por exemplo, que as Bolsas do mundo não estourem depois de tanto riso, tanta alegria).

Pode ser que tenhamos a sorte de os economistas errarem tudo de novo.

CD
AUTUAÇÃO 1798
MESA
SECRETARIA GERAL

vinit@uol.com.br

O ESTADO DE S. PAULO - SP EDITORIAL 11/03/2013

137 - O BAÚ DAS BONDADES FEDERAIS

O governo deve cortar mais R$ 18,3 bilhões de tributos, ampliando as desonerações já em vilíatty gor e incluindo entre os beneficiários os consumidores da cesta básica e mais alguns setores empresariais. A notícia parece positiva, em princípio, mas por enquanto só foi contada uma parte da história. Cortar impostos pode ser uma ideia muito boa, especialmente num país com. uma tributação bem maior que a , de outros emergentes e até mais pesada que a de algumas economias desenvolvidas, como a americana, a japonesa, a canadense e a australiana. Mas, para garantir um final feliz, falta saber como fechar as contas. A melhor maneira de resolver o problema é racionalizar os gastos, eliminar desperdícios e aumentar a eficiência do setor público. Nenhuma solução parecida com essa está à vista, no Brasil. A saída prevista, por enquanto, é a redução do superávit primário, isto é, do dinheiro economizado para pagar juros e controlar a dívida oficial. A solução pode até funcionar durante um ano, mas o governo está assumindo compromissos de longo prazo, alguns permanentes, e o conjunto é muito maior que as bondades previstas para 2013.

Todo possível candidato à eleição presidencial de 2014, incluída a presidente Dilma Rousseff, deveria preocupar-se com essa questão, até porque a festa orçamentária depende só em parte do Executivo. Deputados acabam de aprovar em primeiro turno uma proposta de emenda à Constituição para incluir parte dos funcionários estaduais do Amapá e de Roraima na folha de pagamentos da União. Essa facilidade já havia sido concedida a Rondônia por Lei Complementar de 1981 e consolidada por emenda constitucional de 2009. Pela Lei Complementar, a facilidade oferecida ao governo de Rondônia teria acabado em 1991, mas é muito mais fácil abrir do que fechar as torneiras dos benefícios federais.

A festa orçamentária de 2013 pode até ficar mais quente, mas já está bastante animada. Neste ano, as desonerações previstas até agora devem atingir R$ 70,7 bilhões. O governo tentará abater até R$ 65,2 bilhões do resultado primário, para compensar as reduções de tributos e alguns aumentos de gastos. Graças à redução dos juros básicos, argumentam alguns economistas, o governo pode baixar sem risco o alvo fiscal. A meta de superávit primário oficialmente em vigor, equivalente a 3,1% do Produto Interno Bruto (PIB), é apontada como excessiva por esses técnicos.

O argumento é perigoso, porque os juros podem novamente subir e isso afetará o custo da dívida, mesmo se a taxa permanecer abaixo dos níveis de 2011. Além disso, o governo melhorou os números finais do ano passado por intermédio de maquiagem. Por meio da famigerada contabilidade criativa, as autoridades tornaram mais apresentável a situação do Tesouro, mas nenhuma pessoa minimamente informada se deixou enganar. Mas o ponto mais importante é outro. O disfarce contábil, mesmo quando funciona por algum tempo, apenas retarda a percepção dos problemas. Em algum momento o País terá de enfrentar a realidade. Então, a solução dos problemas será muito mais penosa.

Falta saber, é preciso insistir, como acomodar, a médio e a longo prazos, as desonerações, o aumento de gastos e os compromissos vinculados aos programas de investimentos. O Executivo promete antecipar receita a quem investir em ferrovias, assumir riscos de várias parcerias e transferir dinheiro a bancos particulares para a infraestrutura. Tudo isso será somado às novas desonerações e àquelas já em vigor. Ao mesmo tempo, o Tesouro continuará capitalizando e alimentando o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Tem-se falado também sobre socorro a distribuidoras de eletricidade, forçadas a trabalhar com a energia mais cara das usinas térmicas.

Boa parte dessas operações elevará a dívida bruta do Tesouro. Parte da dívida líquida será disfarçada com a contabilização de créditos, como até agora, mas só os muito otimistas levam a sério essa contabilidade. Enfim, até agora, tem-se falado muito sobre bondades fiscais. Falta falar seriamente sobre como ajustar o orçamento para receber sem um grande estouro todos esses encargos.

CD
SECRETARIA GERAL DA MESA
APRESENTAÇÃO
Fls. 1799

CONGRESSO EM FOCO POLITICA 11/03/2013

138 - DILMA, PROPAGANDA ENGANOSA É CRIME!

"Infelizmente, os golpes cometidos pelo governo do PT contra os cidadãos brasileiros têm passado impunes, apesar de virem crescendo assustadoramente a cada dia que passa"

Nilson Leitão *

O artigo 37 do Código de Defesa do Consumidor proíbe toda publicidade enganosa ou abusiva. As penalidades para esses crimes vão desde a detenção de um a seis meses ou multa até seis meses a dois anos e multa. Essa proteção ao consumidor é uma conquista da sociedade brasileira que vem desde setembro de 1990.

Já o país não tem tido, nos últimos dez anos, a mesma sorte de ver punidos os responsáveis por manobras contábeis e pela propaganda oficial enganosa. Infelizmente, os golpes cometidos pelo governo do PT contra os cidadãos brasileiros têm passado impunes, apesar de virem crescendo assustadoramente a cada dia que passa.

Como exemplo de propaganda enganosa ou abusiva, podemos citar a maquiagem feita pelo governo federal nas contas públicas para fechar 2012 com o superávit primário positivo. Esse artifício financeiro detona a credibilidade do Brasil ao falsear a realidade, uma marca do governo petista.

Em junho de 2012, Guido Mantega considerou uma "piada" a projeção do Banco Credit Suisse de que a economia brasileira cresceria 1,5% no ano passado. O ministro insistia que o PIB seria de 4%. O crescimento não chegou a 1%, uma taxa ainda pior do que o projetado pelos analistas internacionais.

No importantíssimo setor de infraestrutura, o governo do PT também promete uma coisa e entrega outra. É o caso, por exemplo, das obras de transposição do rio São Francisco com desvios em todos os itens. O prazo para a conclusão do empreendimento passou do final de 2012 para dezembro de 2015. O próprio Ministério da Integração Nacional, responsável pelo projeto, indica fraudes em cinco dos 14 lotes da obra. Entre as irregularidades, estaria o recebimento por serviços não executados. Além disso, o gasto previsto que era originalmente de R$ 3 bilhões, já passou para R$ 6 bilhões e hoje está em R$ 8 bilhões.

Do mesmo modo, na educação temos um dos exemplos mais assustadores de propaganda enganosa: das seis mil creches prometidas por **Dilma** na campanha de 2010, apenas sete unidades haviam sido entregues até dezembro passado. Isso significa que, com mais da metade do mandato consumido, menos de 1% da meta havia sido cumprida.

Esses são casos clássicos de propaganda enganosa, mas que não fogem ao padrão desses dez anos do PT no governo. Um partido que, no poder, suprimiu a ética, maquiou as contas públicas, vendeu uma coisa e entregou outra, além de cometer crime de estelionato eleitoral, de improbidade administrativa e de propaganda enganosa.

No caso de prejuízo ao consumidor com publicidade enganosa ou abusiva, o responsável deve ser punido com detenção de até dois anos e multa, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor. Quando o delito resulta em dano aos cofres públicos e lesa o cidadão e o país, a pena justa é a demissão ou até mesmo cadeia.

*É deputado pelo **PSDB** de Mato Grosso e líder da Minoria na Câmara dos Deputados.

FOLHA DE SÃO PAULO TENDÊNCIAS/DEBATES 16/03/2013

CD
SECRETARIA GERAL DA MESA
APRESENTAÇÃO
Fls. 1800

139 - É POSSÍVEL CONTROLAR A INFLAÇÃO SEM SUBIR OS JUROS? NÃO

A maquiagem dos impostos

Fabio Kanczuk

Desonerações tributárias têm efeito provisório sobre o nível de preços. Somente com a elevação dos juros é possível controlar a inflação.

Antes de elaborar, deixe-me apresentar alguns "caveats" teóricos. Depois analisarei impactos econômicos e quantificarei minha conclusão.

Mas, antecipando, obtenho que a folga fiscal do governo é tão grande que é possível postergar a elevação de juros para após as eleições sem deixar a inflação furar o teto da banda, de 6,5%.

Ao responder a pergunta da Folha, decidi assumir que ela se refere ao momento em que vivemos, com as políticas econômica e monetária atualmente presentes no Brasil. Se estivéssemos sob um regime de câmbio fixo, em que os juros flutuam livremente, o controle inflacionário se daria pelo câmbio.

Mesmo no regime de metas inflacionárias atualmente em operação, é possível fazer alguns truques monetários para substituir a alta nos juros. Por exemplo, elevações nos compulsórios bancários, controles sobre prazos e modalidades de crédito ou outras formas de indiretamente controlar a inflação. Mas, na prática, elas causam uma elevação nos juros ao tomador de empréstimo, ainda que a Selic fique parada.

Mas considerei que essas possibilidades não são formas válidas ou pelo menos não as que interessam na atualidade.

A verdadeira questão é se o governo pode controlar a inflação por meio das desonerações. Como um corte de impostos afeta a inflação?

O primeiro impacto de uma desoneração é relativamente óbvio. É pontual, rápido e reduz a inflação. Com menos impostos sobre o produtor, o custo de um bem ou serviço fica menor. Parte disso é repassado ao consumidor. É claro que os produtores gostariam de usar o evento para simplesmente aumentar suas margens de lucro. Mas a competição no mercado e a própria demanda dos consumidores fazem com que boa parte de uma desoneração seja passada para os preços finais.

O segundo efeito de uma desoneração vai em sentido oposto. Atua a longo prazo e eleva a inflação. Equivale a uma expansão fiscal, causada pela redução de impostos. Quando o governo gasta mais ou, alternativamente, reduz a quantidade de recursos que está tirando do setor privado, ele está estimulando a economia por meio de um impulso fiscal. O impacto disso é bem conhecido: a demanda aumenta e os preços sobem. O difícil é mensurar esse impacto, saber quando ele ocorre e em quanto ele eleva a inflação.

Uma particularidade desse segundo efeito é que ele é permanente, isto é, ele continua elevando a inflação para sempre. A razão é um pouco técnica. A piora no superavit primário ocorre só uma vez, mas há um efeito sobre a dívida e os juros que persiste com o tempo. O governo continua transferindo recursos para o setor privado, pois paga cada vez mais juros.

Embora pouco intuitivo, esse efeito é quantitativamente relevante mesmo no Brasil, em que somente uma minoria dos consumidores detém dívida pública.

Para quantificar os efeitos de uma desoneração, utilizei um modelo computacional que simula as atitudes de famílias e firmas que reagem inteligentemente a choques.

Por meio de uma desoneração típica, o governo pode gerar uma redução instantânea de 0,5% na inflação, mas piora o resultado fiscal em 0,5% do PIB. Aos poucos, o efeito desinflacionário desaparece e o governo tem de recorrer a outra desoneração. Contudo, eu obtive que isso só é necessário depois de alguns trimestres.

CD - SECRETARIA GERAL DA MESA
APRESENTAÇÃO
Fls. 1801

Dessa forma, recorrendo repetidamente a esse truque, é possível manter tanto a inflação como a dívida pública controladas, ao menos até a próxima eleição. Depois disso, a elevação dos juros ficaria mesmo inevitável.

CONVERSA AFIADA	PAULO HENRIQUE AMORIM	19/03/2013

140 - STF MAQUIA O MENSALÃO. "DOMÍNIO DO FATO" VAI SUMIR

Os advogados e os historiadores devem requisitar, imediatamente, as gravações da TV Justiça dos votos do mensalão. O processo de maquiagem está em curso.

O ministro Luiz Fux mandou apagar suas intervenções das notas orais do STF (Supremo Tribunal Federal) contendo todo o debate em plenário durante o julgamento do mensalão.

... o que eu disse

Entre as falas agora apagadas estava uma que contrariou os advogados, por sugerir que caberia à defesa provar a inocência dos réus. Os ministros estão liberando aos poucos suas notas orais para o sistema de informática da corte.

Veja bem

A assessoria do ministro afirma que tudo que ele disse durante o julgamento constará no voto, e que foram excluídas as declarações para evitar um documento muito longo. Além disso, justifica que outros ministros fizeram o mesmo.

O Conversa Afiada tem a informação de que o emprego da teoria do "domínio do fato", aquele turbante da Carmen Miranda em que o STF transformou uma tese original alemã, vai desaparecer na hora em que os votos escritos estiverem publicados.

Foram essa e outras barbaridades que levaram a Hildegarde Angel a chamar a condenação sem provas do Dirceu e do Genoíno em "Mentirão".

Quanto ao Ministro Fux, marcha a passos acelerados para um processo inexorável de impeachment.

A revelação da conversa com o Ministro Gilberto Carvalho é estarrecedora.

Sem falar que confessou não saber que havia 3.200 vetos na frente da MP dos royalties do petróleo.

E parou o Brasil, até que o Supremo, constrangido, revisse seu erro.

Os advogados e os historiadores devem requisitar, imediatamente, as gravações da TV Justiça dos votos do mensalão.

O processo de maquiagem está em curso.

Viva o Brasil !

Paulo Henrique Amorim

(*) Folha é um jornal que não se deve deixar a avó ler, porque publica palavrões. Além disso, Folha é aquele jornal que entrevista Daniel Dantas DEPOIS de condenado e pergunta o que ele achou da investigação; da "ditabranda"; da ficha falsa da **Dilma**; que veste FHC com o manto de "bom caráter", porque, depois de 18 anos, reconheceu um filho; que matou o Tuma e depois o ressuscitou; e que é o

CD SECRETARIA GERAL DA MESA AUTUAÇÃO 1802

que é, porque o dono é o que é; nos anos militares, a Folha emprestava carros de reportagem aos torturadores.

FOLHA DE SÃO PAULO RUY CASTRO 20/03/2013

141 - LICENÇA PARA MENTIR

Ruy Castro

RIO DE JANEIRO - Os leitores de "Cinearte" ou "A Scena Muda" devem ter lido na época. Nos anos 1920, Charles Chaplin, no auge, foi a uma festa em Monte Carlo em que os convidados tinham de se fantasiar de... Carlitos. As caracterizações mais fiéis ganhariam prêmios. Segundo Arthur Koestler, em cujo livro "The Act of Creation" fiquei sabendo disso, Chaplin, usando a roupa e a maquiagem de Carlitos, pegou o, adivinhe, terceiro lugar.

Carlos Heitor Cony, em seu magnífico livro "Chaplin", recém-lançado, conta a mesma história, mas diz que ele ficou em 18º lugar. Não sei em que documentos em copta ou servo-croata Cony se baseou para quase condenar Chaplin à repescagem, mas com ele é assim. Suas fontes são tão inesperadas que não estranharei se uma autoridade em Chaplin, como o inglês Kevin Brownlow, vier a público e confirmar a versão de Cony.

Brownlow é o responsável pela nova edição restaurada de uma das obras-primas de Chaplin, "Em Busca do Ouro", em DVD pela Criterion Collection (US$ 14,99, pela Amazon). Contém a versão original muda do filme, de 1925, diferente da sonorizada e narrada por Chaplin em 1942, que era a que sempre assistimos e amamos. A "nova" versão muda é muito mais delicada, e os extras do DVD revelam que a sequência em que Carlitos caminha por aquele penhasco gelado, seguido por um urso, era um efeito especial -ou seja, ele nunca correu o risco de cair no abismo.

O gênio de Chaplin não tinha lugar nem hora. Em outra festa, ou quem sabe a mesma, e para surpresa geral, ele se levantou e cantou uma ária de ópera, com notável voz de tenor.

Os convidados foram cumprimentá-lo: "Não sabíamos que cantava tão bem, sr. Chaplin!". "Mas não sei cantar", ele respondeu. "Estava apenas imitando Caruso."

Ao contrário dos políticos, o artista pode e deve mentir -para ser fiel à verdade.

CORREIO BRAZILIENSE - DF VISTO, LIDO E OUVIDO - ARI CUNHA 21/03/2013

142 - ÁRVORES PLANTADAS

Ari Cunha e Circe Cunha

Árvores plantadas

Na periferia das cidades-satélites, árvores são retiradas para facilitar a urbanização primária. Só pode ser falta de planejamento. Vontade própria de mau gosto é difícil admitir. Alguns são conjuntos residenciais; e as árvores, a primeira preocupação. Na W3, o pensamento não é diferente. O projeto do trem suspenso, e dentro de horário, não pode correr sobre pista asfaltada. Por cima, a facilidade de trânsito é favorável. Há quem reclame do corte de árvores. Em Brasília, o trem aéreo não vai precisar de sinal luminoso. E, para manter o horário, precisa de pista livre. O que estamos fazendo é conjectura. Projetos estão em estudos. Alternativas para que as árvores sejam mantidas podem ser estudadas. Por enquanto, não há verbas para obra desse valor. Melhor é pensar, antes, e planejar. Só assim as coisas

CD
AUTUAÇÃO
1803

andam direito; e os trens, nos trilhos.

A frase que foi pronunciada:

"Fiéis querem ouvir a voz de Deus como música".

Ouvida na Praça de São Pedro, como demonstração
de carinho para o papa, simples como um aperto de mão.

Artigo
Feliz ideia do ministro Almir Pazianotto em escrever sobre assunto quase banal. Alcoolismo e trabalho não se conjugam. Interessante é que cabe à empresa buscar ajuda aos funcionários com esse problema. A advertência expôs problema social.

Ordem
Um dia, no cinema da Cidade Livre, altos comentários sobre o filme que passava. O coronel da polícia mineira estava na plateia e gritou para todos ouvirem, depois de acesas as luzes: "O dr. Israel me trouxe para manter a ordem. E o 'manto'". A partir daí, só era conhecido como "coronel manto".

Novidade
Nonato Freitas é o mais novo empresário da cidade. El Camaron é o restaurante do Núcleo Bandeirante, perto do cartório, para ninguém botar defeito. Cearense da gema, ele é quem escolhe o pescado. Peixe de rio não entra. Nem de cativeiro. Vale uma visita.

Cem fotos
"A fotografia registrando a marcha da história". Foi assim que Paula Cinquetti, representando todos os fotógrafos do Senado, explicou a importância da exposição 100 fotos de 2012. Os senadores presentes enalteceram o profissionalismo da Casa.
A exposição está aberta ao público até 8 de abril. Fica no túnel do tempo, acesso às alas Tancredo Neves e Teotônio Vilela.

Morar bem
Imaginem no pinheiral do Paranoá a construção de 6.240 apartamentos de dois quartos. É o que está para acontecer. Famílias com renda até R$1,6 mil mensal serão contempladas. A previsão é que grande parte da obra seja entregue neste ano.

Definitivo
Quem passa pela Rodoviária do Plano pode atestar a eterna degradação. A impressão que se tem é que há pouco interesse em se fazer um serviço decente de reforma. Não faltam arquitetos e engenheiros na cidade. O que fica difícil de entender é a falta de cerimônia de usar verba pública para maquiagem. Faltam estudos e planejamento para deixar a marca da competência. Até que tudo fique pronto, um milhão de pessoas que circulam por ali vão ter que se acostumar com as obras por um bom tempo.

Chuvas
Petrópolis, cidade da família imperial, sofre com chuvas. O rio que passa pela avenida transborda e põe à mostra pneus velhos, móveis usados e tudo que as residências não desejam. Jogando lixo nos rios, a população não ficará livre deles — o que a água leva se espalha. Verbas emergenciais foram aprovadas pelo Congresso. O governo federal liberou, mas, pelo visto, foi tudo para o ralo.

Lavagem de dinheiro
Roberto Gurgel, procurador-geral da República, acusou instituições financeiras contra investimentos dos bancos. Sua tese diz que vão ser criadas facilidades para permitir a lavagem de dinheiro. Houve revolta partida de quem defende outros interesses.

Cachaça
No Distrito Federal, não há maior coleção de vinhos do que a do restaurante de Francisco Ansileiro. A modernidade cresce com garrafas de cachaça, a mais pura. Gole de cachaça boa, normal entre os apreciadores.

Mudança de hábito

CD - SECRETARIA GERAL DA MESA - ATUAÇÃO Fls. 1804

Já era de se esperar o resultado da pesquisa do IBGE: 36% dos entrevistados em Brasília disseram ter sido vítimas de buylling. A média nacional é de 30,8%. Hoje, com celulares que gravam, alunos podem provar que muitos professores também desrespeitam a criançada.

ZÉ DIRCEU BLOG DO ZÉ 21/03/2013

143 - CHEGOU A HORA DAS DECISÕES SOBRE O NOVO PACTO FEDERATIVO

A correção da dívida pública dos municípios, uma nova repartição de recursos entre União, Estados e municípios e o acesso ao programa de ajuste fiscal são as três prioridades da pauta dos prefeitos de todo o país, entregue e discutida na reunião sobre um novo pacto federativo com os presidentes da Câmara, Henrique Eduardo Alves, e do Senado, Renan Calheiros, nesta 4ª feira (ontem).

O prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, afirmou que o principal para as cidades - capitais principalmente - será a mudança do indexador da dívida e o Programa de Ajuste Fiscal (PAF) para que os municípios possam contratar operações de crédito com mais facilidade. "Queremos um PAF municipal", afirmou Haddad. Atualmente, os Estados têm acesso a este programa. Haddad defendeu a abertura de linhas de crédito para as prefeituras.

"Precisamos voltar a ter acesso para financiar as obras de infraestrutura. Não estamos pedindo nada de diferente do que foi concedido aos Estados", afirmou. Haddad considerou, ainda, que atualmente a dívida dos municípios é "impagável". A correção é feita considerando o IGP mais 9%. "Os atuais indexadores da dívida são equivocados", disse.

Para ele, a Selic ou o IPCA são dois bons indexadores para a dívida. Ele cobrou a rápida aprovação pelo Congresso do projeto enviado pelo governo no final do ano passado que troca o indexador pelo IPCA mais 4% ao ano ou a taxa Selic, utilizando a taxa que for mais favorável aos municípios. São Paulo tem uma dívida superior a R$ 50 bi com a União. Os serviços dessa dívida (juros e outros) chegam a 17% ao ano.

Estávamos até atrasados nessas revisão

O presidente da Frente Nacional de Prefeitos, João Coser (PT), ex-prefeito de Vitória, afirmou que os prefeitos querem recuperar a capacidade de investimento. Uma das propostas apresentadas prevê o repasse de parte da CIDE - contribuição compulsória sobre combustível criada para conservação de estradas - para subsidiar as passagens de ônibus urbanos das regiões metropolitanas. Segundo ele, cada centavo arredado da CIDE e repassado aos municípios poderia reduzir em três centavos o valor da passagem.

Já era hora - até estamos atrasados, governo e partidos - dessa revisão do pacto federativo. Os municípios e Estados têm urgência na revisão dos índices de correção da divida interna, na redistribuição dos fundos de participação dos estados e municípios (FPE e FPM) e numa correção na composição destes fundos. Daí a urgência da incorporação das contribuições sociais, da reforma do ICMS (que será cobrado no destino e não no Estado produtor) e na distribuição do royalties do petróleo, agora judicializada pelos Estados produtores com várias ações no Supremo Tribunal Federal (STF).

Os prefeitos buscam saídas para a queda da arrecadação e para o aumentos de seus encargos com a dívida, para a distribuição injusta dos tributos entre as unidades que constituem a federação. Nesse debate, pelo que vejo, surgem propostas algumas consensuais outras polêmicas, como esta do uso da CIDE para subsidiar o custo do óleo diesel do transporte urbano. Este é um dos graves problemas de nossas cidades.

Mas o importante é que estão todos - e aí num consenso - buscando o aumento da arrecadação para mais investimentos na infraestrutura urbana e nos serviços sociais de nossas deterioradas cidades. Os prefeitos não aceitam mais a perda de arrecadação por causa das desonerações (necessárias, mas custosas para a arrecadação dos municípios); a não inclusão das cidades nos fundos das contribuições sociais; os tetos de endividamento; o alto custo da dívida com a União; e a divisão desigual do bolo

CD - SECRETARIA GERAL DA MESA
DATA 25/03/2015 HORA 17:05
PONTUAÇÃO

tributário e dos royalties.

Essa discussão e as reivindicações encontram hoje um campo fértil no Congresso Nacional, como comprova a votação dos royalties. O fato é que chegou a hora das decisões. Agora, elas devem vir, também, com leis de responsabilidade social e uma fiscalização que obriguem os prefeitos a investir o que a Constituição manda em educação e saúde, saneamento e infraestrutura urbana. Sem desvio de recursos vinculados (estabelecidos pela Constituição) para outras áreas ou maquiagem das contas e do orçamento municipal.

ESTADO DE MINAS - MG ECONOMIA 21/03/2013

144 - SENADOR TUCANO PROVOCA MANTEGA EM AUDIÊNCIA NA CAE

Agência Estado

O senador Álvaro Dias (PSDB-PR) fez uma série de provocações ao ministro da Fazenda, Guido Mantega, durante audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado. "Pelos números do PIB dos últimos dois anos, percebemos que a bola de cristal de vossa excelência continua quebrada", disse. Como exemplo, ele citou que as projeções de Mantega para a expansão de 2012 iam de 4,5% a 5%, mas que, de fato, o crescimento foi de 0,87%.

"Não sabemos se é pior a incompetência ou a mentira deliberada e estamos preocupado com as consequências", afirmou. O representante da oposição continuou dizendo que, no ano em que o governo prometeu um "espetáculo do crescimento", o Brasil cresceu apenas acima do Haiti. "O que quero dizer é que os R$ 478 bilhões (anunciados por Mantega durante apresentação para investimentos em logística), é, mais uma vez, tentativa de vender ilusões, de gerar falsa expectativa", disse. "Isso não é honesto e o governo tem que ser, em primeiro lugar, honesto", acrescentou.

O senador salientou que as previsões equivocadas do ministro da Fazenda, consideradas por ele otimistas em excesso, não contribuem para a credibilidade internacional do País. "O governo promove anúncios espetaculosos que não se concretizam e frustram em sequência."

Dias começou seu pronunciamento dizendo que a percepção que o governo passa é de que "está tudo dominado", mas que faria alguns questionamentos ao ministro "sem nenhuma falta de respeito". O representante da oposição continuou ainda citando que o governo usou de "ilusionismo estatístico", "kit de maquiagem", um total de cinco truques contábeis para poder cumprir a sua meta fiscal. Ele citou a antecipação de recebimento de dividendos, a venda de receita futura de estatais para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a capitalização de estatais rendendo mais dividendos, o abatimento dos investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e a postergação de despesa de R$ 40 bilhões de restos a pagar. Para ele, o governo só precisou usar esses "truques" porque não tinha como cumprir a meta.

Dias não parou. Continuou dizendo que o governo fazia, ao final, "contabilidade criativa". "O senhor fala com certo entusiasmo sobre dívida pública e estamos preocupados com o crescimento exorbitante da dívida do País e com o festival de empréstimo que estamos aprovando semanalmente no Congresso a pedido do governo", disse.

"A pergunta é: quando conseguiremos chegar a uma dívida bruta de menos de 45% do PIB como em países vizinhos?" O senador salientou também que o governo tem prometido uma forte desoneração do setor produtivo para este e os próximos anos. "O que vemos é reforma às avessas, aumentando despesas correntes." Ele argumentou ainda que há um "caos na saúde pública" e que o governo não cumpre, sequer, o compromisso constitucional.

Sobre inflação, o opositor perguntou até quando o governo estaria disposto a tolerar uma taxa de inflação acima da meta de 4,5%. "Estamos preocupados com o governo sempre vendendo ilusões. É necessário mais verdade e menos fantasia. Temos que acreditar nas medidas do governo. É preciso

CD - SECRETARIA GERAL DA MESA - COORDENAÇÃO 2013-2015 Fls. 186

recuperar a crença de que ações do governo são verdadeiras. Anúncios espetaculosos não guardam relação com a realidade."

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - PE POLÍTICA 21/03/2013

145 - GOVERNO TEM COMO CALCULAR PERDAS DOS ESTADOS COM UNIFICAÇÃO DO ICMS, DIZ MANTEGA

O governo federal tem como calcular as perdas dos estados com a unificação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), disse nesta quinta-feira o ministro da Fazenda, Guido Mantega, durante audiência na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE) que debate o assunto. "Temos, por exemplo, a nota fiscal eletrônica. Não haverá dúvida [sobre os cálculos]", disse.

Além de reafirmar que a economia crescerá entre 3,5% e 4%, Mantega falou também sobre a importância do fundo de desenvolvimento que será criado para ajudar os estados com mais dificuldades. Segundo o ministro, esse fundo ajudará a melhorar a infraestrutura nessas regiões. "Dará uma alavancada e melhorará o nível de infraestrutura, porque barateará os custos e os recursos, com custo baixo, poderão ser usados em programas de financiamento de estados para empresas [entre outras coisas]."

Durante a tramitação da proposta de unificação do ICMS, dois fundos estão sendo negociados. O primeiro tem montante estimado em R$ 8 bilhões por ano para compensar perdas, mas parte dos governadores quer até R$ 15 bilhões ao ano. O outro fundo é de desenvolvimento regional.

Na audiência, Mantega rebateu acusações de maquiagem na contas públicas. "Eu gostaria que alguém mostrasse que fizemos maquiagem. Não tem maquiagem no Ministério da Fazenda. Fizemos tudo de acordo com a lei", disse o ministro, ao comentar o uso do Fundo Soberano para atingir a meta de superávit primário no final do ano passado. "Somos fiscalizados pelo Tribunal de Contas da União e não foi apontada nenhuma irregularidade", reagiu.

Mantega voltou a defender as desonerações, que só este ano deverão chegar a R$ 50,7 bilhões. De acordo com o ministro, a maioria dos brasileiros é a favor da redução dos impostos que o governo vem fazendo, inclusive nos produtos da cesta básica. "Se perguntar à população, 100% irão aprovar. No caso da cesta básica, por exemplo, isso irá em benefício da população", disse ele, garantindo que o preço dos produtos da cesta básica já está caindo, embora o processo leve um tempo para surtir efeito. "[A queda] não é imediata porque tem que haver um ajuste entre a indústria e o comércio, que já está ocorrendo."

O ministro ressaltou que, embora muitos tenham criticado os incentivos concedidos ao setor automobilístico, a desoneração, como em outros casos, ajudou a aumentar as vendas, permitindo um maior repasse de recursos para os estados por meio do fundo de participação. "Não estamos dando bolsa empresa, estamos dando benefícios aos trabalhadores. Além disso, estamos fazendo grande transferência de renda. É claro que, se as empresas não crescerem e não tiverem investimentos, não existirão empregos", disse ele, defendendo a política econômcia do governo. Ele disse ainda que é possível renegociar os encargos da dívida dos estados retroativamente a janeiro.

Ao deixar a audiência, Mantega evitou comentar o valor do dólar, que chegou a R$ 2 hoje, ressaltando apenas que "câmbio é flutuante" e que a oscilação da moeda norte-americana pode ser um efeito do que vem acontecendo em Chipre.

Perguntado sobre a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que ontem (20) considerou inconstitucional a inclusão de ICMS, bem como do PIS/Pasep e da Cofins na base de cálculo dessas mesmas contribuições sociais incidentes sobre a importação de bens e serviços, Mantega informou que o Ministério da Fazenda pedirá à Corte uma modulação do impacto.

CD - SECRETARIA GERAL DA MESA - AUTUAÇÃO 1807

JORNAL DO BRASIL ONLINE - RJ PAÍS 21/03/2013

146 - MANTEGA: GOVERNO CALCULA PERDAS DOS ESTADOS COM UNIFICAÇÃO DO ICMS

O governo federal tem como calcular as perdas dos estados com a unificação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), disse hoje (21) o ministro da Fazenda, Guido Mantega, durante audiência na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE) que debate o assunto. "Temos, por exemplo, a nota fiscal eletrônica. Não haverá dúvida [sobre os cálculos]", disse.

Além de reafirmar que a economia crescerá entre 3,5% e 4%, Mantega falou também sobre a importância do fundo de desenvolvimento que será criado para ajudar os estados com mais dificuldades. Segundo o ministro, esse fundo ajudará a melhorar a infraestrutura nessas regiões. "Dará uma alavancada e melhorará o nível de infraestrutura, porque barateará os custos e os recursos, com custo baixo, poderão ser usados em programas de financiamento de estados para empresas [entre outras coisas]."

Durante a tramitação da proposta de unificação do ICMS, dois fundos estão sendo negociados. O primeiro tem montante estimado em R$ 8 bilhões por ano para compensar perdas, mas parte dos governadores quer até R$ 15 bilhões ao ano. O outro fundo é de desenvolvimento regional.

Na audiência, Mantega rebateu acusações de maquiagem na contas públicas. "Eu gostaria que alguém mostrasse que fizemos maquiagem. Não tem maquiagem no Ministério da Fazenda. Fizemos tudo de acordo com a lei", disse o ministro, ao comentar o uso do Fundo Soberano para atingir a meta de superávit primário no final do ano passado. "Somos fiscalizados pelo Tribunal de Contas da União e não foi apontada nenhuma irregularidade", reagiu.

Mantega voltou a defender as desonerações, que só este ano deverão chegar a R$ 50,7 bilhões. De acordo com o ministro, a maioria dos brasileiros é a favor da redução dos impostos que o governo vem fazendo, inclusive nos produtos da cesta básica. "Se perguntar à população, 100% irão aprovar. No caso da cesta básica, por exemplo, isso irá em benefício da população", disse ele, garantindo que o preço dos produtos da cesta básica já está caindo, embora o processo leve um tempo para surtir efeito. "[A queda] não é imediata porque tem que haver um ajuste entre a indústria e o comércio, que já está ocorrendo."

O ministro ressaltou que, embora muitos tenham criticado os incentivos concedidos ao setor automobilístico, a desoneração, como em outros casos, ajudou a aumentar as vendas, permitindo um maior repasse de recursos para os estados por meio do fundo de participação. "Não estamos dando bolsa empresa, estamos dando benefícios aos trabalhadores. Além disso, estamos fazendo grande transferência de renda. É claro que, se as empresas não crescerem e não tiverem investimentos, não existirão empregos", disse ele, defendendo a política econômcia do governo. Ele disse ainda que é possível renegociar os encargos da dívida dos estados retroativamente a janeiro.

Ao deixar a audiência, Mantega evitou comentar o valor do dólar, que chegou a R$ 2 hoje, ressaltando apenas que "câmbio é flutuante" e que a oscilação da moeda norte-americana pode ser um efeito do que vem acontecendo em Chipre.

Perguntado sobre a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que ontem (20) considerou inconstitucional a inclusão de ICMS, bem como do PIS/Pasep e da Cofins na base de cálculo dessas mesmas contribuições sociais incidentes sobre a importação de bens e serviços, Mantega informou que o Ministério da Fazenda pedirá à Corte uma modulação do impacto.

EXAME ONLINE POLÍTICA 21/03/2013

147 - COM UNIFICAÇÃO DO ICMS, GOVERNO TEM COMO CALCULAR PERDAS

CD
SECRETARIA GERAL DA MESA
2013-2015
Fls. 1808

Além de reafirmar que a economia crescerá entre 3,5% e 4%, Mantega falou da importância do fundo de desenvolvimento que será criado para ajudar os estados com mais dificuldades

Brasília – O governo federal tem como calcular as perdas dos estados com a unificação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), disse hoje (21) o ministro da Fazenda, Guido Mantega, durante audiência na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE) que debate o assunto. "Temos, por exemplo, a nota fiscal eletrônica. Não haverá dúvida [sobre os cálculos]", disse.

Além de reafirmar que a economia crescerá entre 3,5% e 4%, Mantega falou também sobre a importância do fundo de desenvolvimento que será criado para ajudar os estados com mais dificuldades. Segundo o ministro, esse fundo ajudará a melhorar a infraestrutura nessas regiões. "Dará uma alavancada e melhorará o nível de infraestrutura, porque barateará os custos e os recursos, com custo baixo, poderão ser usados em programas de financiamento de estados para empresas [entre outras coisas]."

Durante a tramitação da proposta de unificação do ICMS, dois fundos estão sendo negociados. O primeiro tem montante estimado em R$ 8 bilhões por ano para compensar perdas, mas parte dos governadores quer até R$ 15 bilhões ao ano. O outro fundo é de desenvolvimento regional.

Na audiência, Mantega rebateu acusações de maquiagem na contas públicas. "Eu gostaria que alguém mostrasse que fizemos maquiagem. Não tem maquiagem no Ministério da Fazenda. Fizemos tudo de acordo com a lei", disse o ministro, ao comentar o uso do Fundo Soberano para atingir a meta de superávit primário no final do ano passado. "Somos fiscalizados pelo Tribunal de Contas da União e não foi apontada nenhuma irregularidade", reagiu.

ESTADÃO ONLINE POLÍTICA 21/03/2013

148 - POLÍTICOS DO PT, PMDB E PSDB DEFENDEM BERNARDO

VERA ROSA - Agência Estado

A polêmica envolvendo o PT e o ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, chegou ao Congresso. Enquanto militantes da extrema-esquerda desferiam ataques a Bernardo nas redes sociais na internet, parlamentares do PT, PMDB e **PSDB** saíam em defesa dele. Alvo de radicais que disseram que Bernardo premiava a "sabotagem" das empresas de telecomunicações ao conceder isenções fiscais para o setor, ele manteve a posição e discordou das críticas do PT ao pacote de desonerações.

"O serviço 3G cresceu 100% em 2011 e, no ano passado, cresceu mais 80% em cima disso, ou seja, quase três vezes o que era em 2010. Os consumidores, com razão, querem qualidade e a única saída é fazer investimentos", disse Bernardo. "Nós estamos baixando impostos em várias áreas e as telecomunicações fazem parte desse pacote."

O governo concedeu alívio fiscal de R$ 6 bilhões às empresas de telecomunicações, mas o PT atacou a medida em resolução intitulada "Democratização da Mídia é Urgente e Inadiável", aprovada no dia 1.º. Ao cobrar do governo a revisão das desonerações - e também a decisão de não enviar ao Congresso o projeto que regulamenta a mídia -, o partido errou o valor das isenções e citou um número dez vezes maior, de R$ 60 bilhões.

O erro foi corrigido, a pedido do ministro das Comunicações, mas, desde então, as críticas a ele só aumentaram na legenda. Bernardo foi chamado de "traidor" e "privatista", entre outros adjetivos. "As pessoas precisam entender que foram desonerados equipamentos de telecomunicação, como celular, e não o conteúdo. Não houve incentivo para nenhuma operadora", disse o senador Walter Pinheiro (PT-BA). Apesar do comentário em favor do ministro, Pinheiro não quis entrar no mérito da polêmica. "Isso é com o PT", esquivou-se. "O meu voto, aqui no Senado, foi favorável à desoneração, assim como fui favorável quando o governo tirou o IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) da linha-branca."

CD - SECRETARIA GERAL DA MESA - AUTUAÇÃO FL. 1009

De acordo com o senador Wellington Dias (PT-PI), os incentivos fiscais têm de ser olhados do ponto de vista da redução do custo-Brasil. "É uma política estratégica e acertada, que precisa ser vista no conjunto", disse. "Alguém pode ser contra por uma questão ideológica, para evitar concentração de renda, mas, nesse caso, não se trata disso. Ao reduzir o custo das indústrias, a medida aumenta o poder de consumo e dá competitividade aos produtos brasileiros."

O presidente nacional do PMDB, senador Valdir Raupp (RO), comparou a medida ao "Proer dos Bancos" - lançado na gestão do ex-presidente **Fernando Henrique Cardoso** para socorrer instituições financeiras em apuros - e disse não ter nada contra as isenções fiscais. "Se as teles estiverem no vermelho, e dependerem da desoneração para não aumentar a tarifa, esse pacote se justifica", afirmou.

Segundo o senador Alvaro Dias (**PSDB**-PR), o "equívoco" da administração federal consiste em tentar soluções "a conta-gotas". "O Palácio do Planalto deveria optar por uma reforma abrangente, e não fatiada", disse. Dias disse não ter estranhado o erro do PT, que citou uma desoneração de R$ 60 bilhões na resolução, quando o valor correto era de R$ 6 bilhões. "Estamos acostumados com a manipulação dos números do PT no poder", ironizou, numa referência a "maquiagem" das contas públicas para cumprir a meta de superávit primário.

ESTADO DE MINAS - MG POLÍTICA 21/03/2013

149 - POLÍTICOS DO PT, PMDB E PSDB DEFENDEM MINISTRO DAS COMUNICAÇÕES

Brasília, 21 - A polêmica envolvendo o PT e o ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, chegou ao Congresso. Enquanto militantes da extrema-esquerda desferiam ataques a Bernardo nas redes sociais na internet, parlamentares do PT, PMDB e **PSDB** saíam em defesa dele. Alvo de radicais que disseram que Bernardo premiava a "sabotagem" das empresas de telecomunicações ao conceder isenções fiscais para o setor, ele manteve a posição e discordou das críticas do PT ao pacote de desonerações.

"O serviço 3G cresceu 100% em 2011 e, no ano passado, cresceu mais 80% em cima disso, ou seja, quase três vezes o que era em 2010. Os consumidores, com razão, querem qualidade e a única saída é fazer investimentos", disse Bernardo. "Nós estamos baixando impostos em várias áreas e as telecomunicações fazem parte desse pacote."

O governo concedeu alívio fiscal de R$ 6 bilhões às empresas de telecomunicações, mas o PT atacou a medida em resolução intitulada "Democratização da Mídia é Urgente e Inadiável", aprovada no dia 1.º. Ao cobrar do governo a revisão das desonerações - e também a decisão de não enviar ao Congresso o projeto que regulamenta a mídia -, o partido errou o valor das isenções e citou um número dez vezes maior, de R$ 60 bilhões.

O erro foi corrigido, a pedido do ministro das Comunicações, mas, desde então, as críticas a ele só aumentaram na legenda. Bernardo foi chamado de "traidor" e "privatista", entre outros adjetivos. "As pessoas precisam entender que foram desonerados equipamentos de telecomunicação, como celular, e não o conteúdo. Não houve incentivo para nenhuma operadora", disse o senador Walter Pinheiro (PT-BA). Apesar do comentário em favor do ministro, Pinheiro não quis entrar no mérito da polêmica. "Isso é com o PT", esquivou-se. "O meu voto, aqui no Senado, foi favorável à desoneração, assim como fui favorável quando o governo tirou o IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) da linha-branca."

De acordo com o senador Wellington Dias (PT-PI), os incentivos fiscais têm de ser olhados do ponto de vista da redução do custo-Brasil. "É uma política estratégica e acertada, que precisa ser vista no conjunto", disse. "Alguém pode ser contra por uma questão ideológica, para evitar concentração de renda, mas, nesse caso, não se trata disso. Ao reduzir o custo das indústrias, a medida aumenta o poder de consumo e dá competitividade aos produtos brasileiros."

O presidente nacional do PMDB, senador Valdir Raupp (RO), comparou a medida ao "Proer dos Bancos" - lançado na gestão do ex-presidente **Fernando Henrique Cardoso** para socorrer instituições

CD
AUTUAÇÃO
1810
SECRETARIA GERAL DA MESA

financeiras em apuros - e disse não ter nada contra as isenções fiscais. "Se as teles estiverem no vermelho, e dependerem da desoneração para não aumentar a tarifa, esse pacote se justifica", afirmou.

Segundo o senador Alvaro Dias (**PSDB**-PR), o "equívoco" da administração federal consiste em tentar soluções "a conta-gotas". "O Palácio do Planalto deveria optar por uma reforma abrangente, e não fatiada", disse. Dias disse não ter estranhado o erro do PT, que citou uma desoneração de R$ 60 bilhões na resolução, quando o valor correto era de R$ 6 bilhões. "Estamos acostumados com a manipulação dos números do PT no poder", ironizou, numa referência a "maquiagem" das contas públicas para cumprir a meta de superávit primário.

ESTADÃO ONLINE POLÍTICA 21/03/2013

150 - MINISTRO VOLTA A CRITICAR PT E DEFENDE DESONERAÇÃO ÀS EMPRESAS DE COMUNICAÇÃO

Paulo Bernardo afirmou que medida fez serviço 3G crescer 100% em 2011

Vera Rosa - O Estado de S. Paulo

BRASÍLIA - A polêmica envolvendo o PT e o ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, chegou ao Congresso. Enquanto militantes da extrema esquerda desferiam nesta quinta-feira, 21, ataques ao ministro nas redes sociais, parlamentares do PT, do PMDB e do **PSDB** saíam em sua defesa. Alvo de radicais que chegaram a dizer que ele premiava a "sabotagem" das empresas de telecomunicação ao conceder isenções fiscais para o setor, Bernardo voltou a discordar das críticas do PT ao pacote de desonerações.

"O serviço 3G cresceu 100% em 2011 e, no ano passado, cresceu mais 80% em cima disso, ou seja, quase três vezes o que era em 2010. Os consumidores, com razão, querem qualidade e a única saída é fazer investimentos", disse Bernardo ao Estado. "Nós baixamos impostos em várias áreas e as telecomunicações fazem parte desse pacote. Estamos fazendo um grande esforço para reduzir tributos no País."

O governo concedeu alívio fiscal de R$ 6 bilhões às empresas de telecomunicações, mas o Diretório Nacional do PT atacou a medida em resolução intitulada "Democratização da Mídia é Urgente e Inadiável", aprovada no último dia 1.º. Ao cobrar do governo a revisão das desonerações - e também a decisão de não enviar ao Congresso o projeto que regulamenta a mídia -, o PT confundiu o valor das isenções e citou um número dez vezes maior, de R$ 60 bilhões.

O erro foi corrigido, a pedido de Bernardo, mas, desde então, as críticas a ele só aumentaram no partido. Em entrevista ao Estado, publicada na quarta-feira, o ministro disse achar "incompreensível" que o PT "misture" regulação da mídia com investimentos e deflagre uma ofensiva contra as isenções fiscais concedidas pelo governo **Dilma**. Nas redes sociais, Bernardo foi chamado de "traidor" e "privatista", entre outros adjetivos.

"As pessoas precisam entender que foram desonerados equipamentos de telecomunicação, como celular, e não o conteúdo. Não houve incentivo para nenhuma operadora", disse o senador Walter Pinheiro (PT-BA).

Apesar do comentário em favor de Bernardo, Pinheiro não quis entrar na polêmica nem mexer no vespeiro da regulamentação da mídia. "Isso é com o PT", esquivou-se. "O meu voto, aqui no Senado, foi favorável à desoneração, assim como fui favorável quando o governo tirou o IPI dos produtos da linha branca", insistiu.

Para o senador Wellington Dias (PT-PI), os incentivos fiscais têm de ser olhados do ponto de vista da redução do custo Brasil. "É uma política estratégica e acertada, que precisa ser vista no conjunto", disse

CD - SECRETARIA GERAL DA MESA - ATUAÇÃO 2011-2015 1811

o petista. "Alguém pode ser contra por uma questão ideológica, para evitar concentração de renda, mas, nesse caso, não se trata disso. Ao reduzir o custo das indústrias, a medida aumenta o poder de consumo e dá competitividade aos produtos brasileiros."

O presidente do PMDB, senador Valdir Raupp (RO), comparou o pacote de desonerações ao "Proer dos Bancos" - lançado no governo **Fernando Henrique Cardoso** para socorrer instituições financeiras em apuros - e disse não ter nada contra as isenções fiscais. "Se as teles estiverem no vermelho, e dependerem da desoneração para não aumentar a tarifa, esse pacote se justifica", afirmou Raupp.

Na avaliação do senador Álvaro Dias (**PSDB**-PR), o "equívoco" do governo consiste em tentar soluções "a conta-gotas". "O Palácio do Planalto deveria optar por uma reforma abrangente, e não fatiada", comentou ele. Dias disse não ter estranhado o erro do PT, que se referiu a uma desoneração de R$ 60 bilhões na resolução aprovada pelo Diretório Nacional, quando o valor correto era de R$ 6 bilhões.

"Estamos acostumados com a manipulação dos números do PT no poder", ironizou o tucano, numa referência à maquiagem das contas públicas para cumprir a meta de superávit primário.

BRASIL 247 PODER 21/03/2013

151 - DESONERAÇÃO DA CESTA É "ILUSIONISMO GROSSEIRO"

Afirmativa é do deputado baiano Jutahy Magalhães Jr., do PSDB; em discurso nesta quinta, o tucano disse bateu duramente no anúncio de desoneração da cesta básica feito pela presidente Dilma Rousseff; "O governo se apropriou de uma matéria aprovada pelo Congresso Nacional há pouco mais de seis meses e agora lança como iniciativa própria por meio de uma escancarada propaganda eleitoral"

Opositor afiado ao governo da presidente **Dilma** Rousseff, o deputado baiano Jutahy Magalhães Jr., do **PSDB**, disse nesta quinta-feira na Câmara que a chefe da nação já cumpre agenda de campanha. O tucano qualificou como "ilusionismo grosseiro" o pronunciamento em rede nacional de televisão para anunciar a desoneração da cesta básica.

"O governo se apropriou de uma matéria aprovada pelo Congresso Nacional há pouco mais de seis meses e agora lança como iniciativa própria por meio de uma escancarada propaganda eleitoral".

O parlamentar baiano ainda criticou declaração recente de **Dilma** em evento que ele definiu como "comício" em João Pessoa-PB, de que se pode "fazer o diabo, mas só na hora da eleição". "É a presidente misturando de forma diabólica, como de hábito, o interesse público, com o marketing eleitoreiro que agora domina sua agenda", disparou o tucano.

O tucano atacou também a gestão da equipe econômica brasileira, a quem acusa de "manipular" informações para tentar passar controle da inflação. "A passividade do Banco Central deu lugar ao ativismo na errática e assombrosa maquiagem de números".

Jutahy lembrou que na semana passada, quando divulgou resultados da última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), o presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, alertou que a inflação poderia estar mudando de patamar e que a onda de aumentos de preços "poderia não ser temporária".

"A primeira reação à declaração do presidente do Banco Central foi mercadológica: prenúncio de aumentos na taxa de juros Selic. Entretanto, muito mais importante do que a sinalização de aumento da Selic foi o Banco Central anunciar o fracasso da política de controle da inflação do governo. Com sua autonomia minada, o Banco Central, nesse caso, errou e persiste no erro de aceitar passivamente o intervencionismo populista da chefia", disse Jutahy.

Segundo o deputado, para "maquiar a realidade dos números", o Banco Central alterou a metodologia de cálculo de calotes das pessoas físicas, que mede o índice de inadimplência. "O nome dessa prática é manipulação. O banco Central comete uma fraude que irá dificultar o trabalho de analistas, acadêmicos e historiadores no futuro".

CD - SECRETARIA GERAL DA MESA
SITUAÇÃO
Fls. 1812

Jutahy também qualificou de "ilusionismo grosseiro" o pronunciamento da presidente **Dilma** Rousseff em rede nacional de televisão para anunciar a desoneração da cesta básica. "O governo se apropriou de uma matéria aprovada pelo Congresso Nacional há pouco mais de seis meses e agora lança como iniciativa própria por meio de uma escancarada propaganda eleitoral".

O parlamentar baiano ainda criticou declaração recente de **Dilma** em evento que ele definiu como "comício" em João Pessoa-PB, de que se pode "fazer o diabo, mas só na hora da eleição". "É a presidente misturando de forma diabólica, como de hábito, o interesse público, com o marketing eleitoreiro que agora domina sua agenda", disparou o tucano.

O GLOBO - RJ ECONOMIA 22/03/2013

152 - ÍNDIOS PARALISAM OBRAS DE BELO MONTE

Manifestação contou também com a participação de colonos e ribeirinhos. Força Nacional foi convocada

Bruno Rosa

As obras em um dos quatro canteiros da usina hidrelétrica de Belo Monte, que está sendo construída às margens do Rio Xingu, em Altamira do Pará, foram paralisadas ontem. Indígenas, colonos e ribeirinhos se juntaram e invadiram o chamado Sítio Pimental. Os manifestantes alegam que as condicionantes prometidas pela Norte Energia, responsável pela construção do empreendimento, um dos principais do governo de **Dilma** Rousseff, não estão sendo cumpridas.

A Norte Energia afirmou, em nota, que cerca de 60 pessoas, sendo a maior parte colonos e ribeirinhos, ocuparam o canteiro por toda a quinta-feira. Mas, segundo informações da ONG Movimento Xingu Vivo para Sempre, o número é maior, de cerca de 150 pessoas.

Devido ao impasse durante todo o dia, a Norte Energia convocou uma reunião na noite de ontem em Altamira, no Pará, com as lideranças locais e representantes dos órgãos do governo federal, como o Ministério do Meio Ambiente. Mas, segundo pessoas presentes no encontro, não se chegou a uma solução.

Advogada é retirada de reunião

De acordo a ONG Movimento Xingu Vivo, a manifestação começou na madrugada de ontem, quando cerca de 150 pessoas bloquearam a estrada de acesso ao canteiro. Rapidamente, a Força Nacional de Segurança foi acionada ao local para tentar impedir a invasão ao canteiro de obras.

- A reunião no fim do dia foi mais uma maquiagem da Norte Energia. Eu fui proibida de participar da reunião e ainda recebi um mandado proibitório da Justiça, dizendo que, se eu voltar a participar das manifestações, terei de pagar uma multa de R$ 50 mil e ainda posso ser presa - disse a a advogada de direitos humanos Maira Irigaray, que acompanhava a manifestação a pedido dos índios da região.

No centro da manifestação de ontem está a comunidade do Jericoá, que reúne diversas etnias indígenas, como Xipaia, Curuaia e Canel, além dos índios Juruna da aldeia Muratu. Eles alegam, de acordo com a ONG Movimento Xingu Vivo, que, por serem afetados pela barragem, não tiveram a demarcação das terras nem esclarecimento da situação legal de algumas áreas do local. Além disso, dizem, não receberam as compensações prometidas pela Fundação Nacional do Índio (Funai). Os integrantes da comunidade, diz a ONG, reclamam que não há peixes para a pesca, já que a água do local estaria contaminada pelas obras.

Ao mesmo tempo, ribeirinhos e colonos não conseguem usar as terras para plantação, já que os índios alegam serem deles as terras. Por isso, pedem definição sobre a situação fundiária.

CD
COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE
AUTUAÇÃO
1813

- O medo é que esta situação crie um conflito entre indígenas e colonos. As principais reivindicações dos manifestantes se referem às condições da comunidade de Jericoá, que já não consegue mais pescar, recebeu apenas uma parcela das compensações indígenas, não tem água potável e seus barcos não suportam o sistema de transposição montado no barramento do Xingu na altura do Pimental. Eles também pedem a construção de uma escola - explicou a advogada de direitos humanos Maira Irigaray.

Norte Energia procura diálogo

Por outro lado, a Norte Energia afirmou que está aberta ao diálogo, mas "utilizará todas as medidas e instrumentos legais cabíveis para a continuidade do trabalho e desocupação da área". O consórcio disse ainda que os outros três canteiros de obra, Belo Monte, Canais e Diques, não tiveram as atividades afetadas.

Segundo uma fonte, outro motivo para a manifestação teria sido ocasionado pelo acordo firmado entre a liderança da aldeia Muratu e a Norte Energia, o que teria desagradado outros índios, além dos colonos. Mas os detalhes do acordo não foram divulgadas pela Norte Energia.

A paralisação das obras contou com o apoio dos funcionários do canteiro, segundo a ONG.

A Funai não retornou as ligações do GLOBO. Já os Ministérios de Minas e Energia e do Meio Ambiente não quiseram se pronunciar.

Essa é a oitava paralisação das obras da usina hidrelétrica Belo Monte desde o início de sua construção, em 2011. A expectativa é que a usina - que tem entre os acionistas a Eletrobras, os fundos de pensão Petros e Funcef, Neoenergia, Cemig e Light - entre em operação em 2015 e tenha capacidade para gerar de 11 mil megawatts (MW).

O GLOBO - RJ ECONOMIA 22/03/2013

153 - MANTEGA DIZ QUE DESONERAÇÕES SOMARÃO R$ 106 BI ATÉ 2014

Valor para turbinar o PIB superará, só este ano, R$ 55 bilhões

Martha Beck

As desonerações feitas para turbinar o Produto Interno Bruto (PIB) somarão R$ 106 bilhões até 2014, informou ontem o ministro da Fazenda, Guido Mantega, durante audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado. Em 2013, o valor chegará a R$ 50,7 bilhões. Já em 2014, será de R$ 55,45 bilhões. Segundo Mantega, o governo vai incluir mais setores na desoneração da folha de pagamentos, incentivo que já beneficiou 42 segmentos da economia brasileira.

- A desoneração da folha começou, mas não terminou - disse o ministro Mantega.

Durante a audiência, o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) disse ao ministro que algumas desonerações parecem bolsa empresa, pois acabam servindo para que a indústria aumente seus lucros, sem repassar a queda de tributos para a população. Um exemplo seria a redução do PIS/Cofins e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) dos produtos da cesta básica, que ainda não chegou totalmente aos preços cobrados dos consumidores.

- Ainda teremos uma ou duas semanas para a adaptação - rebateu Mantega.

Discussão com senador

O ministro destacou que o governo continuará trabalhando para combater a inflação:

- Continuaremos agindo de modo que a inflação não atrapalhe a vida do país e venha trazer alguma

CD - SECRETARIA GERAL DA MESA - AUTUAÇÃO 1814

intranquilidade.

Mantega disse que a guerra fiscal já não vale a pena para os estados, pois cria insegurança jurídica e faz com que as empresas reduzam seus investimentos. Segundo o ministro, uma das metas do governo é aprovar a reforma do ICMS.

O senador Álvaro Dias (**PSDB**-PR) irritou Mantega ao afirmar que suas previsões para a economia têm sido equivocadas.

- Não sei o que é pior, a incompetência ou a mentira deliberada. A bola de cristal do senhor continua quebrada. O senhor não tem sido bem-sucedido como pitonisa - disse Dias.

"bola de cristal pode ter tido defeito"

O ministro rebateu, afirmando que a crise internacional afetou as previsões de crescimento não só do governo, mas dos economistas do mercado. Em 2012, Mantega trabalhava com um crescimento de 4%, mas a taxa fechou o ano em 0,9%.

- Numa crise, ninguém consegue fazer previsões corretas da economia. Em 2012, não esperávamos um agravamento da crise europeia, que pegou todo mundo de calça curta. Muitos erraram, mas não sei se todos vão cair no limbo da desonestidade. Até agora, não sei o que o senador quis dizer com desonestidade. A minha bola de cristal pode ter tido alguns defeitos passageiros, mas costuma funcionar. Não é um pecado mortal não acertar uma previsão quando a economia está conturbada - disse o ministro.

O senador criticou ainda a condução da política fiscal, dizendo que o governo usou maquiagem para fechar suas contas no ano passado. Dias também perguntou a Mantega quanto tempo o governo iria continuar tolerando uma inflação alta. O ministro rebateu novamente.

- Não costumamos usar maquiagem no ministério, pelo menos que eu saiba. Fazemos tudo de acordo com a lei orçamentária e com a Lei de Responsabilidade Fiscal. Eu gostaria que alguém demonstrasse que fizemos isso (usar maquiagem) - afirmou Mantega.

O ESTADO DE S. PAULO - SP	ECONOMIA E NEGÓCIOS	22/03/2013

154 - DIGA QUEM ACERTOU? VOU DAR O NOBEL

Renata Veríssimo, Adriana Fernandes e Celia Froufe

Os baixos resultados da economia devem servir de munição para a oposição na campanha eleitoral de 2014. A primeira demonstração veio ontem do senador tucano Álvaro Dias (PR), que criticou duramente o ministro da Fazenda, Guido Mantega, pelos erros nas suas previsões e pela "contabilidade criativa" nas contas públicas. O embate deixou o ministro constrangido, mas ele não perdeu a chance de levantar a bandeira mais popular do governo: emprego e renda.

"Pelos números do PIB dos últimos dois anos, percebemos que a bola de cristal de vossa excelência continua quebrada", disse Dias, durante audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado. "Não sabemos se é pior a incompetência ou a mentira deliberada e estamos preocupados com as consequências", afirmou o tucano. "É preocupante o País ser gerido por um governo que vende ilusões. **Dilma** precisa de mais verdades e menos fantasias."

Mantega reagiu com ironia, afirmando que as previsões dos economistas "caíram por terra" em 2012 por causa da crise global. Disse que não é pecado mortal não acertar previsões quando a economia está conturbada. "Diga quem acertou? Eu vou dar o Prêmio Nobel de Economia", ironizou. O ministro se vangloriou por ter acertado as previsões de expansão nos primeiros anos à frente da pasta. Segundo

CD - SECRETARIA GERAL DA MESA - ATUAÇÃO 1815

ele, passou a errar em 2009, com o início da turbulência. "Minha bola de cristal pode ter tido alguns defeitos, mas costuma funcionar."

"Kit maquiagem". Dias acusou o governo de usar "truques", "manobras contábeis" e "kit maquiagem" para chegar ao superávit primário do. ano passado. "Não costumamos usar maquiagem no ministério, pelo menos que eu saiba. Fazemos tudo de acordo com a Lei Orçamentária e com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)", rebateu Mantega.

O ministro afirmou que o governo tem conseguido cumprir os seus projetos e não tem faltado ousadia. "Prometemos emprego para a população. Ela olha menos o PIB e mais as condições de vida e a renda", disse. "Inclusive quando a economia teve desempenho mais fraco, continuamos gerando emprego: 6% no ano passado. A economia brasileira, desse ponto de vista, está muito bem." Mantega, porém, não arriscou uma previsão de crescimento em 2013. Rindo, disse que estava com receio de fazer estimativa na frente do senador.

Mantega avaliou que 2013 começou com condições externas e internas mais favoráveis para a economia brasileira. "O PIB tem sido maior a cada trimestre do que o trimestre anterior, e essa trajetória vai ser mantida na economia brasileira. Isso será mantido o ano inteiro", afirmou.

Competitividade. O ministro disse que a crise internacional ainda não foi debelada, o que exige providência no País para o aumento dos investimentos, que já dão sinal de retomada e devem ser o indutor do crescimento. Mas, para ; isso, segundo ele, é imperativo um aumento da produtividade e da competitividade. Mantega prometeu novos programas para infraestrutura.

O ministro aproveitou para mandar um recado ao mercado, que tem dado sinais de que não acredita no comprometimento do governo em trazer a inflação para o centro da meta, de 4,5%. Segundo ele, os limites da meta de inflação não serão ultrapassados.

CORREIOWEB CIDADES DF 22/03/2013

155 - SETENTA E OITO CASAIS PARTICIPAM DE CASAMENTO COLETIVO NESTE SÁBADO

Essa é a 5ª edição do evento que faz parte do projeto Alma Gêmea, promovido pela Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania do Distrito Federal (Sejus)

Setenta e oito casais participarão do primeiro casamento coletivo de 2013 no próximo sábado (23/3). Essa é a 5ª edição do evento que faz parte do projeto Alma Gêmea, promovido pela Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania do Distrito Federal (Sejus). O evento ocorre a partir das 18h no Museu da República, na Esplanada dos Ministérios.

As noivas participantes ganharam o vestido de presente e passarão o dia na sede da Secretaria de Justiça para receber o "Dia da Noiva", com direito a massagens corporais, cabelo e maquiagem.

A iniciativa do governo local conta com parcerias da iniciativa privada para cobrir os custos do casamento, tais como cerimonial, decoração, vestidos e taxas de cartório. O orçamento é de R$ 30 mil.

O projeto já atendeu 175 casais em quatro cerimônias, desde a primeira edição, em 2012. Na última edição do ano passado, cem casais se uniram em plena Praça dos Três Poderes.

O ESTADO DE S. PAULO - SP EDITORIAL 23/03/2013

CD - SECRETARIA GERAL DA MESA - AUTUAÇÃO Fls. 1816

156 - ERROS E MEIAS-VERDADES

Entre as obrigações que, no seu entender, o cargo que ocupa lhe impõe, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, citou a de "tentar viabilizar" projeções otimistas. Postas assim as coisas, como fez o ministro durante audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, parecem justificadas todas as suas previsões, mesmo as mais disparatadas, como a feita no início do ano passado, quando previu que, apesar do quadro de grandes dificuldades da economia mundial, a economia brasileira cresceria 4%. O resultado apurado pelo IBGE, como se sabe, foi uma expansão de apenas 0,9%.

Cioso do que diz ser sua obrigação, Mantega continua a fazer projeções otimistas. Agora, depois de reconhecer que o desempenho da economia mundial em 2012 foi bem pior do que tem sido nos últimos anos, o ministro diz que haverá melhoras em 2013. Na sua análise, a União Europeia, já combalida, não deverá ter grande desempenho, mas "o risco de uma ruptura financeira está afastado em 2013". Parece que a situação de Chipre, que tanto preocupa as autoridades econômicas e financeiras no resto do mundo, não chega a incomodá-lo.

No plano interno, a seu ver, as medidas de estímulo ao crescimento começam a produzir efeitos e, por isso, a economia já mostra um crescimento maior. "Estamos numa trajetória gradual de aceleração da economia, enfrentando as dificuldades que continuam na economia internacional", afirmou. E foi um pouco além, ao dizer que acredita que a economia pode crescer 4%, mais do que os 3%, em média, que os economistas privados estão prevendo. Tomara que acerte desta vez.

Mas o senador Álvaro Dias (**PSDB**-PR) apontou razões para duvidar. "Pelos números do PIB dos últimos dois anos, percebemos que a bola de cristal de V. Exa. continua quebrada", disse o senador ao ministro. "Não sabemos se é pior a incompetência ou a mentira deliberada, e estamos preocupados com as consequências."

Em resposta, o ministro reconheceu que "minha bola de cristal pode ter tido alguns defeitos, mas costuma funcionar". Às vezes, reconheça-se, até acerta.

A despeito dos prejuízos que erros grosseiros de projeção, deliberados ou não, causam à imagem das autoridades, eles são menos graves para a credibilidade da política econômica do que meias-verdades que essas autoridades transformam em argumentos para defender suas ações. Em pelo menos dois momentos o ministro da Fazenda utilizou esse recurso durante a audiência na CAE do Senado.

Um dos momentos foi quando tratou da política fiscal, cuja execução se tornou mais difícil por causa da estagnação da arrecadação tributária em decorrência do mau desempenho da economia. Para atingir o superávit primário sem cortar despesas de custeio nem reduzir o ritmo em que vem concedendo benefícios tributários a setores escolhidos, sob a justificativa de estimular a atividade econômica, o governo vem lançando mão de recursos contábeis. Entre eles estão a apropriação antecipada de dividendos de estatais e a exclusão de investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do cálculo do superávit primário.

O senador paranaense disse que esse procedimento equivale a "truque", "manobra contábil" e "kit maquiagem". Em resposta, o ministro afirmou que tudo está de acordo com a lei orçamentária e com a Lei de Responsabilidade Fiscal. De fato, está. Mas esse tipo de artifício torna obscura a política fiscal, o que corrói sua credibilidade.

Outro momento em que usou a meia-verdade foi quando tratou da inflação, para garantir que não há risco de ela ficar acima da margem de tolerância da política de meta inflacionária. Também neste caso ele está certo. Mas é preciso observar que a meta, mantida há vários anos, é alta, se comparada à inflação média dos países ricos, e sua margem de tolerância é ampla demais, o que dá grande folga ao governo. Mesmo assim, o governo vem agindo de maneira atabalhoada, tentando conter preços e tarifas por meio de acordo políticos ou de seguidas reduções de tributos, o que torna sua política econômica ainda mais questionável. Em cortes de despesas, nem pensar.

CD - SECRETARIA GERAL DA MESA - AUTUAÇÃO 2013-2015 1817

FOLHA DE SÃO PAULO MÔNICA BERGAMO 26/03/2013

157 - MICROFONE NA CARA

Mônica Bergamo

A Iurd (Igreja Universal do Reino de Deus) foi condenada a pagar indenização de R$ 25 mil por danos morais a um operador de som. O pastor de uma igreja de Belo Horizonte agrediu o homem com um microfone em sua cara. A Universal recorreu ao TST (Tribunal Superior do Trabalho), mas a decisão foi mantida.

MICROFONE 2

O religioso teria reclamado que o microfone estaria sujo e descascando. Quando o funcionário explicou que era por excesso de lavagem, o pastor pediu para ele cheirar o aparelho. E empurrou o equipamento em seu nariz. Após a agressão, outros pastores passaram a fazer piada dizendo: "Cheira aqui".

ECO

No processo, o trabalhador conta que, em rituais de exorcismo, um bispo apontava para ele e dizia: "Queima esse demônio aí em cima. Mande ele embora, pois ele é o demônio que está estragando a nossa reunião". A Iurd afirma "que inexistiu a configuração do dano [...] e que não houve prova de qualquer dano psíquico- emocional do autor".

CINQUENTINHA NA LIDA

Xuxa não terá folga, amanhã, dia em que completa 50 anos. A apresentadora participará da apresentação da nova programação da Globo, na capital paulista.

SEM OBSTÁCULOS

São Paulo terá no próximo dia 14 a primeira corrida contra homofobia, preconceito religioso e étnico, bullying, violência à mulher e outras formas de discriminação. O evento da Secretaria de Esporte do Estado terá um percurso de 5 km em torno do vale do Anhangabaú.

PRETO E BRANCO

Ronaldinho Gaúcho deu uma camisa do Atlético Mineiro autografada para o poeta Ferreira Gullar, torcedor do time. O presente foi entregue por três atleticanos -o cartunista Paulo Caruso e os jornalistas José Maria Rabêlo e Petrônio Gonçalves. Gullar pretende retribuir a gentileza com um livro de poemas, "para inspirá-lo".

FAZENDO CARÃO

Famosa por fazer biquinho e jogar o cabelo durante os desfiles, a modelo Izabel Goulart virou motivo de brincadeira na rede social Instagram. Pessoas que circulavam pela São Paulo Fashion Week postaram fotos imitando a top, identificadas com o tópico #guesswho (advinha quem, em inglês). "É uma marca minha. Sempre tive muito cabelo. Então, para não sumir nas fotos, eu jogava os fios", diz Izabel.

SALADA VERDE

O ator Sergio Marone e o apresentador Cazé Pecini estrelam campanha de divulgação do mapa de feiras orgânicas do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor. O projeto quer estimular o consumo de alimentos orgânicos, favorecendo pequenos produtores e dando ao consumidor produtos de qualidade mais baratos.

SUPINO E FLEXÃO

A Bodytech do shopping Iguatemi, que será inaugurada em maio, terá sala exclusiva de maquiagem para as alunas e aulas coletivas dadas em um palco.

E os donos da academia acabam de comprar a Pelé Club do Itaim Bibi. O investimento é de R$ 9 milhões.

PARABÉNS SEM FIM

Passados dois meses do aniversário de 50 anos de Fernando Haddad (PT), uma faixa felicitando o prefeito de São Paulo continua na fachada de um prédio ocupado na avenida São João. A mensagem é assinada pelos "seus amigos do MMPT [Movimento Moradia para Todos]".

VIVA NAOMI!

A modelo britânica Naomi Campbell foi homenageada com um coquetel no Baretto, na sexta-feira, realizado pela revista "Vogue". Participaram da festa o estilista Valdemar Iódice, o modelo Yuri Campos, o arquiteto Paulus Magnus, o produtor David Jensen e Donata Meirelles, diretora de estilo da publicação.

DESPEDIDA FASHION

Roberta Sá cantou no desfile da grife Têca, no último dia da São Paulo Fashion Week, na sexta. A atriz Giselle Itié e a cantora Wanessa Camargo estiveram na Bienal.

ESTANTE

A Biblioteca Brasiliana Guita e José Mindlin foi inaugurada no sábado, na USP. A ministra da Cultura,

CD
AUTUAÇÃO
1818

Marta Suplicy, o crítico literário Antonio Candido e Sonia Mindlin, filha do casal que dá nome ao espaço, estavam no evento.
CURTO-CIRCUITO
A galeria Paralelo inaugura exposição da fotógrafa inglesa Deborah Anderson, às 19h, em Pinheiros.
Paulo Herkenhoff lança livro sobre Manabu Mabe, às 19h30, na Pinakotheke, na Vila Tramontano.
Ronaldo Fraga autografa o livro "Caderno de Roupas, Memórias e Croquis" na Livraria da Vila, no Jardim Paulista, às 18h30.
Pedro Sabie toca no lançamento de coleção de sapatos para noivas na loja da Carmen Steffens da Oscar Freire, às 20h.
O Oi Futuro abre hoje no Rio a mostra "Game Lover".

O GLOBO NEGÓCIOS E CIA 28/03/2013

158 - PROJETO VAI REGULAMENTAR CRUZEIROS MARÍTIMOS

Texto do PL 449/2012 foi retirado da pauta do Congresso para sofrer ajustes de redação, a pedido do Sindmar

FLÁVIA OLIVEIRA

Saiu da pauta do Congresso Nacional o Projeto de Lei 449/2012, que regulamenta o trabalho dos tripulantes de embarcações na costa brasileira. A pedido do Sindmar, dos oficiais de Marinha Mercante, o senador Paulo Paim (PT-RS) retirou o projeto da pauta para ajustes de redação. Há preocupação, em particular, com a regulamentação dos cruzeiros marítimos, segmento que cresceu muito no país nos últimos anos. A atividade enfrenta uma espécie de vácuo regulatório, uma vez que não foi incluída na Lei 9.432/1997, que trata da navegação no Brasil. A expectativa é que o projeto sofra alterações e seja reapresentado em um mês. A principal reivindicação do Sindmar é a isonomia entre empresas brasileiras e estrangeiras. Hoje, as principais companhias de cruzeiros que atuam no país são do exterior. Mas elas não estão obrigadas a cumprir as mesmas regras impostas às de bandeira nacional. "Não submetem suas rotas previamente às autoridades brasileiras, nem cumprem normas ambientais e de segurança locais", afirma o Sindmar em nota. A brecha regulatória estaria relacionada à série de incidentes e problemas sanitários de cruzeiros marítimos na costa brasileira.

900 mil PASSAGEIROS
Por ano, quase um milhão de pessoas fazem cruzeiros no Brasil. A temporada vai de novembro a abril. Há 280 roteiros de viagens disponíveis. As cinco principais companhias são estrangeiras.

Design do Brasil em vitrine italiana

O Salão Internacional do Móvel, em Milão, será vitrine para produtos fabricados no Brasil. A multimarcas A Lot of lançará linha própria, batizada de A Lot of Brasil, no evento, que será realizado de 9 a 14 de abril. O objetivo é apresentar peças com preços competitivos produzidas com matérias- primas nacionais e sustentáveis. Serão 17 produtos criados por 12 designers, Fabio Novembre, Nika Zupanc, entre eles. O italiano Vanni Pasca assina a curadoria. "Nosso objetivo é aumentar o faturamento em 800% e chegar a 110 pontos de vendas no Brasil e no exterior", diz o designer Pedro Paulo Franco, sócio da marca. O investimento total no projeto deve bater os R$ 5 milhões. Já a Secretaria estadual de Desenvolvimento do Rio levará, pela quinta vez, a mostra Rio + Design à cidade italiana. Vai reunir 27 expositores e mais de 60 produtos em espaço de 230 metros quadrados, na Via Tortona. Entre os lançamentos, está a linha para casa do designer Gilson Martins, que inclui relógio e porta- objetos para parede. A curadoria do projeto, aporte de R$ 700 milhões, é de Guto Indio da Costa, Cláudio Magalhães e Zanini de Zanine. Deve receber 25 mil visitantes. O designer carioca Rafael Miranda também estará em Milão no período. Vai participar da Brazil S/A. Ele procura parceiros para produzir a linha de relógios de borracha Copacabana. Quer arrecadar US$ 50 mil através de site de crowdfunding.

FRIOZINHO

A Monnalisa, italiana de roupa infantil, lança hoje campanha de inverno. As imagens, assinadas pelo

CD
AUTUAÇÃO
1819
SECRETARIA GERAL

fotógrafo Kirk Edward, circularão em mídias sociais. A grife inaugurou loja no Rio (Shopping Downtown) no fim do ano passado. Planeja chegar a Porto Alegre, Brasília e Goiânia em 2013. Prevê crescimento de 30% nas vendas.

Ganho real 1

O Sinduscon Rio fechou o acordo salarial de 2013. Trabalhadores da construção civil fluminense terão reajuste de 9%, a partir de 1º de março. É o quarto ano seguido de correção acima do INPC, índice de inflação que é referência nos acordos coletivos. Este ano, o ganho real chegou a 2,27%.

Ganho real 2

O piso salarial dos trabalhadores passa a R$ 1.045. É o que ganham serventes e contínuos. Em 2012, também houve reajuste de 9%; em 2011, de 7,5%; em 2010, de 7%.

Má ideia

Pesquisa do Conselho Mundial de Turismo colocou o Brasil em 51º lugar em ranking de competitividade. Dois pontos merecem atenção, aponta Paulo Senise, superintendente do Rio Convention & Visitors Bureau: a malha terrestre e as tarifas aéreas.

Fidelidade

O Itaú assinou termo de ajustamento de conduta (TAC) com o MP do Rio ontem. Passará a comunicar sobre mudanças em programa de fidelidade por telefone e e-mail. Clientes reclamavam de não ter recebido carta com aviso sobre as alterações.

Em Minas

A Partage inaugura, em abril, o Metropolitan Shopping Betim (MG). Aporte de R$ 250 milhões, terá 278 lojas.

'Top ten'

O Porto de Itaqui, em São Luís (MA), deve receber aporte de R$ 1,4 bilhão para ampliação de armazenagem e infraestrutura nos próximos três anos. Quer estar entre os dez mais importantes do mundo até 2031, movimentando 150 milhões de toneladas de cargas. Ano passado, foram 15,7 milhões.

Seguro em alta

Saltou 154% a carteira de seguros de cascos de navios do Grupo BB e Mapfre em 2012. Ficou com 19,4% de participação no mercado. O volume em prêmios foi de R$ 254 milhões. Este ano, prevê crescimento puxado pelo setor off-shore.

SORVETE CARIOCA

O Sorvete Itália estreia hoje a campanha "Rio é uma delícia". Quer chamar atenção para as belezas da cidade com vídeo para web e ação no Instagram. A DPZ assina, em parceria com Grito, Aquarela Filmes e Sonido. A sorveteria investiu R$ 330 mil e prevê faturar 30% mais.

DE PETRÓPOLIS

A cerveja Bohemia volta à mídia em campanha assinada pela AlmapBBDO. O comercial, que estreia hoje, foi filmado na Cervejaria Bohemia, em Petrópolis. A ideia é aliar os conceitos de tradição e qualidade. A marca, líder do mercado premium, existe desde 1853.

Livros 1

O Clube de Autores, plataforma de publicação de livros independentes, recebeu aporte do Fundo SC, da FIRCapitalBZPlan. Prevê dobrar o número de livros vendidos para 350 mil/ano.

CD - ASSESSORIA GERAL DA ATUAÇÃO
Fls. 1320

Livros 2

A Alta Books investiu mais de R$ 2 milhões para modernizar a área editorial. Prevê vender R$ 10 milhões este ano, alta de 25%.

Livre Mercado

A clínica Otolife será inaugurada na Barra, na próxima terça. É aporte de R$ 800 mil.

A grife Wöllner reabre hoje loja no Shopping Leblon. Investiu R$ 500 mil em reforma. Espera aumento de 35% nas vendas.

A MOB vai distribuir mil kits da Océane Femme para cliente mês que vem. Terá cosméticos como lenço para tirar maquiagem.

O ESTADO DE S. PAULO - SP EDITORIAL 01/04/2013

159 - O BALANÇO DO BNDES

O uso de manobras contábeis pelo governo federal para a obtenção de um superávit primário mais aceitável já se tornou costumeiro, mas esse "truque" pode estar sendo levado longe demais. No ano passado, para cumprir a meta reduzida de 2,38% do PIB - a meta anterior era de 3,1% -, o governo utilizou R$ 12,4 bilhões do Fundo Soberano e se apropriou antecipadamente de parte dos R$ 28 bilhões de dividendos das empresas estatais, alegando que, para isso, há previsão legal. Pode ser, mas, no caso dos dividendos, eles devem ser pagos de acordo com os lucros apurados de forma confiável, o que não ocorreu, pelo menos com relação ao balanço do BNDES do segundo semestre de 2012.

Na ânsia de fazer a conta chegar ao resultado prometido, o Conselho Monetário Nacional, às vésperas da virada do ano, permitiu que o BNDES lançasse em seu balanço um quarto das ações que possuía em carteira sem atualizar o seu valor de referência, isto é, sem levar em conta as grandes oscilações das cotações desses papéis no mercado. Isso influiu o lucro do BNDES em R$ 2,38 bilhões, o que foi útil para o governo, mas pode ter consequências negativas para a instituição. Essa prática lança dúvidas sobre a correção de seu balanço e pode limitar a sua capacidade de captar recursos no exterior. Com o mercado externo menos acessível, o Tesouro Nacional poderá ser obrigado a repassar um volume ainda maior de recursos para a instituição, que no ano passado recebeu nada menos do que R$ 55 bilhões.

O truque não passou despercebido pela auditora independente, que, em seu parecer sobre o balanço do banco, fez constar uma ressalva sobre essa forma de contabilização desigual do valor das ações. De fato, os lançamentos deveriam obedecer a um só critério, de acordo com os padrões contábeis internacionalmente aceitos, isto é, todas as ações que representam participação do banco em outras empresas deveriam ser lançadas pelo seu valor de mercado no momento de fechamento do balanço, independentemente da oscilação de suas cotações. A abertura de exceção para que um quarto dos papeis seja contabilizado de outra maneira é inteiramente discrepante das melhores práticas contábeis.

Não por acaso, as ações contabilizadas de "forma especial" são as mais afetadas pela desvalorização das cotações na Bovespa. Com a duplicidade de critérios, o banco pode pagar mais dividendos ao Tesouro, engordando o superávit primário.

Essas circunstâncias foram levadas em conta pela agência de classificação de risco Moody"s, que rebaixou a nota do BNDES e do BNDES-Par em dois degraus, passando-a de A3 para Baa2. Como motivos para sua decisão, a Moody"s mencionou a "deterioração da qualidade de crédito intrínseca e, particularmente, o enfraquecimento de suas posições de capital de nível 1". Essas razões podem ser discutíveis, mas inegavelmente criam um obstáculo a tomada de crédito no mercado internacional.

Procurado pela reportagem do Estado, o BNDES, por meio de sua as- sessoria de imprensa, negou que a ressalva feita pela auditora independente represente "qualquer impedimento para a emissão externa",

CD - SECRETARIA GERAL DA MESA
1821

O banco afirma ainda ser o "emissor brasileiro com melhores condições de custos, após o governo brasileiro". Como o BNDES não realizou qualquer operação no mercado externo em 2012, não dá para ter comprovação prática disso.

Fontes do mercado e do próprio governo admitem que a maquiagem do balanço torna mais difícil a colocação de papéis do BNDES. Além disso, há restrições regulamentares que investidores institucionais, como fundos de pensão, devem obedecer para a aquisição de papéis de instituições cujos resultados sejam colocados em dúvida.

Ainda que os obstáculos venham a ser superados em negociações com investidores externos, o custo para o banco tende a ser maior. O mais lamentável em tudo isso é a ligeireza e a irresponsabilidade com que o governo agiu para obter um resultado a curto prazo, desprezando normas fundamentais para assegurar a credibilidade do balanço de uma instituição do porte e da importância do BNDES.

FOLHA DE SÃO PAULO MERCADO ABERTO 03/04/2013

160 - CAMEX REABRE CONSULTA PÚBLICA PARA ALTA DE TARIFA

MARIA CRISTINA FRIAS

A Camex (Câmara de Comércio Exterior) reabriu a consulta pública relativa a pedidos de alta temporária do Imposto de Importação. Foram recebidos 262 pedidos e o prazo dado será para a contestação de setores contrários, segundo o órgão.

A decisão, considerada inédita por muitos advogados, foi bem recebida, mas causou alguma estranheza nos bastidores.

Para alguns, a iniciativa sinaliza uma possível mudança na política comercial do governo **Dilma**, que vinha priorizando a proteção da indústria, e demonstra preocupação com a inflação.

O aumento do Imposto de Importação de produtos variados foi aprovado em setembro de 2012 e apoiado por países do Mercosul.

"Mas o movimento foi muito criticado nos Estados Unidos e na Europa", lembra Adriana Dantas, do BM&A.

"A reabertura do prazo deve ser elogiada, mas demonstra receio do governo em autorizar novos aumentos, com a inflação crescente", diz.

A iniciativa contraria interesses de importantes setores da indústria, como a química e a de transformação.

"Apenas cem produtos serão contemplados e a escolha é complexa. Onerará a cadeia produtiva desses produtos. É positiva, portanto, a decisão da Camex", afirma Renê Medrado, do Pinheiro Neto.

"Há o interesse em obter mais informações porque a lista é controversa", diz José Dias, do Demarest e Almeida.

Sem crise

O resultado econômico do Brasil no ano passado não mudou, pelo menos até agora, o modo de os investidores verem o mercado imobiliário do país.

A avaliação é da CEO da consultoria imobiliária Jones Lang LaSalle para as Américas, Lauralee Martin.

"A economia global está mais lenta. Não é apenas o Brasil [que teve um crescimento baixo], China e

CD - AUTUAÇÃO 2015 1822 - SECRETARIA GERAL DA MESA

Índia também registraram queda. Não há uma preocupação específica com o mercado brasileiro", diz a executiva.

O interesse dos investidores em adquirir imóveis no país não se alterou entre 2012 e 2013, segundo a Afire (associação de investidores estrangeiros de imóveis).

"A indústria do setor no Brasil está começando a ficar mais transparente, o que é bastante atrativo para o dinheiro internacional. Receber os eventos esportivos também coloca o país em um patamar global", diz Martin.

Lucro materno

As vendas das lojas de varejo nos shoppings para o Dia das Mães deste ano devem crescer aproximadamente 9% ante o mesmo período de 2012, segundo a Abrasce (Associação Brasileira de Shoppings Centers).

A previsão é considerada excelente pelo presidente da entidade, Luiz Fernando Pinto Veiga, mesmo que seja inferior ao aumento de 11% registrado na mesma data do ano passado ante 2011.

"Com a economia do país patinando do jeito que está, será um ótimo resultado."

Os artigos de perfumaria, maquiagem, moda feminina e calçados deverão ser os líderes em vendas, conforme a associação.

Já o mercado de shoppings terá 48 novos empreendimentos neste ano. Serão 31 em cidades do interior e outros 17 em capitais. No ano passado, foram abertos 27 em todo o território nacional.

"Fecharemos 2013 com 505 shoppings e, para o ano que vem, outros 30 vão entrar em operação", diz Veiga.

Salários de brasileiros do setor de óleo e gás caem 7,2%

Os salários do setor de óleo e gás para trabalhadores locais tiveram queda de 7,2% no país no ano passado, segundo pesquisa da empresa de recrutamento Hays.

O atraso em leilões para exploração de campos de petróleo é apontado como um dos responsáveis pela retração.

A remuneração dos estrangeiros no Brasil, porém, cresceu 23% no mesmo período.

"Isso mostra que o fato de o país ter um número limitado de trabalhadores qualificados está atraindo pessoas de fora e elevando os salários delas", diz Keith Jones, da área de óleo e gás da Hays.

Quando comparado com outros países, o Brasil aparece em 16º lugar na lista dos que melhor remuneram funcionários estrangeiros.

"O setor no país vai precisar de mais pessoas de outros países. Para atrair esses trabalhadores, os salários devem crescer ainda mais", diz.

No mundo todo, a alta nas remunerações foi de 8,5%. A Austrália aparece no topo dos que melhor pagam os profissionais do setor. No país, também há falta de trabalhadores.

Caloria de gravata

Executivos estão comendo menos carne vermelha, mas consomem mais gorduras. Esse é o resultado de um estudo da Omint, empresa de assistência médica, sobre hábitos alimentares da classe.

Foram entrevistados 4.093 executivos em 2011 e 2012. Desses, 51% declararam ter ingerido carne vermelha com frequência no ano passado ante 66% em 2011.

CD - SECRETARIA GERAL DA MESA - AUTUAÇÃO 1223

O consumo de leite desnatado e queijo branco menos gorduroso caiu de 35% em 2011 para 30% em 2012.

Pelo levantamento, a maior renda dos pesquisados não garante melhor alimentação.

"Hábitos simples, como diminuir a ingestão de manteiga, já ajudam bastante a evitar as doenças coronarianas", diz Caio Soares, diretor médico da Omint.

Câmbio sem telefonema

Depois de usar por cinco anos no Brasil a plataforma de negociação cambial FXGO, da Bloomberg, a Volkswagen irá adotá-la na Argentina.

A montadora estuda utilizar o sistema eletrônico em outras de suas subsidiárias na América do Sul.

A plataforma permite que profissionais de investimento vejam, ao mesmo tempo, a cotação de moedas em mais de uma corretora.

"Estamos encontrando mais corporações interessadas em negociar divisas eletronicamente, pois é mais eficiente fazer isso do que pegar o telefone e ligar para vários bancos até obter o melhor preço", diz Tod Van Name, chefe global de câmbio estrangeiro, economia e commodities da Bloomberg.

O sistema é usado por bancos e empresas de diferentes setores, segundo Van Name.

A Bloomberg tem hoje clientes em 174 países. Em 106 deles, a plataforma é usada. No Brasil, o serviço existe desde 2005 e mais de cem empresas o utilizam.

O GLOBO ONLINE PAÍS 06/04/2013

161 - APÓS 100 DIAS, PSOL TEM AJUDA DO DEM PARA GOVERNAR MACAPÁ

Prefeito Clésio Luís encontrou salários atrasados

SÃO PAULO - Partido radical de esquerda, o PSOL conta com ajuda de políticos ligados ao **PSDB** e ao DEM em sua primeira gestão à frente de uma capital. Mas nos cem primeiros dias no comando da prefeitura de Macapá, no Amapá, Clésio Luís não conseguiu, segundo admitem até aliados, mudar a situação de caos administrativo pela qual passa a cidade de 415 mil habitantes. O titular da pasta de Administração, justamente responsável por reverter esse panorama, inclusive já foi trocado.

O novo prefeito não chegou a nomear secretários filiados aos dois partidos, que o apoiaram no segundo turno da eleição. Apenas PCdoB, PPS, PV e os nanicos PCB e PRTB foram contemplados na formação do primeiro escalão, mas o ex-deputado estadual Jorge Amanajás, presidente do **PSDB** por cinco anos no Amapá e que no final do ano mudou para o PPS, indicou o secretário de Educação, Saul Peloso da Silva.

— Ele não é filiado. É um técnico que eu conheço e indiquei ao prefeito — admite.

O deputado federal Davi Alcolumbre (DEM), derrotado no primeiro turno da eleição para prefeito, ano passado, nega ter indicado secretários, mas admite que colabora com a pasta de Obras porque ocupou o posto na gestão passada.

— Destinei R$ 10 milhões da minha cota de emendas para a secretaria de Obras.

A ajuda tem causado desconforto dentro do PSOL. A ex-deputada federal Luciana Genro não se entusiasma com a gestão do colega de partido em Macapá.

CD - SECRETARIA GERAL DA MESA - AUTUAÇÃO 1824

— Não tenho recebido muitas informações, o que não é bom porque indica que não estão sendo tomadas medidas de impacto em Macapá.

Luciana critica as indicações políticas, mas diz que, pelo menos, foram evitadas nomeações de filiados aos partidos que apoiaram o PSOL no segundo turno, o que, na sua visão, seria "o pior dos mundos".

— A pressão interna evitou que fosse formado um governo de coalizão.

No segundo turno da eleição, 35 membros da sigla — muitos deles integrantes da Executiva Nacional — divulgaram nota repudiando a adesão de políticos do DEM e do PSDB à candidatura de Clésio. O grupo também tentou levar o prefeito eleito ao conselho de ética por causa dos apoios, mas a Executiva Nacional rejeitou o pedido numa votação apertada.

O presidente nacional do PSOL, o deputado Ivan Valente (SP), contemporiza o desconforto e defende a gestão do prefeito da legenda na capital do Amapá.

— Não tem nada que está acontecendo na prefeitura de Macapá que contrarie a orientação do partido — diz Valente.

Independentemente da ajuda de outros partidos, a população de Macapá sofre. Por exemplo, as ambulâncias do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu), paradas na cidade desde novembro, só voltaram a funcionar quase três meses depois de iniciado o mandato.

— O governo está com dificuldade de engrenar. A população não consegue ver grandes mudanças. As ruas continuam muito esburacadas — diz o aliado Amanajás, que reconhece, porém, o empenho do novo prefeito para colocar as contas nos trilhos.

Clésio culpa a gestão antecessor, Roberto Góes (PDT), seu adversário no segundo turno da eleição, pelo caos. Afirma que encontrou a prefeitura com salários atrasados. Ele reconhece que a população ainda não sentiu a diferença.

— Não foi feita a maquiagem que os prefeitos comumente fazem quando entram.

O ex-prefeito Góes foi procurado, mas não retornou a ligação.

CORREIO BRAZILIENSE - DF	MARCAS & NEGÓCIOS	07/04/2013

162 - ORGANIZAÇÕES PAULOOCTAVIO

Hoje, 80 trabalhadores da construção civil estão formados no nível básico do curso de informática

Operários chegam ao mundo virtual
As organizações PaulOOctavio, conhecidas pelas novidades e tendências lançadas no mercado, empreenderam, dessa vez, na área da educação. Em maio de 2012, a empresa lançou o primeiro curso de informática em um canteiro de obras do país. Hoje, o projeto tem quatro turmas, que totalizam 80 profissionais formados no nível básico da disciplina.

O empreendimento escolhido para receber as aulas foi o espaço destinado à construção do JK Shopping, em Ceilândia. João Herman, um dos engenheiros responsáveis pela obra, contou que, no início, era uma aula por semana. O sucesso entre os operários foi tão grande que, após a primeira formatura, a empresa reorganizou a grade de estudo e passou a oferecer dois dias de aulas por semana.

"Assim que souberam da novidade, vários profissionais ficaram interessados e preencheram uma lista fornecida pela empresa. Quase 50% do nosso pessoal participou, aprendeu e se formou, com certificação do Senac (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial)", disse João Herman.

CD
SECRETARIA GERAL DA MESA
ATUAÇÃO
1825

José Inácio Dias, 46 anos, descreveu a experiência vivida: "Foi uma oportunidade única. Eu já tinha computador em casa, mas as crianças eram as que mexiam mais. Quando as aulas começaram, entrei em um novo mundo. Tive a mesma sensação de como se estivesse aprendendo a ler", disse. Para ele, a internet foi a parte mais interessante do curso.

Com 14 anos de serviços prestados às organizações PaulOOctavio, Samuel Dias da Silva, 63 anos, ressaltou as técnicas e atalhos oferecidos pelo teclado. "Não sabia que as teclas podiam fazer tanta coisa. Gosto muito do Word, passo horas escrevendo", afirmou.

De acordo com João Herman, a iniciativa possibilitou maior integração entre os operários, melhorou a autoestima deles, além de possibilitar ao funcionário maior controle, por exemplo, sobre os conteúdos a que os filhos têm acesso na internet.

Agora, a estrutura segue, com cerca de 10 computadores, para outro canteiro das organizações, localizado no Setor de Rádio e TV Norte. Os instrutores e os certificados são oferecidos e atestados com a qualidade do Senac.

"Eu já tinha computador em casa, mas as eram crianças as que mexiam mais. Quando asaulas começaram, entrei em um novo mundo. Tive a mesma sensação de como se estivesse aprendendo a ler"
José Inácio Dias, 46 anos, trabalhador

Os dermatologistas Maria Cristina e João Mansur anunciaram que a próxima unidade será em Taguatinga ainda este ano (Arquivo Pessoal)
Os dermatologistas Maria Cristina e João Mansur anunciaram que a próxima unidade será em Taguatinga ainda este ano

Glas - Redução Definitiva de Pelos

Gás protege a pele na depilação a laser
As empresas do Grupo Glas – Redução Definitiva de Pelos Gás-Laser, marca criada em Juiz de Fora, nasceram da experiência adquirida por dois dermatologistas: Maria Cristina Mansur, 61, e João Mansur, 63, que também é cirurgião plástico. Em 1976, os sócios passaram no concurso norte-americano do ECFMG, o que possibilitou uma temporada de estudos na Universidade da Califórnia, onde ambos fizeram doutorado.

A partir dessa experiência, eles conheceram o grande diferencial da marca: a utilização do gás, que resfria a pele em até 4 graus Celsius, anestesiando e garantindo a proteção da pele para a aplicação do laser. Dessa forma, a fotodepilação pode ser feita com mais energia, mais velocidade e mais segurança.

Outro aspecto importante é o tratamento feito com supervisão médica. A máquina com a tecnologia somente é vendida com a apresentação de um CRM. "Em 1999, compramos nosso primeiro aparelho e, depois de cinco anos, o procedimento ainda não havia chegado a Brasília", contou João Mansur.

Enquanto os tratamentos comuns somente queimam o que é marrom, ou seja, tem o pigmento chamado melanina, encontrado nas hastes dos pelos, a eficácia desta tecnologia empregada nas unidades da Glas, é capaz de destruir células das matrizes ao redor destas hastes, o que garante uma diminuição definitiva dos indesejáveis pelos.

A unidade de Brasília recebe cerca de mil pacientes por mês, o que proporcionou o investimento para adquirir novas máquinas, capazes de tratar as manchas comuns da gravidez e o hemangioma.

"As máquinas chegarão no início de maio. Ainda para este ano, teremos a inauguração do espaço em Taguatinga. Queremos estar próximo do público, inclusive o masculino, que cresceu muito nos últimos anos. Nossa tecnologia também auxilia os homens que sofrem com pelos inflamados na barba, por exemplo", completou o médico.

Bruno:
Bruno: "Esperamos aumento de 15% nas vendas este ano"

CD
SECRETARIA GERAL DA MESA
AUTUAÇÃO
2013-2015
1826

Perfil
Bruno Prudente, gerente de Marketing do Alameda Shopping

Promoção premiará duas mães em maio

O publicitário Bruno Prudente, 28 anos, trabalhou em agências, inclusive como proprietário, desde a época de faculdade. Em setembro de 2011, Bruno começou a sua carreira profissional no Alameda Shopping. Com a dedicação exigida pelo cargo de coordenador de marketing, em cerca de cinco meses, Bruno assumiu a Gerência de Marketing do centro de compras. De acordo com ele, como o mall foi o primeiro a ser construído em Taguatinga, a relação entre o espaço e o cliente é afetiva. "Queremos crescer, mas o foco é fazer com que a cidade cresça junto. Valorizamos muito a cultura, os artistas, os monumentos e as pessoas que vivem o dia a dia do shopping", disse.

Como foi o planejamento para a Páscoa?
Fizemos uma comemoração simples, mas aconchegante. A promoção fez sucesso entre as crianças, que decoravam bolinhos de chocolate com tipos variados de guloseimas. Depois, fotos eram publicadas na nossa página do Facebook. A mais curtida, ganharia um ovo de chocolate com cerca de 3kg. A repercussão foi tanta, que o segundo lugar também foi agraciado. Isso foi muito legal.

Qual será o investimento do Alameda para o Dia das Mães?
Nossa verba chegou a R$ 80 mil. Este ano será especial. Desenvolvemos uma campanha cheia de surpresas. A partir de R$ 50 em compras, os clientes poderão fazer a troca pelo cupom promocional. O prêmio será a transformação das duas vencedoras, que vão ganhar R$ 2,5 mil para fazer compras com a ajuda do estilista brasiliense Tarcísio Brandão; tratamento estético e dentário; cabelo e maquiagem. A promoção começará no próximo dia 26, e esperamos um aumento de até 15% nas vendas deste ano.

Patriota:
Patriota: "A Agência 100% oferecerá um trabalho de impacto"
Mídias
Agência 100%

Empresas se unem para ampliar atendimento

Em janeiro deste ano, Geraldo Patriota e Eliane Nascente uniram suas experiências de mercado, e acertaram a fusão das agências Patriota e 100%. A primeira, especializada no mercado do varejo, e a segunda com foco no segmento institucional. De acordo com Patriota, a sociedade trará benefícios significativos para os clientes de ambas as empresas.

Hoje, com a fusão, foi adotado o nome Agência 100%. "Agora, temos uma bagagem de conhecimento importante. Somado o tempo de existência de cada uma das empresas, são mais de 30 anos de trajetória. Nos unimos para oferecer ao cliente soluções rápidas, com planejamentos estratégicos amplos e detalhados", contou Geraldo.

Para ele, as expertises se completam, o que possibilitará a Agência 100% oferecer um trabalho de impacto, com vantagens para o cliente. "Estamos nos moldando às novas mídias. Oferecemos formas de interação entre cliente e consumidor. São inúmeras as vantagens da internet, mas toda essa informação precisa ser trabalhada com certeza e convicção para gerar conteúdos ágeis e positivos", ressaltou.

A Agência 100% tem clientes nos segmentos de ótica, construção civil, autoescola, restaurante e shopping. Além disso, também trabalha com a comunicação e a divulgação de grandes eventos, como o Maior São João do Cerrado, que acontece, em agosto, em Ceilândia.

Quando analisa o mercado da comunicação na capital, Patriota acredita que os próximos três anos serão decisivos. "Os grandes acontecimentos previstos em território nacional originarão um fluxo grande de público, garantindo um retorno para o comércio. Começamos este ano com o pé direito, e nosso intuito é prospectar e fidelizar clientes. É provável que o empresariado conquiste melhor desempenho em 2013, 2014 e 2015", disse.

CD - SECRETARIA GERAL DA MESA - AUTUAÇÃO 1827

Notas

Endividamento
A Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), divulgada pela Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Distrito Federal (Fecomércio-DF), mostrou que o percentual de famílias brasilienses endividadas em março de 2013 foi de 84,5%. Essa porcentagem equivale a 625.553 famílias com algum tipo de dívida. O índice é superior ao registrado em fevereiro, que foi de 83,6%. Na comparação entre março e fevereiro, o número de endividados aumentou em mais de 6 mil.

(Ronaldo de Oliveira/CB/D.A Press)

Comércio
O Índice de Confiança do Comércio (Icom), medido pela Fundação Getulio Vargas (FGV), diminuiu 2,3% no primeiro trimestre deste ano, na comparação com o mesmo período de 2012. Essa é a terceira queda consecutiva do indicador, que teve redução de 0,9% no trimestre encerrado em fevereiro deste ano. Os principais segmentos apresentaram queda na confiança do empresário, com destaque para materiais de construção, que teve recuo de 8%.

Alimentação
A Associação das Empresas de Refeição e Alimentação Convênio para o Trabalhador (Assert) divulgou o resultado de uma pesquisa realizada pelo Instituto Análise: os brasileiros gastam cerca de R$ 28 para almoçar fora de casa. Foi apurado o valor médio da refeição, composta por prato principal, bebida não alcoólica, sobremesa e o tradicional cafezinho. A refeição mais cara é a da Região Norte, que custa cerca de R$ 30,45, e a mais barata, a do Nordeste, em média, fica em R$ 23,74.

Medicamentos
Os medicamentos vendidos no Brasil terão aumento de até 6,31%. A autorização para o reajuste foi dada, na última quinta-feira, pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (Cmed), e publicada no Diário Oficial da União. As primeiras variações de preço deverão ocorrer em junho ou julho, quando começam as reposições de estoques. De acordo com a resolução, a categoria de medicamentos com maior participação de genéricos, como o omeprazol a amoxicilina, tem reajuste autorizado de até 6,31%.

CORREIO BRAZILIENSE - DF ECONOMIA 07/04/2013

163 - DÍVIDA BRUTA DO PAÍS É MOTIVO DE DESCONFIANÇA

O fraco arrocho fiscal e a forte injeção de capital nos bancos federais desde os primeiros dias do governo Dilma Rousseff já produziram pelo menos um efeito indesejado na economia brasileira: a relação entre o endividamento total do setor público e o Produto Interno Bruto (PIB), importante parâmetro de solidez da economia, saltou preocupantes 5,05 pontos percentuais. Em janeiro de 2011, esse indicador batia a casa dos 54,06%. Em fevereiro de 2013, último dado disponível, marcou 59,11%.

Diante do quadro de deterioração, há quem aposte que o endividamento público saltará para a casa dos 60% do PIB ainda este ano — patamar registrado somente em 2009, quando o Brasil entrou em recessão e o PIB caiu 0,3%, e característico de país em crise. "A dívida bruta é um bom termômetro para avaliar o tamanho do setor público na economia. Quanto maior for a participação estatal, menor será o espaço do setor privado, que, aos poucos, vai sendo expulso do país", avisa o economista Felipe Salto, especialista em finanças públicas da Consultoria Tendências.

O Brasil tem a segunda maior relação dívida bruta/PIB do Brics (Brasil, Rússia, China e África do Sul), perdendo apenas para a Índia, com 67,6%. Em seguida, nesse ranking, aparecem África do Sul (39,9%), China (22%) e Rússia (8,4%). "Não basta olhar se a dívida é grande ou pequena. Tem de observar se a trajetória cresce ou não", pondera Salto. Nesse caso, mesmo que a Índia tenha endividamento maior que o brasileiro, pesa a favor dos asiáticos o fato de o passivo indiano estar em rota de queda. Em 2005, por exemplo, a relação dívida/PIB na Índia era de 81%, 13,4 pontos percentuais acima do patamar atual.

CD
SECRETARIA GERAL DA MESA
AUTUAÇÃO
Fls. 1828
2013-2015

A preocupação com a disparada do endividamento bruto só não é maior porque o Banco Central reduziu a taxa Selic para o menor nível da história, 7,25% ao ano, aliviando a conta de juros. Mas ainda que tenha conseguido diminuir esse gasto, a fatura ficou aquém do esperado. Nos últimos dois anos, a Selic encolheu 5,25 pontos percentuais. O custo médio do endividamento, contudo, baixou apenas 0,86 ponto percentual sobre o PIB em 2012.

Ao mesmo tempo em que tem gastado muito, o governo enfrenta dificuldades para economizar recursos e saldar os encargos da dívida. Há três anos, o país não consegue bater a meta do chamado superavit primário. O problema se tornou tão grave que obrigou o Ministério da Fazenda a adotar diversos mecanismos contábeis, nada ortodoxos, para cumprir as metas definidas pelas leis de Responsabilidade Fiscal (LRF) e de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Ao fazer o que o mercado tachou de manobras contábeis, o Palácio do Planalto deu brecha para que a oposição criticasse o governo. Há três semanas, ao falar a senadores na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, entrou em rota de colisão com o senador Álvaro Dias (**PSDB**-PR). Ao pedir a palavra, o parlamentar usou termos como "truques", "manobras contábeis" e "kit maquiagem" para criticar ações do ministério para fechar as contas públicas. Irritado, Mantega vociferou contra o tucano, e avisou que "na Fazenda não usamos maquiagem. Fazemos tudo como manda a LRF e a LDO".

Improvisos

Por conta dessas improvisações, bancos e consultorias passaram a estabelecer cálculos próprios para medir a real situação do quadro fiscal brasileiro. A Tendências criou dois índices: o superavit primário efetivo e a dívida líquida efetiva. Cada um considera os efeitos das manobras feitas pelo governo e considera apenas o número que julgam ser o mais correto para avaliar contas públicas.

Algo parecido fez o Itaú Unibanco, que passou a usar regras específicas para dimensionar o gasto público. "Minha função é tentar definir conceitos que ajudem na análise da política fiscal. Temos observado que o mercado inteiro está tentando criar um conceito de endividamento para o Brasil que faça bastante sentido", explica o economista Maurício Oreng, um dos responsáveis pelos cálculos que a instituição financeira passou a adotar.

Fora do Brasil, o questionamento não é diferente. Nos últimos meses, choveram críticas na imprensa estrangeira sobre a forma de apresentação das contas públicas brasileiras. Doutor em ciências sociais pela Universidade de Bruxelas, na Bélgica, o diplomata Paulo Roberto de Almeida credita essa desconfiança a improvisações na condução das políticas econômicas do atual governo. "Basicamente, o Brasil abandonou o tripé que balizou o crescimento durante anos: câmbio flutuante, metas de inflação e superavit primário", menciona.

Questionado pelo Correio sobre o tema, o secretário do Tesouro Nacional, Arno Augustin, recusou-se a comentar.

Risco de rebaixamento

Atualmente vivendo em Hartford, no estado norte-americano de Connecticut, o diplomata Paulo Roberto Almeida diz acompanhar de perto as notícias vindas do Brasil, e se mostra preocupado com a onda de desconfiança ocasionada pela postura considerada por ele intervencionista da gestão **Dilma** Rousseff na economia. "Percebo uma nítida deterioração da imagem da política de governo do Brasil, tanto para os mercados quanto para as instituições internacionais", analisa. Apesar da disparada do endividamento bruto, o governo prefere alardear a relação entre a dívida líquida, que desconta as reservas cambiais, em relação ao PIB como sinal de saúde — o indicador está 35%.

"O mercado internacional não percebeu que o Brasil está abusando da capacidade de enganar a todos. Em algum momento, porém, as agências de classificação de risco reverterão o grau de investimento que recebemos a duras penas".

Paulo Roberto de Almeida,
diplomata, doutor em ciências sociais

"MAQUIAGEM" CONTÁBIL
SITUAÇÃO
2013 - 2015
Fls. 1829
CD
SECRETARIA GERAL DA MESA

O GLOBO - RJ O PAÍS 07/04/2013

164 - APÓS 100 DIAS, PSOL TEM AJUDA DO DEM PARA GOVERNAR MACAPÁ

Prefeito Clésio Luís encontrou salários atrasados

Sérgio Roxo e Erich Macias

Fogo amigo. Cléslo Luís e o senador Randolfe Rodrigues foram criticados por colegas de partido por apoio do DEM e **PSDB**

SÃO PAULO Partido radical de esquerda, o PSOL conta com ajuda de políticos ligados ao **PSDB** e ao DEM em sua primeira gestão à frente de uma capital. Mas nos cem primeiros dias no comando da prefeitura de Macapá, no Amapá, Clésio Luís não conseguiu, segundo admitem até aliados, mudar a situação de caos administrativo pela qual passa a cidade de 415 mil habitantes. O titular da pasta de Administração, justamente responsável por reverter esse panorama, inclusive já foi trocado.

O novo prefeito não chegou a nomear secretários filiados aos dois partidos, que o apoiaram no segundo turno da eleição. Apenas PCdoB, PPS, PV e os nanicos PCB e PRTB foram contemplados na formação do primeiro escalão, mas o ex-deputado estadual Jorge Amanajás, presidente do **PSDB** por cinco anos no Amapá e que no final do ano mudou para o PPS, indicou o secretário de Educação, Saul Peloso da Silva.

- Ele não é filiado. É um técnico que eu conheço e indiquei ao prefeito - admite.

O deputado federal Davi Alcolumbre (DEM), derrotado no primeiro turno da eleição para prefeito, ano passado, nega ter indicado secretários, mas admite que colabora com a pasta de Obras porque ocupou o posto na gestão passada.

- Destinei R$ 10 milhões da minha cota de emendas para a secretaria de Obras.

A ajuda tem causado desconforto dentro do PSOL. A ex-deputada federal Luciana Genro não se entusiasma com a gestão do colega de partido em Macapá.

- Não tenho recebido muitas informações, o que não é bom porque indica que não estão sendo tomadas medidas de impacto em Macapá.

Luciana critica as indicações políticas, mas diz que, pelo menos, foram evitadas nomeações de filiados aos partidos que apoiaram o PSOL no segundo turno, o que, na sua visão, seria "o pior dos mundos".

- A pressão interna evitou que fosse formado um governo de coalizão.

No segundo turno da eleição, 35 membros da sigla - muitos deles integrantes da Executiva Nacional - divulgaram nota repudiando a adesão de políticos do DEM e do **PSDB** à candidatura de Clésio. O grupo também tentou levar o prefeito eleito ao conselho de ética por causa dos apoios, mas a Executiva Nacional rejeitou o pedido numa votação apertada.

O presidente nacional do PSOL, o deputado Ivan Valente (SP), contemporiza o desconforto e defende a gestão do prefeito da legenda na capital do Amapá.

- Não tem nada que está acontecendo na prefeitura de Macapá que contrarie a orientação do partido - diz Valente.

Independentemente da ajuda de outros partidos, a população de Macapá sofre. Por exemplo, as ambulâncias do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu), paradas na cidade desde novembro, só voltaram a funcionar quase três meses depois de iniciado o mandato.

- O governo está com dificuldade de engrenar. A população não consegue ver grandes mudanças. As

CD
SECRETARIA GERAL DA MESA
AUTUAÇÃO
1830

ruas continuam muito esburacadas - diz o aliado Amanajás, que reconhece, porém, o empenho do novo prefeito para colocar as contas nos trilhos.

Clésio culpa a gestão antecessor, Roberto Góes (PDT), seu adversário no segundo turno da eleição, pelo caos. Afirma que encontrou a prefeitura com salários atrasados. Ele reconhece que a população ainda não sentiu a diferença.

- Não foi feita a maquiagem que os prefeitos comumente fazem quando entram.

O ex-prefeito Góes foi procurado, mas não retornou a ligação.

BRASIL 247 PODER 08/04/2013

165 - MORRE MARGARET THATCHER, SÍMBOLO DE UMA ERA

Primeira e única mulher a governar a Inglaterra, a "dama de ferro" foi o símbolo do neoliberalismo, que viveu seu apogeu nas décadas de 80 e 90; privatizações começaram com ela; porta-voz da família informou que Thatcher morreu "em paz", aos 87 anos, após sofrer um derrame nesta manhã

247 - Os neoliberais perderam sua musa. Nesta segunda-feira, morreu Margaret Thatcher, a primeira e única mulher a governar a Inglaterra, de 1979 a 1990. Durante esse período, ela privatizou várias empresas, como a British Telecom, a British Gas e a British Petroleum, que atuavam em antigos setores monopolizados pelo Estado.

A ex-primeira-ministra da Grã-Bretanha morreu aos 87 anos após sofrer um derrame, conforme informou um porta-voz da família. "É com grande tristeza que Mark e Carol Thatcher anunciaram que sua mãe, a baronesa Thatcher, morreu em paz após um derrame nesta manhã, disse o lord Tim Bell.

Ela liderou os conservadores a três vitórias eleitorais, governando por quase 12 anos, o maior período contínuo no governo para um premiê britânico desde o início do século 19.

Suas reformas sacudiram a Inglaterra e, até hoje, provocam discussões acaloradas. Para os liberais, ela foi a mais importante primeira-ministra do século XX e restaurou a competitividade do país. Para os trabalhistas, apenas aprofundou um quadro de recessão, alto desemprego e baixo crescimento.

Em 2011, ela foi vivida no cinema por Meryl Streep, que levou o Oscar de melhor atriz no filme A Dama de Ferro no ano passado. A produção, um retrato íntimo da mulher que foi ouvida em meio a um ambiente político repleto de homens, também levou o prêmio de melhor maquiagem.

VEJA - SP ESPECIAL 13/04/2013

166 - UMA DAMA DO LADO DIREITO DA HISTÓRIA

Margaret Thatcher salvou a Inglaterra do declínio econômico e político. O conjunto de suas ideias ganhou um nome, thatcherismo, algo que nenhum outro premiê britânico alcançou — nem Winston Churchill

Com reportagem de Tatiana Gianini e Nathalia Watkins

Margaret Thatcher morreu na última segunda-feira, dia 8, vítima de derrame. Ela tinha 87 anos. Andou esquecida até que Merryl Streep a representou no cinema, em um filme espetacular que se fixou mais no outono de sua vida, quando Thatcher, viúva e senil, conversava com Denis, o marido morto havia anos, como se ele estivesse tomando café da manhã com ela. Comovente e triste. Mas Thatcher, feita

CD
SECRETARIA GERAL MESA
AUTUAÇÃO
1831

baronesa depois de deixar o posto de primeira-ministra, se permitia raras demonstrações públicas de emoção. Ela estava com os olhos marejados de lágrimas quando diante da imprensa se despediu do cargo, ocupado por ela por onze anos, entre 1979 e 1990. Nesse período, transformou a política na Inglaterra, ajudou a enterrar o moribundo comunismo soviético e criou uma doutrina de política econômica, o thatcherismo. que, em diferentes gradações, dominou o período áureo da globalização na década de 90, dando racionalidade aos políticos no poder e tirando milhões de pessoas da miséria em países tão díspares quanto o Vietnã e o México. Foi chamada pela primeira vez de Dama de Ferro por um jornal oficial soviético, que julgou estar ofendendo-a. Ela adorava o apelido. Fez jus a ele na vida pública. Mostrou que governo e povo não são a mesma coisa. Governo é uma gigantesca burocracia cujos interesses só em alguns poucos casos, aqueles em que há ganho político, coincidem com os do povo. Por isso é preciso vigiar os governantes, cobrar eficiência deles e diminuir seus poderes.

Thatcher foi demonizada pelas esquerdas retrógradas por ter obtido sucesso em suas políticas e tê-las imitadas em quase todas as panes do mundo. Com razão, pois o salvacionismo insurrecional das esquerdas só tem, na cabeça de seus seguidores, alguma chance quando tudo dá errado em um país e a miséria se instala. Tolice. Se fizessem uma pequena pesquisa histórica, descobririam que, no Ocidente, os parados de esquerda crescem mesmo é nos momentos de bonança econômica, quando o capitalismo produz excedentes econômicos bastantes para sustentar a imensa turma de socialistas e assemelhados que invariavelmente ganham a vida sem trabalhar. Foi assim nos Estados Unidos. Durante a dura recessão dos anos 30, o partido comunista do país praticamente desapareceu. Foi só no esplendor econômico do pós-guerra, quando a classe média enriqueceu e os pobres viraram classe média, que as ideias socialistas e comunistas ganharam maior projeção nos Estados Unidos. Não é por outra razão que o esquerdismo no Ocidente tem sempre um quê de esnobismo, um ar de superioridade moral, intelectual e de classe. Isso vem da certeza de que, enquanto derrubam o sistema nos bares e em ambientes chiques, o capitalismo continua firme produzindo o excedente econômico que permite aos militantes viver sem trabalhar e aos ricos dizer-se de esquerda sem o temor de perder tudo para os revolucionários. O esquerdismo no Ocidente é apenas um estado de espírito. Quando passa disso, cobra um alto preço.

Na Inglaterra deu-se um fenômeno semelhante. O conservador Winston Churchill, vencedor na II Guerra Mundial, não foi apeado do poder pelos socialistas no alvorecer da paz por causa das penúrias impostas ao povo. Livres da guerra e da pobreza pela ajuda dos Estados Unidos, os eleitores ingleses sentiram-se confortáveis o bastante para embarcar na experiência socializante que afundaria a Inglaterra — até que Thatcher salvasse o país. Entre 1945 e 1951, praticamente todas as grandes companhias de bens e serviços foram estatizadas e passaram a se pautar por aquela dinâmica antiprogresso, antitecnologia e antieficiência que caracteriza a esquerda no poder. A British Telecom, por exemplo, conseguiu bloquear a entrada do fax na Inglaterra. A empresa temia que o aparelho fosse uma ameaça ao uso do telefone para falar. Em quadro muito familiar aos brasileiros antes das privatizações do governo **Fernando Henrique Cardoso**, um telefone na Inglaterra podia ficar mudo seis semanas antes que aparecesse um técnico da estatal para tentar resolver o problema. Sem concorrência. sob a proteção do monopólio, as estatais tripudiavam sobre os usuários e o público. Prejuízos? O governo cobria. Mas de onde tirar tanto dinheiro? Ora, aumentando os gastos públicos e deixando a inflação devorar o poder de compra das pessoas. Somados todos os sindicatos, os dias de trabalho eliminados por greves na Inglaterra antes de Margaret Thatcher se contavam em dezenas de milhões por ano. Thatcher chegou e acabou com o processo de destruição do país. "A Inglaterra antes de Thatcher era como a Argentina de hoje, mas sem a maquiagem dos índices", resume o economista Mailson da Nóbrega, que vivia em Londres naquele período.

Na campanha para as eleições de 1979, o Partido Conservador sagrou-se vitorioso e Margaret Thatcher assumiu como primeira-ministra. Suas convicções, formatadas no liberalismo, foram fortalecidas por valores morais e religiosos (ela era metodista e converteu-se ao anglicanismo após se casar). A inflação, segundo ela, era um "mal moral traiçoeiro". A liberdade individual, um valor moral a ser defendido em sua totalidade. O governo Thatcher teve um começo difícil. Para combater a alta dos preços, ela elevou os juros e passou a faca nos gastos governamentais. Como resulta o imediato, a atividade econômica esfriou e o desemprego triplicou. A popularidade dela afundou, mas suas convicções não se abalaram.

Em 1982, um fator inesperado contou a seu favor. Em abril, o ditador argentino Leopoldo Galtieri ordenou a invasão das Ilhas Malvinas (Falklands para os britânicos), governadas pelos ingleses desde o início do século XIX. Em defesa dos kelpers, a população local, Thatcher mandou reconquistar as ilhas, o que ocorreu dez semanas depois. O retomo dos soldados vitoriosos foi uma festa. "As Malvinas

CD
AUTUAÇÃO
1832
SECRETARIA GERAL DA MESA

empurraram a popularidade de Thatcher para cima", diz o economista John Van Reenen, da London School of Economics. "Sem a guerra, ela provavelmente teria perdido a eleição de 1983."

Em seu segundo mandato, Thatcher comprou briga com os sindicalistas, a maioria deles agraciada e controlada pelo Partido Trabalhista. Os mineradores estavam entre os mais paparicados. As minas de carvão, que sustentaram a Revolução Industrial do século XVIII, estavam mais profundas e eram de difícil exploração. Com isso, o produto importado da China custava 25% menos. Antes de Thatcher, a pressão dos funcionários garantia o monopólio do carvão nacional e obrigava o governo a pagar pesados subsídios ao setor. Proteger um setor ineficiente não fazia sentido para Thatcher. "Você não sai de casa para comprar um paletó quatro vezes mais caro só para manter as pessoas no trabalho", disse ela. O Sindicato Nacional de Mineradores convocou uma greve e Thatcher chamou policiais de outras cidades para combater os piquetes, para que não tivessem dó de usar o cassetete. Um ano depois, a paralisação acabou e a Justiça multou o sindicato.

Com os sindicatos enfraquecidos, inflação controlada e previsibilidade na política econômica, a Inglaterra atraiu investidores estrangeiros. Um deles foi a montadora japonesa Nissan, que instalou uma fábrica na cidade de Sunderland, no norte do país. Em 1987, cinquenta indústrias japonesas já haviam se estabelecido na Inglaterra. O investimento externo triplicou. "Se Thatcher não tivesse existido, a Inglaterra seria hoje mais pobre, mais influenciável por outras nações e estaria totalmente afundada na crise europeia", diz o historiador Timothy Knox, diretor do Centro de Estudos Políticos, em Londres, fundado por ela. "E suspeito que a Guerra Fria teria durado mais."

Não por acaso, os detratores de Thatcher são os mesmos reacionários que tentam recompor a barreira que dividia Berlim em duas. Gente mais sensata vê no liberalismo de Thatcher parte da explicação para as crises financeiras recentes. Pode até ser, mas ela não tinha como prever o surgimento dos subprime e dos derivativos, mecanismos de alto risco que maquiaram a bolha especulativa. Seu legado é altamente positivo, a começar pela conversão dos socialistas do Partido Trabalhista inglês ao sistema produtivo de mercado, o capitalismo. Thatcher dizia ter sido essa sua maior conquista. Em 1995, o Partido Trabalhista alterou o seu programa, eliminando a cláusula que previa a socialização dos meios de produção. Disse o chefe de estratégia do premiê trabalhista Tony Blair: "Somos todos thatcheristas, agora".

O GLOBO - RJ OPINIÃO 16/04/2013

167 - ROYALTIES SOB CONTROLE

Jonas Lopes de Carvalho Jr

Como órgão de defesa dos cofres públicos, o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro tem combatido o mau uso dos recursos dos royalties, apontando como utilização indevida despesas com pagamento de shows, eventos pretensamente culturais, obras de "maquiagem" etc. Mais do que ser órgão de controle externo da administração pública, o TCE tem buscado cumprir seu papel de fomentador do controle social.

Por sua natureza finita e de compensação financeira pela exploração do petróleo, os royalties devem ser utilizados para promover a transformação e a evolução dos municípios, dando condições para um salto de qualidade de vida e a conquista da autossuficiência quando os recursos se extinguirem. Por isso, eles devem ser pagos aos estados produtores.

Muito já tem sido dito sobre os efeitos nocivos da alteração na distribuição dos royalties das áreas já licitadas. Mudar as regras no meio do jogo prejudica a segurança jurídica e a confiança dos mercados interno e externo. Esta redução do repasse afetará a autonomia dos municípios do Estado do Rio e inviabilizará diversos programas de governo. Como consequência, haverá aumento do desemprego, cortes de despesas no meio privado e, principalmente, nos serviços públicos à disposição dos cidadãos.

Não é válido utilizar argumentos sobre o mau uso dos recursos para justificar a mudança das regras, já

CD - AUTUAÇÃO 1833 - SECRETARIA GERAL DA MESA

que a distribuição do dinheiro e sua utilização são pontos distintos. Nada garante que a redistribuição e o aumento da parcela dos estados não produtores fará com que o dinheiro seja aplicado corretamente.

A legislação deveria dar mais instrumentos para que se pudesse cobrar dos gestores públicos o uso adequado dos recursos dos royalties. Os órgãos de controle, a sociedade e suas entidades organizadas, assim como a imprensa livre, têm o papel de acompanhar a destinação desses recursos, e cada um em sua esfera de atuação pode exigir a gestão pública responsável.

A Medida Provisória 592/2012 vincula 100% dos recursos oriundos dos contratos de concessão firmados a partir de 3 de dezembro de 2012, assim como 50% do Fundo Social, à aplicação obrigatória em programas da área de educação, em acréscimo aos recursos mínimos exigidos pela Constituição. Deixando à parte a discussão jurídica, devemos nos perguntar se os recursos devem ser integralmente destinados à educação.

Discute-se que o problema da educação no Brasil não é mera falta de recursos, e sim da correção e eficiência na aplicação deles. A sociedade deve questionar se a escolha feita pela presidente **Dilma** é ou não a mais adequada. A saúde é outra área de extrema importância, que em todo o Brasil não está atingindo o nível desejável de atendimento, qualitativa e quantitativamente. Após o fim da CPMF, a saúde não teve a reposição de verbas revista e planejada.

Se os recursos dos royalties devem ou não ter destino definido em lei e qual deve ser este destino são temas que precisam entrar na pauta de discussões de toda a sociedade. Afinal, sem esse tipo de participação, o controle social não pode ser efetivamente exercido.

CORREIO BRAZILIENSE - DF ESPORTE 16/04/2013

168 - FIFA REABRE SELEÇÃO

Mesmo que as inscrições para trabalhar como voluntário da Fifa estejam encerradas, ainda é possível participar da Copa das Confederações. Isso porque a entidade reabriu a seleção para quem quiser trabalhar especificamente nas cerimônias de abertura e de encerramento do evento. O caminho está aberto para moradores de Brasília e do Rio de Janeiro, que devem se inscrever pela internet até 22 de abril. Só para a cerimônia de abertura, serão selecionados 2,6 mil voluntários.

O show ocorrerá em 15 de junho, antes da partida de Brasil e Japão, no Estádio Nacional de Brasília Mané Garrincha. Quem comandará a festa será o carnavalesco Paulo Barros, responsável pelos dois últimos títulos do carnaval da escola de samba Unidos da Tijuca. "A principal diferença é preocupação com o gramado. Não podemos estragá-lo, por isso não vamos usar carros alegóricos, por exemplo", destaca o carnavalesco.

Ainda assim, a marca dele será deixada em campo. "Vou explorar mais uma característica que sempre uso nos desfiles, que é o lado humano", explica. Ele se mostra empolgado com a ideia de fazer parte do evento e sonha alto. "Pretendemos que a cerimônia tenha uma cara brasileira e que a Copa das Confederações não seja lembrada apenas pelos jogos e gols, mas pelas festas de abertura e de encerramento."

Não é necessário ser dançarino nem cantor de chuveiro para participar, e todos os perfis estão entre as possibilidades de Paulo Barros, inclusive pessoas com deficiência, que podem se inscrever para participar dos bastidores da festa. As únicas exigências do Comitê Organizador Local (COL) é que os candidatos sejam maiores de idade, com bom condicionamento físico, alegria, bom humor e vontade. A informação faz parte do pouco que se sabe sobre a celebração. Os planos da cerimônia continuam em segredo absoluto.

Já selecionado como voluntário, o funcionário público Carlos Moura, de 26 anos, conta que não tem dons artísticos, mas está ansioso para o dia da apresentação. "Pelo que a gente conhece de cerimônias de Copa do Mundo e de Olimpíadas, acho que será uma apresentação bem grandiosa", comenta. Quem, como ele, se cadastrou no Programa de Voluntários do Comitê Organizador Local (COL) e selecionou a

CD
SECRETARIA
ATUAÇÃO
1834

opção "Cerimônias" não precisa fazer uma nova inscrição.

Os que ainda não possuem cadastro devem fazê-lo no site da Fifa, exclusivamente. Todos passarão por uma pré-seleção e receberão um convite para participar de um processo de triagem. Entre as opções estão: elenco, produção de elenco, figurino, maquiagem, alegorias, gerência de palco, suporte de produção.

Funções
Também estão abertas as inscrições para apoio operacional, pessoas que trabalharão com produção de elenco, figurino, alegorias, gerência de palco e auxiliar de produção.

BRASIL 247 PODER 16/04/2013

169 - "OS PRAZOS DE ENTREGA DO MANÉ VÃO SER CUMPRIDOS"

A garantia foi dada pelo governador Agnelo Queiroz um dia depois do anúncio de adiamento da inauguração do Estádio Nacional de Brasília; o petista recebeu representantes da FIFA, do COL e do Ministério do Esporte; o adiamento, segundo o GDF, foi uma decisão técnica, tomada por conta da impossibilidade de se colocar o gramado em meio às fortes chuvas que têm caído na capital

Brasília 247 - O governador Agnelo Queiroz garantiu nesta terça-feira (16) que o GDF vai cumprir os prazos para que sejam realizados os eventos-teste já programados para o Estádio Nacional de Brasília Mané Garrincha. Ele deixou claro que a nova data de inauguração não representa atraso que irá comprometer os eventos já marcados. A garantia foi dada depois que ele se encontrou com representantes da FIFA, do COL, do Ministério do Esporte.

O governador explicou aos presentes que a decisão de adiar a inauguração, do dia 21 de abril para o dia 18 de maio, foi baseada em avaliação técnica dos fornecedores do gramado. O motivo foram as fortes chuvas que estão ocorrendo em Brasília nos últimos dias e que prejudicaram a etapa da drenagem, que antecede a colocação do gramado. Portanto, haveria risco ao campo, caso a grama fosse instalada nos próximos dias.

"Não vamos colocar em risco a entrega de um estádio, que é uma conquista da nossa cidade e do nosso país, em função do problema com o gramado. Não colocaremos a grama sem que haja condições ideais para isso. Foi uma decisão política nossa. Não faremos nada mal feito ou apenas para dar satisfação. Entregaremos nosso estádio, que é o melhor do Brasil e um dos mais modernos do mundo, no dia 18 para a população de Brasília e, consequentemente, faremos essa inauguração", afirmou Agnelo Queiroz.

De acordo com o governador, todos os presentes na reunião compreenderam os motivos apresentados pelo governo, porque sabem do comprometimento do GDF com o sucesso dos eventos internacionais.

"Quando se desmarca uma data, sempre há um desconforto. Mas eles estão confiantes e acompanhando o nosso trabalho e o nosso esforço para entregar um estádio que orgulhe a todos nós. Não vou admitir nenhum tipo de maquiagem ou faz de conta. Vamos entregar quando ele estiver pronto. Eles reconhecem que Brasília está construindo um grande templo do futebol", continuou o petista.

Agnelo Queiroz ainda falou sobre o projeto de revitalização do entorno do Estádio Nacional, que será executado até a Copa do Mundo de 2014 e vai melhorar o acesso de turistas e da população da cidade. E garantiu que, já para a Copa das Confederações, Brasília será motivo de orgulho.

** Com informações da Agência Brasília

FOLHA DE SÃO PAULO MERCADO ABERTO 17/04/2013

CD - SECRETARIA GERAL DA MESA
2013-2015
Fls. 1235

170 - EMPRESA DESONERADA PODE TER DUPLA COBRANÇA

MARIA CRISTINA FRIAS

Além de desagradar a alguns segmentos da economia, a desoneração da folha de pagamentos estabelecida pelo governo federal gera reclamação também pelo risco trabalhista que pode causar.

Para parte dos 56 setores que entraram na lista, a nova regra, que é compulsória, onerou muitas empresas com pouca mão de obra, em vez de beneficiá-las.

O objetivo era ter uma economia fiscal com a troca da contribuição previdenciária por uma aliquota de um percentual sobre o faturamento, que varia conforme o setor.

O governo não pensou que em caso de processos trabalhistas poderá ocorrer a duplicidade de cobrança, de acordo com advogados.

Pela regra anterior, um processo que concedesse verbas, como bônus ou horas extras, a um ex-empregado, gerava a obrigação da empresa de recolher ao INSS a contribuição previdenciária patronal de 20%.

Com o novo modelo, haverá casos em que o empresário já terá recolhido as contribuições sobre o faturamento da empresa, e não deverá arcar com os 20% sobre o valor da condenação judicial.

"Cobrar esse percentual, que o empresário já recolheu sobre o faturamento, representa cobrança em duplicidade", afirma Eduardo Soto, sócio do Veirano Advogados.

"O mais ágil seria a Receita Federal editar uma regra que possa resolver a questão", diz Luiz Roberto Peroba, sócio do Pinheiro Neto. "Por jurisprudência, será um caminho mais longo e caro."

PONTUALIDADE NÁUTICA

"Falta uma outra boa localização, mas pensamos em ir para o Rio de Janeiro também", diz Angelo Bonati, o CEO da Panerai, do grupo Richmond.

A grife italiana de alta relojoaria que produz na Suíça, abriu sua primeira loja própria em junho passado em São Paulo e já busca um bom ponto carioca.

Quanto à disputa no Brasil pelos mesmos (e poucos) consumidores de alto luxo, Bonati, que não informa números por estar em período de silêncio, afirma encará-la com tranquilidade. "É assim no mundo todo", diz.

"Aqui temos preços apenas cerca de 15% superiores aos dos Estados Unidos e da Europa."

A grife vende relógios a partir de R$ 15 mil.

Fundação
No ano de 1860, em Florença

Até 1992
a Panerai era fornecedora de instrumentos de precisão para a Marinha da Itália

Em 1993
a empresa passou a vender relógios para consumidores

Na Suíça
são feitas as peças e o design é italiano

MAQUIAGEM NO ASTRO DO ROCK

CD - SECRETARIA - 1236

A Mary Kay, uma das maiores empresas de vendas diretas de cosméticos do mundo, planeja ter uma fábrica no Brasil em cerca de dois anos.

O plano se justifica pelo crescimento de 60% da companhia no país em 2012.

Fora dos Estados Unidos, o Brasil já é o quarto maior mercado em vendas, atrás de Rússia, México e China.

"O Brasil é o nosso grande astro do rock", brinca Sheryl Adkins-Green, diretora global de marketing da empresa. "Esperamos crescer outros 50% ou 60% também neste ano", acrescenta.

Uma parcela dos produtos vendidos no país é feita por parceiros locais, mas a maior parte vem de Dallas, nos Estados Unidos.

A expansão no mercado brasileiro não estimula a empresa a mudar a sua fórmula de negócios e abrir lojas, segundo Adkins-Green.

A executiva veio ao Brasil para o lançamento de uma linha de produtos para a pele da marca, que completa 50 anos de atuação no mundo e 15 no país.

Com uma estrutura de consultoras mais complexa do que a de concorrentes nacionais, em que ao crescer na carreira a vendedora pode virar uma "líder" de outras recrutadas, o aumento das vendas ainda se dá mais pelo "boca a boca".

"A maior parte das nossas vendas continua a ocorrer em encontros entre as consultoras e suas amigas, familiares e conhecidas. Em festinhas e aulas de maquiagem, elas unem o social aos cuidados pessoais", diz Adkins-Green.

US$ 3 bilhões
foi o faturamento em 2011

2,4 milhões
de consultoras no mundo

35
são os países onde atua

Bancos gastam mais de R$ 20 bi em serviços eletrônicos

Os investimentos tecnológicos do setor bancário no Brasil já estão próximos dos de países desenvolvidos como a França e a Alemanha, segundo um levantamento feito pela Febraban, que será divulgado hoje.

Em 2012, os desembolsos em tecnologia para melhorar os serviços eletrônicos ultrapassaram os R$ 20 bilhões.

"A quantidade de transações feitas através da internet e do celular foi maior que as realizadas em agências e pelo telefone no ano passado", diz Luis Antônio Rodrigues, diretor da comissão de tecnologia bancária da Febraban.

O internet banking já representa 39% das transações, conforme a pesquisa. Pelo celular, as movimentações significam 2,3% do total.

"As instituições financeiras aplicam cerca de 20% a mais, anualmente, em novos softwares que melhorem os serviços e garantam maior segurança aos clientes", afirma Rodrigues.

Escola... A Câmara Brasileira de Comércio Eletrônico (Camara-e.net) já formou 50 mil empresários desde 2003. Os cursos abordam "webmarketing", pagamento seguro e como montar uma loja virtual.

CD - SECRETARIA GERAL DA MESA
DILIGÊNCIA INSTRUÇÃO
Fls. 1837

...de comércio Neste ano, já são 1.657 empreendedores formados nas cidades de São Paulo, Campinas (SP), Campo Grande (MS) e Poços de Caldas (MG).

Na gôndola A Apas 2013 (feira do setor de supermercados) terá 70 empresários internacionais trazidos ao Brasil por entidades setoriais. Eles vão negociar com 21 empresas, além de 550 expositores.

Analgésico De cada R$ 1 investido contra a gripe, uma empresa tem retorno de R$ 3,50, segundo dados da Brasken. A companhia já imunizou 4.400 funcionários.

CORREIO BRAZILIENSE - DF ESPORTE 17/04/2013

171 - GDF RECEBE COMITIVAS NA ARENA

Governador se reúne com integrantes da Fifa, do COL e do Ministério do Esporte:

Um dia depois de confirmado o adiamento da data de entrega do Estádio Nacional de Brasília Mané Garrincha, o governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz, recebeu representantes da Federação Internacional de Futebol (Fifa), do Comitê Organizador Local (COL) e do Ministério do Esporte em reunião, na manhã de ontem.

Ao fim do encontro, os integrantes da Fifa e do COL não deram entrevistas aos jornalistas presentes à arena, mas, em nota, o governador Agnelo Queiroz disse que o GDF vai cumprir os prazos para que sejam realizados os eventos testes programados para o Estádio Nacional e que a nova data de entrega — 18 de maio — não significará atraso nas duas partidas que antecederão a abertura da Copa das Confederações.

"Não vamos colocar em risco a entrega de um estádio, que é uma conquista da nossa cidade e do nosso país, em função do problema com o gramado", disse Agnelo. "Não colocaremos a grama sem que haja condições ideais para isso. Foi uma decisão política nossa. Não faremos nada malfeito ou apenas para dar satisfação."

O governador do DF reforçou o que havia dito o secretário extraordinário da Copa, Claudio Monteiro, no dia anterior. O excesso de chuvas impediu que o gramado fosse instalado na arena e prejudicou a etapa da drenagem, que antecede a colocação do gramado. A previsão é de que o gramado seja instalado três dias antes da inauguração. Atualmente, ele está sendo cultivado em uma fazenda no Sergipe, a 121 km de Aracaju, como mostrou com exclusividade o Correio Braziliense. Para que o tapete seja instalado, ainda é preciso que estejam completos os serviços de terraplanagem e drenagem do espaço.

Agnelo disse ainda que "quando se desmarca uma data, sempre há um desconforto. Mas eles estão confiantes e acompanhando o nosso trabalho e o nosso esforço para entregar um estádio que orgulhe a todos nós. Não vou admitir nenhum tipo de maquiagem ou faz de conta. Vamos entregar quando ele estiver pronto. Eles reconhecem que Brasília está construindo um grande templo do futebol".

Entre os presentes, estiveram o secretário Extraordinário da Copa, Claudio Monteiro; o CEO do COL, Ricardo Trade; o diretor-geral do escritório da FIFA no Brasil, Ron Del Mont; o secretário executivo do Ministério do Esporte e membro do governo federal no COL, Luis Fernandes; a diretora de Obras Especiais da Novacap, Maruska Lima e o coordenador da secretaria Extraordinária da Copa, Sérgio Graça, além de representantes do Consórcio Brasília 2014.

Jogos
Antes de Brasil x Japão pela Copa das Confederações, o Estádio Nacional de Brasília Mané Garrincha recebe a segunda partida da final do Campeonato Candango, em 18 de maio, e a estreia de Santos e Flamengo no Brasileirão, no domingo, 26 de maio.

CD - SECRETARIA GERAL DA MESA - LEGISLAÇÃO 2013-2015 Fls. 1823

HOJE EM DIA - MG POLÍTICA 17/04/2013

172 - MÁS NOTÍCIAS PARA A PRESIDENTE DILMA ROUSSEFF DURANTE VISITA A MINAS

Más notícias acompanharam a presidente **Dilma** Rousseff durante os dois dias de visita a Minas, sua terra natal. A primeira veio dos Estados Unidos, na segunda-feira: duas bombas explodem em Boston, próximo do ponto de chegada da mais tradicional maratona realizada no país. Três pessoas morrem e 176 ficam feridas, 17 delas gravemente.

A tragédia terá repercussão no Brasil, pois aumentará ainda mais o gasto do governo com a organização da Copa do Mundo no ano que vem e das Olimpíadas em 2016. É previsível a pressão por mais investimentos na segurança dos atletas e do público nos dois eventos esportivos internacionais.

A presidente **Dilma** Rousseff tem grande interesse, sobretudo, que a Copa do Mundo se realize em clima de tranquilidade. Ela termina no dia 13 de julho, menos de três meses das eleições. Uma tragédia como a de Boston poderia repercutir nas urnas. Ninguém vai esquecer que foi o presidente Lula o responsável pela vinda do evento para o Brasil e que sua candidata, **Dilma** Rousseff, é a responsável maior para que o país se prepare para não dar vexame internacional.

E então a segunda má notícia. A mais importante, depois da tragédia de Boston, para o maior jornal brasileiro, nesta terça-feira, foi esta: O presidente da CBF, José Maria Marin, assinou um negócio superfaturado na compra da futura sede da entidade no Rio. Um negócio de R$ 70 milhões, e o superfaturamento chegaria a R$ 31 milhões.

O problema, para **Dilma**, é que Marin é também presidente do comitê organizador da Copa de 2014, e essa denúncia de corrupção não é um caso isolado. Na eventualidade de uma tragédia, tais casos podem tomar uma dimensão bombástica durante a campanha eleitoral.

A terceira má notícia é a manchete do Hoje em Dia, no segundo dia da visita presidencial a Minas: "Imóvel popular em Minas é 'maquiado' para receber **Dilma**." Os responsáveis pela construção do conjunto habitacional do programa "Minha Casa, Minha Vida", do governo federal, capricharam no acabamento do apartamento 103 do bloco 8 do Residencial Alterosa. É o único dos 1.640 apartamentos com piso de cerâmica. Exatamente o apartamento que seria mostrado a **Dilma**, durante a visita.

Recentemente, a presidente determinou que a Caixa exigisse pisos de cerâmica nas moradias financiadas, em vez de cimento. A maquiagem do apartamento visitado foi desnecessariamente constrangedora, pois o contrato do Residencial Alterosa foi assinado antes da nova norma.

HOJE EM DIA - MG POLÍTICA 17/04/2013

173 - APÓS DENÚNCIA DE APARTAMENTO "MAQUIADO", DILMA ANUNCIA PISO DE CERÂMICA NO "MINHA CASA, MINHA VIDA"

A presidente **Dilma** Rousseff (PT) anunciou terça-feira (16) a colocação de piso de cerâmica em todas as unidades habitacionais do programa "Minha Casa, Minha Vida". A medida foi tomada ao inaugurar 1.640 apartamentos em Ribeirão das Neves, na Grande BH.

Na edição de terça-feira (16), o Hoje em Dia denunciou a "maquiagem" nas unidades. Apenas uma delas, a que receberia a presidente, contava com piso de cerâmica. As outras tinham chão de cimento.

"O governo decidiu que todas as casas, se as pessoas quiserem, terão piso", garantiu.

Segundo **Dilma**, são 1 milhão de unidades habitacionais sem piso. Elas fazem parte da primeira leva de construções inseridas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Portaria publicada na terça-

CD - SECRETARIA GERAL DA MESA - CONTRIBUIÇÃO 2013-2015 Fls 1839

feira (16) pelo Ministério das Cidades assegura o acabamento para as novas unidades. Porém, Dilma ordenou à Caixa que faça os remendos nos apartamentos já entregues, incluindo os de Neves.

A petista ainda prometeu anunciar, "daqui a uns dias", um novo programa da Caixa para os oriundos do "Minha Casa, Minha Vida". "É para dar mais conforto dentro da casa de vocês", disse.

Benesses

Além de entregar as unidades habitacionais, a presidente aproveitou a viagem a Minas Gerais para anunciar um pacote de benesses a mais de 100 prefeituras. Acompanhada de uma claque de sete ministros, a petista distribuiu 108 máquinas a 102 municípios e ainda entregou 19 ônibus escolares a 12 prefeituras. O pacote, somando as casas populares entregues, chega a R$ 120 milhões.

A liberação do dinheiro foi feita pouco menos de uma semana após o senador **Aécio Neves** (PSDB) acompanhar o governador mineiro **Antonio Anastasia** (PSDB) em um anúncio de convênio com prefeituras do interior.

"Filho natural"

Na terça-feira (16), **Dilma** alfinetou os tucanos ao dizer que Minas era seu "filho natural", por ser sua terra natal. Coube ao presidente do PSDB estadual, Marcus Pestana, rebater a presidente. Ele disse "estranhar" a visita de **Dilma** "vestida do vermelho do PT".

"Não sei qual é a **Dilma** verdadeira: a que enviou uma carta para o ex-presidente **Fernando Henrique Cardoso** reconhecendo sua contribuição ao país, ou essa que deu a declaração fora da liturgia do cargo. Tenho que concordar com o FHC, que a classificou como ingrata", disse.

O GLOBO ONLINE PAÍS 17/04/2013

174 - CAMPOS DIZ A SENADORES QUE CRISE NO BRASIL É QUESTÃO DE TEMPO

Para governador, centralização excessiva de Dilma emperra o país

BRASÍLIA — Se houve um certo desconforto no almoço com apenas seis dos 12 senadores do bloco governista União e Força, o presidente do PSB e governador de Pernambuco, **Eduardo Campos**, sentiu-se à vontade no jantar que varou a madrugada com 14 senadores do PMDB, DEM, PDT e até do **PSDB** na casa do senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), na terça-feira. Numa exposição de cerca de uma hora e, depois, em conversas que só terminaram às 3h da manhã de quarta-feira, ele disse que a gestão centralizadora da presidente **Dilma** Rousseff está emperrando o país e que é uma questão de tempo o estouro de uma crise maior diante de um cenário internacional em que os investimentos estão voltando aos Estados Unidos.

Usando imagem feita pelo senador Jayme Campos (DEM-MT) em relação à sua determinação de bater chapa com **Dilma** em 2014, **Eduardo Campos** deixou muito claro que seu carro não tem mais marcha a ré.

— Há um mundo moderno lá fora. O Brasil passou de bola da vez para o descrédito. A presidente **Dilma** foi eleita como uma grande especialista em gestão, principalmente na área energética. Ela acha que tem credibilidade, mas na prática faz uma administração extremamente centralizadora e o governo não anda. Vai emperrar. Faz uma política econômica equivocada e isso vai estourar. Só não sei se vai estourar este ano ou em 2014 — avaliou Campos, segundo relatos detalhados pelos presentes.

Os senadores saíram impressionados com a segurança com que **Eduardo Campos** discorreu sobre temas que foram dos riscos do aparelhamento do Estado pelo PT, principalmente agências reguladoras, ao perfil "truculento" de **Dilma** e do PT para esvaziar pré-candidaturas adversárias, inclusive nos

CD SECRETARIA GERAL DA MESA
APRESENTAÇÃO
2013-2015
Fls 194

palanques estaduais. O PSB vai costurar esses palanques até setembro, quando deve reunir seu Diretório Nacional para oficializar ou não a decisão de candidatura presidencial e, se for o caso, entregar os cargos do governo.

Campos ainda criticou a proposta do governo de reduzir o esforço fiscal este ano e em 2014, como proposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) enviada esta semana ao Congresso. O governador disse que faria diferente:

— Se precisasse mexer na fórmula de cálculo do superávit, diria de forma transparente que era preciso fazer isso para manter os investimentos. O recurso da maquiagem não é bom. O governo pegou U$ 100 bilhões lá fora e foi para onde? Distribuiu aqui e ali em investimentos de retorno incerto em empresas como a JBS, Marfrig e outras. E na hora de pagar esses empréstimos, o cenário internacional é complicado.

Segundo senadores presentes, o único momento em que o socialista se exaltou e ficou emocionado foi quando relatou as ações do PT e de governistas para esvaziar suas articulações políticas e candidaturas adversárias. Mais do que indignado, um dos senadores disse que Campos está surpreso com o comportamento da presidente **Dilma** e da cúpula do PT.

— Fui criado numa casa onde meu avô (Miguel Arraes), com a metralhadora no peito, não fez acordo. Não vão me intimidar — avisou.

Sobre as chances de uma candidatura vitoriosa, ele avaliou que tem sido muito bem recebido por vários setores, do político ao empresarial, mas que precisa construir apoios de partidos que lhe garantam pelo menos quatro minutos de tempo de TV, para brigar com os 20 minutos de **Dilma**.

— A ultima campanha, de 2010, teve um debate pobre, sem propostas para avançar o país. **Dilma** foi apresentada como a mulher do Lula e o grande debate foi sobre aborto. Agora pode ser diferente — avaliou, segundo os relatos.

No mapa de palanques que começa a desenhar, Campos não desistiu de ver o ex-governador **José Serra** como candidato ao governo em suas fileiras. Sobre a pré-candidatura de **Aécio Neves** (PSDB-MG), elogiou muito o potencial do provável adversário, mas acha que ele pode ser prejudicado por um fator: O PT já aprendeu a derrotar o **PSDB**.

— O Aécio é o melhor candidato. Jovem, articulado. Tem dificuldades com Serra. Azar do Aécio e sorte minha — brincou.

Os senadores Luiz Henrique e Casildo Maldaner, do PMDB de Santa Catarina, que tinham encontro na mesma noite com a ministra Ideli Salvatti e eram dúvida no jantar, compareceram.

O GLOBO - RJ O PAÍS 18/04/2013

175 - CAMPOS DIZ A SENADORES QUE CRISE NO BRASIL É QUESTÃO DE TEMPO

Para governador, centralização excessiva de Dilma emperra o país

Maria Lima

BRASÍLIA Se houve um certo desconforto no almoço com apenas seis dos 12 senadores do bloco governista União e Força, o presidente do PSB e governador de Pernambuco, **Eduardo Campos**, sentiu-se à vontade no jantar que varou a madrugada com 14 senadores do PMDB, DEM, PDT e até do **PSDB** na casa do senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), anteontem. Numa exposição de cerca de uma hora e, depois, em conversas que só terminaram às 3h da manhã de ontem, ele disse que a gestão centralizadora da presidente **Dilma** Rousseff está emperrando o país e que é uma questão de tempo o

CD
SECRETARIA DE COMISSÕES
APRESENTAÇÃO
Fls. 1341

estouro de uma crise maior diante de um cenário internacional em que os investimentos estão voltando aos Estados Unidos.

Usando imagem feita pelo senador Jayme Campos (DEM-MT) em relação à sua determinação de bater chapa com **Dilma** em 2014, **Eduardo Campos** deixou muito claro que seu carro não tem mais marcha a ré.

- Há um mundo moderno lá fora. O Brasil passou de bola da vez para o descrédito. A presidente **Dilma** foi eleita como uma grande especialista em gestão, principalmente na área energética. Ela acha que tem credibilidade, mas na prática faz uma administração extremamente centralizadora e o governo não anda. Vai emperrar. Faz uma política econômica equivocada e isso vai estourar. Só não sei se vai estourar este ano ou em 2014 - avaliou Campos, segundo relatos detalhados pelos presentes.

Os senadores saíram impressionados com a segurança com que **Eduardo Campos** discorreu sobre temas que foram dos riscos do aparelhamento do Estado pelo PT, principalmente agências reguladoras, ao perfil "truculento" de **Dilma** e do PT para esvaziar pré-candidaturas adversárias, inclusive nos palanques estaduais. O PSB vai costurar esses palanques até setembro, quando deve reunir seu Diretório Nacional para oficializar ou não a decisão de candidatura presidencial e, se for o caso, entregar os cargos do governo.

Campos ainda criticou a proposta do governo de reduzir o esforço fiscal este ano e em 2014, como proposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) enviada esta semana ao Congresso. O governador disse que faria diferente:

- Se precisasse mexer na fórmula de cálculo do superávit, diria de forma transparente que era preciso fazer isso para manter os investimentos. O recurso da maquiagem não é bom. O governo pegou U$ 100 bilhões lá fora e foi para onde? Distribuiu aqui e ali em investimentos de retorno incerto em empresas como a JBS, Marfrig e outras. E na hora de pagar esses empréstimos, o cenário internacional é complicado.

Segundo senadores presentes, o único momento em que o socialista se exaltou e ficou emocionado foi quando relatou as ações do PT e de governistas para esvaziar suas articulações políticas e candidaturas adversárias. Mais do que indignado, um dos senadores disse que Campos está surpreso com o comportamento da presidente **Dilma** e da cúpula do PT.

- Fui criado numa casa onde meu avô (Miguel Arraes), com a metralhadora no peito, não fez acordo. Não vão me intimidar - avisou.

Sobre as chances de uma candidatura vitoriosa, ele avaliou que tem sido muito bem recebido por vários setores, do político ao empresarial, mas que precisa construir apoios de partidos que lhe garantam pelo menos quatro minutos de tempo de TV, para brigar com os 20 minutos de **Dilma**.

- A ultima campanha, de 2010, teve um debate pobre, sem propostas para avançar o país. **Dilma** foi apresentada como a mulher do Lula e o grande debate foi sobre aborto. Agora pode ser diferente - avaliou, segundo os relatos.

No mapa de palanques que começa a desenhar, Campos não desistiu de ver o ex-governador **José Serra** como candidato ao governo em suas fileiras. Sobre a pré-candidatura de **Aécio Neves** (PSDB-MG), elogiou muito o potencial do provável adversário, mas acha que ele pode ser prejudicado por um fator: O PT já aprendeu a derrotar o **PSDB**.

- O Aécio é o melhor candidato. Jovem, articulado. Tem dificuldades com Serra. Azar do Aécio e sorte minha - brincou.

Os senadores Luiz Henrique e Casildo Maldaner, do PMDB de Santa Catarina, que tinham encontro na mesma noite com a ministra Ideli Salvatti e eram dúvida no jantar, compareceram.

CD - SECRETARIA GERAL DA MESA - APRESENTAÇÃO 2013-2015 Fls. 1842

HOJE EM DIA - MG POLÍTICA 18/04/2013

176 - PBH VAI FAZER MAQUIAGEM NA LAGOA DA PAMPULHA PARA COPA DO MUNDO

Técnicos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) desembarcam nesta quinta-feira () em Belo Horizonte para avaliar se o complexo da Pampulha pode ser alçado a Patrimônio Cultural da Humanidade. Mas talvez o melhor período para que fizessem essa visita fosse próximo à Copa do Mundo, quando as águas da lagoa da Pampulha estarão limpas e inodoras.

Para isso, a Prefeitura de Belo Horizonte planeja fazer uma "maquiagem" para limpar o espelho d'água.

A administração municipal pretende contratar uma empresa para oxigenar a lagoa mas, para que isso aconteça, a Copasa tem, antes, que cumprir o cronograma de retirar todo o esgoto que é despejado por lá até o fim deste ano.

A ideia é injetar o gás e jogar microorganimos nas águas para acelerar a biodigestão da matéria orgânica acumulada. O processo, realizado meses antes do início do Mundial de futebol, garantiria que as águas ficassem limpas visualmente e sem cheiro.

Vale lembrar que a lagoa da Pampulha é apenas um dos locais que sofrem com o despejo de esgoto em Belo Horizonte, já que a prefeitura admitiu que 33% do esgoto da cidade é jogado em cursos d'água.

Porém, o resultado da intervenção é temporário. A proposta chegou a ser apresentada para entidades ambientalistas que discutem a revitalização do espaço.

"A prefeitura chegou a apresentar essa proposta para nós mas, quando vieram as audiências públicas na Câmara e na Assembleia, não apresentou mais", disse o coordenador do Projeto Manuelzão, Marcus Vinícius Polignano.

O ambientalista lembra que só a retirada dos esgotos e a dragagem do assoreamento é insuficiente para garantir a limpeza e a balneabilidade.

"Não basta remover a sujeira. É preciso um processo claro, com etapas, metas", avalia Polignano.

O professor de Química da UFMG, Eduardo Mortimer, acredita que a retirada do esgoto pela Copasa não é suficiente. "As intervenções até agora foram feitas no afogadilho. Já se consumiu muito dinheiro com paliativos", aponta.

Ambos afirmam que não dá para estimar em quanto tempo a lagoa se recuperaria sozinha após a retirada dos esgotos, mas destacam que não serão em seis meses.

CORREIO BRAZILIENSE - DF EIXO CAPITAL 21/04/2013

177 - MULTIPLICAÇÃO DE ELEITORES

Lilian Tahan e Ana Maria campos

O deputado federal Geraldo Magela (PT) está na torcida pela pacificação entre o governador Agnelo Queiroz (PT) e o suplente de deputado Augusto Carvalho, ex-PPS e agora no Movimento Democrático (MD). O tiro que acerta Augusto resvala em Magela. Há 10 dias, o governo determinou o retorno do petista à Câmara para tirar a vaga do suplente. Magela agora conta os dias para retornar ao posto de secretário de Habitação. Na função, entregará, até 2014, 50 mil escrituras de regularização fundiária e 100 mil casas. São 400 mil eleitores.

CD
SECRETARIA GERAL DA MESA
ATUAÇÃO
1843

Na moda
O presidente do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa, virou estampa de camiseta vendida no Conic. É opção entre personalidades como o rapper Tupac Shakur, o ganhador do Prêmio Nobel da Paz Nelson Mandela, o jogador Garrincha e até São Jorge. A loja Negoblue vende cada peça a R$ 40.

Olhos
nos olhos
Na última terça-feira, Joaquim Roriz (sem partido) e sua mulher, Weslian (PSC), foram os anfitriões da missa de aniversário da caçula, a distrital Liliane Roriz (PSD). Ao sair da Igreja Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, o ex-governador disse que se sente disposto para concorrer mais uma vez a um mandato no Buriti, mesmo com a ajuda de bengala e em tratamento de saúde. Se não puder, investirá no time familiar.

Proibida para menores
Publicação no Diário Oficial da União do último 27 de março é de vexar os mais desinibidos burocratas que acompanham atos do Executivo. Trata-se de edital de intimação que aplica multa e sanção para uma produtora de filmes. Todos fora, digamos, do circuito cult e da disputa pelo Oscar...

Enquanto isso...
Na sala de Justiça

Nesta quarta-feira, o ex-presidente do STF Ayres Britto participa de debate no Ministério Público do DF com o procurador de Justiça Luiz Streck, do Rio Grande do Sul, e os parlamentares Randolfe Rodrigues (PSol-AP) e Alessandro Molon (PT-RJ). O assunto é o polêmico debate sobre a PEC 37, que dá às polícias poder exclusivo de investigações criminais. O jornalista Heraldo Pereira vai mediar o encontro.

Memórias
O senador Cristovam Buarque (PDT) chamou a atenção nos últimos dias com o tom usado nas críticas sobre a gestão da Saúde, durante inserções no rádio e na tevê. Seis gestores que hoje compõem o primeiro escalão da pasta tinham cargos estratégicos na Saúde durante a administração de Cristovam.

Então tá, né
A deputada federal Jaqueline Roriz (MD) não gostou das "boas-vindas" do novo correligionário Augusto Carvalho. Ambos agora pertencem ao recém-criado Movimento Democrático, com a fusão do PMN e do PPS. Augusto diz que o problema com ela não é o processo no STF que responde por peculato, mas sim diferenças de ordem política. Ironicamente, Jaqueline rebateu ao dizer que também não se importa com as suspeitas levantadas na época da Pandora contra o colega. "Dizem que o problema é que ele responde por pagamentos de um contrato de informática quando era secretário de Saúde. Mas não é isso... Para mim, a questão é política."

Discurso universal
O Palácio do Buriti adotou uma prática politicamente correta. Todos os discursos são acompanhados por intérprete da Linguagem Brasileira de Sinais (Libras). Assim, o governador não perde ninguém.

|||

Apareceu
Roberto Policarpo virou presidente da Câmara dos Deputados... Por alguns minutos, na última sexta-feira. Comandante do PT no DF, o político integra um pequeno grupo de parlamentares que faz questão de ir ao expediente na sexta. É quando os novatos têm a chance de um up grande, presidir a sessão. Quórum baixíssimo, claro.

|||

Cruz vermelha
Cláudio Abrantes nem ingressou nas fileiras do PT e já pegou o jeitão petista: "Quero cumprimentar a todos e a todas...". Livre para escolher o partido depois de deixar o PPS, ele optou pela legenda de Agnelo. Vai enfrentar concorrência e fogo amigo nas próximas eleições. Confia, no entanto, na popularidade de Jesus, papel que durante anos interpretou no Morro da Capelinha.

CD - SECRETARIA GERAL DA MESA
PUBLICAÇÃO
2013-2015
Fls. 1344

Brasília é algo assim
Sem cobrar cachê, vários artistas do DF participam da campanha promovida pelo governo local como celebração pelos 53 anos de Brasília. Os músicos gravaram um clipe com a música Você, de Tim Maia. Entre os que se dispuseram a participar estão Ellen Oléria, em sucesso nacional desde a vitória no programa The Voice Brasil, Dih Ribeiro, Renata Jambeiro, a dupla sertaneja Pedro Paulo e Matheus, a banda Trampa Sinfônica, o rapper Gog, a Orquestra Sinfônica de Brasília, entre outros.
O diretor de Criação da Propeg, Maurício Passarinho, responsável pelo projeto, diz que todos toparam sem hesitar. "É uma homenagem para Brasília, a cidade que representa todo o DF e todo o nosso país", acredita. Além de ser veiculada na programação da tevê aberta, a campanha pode ser vista pela internet (www.gdfdiaadia.df.gov.br).

Só papos

"Tenho dúvidas do envolvimento de Raad na fraude. A responsabilidade da aplicação de emendas é do Executivo. Qualquer um aqui corre risco. Não há como o deputado ficar fiscalizando as emendas"

Olair Francisco (PTdoB)
Vice-presidente da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara Legislativa. Votou contra a abertura de processo para investigar o colega Raad Massouh (PPL)

"Se eu tivesse certeza da participação de Raad, já o estaria acusando e pedindo a cassação dele. A investigação na Comissão de Ética é justamente para mostrar se ele é culpado ou inocente."

Dr. Michel (PEN)
Presidente da Comissão de Ética da Câmara Legislativa. Votou pela a abertura de processo.

À QUEIMA-ROUPA

Samanta Sallum

Secretária da Coordenadoria Extraordinária de Comunicação para a Copa

O governo vai conseguir cumprir a nova data de inauguração do Estádio, em 18 de maio?

Sim. Em 18 de maio haverá uma inauguração muito mais bonita e marcante do que seria em 21 de abril, pois o estádio estará sendo entregue diretamente aos torcedores, aos brasilienses que vão poder usufruir desse espaço, já que teremos a final do Candangão. Nada melhor do que futebol para a inauguração de um estádio.

Houve falha no planejamento da obra?

Não houve falha. Houve chuva ininterrupta nos primeiros 15 dias de abril, o que não deu trégua para a preparação do campo essencial para receber o gramado. O governador Agnelo Queiroz disse que não admitia maquiagem no estádio para fazer inauguração a qualquer custo, por isso a marcação de nova data. Poderíamos ter feito uma inauguração mais modesta em 21 de abril, em solenidade apenas política, nos moldes do que foi feito em outros estádios. Mas o governador preferiu uma inauguração definitiva, já com a arena em operação.

Sediar um evento do porte de uma Copa do Mundo não depende só de estádio. A cidade está pronta?

A cidade ainda não está pronta, mas em ritmo acelerado de preparativos para receber os megaeventos. A preparação da cidade vai muito além da entrega da obra do estádio. Passa pela melhoria do transporte público e investimentos de infraestrutura da cidade, especialmente a recuperação do sistema de abastecimento de energia, sucateado nos últimos anos. Como reflexo desse investimento, aumentou-se em 35% a capacidade de energia no DF só no último ano.

O atentado em Boston é um elemento que cria um clima de insegurança mundial. O governo está preparado para lidar com os riscos?

CD - SECRETARIA GERAL DA MESA - AUTUAÇÃO CONTÁBIL 1945 2013-2015

Há uma força-tarefa que envolve não só grupos operacionais de segurança do GDF, mas também do governo federal. Tudo para garantir a total tranquilidade e a normalidade da cidade durante esses eventos, especialmente porque Brasília vai abrir a Copa das Confederações, quando haverá grande concentração de autoridades, de turistas e de torcedores. A segurança será garantida em todos os níveis, do plano mais sofisticado antiterrorista ao ir e vir do cidadão brasiliense e de turistas que vão transitar pela cidade nesse período.

Para o governador Agnelo, o estádio é um meio de atrair investimentos internacionais, incrementar o turismo e a cultura. Para a oposição, um monumento da gastança.

O investimento vai valer a pena?

Com certeza vai valer à pena. O legado está garantido para a população. O governador tem a convicção do poder transformador que esses megaeventos têm para Brasília. A nossa capital será uma antes da Copa e outra, com certeza melhor, depois da Copa. A festa do campeonato não é a meta ou a finalidade de todo o esforço que tem sido feito. É apenas um meio, um instrumento potencializador de políticas públicas que vão melhorar a qualidade de vida na capital, pois esses eventos aceleram os investimentos federais na cidade. Projetos que demorariam cinco, 10 anos para serem implementados se tornarão realidade em menos de quatro anos.

Por que criar uma Coordenadoria Extraordinária de Comunicação para a Copa? Há muito incêndio a apagar?

De certa forma, sim. O volume de demandas da imprensa e a preparação da cidade para receber os milhares de jornalistas que virão de outros estados e especialmente de outros países exigem uma comunicação pública e institucional que abasteça essa imprensa com informações principalmente de utilidade pública. Brasília nunca viveu esse momento tão especial, e estará exposta aos olhos do mundo inteiro por meio da imprensa.

FOLHA DE SÃO PAULO	VINICIUS TORRES FREIRE	21/04/2013

178 - PICADINHO DE PARTIDOS

Partidos maiores estão cada vez menores, novas legendas estão no forno e tucanos podem ser fatiados

Vinicius Torres Freire

A DECISÃO judicial que na prática proibiu o troca-troca partidário, em 2007, acabou por incentivar a criação de mais partidos. A fragmentação vinha de antes e foi influenciada pelas vitórias do PT, mas ganhou impulso desde então.

Além de vítima de seu reacionarismo, o DEM foi fatiado na cozinha do picadinho partidário. O DEM é o velho PFL, que em 2007 passou maquiagem para tentar esconder suas rugas de coronel velho.

Entre 1994 e 2002, o PFL fez em média 92 deputados federais por eleição. Em 2006, elegeu apenas 65 deputados, muitos dos quais migraram para partidos da boquinha (coalizão governista). Em 2013, sangrado pelo PSD criptogovernista de Gilberto Kassab, o PFL-DEM tem 43 cadeiras na Câmara.

O **PSDB** corre risco semelhante ao do compadre DEM. Está cada vez mais reacionário, sem quadros e sem programa. Pode ser amputado pela máquina de fragmentação partidária.

Os tucanos nunca foram tão exuberantes quanto os pefelês, mas fizeram em média 77 deputados entre 1994 e 2002. Agora, estão com 53.

Podem levar uma facada se **José Serra** aderir à Mobilização Democrática, MD, mistura do PPS com o

CD SECRETARIA GERAL DA MESA ATUAÇÃO 1846

nanico PMN. Podem levar um talho menorzinho se **Marina Silva** fundar de fato sua "Rede".

O número de cadeiras da Câmara controladas pelos quatro maiores partidos decresce desde 1998. A fatia dos 6 ou 8 maiores partidos também cai. Os deputados mais e mais migram para a periferia partidária.

É uma hipótese razoável dizer que isso tem a ver com três vitórias seguidas do PT. Os deputados pulam do barco dos partidos oposicionistas para barquinhos agregados ao governismo, pois não têm jeito ou gosto de petistas.

Trata-se do arroz com feijão da política partidária do Brasil. A decisão do TSE que na prática proibiu a troca de partidos em 2007 criou um incentivo para a criação de legendas. Para mudar de partido sem perder o mandato, basta criar um novo.

Ainda assim, a explicação é insuficiente.

Por que antes de 2007 os deputados não migravam para o PMDB, o veículo maior e tradicional do adesismo? O PMDB é o partido grande mais estável do país. Mais inflado, seu apoio sairia mais caro. Por que o PMDB é incapaz de organizar até um programa tão oportunista quanto esse?

Por que nenhum partido maior é incapaz de manter ou incorporar um movimento político mais novo (ou menos velho) como o de **Marina Silva** (verdes, sustentáveis e outros)?

Por que gente politicamente tão parecida ou sem gosto quanto **Aécio Neves (PSDB)** e **Eduardo Campos** (PSB), ou até Kassab (PSD, ex-DEM-PFL), não está no mesmo partido?

Sim, o início das histórias políticas de Aécio, Campos e Kassab foi bem diferente. Hoje em dia, são a mesma farinha em sacos diferentes. Sim, são de regiões diferentes, o que faz muita diferença no Brasil. Sim, são caciques que precisam de carro próprio para suas candidaturas vazias de ideias.

Sim, o custo de ter um partido para chamar de seu é menor do que organizar a disputa interna em um partido maior.

Sai barato fazer salada partidária. Que sociedade é essa em que isso é possível? Enfim, faria diferença se os partidos fossem estáveis?

ÉPOCA OPINIAO 21/04/2013

179 - O FILTRO

Menos palavrório, **Dilma**

Ao transformar a taxa de juros numa bandeira política, a presidente mina a credibilidade do BC

Depois de quase dois anos, o Banco Central voltou a subir, na semana passada, a taxa de juros básica da economia, de 7,25% para 7,5%. Foi uma reação à persistência da inflação num patamar incomodamente alto. Em março, a taxa acumulada em 12 meses chegou a 6,59% e estourou o teto da meta estabelecida pelo BC. Como nos velhos tempos da hiperinflação, a alta dos preços do governo **Dilma** Rousseff ganhou até um símbolo: o tomate. A alta na taxa de juros era esperada, mas foi modesta. Pelo tempo que o BC levou para tomar a decisão, alguns analistas argumentavam que a medida mais acertada era uma elevação de, pelo menos, 0,5 ponto percentual para mostrar ao mercado a firmeza do governo no combate à inflação.

O BC justificou a medida cautelosa. Em nota, afirma que "incertezas internas e, principalmente, externas cercam o cenário prospectivo" para a inflação. Há mesmo várias incertezas em relação ao comportamento da economia internacional. Mas há outras explicações, todas menos benevolentes para a imagem do BC, para a tímida decisão da semana passada. Na condução da política monetária, o BC

CD - SECRETARIA GERAL - ATUAÇÃO 1841

tem agido como um menino obediente do governo **Dilma**. A alta de 0,25% parece uma tentativa de dar algum sinal de reação à inflação, mas sem contrariar o Palácio do Planalto. Nos últimos dois anos, o governo **Dilma** procurou alavancar o crescimento do PIB com expansão do crédito, aumento de gastos públicos e medidas para todos os gostos, embora tenha alcançado, até aqui, resultados modestíssimos.

Nesse esforço, a presidente **Dilma** não tem economizado palavrório sobre a taxa de juros, cuja redução transformou em bandeira política. Há cerca de um mês, durante viagem à África do Sul, ela deu uma declaração interpretada como uma tentativa de frear a alta de juros e causou rebuliço no mercado. Na semana passada, voltou a falar sobre o assunto em Belo Horizonte. Desta vez, admitiu a alta, mas disse que qualquer elevação, por necessidade de combate à inflação, seria possível "num patamar menor".

A presidente **Dilma** se comporta como se soubesse tudo. Na questão dos juros, ela deveria conter seus arroubos voluntaristas. Toda vez que ela fala sobre o assunto, mina a credibilidade do BC em seu papel de condutor das expectativas da inflação. O ideal seria que o BC, à semelhança de seus similares nas nações desenvolvidas, tivesse, assegurada em lei, independência para exercer seu papel de guardião da moeda. Como o Brasil não amadureceu a esse ponto, o melhor seria que **Dilma** se mirasse no ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Lula, na prática, deu autonomia ao então presidente do BC, Henrique Meirelles, para tomar as medidas necessárias para controlar a inflação. Os resultados de Lula foram, em todos os indicadores, muito superiores aos obtidos por **Dilma** até aqui.

O massacre do Carandiru ainda merece justiça

Em 1992, 111 presos foram mortos a tiros pela Polícia Militar de São Paulo dentro da Casa de Detenção do bairro paulistano do Carandiru. Mais de 20 anos depois, finalmente os acusados de participar dos homicídios são levados à Justiça. Os primeiros 26 policiais, de um total de 79 acusados, começaram a ser julgados na semana passada.

O massacre do Carandiru, como ficou conhecido o episódio, é uma das maiores vergonhas da história recente brasileira. Homens mantidos sob a guarda do Estado - aparentemente desarmados - foram assassinados sem chance de defesa. A entrada da polícia no Pavilhão 9 do presídio foi autorizada sob a justificativa de conter uma perigosa rebelião de detentos. Nenhum indício até hoje corroborou tal versão. Inúmeros testemunhos, como o do perito Osvaldo Negrini Neto, sustentam que o Batalhão de Choque entrou no pavilhão antes de qualquer negociação com os presos, que não haviam tomado reféns. Testemunha de defesa, Luiz Antônio Fleury Filho, então governador de São Paulo, disse que a entrada da polícia foi necessária. Mesmo que tenha sido, por que usar metralhadoras em vez de bombas de efeito moral? "Logo que a polícia entrou, eles metralharam presos que estavam se rendendo", afirmou Moacir dos Santos, na época diretor de segurança e disciplina. Segundo Negrini Neto, detentos foram "executados dentro de suas celas".

A Casa de Detenção foi demolida em 2002. O comandante da operação da PM, coronel Ubiratan Guimarães, foi assassinado em 2006. Ainda há tempo de fazer alguma justiça e condenar não apenas os policiais que dispararam suas armas de forma criminosa e cruel, mas também os que ordenaram a execução covarde. É o mínimo que a memória brasileira, manchada pelo episódio, exige.

As lições de uma moça chamada Katia Vega

Vestindo uma roupa de super-heroína preta justinha e uma capa também negra, a estudante Katia Vega, de 29 anos, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), apresentou uma inovação tecnológica bonita e prática. Ela criou uma forma de acionar um controle remoto usando o piscar dos olhos. Ao piscar com o olho direito, fazia uma maquininha voadora - semelhante a um pequeno helicóptero - subir e descer. Piscando com o olho esquerdo, trocava as imagens de um projetor na sala. Para fazer isso, Katia desenvolveu cílios postiços e uma maquiagem, condutores de impulsos elétricos, alimentados por baterias embutidas numa tiara. Seus movimentos eram captados e decodificados por um controle no bolso, que transmitia as instruções ao helicóptero e ao projetor de imagens.

Por sua ideia inovadora, Katia recebeu o prêmio Design Challenge, promovido pela Universidade Pompeu Fabra, de Barcelona, na Espanha. A invenção poderá ter aplicações médicas e cosméticas. Independentemente das evoluções futuras, as pesquisas de Katia já fornecem algumas lições para o Brasil. A primeira delas diz respeito ao grupo de estudos a que ela pertence, o Beauty Technology. Ele conduz suas pesquisas pensando em gerar soluções para a indústria. Faz parte do Centro de Tecnologia

CD
AUTUAÇÃO
1843
1848

da PUC-Rio que desenvolve produtos de ponta para várias empresas, como Petrobras, Oi, Usiminas, CSN e Gerdau. É uma visão rara e preciosa na academia. Embora o Brasil invista em universidades e bolsas de pesquisas, a maior parte dos estudos pelo país atende a interesses exclusivos dos professores, sem conexão com as necessidades do mercado e das empresas. E sem aplicação prática em vista.

A indústria nacional investe menos em inovação tecnológica do que seus concorrentes internacionais. Num mundo onde a riqueza é destruída ou gerada por inovações, o Brasil precisa aproveitar mais seu potencial para criar. Num país que vê as universidades federais e estaduais como fonte prioritária de conhecimento para a sociedade, e sorvedouro de subsídios governamentais, é uma lição importante notar que uma instituição privada, como a PUC-Rio, pode produzir ciência de forma eficaz, sem as amarras da gestão pública.

A vitória de Katia também é inspiradora para as mulheres. Embora elas sejam maioria nos cursos superiores do país, representam apenas 32% nas áreas de exatas. Muitas vezes ignoram suas próprias aptidões e se afastam das carreiras tecnológicas. Ainda são assombradas por uma noção antiga, que atribui a essa área um caráter mais masculino por natureza. Enquanto não tivermos mais Katias nas carreiras de exatas, perderemos o talento feminino numa área em que o Brasil precisa desesperadamente de pessoas qualificadas de ambos os sexos.

Finalmente, a última lição de Katia está em seu passaporte. Ela é peruana. Mora no Rio desde 2008. Mostra como o Brasil ganha quando se abre para a chegada de talentos estrangeiros. Embora nos consideremos um país receptivo, só 0,5% de nossa população é de imigrantes legais. Bem abaixo dos 2% do Chile, ou dos 4% da Argentina e dos Estados Unidos. Sem falar em 18% no Canadá ou 25% na Austrália. A legislação brasileira complica a vida de um empregador que tenta trazer um talento de fora. Enquanto não conseguirmos formar nossos jovens para ocupar as posições técnicas que o país exige para crescer, trazer mão de obra estrangeira é uma boa alternativa para o país.

FOLHA DE S. PAULO - SP CIÊNCIA+SAÚDE 23/04/2013

180 - MANOBRA DO GOVERNO ELEVA NÚMEROS DE PROGRAMA DE BOLSAS NO EXTERIOR

Ciência sem Fronteiras está computando alunos de doutorado de outros programas como seus Segundo estatal de incentivo à pesquisa, objetivo da migração é dar tratamento igual a todos os beneficiados

TAI NALON

O Ministério da Educação passou a computar entre os alunos do Ciência sem Fronteiras, programa de estudo no exterior, os bolsistas regulares da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), órgão de incentivo à pesquisa.

A maquiagem ocorre há pelo menos um mês e meio, mas, na sexta-feira passada, a Capes informou aos bolsistas de seus programas regulares que eles seriam oficialmente migrados para o Ciência sem Fronteiras se fossem "elegíveis", isto é, se estivessem dentro dos critérios de seleção do programa.

No comunicado, a Capes diz que a migração é para "fins operacionais", "com o objetivo de oferecer isonomia no tratamento dispensado aos seus beneficiários".

O PROGRAMA

Lançado em 2011, o Ciência sem Fronteiras é a menina dos olhos da presidente **Dilma**, que estabeleceu a meta de enviar 101 mil bolsistas para o exterior até 2015. O objetivo é considerado irrealista, reservadamente, por envolvidos em sua execução.

A Capes mesmo já disse ter dificuldades estruturais para cumpri-lo: antes do programa, tinha cerca de

CD
AUTUAÇÃO
1849

4.000 bolsistas. Até fevereiro, já haviam sido concedidas 22.646 bolsas do Ciência sem Fronteiras, das quais 19.601 começaram a ser pagas.

O programa está sob responsabilidade de Aloizio Mercadante (Educação), que o lançou quando era titular do Ministério da Ciência e Tecnologia. Ele aspira concorrer ao governo paulista ou assumir a Casa Civil em 2014.

As bolsas regulares e o Ciência sem Fronteiras oferecem remuneração semelhante, mas a seleção e a aceitação internacional são diferentes. O programa também engloba uma parcela menor das áreas de conhecimento, ao praticamente excluir as ciências humanas.

Parte expressiva das 19.601 bolsas implementadas pelo programa até agora pode ser de alunos que não foram selecionados por meio dele.

A Folha cruzou nomes de estudantes aprovados nos editais de doutorado regular da Capes no exterior com a lista de alunos do Ciência sem Fronteiras disponível no site oficial do programa.

Em 2012, foram 280 aprovados no programa regular de doutorado fora do país. Pelo menos 60 desses estudantes constavam da lista de bolsistas do Ciência sem Fronteiras sem que estivessem efetivamente dentro dele.

A Folha entrou em contato com 25 desses bolsistas em oito países. As respostas revelaram surpresa por parte dos alunos. Alguns nem sequer tinham se inscrito no programa. Três relataram terem sido reprovados no Ciência sem Fronteiras.

Estudante de doutorado na Freie Universität Berlin, na Alemanha, Grégori Romero chegou a tentar o Ciência sem Fronteiras. Quando se inscreveu, conta, não tinha preferência entre os programas.

"Mas, agora que tenho a da Capes/Daad, acho que é uma vantagem, pois mesmo recebendo o auxílio do Brasil, sou aluno Daad, que é um órgão alemão com fama internacional. É um programa mais tradicional, com critérios de seleção mais elaborados."

André Hallack, doutorando na Universidade de Oxford (Reino Unido), conta que foi aprovado por ambas as bolsas, "que são praticamente iguais". "Quando saiu o resultado do Ciência Sem Fronteiras, eu já estava bem fechado com a bolsa da Capes, então ignorei o processo dele."

Alguns dos estudantes ouvidos relataram ter questionado a Capes por e-mail. Eles receberam como resposta que a manobra é "para dar estatística" e cumprir "metas do governo federal".

A distorção pode ser ainda maior, já que a Folha observou também, em outros editais de doutorado pleno e doutorado-sanduíche, mais nomes repetidos.

Foi solicitada à Capes a lista de bolsistas regulares, mas a instituição alegou falta de estrutura para entregá-la, para saber quantos de fato são eles e se também estavam no Ciência sem Fronteiras.

O pedido foi feito novamente via Lei de Acesso à Informação, mas o governo ainda não respondeu.

FOLHA DE S. PAULO - SP PRIMEIRA PÁGINA 23/04/2013

181 - PRIMEIRA PÁGINA: FOLHA DE SÃO PAULO

Governo maquia dados de bolsa de estudo no exterior

O Ministério da Educação passou a computar entre os alunos do Ciência sem Fronteiras, programa de estudo no exterior, os bolsistas regulares da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), órgão de incentivo à pesquisa.

CD
SECRETARIA GERAL DA MESA
DISTRIBUIÇÃO
Fls. 1850

A maquiagem ocorre há pelo menos um mês e meio, mas, na sexta-feira passada, a Capes informou aos bolsistas de seus programas regulares que eles seriam oficialmente migrados para o Ciência sem Fronteiras se fossem "elegíveis", isto é, se estivessem dentro dos critérios de seleção do programa.

No comunicado, a Capes diz que a migração é para "fins operacionais", "com o objetivo de oferecer isonomia no tratamento dispensado aos seus beneficiários".

FOLHA.COM PODER 23/04/2013

182 - PROGRAMA DE BOLSAS É BEM-INTENCIONADO MAS "PIROTÉCNICO", DIZ EX-MINISTRO

TAI NALON DE BRASÍLIA

O ex-ministro da Educação Cristóvam Buarque (PDT-DF) disse nesta terça-feira que o programa Ciência sem Fronteiras é "bem-intencionado", mas peca em ser "pirotécnico".

O Ministério da Educação passou a computar entre os alunos do Ciência sem Fronteiras, programa de estudo no exterior, os bolsistas regulares da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), órgão de incentivo à pesquisa.

A maquiagem ocorre há pelo menos um mês e meio, mas, na sexta-feira passada, a Capes informou aos bolsistas de seus programas regulares que eles seriam oficialmente migrados para o Ciência sem Fronteiras se fossem "elegíveis", isto é, se estivessem dentro dos critérios de seleção do programa.

No comunicado, a Capes diz que a migração é para "fins operacionais", "com o objetivo de oferecer isonomia no tratamento dispensado aos seus beneficiários". Alguns dos estudantes ouvidos relataram, no entanto, ter questionado a Capes por e-mail. Eles receberam como resposta que a manobra é "para dar estatística" e cumprir "metas do governo federal".

"As metas são irrealistas. Se não estamos conseguindo mandar um número maior de alunos para fora, estamos perdendo a chance de reduzir a meta dos que saem e aumentar os que vêm para cá", disse Cristóvam. "O programa é melhor do que nada. Mas deveria-se pensar que trazer cientistas para o Brasil seria mais eficiente."

A Folha entrou em contato com o MEC e com a Capes na manhã desta terça-feira e questionou por que o governo decidiu migrar os bolsistas regulares no exterior para o Ciência sem Fronteiras. Também perguntou se o governo tem tido dificuldades para cumprir metas estipuladas pelo programa e por que os alunos só foram informados depois de terem sido computados como bolsistas do programa.

Até a última atualização desta reportagem, porém, ainda não havia obtido respostas a seus questionamentos.

O ESTADO DE S. PAULO - SP NACIONAL 27/04/2013

183 - DEPUTADO PROMETEU EMITIR NOTAS FISCAIS A ACUSADO DE FRAUDE

Grampos revelam que Roque Barbiere (PTB) também combinou com empreiteiro maquiagem de obra em Birigui.

Fernando Gallo e Fausto Macedo

CD
AUTUAÇÃO
1851

Escutas telefônicas da Polícia Federal revelam que o deputado estadual Roque Barbiere (PTB), autor da denúncia, feita em 2011, sobre venda de emendas parlamentares por colegas seus na Assembleia Legislativa de São Paulo, combinou com o empresário Olívio Scamatti -acusado de chefiar a quadrilha que fraudava licitações em prefeituras paulistas - que um assessor seu iria procurá-lo para pegar os dados da construtora para poder emitir notas fiscais a ele. O diálogo não deixa claro a que se refere essa transação, mas para os investigadores mostra o grau de proximidade entre o parlamentar e o empreiteiro que está preso há oito dias.

Os documentos indicam que Barbiere foi quem efetuou a ligação, flagrada em 3 de agosto de 2010, às 21l123.0 trecho da conversa foi resumido pela polícia: "Olívio pede a Roque que diga a seu assessor ligar para Olívio, para terminarem de organizar aquela situação, pois só está esperando ele mandar os documentos para Olívio. Roque diz que o assessor vai organizar e vai procurar Olívio pessoalmente, que ele vai pedir os dados da empresa para poder emitir as notas. Olívio pede para ele ligar amanhã, para poderem resolver e matar isso. Roque diz que aí já leva as notas feitas".

Barbiere também combinou com Olívio a maquiagem de uma obra que a construtora Demop estava fazendo na rodovia SP-461, em Birigui, base eleitoral do petebista. O motivo: uma visita de campanha eleitoral que o governador **Geraldo Alckmin** (PSDB) e o senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB), à época candidatos, fariam à cidade do deputado três dias depois do diálogo.

As tratativas contradizem o que Barbiere afirmou ao Estado em 10 de abril, quando declarou que o único contato que teve com Scamatti e pessoas relacionadas à Demop foi quando Alckmin já assumira o posto, em 2011. Ele disse que Alckmin mandou revisar os contratos e os empreiteiros ficaram preocupados e o procuraram, razão pela qual ele teria batido à porta da Secretaria dos Transportes.

A polícia sustenta que o deputado pediu a Scamatti que "meta o cacete lá no que estiver parado". "Roque liga para Olívio e pergunta se ele está sabendo que o governador e o Aloysio vem a Birigui na sexta-feira. Olívio diz que Não. Roque diz que eles vão chegar uma hora em Araçatuba e vão pegar uma van e se dirigir para Birigui. Roque diz que eles vão dar uma olhada na obra e depois andar no centro de Birigui com eles. Roque diz que gostaria de pedir a Olívio que, mesmo que não possa estar lá, na sexta-feira meta o cacete lá no que estiver parado, ponha máquina, ponha o c.... Olívio diz que pode deixar com ele. Roque diz que já está impressionado, mas que é preciso impressionar eles (governador e Aloysio) também".

A Demop venceu a licitação para fazer um dos dois lotes da SP-461. Assinou com o governo do Estado um contrato de R$ 31,5 milhões pela obra.

Licença. A assessoria de Barbiere informou que o deputado tirou licença médica de duas semanas e disse que ele estava "incomunicável" e só falaria com a imprensa na próxima semana.

Em 10 de abril, ele disse ao Estado que intercedeu em favor da Demop no governo por se tratar da obra "mais importante da história de Birigui", e disse ter sido procurado por Scamatti porque era "o pai político" da duplicação da rodovia. O advogado de Scamatti, Alberto Zacharias Toron, disse que "acredita plenamente que as acusações, uma a uma, serão refutadas".

Chefe da quadrilha

De todas as pessoas presas na Operação Fratelli, o empreiteiro Olívio Scamatti é o único que continua preso. Os demais integrantes do grupo foram soltos por determinação da Justiça.

CD - SECRETARIA GERAL DA MESA
AUTUAÇÃO
Fls. 1852

EXCELENTÍSSIMO JUIZ DA 13ª VARA FEDERAL DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE CURITIBA/PR

Autos nºs 5001438-85.2014.404.7000 (Operação Lava Jato) e 5001446-62.2014.404.7000 (Operação Bidone)

Classificação no e-Proc: Restrito Juiz

Classificação no UNICO: Confidencial

O **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, pelos procuradores da República signatários, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, com base nos autos em epígrafe e com fundamento no art. 129, I, da Constituição Federal, oferece **DENÚNCIA** em desfavor de:

RENE LUIZ PEREIRA ("**RENE**"), brasileiro, nascido em 14/7/1966, inscrito no CPF 476.232.096-04, com endereço na Rua 08 Norte, Lote 01, apto 1302, Residencial Osório de Moraes, Águas Claras, Brasília/DF, **atualmente preso na Superintendência Regional da PF/PR**;

SLEIMAN NASSIM EL KOBROSSY ("**SLEIMAN**" ou "**SALOMÃO**"), nascido em 20/10/1966, CPF 709.608.011-20, com endereço na Qd. 102, Lt. 08, Praça Perdiz, Bloco A, ap. 1202, Res. Montpellier, Águas Claras, Brasília/DF, **atualmente foragido**;

MARIA DE FÁTIMA STOCKER ("**EVI**"), nascida em 10/10/1972, CPF 625.180.110-72, com residência na Inglaterra, em local desconhecido, **atualmente presa na Espanha** (v. informação no relatório da autoridade policial tópico tráfico de drogas, financiamento para o tráfico e lavagem de dinheiro proveniente do tráfico);

CARLOS HABIB CHATER ("**HABIB**"), brasileiro, nascido em 25/2/1968, inscrito no CPF 416.803.751-72, com endereços na QTR M.N, Trecho 10, conjunto I, casa

SECRETARIA GERAL - CD - AUTUAÇÃO Fls. 1853

2, Setor de Mansões Lago Norte, Brasília/DF; e na SHS, quadra 6, conjunto A, lote 1, bloco B, ap. 214, Tryp Convention Brasil 21, Asa Sul/DF, atualmente preso na Superintendência Regional da PF/PR;

ANDRÉ CATÃO DE MIRANDA ("**ANDRÉ**"), nascido em 25/3/1961, CPF 248.513.374-34, com endereço na Quadra 202, Lote 10, bloco B, ap. 502, Cond. Franz Schubert, Águas Claras, Brasília/DF, atualmente preso na Superintendência Regional da PF/PR; e

ALBERTO YOUSSEF ("**YOUSSEF**"), nascido em 6/10/1967, CPF 532.050.659-72, com endereço na Rua Dr. Elias César, 155, ap. 601, Jd. Petrópolis, Londrina/PR, e na Rua Dr. Afonso Braz, 747, ap. 111 A, Solto, Vila Nova Conceição, São Paulo/SP, atualmente preso na Superintendência Regional da PF/PR;

pelos fatos a seguir descritos.

1 - INTRÓITO

Histórico das investigações

Esta denúncia decorre de investigação[1] que visou apurar diversas estruturas paralelas ao mercado de câmbio, abrangendo um grupo de doleiros com âmbito de atuação nacional e transnacional.

A investigação inicialmente apurou a conduta do "doleiro" **HABIB** e pessoas físicas e jurídicas a ele vinculadas. Porém, posteriormente, foi ampliada para diversos outros doleiros, que se relacionavam entre si para o desenvolvimento das atividades, mas que formavam grupos autônomos e independentes, dando origem a quatro outras operações, a partir de três operadores principais identificados no decorrer da investigação[2]

[1] A presente denúncia decorre de investigações policiais realizadas principalmente nos seguintes autos: 1. autos **5048401-88.2013.404.7000** (trata-se do inquérito policial 2000.2013-SR/DPF/PR, distribuído em 5.11.2013 por dependência ao inquérito policial **2006.70.00.018662-8**, do qual constitui desmembramento, o desmembramento foi deferido por decisão judicial proferida nos autos **5047783-46.2013.404.7000** (evento 4), distribuídos em 1º.11.2013; 2. autos 5026387-13.2013.404.7000, trata-se de interceptação telefônica e telemática distribuída em 5.7.2013 por dependência ao inquérito policial **2006.70.00.018662-8**; 3. autos 5048457-24.2013.404.7000: trata-se de interceptação telefônica e telemática distribuída em 5.11.2013 por dependência ao inquérito policial **5048401-88.2013.404.7000**; 4. autos **5001461-31.2014.404.7000**: trata-se de representação policial por buscas, prisões e bloqueios de ativos; autos distribuídos em 20.1.2014 por dependência ao inquérito policial **5048401-88.2013.404.7000**.

[2] IPL 2000.2013 – destinado a apurar as atividades capitaneadas pela doleira NELMA MITSUE PENASSO KODAMA (Operação Dolce Vita); IPL 1692.2013 – destinado a apurar as atividades do doleiro RICARDO HENRIQUE SROUR (Operação Casablanca); IPL 1041.2013 – destinado a apurar as atividades empreendidas

SECRETARIA GERAL DA MESA
CD
AUTUAÇÃO
Fls. 1854

Além de tais condutas delitivas, foram apuradas diversas outras condutas criminosas, dentre elas, organização criminosa, evasão de divisas, falsidade ideológica, corrupção de funcionários públicos, tráfico de drogas, peculato e lavagem de capitais.

Foram identificados ao menos quatro grandes núcleos. A presente imputação diz respeito às condutas delitivas praticadas principalmente por **RENE, SLEIMAN e HABIB**, na lavagem de proveito do tráfico de drogas.

Os elementos colhidos durante as apurações consistem em grande parte em resultados de interceptações telefônicas e telemáticas autorizadas judicialmente, mormente no monitoramento de mensagens trocadas por meio do BBM (Blackberry Messenger), instrumento muito utilizado pelos envolvidos na prática dos ilícitos, no intuito de impossibilitar ou dificultar o monitoramento das comunicações.

Em virtude de a prova estar principalmente fundada em mensagens BBM, as mais importantes foram reprodoziadas em ANEXO, com as respectivas referências, sendo parte integrante desta denúncia.

Oportuno observar que, dada a peculiaridade da prova, necessário a remissão constante às mensagens, que estão no ANEXO, bem como a explicação de seu conteúdo, desnecessária nas denúncias tradicionais.

Panorama geral das atividades dos DENUNCIADOS

Importante para a compreensão das práticas delituosas desveladas um apanhado geral sobre as atividades desenvolvidas pelos denunciados.

RENE e **SLEIMAN** integram uma organização transnacional dedicada ao tráfico de cocaína adquirida de produtores ou fornecedores da Bolívia e do Peru, droga essa geralmente embarcada no Porto de Santos com destino à Europa. Eles fazem parte do núcleo operacional e financeiro da organização, responsável pela circulação dos ativos ilícitos e seu "reinvestimento" na aquisição de novas cargas de droga. A organização é capitaneada por EVI radicada na Inglaterra e responsável pela negociação da droga com traficantes naquele continente, bem como pela introdução dos recursos auferidos com a prática no Brasil, para a aquisição de novas cargas de droga.

HABIB é um operador do mercado de câmbio paralelo, vulgo doleiro, e está envolvido na prática habitual e sistemática de operações de evasão de divisas e de lavagem de dinheiro. Ele utilizou, para praticar as condutas delitivas ora denunciadas, pessoas interpostas, empresas em nome de pessoas interpostas e suas contas. Nestes autos, o foco da denúncia é a realização de operação de dólar cabo com EVI seguida de outras operações de câmbio ilegais (conversão em moedas estrangeiras) em favor de **RENE** e **SLEIMAN** por **HABIB** com recursos provenientes do narcotráfico, mediante o emprego de contas "laranjas" indicadas por pelo doleiro **ALBERTO YOUSSEF** (Operação Bidone).

SECRETARIA GERAL DA MESA - CD - AUTUAÇÃO Fls. 1855

operadores de corretoras de câmbio que se encarregaram de converter os ativos ilícitos em moeda forte, entregando-os na Bolívia a fornecedores de cocaína de **RENE** e **SLEIMAN**.

ANDRÉ integra o grupo de **HABIB**, sendo responsável pela parte financeira das operações de câmbio ilegais. É subordinado de **HABIB**.

YOUSSEF foi um dos principais doleiros envolvidos no Caso Banestado, responsável por operacionalizar a evasão fraudulenta milionária de divisas por contas CC5 na década de 1990, por meio de operações de dólar cabo. Ele celebrou acordo de delação premiada com o MPF/PR e o MPF/PR, revelando seu envolvimento em diversos crimes de lavagem de dinheiro. No curso da interceptação de **HABIB**, surgiram elementos de que **YOUSSEF** retomou ou persistiu em suas atividades criminosas. Nestes autos, **YOUSSEF** é denunciado por ter prestado auxílio material nas operações financeiras ilegais antes mencionadas.

II - OBJETO DA AÇÃO

As investigações desvelaram indícios de uma série de crimes em que estão envolvidos os denunciados. Nesta peça, serão denunciados exclusivamente os fatos atinentes à evasão de divisas (no valor de US$ 124.000,00), à lavagem de ativos referente a ativos do narcotráfico (referente a US$ 124.000,00) e o tráfico de drogas e a respectiva associação para o tráfico (aproximadamente 700 quilos de cocaína). Os demais fatos, ainda que narrados, não são objeto desta denúncia, mas integram ou integrarão denúncias que foram ou serão oferecidas em separado (no Paraná ou em outra unidade da federação).

Com esta limitação permitir-se-á o processamento desses fatos de maneira mais racional e simplificado, facilitando a ampla defesa, sobretudo diante da complexidade e da extensão dos fatos relacionados com as investigações.

III - DESCRIÇÃO DAS CONDUTAS IMPUTADAS

1º fato criminoso (evasão de divisas)

Os denunciados **EVI**, **RENE** e **SLEIMAN**, juntamente com o denunciado **HABIB**, com o auxílio do denunciado **ANDRÉ**, de modo consciente e voluntário, com unidade de desígnios, no período compreendido entre o final de agosto de 2013 e meados de setembro de 2013, em locais que serão descritos nesta peça, efetuaram ilegalmente operações de câmbio, bem como promoveram, sem autorização legal, a saída de divisas para o exterior (Bolívia) do valor equivalente a US$ 124.000,00 (cento e vinte e quatro mil dólares). O denunciado **YOUSSEF**, da mesma forma, consciente e voluntariamente, aderindo à conduta de **HABIB**, o auxiliou na prática de tal conduta, conforme será descrito.

CD - SECRETARIA GERAL DA MESA - AUTUAÇÃO Fl. 1856

Os valores envolvidos nas operações eram provenientes da prática de tráfico de drogas praticado por **EVI**, **RENE** e **SLEIMAN** e recebidos, trocados, movimentados e transferidos em atividade típica de instituição financeira informal no contexto do mercado paralelo de câmbio, mediante o uso de contas de "passagem" ou "laranjas", a fim de ocultar tais recursos.

Foi possível durante as investigações traçar parte do caminho (*paper trail*) de parcela dos valores movimentados, a partir da identificação de operação de câmbio paralelo envolvendo **RENE, SLEIMAN, HABIB e EVI**, além de **YOUSSEF**, com o recebimento de valores de **HABIB** por **RENE** em conta "laranja" localizada em Curitiba e de sua remessa, também via operações de câmbio paralelo, à Bolívia, para pagamento carga de droga (cocaína) proveniente daquele país. Tais condutas caracterizam os delitos de evasão de divisas e lavagem de dinheiro do narcotráfico.

As provas da existência desses crimes e de suas autorias foram formadas principalmente a partir dos monitoramentos efetuados[3], bem como pela apreensão dos documentos trocados entre os **DENUNCIADOS**, conforme se passa a expor.

Para fins de abordagem mais clara das etapas, serão estas tratadas em separado, já que o recebimento do valor equivalente a US 124 mil (oriundo do exterior) e sua subsequente remessa ao exterior foi fracionada da seguinte forma:

> a) US$ 36 mil foram entregues a **RENE** no escritório de **YOUSSEF** e posteriormente destinado ao pagamento de drogas adquiridas da Bolívia; e
>
> b) US 88 mil foram recebidos, no seu correspondente em reais, por **RENE** de **HABIB** em contas "laranjas", e em seguida esta quantia foi evadida para pagamento de drogas adquiridas da Bolívia.

(i) Operação de dólar cabo referente aos US$ 36 mil

Essa transação consistiu em operação no mercado de câmbio paralelo, de dólar cabo, com a participação (ponta no exterior) de brasileira envolvida com o tráfico transnacional de drogas e radicada na Inglaterra, **EVI**.

A transação visava atender à necessidade de **SLEIMAN** e **RENE** de receberem dólares no Brasil (enviados por **EVI**) para pagar a droga na Bolívia. Para isso, **SLEIMAN** contatou **HABIB**, oferecendo uma taxa (lucro) de 1% do valor da operação, para que **HABIB** a intermediasse. Nos trechos de mensagens

[3] Os monitoramentos destacados são apenas exemplificativos, sem prejuízo de outros presentes nos autos que corroboram as respectivas afirmações. Registra-se que a atuação dos **DENUNCIADOS** nas práticas ilícitas é contínua, de modo que seguem um padrão de atividade, podendo-se, a partir dos monitoramentos aqui destacados, inferir as fases seguintes. Ademais, foi interceptado um volume muito grande de informações, de forma que sua citação toda resta inviável.

CD
AUTUAÇÃO
Fls. 1857
SECRETARIA GERAL DA PGR

indicados, é possível perceber a negociação entre **SLEIMAN** e **HABIB** e a menção por eles a uma "mulher" com a qual a operação seria concluída e que pôde ser identificada posteriormente como sendo a denunciada **EVI** (1).

Pelas mensagens indicadas (1), verifica-se a intenção de **SLEIMAN** em receber o dinheiro "até sexta" (o que correspondia ao dia 30/8/2013), pois logo teria outra transação ("*Haja vai ter outra*").

Conforme mensagem seguinte, **EVI**[4] entra em contato com **HABIB**[5] informando que logo iria usar o Skype para eles conversarem, tal como dito por ele um pouco antes a **SLEIMAN**[6], corroborando que a "mulher" a que eles estavam se referindo era **EVI**[7].

As mensagens subsequentes (4) ilustram a continuidade da negociação, destacando-se a preocupação de **SLEIMAN** em receber os valores em dólar. Posteriormente, **SLEIMAN** ressalta novamente a sua intenção de receber o dinheiro em São Paulo (5).

SLEIMAN fica reticente ao fechar a operação, referindo-se à episódio passado em que provavelmente a mesma pessoa (**EVI**) não lhe pagou em dólar.

A operação foi fechada à taxa de 1.29. É possível concluir que a disponibilização de dinheiro por **EVI** ocorreu com a utilização de euro (pois **EVI** residia, na época, na Europa) com contrapartida em dólares no Brasil[8] (6).

SLEIMAN mostrou insatisfação com a taxa, dizendo que estava mais favorável a ele no dia, mas mesmo assim concordou com a operação, devido à urgência (7).

Por BBM, **EVI** informa a **HABIB** no dia 29/8/2013 que poderia entregar US 36 mil no dia 30/8/2013[9].

HABIB acertou, então, com **EVI** que o dinheiro seria entregue no seguinte endereço: "***renato pires de barros, 778 segundo andar. Itaim***",

---

[3] No período em que foram realizadas as investigações na Operação Monte Pollino, a qual será abordada mais adiante nesta peça, Maria de Fátima Stocker se valia de aparelhos celulares Blackberry, utilizando-se do sistema de comunicação BlackBerry Messenger (BBM) por meio dos PINs nº 26120062 e 2AFDAAB0 (entre outros) e era identificada pelo nicknames "**FAST GMX**", "**EVI**" (possivelmente em razão do estabelecimento "Levia") e ou "**DIRETORA**".

[5] Durante a investigação, revelou-se que o nickname **ZEZE** era utilizado por **HABIB**.

[6] A investigação revelou que **SLEIMAN** fazia uso do nickname **SILO** e **SALOMÃO**

[7] **Data / Hora:** 29/08/2013 08:20:08 MNI(Fast Gmx) "Bom dia. Já chego no sk vou comprar telefone"
Pelas mensagens captadas, exemplificativamente nos itens 2 e 3 do ANEXO, verifica-se que **HABIB** e **EVI** faziam constantes transações monetárias.

[8] Segundo consulta ao site de conversão de moedas do BACEN (http://www4.bcb.gov.br/pec/conversao/conversao.asp), a taxa comercial euro dólar estava em 1,32 na data do fechamento da operação, o que é compatível com a conclusão exposta.

[9] **Data / Hora:** 29/08/2013 13:59:32
MNI(Fast Gmx) "Oi amigo amanhã posso entregar 36 já comprei ok pode ficar com isso Carlos(Zeze) Okok"

CD - SECRETARIA GERAL DA MESA
AUTUAÇÃO
Fls. 1858

conforme diálogos via BBM[10].

No local indicado ("*renato paes de barros, 778 segundo andar, Itaim*") funcionava a empresa SA FLUXO COMÉRCIO E ASSESSORIA INTERNACIONAL, que atua na área de importação e exportação de commodities agrícolas. Com o desenvolvimento da investigação, descobriu-se que naquele local funcionava, na realidade, o escritório de **YOUSSEF**, em São Paulo (v. evento 1, p. 169/170, autos 5001438-85.2014.404.7000), doleiro com o qual **HABIB** mantinha relacionamento[11].

Por meio de BBMs, **SLEIMAN** menciona a **HABIB** o valor total da operação, que é de US$ 124 mil dólares[12].

Na sequência de mensagens com **RENE**[13], **HABIB** informa àquele o mesmo endereço que indicou a **EVI** - qual seja, o do escritório de **YOUSSEF** -, a fim de que **RENE** apanhasse o dinheiro deixado por emissário de **EVI** (8), no mesmo dia em que **SLEIMAN** disse que queria pegar o dinheiro, como visto acima.

Mais uma vez, o valor da operação (US$ 124 mil) é confirmado nas mensagens trocadas entre **RENE** e **HABIB** (9).

Em conversa com **EVI**, **HABIB** confirma a entrega do dinheiro pelo emissário dela, bem como solicita seja procurado no escritório a pessoa de "Rafael" (10). Observe-se que a pessoa indicada ("Rafael") a **EVI** é mesma que havia sido indicada por **HABIB** a **RENE**. Importante destacar que Rafael é funcionário de **YOUSSEF**.[14]

---

[10] **Data / Hora:** 29/08/2013 11:14:28 Carlos(Zeze): "Elga esta vendo pra ir em sao paulo". MNG(Last Gms): Me fala onde eu mando pagar Voce??"(...). Carlos(Zeze) Endereco: renato paes de barros, 778 segundo andar, Itaim- Falar com Rafael ou Damaris"

[11] Neste sentido, destaque-se a conclusão do d. magistrado do caso nos autos 5001446-62.2014.404.7000 (evento 22): "Como adiantado, na interceptação de Carlos Habib, foram constatados diversos contatos e diálogos de Alberto Youssef com Carlos, indicando o envolvimento do último em operações de evasão de divisas e de lavagem de dinheiro. A investigação e a persecução de Carlos Habib Chater ocorrem atualmente no processo apartado e conexo de nº 5001438-85.2014.404.7000. Alberto Youssef foi identificado a partir de contato por meio do BlackBerry Messenger com Carlos, este utilizando o codinome Zeze, enquanto Alberto Youssef o de Primo. A partir da interceptação de seu próprio BlackBerry e do terminal telefônico utilizado pelo usuário (11) 99613-8462), constatou-se que 'Primo' residiria no endereço Rua Afonso Braz, 747, apto 113, Vila Nova Conceição, em São Paulo. Diligência da Polícia Federal confirmou que seria a residência de Alberto Youssef. Diversas mensagens e ligações foram interceptadas entre Carlos Habib e Alberto Youssef relativamente a operações do mercado de câmbio negro"

[12] **Data / Hora:** 29-08-2013 15:42:18, Sleiman(São): "E não esquece vai entrega 124000, Joga passo p vc e conta p deposita p mim". Carlos(Zeze): "OK"

[13] **RENE**, reclamando as investigações, fazia uso do nickname MICHELIN.

[14] Nesse sentido, ENIVALDO QUADRADO afirmou que no escritório de YOUSSEF, situado na Rua Dr. Renato Paes de Barros, também "frequentava no escritório e trabalhava para ALBERTO YOUSSEF o **Senhor RAFAEL, cujo sobrenome não se recorda e que possui em torno de sessenta anos de idade**". Nesse sentido as declarações de ENIVALDO QUADRADO perante a Autoridade Policial, Processo 5049553-14.2013.404.7000, evento 13. Ademais, WALDOMIRO DE OLIVEIRA afirmou que "quem recebia dinheiro quando ALBERTO YOUSSEF não estava no escritório eram **RAFAEL** e outra pessoa que o declarante não se recorda o nome. Processo 5049553-14.2013.404.7000, evento 13.

SECRETARIA GERAL DA MESA
CD
AUTUAÇÃO
Fls. 1859

HABIB, na sequência, avisa a **YOUSSEF** que o emissário de **EVI** está levando os US$ 36 mil que **EVI** informou, no dia 29/8/2013, que tinha disponível para entregar no dia 30/8/2013, e que **RENE** irá apanhar a quantia[15].

Estas mensagens deixam clara participação de **YOUSSEF** na conduta ora descrita, funcionando ele como verdadeiro braço do escritório de **HABIB** em São Paulo.

Pelas mensagens interceptadas (11), há a confirmação de que o emissário de **EVI** chegou ao local de entrega com o dinheiro (escritório de **YOUSSEF**) e que **RENE** também foi àquele local para pegá-lo. Foram entregues somente US$ 36 mil, faltando ainda os US$ 88 mil restantes, do total de US$ 124 mil dólares.

Nos últimos diálogos mencionados, **HABIB** e **RENE** se referem a **SLEIMAN**[16]. Esses diálogos deixam claro, também, que, não obstante a operação de dólar cabo tenha sido operacionalizada entre **SLEIMAN** e **HABIB**, **RENE** teve participação no fato, inclusive com poder de decisão, indicando a sua atuação ativa no evento. Ademais, como se verá adiante, foi **RENE** quem deu as ordens para a movimentação da outra parte do dinheiro (os outros US$ 88 mil).

Aqui, tem-se, portanto, o recebimento, por RENE (e em favor também de SLEIMAN), em 30/8/2013, dos US$ 36 mil deixados pelo emissário de EVI no escritório de YOUSSEF, em São Paulo, restando pendente o recebimento dos outros US$ 88 mil dólares.

Não foi possível "traçar" o caminho desses US$ 36 mil após serem recebidos por RENE, mas se pode concluir com boa margem de certeza, pelo que já se expôs sobre as atividades de RENE e SLEIMAN e pelo que ainda se verá, que foram utilizados para o pagamento de drogas adquiridas da Bolívia, logo após o seu recebimento no Brasil.

(ii) Operação de dólar cabo referente aos US$ 88 mil dólares

Na sequência dos fatos acima narrados, **HABIB** diz a **RENE** que ficaria de acertar a entrega dos outros US$ 88 mil, sendo que **RENE** se mostra desolado em ter perdido tempo aguardando o dinheiro (12).

HABIB também conversa com **SLEIMAN** a respeito do

[15] **Data / Hora**: 30/08/2013 15:45:59. Carlos(Zeze) "Ok... Avisa portador que o rpazesta chegando com 36 paginas de um contrato. Depois vai um rpaz chamado Rene pra buscar". A menção a "páginas de um contrato" era uma forma de "codigo" para se referir ao dinheiro, como revelado pelas investigações e será visto pelas evidências adiante.

[16] PRIMO era o nick usado por **YOUSSEF**, mas se verificou que a referência a primo nos diálogos era uma referência também a **SLEIMAN**.

CÂMARA DOS DEPUTADOS - CD - SECRETARIA DA MESA
AUTUAÇÃO
Fls. 1860

quantia faltante, dizendo que a entrega iria atrasar (13).

Em novas mensagens, **HABIB** diz a **RENE** que é possível que a quantia seja entregue pelo seu equivalente em reais - e não em dólares, como queria **SLEIMAN** (14).

Alguns dias depois, **RENE** questiona **HABIB** sobre os valores, mostrando pressa no recebimento porque a quantia deveria ser entregue a outra pessoa, ao que tudo indica, produtores ou fornecedores de drogas na Bolívia, como se verá mais adiante (15).

Nos diálogos citados a seguir, percebe-se que a quantia (US$ 88 mil) seria repassada a **HABIB** pelo seu valor correspondente em reais. Isso porque **RENE** diz que estava negociando a compra de dólares, com a finalidade de enviá-los para o exterior (Bolívia), como se concluirá mais adiante (16).

Por novas mensagens, **RENE** contata **HABIB** e solicita a ele que efetue o depósito de parte do valor (R$ 77,1 mil) em conta indicada por corretora de câmbio com a qual negociou US$ 30 mil para quem devia o dinheiro, provavelmente uma corretora localizada na fronteira com a Bolívia ou mesmo naquele país. **RENE** também faz menção à necessidade de comprar os outros U$ 58 mil (para completar o total de US$88mil). **HABIB**, então, diz que está esperando "cair" o crédito, referindo-se ao recebimento da quantia, em reais, referente aos US$ 88 mil (17).

HABIB confirma que recebeu parte dos valores em 4/9/2013, qual seja, o valor de R$ 77.100,00. Tal fato fica claríssimo pelos BBMs números 18, 19 e 20 indicados no ANEXO.

Nessas conversas, **HABIB** menciona o valor total, em reais, dos U$ 88 mil - R$ 218 mil -, que não foram entregues em espécie, como deveria ser, tal como solicitado por **SLEIMAN** e **RENE**, mas em depósito em conta controlada por **HABIB**[17].

RENE pede a **HABIB** que lhe repasse os R$ 77,1 mil em depósito na conta indicada pela corretora de valores e o resto em espécie (19).

HABIB reforça que estava aguardando o depósito dos valores, ao que **RENE** insiste no depósito dos R$ 77,1 mil, diante da necessidade (20).

Pelas mensagens verifica-se o temor de **HABIB** em efetuar a TED na conta indicada por **RENE**, o que por si só evidencia a sua ciência sobre a ilicitude da operação. **RENE**, então, acalma **HABIB**, informando que são contas de "***particulares que usam casas de câmbio***", completando: "***nenhuma delas suspeitas***", com o que se conforma **HABIB** ("***Ok. Se vc está dizendo***").

Posteriormente, **HABIB** confirma a **RENE** o depósito de R$ 77.100,00 (21), fazendo menção que o comprovante "***esta la ao escritório. Com***

[17] Data / Hora: 05/09/2013 11:01:13 Carlos(Zezo) "O total que tem que ser de R$ 218"

CÂMARA DOS DEPUTADOS - CD - SECRETARIA GERAL DA MESA - AUTUAÇÃO Fls. 1861

andre", **ANDRÉ**, revelaram as investigações, era responsável pela execução das operações financeiras de **HABIB**. Assim, as mensagens mostram que **ANDRÉ** foi o responsável pela execução do depósito na conta "laranja".

Em novas mensagens, **RENE** confirma que os US$ 30 mil foram recebidos pelo destinatário, provável produtor ou fornecedor de drogas, como já afirmado (22). Os diálogos acima reforçam, ainda, o envolvimento de **SLEIMAN** com o dinheiro movimentado.

Até este momento da descrição tem-se, portanto, **o depósito, em 5/9/2013, de R$ 77,1 mil, por HABIB, com o auxílio de ANDRÉ e a favor de RENE e SLEIMAN, em conta "laranja", seguido da remessa do montante ao exterior – Bolívia, pelo que se pode concluir, em data não precisada, mas por volta do dia 5/9/2013, mediante operação de câmbio paralelo.**

Na continuidade, percebe-se que **RENE** permanece negociando o pagamento do restante do dinheiro, os outros US 58 mil, indicando a **HABIB**, agora, outras duas contas para depósito, referente à negociação de outras partes dos valores, correspondentes a R$ 72,4 mil e R$ 19.920, que, pelo que se pode inferir, também seriam depositados em contas "laranjas" e em seguida remetidos ao exterior - Bolívia (23).

Quanto aos R$ 72,4 mil, eles não foram depositados na conta antes indicada, isso porque **RENE** pediu a **HABIB** que cancelasse a operação, conforme depreende-se do diálogo 24.

Novamente, a citação ao denunciado **ANDRÉ** esclarece ainda mais a participação dele nos fatos. Pode-se denotar que **ANDRÉ** era quem efetivamente movimentava as contas de **HABIB** e tinha conhecimento do destino dos valores transferidos, prestando auxílio material nas atividades ilícitas de **HABIB**. A conversa telefônica captada entre **RENE** e Ediel, outro integrante do "grupo" de **HABIB** (25), bem como entre o próprio **ANDRÉ** e **RENE** (26), não deixa qualquer dúvida a respeito de sua participação nos fatos ora denunciados. Pelos diálogos verifica-se a solicitação para que **ANDRÉ** não faça a transferência dos R$ 72,4 mil, mas sim apenas o depósito dos R$ 19.920,00.

Tem-se, assim, **o depósito de R$ 19.920 mil, por HABIB, em data aproximada de 11/9/2013, com o auxílio de ANDRÉ e a favor de RENE e SLEIMAN, em conta "laranja", seguido da remessa do montante ao exterior (Bolívia), pelo que se pode concluir, em data também não precisada nos autos, mas por volta do dia 11/9/2013, mediante operação de câmbio paralelo.**

Ainda, em conversa com **ANDRÉ**, **RENE** menciona o envolvimento de **SLEIMAN (SALOMÃO)** nas operações e informa a **ANDRÉ** que estaria buscando uma conta para receber os valores restantes de **HABIB**. Este diálogo comprova também a participação ativa de **ANDRÉ** na movimentação do resto do valor (27).

SECRETARIA GERAL DA MESA - CD - AUTUAÇÃO Fls. 1862

Em mensagem encaminhada a **RENE**, **ANDRÉ** confirma que **HABIB** autorizou o depósito do valor, faltando ele (**RENE**) indicar a conta (28).

Em conversa com outro doleiro ainda não identificado (de nick OMEPRAZOL), **RENE** menciona o valor ainda devido a ele (**RENE**) por **HABIB** - R$ 125,5 mil[18] - e questiona a tal doleiro se ele possui alguma conta para indicar na qual **HABIB** possa fazer o depósito do restante (29).

RENE também questiona outro doleiro, ainda não identificado (de nick MATUSALEM)[19], sobre indicação de conta para receber os valores de **HABIB**, sendo que "MATUSALEM" é quem lhe indica a conta na qual os R$ 125,5 (correspondentes a US 50 mil) seriam depositados (30)[20].

RENE, em conversa com o doleiro "MATUSALEM" confirma que a quantia já seria depositada e que, assim que isso fosse feito, enviaria os comprovantes a ele (31).

Interessante notar que **RENE** conversa com, ao que se pode inferir, um boliviano sobre os valores que seriam depositados na conta indicada, boliviano que, como será visto adiante, é o mesmo com o qual **RENE** efetua a tratativa da entrega, na Bolívia, dos valores remetidos àquele país, provavelmente para pagamento de produtores ou fornecedores de drogas (32).

RENE diz ao boliviano na última mensagem estar aguardando o recibo da operação provavelmente no escritório de **HABIB**.

---

[18] O valor é um pouco superior ao saldo de **RENE** com **HABIB** levando em conta os valores brutos citados anteriormente: R$ 218 mil (saldo total) - R$ 73,3 mil (1º depósito e evasão) - R$ 19.930,62 (2º depósito e evasão) - R$ 120.980. Isso se deve ao fato de que provavelmente o valor efetivamente devido por **HABIB** - R$ 125,5 mil - foi acrescido de juros e correção, haja vista o decurso de tempo entre a data em que era para o doleiro ter sido recebido em dólares e em espécie na escritório de **YOUSSEF** e o efetivo pagamento.

[19] O doleiro, que usa o nick MATUSALEM, aparenta ser controlador de corretora localizada na fronteira com a Bolívia ou mesmo na Bolívia. No sentido da última hipótese, veja-se a seguinte troca de mensagens entre o doleiro e RENE, em que o doleiro informa que seu endereço no Skype é da Bolívia: Data / Hora: 19/09/2013 10:21:57 Matusalem(Matusalem) "Você não quer me adionar no skype pra gente falar? (...). Michelin(Michelin) Claro (...). Michelin(Michelin) Ipe Brasil ou Bolívia" (...). Matusalem(Matusalem) Bolívia"

[20] **Data / Hora:** 13/09/2013 15:43:05 Matusalem(Matusalem) "Ag _0054 _cc _09394-39 (...). Matusalem(Matusalem) Conj 14.276.408/0001-05 (...). Matusalem(Matusalem) Gilson m ferreira me"

"Em consulta ao COAF, foi produzido o Relatório de Inteligência Financeira 10964, que aponta que a conta de titularidade da empresa GILSON M FERREIRA TRANSPORTE ME, no Banco Itaú, Agência XAXIM, em CURITIBA/PR, movimentou, no período entre setembro de 2012 a fevereiro de 2013, o valor total de R$ 23.035.226,00 , sendo grande parte dos ingressos constituídos de depósitos em dinheiro oriundo de diversas agências localizadas em SP, PR, RS, RJ, BA, SC e PI, aparentemente fracionados. Os débitos, por sua vez, são endereçados a pessoas físicas e jurídicas de diversos ramos. O relatório aponta ainda operações entre 07/01/2013 e 18/03/2013 que totalizaram R$ 2.168.750,00, bem como diversos depósitos em espécie superiores a R$ 100.000,00 originadas em Campina Grande/PB, São Paulo/SP, Campinas/SP e Fortaleza/CE. A referida empresa trata-se de empresa do ramo de transportes, com sede na Avenida Baptiston Pauletto, 125, Mitrinquissa, SÃO JOSÉ DOS PINHAIS/PR. Firma individual em nome de GILSON MAR FERREIRA (945.678.089-91), com endereço na Avenida Senador Salgado Filho, 6435, loja 2, CURITIBA/PR" (autos 5001438-85.2014.404.7000, evento 3, p. 156). A conta indicada está localizada na Av. Luiz Xavier, 13, Centro, Curitiba/PR. O próprio doleiro que a indicou a RENE confirmou que a conta é usada para movimentações escusas, por várias pessoas. Data / Hora: 17/09/2013 17:06:50 Matusalem(Matusalem) "Como não eh vdd você q usou essa conta tem outros quantos depositos"

CD - SECRETARIA GERAL DA MESA
AUTUAÇÃO
Fls. 1863

Citem-se diálogos contemporâneos às conversas acima transcritas, em que **RENE** conversa com possivelmente outro boliviano, ainda não identificado, referindo-se, pelo que se pode inferir do contexto probatório dos autos e das palavras usadas, a um suposto carregamento de cocaína que teria sido encomendado por **RENE** e que seria destinado ao exterior, provavelmente por meio de um porto brasileiro, o que reforça a inferência de que os valores movimentados tinham mesmo como destino o pagamento de carregamento de cocaína da Bolívia[21]. As transcrições são seguidas dos comentários pertinentes, quando cabíveis (33).

Em 13/9/2013, **RENE** informa que enviará no dia 14/9/2013 o dinheiro para a pessoa que transportará a mercadoria, data contemporânea aos depósitos recebidos na conta "laranja" e supostamente remetidos ao exterior. Como será visto a seguir, por problemas no recebimento de parte dos valores, devido ao retorno de uma TED, houve a necessidade de nova transferência bancária, em 16/9/2013, além de parte do depósito ter sido feito em cheque, o que certamente atrasou o cronograma de pagamento de **RENE** (34).

Nas passagens mencionadas acima (34), o boliviano diz a **RENE** que o transportador vai levar uma quantidade maior da droga, podendo ele, querendo, guardar a droga que seria enviada a mais.

Em seguida, por nova sequência de mensagens, verifica-se que o interlocutor de **RENE** frisa a qualidade da droga, fazendo menção a uma outra carga que, ao que tudo indica, **RENE** também havia adquirido, o que demonstra relação negocial pretérita entre os interlocutores. Diz ainda o interlocutor que pela qualidade a droga pode ser exportada, podendo-se inferir que seja para a Europa, a partir de porto brasileiro, mesmo modo de agir de **RENE** que foi desvelado na Operação Monte Pollino (35).

Em troca de mensagens com o boliviano de nick CHAVO (com o qual **RENE** já havia mencionado o depósito), **RENE** confirma o depósito dos valores, sendo R$ 40,500.00 em dinheiro e R$ 85 mil em cheque (em um total de R$ 125.500,00[22][23].

Esta conversa com o boliviano a respeito dos valores não deixa dúvidas de que se trata efetivamente de operações que sempre tiveram o fim de pagar carregamento de drogas na Bolívia.

RENE passou via BBM, em mensagens no dia 13/9/2013, ao doleiro de nick OMEPRAZOL, os comprovantes dos depósitos. Eles podem ser visualizados nos autos 5026387-13.2013.404.7000, evento 114, PET1, p. 51/53. Trata-se de uma TED de R$ 40,5 mil proveniente da conta do POSTO DA TORRE LTDA.

[21] V. mais à frente (no item em que será abordado o crime antecedente ao de lavagem) comentários sobre a apreensão de 55 kg de cocaína na Espanha, mostrando o forte vínculo entre o diálogo a seguir e a propriedade da droga tratada como sendo de **RENE**.

[22] Valor restante devido por **HABIB** a **RENE**, conforme mensagens anteriormente mencionadas.

[23] **Data / Hora:** 13/09/2013 19:04:28. Michelin(Michelin): "Amigo, ele mandou 40500 em dinheiro e 85 depósito em cheque do posto dele. E um mentiroso esse cara. Mas de qualquer forma acabou essa história e eu recebi o que ele me deve"

CD AUTUAÇÃO Fls. 1864 SECRETARIA GERAL DA MESA

no Banco Safra e de dois cheques, um no valor de R$ 50 mil e outro no de R$ 35 mil. (todos os depósitos do dia 13/9/2013).

Os cheques também eram da empresa POSTO DA TORRE, conforme mencionado no diálogo acima, em que **RENE** se refere a "cheque do posto dele". A empresa é controlada por **HABIB**, como revelaram as investigações[34].

Esclareça-se, porém, que a TED "falhou", **tendo sido realizadas outras duas transferências, uma no valor de R$ 33,4 mil e outra no de R$ 7,1 mil, ambas provenientes da conta do POSTO DA TORRE no Banco Safra. As TEDs datam de 16/9/2013**. Os comprovantes dessas TEDs podem ser vistos nos autos 5026387-13.2013.404.7000, evento 114, PET1, p. 78/79. A respeito do retorno da TED do dia 13/9/2013 e das novas TEDs em 16/9/2013, esclarecedor o diálogo entre **RENE** e **ANDRÉ**, no qual inclusive este confirma que foi o executor da operação (36).

Como já anotado, esse problema gerou atrasos para **RENE** quanto ao pagamento das drogas na Bolívia. A intenção dele, como visto em diálogo com um boliviano de nick BLACK, era liquidar o pagamento no dia 14.9.2013.

Em diálogo com **ANDRÉ**, **HABIB** confirma o depósito dos cheques, a corroborar que os cheques eram mesmo da empresa POSTO DA TORRE (37). **HABIB** confirma também com **ANDRÉ** as TEDs de R$ 33,4 mil (38).

Esses valores efetivamente ingressaram na conta da GILSON M FERREIRA TRANSPORT ME, conforme atestado pelo laudo nº 6/2014 (v. autos 5001438-85.2014.404.7000, evento 1, p. 164), elaborado a partir do afastamento do sigilo da conta.

RENE enviou os comprovantes dos depósitos ao doleiro que lhe indicou a conta, doleiro de nick MATUSALEM (39), bem como, em seguida, troca mensagens com o boliviano de nick CHAVO a respeito do envio do dinheiro (40).

Essas mensagens são esclarecedoras em dois sentidos, pois permite inferir que (i) o doleiro de nick MATUSALEM trabalha em casa de câmbio e fará a remessa dos valores a pedido de **RENE**, e (ii) o dinheiro deveria ser remetido à Bolívia para ser entregue pelo contato de **RENE** naquele país (pessoa de nick CHAVO) ao "homem" de lá, provavelmente um produtor ou fornecedor de drogas. Veja-se a pressa de **RENE** em enviar o dinheiro, sendo que foi atrasado pelo fato de o pagamento de **HABIB** ter sido feito em cheque e também porque a primeira TED teve

[34] Neste sentido, o que já destacado pela autoridade policial nos autos 5001438-85.2014.404.7000, evento 1, p. 19): "*O Posto da Torre – posto de combustíveis tradicional em Brasília, localizado no Setor Hoteleiro, no centro do coração do poder na capital federal, constitui na base da atuação ilegal de CARLOS CHATER. Conforme fartamente destacado no monitoramento telefônico autorizado nos autos 5026387-13.2013.404.7000, O Posto agrega um "complexo empresarial" gerido por CHATER, que abrange Posto de Combustíveis, loja de conveniência, lavanderia, lanchonete, pastelaria, etc. Bem como, para não negar a regra, uma casa de câmbio. Sediado ali também o "escritório" de CHATER, onde o mesmo atende seus frequentes e vários clientes, quando não se encontra no Jet que ocupa no complexo hoteleiro localizado em frente ao posto de combustíveis*".

AUTUAÇÃO Fls. 1865

de ser refeita.

RENE troca ainda mensagens em espanhol com outro possivelmente boliviano, de nick CABALLERO. Pelo teor da conversa, travada em paralelo com as conversas de **RENE** com CHAVO, pode-se inferir que é a pessoa a quem **RENE** devia o dinheiro na Bolívia (fornecedor ou produtor de droga, ou mesmo um transportador) (41).

Por mensagem, **RENE** chega a pedir ao doleiro MATUSALEM que libere parte do dinheiro devido à cobrança da pessoa a quem **RENE** está devendo os valores (42). O valor apontado por **RENE** na mensagem como sendo o que já teria "entrado" - 16 mil dólares - refere-se ao valor das TEDs – R$ 40.5 mil –, pois os cheques ainda não haviam compensado.

O boliviano de nick CABALLERO segue cobrando **RENE**, ao que este responde que ainda está aguardando a casa de câmbio (MATUSALEM) autorizar a liberação do dinheiro (43).

Esta última mensagem denota preocupação por parte de CABALLERO em receber logo o pagamento de **RENE**. Isso permite inferir que CABALLERO pode ser um fornecedor ou transportador de droga que tem que efetuar o pagamento ao produtor ou ao fornecedor da mercadoria.

RENE, então, diz a CHAVO que vá à casa de câmbio e já pegue parte do valor para pagar CABALLERO (44).

Vê-se, pois, que **RENE** decide pagar a CABALLERO, por meio de CHAVO, a quantia de US 15 mil que havia pedido a MATUSALEM já liberar mais uma parcela que CHAVO teria com ele. O restante do pagamento (US 35 mil) seria efetuado no dia 18/9/2013.

RENE conversa com MATUSALEM para obter a liberação dos US 15 mil e, em seguida, orienta CHAVO a dirigir-se à casa de câmbio para pegar o dinheiro, devido à insistência de CABALLERO em receber a quantia (45).

Em mensagens trocadas ao mesmo tempo com MATUSALEM, CHAVO e CABALLERO, **RENE** passa orientações a respeito do local da entrega do dinheiro (local em que CHAVO deveria encontrar CABALLERO e lhe dar a quantia) (46).

De acordo com o site do Banco Unión, de fato existe uma agência da Calle Libertad em Santa Cruz de La Sierra. Conclui-se, portanto, que o local da entrega do dinheiro, de acordo com as direções contidas nas mensagens, é mesmo na Bolívia. Conclui-se também que o dinheiro foi efetivamente entregue a CABALLERO por CHAVO naquele país no dia 17/9/2013.

RENE e CHAVO combinaram que no dia 18/9/2013 deveriam ser entregues os outros US 35 mil (47).

CD
AUTUAÇÃO
1866

No dia 18/9/2013, **RENE** conversa com CABALLERO sobre o valor restante (48). Entretanto, o dinheiro deixou de ser entregue no dia 18/9/2013 porque a casa de câmbio já estava fechada quando CHAVO e CABALLERO se deslocaram até lá, de forma que a entrega do valor restante ficou para o dia 19/9/2013 (49).

Pelas mensagens a seguir, **RENE** discute com MATUSALEM sobre o saldo que **RENE** possui para fazer o pagamento na Bolívia (50).

CABALLERO continua cobrando **RENE** e lhe diz que teve inclusive que sair com sua família da sua casa na Bolívia sob ameça de retirada, o que reforça a conclusão de que se está a tratar efetivamente de pagamento por carga de drogas daquele país (51).

RENE, então, contata CHAVO e lhe diz para entregar o resto do dinheiro a CABALLERO, no mesmo local em que havia entregue a outra parte no dia 17/9/2013 (52).

Percebe-se o temor de CHAVO ao ver que há policiais no local da entrega do dinheiro, dizendo ser melhor que os policiais não vejam CABALLERO, o que reforça, mais ainda, a conclusão de que se trata CABALLERO de pessoa envolvida com drogas e conhecida na Bolívia (53).

E os interlocutores continuam a trocar mensagens, até que se confirmar a entrega de US 35,5 mil, em 19/9/2013, na Bolívia (54).

Tem-se assim os depósitos, em conta "laranja", em 13/9/2013 e 16/9/2013, por HABIB, com o auxílio de ANDRÉ e a favor de RENE e SLEIMAN, do restante do valor (dois cheques, no valor total de R$ 85 mil, e duas TEDs, no valor total de R$ 40,5 mil, respectivamente), seguidos da remessa do montante ao exterior – Bolívia - e de sua entrega a fornecedores ou produtores de drogas daquele país, em 17/9/2013 e 19/9/2013.

2º fato criminoso (lavagem de dinheiro)

A presente imputação será apresentada da seguinte forma: inicialmente apresentar-se-ão os fatos que demonstram o envolvimento dos agentes com o tráfico transnacional de drogas (itens "a", "b", "c", "d" e "e" abaixo); depois passar-se-á a demonstrar a ciência dos agentes quanto à origem ilícita dos valores movimentados e, por fim, far-se-á a imputação pelo delito de lavagem de ativos.

(i) Envolvimento dos DENUNCIADOS com o tráfico

Foi produzido nestes autos e nos autos referentes à Operação Monte Pollino (autos nº 0001304-79.2013.403.6104, em trâmite perante à 6ª

AUTUAÇÃO 1867

Vara Federal de Santos/SP, cujas provas foram compartilhadas por autorização daquele Juízo), seguro conjunto probatório no sentido do envolvimento de **RENE, SLEIMAN e EVI** com o tráfico transnacional de cocaína proveniente da Bolívia, a demonstrar que os recursos movimentados por eles, inclusive nas operações financeiras descritas nos itens anteriores (que são objeto desta denúncia), tinha origem, se não exclusivamente, pelo menos em grande parte, no crime de tráfico de drogas.

Além dos elementos já abordados nos itens supra -- as mensagens trocadas por **RENE** com os bolivianos de nick CHAVO, CABALLERO e BLACK, bem como a demonstração da entrega de dólares e em espécie na Bolívia a pessoas ao que tudo indica estejam envolvida com o tráfico de drogas[25] e a ausência de motivo razoável a justificar a remessa de valores para aquele país (a Bolívia não é destino ordinário para investimentos ou mesmo evasão de divisas e também não se detectou vínculo pessoal ou negocial lícito de **RENE** e **SLEIMAN** com algum boliviano ou residente naquele país) -, há uma série de outros elementos que serão a seguir indicados que provam a relação dos denunciados mencionados no parágrafo anterior com o tráfico internacional de entorpecentes de entorpecentes, bem como o seu financiamento. Vejamos.

a) Operação Monte Pollino. Apreensão com RENE de cerca de US 190 mil em espécie, destinado a pagamento de carregamento de cocaína

A Operação Monte Pollino revelou a existência de organização criminosa, encabeçada por **EVI**, que tinha como atuação a aquisição de drogas (cocaína) da Bolívia e do Peru, o seu envio, via Porto de Santos, em *containers*, à Europa para a sua venda naquele continente. Naquela Operação, descobriu-se que **SLEIMAN** era o responsável por pagar os fornecedores da droga no Brasil, enquanto **RENE** seria uma espécie de emissário ou tesoureiro, responsável por movimentar o dinheiro para pagar a droga.

Conforme relatório da Polícia Federal reproduzido no ANEXO (55), no bojo da Operação Monte Pollino, que foi desencadeada simultaneamente com a Operação Lava-Jato, foi identificada grande organização criminosa voltada ao tráfico transnacional de drogas, a qual adquiria cocaína dos países produtores - principalmente Peru e Bolívia -, introduzia a droga em território nacional, para então embarcá-la via Porto de Santos/SP em navios de carga com destino à Europa. Tal atividade era extremamente lucrativa.

Naquela investigação foi apurada a participação direta de **MARIA DE FÁTIMA STOCKER (EVI ou DIRETORA)** nos fatos, que tinha dupla função na organização criminosa: (1) realizava o financiamento direto de cargas de cocaína para efetivação de novas remessas, e (2) recebia os pagamentos feitos em

[25] Lembre-se das mensagens em que CHAVO diz a **RENE** que não seria bom se a polícia, clone CABALLERO em uma das oportunidades em que entregou dinheiro a este na Bolívia.

MESA - CD - AUTUAÇÃO Fls. 1868

espécie pelos compradores da cocaína na Europa, realizando a posterior internação dos valores do Brasil.

Da mesma forma, foram identificados como componentes da organização **SLEIMAN** ("SALOMÃO") e **RENE**.

Os nicknames, apelidos e alguns telefones utilizados, bem como a forma de comunicação (mensagens BBM) foram os mesmos dos apurados nestes autos.

Em vista da investigação na Operação Monte Pollino, a Polícia Federal, diante de informações de vultoso pagamento de entorpecentes que se realizaria, com a participação de **EVI** e **SLEIMAN**, optou por interceder (abortando o esquema criminoso) e flagraram **RENE** guardando no cofre do hotel a **quantia de US$89.800,00**.

Em vista das apurações na Operação Pollino, não resta dúvida na associação de **MARIA DE FÁTIMA, SLEIMAN** e **RENE** com o financiamento e o tráfico internacional de cocaína a partir dos portos brasileiros e com destino à Europa.

Esse tipo de atuação verificou-se em parte também nos presentes autos, como acima descrito. Restou comprovada a atuação de **RENE** e **SLEIMAN**, em conjunto, com operações de câmbio ilegais e remessas para pagamento de pessoas na Bolívia, com dólares em espécie, bem como o envio de dinheiro ao Brasil por **EVI**, mediante operação de câmbio paralelo com **BABIB** e com auxílio de **YOUSSEF** –, dinheiro esse que foi usado justamente para os pagamentos na Bolívia por intermediário de **RENE**.

b) Apreensão de 55 kg de cocaína enviados por RENE à Espanha

Em mensagens trocadas de 14/10/2013 a 22/10/2013 com o usuário de nick 777 (autos 5026387-13.2013.404.7000, evento 171, ANEXO8, p. 82 e ss.), **RENE** discute sobre um encontro entre intermediários de ambos. Depreende-se da conversa que os indivíduos foram presos no local e que os intermediários de 777 estavam sendo investigados há 2 anos pela polícia de Valência, na Espanha. O usuário 777 diz a **RENE** que o fato ganhou enfoque midiático no jornal valenciano "Levante". Confrontando-se o período das mensagens com as notícias veiculadas no jornal citado, chegou-se à notícia, publicada em **20/10/2013**, com o título *"Diez detenidos de una banda que extraía alijos de cocaína del puerto"*, disponível em http://www.levante-emv.com/sucesos/2013/10/19/diez-detenidos-banda-extraia-alijos/1042938.html.

A notícia informa a apreensão no Porto de Valência de 55 kg de cocaína e a prisão de 10 pessoas envolvidas no fato. Informa-se que parte da

CO - SEÇÃO DE PROTOCOLO GERAL DA MESA AUTUAÇÃO Fls. 1369

cocaína (32 kg) foi embarcada no Porto de Santos e estava acondicionada em um *container*. Três dos presos trabalhavam no Porto de Valência.

Infere-se disso que os intermediários de 777 referidos nas conversas com **RENE** seriam trabalhadores do Porto de Valência e ajudariam no desembarque da droga enviada por **RENE**.

Cite-se, a corroborar a inferência, o encontro entre **RENE** e o colaborador do usuário do nick 777 na cidade de Santos, ocorrida por volta do dia 9/10/2013, conforme trechos de mensagens colacionados nos autos 5026387-13.2013.404.7000, evento 171, ANEXO7, p. 50 e ss.

Rememore-se, ainda, os trechos de mensagens trocadas entre **RENE** e usuário de nick BLACK (transcritos no ANEXO, item 33), em que eles fazem menção explícita ao numeral 55, pelo que, como já se pontuou naquele momento, infere-se tratar de 55 kg de cocaína, justamente a quantidade apreendida no Porto de Valência. Aquelas mensagens foram trocadas em 13.9/2013, período contemporâneo à apreensão da droga na Espanha.

Disso tudo, infere-se que há fortes indícios de que os 55 kg de cocaína apreendidos na Espanha pertenciam a **RENE** e que o dinheiro ou parte do dinheiro provindo da operação de dólar cabo descrita antes tenha sido empregado na aquisição da droga apreendida no Porto de Valência.

Cita-se este fato apenas para demonstrar os fortes indícios do crime antecedente. O tráfico decorrente desta operação, entretanto, dependerá de diligências adicionais, não sendo, pois, objeto desta denúncia.

c) Tratativas entre RENE e SLEIMAN acerca de venda de drogas

Em mensagens trocadas entre **SLEIMAN** e **RENE**, no dia 17/11/2013 (autos 5026387-13.2013.404.7000, evento 188, PET1, p. 85 e ss.), **SLEIMAN** afirma que tem um "amigo" que teria "uma coisa" (cocaína) para vender na Holanda ("hol"). No dia seguinte, 18/11/2013 (autos 5026387-13.2013.404.7000, evento 188, PET1, p. 88 e ss.), **RENE** responde "entre 26 e 28", que, como destacado no relatório da autoridade policial, *"conforme experiência adquirida em inúmeras operações policiais de repressão ao tráfico internacional de cocaína realizadas pela Polícia Federal, é o preço (em euros) pago por traficantes no quilo da cocaína na Europa. SALOMÃO* [**SLEIMAN**] *diz que ele só venderia a 28. **RENE** disse que dependeria "da qualidade", indicando, mais uma vez, que a "mercadoria" negociada trata-se de cocaína"*.

Este é outro fato indiciário do envolvimento de **SLEIMAN** e **RENE** com o tráfico transnacional de drogas.

SECRETARIA GERAL DA MESA - CD - AUTUAÇÃO Fls. 1810

d) Outras conversas entre RENE e CABALLERO sobre negociação envolvendo drogas

Além das conversas entre **RENE** e CABALLERO já citadas, inclusive com a demonstração de entrega de dinheiro na Bolívia a CABALLERO por emissário de **RENE**, há outras conversas entre eles em que fica evidente a qualidade de CABALLERO como fornecedor de drogas a **RENE**.

Nos diálogos transcritos nos autos 5026387-13.2013.404.7000, evento 188, ANEXO6, p. 44 e ss., travados em 23/11/2013, eles negociam a entrega de 280 kg de cocaína na cidade de Goiânia/GO, sendo que **RENE** chega a afirmar que depois a teria de transportar a São Paulo, possivelmente para embarque à Europa pelo Porto de Santos/SP. Referida quantidade de droga seria transportada possivelmente por meio de aviões da Bolívia ou Paraguai para o Estado de Goiás, posteriormente seguindo por via terrestre para o Estado de São Paulo.

e) Apreensão de cerca de 700 kg de cocaína em Araraquara/SP, de propriedade de RENE

Foi apreendida, em 21/11/2013, uma carga de 698 kg de cocaína, pelo que se pode concluir originária da Bolívia. Surgiram provas nos autos que apontam **RENE** como proprietário de pelo menos parte da droga. Este ponto será melhor abordado na sequência, pois este fato também é objeto da presente denúncia.

Todos os fatos indicados no itens acima descritos (itens "a", "b", "c", "d" e "e"), aliados à prova produzida na presente investigação, são conclusivos para se formar um juízo satisfatório acerca da origem dos valores movimentados pelos envolvidos nas operações de câmbio paralelo, a saber, o tráfico transnacional de drogas.

(ii) Ciência dos DENUNCIADOS da origem ilícita dos valores movimentados

A demonstração do elemento subjetivo da lavagem (conhecimento da origem ilícita dos recursos movimentados) quanto aos denunciados **RENE**, **SLEIMAN** e **EVI** é inferida pelo próprio envolvimento deles com o tráfico de drogas - autolavagem.

Em relação aos denunciados **HABIB**, **ANDRÉ** e **YOUSSEF**, há elementos suficientes para inferir que agiram colocando-se em situação de conhecer a origem ilícita dos valores que movimentaram e, portanto, do próprio tráfico de drogas por parte de **RENE**, **SLEIMAN** e **EVI**, e ignoraram intencionalmente essas circunstâncias.

Os elementos para que se possa assim concluir consistem

SECRETARIA GERAL DA MESA - CD - AUTUAÇÃO Fls 1871

nos fatos de que os últimos três são operadores de câmbio paralelo profissionais há mais de décadas e mantiveram relações negociais na atividade ilícita com pessoas que se dedicam de modo reiterado e profissional ao tráfico de drogas.

Com efeito, registre-se que se está a falar de várias operações ilegais de câmbio realizadas para pessoas que se dedicam ao tráfico de modo notório. Cite-se o caso de **EVI**, pessoa que reconhecidamente comanda organização transacional dedicada à atividade e com quem **HABIB** manteve relação intensa e direta por longo tempo. Não se trata, pois, de execução de operações de câmbio paralelo (ou para pessoa que pratique tráfico de drogas) de modo esporádico e isolado. Está a se falar, isso sim, de operações financeiras e atividades relacionadas a tráfico de drogas executadas num contexto de grupo organizado de forma empresarial.

A título ilustrativo desse relacionamento, de nível empresarial, como afirmado, além dos trechos de mensagens já citados ao longo desta peça, citem-se os seguintes trechos de mensagens, que bem denotam a relação duradoura e intensa entre **HABIB**, **SLEIMAN** e **RENE** nas práticas ilícitas, lembrando que **ANDRÉ** era o responsável por executar as operações financeiras de **HABIB**, muitas vezes mantendo contato direto com **RENE**[26].

A respeito do intenso relacionamento entre **HABIB** e **EVI**, aponte-se, ademais, além do que já pontuado nesta denúncia, os trechos de mensagens trazidos no relatório da autoridade policial (56).

No tocante ao denunciado **YOUSSEF**, embora sua participação nos eventos aqui descritos tenha se dado de modo menos intenso, igualmente mantinha relacionamento com os outros envolvidos. Cite-se, a título de exemplo, os seguintes trechos de mensagens trocadas com **HABIB**, em que eles discutem compra de moeda[27].

Ainda, o seguinte trecho de mensagens trocadas entre **HABIB** e **SLEIMAN**, com menção a **YOUSSEF** (referido como PRIMO, nick que era usado por ele), denotando o relacionamento entre os três[28].

Por fim, recorde-se que foi no escritório de **YOUSSEF** que se operacionalizou a tradição dos US$ 36 mil dólares de **EVI** para **RENE** – por meio de funcionário de **YOUSSEF** –, com subsequente transferência para a Bolívia.

Não se pode perder de vista, principalmente, que **YOUSSEF** talvez seja o doleiro mais experiente, inclusive tendo já sido objeto de intensa investigação criminal, firmado acordo com o Ministério Público, com plena

[26] Data / Hora: 30/08/2013 18:14:56. HNI 4(Michelle) "Estou tentando movimentar para a pessoa que nos somos rápidos pra ele me dar mais 1,5 essa semana, mas dei nisso. (...) SleimanSilo) Na semana qui vem tem 3 p fazer" Carlos(Zeze) "Cara. Gente precisa arrumar dinhe. Porque ninguem consegue fazer tão rapido. Não admita. A gente quer fazer milagre. Zerar operação com 3 dias, não eh facil. Isso não existe. A gente tem que arrumar dindin urgente (...)". SleimanSilo) "Porque esta vendo tanto trabalho e tanto vai ficar isso p nois" (...) SleimanSilo) "Cara pode ter certeza agora ate fim do ano nos vamos ter bastante trabalho".

[27] Data / Hora: 28/08/2013 15:28:43. PRIMO(Primo) "Bom tarde Preciso comprar 100mil papel do vneg (ou o cunhado" Carlos(Zeze). Boa 10K? Tem que ser cunha". PRIMO(Primo): "Sim"

[28] Data / Hora: 30/08/2013 18:42:02. SleimanSilo) "Primo esta fazendo muito mais qui ele pode"

CÂMARA DOS DEPUTADOS - CD - MESA DIRETORA - SECRETARIA GERAL - AUTUAÇÃO Fls. 1872

ciência, seja em razão de seu passado, seja do próprio presente, que as suas atividades marginais de operação no mercado paralelo era veículo para a movimentação financeira espúria de dinheiro público e proveniente de tráfico ilícito de entorpecentes, dentre outras origens criminosas.

Resta suficientemente comprovado, portanto, a participação dos operadores de câmbio paralelo **HABIB, ANDRÉ** e **YOUSSEF** nos fatos que permitiram a ocultação, a dissimulação, o recebimento, a guarda, a movimentação do dinheiro proveniente do narcotráfico, bem como o pagamento direto da droga, em um sistema de autofinanciamento. Não podem ser eles beneficiados pela sua suposta escolha de permanecerem ignorantes quanto aos valores que movimentaram e em relação ao auxílio material que prestaram na atividade de tráfico de drogas aos outros denunciados, quando tinham, sobretudo por desenvolverem sua atividade de modo profissional e empresarial, condições de aprofundar o seu conhecimento sobre a sua origem.

Assim, o agente que, podendo e devendo conhecer a natureza do ato da colaboração que lhe é solicitada, mantém-se em situação de não querer saber - e presta os seus serviços -, faz-se responsável pelas consequências penais que derivam de sua atuação (teoria da cegueira deliberada).

(iii) Imputação do crime de lavagem

Todos os **DENUNCIADOS**, por meio das operações de câmbio paralelo descritas nos itens anteriores, além de terem incorrido em crimes de evasão de divisas (conforme já descrito), também incorreram no delito de lavagem de dinheiro, nos mesmos locais e datas.

O delito resta caracterizado pelas seguintes condutas:

a) de **RENE, SLEIMAN, HABIB** e **ANDRÉ** – a mando de **EVI, SLEIMAN** e **RENE** - pela movimentação do dinheiro em contas "laranjas" ou de terceiros, no que se teve a ocultação da origem e da propriedade dos valores provenientes do tráfico ilícito de entorpecentes usados nas transações (art. 1º, *caput*, Lei 9.613/98). De fato, os ativos (dinheiro) proveniente do exterior e utilizados nas operações dólar-cabo e câmbio paralelo com subsequente evasão para a Bolívia era proveito de atividade de tráfico de drogas de **EVI, SLEIMAN** e **RENE**;

b) de **YOUSSEF** e de todos os demais **DENUNCIADOS** pelo recebimento, troca, negociação, guarda, depósito, movimentação e transferência dos valores provenientes do tráfico, com a finalidade de ocultá-los (art. 1º, §1º, II, Lei 9.613/98); e

CD - AUTUAÇÃO 1873

c) de **EVI. SLEIMAN** e **RENE** pela utilização, em atividade econômica e financeira, realizada de modo profissional e empresarial, de valores provenientes do narcotráfico, em um sistema de autofinanciamento (art. 1º, §2º, I, Lei 9.613/98).

3º fato criminoso (tráfico de drogas e associação para o tráfico)

Conforme apurou-se, no final do mês de novembro de 2013, de modo consciente e voluntário, o denunciado **RENE** importou 698 kg de substância entorpecente denominada cocaína, sem autorização legal e em desacordo com regulamentação legal e regulamentar, proveniente da Bolívia, quando foi apreendida em fiscalização de rotina por policiais militares. Ademais, no mesmo período, o denunciado **RENE** se associou com, no mínimo, três outras pessoas, para o fim de praticar o crime de tráfico transnacional de drogas.

Como consta dos autos nº 0014808-07.2013.403.6120 (v. cópias anexas de peças daqueles autos), no dia 21/11/2013, policiais da equipe do TOR, da Polícia Militar Rodoviária, trafegando na Rodovia Washington Luís, sentido interior-capital, decidiram abordar um caminhão – na tarefa rotineira de abordagens por amostragem – na altura do km 265 da mencionada rodovia (município de Araraquara).

Feita a abordagem, identificou-se o condutor como sendo OCARI MOREIRA, o qual informou aos policiais que vinha do Estado do Mato Grosso e tinha como destino a capital do Estado de São Paulo, com uma carga de palmitos.

Um dos policiais, então, dirigiu-se à carroceria do caminhão para vistoria da carga, enquanto o outro permaneceu com o condutor. Nesse momento, o estado de espírito de OCARI modificou-se e ele, então, nervoso, revelou que transportava droga, que seria entregue em Sumaré, Campinas e São Paulo. Informou ainda que receberia R$ 10 mil pelo transporte.

O policial responsável pela vistoria da carga retirou a lona da carroceria, constatando a presença de um plástico preto, que ocultava "tijolos" semelhantes a embalagens de cocaína. Havia, também, na carroceria, grande quantidade de palmitos, carga esta regularmente documentada para transporte.

Diante da aparente grande quantidade de entorpecente localizada no caminhão, OCARI foi questionado sobre a existência de veículo batedor, ao que respondeu afirmativamente, esclarecendo tratar-se de um boliviano.

A partir de contato telefônico com OCARI por uma das pessoas que estava no veículo batedor, os policiais executaram atividades de

AUTUAÇÃO 1874

acompanhamento telefônico das ligações, fazendo-se passar por OCARI, logrando efetuar a prisão de GILBERTO RAMOS LOPES e RICARDO SEMLER RODRIGUEZ (este cidadão boliviano, como referido por OCARI).

Com GILBERTO foi localizado um aparelho Blackberry em que havia troca de mensagens com terceiro, acerca da tarefa de acompanhamento do caminhão ("batedor"). Nesse aparelho, ainda, assim como em um outro que estava com GILBERTO, ficou claro que este falou com outra pessoa relacionada à carga de entorpecentes transportada.

No veículo batedor, posteriormente, foram encontrados R$ 200 mil reais ocultados no estofamento dos bancos dianteiros.

A informação de fls. 153-155 daqueles autos destaca que os tabletes encontrados no caminhão apresentaram peso de 698 kg. O laudo de fls. 161-165 também daqueles autos atesta que continham cocaína, na forma de "sal de cocaína", comprovando a materialidade delitiva.

Nos presentes autos (relativos à Operação Lava-Jato), em vista da captação de mensagens de **RENE**, surgiram fortes indícios de que ele (**RENE**) foi o real importador da droga apreendida.

Com efeito, nas mensagens **RENE** menciona a perda de uma carga de 700 kg, que, ao que se pode concluir, sobretudo pelo local mencionado nas mensagens e nas suas datas, que se trata da carga apreendida em Araraquara. Aliás, o modo de agir dos envolvidos na apreensão é muito similar com o que se revelou de **RENE** nestes autos. Os trechos podem ser vistos nos autos 5026387-13.2013.404.7000, evento 188, PET1, p. 80 e ss., e ANEXO6, p. 35 e ss. Destaquem-se os seguintes, de maior interesse[29].

A menção de que teria *"recebido dele há 25 dias atrás"* indica que **RENE** teria recebido outra carga de drogas dias antes.

Em outros trechos, **RENE** conversa também com CABALLERO sobre a carga apreendida[30]. Percebe-se a referência à proveniência da droga – Bolívia (*"que vênia de ahi"*).

[29] 22-11-2013 17:03:49 Michelin Mainha" Ve que caiu 700 na chegada de sampa
22-11-2013 17:03:59 Michelin Mainha Pensei que eu ia receber um dinheiro acertado após meu amigo
22-11-2013 17:04:02 Michelin Macoha Era esse
22-11-2013 17:04:05 Michelin Mainha KKKK
22-11-2013 17:04:25 Michelin Mainha Era esse que eu esperava
22-11-2013 17:04:49 Michelin Mainha Me deixou complicado
22-11-2013 17:05:03 Michelin Mainha !
22-11-2013 17:05:21 Michelin Mainha Tava mau feito
22-11-2013 17:05:28 Michelin Mainha Preciso urgente
22-11-2013 17:05:38 Michelin Mainha Esses burros
22-11-2013 17:05:44 Michelin Mainha Pra aqueles cara pega ..foi mau feito
22-11-2013 17:06:00 Michelin Mainha Sumiu...).
22-11-2013 17:06:16 Michelin Mainha E eu tinha recebido dele há 25 dias atrás"

[30] Data / Hora: 23-11-2013 16:31:26. Michelin Michelin: "38 visto que se caiu por São Paulo 700 que vêpia de ahi?. Caballero(Caballero): "No Ci amigo"

SECRETARIA GERAL DA MESA - CD - AUTUAÇÃO Fls. 1875

Já em troca de mensagens com o usuário de nick FLOR, **RENE** diz que iria *receber "700, mas foi cancelado"*[1].

Oportuno verificar que **RENE** menciona o dia em que a carga seria entregue – dia 22/11/2013. A droga foi apreendida em Araraquara em 21/11/2013, enquanto era levada ao destino, ao qual chegaria provavelmente no dia 22/11/2013, exatamente no dia em que **RENE** diz que a receberia.

Verifica-se, do exposto, que OCARI, GILBERTO e RICARDO, bem como **RENE**, associaram-se para a prática do crime de tráfico de entorpecentes. Verifica-se, ainda, que os três efetivamente transportaram **698 Kg** de cocaína, enquanto que **RENE** a importou. Embora o transporte, diretamente, fosse feito por OCARI, RICARDO e GILBERTO, na qualidade de batedores, viabilizavam para que tal transporte fosse feito com sucesso, concorrendo para o crime, de forma decisiva. **RENE**, por sua vez, era quem detinha o domínio final do fato, dado ser o importador da droga.

Diante do exposto, com tais condutas, OCARI, GILBERTO, RICARDO e **RENE** incorreram nos arts. 33, *caput*, e 35, da Lei 11.343/2006, ambos conjugados com o o art. 40, I, do mesmo diploma legal, já que inquestionável a procedência alienígena da cocaína traficada.

Esclarece-se que a justificativa de competência destes fatos está descrita na cota de oferecimento da denúncia.

IV - CAPITULAÇÃO

Pelo exposto, o Ministério Público Federal denuncia a Vossa Excelência:

a) **RENE LUIZ PEREIRA, SLEIMAN NASSIM EL KOBROSSY, MARIA DE FÁTIMA STOCKER, CARLOS HABIB CHATER** e **ALBERTO YOUSSEF** por terem incorrido nas penas do art. 22, parágrafo único, da Lei 7.492/86. Em relação a **ALBERTO YOUSSEF**, a subsunção de sua conduta decorre da norma de extensão prevista no artigo 29 do Código Penal, já que prestou auxílio para que aquele crime se realizasse (em relação aos US$ 36.000.00);

b) **RENE LUIZ PEREIRA, SLEIMAN NASSIM EL KOBROSSY, CARLOS HABIB CHATER** e **ANDRÉ CATÃO DE MIRANDA** por terem incorrido nas penas do art. 1º, *caput*, bem como no §1º, II, todos da Lei 9.613/98;

[1] **Data** / Hora: 25/11/2013 12:08:00 Michelin(Michelin): "Tinha um de 200 pra ontem mas cancelaram. Vc não tem mais nada então?" flor(Flor): "Acredito q ele tenham sim por estas bandas" Mas tenho q confirmar, esto é rapido q tem olhos procurando"

SECRETARIA GERAL DA MESA - CD - AUTUAÇÃO Fls. 1876

c) **ALBERTO YOUSSEF** por ter incorrido nas penas previstas no art. 1º, §1º, II, Lei 9.613-98; e

d) **RENE LUIZ PEREIRA** por ter incorrido nas penas previstas no art. 33, *caput*, e art. 35, c/c o art. 40, I, todos da Lei 11.343/2006.

V - PEDIDOS

Em razão da promoção da presente ação penal, requer-se a Vossa Excelência:

a) a juntada dos documentos anexos, consistentes em cópia de peças mencionadas ao longo desta denúncia;

b) o recebimento e processamento da denúncia, com a citação dos denunciados para o devido processo penal e oitiva das testemunhas abaixo arroladas;

c) confirmadas as imputações, as condenações dos denunciados; e

d) o arbitramento de valor mínimo de reparação dos danos causados pela infração, com base no art. 387, *caput* e IV, CPP, no montante do valor total envolvido nas transações (cerca de R$ 300 mil[52]), englobando-se na estimativa os danos ao sistema financeiro e econômico. Ressalte-se que a natureza dos delitos não deve servir de óbice à medida, podendo-se fazer uma analogia com o caso do homicídio, em que o dano à vida é impalpável, mas se tem reconhecido o cabimento do arbitramento, independentemente de prova do valor da vida. Nesse caso específico de bens jurídicos de difícil aquilatação, não há o que "provar" no tocante ao valor do dano para além da própria prova dos fatos que ocasionam o dano. Assim, não há que se alegar que seria necessária alguma discussão adicional para fixação da indenização, pois o debate dos fatos, que coincidem com os fatos imputados, ocorreu ao longo do processo criminal.

Em relação a **RENE**, no tocante ao tráfico de drogas, para fins de fixação de valor mínimo de reparação dos danos causados pela infração, requer-se seja fixado o montante de R$ 350 mil[53].

[52] US 124 mil convertidos em reais considerando a taxa de conversão da época da operação de dólar cabo.

[53] Chegou-se a esse valor tomando por base a informação policial, transcrita acima, de que o kg da cocaína é adquirido por traficantes brasileiros ou instalados no Brasil por cerca de U$ 3 mil. Então, aplicou-se esse valor a 50 kg de droga, apenas para fins de estimação do valor mínimo do dano. O valor da taxa dólar real na época do

CÂMARA DOS DEPUTADOS - CD
COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO
AUTUAÇÃO
Fls: 1877

Rol de testemunhas

1. ENIVALDO QUADRADO - residente na Rua Jacinto Funari, 101, Casa, Jardim Europa, Assis/SP e endereço comercial na Avenida Dom Antônio, 2485, Comércio, Bairro Vila Tênis Clube, Assis-SP

2. WALDOMIRO DE OLIVEIRA - endereço residencial na Estrada Municipal Benedicto Antonio Ragani, 2300, próximo à Rodovia Dom Pedro I, Chácara Recanto Três Corações, bairro Pinheirinho, Itatiba-SP, endereço comercial na Rua José Debieux, 35, sala 36, Santana, São Paulo-SP.

Curitiba, 22 de abril de 2014.

CARLOS FERNANDO DOS SANTOS LIMA
Procurador Regional da República

ANDREY BORGES DE MENDONÇA
Procurador da República

JANUÁRIO PAIXÃO
Procurador Regional da República

AUTUAÇÃO Fls. 1878

MPF
Ministério Público Federal
Procuradoria da República no Paraná
FORÇA TAREFA
www.prpr.mpf.gov.br

EXCELENTÍSSIMO JUIZ DA 13ª VARA FEDERAL DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE CURITIBA/PR

Autos nºs 5001438-85.2014.404.7000 (Operação Lava Jato) e 5001446-62.2014.404.7000 (Operação Bidone)

Classificação no e-Proc: Restrito Juiz

Classificação no ÚNICO: Confidencial

1. O **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL** oferece denúncia em separado em face de **RENE LUIZ PEREIRA, SLEIMAN NASSIM EL KOBROSSY, MARIA DE FÁTIMA STOCKER, CARLOS HABIB CHATER, ANDRÉ CATÃO DE MIRANDA** e **ALBERTO YOUSSEF**.

2. Competência

2.1. Lavagem de dinheiro

A competência para o processamento e julgamento dos presentes fatos, como já anotado pelo d. Magistrado do caso por ocasião da deflagração das operações, encontra-se justificada pela realização de operações de lavagem de dinheiro que se consumaram em Curitiba, tendo por antecedentes crimes de tráfico de drogas.

Ocorreram várias operações de câmbio não autorizadas com antecedentes em crimes de tráfico que implicaram delitos de lavagem de dinheiro consumados em mais de um lugar, consistentes no recebimento de parte de valores em São Paulo/SP e depósitos de outros valores em contas "laranjas" em Bauru/SP, Passos/MG e Curitiba/PR. Entre esses delitos há conexão material e instrumental (art. 76, II e III, CPP), sendo que o Juízo Federal de Curitiba foi quem primeiro praticou atos no processo (art. 78, II, "c", CPP). Ademais, foi em Curitiba onde praticou-se o maior número de delitos, quais sejam, os dois depósitos de valores em contas "laranja" (art. 78, II, "b", CPP).

2.2. Tráfico de entorpecentes

Conforme depreende-se da ação penal ora proposta,

SECRETARIA GERAL DA MESA - CD - AUTUAÇÃO Fls. 1879

imputou-se a **RENE** também o delito de tráfico de entorpecentes previstos nos arts. 33, *caput*, e 35, da Lei 11.343/2006, ambos conjugados com o art. 40, I, do mesmo diploma legal, em vista da importação de aproximadamente 700 quilos de cocaína, a qual foi apreendida em Araraquara/SP, ao ser transportada camufladamente em um caminhão dirigido por OCARI MOREIRA, o qual era protegido (batedores) por GILBERTO RAMOS LOPES e RICARDO SEMLER RODRIGUEZ.

Em razão desses fatos, OCARI, GILBERTO e RICARDO foram denunciados e estão sendo processados perante na 1ª Vara Federal de Araraquara/SP, autos nº 0014808-07.2013.403.6120 (v. cópia anexa da denúncia).

Optou-se por efetuar a denúncia de **RENE** nestes autos diante da fase adiantada em que se encontram os autos 0014808-07.2013.403.6120, em trâmite perante a 1ª VF de Araraquara/SP. Conforme informações prestadas pela Procuradora da República oficiante naqueles autos, já havia sido designada audiência de instrução daquela ação para a semana passada (semana de 7/4 a 11/4/2014), de forma que não seria conveniente requerer a declinação de competência daqueles autos para o Juízo da 13ª VF de Curitiba e nem promover o aditamento daquela ação para o fim de incluir **RENE**.

Ademais, a conexão probatória é evidente com os presentes autos, já que a autoria do tráfico somente pode ser aferida a partir das mensagens captadas e a da dinâmica desvendada na presente investigação, em que se pôde compreender a relação negocial e financeira entre os **DENUNCIADOS** para a prática do tráfico. Logo, em vista da conexão, justifica-se (do ponto de vista legal) e recomenda-se também o seu processamento perante esta 13ª Vara Federal de Curitiba.

Em vista do exposto, requer-se seja solicitada ao Juízo da 1ª VF de Araraquara/SP o compartilhamento integral dos autos 0014808-07.2013.403.6120 - IPL 500/2013-DPF/AQA/SP (apreensão em 21/11/2013 de 698 kg de cocaína de propriedade de **RENE**), fornecendo cópia integral daqueles autos, inclusive do laudo pericial dos telefones apreendidos com os envolvidos.

3. Custódia. Presídio federal

Identificou-se que **RENE** integra organização criminosa dedicada ao tráfico de drogas, além de ele mesmo praticar o tráfico. Percebeu-se que essas atividades foram praticadas inclusive de forma empresarial, por meio de organização transnacional cujo foco é a aquisição de cocaína em grandes quantidades de produtores ou fornecedores da Bolívia e do Peru, droga essa embarcada pelo Porto de Santos à Europa. Desvelou-se que **RENE** tem atuação relevante na organização, na medida em que é responsável pela movimentação dos recursos provenientes do tráfico, a fim de que sejam "reinvestidos" na prática, com a aquisição de novas cargas de droga, mediante realização de operação de câmbio ilegais.

Somente nestes autos, promove-se denúncia em face dele

SECRETARIA GERAL DA MESA - CD - AUTUAÇÃO Fls. 4880

pela importação de aproximadamente 700 quilos de cocaína, o que demonstra o poderio econômico e a extensão de sua organização.

A custódia desse denunciado, considerando o nível de organização, extensão e frequência de suas atividades, deve, portanto, ocorrer em estabelecimento de segurança máxima, com vistas a estancar a sua atuação, sob pena de risco de continuidade delitiva, forte ainda na alta periculosidade em concreto da atuação do denunciado.

O **MPF** requer, portanto, a transferência de **RENE** para o Presídio Federal de Catanduvas com o fim de melhor assegurar a segurança pública (art. 3º, Lei 11.671/2008, c/c o art. 3º, I, Decreto 6.877/2009).

4. Para facilitar a exposição dos fatos, diversos diálogos, conversas e relatórios mencionados ao longo da presente ação penal serão transcritos em peça anexa ("ANEXO"), com indicação de número de referência entre parênteses, sendo o ANEXO parte integrante desta denúncia.

5. O crime de organização criminosa não é objeto desta denúncia.

Curitiba, 22 de abril de 2014.

CARLOS FERNANDO DOS SANTOS LIMA
Procurador Regional da República

ANDREY BORGES DE MENDONÇA
Procurador da República

JANUÁRIO PAULO
Procurador Regional da República

AUTUADO 1881

AÇÃO PENAL Nº 5025687-03.2014.404.7000/PR

AUTOR	:	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
RÉU	:	ALBERTO YOUSSEF
ADVOGADO	:	RODOLFO HEROLD MARTINS
	:	ANTONIO AUGUSTO LOPES FIGUEIREDO BASTO
	:	LUIS GUSTAVO RODRIGUES FLORES
	:	NILTON SERGIO VIZZOTTO
	:	ADRIANO SÉRGIO NUNES BRETAS
	:	ANTONIO DOS SANTOS JUNIOR
RÉU	:	ANDRE CATAO DE MIRANDA
ADVOGADO	:	MARCELO DE MOURA SOUZA
RÉU	:	CARLOS HABIB CHATER
ADVOGADO	:	ALVARO DA SILVA
	:	TICIANO FIGUEIREDO DE OLIVEIRA
	:	Christian Laufer
RÉU	:	RENE LUIZ PEREIRA
ADVOGADO	:	SERGIO DE PAULA EMERENCIANO
	:	Maria Isabel Bermudez
INTERESSADO	:	POLÍCIA FEDERAL/PR
INTERESSADO	:	WALDOMIRO DE OLIVEIRA
ADVOGADO	:	VERONICA ABDALLA STERMAN

SENTENÇA

13.ª VARA FEDERAL CRIMINAL DE CURITIBA
PROCESSO n.º 5025687-03.2014.404.7000
AÇÃO PENAL
Autor: Ministério Público Federal
Réus:

Rene Luiz Pereira, brasileiro, casado, empresário, nascido em 14/07/1966, filho de Josué Farel Pereira e Magna Esper, portador da CIRG 3.093.350/DF, inscrito no CPF sob o nº 476.232.096-04, residente e domiciliado na Rua 8 Norte, lote 1, ap. 1302, Residencial Osório, Águas Claras, Brasília/DF, atualmente preso na Casa de Custódia de São José dos Pinhais;

Carlos Habib Chater, brasileiro, casado, empresário, nascido em 29/08/1969, filho de Habib Salim El Chater e Maha Fahd Chater, portador da CIRG 805743/DF, inscrito no CPF sob o nº 416.803.751-72, residente e domiciliado na OTR MLN, trecho 10, cj. 1, casa 2, Setor de Mansões Lago Norte, Brasília-DF ou na SHS, quadra 6, conjunto A, lote 1, bloco B, ap. 214, Asa Sul, Brasília/DF, atualmente preso na Casa de Custódia de São José dos Pinhais/PR;

André Catão de Miranda, brasileiro, casado, comerciário, nascido em 25/03/1961, filho de Manoel Guilhermino de Miranda Sobrinho e Maria Terezinha Catão de Miranda, portador da CIRG nº 2041163/PE, inscrito no CPF sob o nº 248.513.374-34, residente e domiciliado na Quadra 202, lote 10, bloco B, ap. 502, Águas Claras/DF, atualmente preso na Casa de Custódia de São José dos Pinhais/PR; e

Alberto Youssef, brasileiro, casado, comerciante, nascido em 06/10/1967, filho

de Kalim Youssef e Antonieta Youssef, portador da CIRG 3.506.470-2/SSPPR, inscrito no CPF sob o nº 532.050.659-72, atualmente preso na carceragem da Polícia Federal em Curitiba/PR.

I. RELATÓRIO

1. Trata-se de ação penal proposta pelo MPF pela prática de crimes de tráfico internacional de drogas, associação para o tráfico internacional de drogas, de lavagem de dinheiro, tendo como antecedentes crimes de tráfico internacional de drogas, e de evasão de divisas contra os acusados acima nominados. A denúncia também foi originariamente oferecida contra Sleiman Nassim El Kobrossy e Maria de Fátima Stocker que não foram encontrados para citação pessoal. A denúncia tem por base o inquérito 5001446-62.2014.404.7000 e processos conexos, como o 5001438-85.2014.404.7000.

2. Em síntese, segundo a denúncia (evento 1), ao acusado Rene Luiz Pereira é imputado o crime de tráfico internacional de drogas (3º fato criminoso descrito na denúncia). Consta ali que, no dia 21/11/2013, policiais teriam apreendido 698 kg de cocaína importados da Bolívia no Município de Araraquara/SP. O transporte da droga teria sido realizado diretamente por Ocari Moreira, tendo por batedores Gilberto Ramos Lopes e Ricardo Semler Rodrigues. Rene seria mandante da importação, tendo seu envolvimento sido descoberto pela interceptação telemática havida no processo 5026387-13.2013.404.7000. A denúncia também imputada a Renê o crime de associação para o tráfico com os referidos indivíduos. A denúncia ainda descreve outras provas que indicariam o envolvimento de Rene em outras operações de tráfico de drogas, mas sem imputar esses fatos específicos a ele.

3. Ainda segundo a denúncia, foram identificadas transações de Rene Luiz Pereira, entre agosto e setembro de 2013, no montante de USD 124.000,00, com os supostos operadores do mercado negro de câmbio, Alberto Youssef e Carlos Habib Chater, e ainda com associados destes, Sleiman Nassim El Kobrossy, Maria de Fátima Stocker e André Catão de Miranda, e que caracterizariam crimes de evasão de divisas e de lavagem de dinheiro.

4. Em uma das operações, Maria de Fátima Stocker, utilizando o codinome Evi, enviou da Europa ao Brasil USD 36 mil através de operações dólar cabo e que foram disponibilizados por Sleiman Nassim El Kobrossy e Carlos Habib Chater a Rene Luiz Pereira. O numerário foi entregue, em 30/08/2013, por emissário de Maria de Fátima em local indicado por Carlos Habib, especificamente o escritório profissional de Alberto Youssef, na Rua Renato Paes de Barros, 778, segundo andar, Itaim, em São Paulo/SP. Rene Luiz Pereira foi ao local, orientado por Carlos Habib Chater, para apanhar o dinheiro.

5. Na segunda operação, o equivalente a USD 88 mil foi disponibilizado em reais por Carlos Habib Chater em contas correntes indicadas por Rene Luiz Pereira. Inicialmente, R$ 77.100,00 depositados em 04/09/2013. Depois, R$ 19.920,00 em 11/09/2013. Em seguida, em 13/09/2013, por solicitação de Rene e Sleiman, Carlos Habib, proprietário do Posto da Torre, determinou a André Catão de Miranda, gerente financeiro da empresa Posto da Torre, a realização de depósitos de R$ 40.500,00, R$ 50.000,00 e R$ 35.000,00 em conta titularizada por Gilson M. Ferreira Transporte ME, mantida no Banco Itaú, agência Xaxim, em Curitiba. O depósito de R$ 40.500,00 foi estornado e, em

1883

decorrência, no dia 16/09/2013, foram realizados pelo Posto da Torre em substituição depósitos de R$ 33.400,00 e R$ 7.100,00 na conta Gilson Ferreira. A conta em nome de Gilson M. Ferreira seria utilizada para lavagem de dinheiro e teria sido aberta em nome de pessoa interposta, sem capacidade financeira.

6. Nas duas operações, os valores envolvidos seriam provenientes do tráfico de drogas e foram utilizados, posteriormente, para remessa ao exterior e pagamento dos fornecedores de drogas de Rene Luiz Pereira.

7. Enfim, a denúncia narra, além do crime de tráfico de drogas, uma operação de lavagem de dinheiro consistente na remessa, por meios subreptícios, ao Brasil de dinheiro proveniente da venda de drogas na Europa para pagamento dos fornecedores na Bolívia, passando pelo Brasil.

8. Ao final, a denúncia imputa aos acusados Rene Luiz Pereira, Sleiman Nassim El Kobrossy, Carlos Habib Chater, André Catão de Miranda e a Alberto Youssef os crimes de lavagem de dinheiro e evasão fraudulenta de divisas. à Maria de Fátima Stocker é imputado o crime de evasão de divisas exclusivamente. À Rene Luiz Pereira é também imputado o crime de tráfico de drogas e associação para o tráfico de drogas.

9. Nos termos do despacho de 23/04/2014 (evento 2) e do art. 55 da Lei nº 11.343/2006, o acusado Rene Luiz Pereira foi previamente notificado para responder à denúncia.

10. Após a apresentação de resposta por defensor constituído (evento 24), a denúncia foi recebida, conforme decisão de 15/05/2014 (evento 28).

11. Por força de liminar concedida pelo eminente Ministro Teori Zavascki na Reclamação 17.623, o trâmite processual foi suspenso em 20/05/2014, com a remessa do feito ao Supremo Tribunal Federal (evento 64). Em 11 de junho de 2014, o feito retomou seu curso, após ter sido devolvido do Supremo Tribunal Federal (evento 103).

12. Os acusados apresentaram defesa por defensores constituídos (eventos 149, 150, 160 e 170).

13. As respostas preliminares foram examinadas no termo de audiência de 07/07/2014 (evento 174), quando também foi ouvida a testemunha de acusação arrolada (eventos 174 e 242).

14. Foram ouvidas as testemunhas de defesa (eventos 243, 267, 269, 300, 323, 361, 367, 369, 371, 383, 385).

15. Os acusados foram interrogados (eventos 386 e 424).

16. Os requerimentos das partes na fase do art. 402 do CPP foram apreciados nos termos da decisão de 17/09/2014 (evento 389).

17. O MPF, em alegações finais (evento 415), argumentou: a) que a questão da competência já foi resolvida no julgamento das exceções; b) que a denúncia é regular e embasada em justa causa; c) que a interceptação é válida; d) que restou provado o crime de

1884

evasão de divisas através de operações dólar cabo; e) que há prova de que os valores foram internalizados no Brasil e foram depois entregues na Bolívia a fornecedores de drogas; f) que os valores envolvidos dizem respeito a uma transação de pagamento de drogas; g) que Carlos Habib Chater utiliza o Posto da Torre para lavagem de dinheiro e para a prática de operações de câmbio ilegais com doleiros; h) que Carlos Chater recebeu 1% do valor das operações de lavagem de tráfico; i) que André Catão de Miranda era gerente financeiro do Posto da Torre e agiu sob ordens de Carlos Chater; j) que Carlos e André agiram com dolo direto ou pelo menos eventual; k) que não há comprovação de que Alberto Youssef teria agido com dolo; l) que Carlos Chater na interceptação revelou expressa preocupação em vincular a conta de seu Posto com as contas de clientes de Rene, evidenciando a ciência do caráter ilícito das transações; m) que a interceptação revelou que a carga de 698 kg de cocaína apreendida em Araraquara era de Rene Luiz Pereira; n) que o devem ser fixadas penas elevadas proporcionais aos crimes e valor mínimo para reparação do dano decorrente do crime.

18. A Defesa de Rene Luiz Pereira, em alegações finais, argumentou (evento 441): a) que a Justiça Federal de Curitiba é incompetente para processar e julgar o caso, sendo a competência da Justiça Federal do Distrito Federal ou de Araraquara/SP; b) que existem diálogos ou mensagens interceptadas em períodos para o qual não há autorização judicial; c) que a interceptação e as prorrogações não se encontram suficientemente fundamentadas; c) que não foram disponibilizadas às Defesas os áudios originais interceptados e entregues pelas operadoras de telefonia, colocando em dúvida a autenticidade da prova; d) que junta laudo apontando situações anômalas em áudios interceptados; e) que houve interceptação ininterrupta de terminal Nextel de Carlos Habib Chater de 22/07/2013 a 12/08/2013; f) que a prorrogação da interceptação não pode ser requerida após findo o período da interceptação prévia; g) que houve desvio de finalidade das interceptações, passando-se a apurar crimes previamente não previstos; h) que não podem ser emprestadas para estes autos as provs colhidas na Operação Monte Polino, pois houve busca e apreensão no quarto de hotel do acusado sem autorização judicial; i) que não houve resposta aos quesitos apresentados pela Defesa na petição do evento 192; j) que a denúncia é inepta por não descrever o fato delitivo em todas as suas circunstâncias; k) que a mera movimentação física de dinheiro não configura crime de lavagem de dinheiro; l) que não há prova do crime de evasão de divisas, havendo descrição apenas de uma operação de internação de valores; m) que o acusado Rene apenas atuou como emissário do coacusado originário Sleiman para o recebimento do dinheiro no Brasil; n) que o crime de evasão seria absorvido pelo de lavagem; o) que, quanto ao crime de lavagem de dinheiro, não há prova de que os valores envolvidos seriam provenientes do tráfico de drogas; p) que não há prova do envolvimento de Rene no tráfico de drogas; q) que não há prova de ocultação de valores para dar-lhe a aparência de lícitos; r) que o acusado Rene não tinha ciência da eventual origem ilícita dos valores; s) que não há prova da ligação de Rene com as drogas apreendidas em Araraquara; t) que não há prova da transnacionalidade do tráfico de drogas; e u) que não há prova de associação para fins de tráfico.

19. A Defesa de Carlos Habib Chater (evento 444), em alegações finais, argumentou: a) que a Justiça Federal de Curitiba é incompetente para processar e julgar o caso, sendo a competência da Justiça Federal do Distrito Federal; b) que este julgador estaria impedido para julgar a ação penal pois teria realizado toda a 'gestão da prova' na fase de investigação e ainda teria 'etiquetado' os acusados como criminosos profissionais; c) que este julgador seria suspeito para julgar qualquer processo envolvendo Alberto Youssef já que teria se declarado suspeito em outro inquérito no qual ele era investigado em decorrência de 'relação de confiança' formada com o antigo colaborador; d) que a tramitação célere da ação

penal implicou cerceamento de defesa; e) que nem todo o material probatório foi ainda examinado pela Polícia Federal; f) que a denúncia é inepta por não individualizar as condutas delitivas; g) que a interceptação telemática de mensagens no Blackberry Messsenger foi ilegal por violar o tratado de cooperação entre Brasil e Canadá; h) que o acusado há anos tem dificuldades financeiras na gestão do Posto da Torre Ltda. e vem acumulando dívidas; i) que o acusado teve que socorrer-se de agiotas; j) que o acusado não participou conscientemente do crime de evasão de divisas, não tendo ciência de que os valores disponibilizados a Rene seriam remetidos fraudulentamente ao exterior; k) que, quanto ao crime de lavagem de dinheiro, não há prova suficiente da origem dos valores envolvidos no tráfico de drogas; l) que não há prova de que o coacusado Sleiman Nassim El Kobrossy teria participado de crime de tráfico de drogas e o acusado Carlos realizou a operação a pedido de Sleiman; m) que ainda que os valores tivessem origem no tráfico de drogas, não tinha o acusado Carlos ciência dessa circunstância; n) que se o acusado tivesse ciência, não utilizaria as contas de sua empresa; o) que o acusado apenas realizou a operação para manter positivo o fluxo de caixa de seu estabelecimento; p) que não é aplicável ao caso a doutrina da cegueira deliberada; q) que não houve a tentativa de fuga relatada na alegações finais do MPF; r) que, no caso de condenação, a pena deve ser mínima; e s) que a prisão preventia deve ser revogada.

20. A Defesa de Alberto Youssef, em alegações finais, argumenta (evento 442): a) que as intercpetações telefônicas padecem de invalidade; b) que o próprio MPF requereu a absolvição de Alberto Youssef; c) que houve nulidade na colheita do depoimento de Waldomiro de Oliveira como testemunha; d) que Alberto Youssef apenas cedeu o espaço físico de seu escritório para uma operação de Carlos Habib Chater; e) que o acusado não participou dolosamente do crime.

21. A Defesa de André Catão de Miranda, em alegações finais, argumenta (evento 443): a) que a Justiça Federal de Curitiba é incompetente para processar e julgar o caso, sendo a competência da Justiça Federal do Distrito Federal ou de Araraquara/SP; b) que houve nulidade pela designação de audiência para oitiva de testemunhas antes da apreciação das respostas preliminares; c) que o acusado André Catão de Miranda foi contratado em 2003 para atuar como gerente financeiro do Posto da Torre; d) que há dois diálogos interceptados de André Catão; e) que Andrá Catão não tinha conhecimento da origem ilícita dos valores envolvidos ou do caráter fraudulento das operações; f) que o acusado, como mero empregado subordinado, apenas atendeu às ordens de seu empregador; g) que o MPF confundiu na imputação o ora acusado André Catão com André Antunes que trabalhava na empresa Valortur, também de Carlos Chater; e h) que não há mais justificativa para a prisão preventiva imposta.

22. Ainda na fase de investigação, foi decretada, a pedido da autoridade policial e do Ministério Público Federal, a prisão preventiva dos acusados Rene Luiz Pereira, Carlos Habib Chater, André Catão de Miranda e Alberto Youssef (evento 24 do processo 5001438-85.2014.404.7000 e evento 22 do processo 5001446-62.2014.404.7000). A prisão cautelar foi implementada em 17/03/2014.

23. No decorrer do processo, foram interpostas exceções de suspeição e de incompetência e que foram rejeitadas (eventos 294, 335 e 354).

24. Não foram encontrados para citação pessoal os coacusados originários Maria de Fátima Stocker e Sleiman Nassim El Kobrossy. A ação penal desmembrada contra Maria

MESA CD AUTUAÇÃO Fls. 1386

de Fátima Stocker e Sleiman Nassim El Kobrossy tomou o n.º 50431306420144047000. Eles ainda não foram encontrados. Sleiman está foragido. Maria de Fátima Stocker estaria, segundo seu defensor, presa na Europa por lavagem de produto de tráfico de drogas, mas não foi juntada a prova respectiva.

25. Os autos vieram conclusos.

II. FUNDAMENTAÇÃO

II.1

26. Questionaram as Defesas a competência territorial deste Juízo, afirmando ser competente a Justiça Federal do Distrito Federal ou de Araraquara/SP.

27. Entretanto, as mesmas questões foram veiculadas em exceções de incompetência e que foram rejeitadas (Exceções de incompetência 5030871-37.2014.404.7000, 5044009-71.2014.404.7000 e 5050271-37.2014.404.7000, cópia da decisão no evento 335).

28. Remeto ao conteúdo daquelas decisões, desnecessário aqui reiterar todos os argumentos.

29. De todo modo, muito rapidamente, apenas a título de recordação, a competência territorial deste Juízo decorre não só da conexão entre as ações penais originadas da assim denominada Operação Lavajato, que iniciou-se com apuração de crime de lavagem de dinheiro consumado em Londrina/PR, mas também porque, no presente feito, os crimes narrados na denúncia de evasão de divisas e de lavagem de dinheiro tiveram sua consumação ou seu último ato de execução no Brasil em Curitiba/PR, com o depósito de valores provenientes do tráfico internacional de drogas em conta de empresa de fachada mantida em Curitiba, especificamente, conta de Gilson M. Ferreira ME, mantida no Banco Itaú, Agência Xaxim em Curitiba/PR. Quanto ao crime de tráfico internacional de drogas, embora os 698 kg de cocaína tenham sido apreendidos em Araraquara/SP, falece à Vara Federal daquela cidade competência para processar e julgar crime de lavagem de dinheiro, prevalecendo, portanto, a competência material deste Juízo especializado sobre a lavagem de dinheiro consumada ou executada em Curitiba, atraindo, por conexão óbvia, o crime antecedente de tráfico de drogas. Assim, ao contrário do argumentado pelas Defesas, a competência deste Juízo é clara e cristalina para o processo e julgamento da presente ação penal.

30. Por outro lado, não há autoridades com foro privilegiado no pólo passivo a determinar a competência do Supremo Tribunal Federal para este feito, e a Colenda 2ª Turma daquela Suprema Corte já decidiu pela competência deste Juízo para o processo e julgamento das ações penais relativas à assim denominada Operação Lavajato, quando ausente autoridade com foro privilegiado (evento 103).

II.2

31. Alegou a Defesa de Carlos Chater que este julgador estaria impedido para julgar a ação penal pois teria realizado toda a 'gestão da prova' na fase de investigação e ainda

1887

teria 'etiquetado' os acusados como criminosos profissionais, e que este julgador seria suspeito para julgar qualquer processo envolvendo Alberto Youssef já que teria se declarado suspeito em outro inquérito no qual ele era investigado em decorrência de 'relação de confiança formada com o antigo colaborador.

32. Pretendendo arguir suspeição ou impedimento do julgador, deve ser oposta, na forma da lei processual, a exceção, conforme artigos 95 e seguintes do Código de Processo Penal.

33. Não pode a matéria ser veiculada em alegações finais de Defesa, fora do prazo legal (as alegações de suspeição) e sem atendimento da exigência da apresentação de procuração com poderes especiais do art. 98 do CPP.

34. De todo modo, para que não se coloquem dúvidas acerca da imparcialidade deste Juízo, permito-me algumas considerações.

35. Este julgador, na fase de investigação, apenas apreciou requerimentos formulados pela autoridade policial e pelo Ministério Público, como quebras de sigilo, pedido de interceptação telefônica, buscas e prisões. Apreciar requerimentos não torna o juiz suspeito ou impedido para a ação penal na forma da nossa lei. Ao contrário, pelo lei brasileira, a apreciação de requerimentos da espécie torna o Juízo prevento, conforme art. 75, parágrafo único, do CPP. Não se pode argumentar pelo impedimento ou pela suspeição baseando-se na legislação de outros países, com sistemas bem diferentes do nosso e em outro contexto.

36. Por outro lado, em qualquer processo penal, o Juízo tem que, mesmo antes da sentença, pronunciar-se sobre questões de fato e de direito pertinentes ao feito, como ao receber ou rejeitar uma denúncia, ao deferir ou indeferir uma busca ou uma prisão cautelar, ao deferir ou rejeitar um prova. Em todas essas ocasiões inevitável conhecer do caso. Entretando, sempre a cognição é sumária e o pronunciamento do julgador não representa o adiantamento da sentença, algo somente viável após o fim da instrução e depois das alegaçõs finais.

37. Ilustrativamente, as referências feitas à existência de provas, em cognição sumária, de que Carlos Habib Chater seria líder de um grupo criminoso ou que estaria envolvido na prática habitual e profissional de crimes, foram motivadas pela necessidade de apreciar pleito da autoridade policial e do MPF de decretação de prisão preventiva com base em risco à ordem pública, sendo inevitável, nas circunstâncias, apreciar, em cognição sumária, os fatos e provas relativos à existência do grupo e à prática reiterada de crimes.

38. Enfim, pronunciamentos judiciais no curso do processo, por decisões provisórias e emitidas em cognição sumária, não geram suspeição ou impedimento, sob pena de inviabilizar a própria atividade jurisdicional.

39. Quanto ao aludido episódio no qual este julgador teria se declarado suspeito em inquérito no qual se investigava Alberto Youssef, a questão foi levantada em exceção formulada por Alberto Youssef no processo 5045429-14.2014.404.7000. Remeto, portanto, ao que já fundamentei na decisão de rejeição da exceção de 31/07/2014 daqueles autos, apontando ainda que o Egrégio Tribunal Regional Federal da 4ª Região também rejeitou a mesma exceção, por decisão unânime, em 03/09/2014. Agregue-se que não faz qualquer sentido a Defesa de Carlos Habib Chater invocar suspeição deste julgador com base nesses

AUTUAÇÃO 1588

fatos já que os supostos motivos pessoais diriam respeito exclusivamente à Alberto Youssef.

40. Portanto, quanto à alegações de suspeição ou impedimento, não cabe conhecê-las, já que não apresentadas na forma legal, mas ainda que conhecidas, seriam manifestamente improcedentes.

II.3

41. A alegação de que a tramitação célere do processo teria implicado cerceamento de defesa não faz sentido.

42. O processo envolve três acusados presos. Evidente a necessidade da celeridade do processo nas circunstâncias, não em benefício da Acusação, mas sim da Defesa e dos acusados que têm direito a um julgamento no prazo mais rápido possível.

43. É fato que, pelo gigantismo dos fatos descobertos na assim denominada Operação Lavajato, nem todo o material apreendido foi integralmente examinado. Entretanto, o material probatório necessário para instrução desta ação penal já está todo juntado aos presentes autos, não havendo qualquer ausência relevante.

44. Não houve qualquer prejuízo para as Defesas. Os acusados foram presos cautelarmente em 17/03/2014. A preventiva já fazia referência aos fatos que foram objeto da presente ação penal. A denúncia foi proposta pelo MPF em 22/04/2014. Rene Luiz Pereira foi notificado para apresentar defesa preliminar ao recebimento da denúncia, o que fez em 14/05/2014. Depois do recebimento da denúncia ainda teve oportunidade de apresentar nova resposta preliminar

45. Os acusados e suas Defesas ainda foram beneficiadas pela paralisação do processo entre 20/05/2014 a 11/06/2014, por força da liminar, depois revista, do Supremo Tribunal na Reclamação 17.623.

46. Somente depois, é que tiveram que apresentar a sua defesa, o que fizeram a partir de 27/06/2014 (eventos 149, 150, 160 e 170). Tiveram, portanto, um tempo enorme desde as prisões ou desde o oferecimento da denúncia para preparar suas defesas.

47. Quanto à designação de audiência da oitiva de testemunha de acusação antes da apreciação das respostas preliminares, isso foi feito, como já esclarecido no despacho de 11/06/2014 (evento 103) para beneficiar os acusados com trâmite mais célere do feito e, de todo modo, as questões suscitadas pelas partes foram examinada já no termo de audiência de 07/07/2014 (evento 174), antes da oitiva da testemunha de acusação. Impossível vislumbrar qualquer prejuízo às Defesas nesse procedimento, muito pelo contrário. Ainda que assim não fosse, a testemunha de acusação ouvida na ocasião da audiência nada falou, já que, processada criminalmente em ação penal conexa, usou o direito de ficar em silêncio, com o que o suposto adiantamento da audiência para sua oitiva na prática não teve qualquer efeito no processo.

48. Inviável, portanto, reconhecer qualquer nulidade pela alegada 'tramitação célere do processo'.

II.4

MESA - CD - AUTUAÇÃO 1889

49. A denúncia formulada pelo MPF tem vinte e seis páginas e descreve circunstanciadamente os crimes e as razões de imputação a cada acusado.

50. Fiz uma descrição sintética das imputações nos itens 1-8, retro. Não há como falar em inépcia da denúncia como alegaram algumas das Defesas. Apesar de extensa, é ela, aliás, bastante simples e descreve suficientemente, às vezes até extensivamente, as condutas delitivas. Se a denúncia é ou não procedente, é questão de mérito e não de forma, não tendo a alegação de inépcia consistência com a realidade dos autos.

II.5

51. Questiona a Defesa de Carlos Chater a validade da interceptação telemática de mensagens enviadas por Blackberry Messenger, por supostamente violar o Tratado de Assistência Mútua em Matéria Penal entre o Brasil e o Canadá e que foi promulgado no Brasil pelo Decreto nº 6747/2009

52. No processo de interceptação telefônica 5026387-13.2013.404.7000, foi autorizada interceptação telefônica e telemática de Carlos Habib Chater por supostos crimes financeiros e de lavagem de dinheiro, depois ampliada para outros então investigados.

53. Nada há de ilegal em ordem de autoridade judicial brasileira de interceptação telemática ou telefônica de mensagens ou diálogos trocados entre pessoas residentes no Brasil e tendo por objetivo a investigação de crimes praticados no Brasil, submetidos, portanto, à jurisdição nacional brasileira.

54. O fato da empresa que providencia o serviço de mensagens estar sediada no exterior, a RIM Canadá, não altera o quadro jurídico, máxime quando esta dispõe de subsidiária no Brasil e que está apta a cumprir a determinação judicial, como é o caso, a Blackberry Serviços de Suporte do Brasil Ltda.

55. Essas questões foram esclarecidas no ofício constante no evento 36 e na decisão de 21/08/2013 (evento 39) do processo 5026387-13.2013.404.7000

56. A cooperação jurídica internacional só seria necessária caso se pretendesse, por exemplo, interceptar pessoas residentes no exterior, o que não é o caso, pois todos os acusados residem no Brasil.

57. Com as devidas adaptações, aplicáveis os precedentes firmados pelo Egrégio TRF4 e pela Egrégia Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça quando da discussão da validade da interceptação de mensagens enviadas por residentes no Brasil utilizando os endereços eletrônicos e serviços disponibilizados pela Google (de terminação gmail.com).

Do TRF4:

'MANDADO DE SEGURANÇA. INVESTIGAÇÃO CRIMINAL. QUEBRA DE SIGILO. EMPRESA 'CONTROLADORA ESTRANGEIRA. DADOS ARMAZENADOS NO EXTERIOR. POSSIBILIDADE DE FORNECIMENTO DOS DADOS.

1. Determinada a quebra de sigilo telemático em investigação de crime cuja apuração e punição sujeitam-se à legislação brasileira, impõe-se ao impetrante o dever de prestar as informações requeridas, mesmo que os servidores da empresa encontrem-se em outro país, uma vez que se trata de empresa constituída conforme as leis locais e, por este motivo,

CD AUTUAÇÃO 1890

sujeita tanto à legislação brasileira quanto às determinações da autoridade judicial brasileira.
2. O armazenamento de dados no exterior não obsta o cumprimento da medida que determinou o fornecimento de dados telemáticos, uma vez que basta à empresa controladora estrangeira repassar os dados à empresa controlada no Brasil, não ficando caracterizada, por esta transferência, a quebra de sigilo.
3. A decisão relativa ao local de armazenamento dos dados é questão de âmbito organizacional interno da empresa, não sendo de modo algum oponível ao comando judicial que determina a quebra de sigilo.
4. Segurança denegada. Prejudicado o agravo regimental.' (Mandado de Segurança nº 5030054-55.2013.404.0000/PR - Rel. Des. Federal João Pedro Gebran Neto - 8ª Turma do TRF4 - un. - j. 26/02/2014)

Da Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça:

'QUESTÃO DE ORDEM. DECISÃO DA MINISTRA RELATORA QUE DETERMINOU A QUEBRA DE SIGILO TELEMÁTICO (GMAIL) DE INVESTIGADOS EM INQUÉRITO EM TRÂMITE NESTE STJ. GOOGLE BRASIL INTERNET LTDA. DESCUMPRIMENTO. ALEGADA IMPOSSIBILIDADE. INVERDADE. GOOGLE INTERNATIONAL LLC E GOOGLE INC. CONTROLADORA AMERICANA. IRRELEVÂNCIA. EMPRESA INSTITUÍDA E EM ATUAÇÃO NO PAÍS. OBRIGATORIEDADE DE SUBMISSÃO ÀS LEIS BRASILEIRAS, ONDE OPERA EM RELEVANTE E ESTRATÉGICO SEGUIMENTO DE TELECOMUNICAÇÃO. TROCA DE MENSAGENS, VIA E-MAIL , ENTRE BRASILEIROS, EM TERRITÓRIO NACIONAL, COM SUSPEITA DE ENVOLVIMENTO EM CRIMES COMETIDOS NO BRASIL. INEQUÍVOCA JURISDIÇÃO BRASILEIRA. DADOS QUE CONSTITUEM ELEMENTOS DE PROVA QUE NÃO PODEM SE SUJEITAR À POLÍTICA DE ESTADO OU EMPRESA ESTRANGEIROS. AFRONTA À SOBERANIA NACIONAL. IMPOSIÇÃO DE MULTA DIÁRIA PELO DESCUMPRIMENTO.' (Questão de Ordem no Inquérito 784/DF. Corte Especial, Relatora Ministra Laurita Vaz - por maioria - j. 17/04/2013)

58. A própria empresa Google Inc. e a sua subsidiária no Brasil, Google do Brasil, após essas controvérsia, passaram, como é sabido, cumprir as ordens de interceptação das autoridades judiciais brasileiras sem novos questionamentos.

59. Recusar ao juiz brasileiro o poder de decretar a interceptação telemática ou telefônica de pessoas residentes no Brasil e para apurar crimes praticados no Brasil representaria verdadeira afronta à soberania nacional e capitis diminutio da jurisdição brasileira.

60. Tratando-se de questão submetida à jurisdição brasileira, desnecessária cooperação jurídica internacional.

61. Impertinente, portanto, a alegação da Defea de que teria havido violação do Tratado de Assistência Mútua em Matéria Penal entre o Brasil e o Canadá e que foi promulgado no Brasil pelo Decreto nº 6747/2009. Não sendo o caso de cooperação, o tratado não tem aplicação.

62. Não se tem, aliás, notícia de que qualquer autoridade do Governo canadense tenha emitido qualquer reclamação quanto à imaginária violação do tratado de cooperação mútua.

63. Oportuno lembrar que o descumprimento de compromissos internacionais geram direitos às Entidades de Direito Internacional lesadas e não, por evidente, a terceiros.

Cabe, portanto, aos Estados partes a reclamação. A ausência de qualquer reclamação das autoridades canadenses acerca da suposta violação é um sinal que não há violação nenhuma.

II.6

64. A ação penal foi precedida por investigação policial que culminou na autorização de buscas e apreensões em endereços relacionados aos ora acusados (evento 24 do processo 5001438-85.2014.404.7000 e evento 22 do processo 5001446-62.2014.404.7000).

65. As buscas foram precedidas por interceptação telefônica e telemática, além de outros atos investigatórias como quebras de sigilo bancário e fiscal, e ainda oitiva de testemunhas.

66. Um breve histórico da investigação é oportuna.

67. Foi ela iniciada nos inquéritos 2009.7000003250-0 e 2006.7000018662-8 distribuídos a este Juízo.

68. Naqueles feitos, apurou-se crime de lavagem de dinheiro consumado em Londrina.

69. Em síntese, recursos de origem criminosa do ex-deputado federal José Mohamed Janene teriam sido investidos, nos anos de 2008 e 2009 e dissimuladamente, em empreendimento industrial em Londrina, Dunel Indústria e Comércio Ltda., isso através da CSA Project Finance Ltda.

70. José Janene, como é notório, foi acusado de crimes de corrupção passiva, de lavagem de dinheiro e de quadrilha na Ação Penal 470 junto ao Supremo Tribunal Federal. Não chegou a ser condenado, juntamente com seus pares do Partido Progressista, em vista de seu falecimento no curso da ação penal. Entretanto, segundo restou provado naquela ação penal, foi repassado ao Partido Progressista, especificamente ao assessor de José Janene, João Cláudio Genu, cerca de R$ 1.100.000,00 em espécie, e especificamente através da corretora de valores Bônus Banval, cerca de R$ 1.200.000,00 em espécie, tendo por origem contas de empresas controladas pelo condenado Marcos Valério e por origem remota crimes contra a Administração Pública, especialmente peculato dos valores do Fundo Visanet controlado pelo Banco do Brasil.

71. No rastreamento da origem dos valores investidos em Londrina, foram identificados depósitos vultosos provenientes de Angel Serviços Terceirizados Ltda., CNPJ 08.641.915/0001-98, e de Torre Comércio de Alimentos Ltda., CNPJ 07.542.146/0001-08, empresas que seriam controladas por Carlos Habib Chater.

72. Diante de indícios de crimes de lavagem, com a utilização das duas empresas para essa finalidade, foi autorizada, a pedido da autoridade policial e para aprofundar as investigações, por decisão judicial de 11/07/2013, no processo 5026387-13.2013.404.7000 (evento 9), a interceptação telefônica e telemática de Carlos Habib Chater e seus subordinados e associados.

73. A interceptação foi prorrogada sucessivamente até 17/03/2014 (decisões nos eventos 22, 39, 53, 71, 102, 125, 138, 154, 175, 190 e 214 do processo no processo 5026387-

13.2013.404.7000).

74. Em seu transcorrer, foram identificados indícios da prática sucessiva por Carlos Habib Chater de crimes financeiros e de lavagem de dinheiro. Tratando-se de atividade criminal que se estendeu no tempo, mostrou-se igualmente necessária a prorrogação das interceptações, sob pena de permitir-se a continuidade delitiva sem qualquer controle ou possibilidade de interrupção pela polícia.

75. O próprio Supremo Tribunal Federal, em caso de sua competência originária, no qual a interceptação telefônica durou sete meses, reafirmou, por maioria, com apenas um voto vencido, sua jurisprudência no sentido de que a interceptação telefônica pode ser prorrogada reiteradas vezes quando necessário. Destaque-se da ementa o seguinte trecho pertinente:

> 'PROVA. Criminal. Interceptação telefônica. Prazo legal de autorização. Prorrogações sucessivas. Admissibilidade. Fatos complexos e graves. Necessidade de investigação diferenciada e contínua. Motivações diversas. Ofensa ao art. 5º, caput, da Lei nº 9.296/96. Não ocorrência. Preliminar rejeitada. Voto vencido. É lícita a prorrogação do prazo legal de autorização para interceptação telefônica, ainda que de modo sucessivo, quando o fato seja complexo e, como tal, exija investigação diferenciada e contínua.' (Decisão de recebimento da denúncia no Inquérito 2.424/RJ - Pleno do STF - Rel. Min. Cezar Peluso - j. 26/11/2008, DJE de 26/03/2010).

76. Ainda sobre o tema, destaco o seguinte precedente da 1ª Turma do Supremo Tribunal Federal da lavra da eminente Ministra Rosa Weber:

> 'HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. CONFISCO DE BEM. INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA. COMPETÊNCIA. FUNDAMENTAÇÃO. PRORROGAÇÕES. 1. O habeas corpus, garantia de liberdade de locomoção, não se presta para discutir confisco criminal de bem. 2. Durante a fase de investigação, quando os crimes em apuração não estão perfeitamente delineados, cumpre ao juiz do processo apreciar os requerimentos sujeitos à reserva judicial levando em consideração as expectativas probatórias da investigação. Se, posteriormente, for constatado que os crimes descobertos e provados são da competência de outro Juízo, não se confirmando a inicial expectativa probatória, o processo deve ser declinado, cabendo ao novo juiz ratificar os atos já praticados. Validade das provas ratificadas. Precedentes (HC 81.260/ES - Rel. Min. Sepúlveda Pertence - Pleno - por maioria - j. em 14.11.2001 - DJU de 19.4.2002). 3. A interceptação telefônica é meio de investigação invasivo que deve ser utilizado com cautela. Entretanto, pode ser necessária e justificada, circunstancialmente, a utilização prolongada de métodos de investigação invasivos, especialmente se a atividade criminal for igualmente duradoura, casos de crimes habituais, permanentes ou continuados. A interceptação telefônica pode, portanto, ser prorrogada para além de trinta dias para a investigação de crimes cuja prática se prolonga no tempo e no espaço, muitas vezes desenvolvidos de forma empresarial ou profissional. Precedentes (Decisão de recebimento da denúncia no Inquérito 2.424/RJ - Rel. Min. Cezar Peluso - j. em 26.11.2008, DJE de 26.3.2010). 4. Habeas corpus conhecido em parte e, na parte conhecida, denegado.' (HC 99.619/RJ - Rel. para o acórdão Ministra Rosa Weber - 1ª Turma, por maioria, j. 14/02/2012)

77. Não corresponde à realidade a alegação de que as decisões autorizando a interceptação ou a prorrogação careceriam de fundamentação.

78. Basta lê-las (decisões nos eventos 9, 22, 39, 53, 71, 102, 125, 138, 154, 175, 190 e 214 do processo 5026387-13.2013.404.7000) para verificar que foram cumpridamente fundamentadas, com referência aos fatos, provas e direito aplicável, e, quanto às

1893

prorrogações, os fatos e provas descobertos nos períodos anteriores de interceptação. Cumpre remeter ao fundamentado nas referidas decisões, não sendo o caso aqui de reproduzir os textos.

79. Não há, por outro lado, que se exigir, como aparentemente pretendem algumas das Defesas, que nessas decisões houvesse exame exaustivo dos fatos e provas, mais próprio de uma sentença do que de um decisão interlocutória. O cotidiano de uma Vara criminal não permite que juiz faça de cada decisão interlocutória uma sentença.

80. O próprio resultado das interceptações, revelando uma gama ampla de atividades criminais, que já resultaram em pelo menos dez ações penais por variados crimes, já é suficiente para afastar a alegação das Defesas de que se promoveu 'bisbilhotice' ou de que as medidas investigatórias foram excessivas ou desnecessárias.

81. Quanto à alegação de que haveria diálogos interceptados não cobertos pelos períodos de interceptação autorizados, cumpre distinguir a data da autorização judicial da data da implementação da medida. O prazo de 15 dias conta a partir da implementação. Por outro lado, essas medidas de interceptação são todas promovidas eletronicamente entre Polícia Federal e operadoras de telefonia, sendo programados nos respectivos sistemas o início e o fim, com o que é literalmente impossível que possa ter havido interceptação de diálogo ou de mensagem fora do período autorizado.

82. Assim, a alegação da Defesa de Rene Luiz de que existiriam diálogos ou mensagens interceptadas não cobertas pela autorização judicial está dissociada da realidade do processo e é uma verdadeira impossibilidade considerando a inserção eletrônica dos períodos de interceptação tanto nos sistemas das operadoras de telefonia como no sistemas da autoridade policial.

83. Todos os diálogos e mensagens interceptados entre 11/07/2013 a 17/03/2014 estão cobertos pela autorização judicial. Pontualmente, pode ter havido solução de continuidade entre uma prorrogação e outra, mas não há, considerando a aludida inserção dos períodos de prorrogação nos sistemas eletrônicos, possibilidade prática de existir mensagem ou diálogo fora dos períodos autorizados.

84. Exemplificadamente, a alegação da Defesa de Rene Luiz de que teria havido interceptação ininterrupa de terminal Nextel de Carlos Chater entre 22/07/2013 a 12/08/2013 de terminal Nextel ignora o que está expresso nos autos de interceptação (fl. 45-47 do evento 441). O primeiro relatório de interceptação apresentado pela Polícia Federal foi parcial, abrangendo apenas o período de nove dias, 12/07/2013 a 21/07/2013, como se verifica expressamente no evento 20 do processo 5026387-13.2013.404.7000. O segundo relatório de interceptação, abrangeu o remanescente do período anterior, de 22/07/2013 a 26/07/2013, e o segundo período, de 29/07/2013 a 12/08/2013, como expresso no relatório do evento 51 do processo 5026387-13.2013.404.7000. Assim, evidente o equívoco da Defesa de Rene Luiz quanto a este ponto.

85. A alegação de algumas Defesas de nulidade da prova, porque não teriam sido degravados todos os diálogos interceptados, está igualmente dissociada da realidade dos autos.

86. A maior parte da prova decorre de interceptação telemática, ou seja, de mensagens enviadas pela internet ou por Blackberry Messenger. Não há que se fazer degravação de mensagens enviadas em texto. Por outro lado, quanto aos diálogos interceptados, todos relevantes para a apreciação do caso, foram degravados integralmente e abaixo estão inclusive citados, o que é suficiente para a validade da prova, na esteira da jurisprudência nacional.

87. Recentemente, o Plenário do Supremo Tribunal Federal reiterou sua anterior jurisprudência no sentido da desnecessidade da degravação integral dos áudios interceptadas, conforme julgamento no Inquérito 3693/PA, em 10/04/2014. Apesar do acórdão ainda não ter sido publicado, transcrevo a notícia do julgamento extraído do Informativo STF 742, de 14/05/2014:

> 'Não é necessária a transcrição integral das conversas interceptadas, desde que possibilitado o investigado o pleno acesso a todas as conversas captadas, assim como disponibilizada a totalidade do material que, direta e indiretamente, àquele se refira, sem prejuízo do poder do magistrado em determinar a transcrição da integralidade ou de partes do áudio. Essa a conclusão do Plenário que, por maioria, rejeitou preliminar de cerceamento de defesa pela ausência de transcrição integral das interceptações telefônicas realizadas. O Tribunal reafirmou que a concessão de acesso às gravações afastaria a referida alegação, porquanto, na espécie, os dados essenciais à defesa teriam sido fornecidos. Ademais, destacou que se estaria em fase de inquérito, no qual a denúncia poderia ser recebida com base em prova indiciária. O Ministro Ricardo Lewandowski salientou a necessidade de o STFestabelecer diretrizes em relação à quebra de sigilo telefônico e de dados. Observou, ainda, que nem sempre seria viável, do ponto de vista pragmático, colocar, desde logo, à disposição da defesa todos os dados colhidos e ainda sigilosos. Vencidos os Ministros Marco Aurélio e Celso de Mello, que acolhiam a preliminar para que o julgamento fosse convertido em diligência, a fim de que ocorresse a degravação da íntegra dos diálogos. O Ministro Marco Aurélio realçava a utilização de dados que, de início, somente serviriam a uma das partes do processo, a saber, o Estado-acusador. Além disso, consignava que a Lei 9.296/1996 preconiza a degravação das conversas e a realização de audiência pública para eliminar o que não diria respeito ao objeto da investigação. O Ministro Celso deMello, em acréscimo, mencionou o postulado da comunhão da prova, a qual não pertenceria a qualquer dos sujeitos processuais, mas se incorporaria ao processo. Afirmava, também, a imprescindibilidade de acesso ao conteúdo integral dos diálogos, para que fosse efetivado o direito à prova. A Corte repeliu, outrossim, a assertiva de inexistência de autorização judicial para a quebra de sigilo. Aduziu não haver demonstração de que a interceptação tivesse sido efetuada de modo irregular. (...)'

88. Observo que, não obstante a degravação apenas dos áudios relevantes, todos os demais foram disponibilizados às Defesas e nenhuma delas, mesmo sendo oportunizado (decisão em audiência de 07/07/2014, evento 174), indicou algum áudio adicional cuja degravação seria necessária.

89. A alegação da Defesa de Rene Luiz de cerceamento de defesa porque não teriam sido disponibilizados às Defesas os áudios originais da interceptação tampouco faz sentido. Realizada a interceptação pela Polícia Federal, a medida gera um arquivo eletrônico de áudio. Todos os arquivos eletrônicos de áudio foram disponibilizados integralmente às partes. Não tem a Defesa direito a obter o arquivo de áudio no formato que deseja e segundo a sua conveniência. Não há, por outro lado, como resgatar os áudios originais, que seriam somente aqueles existentes no próprio momento do diálogo telefônico. Evidente que o áudio original é gravado em um arquivo eletrônico para ser conservado e disponibilizado às partes, o que foi feito, não havendo do que se reclamar.

90. Ademais, apesar da reclamação da Defesa de Rene Luiz, como ver-se-á

MESA CD SECRETARIA AUTUAÇÃO 7895

adiante, a maior parte da prova decorrente da interceptação refere-se à mensagens interceptadas no Blackberry e na internet, em relação às quais sequer existe 'áudio'. Um áudio de diálogo relevante e abaixo citado foi encontrado no aparelho celular apreendido com Rene Luiz Pereira, não sendo viável questionar a autenticidade de áudio gravado pelo próprio acusado (item 137, adiante). Aliás, a Defesa sequer questionou a autenticidade deste áudio específico. Outros áudios de diálogos interceptados relevantes para o caso, basicamente três (itens 188-190, adiante), tiveram a sua autenticidade reconhecida em audiência por um dos interlocutores, espancando imaginárias dúvidas. Então não há nenhuma dúvida sobre a autenticidade da prova decorrente da interceptação telefônica ou telemática.

91. Ainda no decorrer da interceptação, foram instaurados processos paralelos para apurar a conduta de terceiros que teriam realizado transações criminosas com Carlos Habib Chater.

92. Além da interceptação, a investigação envolveu quebras de sigilo fiscal e bancário das contas das empresas e pessoas relacionadas a Carlos Habib Chater e das pessoas a ele relacionadas e a colheita de provas de outra natureza.

93. Entre os fatos revelados pela investigação, encontra-se o que é objeto da presente ação penal, tráfico de drogas e lavagem de dinheiro decorrente do tráfico de drogas.

94. Esses crimes foram revelados a partir da identificação e monitoramento telemático e telefônico dos acusados.

95. Através principalmente da interceptação telemática das mensagens trocadas entre os acusados Carlos Chater, utilizando o codinome Zeze, Sleiman Nassim El Kobrossy, com o codinome Silo e Maria de Fátima Stocker, com os codinomes Fast GMX e Evi, e Rene Luiz Pereira, com o codinome Michelin, foram identificadas as transações narradas na denúncia e o profundo envolvimento do último com o tráfico de drogas.

96. Pela interceptação, Maria de Fátima Stocker, então residente na Europa, enviou através de Sleiman Nassim El Kobrossy e de Carlos Habib Chater USD 124.000,00 entre agosto e setembro de 2013 ao Brasil, sendo USD 36 mil disponibilizado em espécie a Rene Luiz Pereira, mediante entrega intermediada por Alberto Youssef, e outra parte mediante depósito efetuado pela empresa Posto da Torre do equivalente em reais em conta em nome de pessoa interposta, Gilson M. Ferreira Transporte ME, mantida no Banco Itaú, agência Xaxim, em Curitiba.

97. Nos termos da denúncia, o numerário seria proveniente do tráfico de drogas e seria utilizado por Rene Luiz Pereira para pagar fornecedores de drogas na Bolívia.

98. A lavagem consumou-se, segundo os últimos atos rastreados, em Curitiba, com o depósito do produto do tráfico de drogas em conta em nome de pessoa interposta mantida em instituição financeira local, sendo este um dos motivos da competência deste Juízo. A questão da competência, de todo modo, foi longamente apreciada nas exceções julgadas.

99. Os acusados ouvidos em Juízo, Carlos Habib Chater e André Catão de Miranda admitiram, com diferenças circunstanciais, a realização dessas transações, negando,

CÂMARA DOS DEPUTADOS - CD - COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO - AUTUAÇÃO Fls. 1846

em síntese, ciência de que estariam relacionadas ao tráfico de drogas (evento 386 e 424).

100. Em síntese, Carlos Habib Chater, além de admitir a autenticidade das mensagens telemáticas interceptadas e o codinome por ele e pelos demais utilizados, declarou que Sleiman Nassim El Kobrossy seria seu amigo e seria um operador do mercado negro de câmbio, um doleiro. Carlos Chater teria aceitado auxiliar Sleiman na internalização de USD 124.000,00 provenientes de Maria de Fátima Stocker que estava na Europa e a entrega desse numerário a Rene Luiz Pereira no Brasil. Negou ciência do envolvimento de Rene Luiz Pereira com o tráfico de drogas e de Sleiman e Maria de Fática com lavagem do produto de tráfico de drogas.

101. André Catão declarou, em síntese, ser empregado do Posto da Torre e ter realizado depósitos na conta de Gilson M. Ferreira Transporte ME por determinação de seu empregador, Carlos Habib Chater, e em benefício de Rene Luiz Pereira. Segundo ele, o valor representaria o pagamento feito por Carlos Habib de empréstimo a Sleiman Nassim, pagando-se beneficiário indicado por este.

102. Alberto Youssef, por sua vez, admitiu que seu escritório profissional em São Paulo, situado na Rua Renato Paes de Barros, 778, segundo andar, em São Paulo, teria sido utilizado a pedido de Carlos Habib Chater para entrega de USD 36 mil a Rene Luiz Pereira (evento 424). Entretanto, afirmou que o numerário teria sido para lá levado em envelope por emissário de Carlos e simplesmente entregue a Rene, sem que Alberto Youssef tivesse realizado algo mais na operação.

103. Rene Luiz Pereira, por sua vez, manteve-se silente (evento 424).

104. As provas do envolvimento de Rene Luiz Pereira no tráfico de drogas e em lavagem foram colhidas principalmente na interceptação telemática e na busca e apreensão.

105. No evento 209 do processo 5026387-13.2013.404.7000, consta ofício da autoridade policial encaminhando a integralidade das mensagens interceptadas através do Blackberry (BBM), o que foi disponibilizado às partes.

106. Essas mensagens já se encontravam nos autos, embora espalhadas nos relatórios das interceptações, como no das fls. 82-134 do anexo 8 do evento 171 do processo 5026387-13.2013.404.7000. De todo modo, o MPF, selecionou as mensagens relevantes para a imputação e as reuniu em anexo à denúncia (anexo 5 do evento 1).

107. Nas mensagens interceptadas pelo Blackberry (BBM), Rene Luiz Pereira utilizava o codinome Michelin. Não há nenhuma dúvida de que Rene é Michelin. Primeiro, porque o próprio coacusado Carlos Habib Chater, confrontado em audiência com as mensagens trocadas com Michelin, admitiu que este seria Rene Luiz Pereira. Segundo, na busca e apreensão na residência de Rene Luiz Pereira (Rua 08 Norte, Lote 01, ap. 1302, Residencial Osório de Moraes, Águas Claras, Brasília/DF), foram apreendidos nove aparelhos celulares. Em um deles, foram recuperadas mensagens, nas quais o usuário do aparelho identifica-se expressamente como 'Michelin' ('Hola soy Michelin. Perdi el otro. Faz um tempão que enviei convite a vc e vc não viu meu amigo. Sou o Michelin.' - relatório de análise de telefone material apreendido nº 1379/2014, fls. 8 - evento 306, arquivos oficio/c14).

CD - AUTUAÇÃO Fls. 1897

108. O primeiro relato apontando o envolvimento dele em tráfico de drogas consiste em troca de mensagens de 15/10/2013 a 22/10/2013, com estrangeiro não identificado, utilizando o codinome 777, e que se comunica em espanhol com Rene, este utilizando o codinome Michelin (fls. 82-134 do anexo 8 do evento 171 do processo 5026387-13.2013.404.7000).

109. Tratam, em linguagem cifrada, de uma entrega de droga, que seria entregue por alguns 'amigos', mas que algo, no decorrer, deu errado, tendo eles sido presos e o carregamento perdido.

110. A partir da fl. 97 do referido arquivo tratam mais propriamente da entrega droga e que algo teria ocorrido de errado. Rene manifesta-se preocupação com seus amigos ('sera que hicieron algo con mis amigos', fl. 97). Segundo, Rene algo teria acontecido pois teriam desconectados seus números de telefone ('Q algo paso e le disconetaron su numeros per sigurida' - fl. 98). Posteriormente, o interlocutor 777 informou a Rene a prisão dos transportadores das drogas, aludindo, de maneira cifrada, que teriam sido 'hospitalizados' ('su amigos tod estan en hospital' - fl. 100). Tratou ainda da necessidade de enviar dinheiro aos amigos para os 'médicos' ('esperamos ver maniana q va desir mi amigo cuanto lega a ka me pedio un plata para mandar para su amigos para medikos' - fl. 101).

111. Apesar da utilização da linguagem cifrada própria do mundo das drogas, no decorrer da conversa, ambos cometem alguns lapsos e revelam que não se trata de 'hospitalização', mas de prisão. Rene informa ao interlocutor que entre os presos havia colombianos que estavam sendo investigados há dois anos ("hay colombianos juntos y estaban siendo invertigados hace dos anos amigo' - fl. 107). O fato é confirmado em outra mensagem ('Si, pero estavan siendo investigados hace tiempo y tuviemos azar de llegar justo ahora' - fl. 108). Em outra mensagem de Rene, novamente o fato é reafirmado, agregando-se que teriam sido apanhados com '55' ('diga a tu amigo que llegaque ya sabemos que ellos estavan investigados hace dos anos y que fueron encuentrados fuera del trabajo y con 55' - fl. 110). Rene ainda agregou que seriam nove pessoas e entre elas havia colombianos ('son 9 personas al todo y havia colombianos' - fl. 110). Em outra mensagem, confirmou expressamente que seu amigo teria sido preso ('Y nadie sabia de nuestra caja, pero despues de arrestaren [prenderem] mi amigo, encuentraron su ordenator y alla viro qu el estava rastreando esa caja y la abrieron, pero tus amigos no havia nada en ella' - fl. 111). Na continuidade das mensagens, constam referências a tratativas com advogados dos presos, que um deles estaria sendo levado à prisão ('hospital') em Madri (fl. 112).

112. A Polícia, analisando as mensagens trocadas, identificou o episódio aos quais se referem, especificamente à apreensão, em 20/10/2013, de 55 kg de cocaína em Valência, na Espanha, sendo que 32 estavam camuflados em um contêiner que havia partido do Porto de Santos, no Brasil (anexo 8 do evento 171 do processo 50263871320134047000).

113. Em troca de mensagens de Blackberry com usuário que utilizaria o codinome de Mainha, Rene Luiz Pereira, com o codinome Michelin, há nova referência, também com linguagem cifrada, ao episódio, desta feita com especificação de que dois dos subordinados de Rene teriam sido presos e o restante seria subordinado de pessoa identificada como 'Canguru'. Esse episódio está relatado na fl. 24 do anexo 6 do evento 188 do processo 5026387-13.2013.404.7000. Transcrevo, por oportuno:

CD - SECRETARIA GERAL DA MESA AUTUAÇÃO Fls. 1898

'I : 38343
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20131021214959.zip
ata / Hor a: 21/10/2013 19:45:43
ir eJão: Recebida
Alvo: Michelin(Michelin) - 28748398
Contato: Mainha(Mainha) - 290db9d9
Mensagem: O leo falou que seu amigo e os amigos do canguru se acidentou?

I : 38344
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20131021214959.zip
ata / Hor a: 21/10/2013 19:47:44
ir eJão: Originada
Alvo: Michelin(Michelin) - 28748398
Contato: Mainha(Mainha) - 290db9d9
Mensagem: Sim, duas pessoas minhas. O canguru me disse que o pessoal dele é profissional mas eles estavam sendo investigados há dois anos. Mas não tem problema, já esta tudo tranquilo . Não da pra acertaer todas, kkkkk'

114. É possível que Rene tivesse reportado a esse carregamento de drogas já em 13/09/2014, quando de sua inicial partida do fornecedor, em troca de mensagens com pessoa não totalmente identificada e que utilizaria o codinome 'Black'. Na ocasião, refere-se à remessa de '55 van' possível referência cifrada aos 55 quilos de cocaína posteriormente apreendidos:

'ID: 4831
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20130914000942_full.zip
Data / Hora: 13/09/2013 17:56:36
Direção: Recebida
Alvo: Michelin(Michelin) - 28748398
Contato: Black(Black) - 24ccabe4
Mensagem: Solo esperamos q nos den luz verde y arrancamos pa aya

ID: 4832
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20130914000942_full.zip
Data / Hora: 13/09/2013 17:56:43
Direção: Recebida
Alvo: Michelin(Michelin) - 28748398
Contato: Black(Black) - 24ccabe4
Mensagem: 55 van

ID: 4833
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20130914000942_full.zip
Data / Hora: 13/09/2013 17:57:00
Direção: Originada
Alvo: Michelin(Michelin) - 28748398
Contato: Black(Black) - 24ccabe4
Mensagem: Asi mebgusta un hombre'

115. Outras mensagens interceptadas entre Rene Luiz Pereira e o coacusado originário Sleiman Nassim El Kobrossy, também indicam a realização de tráfico de drogas entre eles (fls. 174-179 da representação pela busca e apreensão, evento 1 do processo 5001438-85.2014.404.7000). Com efeito, como se verifica nas mensagens trocadas entre ambos entre 14/11/2013, tratam da venda de algo não totalmente identificado, que estaria na Holanda, com o preço entre 26 a 28. A mercadoria não identificada seria vendida por um amigo de Sleiman a Rene ('lembra do meu amigo qui tem uma coisa na hol esta querendo

vende p preço que vc me falou'- fl. 177). Rene, posteriormente, confirma o interesse na compra, mas que os compradores queriam vê-la ('então eles ficam mas querem ver' - fl. 178), mas que o preço dependeria da qualidade ('isso só depende da qualidade' - fl. 178). Embora não se tenha com precisão o objeto das mensagens, a utilização da linguagem cifrada e o envolvimento de Rene no tráfico de drogas aponta para essa probabilidade. Não foi, porém, possível a apreensão desse carregamento de drogas, inviabilizando imputação específica.

116. Em outra troca de mensagens interceptadas no Blackberry, de novo com o interlocutor 'Mainha', Rene Luiz Pereira reconheceu, segundo a autoridade policial, 'ter perdido um carregamento de drogas que estaria vindo com destino à São Paulo' (fls. 179-192 da representação pela busca e apreensão, evento 1 do processo 5001438-85.2014.404.7000 e fls. 19-23 do anexo 6 do evento 188 do processo 5026387-13.2013.404.7000).

117. Com efeito, em troca de mensagens com pessoa identificada como 'Mainha', tratam, em linguagem cifrada, da apreensão, em 22/11/203 de cerca de 700 kg de cocaína que chegava à São Paulo ('vc. que caiu 700 na chegada de sampa', 'pensei que eu ia recebeu dinheiro amanhã, mas meu amigo era esse', 'me deixou complicado'). Pela relevância, vale a transcrição integral:

'ID: 43869
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20131122200826.zip
Data / Hor a: 22/11/2013 18:03:24
Dir eFão: Recebida
Alvo: Michelin(Michelin) - 28748398
Contato: Mainha(Mainha) - 290db9d9
Mensagem: Eu sei

ID: 43870
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20131122200826.zip
Data / Hor a: 22/11/2013 18:03:49
Dir eFão: Recebida
Alvo: Michelin(Michelin) - 28748398
Contato: Mainha(Mainha) - 290db9d9
Mensagem: c que caiu 700 na chegada de sampa

ID: 43871
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20131122200826.zip
Data / Hor a: 22/11/2013 18:03:59
Dir eFão: Originada
Alvo: Michelin(Michelin) - 28748398
Contato: Mainha(Mainha) - 290db9d9
Mensagem: Pensei que eu ia receber um dinheiro amanhã mas meu amigo
ID: 43872
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20131122200826.zip
Data / Hor a: 22/11/2013 18:04:02
Dir eFão: Originada
Alvo: Michelin(Michelin) - 28748398
Contato: Mainha(Mainha) - 290db9d9
Mensagem: Era esse

ID: 43873
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20131122200826.zip
Data / Hor a: 22/11/2013 18:04:05
Dir eFão: Originada

Alvo: Michelin(Michelin) - 28748398
Contato: Mainha(Mainha) - 290db9d9
Mensagem: kkkk

ID: 43874
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20131122200826.zip
Data / Hor a: 22/11/2013 18:04:14
Dir eFão: Recebida
Alvo: Michelin(Michelin) - 28748398
Contato: Mainha(Mainha) - 290db9d9
Mensagem: c viu

ID: 43875
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20131122200826.zip
Data / Hor a: 22/11/2013 18:04:25
Dir eFão: Originada
Alvo: Michelin(Michelin) - 28748398
Contato: Mainha(Mainha) - 290db9d9
Mensagem: Era esse que eu esperava

ID: 43876
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20131122200826.zip
Data / Hor a: 22/11/2013 18:04:49
Dir eFão: Originada
Alvo: Michelin(Michelin) - 28748398
Contato: Mainha(Mainha) - 290db9d9
Mensagem: Me deiCou complicado

ID: 43877
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20131122200826.zip
Data / Hor a: 22/11/2013 18:05:02
Dir eFão: Recebida
Alvo: Michelin(Michelin) - 28748398
Contato: Mainha(Mainha) - 290db9d9
Mensagem: U

ID: 43878
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20131122200826.zip
Data / Hora: 22/11/2013 18:05:21
Direção: Recebida
Alvo: Michelin(Michelin) - 28748398
Contato: Mainha(Mainha) - 290db9d9
Mensagem: Tava mau feito

ID: 43879
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20131122200826.zip
Data / Hora: 22/11/2013 18:05:28
Direção: Originada
Alvo: Michelin(Michelin) - 28748398
Contato: Mainha(Mainha) - 290db9d9
Mensagem: Preciso urgente

ID: 43880
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20131122200826.zip
Data / Hora: 22/11/2013 18:05:38
Direção: Originada
Alvo: Michelin(Michelin) - 28748398

JUSTIÇA FEDERAL - CD - SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ARARAQUARA AUTUAÇÃO Fls. 1901

Contato: Mainha(Mainha) - 290db9d9
Mensagem: Esses burros

ID: 43881
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20131122200826.zip
Data / Hora: 22/11/2013 18:05:44
Direção: Recebida
Alvo: Michelin(Michelin) - 28748398
Contato: Mainha(Mainha) - 290db9d9
Mensagem: Pra aqueles cara pega ,foi mau feito

ID: 43882
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20131122200826.zip
Data / Hora: 22/11/2013 18:06:00
Direção: Originada
Alvo: Michelin(Michelin) - 28748398
Contato: Mainha(Mainha) - 290db9d9
Mensagem: Sim

ID: 43883
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20131122200826.zip
Data / Hora: 22/11/2013 18:06:16
Direção: Originada
Alvo: Michelin(Michelin) - 28748398
Contato: Mainha(Mainha) - 290db9d9
Mensagem: E eu tinha recebido dele há 25 dias atrás'

118. A referência a 'caiu 700 na chegada de sampa' permitiu, às autoridades policiais responsáveis pela investigação, identificar o fato como correspondente à apreensão de droga havida em 21/11/2013 em São Paulo de 698 kg de cocaína.

119. A apreensão de droga em São Paulo foi noticiada na imprensa (fls. 192-193 da representação pela busca e apreensão, evento 1 do processo 5001438-85.2014.404.7000).

120. Após, vieram aos autos os elementos relativos à essa apreensão de drogas, especificamente cópia do inquérito policial e da ação penal movida na Justiça Federal de Araraquara contra os transportadores das drogas (eventos 26 e 27).

121. Como ali consta, no dia 21/11/2013, policiais militares rodoviários abordaram um caminhão na altura do km 265 da Rodovia Washington Luís, na região do Município de Araraquara/SP. O caminhão era dirigido por Ocari Moreira e tinha como destino a cidade de São Paulo. No caminhão foi encontrado 698 kg de cocaína, o que foi atestado pelos laudos de exame da substância (fls. 27-28 do arquivo procjudic2, evento 26, e fls. 13-17 do arquivo procjudic5, evento 26). Posteriormente, foi identificado um veículo Golf, no qual se encontravam Gilberto Ramos Lopes e Ricardo Semler Rodriguez, este boliviano, e que servia como veículo batedor para o caminhão. No Golf, foram encontrados ainda duzentos mil reais em espécie.

122. Como consequência da ação penal 0014808-07.2013.403.6120, foi prolatada sentença pela 1ª Vara Federal de Araraquara, condenando Ocari Moreira, Gilberto Ramos Lopes e Ricardo Semler Rodrigues por tráfico internacional de drogas (evento 101).

123. Questão que se coloca diz respeito à suficiência ou não da prova para vincular o carregamento de droga em questão a Rene Luiz Pereira.

MESA - CD - AUTUAÇÃO Fls. 1902

124. Necessário destacar que, no exame dos aparelhos telefônicos apreendidos com os transportadores da droga, não foi encontrado qualquer elemento de ligação com Rene Luiz Pereira. Entretanto, como relatado pela autoridade policial no Ofício 3442/2014 (evento 306, ofic1), a ausência de registros da espécie não é conclusiva:

> 'Primeiramente esclareço que a partir da análise do Laudo 890/2013 relativo aos celulares apreendidos na ação penal 0014808-07.2013.403.6120 de Araraquara/SP, não foi possível se chegar a qualquer conclusão em relação a contatos com Rene Luiz Pereira por parte dos ali denunciados e vice-versa. Isto porque, conforme Informação 027/2014 em anexo, os celulares lá apreendidos não tiveram o conteúdo das mensagens instantâneas como BBM extraídos, o que impede qualquer cruzamento com as mensagens do tipo enviadas por Rene Luiz Pereira e identificadas no curso do monitoramento deste.
> Ademais, ressalte-se que Rene Luiz Pereira utilizava-se de vários aparelhos telefônicos móveis, como se veio a constatar na investigação, ao passo que apenas um dos terminais por ele utilizado é que foi identificado e monitorado. Tal fato por si só nos impede de concluir pela ausência de contato de Rene Luiz Pereira com o grupo preso no Estado de São Paulo. Frise-se ainda a segmentação de tarefas existente no âmbito do crime organizado, notadamente aquele vinculado ao tráfico de drogas, não havendo a necessidade de que o comprador do produto tenha que ter contato direto com o transportador, senão com o vendedor, que providenciará a entrega da carga.'

125. Considerando tal fato, não há qualquer sentido na reclamação da Defesa de Rene Luiz Pereira de cerceamento de defesa pelo fato de supostamente não terem respondidos os quesitos constantes na petição do evento 192. Ao contrário, pela manifestação da autoridade policial, eles foram expressamente respondidos, tendo este Juízo por provado o fato de que não foram identificadas mensagens ou diálogos entre Rene e os transportadores de drogas.

126. Foram ouvidos em Juízo, como testemunhas (eventos 371 e 385), não só os policiais responsáveis pela apreensão, mas também os transportadores do 698 kg de cocaína apreendidos. Os transportadores negaram conhecer Rene Luiz Pereira. Entretanto, eles tampouco reconheceram sua responsabilidade criminal pelo tráfico de drogas e não declinaram quem os teria contratado e para quem seria entregue a droga, como é de praxe neste tipo de crime, no qual impera a lei do silêncio.

127. Assiste razão à autoridade policial no trecho acima transcrito. O fato de inexistirem registros de ligações telefônicas ou mensagens entre Rene Luiz Pereira e os transportadores está longe de ser conclusivo. De igual forma, o depoimento dos transportadores das drogas têm reduzido valor probatório. É possível que apenas subordinados de Rene tenham contatado os transportadores ou que Rene os tenha contatado por outros meios, já que apenas um de seus telefones foi interceptado, e é igualmente possível que Rene, tendo adquirido a droga, sequer tivesse contato direto com os transportadores, isto a cargo do vendedor. Como ver-se-á adiante, em diálogo gravado pelo próprio Rene com parceiro comercial colombiano, ele revela que teria fornecedores na Bolívia que se encarregariam completamente do transporte da droga até ele no Brasil (item 138).

128. É também possível que Rene tenha utilizado, no contato com os transportadores ou vendedores, telefones que não tenham sido apreendidos pela Polícia, sendo prática usual após a perda do carregamento de drogas, a destruição do aparelho utilizado. Observa-se que, na esteira da afirmação da autoridade policial, foram encontrados com Rene

AUTUAÇÃO Fls. 1403

Luiz Pereira, na busca e apreensão, nove celulares (fl. 7 do relatório de análise de telefone), material apreendido nº 1379/2014 - evento 306, ofic1).

129. O fato é que, além das mensagens referidas indicando o envolvimento de Rene do tráfico de drogas, ele, na data de 22/11/2013, na mencionada mensagem enviada a Mainha, afirmou que 'caiu 700 na chegada de sampa', o que é consistente com a apreensão de 698 kg de cocaína em Araraquara/SP em 21/11/2013.

130. Não foi mera coincidência, pois Rene Luiz Pereira comentou o episódio com dois outros interlocutores em 23/11//2013.

131. Com efeito, nova referência ao episódio, da perda dos 700, foi feita por Rene Luiz Pereira em troca de mensagens com outro interlocutor que utilizaria o codinome 'Flor'. Repare-se, no início, a indagação de Rene ao interlocutor se ele teria 'ações nominais' para vender, em provável referência cifrada a drogas, já que não há qualquer registro do envolvimento de Rene no mercado de ações. Transcrevo (evento 209 do processo 5026387-13.2013.404.7000):

> 'ID: 44208
> Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20131123150758.zip
> Data / Hora: 23/11/2013 13:03:07
> Direção: Originada
> Alvo: Michelin(Michelin) - 28748398
> Contato: flor(Flor@>--) - 263a2dbc
> Mensagem: Aquelas ações nominais vc ainda tem pra vender?
>
> ID: 44209'
> Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20131123150758.zip
> Data / Hora: 23/11/2013 13:03:23
> Direção: Originada
> Alvo: Michelin(Michelin) - 28748398
> Contato: flor(Flor@>--) - 263a2dbc
> Mensagem: Por 5 ?
>
> ID: 44210
> Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20131123150758.zip
> Data / Hora: 23/11/2013 13:03:52
> Direção: Originada
> Alvo: Michelin(Michelin) - 28748398
> Contato: flor(Flor@>--) - 263a2dbc
> Mensagem: Seu amigo fica pedindo muito lucro
>
> ID: 44211
> Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20131123150758.zip
> Data / Hora: 23/11/2013 13:05:44
> Direção: Recebida
> Alvo: Michelin(Michelin) - 28748398
> Contato: flor(Flor@>--) - 263a2dbc
> Mensagem: Eu as pague a 5.5 porq eles fazem para mi amigo.
>
> ID: 44212
> Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20131123150758.zip
> Data / Hora: 23/11/2013 13:06:04
> Direção: Originada



Alvo: Michelin(Michelin) - 28748398
Contato: flor(Flor@>--) - 263a2dbc
Mensagem: Mas tem ainda ?

ID: 44213
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20131123150758.zip
Data / Hora: 23/11/2013 13:06:24
Direção: Recebida
Alvo: Michelin(Michelin) - 28748398
Contato: flor(Flor@>--) - 263a2dbc
Mensagem: Faz cinco q fiz pagamento e ja entrgaram los valor mesmo momento

ID: 44403
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20131124000841_full.zip
Data / Hora: 23/11/2013 13:08:00
Direção: Originada
Alvo: Michelin(Michelin) - 28748398
Contato: flor(Flor@>--) - 263a2dbc
Mensagem: Tinha um de 700 pra ontem mas cancelaram

ID: 44404
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20131124000841_full.zip
Data / Hora: 23/11/2013 13:09:11
Direção: Originada
Alvo: Michelin(Michelin) - 28748398
Contato: flor(Flor@>--) - 263a2dbc
Mensagem: Vc não tem mais nada entao ?

ID: 44405
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20131124000841_full.zip
Data / Hora: 23/11/2013 13:12:37
Direção: Recebida
Alvo: Michelin(Michelin) - 28748398
Contato: flor(Flor@>--) - 263a2dbc
Mensagem: Acredito q ele tenham sim por estas livre ... Mas tenho q confirmar, esto e rapido q tem olhos procurando

ID: 44406
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20131124000841_full.zip
Data / Hora: 23/11/2013 13:14:06
Direção: Originada
Alvo: Michelin(Michelin) - 28748398
Contato: flor(JlorKL--) - 263a2dbc
Mensagem: Se eu precisasse de bastante eles tem ?

ID: 44407
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20131124000841_full.zip
Data / Hora: 23/11/2013 13:14:25
Direção: Originada
Alvo: Michelin(Michelin) - 28748398
Contato: flor(JlorKL--) - 263a2dbc
Mensagem: Mas tem que melhorar o preco

ID: 44408
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20131124000841_full.zip
Data / Hora: 23/11/2013 13:16:52
Direção: Recebida

SECRETARIA - CD - DA MESA AUTUAÇÃO Fls 1605

Alvo: Michelin(Michelin) - 28748398
Contato: flor(JlorKL—) - 263a2dbc
Mensagem: tenho q pergunta.... Y acredito em preco dificil para meu amigo ele faz assim...\
Porq ele tem familiar ai junto. Mas quando sr precisar me avise e eu tomo cafN com ele e pergunto'

132. Mais uma referência ao episódio, da perda dos 700, foi feita por Rene Luiz Pereira em troca de mensagens com outro interlocutor que utilizaria o codinome 'Cabalerro'. Transcrevo (evento 209 do processo 5026387-13.2013.404.7000):

'ID: 43813
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20131123193529.zip
Data / Hora: 23/11/2013 17:30:29
Direção: Recebida
Alvo: Michelin(Michelin) - 28748398
Contato: Caballero(Caballero) - 2b016247
Mensagem: Cuando uno se cae uno no dice nada

ID: 43814
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20131123193529.zip
Data / Hora: 23/11/2013 17:30:50
Direção: Recebida
Alvo: Michelin(Michelin) - 28748398
Contato: Caballero(Caballero) - 2b016247
Mensagem: Yo viajo lunes

ID: 43815
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20131123193529.zip
Data / Hora: 23/11/2013 17:31:26
Direção: Originada
Alvo: Michelin(Michelin) - 28748398
Contato: Caballero(Caballero) - 2b016247
Mensagem: á visto que se cayo por San Paulo 700 que venia de ahi ?

ID: 43816
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20131123193529.zip
Data / Hora: 23/11/2013 17:31:41
Direção: Recebida
Alvo: Michelin(Michelin) - 28748398
Contato: Caballero(Caballero) - 2b016247
Mensagem: No vi amigo'

133. Em seguida, Rene ainda negociou em suas mensagens com Caballero a compra de '280', em provável referência a 280 kg de cocaína, tendo Caballero informado que os teria em Goiânia:

'ID: 44139
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20131123194932.zip
Data / Hora: 23/11/2013 17:44:48
Direção: Recebida
Alvo: Michelin(Michelin) - 28748398
Contato: Caballero(Caballero) - 2b016247
Mensagem: Pero en goyania yo te vendo

ID: 44140
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20131123194932.zip



Data / Hora: 23/11/2013 17:44:55
Direção: Originada
Alvo: Michelin(Michelin) - 28748398
Contato: Caballero(Caballero) - 2b016247
Mensagem: Cuanto tengas yo me quedo

ID: 44141
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20131123194932.zip
Data / Hora: 23/11/2013 17:45:11
Direção: Recebida
Alvo: Michelin(Michelin) - 28748398
Contato: Caballero(Caballero) - 2b016247
Mensagem: Tengo 280

(...)

ID: 43957
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20131123200335.zip
Data / Hor a: 23/11/2013 18:02:31
Dir eLão: Originada
Alvo: Michelin(Michelin) - 28748398
Contato: Caballero(Caballero) - 2b016247
Mensagem: Entonces puedo cuentar con eses 280 ?

ID: 43958
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20131123200335.zip
Data / Hor a: 23/11/2013 18:02:50
Dir eLão: Recebida
Alvo: Michelin(Michelin) - 28748398
Contato: Caballero(Caballero) - 2b016247
Mensagem: Por que eso es lo que quiero que minimo vender 200

ID: 43959
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20131123200335.zip
Data / Hor a: 23/11/2013 18:02:55
Dir eLão: Originada
Alvo: Michelin(Michelin) - 28748398
Contato: Caballero(Caballero) - 2b016247
Mensagem: Entonces no necesita ni salir de ahi donde esta

ID: 43960
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20131123200335.zip
Data / Hor a: 23/11/2013 18:03:09
Dir eLão: Originada
Alvo: Michelin(Michelin) - 28748398
Contato: Caballero(Caballero) - 2b016247
Mensagem: Yo compro todos los 280'

134. Outras provas do envolvimento de Rene Luiz Pereira com o tráfico de drogas surgiram no exame dos aparelhos de telefone dele que foram apreendidos quando de sua prisão e busca apreensão em sua residência (Rua 08 Norte, lote 01, ap. 1302, Residencial Osório de Moraes, Águas Claras, Brasília/DF). A Polícia Federal enviou, no evento 306, relatório de análise deste material apreendido. Os laudos referidos, por sua extensão, encontram-se disponíveis apenas em meio eletrônico e foram disponibilizados às partes.

135. Um dos aparelhos é um IPhone 5S da Apple com IMEI 013852001011294 e que foi objeto do Laudo pericial 1028/2014/SETEC. Não há dúvida de que pertence a Rene, estando ele registrado junto a Apple com o endereço eletrônico renepereira14@gmail.com (fl. 1 do laudo eletrônico). Armazenados no dispositivo encontram-se fotos do próprio Rene Pereira, como pode ser visualizado nas fls. 869, 870 e 873 do laudo eletrônico.

136. No aparelho, conforme informação constante na fl. 12 do relatório de análise de telefone material apreendido nº 1379/2014 - evento 306, ofic2, foi localizado áudio gravado pelo próprio Rene Luiz Pereira de cerca de duas horas e vinte e três minutos no qual ele conversa, pelo Skype, com indivíduo da língua espanhola, colombiano (em trecho na fl. 59, Rene afirma que o interlocutor é colombiano, 'você é da Colômbia'). O arquivo de áudio original está no laudo eletrônico identificado como 20131102_153938.m4a

137. No áudio em questão, degravado e traduzido para o português na íntegra (anexo 1 do relatório de análise de telefone material apreendido nº 1379/2014, fls. 59-87 - evento 306, arquivos oficio/c5 e ofício/c7), consta um longo relato de Rene ao seu interlocutor, com vários trechos que apontam seu envolvimento com atividades criminais do tráfico de drogas. Destaco trechos:

> 'Rene: Tenho que desligar meu telefone porque não confio nisso' (fl. 59)
>
> 'Rene: Você é da Colômbia, e eu sou daqui. E você necessita que eu faça o meu serviço, meu trabalho aqui no meu país, onde eu conheço as pessoas que eu conheço e eu necessito que você faça as coisas com as pessoas do teu país e que fale com as pessoas que conhece na Europa que são tuas e eu com as minhas.' (fl. 59)
>
> 'Rene: De qualquer forma, para mim, a prisão me fez aprender e conhecer pessoas. Você não necessita, porque já conhece e sabe melhor. Não tenho orgulho que fui preso. Preferia não ter sido. Mas saímos de lugares diferentes. De onde você vem é mais fácil conhecer. Se eu não tivesse sido preso não conheceria nada disso porque a minha família não deixava. Não havia como. Se eu não tivesse ido para a prisão, eu não estaria aqui falando com você. Então para mim isso não foi uma coisa tão ruim. Porque eu comecei a conhecer as coisas assim.' (fl. 60)
>
> 'Rene: Assim conheci uns mafiosos. Tinha uma pessoa que conheci, uma pessoa, quando fiquei preso por alguns dias. Ele havia sido preso com droga. E eu paguei um advogado para ele e tirei esse rapaz. E ele me apresentou vários mafiosos no Paraguai. Isso no Paraguai. E assim tudo que eu conheço hoje começou assim...' (fl. 61)
>
> 'Rene: Por isso penso tanto e faço conta de onde tenho que andar, por ali, por aqui... Com telefone, com tudo. Porque não é tão simples. Nós sabemos que hoje a tecnologia é tanto para a gente quanto também para a Polícia. Porém, temos que ser mais inteligentes do que eles. Isso é uma coisa que me faz bem: Ser mais inteligente que a polícia. Me faz bem fazer isso! É verdade, eu faço por dinheiro, mas também me dá prazer! Parece uma loucura... Mas me dá.' (fl. 61)
>
> 'Rene: Porque aqui tem investigação, aqui a Polícia não é boba. Por isso temos que ter cuidado, por isso que não quis colocar Colombianos, não precisamos. Agora, temos que ter cuidado para que ninguém saiba de nada, qualquer coisa que aconteça posso dizer: 'Meu amigo viajou e me disse que esperasse na sua casa, mas eu já vou embora amanhã'.' (fl. 62)
>
> 'Rene: Eu tenho também como vender todo na Europa. Não tenho problema com isso. Se você precisa qualquer coisa, eu conheço pessoas também. E com certeza meu Primo vai fazer alguma coisa, ele estava trabalhando com seu grupo: eles já tem um avião trijet, com três turbina e pretendiam ir com duas mil peças [provável referência a dois mil quilos de cocaína]

- CD - AUTUAÇÃO Fls. 1603

uma vez para Africa e me perguntou seu eu tinha alguém lá para vender...' (fls. 62-63)

'Rene: Meu amigo, se você me vê caminhando na rua, se não me conhecesse ... Você pensaria que eu faço isso?
Colombiano: Não, não, não. E mais, eu sou sincero, desde o primeiro dia que te vi, quando El Negro nos apresentou, tens cara de tudo menos disto... rs. Você me entende...
Rene: Porque ninguém pode saber meu amigo! Porque antes as pessoas gostavam que todos soubessem que esse faz isso!, que esse é traficante! Bem, que vantagem há? Não temos vantagem com isso! Eu ando na minha cidade, ninguém pensa... Acham que trabalhamos com construção e é isso que eles sabem. Quando viajo, nem meu pai sabe que eu estou aqui. Ninguém sabe. Eu tenho esse telefone aqui para falar por SKYPE, porque assim...' (fl. 64)

'Rene: Eu não gosto muito de ir para Bolívia. Só vou quando tenho que fazer uma coisa, uma reunião, uma coisa. Eu fico em um hotel e mesmo no hotel tem que cuidar, porque está teu nome e tudo. Claro que às vezes eu peço para um amigo que faça em seu nome. Tinha essa moça que eu sempre fazia as coisas e quando ia eu a chamava e dizia: 'alugue o quarto e tudo'. Porque é melhor que o meu nome não apareça. Porque ela é brasileira, porém vive lá. E bom, temos que fazer assim, com cuidado.' (fl. 66)

'Rene: Porque eu não tenho tempo para perder e tão pouco dinheiro! E agora que estou começando ficar um pouco mais tranquilo. Porque quanto tempo fiquei sem trabalhar? E quando comecei só gastei, gastei, gastei... Com pessoas como essas que me fizeram perder mais que um ano só com ele, quase dois... Bom, é assim que temos que fazer. Quando eu vou para a Colômbia, eu não vou fazer nada sem perguntar para alguém de lá. Onde é melhor, onde é mais seguro... O que eu posso e o que eu não posso... É o melhor.' (fl. 67)

'Rene: Tem muitas coisas que temos que pensar bem. Porque o que penso agora é que vamos fazer coisas grandes e porque temos contatos para isso. E vamos ganhar dinheiro. Podemos comprar propriedades, para viver inclusive. Tem várias coisas, tem chácaras também que ficam afastados e que são especiais, tem de tudo. Depende do dinheiro.' (fl. 68)

'Rene: Mas se nos vamos fazer negócio, eu não tenho mais interesse com esse que queria fazer comigo, porque na verdade o que me interessava é que ele ia me colocar aqui por um custo. E quem sabe vai me custar 3 mil e pouco, menos que 4 mil. Faz diferença, de 4.500 para 3.500 que seja 1.000 para 400 são 400.000. Com 400.000 se pode fazer muita coisa: Gastar com organização, gastar com coisas. Bom, o que me interessava é que tem negócios na HOLANDA e na ESPANHA. Mas agora você já os tem. Agora já não necessito mais. Porém não quero passar na frente de 'EL NEGRO', porém podemos comprar coisas e dizemos a ele: 'NEGRO tem pessoas aqui que não estão vendendo. Queremos mercadoria!'.' (fl. 69)

'Colombiano: Te faço uma pergunta, neste momento, neste momento, você tem alguém que tem mercadoria aqui?
Rene: Eu consigo buscar, sempre, eu não estou buscando porque...
Colombiano: Sim eu te entendo, mas agora...
Rene: O preço aqui, o problema é esse, o preço aqui, vamos pagar muito mais. Então pode ser que às vezes podemos conseguir por menos que 5.000 e um pouco, alguma coisa menos que 5.000, porém tem vezes que...
Colombiano: Bom produto?
Rene: Eu quando te falo é somente de produto bom. Eu não falo de produto ruim. Mas claro, que o mais confiável é essa pessoa que compramos. Sabemos quem fez, eu prefiro assim, que esse nos fez, tudo e tudo. Eu posso buscar saber com o meu amigo quem pode ter. Porque eu conheço pessoas do Paraguai de tudo, pessoas que fazem... Eu digo podemos perguntar para saber por quanto conseguimos, e vamos ver. Podemos buscar e saber. E depois já podemos você viu que eu perguntei quantas peças podiam trazer o homem aquele outro...' (fl. 73)

138. No seguinte trecho da conversa, Rene informa que teria fornecedor na

JUSTIÇA FEDERAL - TRF4 - SECRETARIA GERAL DA TURMA - AUTUAÇÃO Fls. 1609

Bolívia que se encarregaria totalmente do transporte da mercadoria:

> 'Quando a gente precisar eu tenho este homem que pode fazer para a gente, cada vez pode 400. E me disse que seu transporte é tranqüilo e com garantia. Eu não conheço o transporte, porém eu confio nele. É uma boa pessoa e podemos falar com ele pessoalmente ou podemos pedir que venha. É uma boa pessoa e eu confio nele. O transporte eu não sei, mas geralmente ele tem que saber, porque ele trabalha com isso e tem que conhecer. Eu tenho outras pessoas que, alias eu vi boa mercadoria, tinha um que queria me vender por 2.600 lá na BOLIVIA. Ele é colombiano da família MONTOYA. Você conhece a família MONTOYA?' (fl. 74)

139. Interessante notar que, apesar da longa conversa de mais de duas horas na qual trata Rene de negócios com seu interlocutor, em nenhum momento é revelada a natureza da 'mercadoria' que Rene importaria da Bolívia e remeteria para a Europa, o que é mais um indício de que se trata de mercadoria proibida, no caso tráfico de drogas, sendo comum que traficantes de drogas jamais mencionem em suas conversas termos como 'drogas' ou 'cocaína'.

140. Outro trecho contundente diz respeito à remessa, para a Europa, de 'mercadoria' escondida no piso e na tampa de barris de polpa de fruta. Segundo o Colombiano, seria possível colocar dois quilos da mercadoria em cada um de barris, sendo que, na ocasião a que se refere, teriam sido enviados oitenta barris:

> 'Colombiano: Sim... Acontece que em Peru exporta muita polpa de fruta nesses barris de 180 quilos. E vai congelado como uma pedra. Na temperatura ambiente demora 12 dias para descongelar. Porém o 'trabalho' não ia na polpa... (INAUDIVEL) Era muito. O contêiner levava 80 barris de 180 quilos...
> Rene: Não estava cheio da polpa?
> Colombiano: Não. Então se desenhou o piso e a tampa, para se colocar 2 quilos em cada um. E se mandou fazer a mercadoria no molde desse tamanho. Então todos os barris exatamente tinham o mesmo peso, todas os barris pesamos o mesmo, e pelo scanner era tudo igual.
> Rene: Isto é inteligente.
> Colombiano: É o que te digo. É ver as coisas...
> Rene: Isso daria para fazer!' (fl. 79)

141. Em trechos da conversa, Rene relata ao interlocutor a utilização de um doleiro e de operações dólar cabo para trazer dinheiro da Europa e pagar seus fornecedores na Bolívia:

> 'Rene: Se a pessoa tem dinheiro na Europa, melhor que deixe o dinheiro lá então, porque, por exemplo: Se nos entregam o dinheiro hoje na Europa talvez eu consigo mandar em um dia mesmo. Agora mesmo na segunda-feira consigo que lhe paguem em Bolívia, e já que temos pressa é melhor pagar essa pessoa um pouco mais, mais que os 6. Porque claro que vai querer 6. Vai dar seu dinheiro na hora e um pouco mais, mas é melhor que paguemos se é para adiantar algo. Fazemos. Melhor que esperar. Se este homem não trouxe o dinheiro que nos entregue então. E nas próximas você já sabe.' (fl. 71)

> 'Rene: Porque esse homem, por exemplo... Na verdade tudo isso passa por banco, porque na verdade ele ganha mais que isso. Porque ele lá faz negocio com empresas da EUROPA, as pessoas ficam com o dinheiro e nos dão dinheiro aqui, em reais, ele troca (câmbio) em dólares para nos pagar. Então ele faz sempre assim. Porque para ele é perigoso e como vai correr o risco? Então eu acredito que as pessoas que querem dinheiro lá também lhe pagam mais um pouco, eu acredito que ele ganhe um pouco de nós, um pouco dos outros que estão aqui e querem dinheiro lá, é porque ele faz uma troca (câmbio). E como ele conhece pessoas por tudo, por isso faz assim. Na verdade o dinheiro já está aqui, então fazem a troca (cambio) com a pessoa, tem uma mulher na Suíça. Esta mulher é fortíssima! É uma mulher muito forte.

AUTUAÇÃO 1910

> Essa mulher negocia com ele, às vezes pega dinheiro na HOLANDA, em qualquer país, essa mulher pega o dinheiro, muito dinheiro, fica com o dinheiro e pagam aqui em 2, 3 dias para ele, ele troca (cambio) e assim ele faz muito. Porém tudo com empresas e não corre risco, eu acredito que ele ganhe mais do que me cobra.
> Colombiano: Quem?
> Rene: Essa pessoa, esse meu amigo que me traz ... eu acredito que ele ganhe mais que me cobra, porque os daqui também tenho certeza que pagam para pôr o dinheiro lá.
> Colombiano: Acredita que...
> Rene: Com certeza... Porque uma vez eu disse: 'amigo, me faça melhor isso por que... Quantas vezes eu apresentei meu amigos para trazer dinheiro com você. Faça a minha por menos um pouco'. E tem vezes me faz um ponto a menos, ele faz para mim e daí depois me diz: 'Não, porque isso me custa, você pensa não, você não sabe nada, eu tenho que pagar...' E daí eu perguntei para o sobrinho dele que eu conheço: 'E como faz esse teu tio, com as pessoas que querem dinheiro...', ele disse; 'ele ganha dos de lá e dos daqui. Ele ganha, por exemplo, o teu que paga para trazer, porém a pessoa que quer o dinheiro lá também, que está aqui que troca (cambio) paga menos, pouco, mas paga para ele.' Eu acredito que é assim... (risadas)' (fl. 72)

142. A operação narrada na denúncia, de remessa, por operação dólar cabo, de dinheiro da Europa ao Brasil para pagamento, em moeda estrangeira, de fornecedores na Bolívia confere exatamente com a descrição realizada nesse trecho, quando Rene revela a utilização para tanto de amigo no Brasil para internação de valores no Brasil provenientes da Europa. Trata-se de operação típica do mercado negro de câmbio e caso clássico de lavagem de dinheiro proveniente do tráfico de droga.

143. Pelo teor do diálogo gravado pelo próprio Rene, não há dúvidas de que se trata de um grande traficante de drogas envolvido na remessa de cocaína obtida na Bolívia para a Europa, especialmente Holanda e Espanha, passando antes pelo Brasil. Os valores pagos na Europa seriam remetidos pelo mercado negro de câmbio para o Brasil e deste para os fornecedores na Bolívia.

144. O diálogo reforça a conclusão de que era Rene o adquirente da carga de 698 kg de cocaína trazidos da Bolívia e apreendidos em Araraquara/SP e que é objeto da denúncia.

145. Ainda como elementos circunstancias acerca envolvimento de Rene no tráfico de drogas, cumpre referir que em seu aparelho de IPHONE foram identificadas fotos de grandes quantidades de dólares em espécie e matérias na internet sobre tráfico de drogas em portos e ocultação de drogas em contêineres (fls. 49, 50 e 53-58 do relatório de análise de telefone material apreendido nº 1379/2014, evento 306). Também foi identificado que utilizaria um veículo Dodge Ram 2500, placa JHQ 1001, mas que o mesmo estaria em nome de terceiro, Thiago Daher Lopes. Em aparelho de informática apreendido com Rene, foram identificadas fotos dele no veículo e um seguro do veículo no qual Rene Luiz Pereira é apontado como principal condutor (fls. 3-5 do relatório de análise de material de informática, evento 306, oficio c15).

146. Outro elemento relevante e que é expressamente referido na denúncia consiste na apreensão, por outro processo, de USD 198.000,00 na posse de Rene Luiz Pereira em quarto de hotel em São Paulo, isso na data de 23/01/2014. O fato originou a abertura de inquérito policial por lavagem de dinheiro. Rene foi ouvido e embora tenha afirmado, na ocasião, que teria recebido o dinheiro de terceiro para compra de imóveis, não apresentou qualquer prova documental (a documentação relativa a este fato instrui a denúncia, evento 1,

anexo3). Tal prova não é ilícita ao contrário do alegado pela Defesa de Rene Luiz Pereira. Como se verifica na documentação, os policiais ingressaram no quarto de hotel de Renê com base em causa provável de que ali estaria sendo cometido um crime de tráfico de drogas, aplicando-se a exceção constitucional à exigência de prévio mandado judicial (art. 5º, XI, da Constituição Federal de 1988). Não encontraram drogas, mas o dinheiro. A diligência, porém, não se legitima pelo resultado, havendo causa provável para o ingresso no local, já que havia indícios de crime de tráfico em andamento, a medida é válida. Ademais consta na documentação que Rene teria autorizado o ingresso dos policiais no local, com o que também por isso o mandado seria prescindível. De todo modo, ainda que fosse excluída essa prova, em praticamente nada se alteraria o conjunto probatório da presente ação penal.

147. Todos esses elementos, ainda que circunstanciais, posse pelo acusado de veículo de luxo em nome de terceiro e posse de elevados valores de moeda estrangeira em espécie, são incompatíveis com a capacidade econômica declarada pelo acusado.

148. Com efeito, no processo conexo 5042380-62.2014.404.7000, do qual as partes têm ciência, foi decretado, a pedido do MPF, a quebra do sigilo fiscal de Rene Luiz Pereira. Veio informação de que Rene não apresentou declaração de rendimentos à Receita Federal de 2010 a 2014. Apresentou em 2009, mas sem declarar qualquer rendimento ou patrimônio para 2008. Apresentou em 2008, mas sem declarar qualquer rendimento para 2007. Neste ano, porém, declarou patrimônio no valor apenas de R$ 57.500,00, em parte formado por cotas de capital da empresa Daher Design Engenharia e Construções.

149. Por outro lado, embora Rene tenha optado ficar em silêncio em seu interrogatório, foram ouvidas duas testemunhas que declararam que ele teria trabalhado com construção (evento 383). Uma delas, Sidney do Nascimento Fagundes, teria declarado que Rene intermediaria a contratação da empresa do depoente que realizaria serviços de pintura ('eu tenho uma empresa de pintura e gesso predial e o Rene ele intermediava a minha empresa na forma de contratação') e que supervisionaria a obra. Outra testemunha, Mauro Gilberto Franco Marques, declarou que conheceria Rene como empreiteiro de obra e que teria tido contato com ele até 2010.

150. As afirmações de que Rene trabalharia com construção não são consistentes com o conteúdo das mensagens interceptadas ou com o diálogo acima referido que apontam seu envolvimento com o tráfico de drogas.

151. São, porém, consistentes com trecho do diálogo acima já transcrito, quando relatou ao seu interlocutor que seria traficante, mas que todos em sua cidade pensariam que ele trabalharia com construção. Oportuna nova transcrição deste trecho:

> 'Rene: Meu amigo, se você me vê caminhando na rua, se não me conhecesse ... Você pensaria que eu faço isso?
> Colombiano: Não, não, não. E mais, eu sou sincero, desde o primeiro dia que te vi, quando El Negro nos apresentou, tens cara de tudo menos disto... rs. Você me entende...
> Rene: Porque ninguém pode saber meu amigo! Porque antes as pessoas gostavam que todos soubessem que esse faz isso!, que esse é traficante! Bem, que vantagem há? Não temos vantagem com isso! Eu ando na minha cidade, ninguém pensa... Acham que trabalhamos com construção e é isso que eles sabem. Quando viajo, nem meu pai sabe que eu estou aqui. Ninguém sabe. Eu tenho esse telefone aqui para falar por SKYPE, porque assim...' (fl. 64)

152. Portanto, em conclusão quanto a este ponto, reputo presente prova acima de

qualquer dúvida razoável, de que Rene Luiz Pereira está envolvido profissional e habitualmente com o tráfico internacional de grandes quantidades de drogas e especificamente com a importação da carga de 698 kg de cocaína apreendidos pela Polícia em Araraquara/SP em 21/11/2013. Rene Luiz Pereira deve, como consequência, ser condenado pelo crime de tráfico internacional de drogas por este ato específico. A internacionalidade é patente, não só pela quantidade expressiva da droga apreendida, que indica sua origem em país produtor da substância, mas também pelo fato de um dos transportadores ser boliviano, além das demais provas, mensagens e diálogo gravado, apontarem que os fornecedores de Rene seriam residentes na Bolívia.

153. Embora seja evidente que ninguém importa 698 kg de cocaína sem uma organização criminosa e embora haja registros probatórios de que Rene integra uma organização criminosa sofisticada, tendo inclusive subordinados presos no episódio envolvendo os 55 kg de cocaína apreendidos em Valência, com contatos com fornecedores e transportadores na Bolívia e compradores na Europa, a denúncia imputou a Rene Luiz Pereira o crime de associação para o tráfico de drogas em decorrência de vínculo associativo com os transportadores dos 698 kg de cocaína, Ocari Ocari Moreira, Gilberto Ramos Lopes e Ricardo Semler Rodrigues. Considerando as limitações da imputação, reputo não suficientemente provado este fato, já que o conjunto probatório não revelou esse vínculo associativo, sendo mais provável que os três fossem subordinados ao fornecedor da droga e não especificamente a Rene, que seria o adquirente.

154. Estabelecida a natureza criminosa das atividades de Rene, cumpre verificar a caracterização ou não do crime de lavagem na operação de internalização no Brasil

155. Retomando esses fatos, recorda-se que, segundo a denúncia, foram identificadas transações de Rene Luiz Pereira, entre agosto e setembro de 2013, no montante de USD 124.000,00, com os operadores do mercado negro de câmbio, Alberto Youssef e Carlos Habib Chater, e ainda com associados destes, Sleiman Nassim El Kobrossy, Maria de Fátima Stocker e André Catão de Miranda, e que caracterizariam crimes de evasão de divisas e de lavagem de dinheiro.

156. Em síntese, esse dinheiro teria sido enviado da Europa para o Brasil e deste para a Bolívia e serviria para pagamento de fornecedores de drogas por vendas efetuadas na Europa.

157. A internalização do numerário, no Brasil, ocorreu por meios subreptícios, às margem do sistema de registros de transferências internacionais mantidos pelo Banco Central do Brasill, em padrão típico de operações dólar-cabo e do mercado negro de câmbio.

158. Operações 'dólar-cabo' consistem em operações de compra e venda de moeda estrangeira através de espécie sistema de compensação. A moeda estrangeira é entregue em espécie ou mediante depósito no exterior em contrapartida a pagamento de reais no Brasil. O operador do mercado negro, denominado de doleiro, pode tanto disponibilizar a moeda estrangeira no exterior como figurar como comprador dela, disponibilizando reais no Brasil. Implica em transferência internacional de dinheiro, por sistema de compensação e sem movimentação física, semelhante ao sistema utilizado pelos bancos. Junto como sistemas como hawalla, hundi, fei-chien e o mercado negro de câmbio do peso ('black market peso exchange') compõe aquilo que se pode denominar de Sistema Informal de Transferência de

MESA - CD - SECRETARIA AUTUAÇÃO 1613

Dinheiro ou Valor ('Informal Money or Value Transfer Systems - IMVT'). Sobre eles transcreve-se o seguinte comentário extraído do Relatório de Tipologias de Lavagem de Dinheiro 2002-2003 editado pelo FATF/GAFI (Financial Action Task Force on Money Laundering ou Groupe dáction financière sur le blanchiment de capitaux):

> 'Em um sistema de transferência informal de dinheiro ou valor, o dinheiro é recebido com o propósito de disponibilizá-lo ou o equivalente a um terceiro em outra localização geográfica, quer ou não na mesma forma. Essas transferências geralmente ocorrem fora do sistema bancário convencional e através de instituições não-financeiras ou outras entidades de negócio cuja atividade principal pode não ser a transmissão de dinheiro. As transações de sistemas IMVT podem, às vezes, estar conectadas com o sistema financeiro formal (por exemplo, através do uso de contas bancárias titularizadas pelo operador IMVT). Em algumas jurisdições, sistemas IMVT são conhecidos como serviços de remitência alternativos ou sistemas financeiros paralelos ou subterrâneos. Usualmente, há ligações entre certos sistemas e regiões geográficas particulares e esses sistemas são então também descritos com a utilização de termos específicos, incluindo hawala, hundi, fei-chien e o mercado negro de câmbio do peso.
> (...)
> Sistemas IMVT são em muitos países um meio importante de transferência de dinheiro. De fato, em alguns casos, eles podem ser o único método confiável disponível para entregar fundos para destinatários em localizações remotas ou naquelas regiões que não tem outros tipos de serviços financeiros disponíveis. Em países mais desenvolvidos, sistemas IMVT usualmente atendem populações de imigrantes que desejam repatriar os seus ganhos. No entanto, como esses sistemas operam foram do sistema financeiros convencionais, sistemas IMVT são igualmente vulneráveis ao uso por criminosos que desejam movimentar seus fundos sem deixar uma trilha de documentos facilmente rastreável. Especialistas do FATF há anos indicam os sistemas IMVT como facilitadores chaves na movimentação de fundos gerados por atividade criminal. Os casos providenciados pela tipologia desse ano aparentemente confirmam que sistemas IMVT continuam a ser explorados por criminosos. Os exemplos também demonstram que é usualmente impossível determinar pela existência de uma operação IMVT se os fundos que por ela transitaram são legítimos ou não.' (FATF-GAFI. Report on Money Laundering Typologies, 2002-2003, 14/02/2003, p. 6-7, tradução livre, disponível em http://www.fatf-gafi.org/dataoecd/29/33/34037958.pdf)

159. Operações 'dólar cabo' ou 'transferências internacionais informais' são ilegais, no Brasil, porque conduzidas por pessoas não autorizadas no Brasil a operar com câmbio, pelo menos não desta forma (não se tratam de operações do mercado de câmbio de taxas flutuante - 'dólar turismo' - ou do mercado de câmbio de taxas livres - 'dólar comercial'), e por não transitarem por instituições financeiras autorizadas (artigo 10, X, 'd' da Lei n.º 4.595/64; artigo 23 da Lei n.º 4.131/62; e artigo 1.º da Lei n.º 5.601/70). Mesmo a flexibilização do regime cambial promovida pelo Banco Central do Brasil - Bacen nos últimos anos não alterou este quadro fundamental.

160. Esclareça-se que não se proíbe a transferência de dinheiro para o exterior ou vice-versa, apenas se exige que elas sejam feitas por instituições financeiras formais e que sejam registradas junto ao Bacen.

161. Como operações dólar-cabo podem ser utilizadas para a realização de transferências internacionais subreptícias, a utilização delas para ocultar ou dissimular dinheiro proveniente de atividade criminal é comum, caracterizando lavagem de dinheiro.

162. No presente caso, as transações foram descobertas pela interceptação telemática e telefônica.

1914

163. O MPF, quanto a ambas, selecionou os diálogos e mensagens relevantes para a imputação e as reuniu em anexo à denúncia (anexo 5 do evento 1).

164. Nas mensagens telemáticas interceptadas relativas às transações figuram Carlos Habib Chater (codinome Zeze), Sleiman Nassim El Kobrossy (codinome Silo), Maria de Fátima Stocker (codinomes Fast GMX e Evi) e Rene Luiz Pereira (codinome Michelin).

165. Os contatos de Carlos Chater com Maria de Fátima, Rene Luiz Pereira e Sleiman Nassim foram interceptados a partir de 27/08. Há diversas mensagens interceptadas nas quais negociam câmbio e tratam da internalização da referida quantia, não deixando dúvidas de que se tratam de operações típicas do mercado negro de câmbio.

166. Na seguinte troca de mensagens, Rene faz o primeiro contato interceptado com Carlos, referindo-se a 'primo', no caso Sleiman Nassim:

'ID: 10
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20130829001001_full.zip
Data / Hora: 28/08/2013 09:57:10
Direção: Recebida
Alvo: Carlos(Zeze) - 28b98b49
Contato: Michelin(Michelin) - 28748398
Mensagem: Bom dia

ID: 11
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20130829001001_full.zip
Data / Hora: 28/08/2013 09:58:26
Direção: Recebida
Alvo: Carlos(Zeze) - 28b98b49
Contato: Michelin(Michelin) - 28748398
Mensagem: Falou com o primo hoje?'

167. Na seguinte troca de mensagem, Carlos Habib Chater avisa Sleiman que Rene irá ligar-lhe:

'ID: 93
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20130829001001_full.zip
Data / Hora: 28/08/2013 12:28:16
Direção: Originada
Alvo: Carlos(Zeze) - 28b98b49
Contato: Michelin(Michelin) - 28748398
Mensagem: Estou com ele no bbm

ID: 94
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20130829001001_full.zip
Data / Hora: 28/08/2013 12:28:33
Direção: Originada
Alvo: Carlos(Zeze) - 28b98b49
Contato: Sleiman(Silo) - 283dc91a
Mensagem: Ze vende a 2.44

ID: 95
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20130829001001_full.zip
Data / Hora: 28/08/2013 12:28:37



Direção: Recebida
Alvo: Carlos(Zeze) - 28b98b49
Contato: Sleiman(Silo) - 283dc91a
Mensagem: Ok

ID: 96
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20130829001001_full.zip
Data / Hora: 28/08/2013 12:28:46
Direção: Recebida
Alvo: Carlos(Zeze) - 28b98b49
Contato: Sleiman(Silo) - 283dc91a
Mensagem: Como ele falo com vc

ID: 97
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20130829001001_full.zip
Data / Hora: 28/08/2013 12:28:53
Direção: Originada
Alvo: Carlos(Zeze) - 28b98b49
Contato: Sleiman(Silo) - 283dc91a
Mensagem: Bbm

ID: 98
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20130829001001_full.zip
Data / Hora: 28/08/2013 12:29:01
Direção: Recebida
Alvo: Carlos(Zeze) - 28b98b49
Contato: Michelin(Michelin) - 28748398
Mensagem: Perguntaram se ele estava la ainda porque eles ian viajar

ID: 99
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20130829001001_full.zip
Data / Hora: 28/08/2013 12:29:08
Direção: Recebida
Alvo: Carlos(Zeze) - 28b98b49
Contato: Sleiman(Silo) - 283dc91a
Mensagem: Vou fala com ele

(...)

ID: 101
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20130829001001_full.zip
Data / Hora: 28/08/2013 12:29:23
Direção: Originada
Alvo: Carlos(Zeze) - 28b98b49
Contato: Michelin(Michelin) - 28748398
Mensagem: Ele esta te chamando

ID: 102
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20130829001001_full.zip
Data / Hora: 28/08/2013 12:29:26
Direção: Recebida
Alvo: Carlos(Zeze) - 28b98b49
Contato: Michelin(Michelin) - 28748398
Mensagem: Mas tentei avisar a ele cedinho e não consegui

ID: 103
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20130829001001_full.zip

CPI DA AMESA - CD - AUTUAÇÃO Fls: 1616

Data / Hora: 28/08/2013 12:29:27
Direção: Recebida
Alvo: Carlos(Zeze) - 28b98b49
Contato: Sleiman(Silo) - 283dc91a
Mensagem: Ver com a mulheir p favor p pagar hoje

ID: 104
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20130829001001_full.zip
Data / Hora: 28/08/2013 12:30:45
Direção: Originada
Alvo: Carlos(Zeze) - 28b98b49
Contato: Michelin(Michelin) - 28748398
Mensagem: Ele vai te chamar'

168. Depois Sleiman, confirmou o fechamento do câmbio com Maria de Fátima Stocker (Evi) e que o dinheiro seria entregue em São Paulo:

'ID: 118
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20130829001001_full.zip
Data / Hora: 28/08/2013 12:38:45
Direção: Originada
Alvo: Carlos(Zeze) - 28b98b49
Contato: Sleiman(Silo) - 283dc91a
Mensagem: Ela vai te chamar bbm

ID: 119
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20130829001001_full.zip
Data / Hora: 28/08/2013 12:40:54
Direção: Recebida
Alvo: Carlos(Zeze) - 28b98b49
Contato: Sleiman(Silo) - 283dc91a
Mensagem: Já deu certo

ID: 120
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20130829001001_full.zip
Data / Hora: 28/08/2013 12:41:06
Direção: Recebida
Alvo: Carlos(Zeze) - 28b98b49
Contato: Sleiman(Silo) - 283dc91a
Mensagem: Pago 1 %

ID: 121
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20130829001001_full.zip
Data / Hora: 28/08/2013 12:41:36
Direção: Originada
Alvo: Carlos(Zeze) - 28b98b49
Contato: Sleiman(Silo) - 283dc91a
Mensagem: Com japa?

ID: 122
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20130829001001_full.zip
Data / Hora: 28/08/2013 12:42:29
Direção: Recebida
Alvo: Carlos(Zeze) - 28b98b49
Contato: Sleiman(Silo) - 283dc91a
Mensagem: Nao

ID: 123
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20130829001001_full.zip
Data / Hora: 28/08/2013 12:43:16
Direção: Originada
Alvo: Carlos(Zeze) - 28b98b49
Contato: Sleiman(Silo) - 283dc91a
Mensagem: Erla vai te chamar

ID: 124
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20130829001001_full.zip
Data / Hora: 28/08/2013 12:43:28
Direção: Recebida
Alvo: Carlos(Zeze) - 28b98b49
Contato: Sleiman(Silo) - 283dc91a
Mensagem: Esto falando com ela

ID: 125
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20130829001001_full.zip
Data / Hora: 28/08/2013 12:43:36
Direção: Originada
Alvo: Carlos(Zeze) - 28b98b49
Contato: Sleiman(Silo) - 283dc91a
Mensagem: Ok

ID: 126
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20130829001001_full.zip
Data / Hora: 28/08/2013 12:49:57
Direção: Recebida
Alvo: Carlos(Zeze) - 28b98b49
Contato: Sleiman(Silo) - 283dc91a
Mensagem: Doido ate agora vc não me falo da mulheir

ID: 127
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20130829001001_full.zip
Data / Hora: 28/08/2013 12:51:14
Direção: Originada
Alvo: Carlos(Zeze) - 28b98b49
Contato: Sleiman(Silo) - 283dc91a
Mensagem: Já falei . Ela esta vendo posicao em sao palo. Ela disse que se não tiver em sao paulo manda reais. Mas ainda não fechei com ela. Ela vai me chamar no skype.'

169. Posteriormente, houve algum desentendimento não totalmente esclarecido, passando Sleiman a exigir que o pagamento se desse, no Brasil, especificamente em São Paulo, em moeda estrangeira, e não mais em reais:

'ID: 187
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20130829114304.zip
Data / Hora: 29/08/2013 08:38:42
Direção: Recebida
Alvo: Carlos(Zeze) - 28b98b49
Contato: Sleiman(Silo) - 283dc91a
Mensagem: Cade esa molheir

ID: 188
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20130829114304.zip



Data / Hora: 29/08/2013 08:39:07
Direção: Originada
Alvo: Carlos(Zeze) - 28b98b49
Contato: Sleiman(Silo) - 283dc91a
Mensagem: Esta me chamando agora.

ID: 189
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20130829114304.zip
Data / Hora: 29/08/2013 08:39:18
Direção: Originada
Alvo: Carlos(Zeze) - 28b98b49
Contato: Sleiman(Silo) - 283dc91a
Mensagem: Em 20 min te chamo e te falo

ID: 190
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20130829114304.zip
Data / Hora: 29/08/2013 08:39:30
Direção: Recebida
Alvo: Carlos(Zeze) - 28b98b49
Contato: Sleiman(Silo) - 283dc91a
Mensagem: Não quero mais reais

ID: 191
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20130829114304.zip
Data / Hora: 29/08/2013 08:39:39
Direção: Recebida
Alvo: Carlos(Zeze) - 28b98b49
Contato: Sleiman(Silo) - 283dc91a
Mensagem: Se não eu vou la p pega

ID: 192
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20130829114304.zip
Data / Hora: 29/08/2013 08:39:51
Direção: Recebida
Alvo: Carlos(Zeze) - 28b98b49
Contato: Sleiman(Silo) - 283dc91a
Mensagem: Ela vai me fude de novo

ID: 193
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20130829114304.zip
Data / Hora: 29/08/2013 08:40:11
Direção: Recebida
Alvo: Carlos(Zeze) - 28b98b49
Contato: Sleiman(Silo) - 283dc91a
Mensagem: Se ela não vai pagar amanha en ppl

ID: 194
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20130829114304.zip
Data / Hora: 29/08/2013 08:40:16
Direção: Recebida
Alvo: Carlos(Zeze) - 28b98b49
Contato: Sleiman(Silo) - 283dc91a
Mensagem: Não quero mais

ID: 195
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20130829114304.zip
Data / Hora: 29/08/2013 08:40:20

- CC - SECRETARIA GERAL DA MESA AUTUAÇÃO Fls. 19 19

Direção: Originada
Alvo: Carlos(Zeze) - 28b98b49
Contato: Sleiman(Silo) - 283dc91a
Mensagem: Vc quer us em sao paulo. Eh isso?

ID: 196
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20130829114304.zip
Data / Hora: 29/08/2013 08:40:28
Direção: Recebida
Alvo: Carlos(Zeze) - 28b98b49
Contato: Sleiman(Silo) - 283dc91a
Mensagem: Sim

ID: 197
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20130829114304.zip
Data / Hora: 29/08/2013 08:40:29
Direção: Originada
Alvo: Carlos(Zeze) - 28b98b49
Contato: Sleiman(Silo) - 283dc91a
Mensagem: Ta deixa eu falar com ela'

170. Repare-se que, em seguida, Carlo Habib envia mensagem a Maria de Fátima informando que estaria no skype para conversar com ela:

'ID: 224
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20130829134321.zip
Data / Hora: 29/08/2013 10:37:56
Direção: Originada
Alvo: Carlos(Zeze) - 28b98b49
Contato: MNI(Fast Gmx) - 2afdaab0
Mensagem: Oi

ID: 225
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20130829134321.zip
Data / Hora: 29/08/2013 10:38:34
Direção: Originada
Alvo: Carlos(Zeze) - 28b98b49
Contato: MNI(Fast Gmx) - 2afdaab0
Mensagem: Já cheguei skype

ID: 226
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20130829135723.zip
Data / Hora: 29/08/2013 10:44:36
Direção: Recebida
Alvo: Carlos(Zeze) - 28b98b49
Contato: Sleiman(Silo) - 283dc91a
Mensagem: Qui deu

ID: 227
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20130829135723.zip
Data / Hora: 29/08/2013 10:44:59
Direção: Originada
Alvo: Carlos(Zeze) - 28b98b49
Contato: Sleiman(Silo) - 283dc91a
Mensagem: Estrou na linha co$m ela'

AUTUAÇÃO 1420

171. Maria de Fátima em novas mensagens confirma que poderia entregar 36 mil dólares:

'ID: 263
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20130829171158.zip
Data / Hora: 29/08/2013 13:59:42
Direção: Recebida
Alvo: Carlos(Zeze) - 28b98b49
Contato: MNI(Fast Gmx) - 2afdaab0
Mensagem: Oi amigo amanha posso entregar 36 ja comprei ok pode contar com isto

ID: 264
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20130829171158.zip
Data / Hora: 29/08/2013 13:59:55
Direção: Originada
Alvo: Carlos(Zeze) - 28b98b49
Contato: MNI(Fast Gmx) - 2afdaab0
Mensagem: Okok'

172. Em mensagem em 29/08, entre Carlos Habib e Sleiman é informado, pela primeira vez, o total da operação:

'ID: 279
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20130829175906.zip
Data / Hora: 29/08/2013 14:47:18
Direção: Recebida
Alvo: Carlos(Zeze) - 28b98b49
Contato: Sleiman(Silo) - 283dc91a
Mensagem: E não esquese vai entrega 124000'

173. Retomando-se a entrega dos 36 mil dólares, Carlos Habib informou que o numerário deveria ser entregue no endereço da Rua Renato Paes de Barros, 778, segundo andar, Itaim, que vem a ser o escritório profissional de Alberto Youssef em São Paulo. O dinheiro ali seria entregue a 'Rafael', o que converge com o nome de auxiliar de Alberto Youssef, Rafael Ângulo Lopez. Repare-se ainda na referência de Maria de Fátima de possível dificuldade no envio do dinheiro por falta de invoice a justificar a transferência internacional do dinheiro, indicando que esta seria feita mediante fraude relacionada a pagamento de importação/exportação:

'ID: 432
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20130830142637.zip
Data / Hora: 30/08/2013 11:14:22
Direção: Recebida
Alvo: Carlos(Zeze) - 28b98b49
Contato: MNI(Fast Gmx) - 2afdaab0
Mensagem: Me Fala onde eu mando pagar Voce???

ID: 433
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20130830142637.zip
Data / Hora: 30/08/2013 11:14:33
Direção: Recebida
Alvo: Carlos(Zeze) - 28b98b49
Contato: MNI(Fast Gmx) - 2afdaab0
Mensagem: Ja esta na Mao la em
(...)

ID: 435
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20130830142637.zip
Data / Hora: 30/08/2013 11:17:48
Direção: Recebida
Alvo: Carlos(Zeze) - 28b98b49
Contato: MNI(Fast Gmx) - 2afdaab0
Mensagem: So que esta sem invois ta complicado por. O banco pode travar entende

ID: 436
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20130830142637.zip
Data / Hora: 30/08/2013 11:18:07
Direção: Recebida
Alvo: Carlos(Zeze) - 28b98b49
Contato: MNI(Fast Gmx) - 2afdaab0
Mensagem: Ate ser apresentado o invois
(...)

ID: 443
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20130830142637.zip
Data / Hora: 30/08/2013 11:25:03
Direção: Originada
Alvo: Carlos(Zeze) - 28b98b49
Contato: MNI(Fast Gmx) - 2afdaab0
Mensagem: Endereco: renato paes de barros, 778 segundo aandar. Itaim.

ID: 444
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20130830142637.zip
Data / Hora: 30/08/2013 11:25:15
Direção: Originada
Alvo: Carlos(Zeze) - 28b98b49
Contato: MNI(Fast Gmx) - 2afdaab0
Mensagem: Falar com Rafael ou Damaris'

174. Em seguida, as mensagens de Carlos Habib para Rene Luiz foram retomadas, discutindo câmbio e depois com Carlos orientando Rene a apanhar os 36 mil dólares no escritório de Alberto Youssef, com o aludido Rafael, com o esclarecimento de que o valor seria pertinente a remessa total de 124 mil dólares:

'ID: 475
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20130830150844.zip
Data / Hora: 30/08/2013 12:06:55
Direção: Recebida
Alvo: Carlos(Zeze) - 28b98b49
Contato: Michelin(Michelin) - 28748398
Mensagem: Fala meu amigo
(...)

ID: 478
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20130830150844.zip
Data / Hora: 30/08/2013 12:07:36
Direção: Recebida
Alvo: Carlos(Zeze) - 28b98b49
Contato: Michelin(Michelin) - 28748398
Mensagem: Com quanto vc esta comprando papel hoje se eles mandarem na conta?
(...)



ID: 484
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20130830152246.zip
Data / Hora: 30/08/2013 12:11:03
Direção: Originada
Alvo: Carlos(Zeze) - 28b98b49
Contato: Michelin(Michelin) - 28748398
Mensagem: 2.47

ID: 485
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20130830152246.zip
Data / Hora: 30/08/2013 12:11:54
Direção: Originada
Alvo: Carlos(Zeze) - 28b98b49
Contato: Michelin(Michelin) - 28748398
Mensagem: Vou te passar endereco pra pegar um valor
(...)

ID: 488
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20130830152246.zip
Data / Hora: 30/08/2013 12:13:11
Direção: Originada
Alvo: Carlos(Zeze) - 28b98b49
Contato: Michelin(Michelin) - 28748398
Mensagem: Endereco: renato paes de barros, 778 segundo aandar. Itaim.

ID: 489
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20130830152246.zip
Data / Hora: 30/08/2013 12:13:18
Direção: Recebida
Alvo: Carlos(Zeze) - 28b98b49
Contato: Michelin(Michelin) - 28748398
Mensagem: Ok

ID: 490
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20130830152246.zip
Data / Hora: 30/08/2013 12:13:20
Direção: Originada
Alvo: Carlos(Zeze) - 28b98b49
Contato: Michelin(Michelin) - 28748398
Mensagem: Rafael

ID: 491
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20130830152246.zip
Data / Hora: 30/08/2013 12:13:38
Direção: Originada
Alvo: Carlos(Zeze) - 28b98b49
Contato: Michelin(Michelin) - 28748398
Mensagem: Passa la as 15:30h

ID: 492
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20130830152246.zip
Data / Hora: 30/08/2013 12:14:18
Direção: Recebida
Alvo: Carlos(Zeze) - 28b98b49
Contato: Michelin(Michelin) - 28748398
Mensagem: Esse é do 124 ?



ID: 493
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20130830152246.zip
Data / Hora: 30/08/2013 12:14:22
Direção: Originada
Alvo: Carlos(Zeze) - 28b98b49
Contato: Michelin(Michelin) - 28748398
Mensagem: Isso'

175. Em troca de mensagens, Carlos Habib Chater avisa Alberto Youssef, este utilizando o codinome 'Primo', da chegada, em linguagem cifrada dos 36 mil dólares e que Rene Luiz Pereira iria buscá-los:

'ID: 519
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20130830184629.zip
Data / Hora: 30/08/2013 15:44:23
Direção: Originada
Alvo: Carlos(Zeze) - 28b98b49
Contato: PRIMO(Primo) - 278c6a3e
Mensagem: Oi

ID: 520
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20130830184629.zip
Data / Hora: 30/08/2013 15:44:26
Direção: Originada
Alvo: Carlos(Zeze) - 28b98b49
Contato: PRIMO(Primo) - 278c6a3e
Mensagem: Tudo bem?

ID: 521
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20130830184629.zip
Data / Hora: 30/08/2013 15:44:35
Direção: Originada
Alvo: Carlos(Zeze) - 28b98b49
Contato: PRIMO(Primo) - 278c6a3e
Mensagem: O veio esta?

ID: 522
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20130830184629.zip
Data / Hora: 30/08/2013 15:44:40
Direção: Originada
Alvo: Carlos(Zeze) - 28b98b49
Contato: PRIMO(Primo) - 278c6a3e
Mensagem: Velho

ID: 523
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20130830184629.zip
Data / Hora: 30/08/2013 15:45:16
Direção: Recebida
Alvo: Carlos(Zeze) - 28b98b49
Contato: PRIMO(Primo) - 278c6a3e
Mensagem: Sim esta

ID: 524
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20130830184629.zip
Data / Hora: 30/08/2013 15:45:59

CÂMARA DOS DEPUTADOS - CD - MESA DIRETORA - SECRETARIA GERAL - AUTUAÇÃO Fls: 1404

Direção: Originada
Alvo: Carlos(Zeze) - 28b98b49
Contato: PRIMO(Primo) - 278c6a3e
Mensagem: Ok... Avisa porfavor que o rpazesta chegando com 36paginas de um contrto.

ID: 525
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20130830184629.zip
Data / Hora: 30/08/2013 15:46:23
Direção: Originada
Alvo: Carlos(Zeze) - 28b98b49
Contato: PRIMO(Primo) - 278c6a3e
Mensagem: Depois vai um rpaz chamado Rene pra buscar,.

ID: 526
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20130830184629.zip
Data / Hora: 30/08/2013 15:46:28
Direção: Originada
Alvo: Carlos(Zeze) - 28b98b49
Contato: PRIMO(Primo) - 278c6a3e
Mensagem: Obrigdo

ID: 571
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20130830190130.zip
Data / Hora: 30/08/2013 15:47:01
Direção: Recebida
Alvo: Carlos(Zeze) - 28b98b49
Contato: PRIMO(Primo) - 278c6a3e
Mensagem: Ok

ID: 572
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20130830190130.zip
Data / Hora: 30/08/2013 15:47:09
Direção: Originada
Alvo: Carlos(Zeze) - 28b98b49
Contato: PRIMO(Primo) - 278c6a3e
Mensagem: Obrigado'

176. Posteriormente, Carlos Habib Chater, em contato com Rene, obtém a confirmação da chegada deste no escritório de Alberto Youssef e da entrega do dinheiro:

'ID: 587
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20130830191532.zip
Data / Hora: 30/08/2013 16:11:58
Direção: Recebida
Alvo: Carlos(Zeze) - 28b98b49
Contato: Michelin(Michelin) - 28748398
Mensagem: Diga no itaim que estou chegando em 20 min
(...)

ID: 531
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20130830194338.zip
Data / Hora: 30/08/2013 16:34:58
Direção: Recebida
Alvo: Carlos(Zeze) - 28b98b49
Contato: Michelin(Michelin) - 28748398
Mensagem: Cheguei aqui

(...)

ID: 540
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20130830194338.zip
Data / Hora: 30/08/2013 16:38:57
Direção: Recebida
Alvo: Carlos(Zeze) - 28b98b49
Contato: Michelin(Michelin) - 28748398
Mensagem: Já autorizaram a subir'

177. Faltou, porém a entrega do restante, 88 mil dólares, aparentemente por culpa de terceiro, outro operador do mercado negro de câmbio, que falhou em cumprir o compromisso da entrega do dinheiro:

'ID: 632
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20130830201143.zip
Data / Hora: 30/08/2013 17:06:37
Direção: Recebida
Alvo: Carlos(Zeze) - 28b98b49
Contato: Michelin(Michelin) - 28748398
Mensagem: Mas falta o outro de 88078795149

ID: 633
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20130830201143.zip
Data / Hora: 30/08/2013 17:06:44
Direção: Recebida
Alvo: Carlos(Zeze) - 28b98b49
Contato: Michelin(Michelin) - 28748398
Mensagem: 88
(...)

ID: 830
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20130830202545.zip
Data / Hora: 30/08/2013 17:17:33
Direção: Recebida
Alvo: Carlos(Zeze) - 28b98b49
Contato: MNI(Fast Gmx) - 2afdaab0
Mensagem: Tem que tirar estes malditos calotero do mercado meu amigo. Estragam nossa credibilidade

ID: 831
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20130830202545.zip
Data / Hora: 30/08/2013 17:20:52
Direção: Originada
Alvo: Carlos(Zeze) - 28b98b49
Contato: MNI(Fast Gmx) - 2afdaab0
Mensagem: Também acho
(...)

ID: 834
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20130830212158.zip
Data / Hora: 30/08/2013 18:10:54
Direção: Originada
Alvo: Carlos(Zeze) - 28b98b49
Contato: Michelin(Michelin) - 28748398
Mensagem: Os 88 vao atrasar também. Parece qque esta faltandoppl ai. A mulher disse que

CD - SECRETARIA GERAL DA MESA AUTUAÇÃO 1926

esta juntando. Como ai fecha as 18h. Melhor vc seguir pra 25 que eu peco pra ela entregar onde vc estiver. Outra coisa , ateque horas vc precisa do real?
(...)

ID: 845
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20130830212158.zip
Data / Hora: 30/08/2013 18:12:43
Direção: Recebida
Alvo: Carlos(Zeze) - 28b98b49
Contato: Michelin(Michelin) - 28748398
Mensagem: E os 88 não vai vir?

ID: 846
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20130830212158.zip
Data / Hora: 30/08/2013 18:13:17
Direção: Originada
Alvo: Carlos(Zeze) - 28b98b49
Contato: Michelin(Michelin) - 28748398
Mensagem: Por isso eu falo pro primo . Tem que pedir mis tempo. Na correria não da. So quando tiver capital'

178. Fica clara nas mensagens a parceria entre Carlos Habib e Sleiman Nassim e a frustração de ambos por não terem conseguido completar a operação. Destaco algumas mensagens:

'ID: 657
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20130830215004.zip
Data / Hora: 30/08/2013 18:39:03
Direção: Originada
Alvo: Carlos(Zeze) - 28b98b49
Contato: Sleiman(Silo) - 283dc91a
Mensagem: Mas não da pra trblhar assim. Gente vai ficar doido. Eh muito apertdo o tempo. Pensa nisso.

ID: 658
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20130830215004.zip
Data / Hora: 30/08/2013 18:39:55
Direção: Recebida
Alvo: Carlos(Zeze) - 28b98b49
Contato: Sleiman(Silo) - 283dc91a
Mensagem: Eu sei carlos

ID: 659
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20130830215004.zip
Data / Hora: 30/08/2013 18:40:16
Direção: Recebida
Alvo: Carlos(Zeze) - 28b98b49
Contato: Sleiman(Silo) - 283dc91a
Mensagem: P isso esto doido p sair dineiro p não ficar dese jeito

ID: 660
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20130830215004.zip
Data / Hora: 30/08/2013 18:40:39
Direção: Originada
Alvo: Carlos(Zeze) - 28b98b49
Contato: Sleiman(Silo) - 283dc91a



Mensagem: Semana que vem esta resolvido.

ID: 661
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20130830215004.zip
Data / Hora: 30/08/2013 18:41:13
Direção: Originada
Alvo: Carlos(Zeze) - 28b98b49
Contato: Sleiman(Silo) - 283dc91a
Mensagem: Ai a gente fecha assim. 50% na hora e 50% com uma semana.

ID: 662
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20130830215004.zip
Data / Hora: 30/08/2013 18:41:27
Direção: Originada
Alvo: Carlos(Zeze) - 28b98b49
Contato: Sleiman(Silo) - 283dc91a
Mensagem: Ai da pra trabalhar com calma

ID: 663
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20130830215004.zip
Data / Hora: 30/08/2013 18:41:46
Direção: Recebida
Alvo: Carlos(Zeze) - 28b98b49
Contato: Sleiman(Silo) - 283dc91a
Mensagem: Carlos vai ter trabalho ate não acaba mais

ID: 664
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20130830215004.zip
Data / Hora: 30/08/2013 18:41:56
Direção: Originada
Alvo: Carlos(Zeze) - 28b98b49
Contato: Sleiman(Silo) - 283dc91a
Mensagem: Estou esgotado.
(...)

ID: 675
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20130830215004.zip
Data / Hora: 30/08/2013 18:47:45
Direção: Originada
Alvo: Carlos(Zeze) - 28b98b49
Contato: Sleiman(Silo) - 283dc91a
Mensagem: Mas eu não estou aguentando mais. O filho da puta do kld não me arrumou 15.000,00. Sabe porque? Porqueeu não vendi pra ele o dolaar a 2,35 ai.

ID: 676
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20130830215004.zip
Data / Hora: 30/08/2013 18:47:54
Direção: Originada
Alvo: Carlos(Zeze) - 28b98b49
Contato: Sleiman(Silo) - 283dc91a
Mensagem: Ele eh muito escroto.

ID: 677
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20130830215004.zip
Data / Hora: 30/08/2013 18:48:19
Direção: Originada
Alvo: Carlos(Zeze) - 28b98b49

- CD - AUTUAÇÃO 1498

Contato: Sleiman(Silo) - 283dc91a
Mensagem: O ladrao queria pgar oficial'

179. A questão, nas mensagens interceptadas no BBM, foi retomada entre Rene e Carlos apenas em 02/09/2013:

'ID: 1516
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20130902215514.zip
Data / Hora: 02/09/2013 18:51:37
Direção: Recebida
Alvo: Carlos(Zeze) - 28b98b49
Contato: Michelin(Michelin) - 28748398
Mensagem: O dono do dinheiro esta esperando esse dinheiro hoje.

ID: 1517
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20130902215514.zip
Data / Hora: 02/09/2013 18:52:50
Direção: Recebida
Alvo: Carlos(Zeze) - 28b98b49
Contato: Michelin(Michelin) - 28748398
Mensagem: Eu não tenho nem que falar com vc porque isso é negocio entre vc e o primo, mas esse dinheiro tem donoe não poderia ser gasto

(...)

ID: 1547
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20130904134512.zip
Data / Hora: 04/09/2013 10:32:30
Direção: Recebida
Alvo: Carlos(Zeze) - 28b98b49
Contato: Michelin(Michelin) - 28748398
Mensagem: Amigo, temos que conseguir mandar esse total. Ru tentei fazer acordo mas não consegui. Precisamos mandar urgente, entao por favor consiga isso.'

180. Restou, porém, convencionado que o remanescente, os 88 mil dólares, seria disponibilizado parte em reais por Carlos Habib Chater e que Rene Luiz se encarregaria de convertê-los em dólares. Rene indicou contas bancárias para que Carlos realizasse o depósito:

'ID: 1629
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20130905120810.zip
Data / Hora: 05/09/2013 09:06:10
Direção: Recebida
Alvo: Carlos(Zeze) - 28b98b49
Contato: Michelin(Michelin) - 28748398
Mensagem: Eu estou vendo pra nos comprarmos já la num casa decambio

(...)

ID: 1650
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20130905131516.zip
Data / Hora: 05/09/2013 10:09:41
Direção: Recebida
Alvo: Carlos(Zeze) - 28b98b49
Contato: Michelin(Michelin) - 28748398
Mensagem: Bradesco Ag 2289-6 Cc 18685-6 Cnpj 11.733.485/0001-49 Onix tec comercio de pecas eletricas e eletronicas ltda me



ID: 1651
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20130905131516.zip
Data / Hora: 05/09/2013 10:10:55
Direção: Recebida
Alvo: Carlos(Zeze) - 28b98b49
Contato: Michelin(Michelin) - 28748398
Mensagem: Temos que fazer un TED urgente de 77100 que já negociei 30mil la.

ID: 1584
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20130905132918.zip
Data / Hora: 05/09/2013 10:20:15
Direção: Recebida
Alvo: Carlos(Zeze) - 28b98b49
Contato: Michelin(Michelin) - 28748398
Mensagem: Fechei a 2.57 e o restante estou tentando que ele ainda aceite la, senão teremos que pagar esse valor prabele receber la onde ele esta.

ID: 1585
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20130905132918.zip
Data / Hora: 05/09/2013 10:21:02
Direção: Recebida
Alvo: Carlos(Zeze) - 28b98b49
Contato: Michelin(Michelin) - 28748398
Mensagem: Entao temos que comprar os 58 restantes urgente para o Riç levar

ID: 1586
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20130905132918.zip
Data / Hora: 05/09/2013 10:26:46
Direção: Recebida
Alvo: Carlos(Zeze) - 28b98b49
Contato: Michelin(Michelin) - 28748398
Mensagem: Preciso mandar o comprovante o mais rápido possivel.

ID: 1587
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20130905132918.zip
Data / Hora: 05/09/2013 10:27:02
Direção: Recebida
Alvo: Carlos(Zeze) - 28b98b49
Contato: Michelin(Michelin) - 28748398
Mensagem: Vc me manda ou tenho que pegar ai?
(...)

ID: 1644
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20130905141125.zip
Data / Hora: 05/09/2013 11:01:13
Direção: Originada
Alvo: Carlos(Zeze) - 28b98b49
Contato: Michelin(Michelin) - 28748398
Mensagem: O total qque tem que entrar eh 218

ID: 1645
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20130905141125.zip
Data / Hora: 05/09/2013 11:01:24
Direção: Recebida
Alvo: Carlos(Zeze) - 28b98b49
Contato: Michelin(Michelin) - 28748398



Mensagem: E o restante vc vai me dar em papel

ID: 1646
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20130905141125.zip
Data / Hora: 05/09/2013 11:02:47
Direção: Originada
Alvo: Carlos(Zeze) - 28b98b49
Contato: Michelin(Michelin) - 28748398
Mensagem: Estou esperando o ppl chegar. Ou vc vai dep tudo?
(...)

ID: 1648
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20130905141125.zip
Data / Hora: 05/09/2013 11:04:05
Direção: Recebida
Alvo: Carlos(Zeze) - 28b98b49
Contato: Michelin(Michelin) - 28748398
Mensagem: 58 vc vai me dar em papel e vamos mandar o riç la ou outra pessoa'

181. Carlos Habib relatou, porém, dificuldades em realizar o depósito, pois estava esperando prévia transferência da 'mulher', em provável referência a Maria de Fátima. Fica aqui claro que se trata de uma operação dólar cabo, na qual a disponibilização do numerário ao cliente no Brasil depende da prévia disponibilização do dinheiro pelo cliente no exterior:

'ID: 1656
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20130905154741.zip
Data / Hora: 05/09/2013 12:47:28
Direção: Recebida
Alvo: Carlos(Zeze) - 28b98b49
Contato: Michelin(Michelin) - 28748398
Mensagem: Estao me cobrando o deposito de 77100

(...)

ID: 1672
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20130905160143.zip
Data / Hora: 05/09/2013 12:51:33
Direção: Originada
Alvo: Carlos(Zeze) - 28b98b49
Contato: Michelin(Michelin) - 28748398
Mensagem: Amigo, ainda não fiz. Estou esperando o credito. Assim que cair faco na hora.

ID: 1673
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20130905160143.zip
Data / Hora: 05/09/2013 12:51:59
Direção: Recebida
Alvo: Carlos(Zeze) - 28b98b49
Contato: Michelin(Michelin) - 28748398
Mensagem: Assim que cair se der e se un dia cairr Carlos

ID: 1674
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20130905160143.zip
Data / Hora: 05/09/2013 12:53:48
Direção: Originada
Alvo: Carlos(Zeze) - 28b98b49



Contato: Michelin(Michelin) - 28748398
Mensagem: Eu dependo do dep. Da mulher. Se eu tivesse já tinha maandado .

(...)

ID: 1677
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20130905160143.zip
Data / Hora: 05/09/2013 13:01:37
Direção: Originada
Alvo: Carlos(Zeze) - 28b98b49
Contato: Michelin(Michelin) - 28748398
Mensagem: Deixa eu te explicar. A puta da mulher tem que depositar 218 que eh o valor dos 88. Ela so depositou 70. Entendeu? Estou aguardando o restante. Por isso eu disse pro primo que não vou fazer mais com ela. Ela sempre atrasa. Tentei ajudar mas com ela não dapra contar. Infelismente so ela pega nota pequena,. Mas hoje falei com primo e ele disse que já tem quem faca o que ela faz.'

182. Em troca de mensagens imediatamente a seguir, Carlos Chater revela sua preocupação em realizar a transferência solicitada por Rene porque iria vincular sua empresa às contas utilizadas por Rene ou pelos clientes deste. Interessante notar que foi tranquilizado por Rene pela referência de que as contas que receberiam os depósitos seriam aparentemente de pessoas interpostas utilizadas por casas de câmbio. A afirmação tranquilizou Carlos, o que gera alguma estranheza, considerando a ilicitude do procedimento:

'ID: 1659
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20130905165753.zip
Data / Hora: 05/09/2013 13:55:10
Direção: Originada
Alvo: Carlos(Zeze) - 28b98b49
Contato: Michelin(Michelin) - 28748398
Mensagem: Vc acha que se eu fizer ted não tem problema?

ID: 1660
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20130905165753.zip
Data / Hora: 05/09/2013 13:55:20
Direção: Originada
Alvo: Carlos(Zeze) - 28b98b49
Contato: Michelin(Michelin) - 28748398
Mensagem: De vincular a conta?

ID: 1661
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20130905165753.zip
Data / Hora: 05/09/2013 13:55:49
Direção: Recebida
Alvo: Carlos(Zeze) - 28b98b49
Contato: Michelin(Michelin) - 28748398
Mensagem: Sao contas particulares que usam casas de cambio

ID: 1662
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20130905165753.zip
Data / Hora: 05/09/2013 13:55:58
Direção: Originada
Alvo: Carlos(Zeze) - 28b98b49
Contato: Michelin(Michelin) - 28748398
Mensagem: Ok



ID: 1663
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20130905165753.zip
Data / Hora: 05/09/2013 13:56:09
Direção: Recebida
Alvo: Carlos(Zeze) - 28b98b49
Contato: Michelin(Michelin) - 28748398
Mensagem: Nenhuma de pessoas suspeitas

ID: 1664
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20130905165753.zip
Data / Hora: 05/09/2013 13:56:23
Direção: Originada
Alvo: Carlos(Zeze) - 28b98b49
Contato: Michelin(Michelin) - 28748398
Mensagem: Ok. Se vc esta dizendo.

ID: 1665
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20130905165753.zip
Data / Hora: 05/09/2013 13:56:24
Direção: Originada
Alvo: Carlos(Zeze) - 28b98b49
Contato: Michelin(Michelin) - 28748398
Mensagem: Ok'

183. Realizado o depósito em reais nas contas 'particulares que usam casas de câmbio', o correspondente em dólares seria entregue por esta ao credor de Rene:

'ID: 1689
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20130905161546.zip
Data / Hora: 05/09/2013 13:03:59
Direção: Recebida
Alvo: Carlos(Zeze) - 28b98b49
Contato: Michelin(Michelin) - 28748398
Mensagem: Eu comprei esse la na cidade dele e já vao entregarna mesma hora que eu mandar comprovante do deposito

(...)

ID: 1666
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20130905165753.zip
Data / Hora: 05/09/2013 13:56:39
Direção: Recebida
Alvo: Carlos(Zeze) - 28b98b49
Contato: Michelin(Michelin) - 28748398
Mensagem: Esse é o cara que te falei de la que já entrega na cidade

(...)

ID: 1669
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20130905165753.zip
Data / Hora: 05/09/2013 13:56:59
Direção: Recebida
Alvo: Carlos(Zeze) - 28b98b49
Contato: Michelin(Michelin) - 28748398
Mensagem: Veja o valor que pagamos pra ele entregar la

1933

ID: 1670
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20130905165753.zip
Data / Hora: 05/09/2013 13:57:37
Direção: Recebida
Alvo: Carlos(Zeze) - 28b98b49
Contato: Michelin(Michelin) - 28748398
Mensagem: Sorte que caiu o dolar senão não daria pra comprar os 58 restantes'

184. Posteriormente, Carlos afirma a Rene a realização da transferência, estando o comprovante com André, em referência ao acusado André Catão de Miranda. No dia seguinte, Rene confirma a Carlos Habib a entrega dos 30 mil dólares ao credor de Rene:

'ID: 1680
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20130905185115.zip
Data / Hora: 05/09/2013 15:41:24
Direção: Recebida
Alvo: Carlos(Zeze) - 28b98b49
Contato: Michelin(Michelin) - 28748398
Mensagem: Vc tem o comprovante?

ID: 1681
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20130905185115.zip
Data / Hora: 05/09/2013 15:41:56
Direção: Originada
Alvo: Carlos(Zeze) - 28b98b49
Contato: Michelin(Michelin) - 28748398
Mensagem: Já esta la no escritorio. Com andre

ID: 1682
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20130905185115.zip
Data / Hora: 05/09/2013 15:42:04
Direção: Recebida
Alvo: Carlos(Zeze) - 28b98b49
Contato: Michelin(Michelin) - 28748398
Mensagem: Ok

(...)

ID: 1773
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20130906122714.zip
Data / Hora: 06/09/2013 09:15:22
Direção: Recebida
Alvo: Carlos(Zeze) - 28b98b49
Contato: Michelin(Michelin) - 28748398
Mensagem: Já receberam o 30

ID: 1774
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20130906122714.zip
Data / Hora: 06/09/2013 09:15:57
Direção: Originada
Alvo: Carlos(Zeze) - 28b98b49
Contato: Michelin(Michelin) - 28748398
Mensagem: Otimo'

185. Este comprovante de depósito não foi, contudo, localizado.



186. Quanto ao remanescente, a negociação foi retomada em 09/09/2013:

'ID: 1862
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20130909131508.zip
Data / Hora: 09/09/2013 10:12:33
Direção: Recebida
Alvo: Carlos(Zeze) - 28b98b49
Contato: Michelin(Michelin) - 28748398
Mensagem: Bom dia

ID: 1863
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20130909131508.zip
Data / Hora: 09/09/2013 10:13:28
Direção: Recebida
Alvo: Carlos(Zeze) - 28b98b49
Contato: Michelin(Michelin) - 28748398
Mensagem: Já falei com ele e nos fez 2.49

ID: 1864
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20130909131508.zip
Data / Hora: 09/09/2013 10:13:44
Direção: Recebida
Alvo: Carlos(Zeze) - 28b98b49
Contato: Michelin(Michelin) - 28748398
Mensagem: Já vai me passar a conta

(...)

ID: 1842
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20130909135715.zip
Data / Hora: 09/09/2013 10:45:10
Direção: Recebida
Alvo: Carlos(Zeze) - 28b98b49
Contato: Michelin(Michelin) - 28748398
Mensagem: Banco do brasil Ag 6853 Cc 1102-9 Cnpj 03.835.426/0001-53 Valor: 72.400,00 rs

ID: 1843
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20130909135715.zip
Data / Hora: 09/09/2013 10:45:30
Direção: Recebida
Alvo: Carlos(Zeze) - 28b98b49
Contato: Michelin(Michelin) - 28748398
Mensagem: Transaco transp. Nac. Int. Ltda

ID: 1844
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20130909135715.zip
Data / Hora: 09/09/2013 10:46:49
Direção: Recebida
Alvo: Carlos(Zeze) - 28b98b49
Contato: Michelin(Michelin) - 28748398
Mensagem: A 2,49 = 29.076 us

ID: 1857
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20130909141116.zip
Data / Hora: 09/09/2013 11:07:47
Direção: Recebida
Alvo: Carlos(Zeze) - 28b98b49



Contato: Michelin(Michelin) - 28748398
Mensagem: Ele vai mandar contas separadas porque cada cliente precisa um valor

(...)

ID: 1858
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20130909141116.zip
Data / Hora: 09/09/2013 11:08:38
Direção: Recebida
Alvo: Carlos(Zeze) - 28b98b49
Contato: Michelin(Michelin) - 28748398
Mensagem: Já me deu outra pra colocar Rs 19.920,00

ID: 1859
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20130909141116.zip
Data / Hora: 09/09/2013 11:09:31
Direção: Recebida
Alvo: Carlos(Zeze) - 28b98b49
Contato: Michelin(Michelin) - 28748398
Mensagem: Banco Itau

ID: 1860
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20130909141116.zip
Data / Hora: 09/09/2013 11:09:40
Direção: Recebida
Alvo: Carlos(Zeze) - 28b98b49
Contato: Michelin(Michelin) - 28748398
Mensagem: Agencia: 3136

ID: 1861
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20130909141116.zip
Data / Hora: 09/09/2013 11:11:00
Direção: Originada
Alvo: Carlos(Zeze) - 28b98b49
Contato: Michelin(Michelin) - 28748398
Mensagem: Ok
(...)

187. Apesar da indicação das contas, Carlos Habib não fez o depósito, motivo pelo qual Rene, além de reclamar, afirmou que informaria outras contas:

'ID: 1919
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20130910200822.zip
Data / Hora: 10/09/2013 16:55:02
Direção: Recebida
Alvo: Carlos(Zeze) - 28b98b49
Contato: Michelin(Michelin) - 28748398
Mensagem: É bem mais fácil pra vc que não precisa me atender.Mas eu atendo a todos e a qualquer hora e vc nem imagina o quanto eu estou tendo que me explicar, porque essa gente de quem compramos os dólares é muito seria e fechou compromisso com o cliente dele pra nos depositarmos e não fizemos. Entao imagina o que eu tive que escutar, porque para eles não existe a palavra FALHA.

(...)

ID: 1922

Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20130911031254.zip
Data / Hora: 11/09/2013 00:02:34
Direção: Recebida
Alvo: Carlos(Zeze) - 28b98b49
Contato: Michelin(Michelin) - 28748398
Mensagem: Avise o Andre que não pode mais depositar aqueles 72.400,00 quando ele tivar o valor nas maos temos que pedir outra conta.'

188. Foram, em seguida, interceptados diálogos por telefone entre Rene Luiz Pereira, Ediel Viana da Silva e André Catão de Miranda, estes dois últimos gerente administrativo e gerente financeiro, respectivamente, do Posto da Torre Ltda., empresa de propriedade de Carlos Habib Chater:

Diálogo entre Ediel e Rene em 11/09/2013, às 07:12:

'EDIEL: Alô.
RENE: Quem fala ?
EDIEL: Ediel.
RENE: O André está ai ?
EDIEL: Ainda não.
RENE: Qual que é seu nome ?
EDIEL: Ediel.
RENE: Você no escritório trabalha, né ?
EDIEL: Isso.
RENE: Você poderia deixar um recado pra ele, por favor ? Ele ou Carlos. Diga que o Rene ligou.
EDIEL: Hã.
RENE: E, porque ele tem um TED pra, duas TEDs pra me fazer ai, com dois números de conta. diga a
ele que aquela de 72400 não pode mais ser feita nessa conta.
EDIEL: Ele tem seu telefone ? O André.
RENE: Ele tem, mas não vai conseguir falá comigo, só um pouco mais tarde
EDIEL: Tá, eu só vô avisa...
RENE: É bom avisa, porque senão se ele fize esse TED o dinheiro está perdido.
EDIEL: A de 72 não é pra faze nessa conta, é pra manda em outra conta, é isso ?
RENE: É, a hora que ele tiver o dinheiro, ele fala comigo. Eu dou um jeito de falar com ele. Ele fala já se tá com o dinheiro ou o Carlos me avisa e ai eu passo a conta, porque é... Ele teve a conta, não fez o depósito. então a outra conta ele pode fazer, o 19 mil e pouco.
EDIEL: Tá.
RENE: A de 72 ele cancela e me pede uma outra conta, tabom ?
EDIEL: Tá combinado, rene. Vô avisa aqui'

Diálogo entre André Catão de Miranda e Rene Luiz Pereira em 11/09/2013, às 09:40:

'ANDRÉ: Alô.
RENÉ: Como está ANDRÉ? Tudo bem?
ANDRÉ: Tudo.
RENÉ: Então tá bom. Liguei um pouco mais cedo pra você e deixei recado, eles te deram.
ANDRÉ: Ah, é. EDIEL falou.
RENÉ: Ah tá...
ANDRÉ: Que aquela conta não é pra fazer, né?
RENÉ: Já era, porque aquilo era do cliente do cara e...
ANDRÉ: Aham.
RENÉ: ...Nós o prejudicamos bastante.
ANDRÉ: Ele fez direto.

AUTUAÇÃO 1037

RENÉ: Isso, porque ele não podia deixar o cara sem... Sem o...Sem esse valor.
ANDRÉ: Entendi.
RENÉ: Então ele já fez. Agora, eu vou ter que ver com você a hora exata. Porque aí eu peço...Porque o cara já está...Até esse cara, ou seja,...Uma pessoa que eu faço negócios sempre.
ANDRÉ: Aquele 19 mantém.
RENÉ: Aquele 19 mantém.
ANDRÉ: Tá. RENÉ: Até ele já ficou chateado. (incompreensível - O cara tem que ver?) até onde são prejudicial essas coisas né?
ANDRÉ: É.
RENÉ: O que você tá sentindo? Hoje resolve realmente isso?
ANDRÉ: O CARLOS tá chegando e eu quero que ele ligue pra você. Porque, aí, ele já passa tudo certinho.
RENÉ: Tá, mas você tá achando que não...
ANDRÉ: Não, eu não sei. Porque, como ele não está aqui, e ele chega só meio-dia, e ele ainda tá vendo com o banco toda a programação, aí é melhor a gente ver com ele direto, né?
RENÉ: É.
ANDRÉ: Porque aí eu não posso dizer o que vai ser, o que não vai ser. Porque, aí, eu posso falar alguma coisa errada também. Né?
RENÉ: É
ANDRÉ:: Mas ele meio-dia tá aqui.
RENÉ: Tudo bem. É porque a situação já está muito grave.
ANDRÉ: É, eu sei. (...)'

'ANDRE:alô
RENE:oi, é o Andre?
ANDRE:isso
RENE:como está meu amigo, é o Rene, tudo bem?
ANDRE:opa, tudo bem
RENE:ótimo; ele falou que deu certo já hoje né?
ANDRE:olha, já entrou mas não foi efetivado ainda RENE:me mandaram um recado que era pra eu pegar a conta pra você. É, eu não tenho essa conta ainda porque o cara ficou muito desconfiado e nao (ininteligível) ainda
ANDRE:entendi
RENE:então ele pediu, falou: eu só vou passar na mesma hora que você me falar que já está com o dinheiro. Mas eu já pedi a conta porque o Salomão
ANDRE:é, ainda não entá cem por cento efetivada; tá na programação que vai dar certo hoje mas ainda não
RENE:mas de qualquer forma o Carlos já garantiu que por outro lado ele tem
ANDRE:ah, tudo bem, então ótimo
RENE:parece se não dá ai, ele ia pegar até do (sobrinho?)
ANDRE:ótimo, então é bom porque daí eu já fico mais tranquilo também
RENE:então isso, realmente, se passa hoje meu amigo, o problema é muito grave
ANDRE:aham
RENE:então, logo que essa pessoa me retorne aí eu já passo pra você ANDRE:tudo bem
RENE:ele não mandou ainda
ANDRE:ok
RENE:mas logo que ele me passe eu já passo isso pra você; e já bate um papo com o Carlos, ele já está aí ou não?
ANDRE:não, ainda não
RENE:já pergunte pra ele logo isso então porque ele garantiu, porque quem me ligou não foi ele eu não liguei mais pra ele
ANDRE:aham
RENE:quem me ligou foi o Salomão
ANDRE:ah tá
RENE:o coitado ficou penhorado lá até agora
ANDRE:eu sei



RENE:então ele me garantiu, ta ótimo, chegando hoje isso ai ainda salva a situação
ANDRE:tá beleza, se Salomão entrou no meio já melhorou
RENE:é, assim foi que me falou ele tá bom
ANDRE:tá ótimo
RENE:então está bem
ANDRE:obrigado
RENE:logo que eu tenha aqui eu passo pra você
ANDRE:tá, muito obrigado Rene
RENE:um abraço, obrigado a você.'

189. Houve, porém, um problema com uma das transferências, o que motivou o diálogo abaixo entre Rene Luiz Pereira e André Catão de Miranda em 17/09/2013, às 16:03, e realização de novos depósitos em substituição:

'ANDRÉ: Oi.
RENE: ANDRÉ?
ANDRÉ: Oi.
RENE: Oi
ANDRÉ, é o RENE. Tudo bem?
ANDRÉ: Tudo.
RENE: Me fala uma coisa: houve algum problema com aquela TED de sexta?
ANDRÉ: Aquela TED foi refeita porque o banco devolveu mas eu já refiz de outra forma. Ela foi como, quer ver? Deixa eu lhe passar. Ela foi como 7100 em depósito e 33, 33400 TED.
RENE: Pera aí que eu vou ter que anotar. ANDRÉ: Aí, dá os 40500 (quarenta e quinhentos), do mesmo jeito.
RENE: 7100...
ANDRÉ: 7100 em dinheito...
RENE: Você tem BBM, tem não?
ANDRÉ: Não, não tem não. Ó 7100 em dinheiro. Depósito na boca do caixa, e 33400 TED.
RENE: Que dia foi isso?
ANDRÉ: Isso foi segunda-feira, cedinho.
RENE: Segunda?
ANDRÉ: É
RENE: Se eles não aceitar, eu vou aí pega esse negócio, agora com você. Esse...Esse ignorante não vai aceitar... Tem que mandar sempre uma foto pra ele.
ANDRÉ: Tudo bem. É porque vira, exatamente, os mesmos 4500, certo?
RENE: Certo, Certo. (...)'

190. Esses diálogos foram ouvidos em audiência, tendo André Catão de Miranda, interlocutor dos dois últimos, reconhecido a autenticidade. O mesmo procedimento não foi adotado para Rene Luiz Pereira, que optou por ficar em silêncio. O reconhecimento, de todo modo, da autenticidade por uma dos interlocutores é suficiente, além de não existir qualquer dúvida fundada a respeito da idoneidade da prova.

191. Desta feita, os comprovantes dos depósitos foram interceptados em anexos das mensagens enviadas por Rene Luiz Pereira para outros interlocutores. Transcrevo mensagens com esses interlocutores:

'ID: 4498
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20130914000942_full.zip
Data / Hora: 13/09/2013 14:10:16
Direção: Originada
Alvo: Michelin(Michelin) - 28748398
Contato: Omeprazol(Omeprazol) - 25a2c477
Mensagem: Estou tentando rêceber desse çara que vc sabe e me pediu uma conta pra mandar



um TED

ID: 4499
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20130914000942_full.zip
Data / Hora: 13/09/2013 14:10:31
Direção: Originada
Alvo: Michelin(Michelin) - 28748398
Contato: Omeprazol(Omeprazol) - 25a2c477
Mensagem: Não quero por na minha e falta 125500

ID: 4500
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20130914000942_full.zip
Data / Hora: 13/09/2013 14:10:46
Direção: Originada
Alvo: Michelin(Michelin) - 28748398
Contato: Omeprazol(Omeprazol) - 25a2c477
Mensagem: Vc não tem desse pessoal pra mandarmos?

ID: 4501
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20130914000942_full.zip
Data / Hora: 13/09/2013 14:11:10
Direção: Recebida
Alvo: Michelin(Michelin) - 28748398
Contato: Omeprazol(Omeprazol) - 25a2c477
Mensagem: Um minuto que vejo aqui'

192. Por mensagem enviada por BBM em 17/09/2013, às 09:42, Rene Luiz Pereira enviou a pessoa com o codinome 'Matusalem', o comprovante digitalizado do depósito em dinheiro de R$ 40.500,00 efetuado pela empresa Posto da Torre Ltda., em 13/09/2013, na conta de Gilson M. Ferreira ME, mantida no Banco Itaú, Agência Xaxim em Curitiba. Em mensagem sucessiva, às 09:43, enviou comprovante de depósito em cheques de R$ 50.000,00, aqui sem identificação do depositante.

193. Esses depósitos encontram-se na fls. 54-55 do arquivo contendo a íntegra das mensagens BBM de Rene Luiz Pereira (Michelin) e que foram disponibilizados pelo ofício no evento 209 do processo 5026387-13.2013.404.7000. Também encontram-se nos autos, no relatório de interceptação constante no evento 114, arquivo pet1, do processo 5026387-13.2013.404.7000.

194. Como adiantado, o depósito de R$ 40.500,00 deu problema, o que motivou, em 16/09/2013, depósitos substitutivos de R$ 33.400,00 e R$ 7.100,00 na mesma conta de Gilson M. Ferreira ME. O fato foi objeto de troca de mensagem entre Rene Luiz Pereira e Matusalém:

'ID: 1967
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20130917192144.zip
Data / Hora: 17/09/2013 16:10:25
Direção: Originada
Alvo: Michelin(Michelin) - 28748398
Contato: Matusalem(Matusalem) - 29c9e03d
Mensagem: Ele ja tinha mandado outra Ted ontem pirque viu que voltou

ID: 1968
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20130917192144.zip

AUTUADO 1940

Data / Hora: 17/09/2013 16:10:26
Direção: Originada
Alvo: Michelin(Michelin) - 28748398
Contato: Matusalem(Matusalem) - 29c9e03d
Mensagem: Entrou outra Ted de 33.400,00 e um depositi em dinheiro de 7.100 que dao Os mesmos 40500.'

195. Esses novos depósitos foram enviados por mensagens BBM por Rene Luiz Pereira para Matusalém em 18/09/2012, 10:27 e 10:28. Encontram-se nas fls. 132 e 133 do arquivo contendo a íntegra das mensagens BBM de Rene Luiz Pereira (Michelin) e que foram disponibilizados pelo ofício no evento 209 do processo 5026387-13.2013.404.7000. Também encontram-se nos autos, no relatório de interceptação constante no evento 114, arquivo pet1, do processo 5026387-13.2013.404.7000. No depósito de R$ 33.400,00 é identificado o Posto da Torre Ltda. como depositante.

196. Os depósitos provenientes do Posto da Torre Ltda. na conta Gilson Ferreira em Curitiba também encontram-se provados pela quebra judicial de sigilo bancário da conta Gilson Ferreira, tendo sido produzido o laudo pericial 006/2014/SETEC pela perícia da Polícia Federal e que se encontra no evento 18, laul, do processo 5001438-85.2014.404.7000. Na fl. cinco do laudo, consta a identificação dos depósitos provenientes do Posto da Torre na referida conta.

197. Em outras trocas de mensagens BBM de Rene Luiz Pereira com as pessoas de língua espanhola que utilizam os codinomes Caballero e Chavo fica evidenciado que eram estes os credores de Rene no exterior, especificamente na Bolívia, e que o dinheiro em última análise a eles se destinava. São várias mensagens nesse sentido constante nas fls. 39-43 do anexo apresentado pelo MPF junto à denúncia (anexo5, evento 1). Destaco apenas algumas:

'ID: 5756
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20130917131453.zip
Data / Hora: 17/09/2013 09:50:48
Direção: Originada
Alvo: Michelin(Michelin) - 28748398
Contato: Chavo (Bol) 'Salazar Solis'(Chavo) - 266ebf50
Mensagem: Estoy hablando con la casa de cambio para sacarmos porlo menos un parte para darmos al hombre ahí, porque la otra parte el Maricá AC deposito en
cheque y solo manana liberando

(...)

ID: 6593
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20130918001408_full.zip
Data / Hora: 17/09/2013 11:55:29
Direção: Recebida
Alvo: Michelin(Michelin) - 28748398
Contato: Caballero(Caballero) - 26504fad
Mensagem: Amigo como le fue con la casa de cambio

ID: 6594
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20130918001408_full.zip
Data / Hora: 17/09/2013 11:55:47
Direção: Recebida
Alvo: Michelin(Michelin) - 28748398
Contato: Caballero(Caballero) - 26504fad

MESA - CD - AUTUAÇÃO Fls 1941

Mensagem: Que le dijo

ID: 6595
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20130918001408_full.zip
Data / Hora: 17/09/2013 11:55:52
Direção: Originada
Alvo: Michelin(Michelin) - 28748398
Contato: Caballero(Caballero) - 26504fad
Mensagem: Esperando que autorize

ID: 6596
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20130918001408_full.zip
Data / Hora: 17/09/2013 11:56:14
Direção: Recebida
Alvo: Michelin(Michelin) - 28748398
Contato: Caballero(Caballero) - 26504fad
Mensagem: Pero es si o si autoriza para hora

(...)

ID: 5829
Pacote: BRCR-130823-004_155-2013_20130917153911.zip
Data / Hora: 17/09/2013 12:38:32
Direção: Recebida
Alvo: Michelin(Michelin) - 28748398
Contato: Caballero(Caballero) - 26504fad
Mensagem: Me dice donde recojo en que casa de cambio me voy'

198. Oportuno lembrar que a pessoa que utilizava o codinome Caballero já figurou em outra troca de mensagens com Rene Luiz Pereira, naquela, anteriormente referida, quando Rene Luiz Pereira comenta a perda do carregamento de cerca de 700 kg de cocaína (item 132).

199. Sobre a ulterior destinação desses valores à pessoas nas Bolívia, tomo a liberdade de transcrever a síntese efetuada pelo MPF em suas alegações finais fl. 19 (evento 415):

> 'A remessa dos valores para o exterior é igualmente cristalina em face das conversas interceptadas.
> Veja-se nesse sentido, primeiramente que, quanto à transação no valor de R$ 77.100,00, RENE informa a CHATER que os destinatários já receberam os 30 (o equivalente em dólares, no montante de US$ 30.000,00), ao que CHATER responde 'ótimo', demonstrando inequívoca ciência da remessa ao exterior.
> Mais eloquente que isso é o fato de que, para a remessa do R$ 125.500,00 identificados acima como 'operações 4 e 5', RENE recebe indicação de conta de doleiro identificado pelo nick MATUSALEM, que informa que seu Ip de contato no Skype é da Bolívia.
> .A partir do item 32 do anexo à denúncia demonstra-se que, contemporaneamente às transações com CHATER, RENE mantém diálogos com bolivianos identificados pelos nicks CHAVO, BLACK e CABALLERO sobre pagamento de carregamento de drogas, confirmando com o primeiro o depósito dos valores por CHATER.
> O teor das conversas evidencia que os valores foram remetidos à Bolívia por MATUSALEM, onde foram recebidos pelo emissário de RENE identificado como CHAVO, o qual, por sua vez, os repassou ao credor/fornecedor a CABALLERO.
> Nesse sentido, vale especial remissão ao item 46, no qual RENE mantém conversação simultânea com MATUSALEM, CHAVO e CABALLERO sobre o local em que o dinheiro deveria ser buscado e entregue, com várias menções a pontos da cidade boliviana de Santa

AUTUAÇÃO 1942

Cruz de La Sierra.'

200. Saliente-se que as mensagens trocadas entre Rene e as pessoas com codinome Matusalem, Chavo e Caballero estão todas em espanhol, evidenciando que não se tratam de residentes no Brasil. Ademais, como bem apontado pelo MPF o IP de contato de Matusalém fica na Bolívia (evento 114 dos autos 5026387-13.2014.404.7000).

201. Assim, por transações subreptícias, 124 mil dólares foram enviados da Europa, através de Maria de Fátima Stocker, para o Brasil, tendo como destinatário imediato Rene Luiz Pereira e destinatários remotos fornecedores de drogas na Bolívia.

202. Carlos Habib Chater e Sleiman Nassim El Kobrossy atuaram como operadores do mercado negro de câmbio, intermediando a operação.

203. A pedido de Carlos Habib Chater, 36 mil dólares foram entregues em espécie no escritório profissional de Alberto Youssef em São Paulo na data de 30/08/2013, sendo, em seguida, entregues a Rene Luiz Pereira.

204. Apesar da utilização do escritório de Alberto Youssef para essa entrega, as provas indicam que o valor em espécie foi ali levado por emissário não identificado de Maria de Fátima Stocker e, posteriormente, entregue a Rene Luiz Pereira, sem uma participação mais ativa, além da cessão de endereço, por Alberto Youssef.

205. O remanescente, os 88 mil dólares, foi disponibilizado a Rene mediante depósitos do equivalente em reais efetuados por André Catão de Miranda, por determinação de Carlos Habib Chater, e foram provenientes da empresa por este controlada, a Posto da Torre Ltda. Primeiro, um depósito de R$ 77.100 em 05/09/2013, cujo comprovante não foi apreendido. Depois, dois depósitos, um de R$ 40.500,00, outro de R$ 50.000,00, efetuados em 13/09/2013, na conta de Gilson M. Ferreira ME, mantida no Banco Itaú, Agência Xaxim em Curitiba. Diante da falha na efetivação do depósito de R$ 40.500,00, foram realizados depósitos substitutivos de R$ 33.400,00 e R$ 7.100,00 em 16/09/2013, também provenientes do Posto da Torre.

206. Os depósitos de 13 e 16/09/2013 estão comprovados documentalmente. Representavam a contrapartida da aquisição do correspondente em dólares em casa de câmbio não totalmente identificada, mas que utilizaria a referida conta em nome de Gilson Ferreira. Os valores em dólares foram então providenciados aos fornecedores de Rene Luiz Pereira no exterior, entre eles as pessoas identificadas como Caballero e Chavo.

207. Posto da Torre Ltda., CNPJ 04.473.193/0001-59, identificado expressamente como depositante em pelo menos dois dos comprovantes dos depósitos, é de propriedade e controle de Carlos Habib Chater, que figura, juntamente com sua esposa, Dinorah Abrão, no quadro societário. O próprio Carlos Habib admitiu em Juízo ser o titular e gestor do Posto da Torre (evento 424, 'Juiz Federal: Senhor Carlos, pra esclarecer, o senhor é proprietário desse Posto da Torre?; Carlos Habib: Sim.').

208. Além da prova material das operações, o acusado Carlos Habib Chater, como adiantado, reconheceu, em Juízo, a autenticidade das interceptações e confirmou os codinomes utilizados no BBM pelos interlocutores Sleiman Nassim (Silo), Maria de Fátima Stocker (Fast GMX e Evi) e Rene Luiz Pereira (Michelin) (evento 424).

1643

209. Os fatos configuram crime de lavagem de dinheiro.

210. A internalização subreptícia de valores do exterior, com a realização de operações dólar cabo e sem utilização dos sistemas de transferências formais, nas quais essas transações ficam registradas, como o SISBACEN junto ao Banco Central, constitui ocultação, uma das condutas nucleares do crime de lavagem de dinheiro.

211. Como condutas de ocultação adicionais, foi utilizada, como intermediária das transações, empresa estranha a origem e ao destinatário das transações, especificamente a empresa Posto da Torre Ltda., ocultando, em meio as múltiplas operações de um posto de gasolina, transferências criminosas.

212. A Posto da Torre é empresa real constituída em Brasília. Trata-se de posto de gasolina de grande movimentação, como reconhecem as próprias Defesas e como afirmado pelas testemunhas. A utilização da empresa da espécie para a realização de transações bancárias subreptícias e estranhas ao seu objeto social constitui expediente hábil à ocultá-las.

213. Além disso, a empresa Gilson M. Ferreira Transporte ME, titular da conta em Curitiba que recebeu os depósitos provenientes da empresa Posto da Torre Ltda., é de fachada, sendo sua conta utilizada apenas para movimentação financeira ilegal. Conforme relatório obtido junto ao Conselho de Controle de Atividades Financeira, a conta em questão movimentou entre setembro de 2012 a fevereiro de 2013, o valor total de R$ 23.035.226,00, o que é absolutamente incompatível com a condição de microempresa (Relatório 10964, evento 15, anexo9, processo 5001438-85.2014.404.7000). A movimentação milionária da empresa também foi objeto do laudo pericial 006/2014/SETEC pela perícia da Polícia Federal e que se encontra no evento 18, laul, do processo 5001438-85.2014.404.7000, sendo ali apontado nos anos de 2012 e 2013 movimentação total de cerca de R$ 29.450.333,54 em cerca de 3.451 transações, o que representam indícios de que se trata de mera conta de passagem, utilizada por terceiros.

214. Caracterizadas, portanto, as condutas de ocultação pela realização de transferências internacionais à margem do sistema formal de transferência e sem registro no SISBACEN do Banco Central, pela utilização de empresa intermediária estranha aos destinatários e beneficiários, especificamente o Posto da Torre Ltda., e pela realização de depósitos em conta de pessoa interposta utilizada por terceiros, a Gilson M. Ferreira Transportes ME.

215. Os recursos movimentados nessas transações têm origem criminosa, especificamente no tráfico de drogas, considerando o profundo envolvimento de Rene Luiz Pereira nesta atividade, conforme já demonstrado.

216. É importante destacar que, no mundo da criminalidade complexa, inclusive no tráfico de drogas, criminosos não mantém contabilidade formal de seus negócios ilícitos.

217. Em transações relacionadas a atividades criminais complexas, dificilmente haverá prova direta de sua origem, natureza e propósitos criminosos.

218. Em casos envolvendo lavagem de produto de tráfico de drogas, a prova disponível será usualmente indireta ou indiciária no sentido técnico do art. 239 do Código de

CA MESA - CE - Juntado em 1944

Processo Penal.

219. No Direito Comparado, tem se entendido que a prova indiciária é fundamental no processo por crime de lavagem de dinheiro, inclusive quanto à prova de que o objeto da lavagem é produto de um crime antecedente.

220. Por exemplo, nos Estados Unidos, tal prova pode ser satisfeita com elementos circunstanciais, a expressão usualmente utilizada para representar a prova indireta. Ilustrativamente:

- em United States v. Abbel, 271 F3d 1286 (11th Cir. 1001), decidiu-se que a prova de que o cliente do acusado por crime de lavagem era um traficante, cujos negócios legítimos eram financiados por proventos do tráfico, era suficiente para concluir-se que as transações do acusado com seu cliente envolviam bens contaminados;

- em United States v. Golb, 69 F3d 1417 (9th Cr. 1995), entendeu-se que, quando o acusado por crime de lavagem faz declarações de que o adquirente de um avião é um traficante e quando o avião é modificado para acomodar entorpecentes, pode ser concluído que o dinheiro utilizado na aquisição era dinheiro proveniente de tráfico de entorpecentes;

- em United States v. Reiss, 186 f. 3d 149 (2d Cir. 1999), a utilização de subterfúgios para o pagamento de um avião envolvendo conhecido traficante foi considerada suficiente para estabelecer a procedência ilícita dos recursos empregados na compra;

- em casos como United States v. Hardwell, 80 F.3d 1471 (10th Cir. 1996) e United States v. King, 169 F.ed 1035 (6th Cir. 1999), decidiu-se que a falta de prova de renda legítima ou suficiente para justificar transações feitas por criminoso era prova suficiente da origem criminosa dos recursos empregados.

221. Tais casos e os respectivos resumos foram extraídos de manual dirigido aos Procuradores Federais norte-americanos, no qual sob o título 'Prova circunstancial é suficiente para demonstrar que a propriedade é proveniente de atividade criminosa específica' ('circunstantial evidence sufficient to show property was SUA proceeds'), são arrolados cerca de onze precedentes (U.S. DEPARTMENT OF JUSTICE. Criminal Division. Asset Forfeiture and Money Laundering Section. Federal Money Laundering Cases: Cases interpreting the Federal Money Laundering Statutes (18 U.S.C. §§ 1956, 1957, and 1960 and Related Forfeiture Provisions (18 U.S.C. §§ 981 and 982). janeiro, 2004, p.30-31.)

222. De forma semelhante, o Supremo Tribunal Espanhol - STE vem entendendo que a condenação pelo crime de lavagem não exige a condenação pelo crime antecedente, que a prova de que o objeto da lavagem é produto de crime antecedente pode ser satisfeita com prova indiciária e que esta, em geral, tem um papel fundamental no processo por crime de lavagem de dinheiro. Ilustrativamente (Todos esses julgados podem ser acessados através do site www.poderjudicial.es):

- na STS 392/2006 entendeu-se que a prova de que o acusado figurava como proprietário de embarcação de alta velocidade em Ceuta, do tipo comumente utilizada para transporte de droga na região do Estreito de Gibraltar, sem ter renda lícita que pudesse justificar tal propriedade, aliada à prova de que a embarcação teria, na única vez em que utilizada, sido conduzida por pessoa com antecedente por crime de tráfico de drogas, eram suficientes para caracterizar o crime de lavagem de dinheiro;

- na STS 33/2005 decidiu-se que a aquisição pelo acusado de quatro embarcações de alta velocidade e um veículo, sem que ele tivesse renda de fonte lícita ou fornecido explicações para as aquisições e para o destino dos bens, aliada à prévia condenação

1945

dele por tráfico de drogas e à prova de que ele seria dependente de drogas, eram suficientes para caracterizar o crime de lavagem de dinheiro;

- na STS 1637/1999 entendeu-se que realização, por pessoa com antecedentes por tráfico de drogas, de transações elevadas em dinheiro aliada à inexistência de operações comerciais ou negócios que pudessem justificar a origem da expressiva quantidade de dinheiro, constituíam prova indiciária suficiente de lavagem de dinheiro proveniente de tráfico de drogas;

- na STS 1704/2001 decidiu-se que a prova do crime de lavagem não depende de sentença quanto ao crime antecedente e que da realização de operações bancárias extravagantes envolvendo dinheiro proveniente de tráfico de drogas pode-se inferir dolo do crime de lavagem.

223. Da referida STS 392/2006, é oportuna transcrição, ainda que longa, da fundamentação que vêm sendo empregada pelo STE quanto à avaliação da prova indiciária em geral e desta em relação ao crime de lavagem.

> '1. Es doctrina reiterada de esta Sala la eficacia probatoria de la prueba de indicios y la exigencia de una serie de requisitos relativos a los indicios y a la inferencia.
> 'La prueba indiciaria, circunstancial o indirecta es suficiente para justificar la participación en el hecho punible, siempre que reuna unos determinados requisitos, que esta Sala, recogiendo principios interpretativos del Tribunal Constitucional, ha repetido hasta la saciedad. Tales exigencias se pueden concretar en las siguientes:
> 1) De carácter formal: a) que en la sentencia se expresen cuáles son los hechos base o indícios que se estimem plenamente acreditados y que van a servir de fundamento a la deducción o inferencia; b) que la sentencia haya explicitado el razonamiento a través del cual, partiendo de los indicios, se ha llegado a la convicción del acaecimento del hecho punible y la participación en el mismo del acusado, explicitación, que aún cuando pueda ser sucienta o escueta se hace imprescindible en el caso de prueba indiciaria, precisamente para posibilitar el control casacional de la racionalidad de la inferencia.
> 2) Desde el punto de vista material es preciso cumplir unos requisitos que se refieren tanto a los indicios en si mismos, como a la deducción o inferencia.
> Respecto a los indicios es necesario:
> a) que estén plenamente acreditados.
> b) de naturaleza inequívocamente acusatoria.
> c) que sean plurales o siendo único que posea uma singular potencia acreditativa.
> d) que sean concomitantes al hecho que se trate de probar.
> e) que estén interrelacionados, cuando sean varios, de modo que se refuerzen entre sí.
> En cuanto a la deducción o inferencia es preciso:
> a) que sea razonable, es decir, que no solamente no sea arbitraria, absurda e infundada, sino que responda plenamente a las reglas de la lógica y la experiencia.
> b) que de los hechos base acreditados fluya, como conclusión natural, el dato precisado de acreditar, existiendo entre ambos un 'enlace preciso y directo según las reglas del criterio humano.'
> 2. En el delito de blanqueo de capitales, provenientes de delitos de tráfico de drogas, se ha venido exigiendo tres elementos indiciarios, cuya concurrencia podría desembocar en la convicción de la existencia del delito, lógicamente dependiendo de la intensidad de los mismos y de las explicaciones o justificaciones del acusado.
> Estos indicios consisten en:
> a) el incremento inusual del patrimonio del acusado.
> b) la inexistencia de negocios lícitos que puedan justificar el referido incremento patrimonial así como las adquisiciones y gastos realizados.
> c) la constatación de un vínculo o conexión con actividades de tráfico de estupefacientes o con personas o grupos relacionados con los mismos.'

MESA - CD - SECRETARIA AUTUAÇÃO Fls 1946

224. E da já referida STS 1637/1999, extrai-se a seguinte justificativa do STE para sua jurisprudência:

> 'A ello debe recordarse como reflexión criminológica que en delitos como el enjuiciado, lo usual será contar sólo con pruebas indiciarias y que el cuestionamiento de su aptitud para provocar el decaimento de la presunción de inocencia solo produciría el efecto de lograr la impunidad respecto de las formas más graves de delincuencia entre las que debe citarse el narcotráfico y las enormes ganancias que de el se derivan, las que se encuentran en íntima unión con él como se reconece expresamente en la Convención de Viena de 1988 ya citada.'

225. No Brasil, a jurisprudência dos Tribunais de Apelação ainda não é suficientemente significativa a respeito desta questão. Não obstante, é possível encontrar alguns julgados adotando o mesmo entendimento, de que a prova indiciária do crime antecedente seria suficiente. Por exemplo, no julgamento da ACR 2000.71.00.041264-1 - 8.ª Turma - Rel. Des. Luiz Fernando Penteado - por maioria - j. 25/07/2007, DE de 02/08/2007, e da ACR 2000.71.00.037905-4 - 8.ª Turma - Rel. Des. Luiz Fernando Penteado - un. - j. 05/04/2006, dede 03/05/2006, o TRF da 4.ª Região, em casos envolvendo lavagem de dinheiro tendo por antecedentes crimes de contrabando, descaminho e contra o sistema financeiro, decidiu-se expressamente que 'não é exigida prova cabal dos delitos antecedentes, bastando apenas indícios da prática das figuras mencionadas nos incisos I a VII para que se complete a tipicidade'. Também merece referência o precedente na ACR 2006.7000026752-5/PR e 2006.7000020042-0, 8.ª Turma do TRF4, Rel. Des. Federal Paulo Afonso Brum, un., j. 19/11/2008, no qual foi reconhecido o papel relevante da prova indiciária no crime de lavagem de dinheiro.

226. Também merece referência o seguinte precedente da 5.ª Turma do Superior Tribunal de Justiça quanto à configuração do crime de lavagem, quando do julgamento de recurso especial interposto contra acórdão condenatório por crime de lavagem do Tribunal Regional Federal da 4ª Região:

> 'Para a configuração do crime de lavagem de dinheiro, não é necessária a prova cabal do crime antecedente, mas a demonstração de 'indícios suficientes da existência do crime antecedente', conforme o teor do §1.º do art. 2.º da Lei n.º 9.613/98. (Precedentes do STF e desta Corte)' (RESP 1.133.944/PR - Rel. Min. Felix Fischer - 5.ª Turma do STJ - j. 27/04/2010)

227. O fato é que o crime de lavagem de dinheiro reveste-se usualmente de certa complexidade, sendo difícil revelá-lo e prová-lo. O usual será dispor apenas de prova indireta de seus elementos, inclusive quanto a origem criminosa dos bens, direitos e valores envolvidos.

228. Admitir a validade da prova indireta para a caracterização do crime de lavagem não é algo diferente do que ocorre em relação a qualquer outro crime. Isso não significa, por outro lado, um enfraquecimento das garantias do acusado no processo penal, pois a prova, ainda que indireta, deve ser suficientemente convincente para satisfazer o standard da prova acima de qualquer dúvida razoável.

229. No caso presente, há indícios robustos, concomitantes e concordantes quanto a origem, natureza e propósitos criminosos das transações relacionadas em questão, especificamente:

- realização das transações subrepticiamente, de forma a ocultar a sua existência;

- emprego de contas de empresas intermediárias e ainda contas de pessoas interpostas;

- inexistência de negócios lícitos que possam justificar as transações;

- envolvimento profundo do principal responsável pelas transações no assim denominado mundo das drogas.

230. Tais elementos indiciários, aliados à falta de explicações pelos acusados sobre a natureza, origem e destino das transações, são suficientes para a comprovação da materialidade, acima de qualquer dúvida razoável, do crime de lavagem de dinheiro, tendo por antecedentes crimes de tráfico de drogas.

231. Como já apontado, trata-se aqui, em realidade, de operação clássica de lavagem de dinheiro, no qual o produto da venda de drogas na Europa é remetida subrepticiamente para pagamento dos fornecedores nos países de origem, com a circunstância de, no presente caso, haver a intermediação da transação no Brasil. No primeiro relatório anual apresentado pelo FATF/GAFI (FATF-GAFI. FATF Annual Report de 1990. disponível em www.fatf-gafi.org/dataoecd/20/16/33643019.pdf), já havia referência a essa tipologia de lavagem de dinheiro.

232. Embora a doutrina reporte-se a fases da lavagem de dinheiro, colocação, movimentação (ocultação) e integração, a consumação do crime de lavagem, considerando a redação do tipo previsto no caput do art. 1° da Lei n° 9.613/1998, não depende que todo o ciclo seja completado, com a integração do produto do crime no domínio econômico na forma de um bem lícito. Qualquer conduta de ocultação ou dissimulação do produto do crime basta à configuração típica e à consumação. E, no presente caso, ao contrário do argumentado pela Defesa de Rene, houve muito mais do que mera movimentação física do dinheiro.

233. Caracterizada a materialidade do crime de lavagem de dinheiro, passa-se ao exame da autoria e do dolo.

234. Rene Luiz Pereira, além de responsável pelo crime antecedente, também praticou ativamente o crime de lavagem de dinheiro, estando envolvido diretamente na realização das transações subreptícias. Como autor também do crime antecedente, o dolo direto é inegável, tendo Rene agido com consciência e vontade de realizar o tipo objetivo da lavagem, ocultar o produto do crime, e com ciência da origem e natureza criminosa dos valores envolvidos nas transações. Deve ser tido como um dos autores do crime de lavagem, agindo dolosamente.

235. Como adiantado, Carlos Habib Chater admitiu a realização das transações em Juízo (evento 424). Declarou que Sleiman Nassim El Kobrossy seria seu amigo e seria um operador do mercado negro de câmbio, um doleiro. Carlos Chater teria aceitado auxiliar Sleiman na internalização de USD 124.000,00 provenientes de Maria de Fátima Stocker que estava na Europa e a entrega desse numerário a Rene Luiz Pereira no Brasil. Negou, porém, ciência do envolvimento de Rene Luiz Pereira com o tráfico de drogas e de Sleiman e Maria de Fática com lavagem do produto de tráfico de drogas.

236. Carlos Habib Chater foi um dos autores do crime de lavagem, responsável direto por condutas de ocultação das transações, realizando-as à margem do sistema formal de transferência, utilizando o posto de gasolina de sua propriedade como intermediário das

1948

transações e realizando depósitos em conta de empresa de fachada.

237. A negativa do agir doloso não é convincente. Da realização das transações por meio de condutas de ocultação infere-se a intenção de lavar. Não há outra explicação disponível para a realização das transações subreptícias. Fossem negócios lícitos, normais, ficariam sem quaisquer explicações os procedimentos fraudulentos adotados para ocultar as transações, inclusive a utilização do Posto da Torre como intermediário desnecessário entre origem e destino da transações.

238. Questão que se coloca diz respeito ao conhecimento de Carlos Habib Chater de que os valores envolvidos tinham origem no tráfico de drogas ou de que Rene Luiz Pereira estava envolvido no tráfico de grandes quantidades de drogas.

239. O conhecimento da origem específica dos valores objeto da lavagem perdeu parte de sua importância com a alteração da Lei nº 9.613/1998 pela Lei nº 12.683/2012 que eliminou o rol de crimes antecedentes. Se até então, poderia haver importância, para configurar o agir doloso, na ciência da procedência específica dos valores, já que havia rol de crimes antecedentes, desde então, sendo todo crime ou mais qualquer infração penal passível de figurar como antecedente da lavagem de dinheiro, basta o conhecimento pelo agente da lavagem da procedência criminosa ou contravencional dos valores envolvidos.

240. O conhecimento da procedência criminosa ou contravencional dos valores envolvidos pode ser inferida, como adiantado, pela prática das condutas de ocultação e dissimulação. Do emprego dos estratagemas de ocultação e dissimulação, possível concluir pela presença do dolo de lavagem, única explicação para seu emprego.

241. Ainda que Carlos Habib Chater não tivesse conhecimento direto da procedência criminosa dos valores, seria forçoso reconhecer que no mínimo agiu com dolo eventual. Ao concordar em realizar as transações subreptícias, em circunstâncias suspeitas, sem indagar a origem, natureza e destino dos valores, assumiu o risco de produzir o resultado delitivo do crime de lavagem de dinheiro, agindo com dolo eventual nos termos do art. 18, I, do CP).

242. Em seu interrogatório, como álibi, negou ciência de que o dinheiro proviria do tráfico de drogas e afirmou que apenas teria auxiliado seu amigo, Sleiman Nassim, que seria um doleiro, a internalizar os valores da Europa no Brasil (evento 424). Questionado sobre questões centrais a respeito da operação, como origem, natureza e destino específicos dos valores, negou ciência e mesmo se importar com essas questões. Transcrevo o seguinte trecho:

> 'Juiz Federal:- Mas quando o senhor fazia essas operações o senhor não achava que o senhor corria um risco de, de se envolver em alguma coisa dessa espécie?
> Carlos Chater:- Não, desculpa...
> Juiz Federal:- Como aparentemente, digamos assim, é a acusação?
> Carlos Chater:- Não é, usaram um termo da cegueira deliberada. Eu não concordo em momento algum, nem em cima dessa ação, nem das próximas que, que a gente tá tratando aqui. Porque eu sempre tive muito cuidado. Agora é claro eu sou um ser humano.
> Juiz Federal:- O senhor fez essas transações com o senhor Salomão né?
> Carlos Chater:- Sim.
> Juiz Federal- Que o senhor mesmo disse que é um doleiro que atua no mercado de câmbio paralelo. Trouxe dinheiro, de quem que era esse dinheiro lá do...

Carlos Chater:- Eu não sei, mas eu conheço o Salomão há 20 anos. Eu nunca vi, nunca ouvi, nunca presenciei nenhuma situação que pudesse...
Juiz Federal:- Esse dinheiro é o que o senhor fez então a transação, o senhor não sabe de quem que é?
Carlos Chater:- Não, porque o Salomão é que sabia. Eu não posso falar pro Salomão, quem é seu cliente. Às vezes ele vai pensar que eu tô querendo roubar um cliente ou tirar alguma, eu nunca fui perguntar. É claro que se fosse uma pessoa que eu tivesse conhecido, não primeiro que eu não faria uma operação dessa.
Juiz Federal:- E o senhor Renê tampouco o senhor diz que conhece?
Carlos Chater:- Não, é o emissário de Salomão.
Juiz Federal:- Essas contas que o senhor fez o depósito lá, como que é...
Carlos Chater:- Gilson.
Juiz Federal:- Gilson Ferreira.
Carlos Chater:- Não conheço, não sei nem quem é.
Juiz Federal:- E o senhor não acha que o senhor corre um risco de fazer operação de lavagem de dinheiro?
Carlos Chater:- Como eu disse eu fui, não fui diligente o suficiente. Mas quando ele disse, doutor, que seriam contas de casas de câmbio, eu relaxei. Vou repetir, eu mando o meu filho constantemente pra fora pra poder fazer alguns cursos. Eu compro os dólares e pago as universidades com casas de câmbio. Inclusive numa outra ação em cima de uma RIF tem o compliance do Banco Tov, da corretora Tov que disse que estaria liberando um, um repasse pra uma faculdade nos Estados Unidos.
Juiz Federal:- Naquele outro é em objeto do outro processo e o senhor responde se o senhor quiser é coisa parecida. Mas daí tem uma operação supostamente seria que o senhor Alberto Youssef com o dinheiro supostamente do deputado Federal lá, ex-deputado José Janene é, não sei se o senhor...
Carlos Chater:- Não.
Juiz Federal:- ...fez, fez a operação.
Carlos Chater:- Não conheço, não tenho conhecimento dessa operação. Operação de quanto?
Juiz Federal:- É aquela operação que é o objeto do outro processo lá do depósito da DUNEL.
Carlos Chater:- Ah, na DUNEL?
Juiz Federal:- Isso.
Carlos Chater:- No momento oportuno eu, mas o que eu posso adiantar é que eu não conheço o senhor, nunca conheci o deputado.
Juiz Federal:- Eu vou passar aqui um...
Defesa de Carlos:- Excelência só fazer uma pergunta aqui. Eu vou só, é o senhor tinha conhecimento de alguma forma que esse dinheiro foi ou poderia ter sido remitido para o exterior?
Carlos Chater:- Qual dinheiro?
Defesa de Carlos:- Esses 124 mil dólares.
Carlos Chater:- Não.
Defesa de Carlos:- Essa transação que tava acontecendo.
Carlos Chater:- Não era nem minha função saber.
Defesa de Carlos:- Não.
Carlos Chater:- A minha função era entregar no Brasil o que foi combinado, e foi o que eu fiz.
Juiz Federal:- Porque é que o senhor Salomão queria em dólar esse dinheiro e não em reais?
Carlos Chater:- Aí deve ser o acordo dele com o cliente dele.
Juiz Federal:- Que o senhor também não sabe quem é?
Carlos Chater:- Não, não conheço.
Juiz Federal:- E o senhor sabe onde que ele ia entregar esse dinheiro?
Carlos Chater:- Não, também não.'

243. Mesmo fiando-se no álibi, Carlos Chater, apesar de admitir ter realizado as transações fraudulentas, declarou expressamente, conforme trecho transcrito, que não sabia de quem seria o dinheiro, que não conhecia Rene Luiz, que não sabia de quem seria a conta Gilson Ferreira na qual realizou os depósitos, e que não sabia para quem ou onde o dinheiro

seria entregue ao final. Seu álibi pode ser resumido pela declaração por ele efetuada de que 'não era nem minha função saber.'

244. São aqui pertinentes as construções do Direito anglo-saxão para o crime de lavagem de dinheiro em torno da 'cegueira deliberada' ou 'willful blindness' e que é equiparável ao dolo eventual da tradição do Direito Continental europeu. Escrevi sobre o tema em obra dogmática (MORO, Sergio Fernando. Crime de lavagem de dinheiro. São Paulo, Saraiva, 2010).

245. Em síntese, aquele que realiza condutas típicas à lavagem, de ocultação ou dissimulação, não elide o agir doloso e a sua responsabilidade criminal se escolhe permanecer ignorante quando a natureza dos bens, direitos ou valores envolvidos na transação, quando tinha condições de aprofundar o seu conhecimento sobre os fatos.

246. A doutrina da cegueira deliberada, apesar de constituir construção da common law, foi assimilada pelo Supremo Tribunal Espanhol (STE), ou seja, corte da tradição da civil law, em casos de receptação, tráfico de drogas e lavagem, dentre outros. Por todos, transcrevo parcialmente trecho de decisão do Supremo Tribunal Espanhol na STS 33/2005, na qual a ignorância deliberada foi assimilada ao dolo eventual (os julgados do STE podem ser acessados através do site www.poderjudicial.es/jurisprudencia/?nocache=503):

> 'La prueba de conocimiento del delito de referencia es un dato subjetivo, lo que le convierte en un hecho que dada su estructura interna sólo podría verificar-se -- salvo improbable confesión-- por prueba indirecta, y en este sentido la constante jurisprudencia de esta Sala ha estimado que a tal conocimiento se puede llegar siempre que se acredite una conexión o proximidad entre el autor y lo que podría calificarse 'el mundo de la droga'.
> Esta doctrina se origina en la STS 755/97 de 23 de Mayo, y se reitera en las de 356/98 de 15 de Abril, 1637/99 de 10 de Enero de 2000, 1842/99 de 28 de Diciembre, 774/2001 de Mayo, 18 de Diciembre de 2001, 1293/2001 de 28 de Julio, 157/2003 de 5 de Febrero, 198/2003 de 10 de Febrero, 1070/2003 de 22 de Julio, 1504/2003 de 25 de Febrero y 1595/2003 de 29 de Noviembre, entre otras, precisándose en la jurisprudencia citada, que no se exige un dolo directo, bastando el eventual o incluso como se hace referencia en la sentencia de instancia, es suficiente situarse en la posición de ignorancia deliberada. Es decir quien pudiendo y debiendo conocer, la naturaleza del acto o colaboración que se le pide, se mantiene en situación de no querer saber, pero no obstante presta su colaboración, se hace acreedor a las consecuencias penales que se deriven de su antijurídico actuar. Es el principio de ignorancia deliberada al que se ha referido la jurisprudencia de esta Sala, entre otras en SSTS 1637/99 de 10 de Enero de 2000, 946/2002 de 16 de Mayo, 236/2003 de 17 de Febrero, 420/2003 de 20 de Marzo, 628/2003 de 30 de Abril ó 785/2003 de 29 de Mayo.'

247. A jurisprudência do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, por sua vez, já empregou o conceito para crimes de contrabando e descaminho:

> 'Age dolosamente não só o agente que quer o resultado delitivo, mas também quem assume o risco de produzi-lo (art. 18, I, do Código Penal). Motorista de veículo que transporta drogas, arma e munição não exclui a sua responsabilidade criminal escolhendo permanecer ignorante quanto ao objeto da carga, quando tinha condições de aprofundar o seu conhecimento. Repetindo precedente do Supremo Tribunal Espanhol (STS 33/2005), 'quem, podendo e devendo conhecer, a natureza do ato ou da colaboração que lhe é solicitada, se mantém em situação de não querer saber, mas, não obstante, presta a sua colaboração, se faz devedor das consequências penais que derivam de sua atuação antijurídica'. Doutrina da 'cegueira deliberada' equiparável ao dolo eventual e aplicável a crimes de transporte de substâncias ou de produtos ilícitos e de lavagem de dinheiro.' (ACR 5004606-31.2010.404.7002 - Rel. Des.

1951

248. Apesar da aparente pertinência do dolo eventual, há elementos probatórios que apontam para o dolo direto de Carlos Habib Chater.

249. O contato frequente dele como Rene Luiz Pereira e o modo de tratamento entre eles nas mensagens interceptadas sugerem uma proximidade maior do que Carlos Habib Chater admitiu em Juízo. Os contatos de Carlos com Rene foram, aliás, mais frequentes, segundo a interceptação, do que aqueles entre Rene e Sleiman.

250. Ademais, apesar de Carlos Habib Chater ter admitido, em seu interrogatório, que teria no passado atuado como doleiro ('eu fui um doleiro aos 21 anos e, eu na verdade fui o maior doleiro do Centro-Oeste', evento 424), declarou que teria encerrado suas atividades em 1991. Há indícios, porém, que teria faltado com a verdade, já que, além das operações que constituem objeto da presente denúncia, responde a outras duas ações penais perante este Juízo por outros crimes de lavagem de dinheiro e por crimes financeiros (processos 5047229-77.2014.404.7000 e 5026663-10.2014.404.7000).

251. Embora essas ações estejam em andamento, há indícios a ampará-las, considerando o recebimento da denúncia e decretação da preventiva. Entre as provas. destaque-se que foi o acusado Carlos Chater confrontado em audiência com diálogo interceptado com Alberto Youssef, no qual, além de tratarem de operação financeira em andamento entre eles, Carlos admitiu expressamente a prática de diversas 'operações' com grupo criminoso que foi alvo de diligência policial, sugerindo que seu envolvimento nessa espécie de atividade 'de doleiro' não se interrompeu em 1991 como afirma, muito pelo contrário:

> 'BETO: Alô.
> CARLOS: Oi, tudo bem ?
> BETO: Tudo bem, e você ?
> CARLOS: Tranquilo.
> BETO: E ae ?
> CARLOS: Deixa eu te fala. O portador já tá no avião indo entrega aqule documento lá.
> BETO: O CEARÁ falou que eu podia paga a contra real pra você.
> CARLOS: Não, é, mas, mas tem real lá ? Daí, o menino chega, tem que fala com ele o que que é pra faze.
> BETO: Entendeu ? Que isso aí já foi, entreguei pro Zica.
> CARLOS: Eita porra. Vai dá um pau danado. Essa operação, ele até brigo com minha mulher por conta desse
> negócio (incompreensível). Mas o rapaz já tá no, dentro do avião, descendo lá. Lembra que eu te falei que ia tenta vê hoje de manhã ?
> BETO: Então, você lembra que te passei uma mensagem ontem, duas coisas, pra você vê isso e isso.
> CARLOS: Então ai eu te falei. Com relação a esse papel não é meu. Mas eu vo tenta, só consigo fala amanhã só, de manhã. Só que de manhã já tava dentro do avião, eu tinha mensagem me pedindo endereço pra pegá.
> BETO: Já foi.
> CARLOS: É gente conhecida. Aí você, tem que se, como é que você consegue organiza com a pessoa, entendeu ?
> BETO: Tabom, porque aqui já foi. Zica já levo.
> CARLOS: Nossa Senhora, isso vai dá um pau do caralho.
> BETO: Vo vê tambem se eu consigo pega o outro lá.
> CARLOS: É, quando a pessoa chega aí. Você tá trabalhando ? Não né ?

1952

BETO: Não, num tô.
CARLOS: Não, pois é, quando a pessoa chega lá, você tá no escritório, não ?
BETO: Agora dei uma passadinha no escritório. Tô resolvendo umas coisas, mas daqui a pouco tô indo embora.
CARLOS: Hum. E quando a pessoa chega vai te que conversa com ela, pelo menos pra dize que não sabia desse negócio (incompreensível).
BETO: Se for o caso eu volto aqui. bom ?
CARLOS: Então se pede pra te avisa, que ai você vai vê quem é a pessoa. Eu acho que dá pra contorna, mas você tem que fala com a pessoa, que eu na verdade não tenho nada com isso. Eu tô com tanta pressão, não guento mais essa aí não. Pela amor de Deus...
BETO: Tá mal pra caralho, tu qué jeito...tudo que é jeito...
CARLOS: Não, você tem jeito (incompreensível).
BETO: Só não tem jeito pa morte.
CARLOS: Eu sei. Má quando chega aí então, pede pra te avisa aí você conversa com essa pessoa e explica o que que houve que eu não tô sabendo de nada (incompreensível).
BETO: OK. Mas porra eu falei pra você não (incompreensível).
CARLOS: Falo não, tua mensagem tá aqui e tá anotado, você me pediu eu falei olha eu não posso te fala porque o papel não é meu. Mas amanhã eu vejo com a pessoa. Só que de manhã a pessoa já tinha saído pra aí.
BETO: Tabom então. Vamo lá.
CARLOS: Ta ? Ae você ve, dá um agrado acho que a pessoa topa, você sabe, vê o que você faz aí.
BETO: Vamo lá. Beijo
CARLOS: Conseguiu fala com o Cunha ?
BETO: (incompreensível)
CARLOS: Por conta dessa mixaria.
BETO: Na verdade eu devia te posto rédea (incompreensível) desde ontem.
CARLOS: Pois é, mas é, ele não qué faze porque é um filha da puta
BETO: Sabe o que que é ? Babaca.
CARLOS: Babaca demais. Ele não qué ganha né. Só qué coisa barato pra você e pra ele alguma grana.E um otário.
BETO: (incompreensível) não agora vo gasta mil e quinhentos conto de passagem, fácil.
CARLOS: Pois é. Ele te cobra dois (incompreensível), é de graça pra você e pra ele é fora do comum.
BETO: E eu to falando pra ele: o dinheiro tá aqui, aqui. Inclusive ó, me dê o endereço onde você quer que entregue.
CARLOS: Hum.
BETO: Eu entrego primeiro, depois se me paga esse, esse, aquele.
CARLOS: Mas ele te atendeu ?
BETO: Não, nem atendeu, covarde.
CARLOS: Não, ele não atende, põe a KÁTIA pra fala. É uma merda mesmo.
BETO: (incompreensível), preciso me recupera.
CARLOS: Tá certo.
BETO: Ta bom ?
CARLOS: Então tá, fala com essa pessoa que tá chegando aí e explica só um detalhe ó, ele nem sabia que não tava aqui.
BETO: Se não tá indo trabalha não ?
CARLOS: Não tô desde aquele problema já tem uns quarenta e tantos que eu não to indo, vo vê se eu, se tive tudo ok, daqui uns dez dias eu volto.
BETO: Mas é, você entro no problema ?
CARLOS: EU NÃO SEI COMO NÃO ENTREI, MAS EU TÔ ACHANDO QUE TEM OUTRA ANDANDO ENTENDEU ? PORQUE NÃO TEM LÓGICA, PORQUE EU FIZ MUITA OPERAÇÃO ! EU TÔ ACHANDO QUE ALGUMA OUTRA PARALELA ENTENDEU ? AÍ QUEM NÃO É VISTO, NÃO É LEMBRADO, EU TOMEIO AFASTADINHO.
BETO: (incompreensível).
CARLOS: É, é.
BETO: O cara saiu ?

CARLOS: Saiu, saiu. Mas tá com muita bronca, muita.
BETO: Fico sem nada pelo jeito, né ?
CARLOS: Aí num sei né, porque um bom advogado sempre resolve né. Num sei até que ponto fico sem, num sei. Mas só pro cara foi cinco pau.
BETO: É mas nessas horas que você chora, bicho. onde o filho chora e a mão não vê. JÁ PASSEI POR ISSO.
CARLOS: EU SEI COMO É QUE É.
BETO: Bom, Deus ajude que dê tudo certo.
CARLOS: Então tá, então beleza. Então não esquece: o menino chegando aí, dá uma conversada com ele, fala que o, fala que o CEARÁ falo que podia se com (incompreensível), porque eu na verdade vo fala que não to sabendo de nada, vo fala o que pra esse cara ?
BETO: Então tá bom.
CARLOS: Tabom ?
BETO: Beijo. tchau.'
(ligação de 17/10/2013, às 10:13, o diálogo em questão encontra-se degravado no evento 1, anexo2, p. 5, do processo conexo 5049597-93.2013.404.7000, e foi expressamente referido na representação policial pelas buscas, fls. 15 e 16 do evento 1 do processo 5001438-85.2014.404.7000)

252. Segundo a autoridade policial, ambos estariam se reportando a prisão do grupo criminoso dirigido pelo doleiro Fayed Traboulse no âmbito da Operação Miqueias da Polícia Federal, que teria sido realizada na época do diálogo.

253. Entretanto, o elemento probatório que mais chama a atenção diz respeito à troca de mensagens já transcritas no item 182, retro. Transcrevo, por oportuno mais uma vez essas mensagens, de forma mais sintetizada:

'Carlos(Zeze): Vc acha que se eu fizer ted não tem problema? De vincular a conta?
Michelin(Michelin): Sao contas particulares que usam casas de cambio
Carlos(Zeze): Ok
Michelin(Michelin): Nenhuma de pessoas suspeitas
Carlos(Zeze): Ok. Se vc esta dizendo.'

254. Assim, quando Carlos Habib Chater manifestou expressamente a Rene Luiz Pereira a preocupação em realizar transferência bancária para as contas por ele indicadas, por temer a vinculação de sua empresa a essas contas, Rene tranquilizou Carlos Habib, informando que nada haveria a temer, pois as contas seriam 'contas particulares que usam casas de câmbio' e 'nenhuma de pessoas suspeitas'. Em outras palavras, Rene informou que as contas que seriam utilizadas na transação subreptícia, entre elas a referida Gilson M. Ferreira Transportes, que evidentemente não é conta titularizada por casa de câmbio, seriam contas de pessoas interpostas usadas para movimentação cambial ilegal de casas de câmbio. Carlos Habib Chater não se insurgiu em realizar os depósitos nesse tipo de conta, como se depreende das referidas mensagens, e de fato os realizou posteriormente. Isso significa que a preocupação dele era a de não vincular sua empresa com as contas 'de pessoas suspeitas' relacionadas a Rene Luiz Pereira, não tendo a mesma preocupação de vinculá-la a contas de fachada de casas de câmbio, o que indica que tinha ciência do envolvimento de Rene em atividades criminais bem mais graves do que operações cambiais ilegais.

255. Da realização dolosa das condutas de ocultação, do contato frequente de Carlor Habib com Rene Luiz Pereira, do modo de tratamento utilizado que revela proximidade entre eles, do fato de Carlos Habib Chater ter faltado com verdade ao afirmar ter abandonado a atividade de operador do mercado negro de câmbio e de seu expresso receio em

1454

vincular a conta de sua empresa a contas de 'pessoas suspeitas' indicadas por Rene, mas não ter qualquer receio em vinculá-la a contas de pessoas interpostas utilizadas por casas de câmbio, é de se concluir que agiu, não apenas com dolo eventual, mas com dolo direto, tendo ciência do envolvimento de Rene Luiz Pereira com o tráfico internacional de drogas e que os valores envolvidos estavam relacionados a esta atividade.

256. Portanto, reconhecida não só a autoria, mas o agir com dolo direto de Carlos Habib Chater, quanto à prática do crime de lavagem de produto de tráfico internacional de drogas.

257. Quanto à André Catão, ele, em seu depoimento, declarou, em síntese e como já adiantado, ser empregado do Posto da Torre, na condição de gerente financeiro, e ter realizado depósitos na conta de Gilson M. Ferreira Transporte ME por determinação de seu empregador, Carlos Habib Chater, e em benefício de Rene Luiz Pereira (evento 424). Segundo ele, o valor representaria o pagamento feito por Carlos Habib de empréstimo a Sleiman Nassim, pagando-se beneficiário indicado por este.

258. Forçoso reconhecer que André Catão, apesar de ter obedecido seu empregador Carlos Habib Chater, realizou as transferências e depósitos na conta Gilson M. Ferreira e que caracterizam o crime de lavagem.

259. Duvidosa, a afirmada falta de dolo.

260. Em primeiro lugar, pouco plausível que, trabalhando André Catão no Posto da Torre desde 2003 como gerente financeiro, não seja pessoa de confiança de Carlos Habib Chater e que desconheça a utilização do estabelecimento comercial para a lavagem de dinheiro e para a prática de crimes financeiros, sendo de se destacar que há outras duas ações penais em trâmite tendo por objeto outros crimes de lavagem e financeiros supostamente perpetrados através do Posto da Torre. Aliás, o diálogo interceptado acima transcrito de Carlos Habib Chater é indicativo da prática usual de operações ilegais no estabelecimento.

261. Em segundo lugar, a explicação apresentada por André Catão para as transações, de que seriam pagamentos de empréstimo, não é consistente com a explicação apresentada pelo próprio Carlos Habib Chater.

262. Por fim, o teor dos diálogos interceptados entre André Catão e Rene Luiz Pereira sugere proximidade maior entre ambos do que admite André Catão. Rene, v.g., utiliza expressões como 'nós o prejudicamos bastante', sendo de se destacar a utilização do pronome 'nós'. Rene, no diálogo, buscou evitar nominar as pessoas ou precisar os fatos, sem que houvesse qualquer questionamento por parte de André Catão que, inclusive, cortou, em alguns momentos, as frases de Rene, impedindo ele de prosseguir em algumas falas. André não realizou ainda qualquer questionamento sobre trechos estranhos da conversa de Rene, antes afirmando uma compreensão dos fatos que não logrou esclarecer em Juízo ('Rene: É, eu não tenho essa conta ainda porque o cara ficou muito desconfiado e não - inteligível - ainda'; 'André: Entendi.').

263. Confrontado com esses diálogos em audiência, André, embora tenha reconhecido a sua autenticidade, não foi convincente quanto à explicação para aparente proximidade com Rene ou para as expressões empregadas nos diálogos entre ambos:

JUSTIÇA - OD - AUTUAÇÃO 1955

'Juiz Federal: - Certo. Eu vou passar alguns diálogos aqui que foram objetos da interceptação, para nós ouvimos, e daí nós depois fazemos alguns questionamentos relativamente a eles. O primeiro deles é de 11/09... Eu vou passar um, primeiro seria entre o senhor Ediel e o senhor René, em 11/09/2013 às 7h12.

(...)

Juiz Federal:- Então, nessa ação penal 502568703, a continuidade do depoimento do senhor André Catão de Miranda. Então nós passamos primeiro um diálogo que está no processo apontado como 11/09/2013, 7h12min, e depois um diálogo de 11/09/2013, 9h38min. Está até na representação policial também referido na denúncia. A representação policial está na folha 145 e 146, representação pela busca. O senhor ouviu os diálogos, seu André?

André Catão:- Ouvi.

Juiz Federal:- O senhor reconheceu sua voz no segundo diálogo?

André Catão:- Reconheci.

Juiz Federal:- O senhor falava com quem?

André Catão:- Com o Ediel; oh, com o senhor Renê.

Juiz Federal:- E era sobre essas transações, então?

André Catão:- Exatamente.

Juiz Federal:- No primeiro não era o senhor, né?

André Catão:- Primeiro era o Ediel com o Renê

Juiz Federal:- O senhor pode me explicar essa questão dos dois números de conta, daí que não é mais para fazer... O que aconteceu aqui?

André Catão:- Não, o que eu entendi, no momento ele tinha passado duas contas pro seu Carlos. Essas duas contas é... Ele, na verdade, ele que verificou que talvez uma conta não pudesse ir. Ele entrou em contato pedindo pra não fazer, que ele passaria outra. Isso que eu entendi que ele faria. Tanto é que eu falei: 'vamos esperar o seu Carlos chegar pra poder ele ver como é que vai fazer, até pra ele passar...'.

Juiz Federal:- Mas que transações eram essas?

André Catão:- Essa devolução do Salomão ainda. Tá tudo dentro.

Juiz Federal:- Porque na verdade no diálogo, assim, dá a entender que ele está falando... Que o senhor parece saber o que ele está falando.

André Catão:- Não, não sei. Eu sei o que ele tá falando em relação às contas pra depósito. Que eu recebi do seu Carlos a lista de todas essas contas que eu faria o depósito com os valores. Então ele tá cobrando esses dois valores que tá aí pendente ou estavam faltando.

Juiz Federal:- Porque ele fala, ele fala lá que... O senhor fala que 'aquela conta não é para fazer, né'?

André Catão:- Isso.

Juiz Federal:- Daí ele: 'já era'.

André Catão:- Eu tenho uma lista. Tenho uma lista com as contas.

Juiz Federal:- Tá. Daí ele fala: 'já era, porque aquilo era do cliente do cara e...', aí o senhor: 'aham', corta ele. Por que isso aqui?

André Catão:- É, na verdade porque eu não sei do que se trata. Na verdade eu tava falando por, assim, porque ele tava falando.

Juiz Federal:- Cliente do cara quem? Como assim?

Réu:- Eu não sei do que ele tava falando na verdade.

Juiz Federal:- Daí ele fala assim também: 'nós o prejudicamos bastante'.

André Catão:- É, ele deve tá falando dele e do seu Carlos, não sei.

Juiz Federal:- Daí o senhor fala: 'ele fez direto'.

André Catão:- Sim, porque pode acontecer, de alguma forma, do seu Carlos ter feito alguma, digamos, tem coisas que passou pelo posto... Digamos, poderia ele ter conseguido com alguma pessoa por fora, sem ter sido pelo caixa do posto, pra completar o valor; digamos, se tivesse alguma dificuldade. Geralmente, quando eu falo assim, que ele fez por fora, é porque eu tinha uma programação que não deu pra cumprir. Aí às vezes ele consegue um empréstimo por fora, quer dizer, assim, por fora, digamos, não passou no meu caixa que ele tava fazendo aquele valor. Mas aí eu não... Eu falo que eu não tenho certeza que ele teria feito aquilo.

Juiz Federal:- Aí o senhor falou: 'ele fez direto'. Daí ele fala 'isso, porque ele não podia deixar cara sem, sem o... sem esse valor'. Daí o senhor: 'entendi'. Eu não entendi.

JUSTIÇA FEDERAL - CE
AUTUAÇÃO
1656

André Catão:- É, eu também não entendi, mas na verdade...
Juiz Federal:- Por que o senhor diz que entendeu?
André Catão:- Na verdade só por dizer, porque você tá conversando e vai acompanhando, 'ah é, ah ta'. Assim, aquela falta até de paciência com o que tá se tratando, porque você não tá sabendo na verdade o que é, mas a pessoa quer dizer pra você. Ele quer me dizer uma coisa que não é pra mim, porque geralmente acontece muito isso.
Juiz Federal:- Depois ele fala lá em seguida: 'então ele já fez. Agora eu vou ter que ver com você a hora exata, porque aí eu...'. Por que ele fez o quê, quem fez o quê?
André Catão:- É porque ele deu essa ideia de que seu Carlos teria feito por fora né, teria feito com outra pessoa que não foi pelo posto. Aí ele tá meio que completando: 'então eu vou ver com ele como é que fez'. Eu entendi assim, mais ou menos, essa informação; mas é o que eu falei, geralmente as pessoas vão falando e vão querendo que você entenda uma coisa...
Juiz Federal:- 'Então ele já fez. Agora eu vou ter que ver com você a hora exata, porque aí eu peço, porque o cara já está... Até esse cara, ou seja, uma pessoa que eu faço negócio sempre'.
André Catão:- É, isso aí é coisa dele.
Juiz Federal:- Por que ele estava falando isso para o senhor?
André Catão:- Não sei, vai falando... É o que eu falei, não tem, não tem um sentido. Digamos assim, é porque a pessoa quer desabafar, ou tá nervoso com alguma coisa e vai falando. Acontece demais isso comigo na empresa. A pessoa às vezes tá com algum problema com o seu Carlos, de alguma dívida, alguma pendência e fica... Vai lhe falando 'porque é isso, porque é...'.
Juiz Federal:- Aí o senhor fala: 'aquele 19 mantém'.
André Catão:- Isso.
Juiz Federal:- Daí ele fala: 'aquele 19 mantém'.
André Catão:- Isso. Que ele fala...
Juiz Federal:- Que 19 que era esse?
André Catão:- Porque tinham dois valores pra fazer. Nessa conversa com o Ediel e comigo, ele fala que tinham dois valores, um de 19 e o outro tal. Um ele vai trocar a conta por algum motivo, e o outro ele fala que mantém, que pode ser feito de acordo com o que ta...
Juiz Federal:- Mas era 19 mil ou o número da conta...
André Catão:- Não, eu não sei.
Juiz Federal:- Ou alguma coisa 19?
André Catão:- Não, 19 mil era o valor. Que eu entendo, era o valor.
Juiz Federal:- Depois o senhor: 'ta'. Daí ele fala pro senhor: 'até ele já ficou chateado'.
André Catão:- Não sei quem.
Juiz Federal:- 'Até onde são prejudicial... Até onde são prejudiciais essas coisas né'.
André Catão:- É, vai falando. Não sei, sinceramente.
Juiz Federal:- Tá. Então eu vou passar outros dois diálogos em seguida para depois fazer algumas perguntas.
André Catão:- É, eu só queria ressalvar, nessa ligação do Ediel, que ele deixa bem claro que ele nem conhece o Renê. Que o Ediel também já tá há 11 anos na empresa e que nunca tinha ouvido nem o nome do Renê. Então é exatamente essa ideia, de que o Renê teve lá nessa época pra cobrar esse valor do Salomão e acabou. Ele ligou, geralmente, pra conferir valores, simplesmente pra ter conferência... 'Foi feito, não foi feito, foi tanto, não foi tanto'.
Juiz Federal:- É, porque veja... O que eu indago ao senhor porque a impressão é que ele tá falando de uma coisa que o senhor tem conhecimento do que é.
André Catão:- Não, mas eu não tenho, nenhuma.
Juiz Federal:- Porque ele fala assim, olha: 'que aquela conta...'. O senhor fala: 'que aquela conta não é para fazer'. Daí o senhor fala: 'já era, porque aquilo era do cliente do cara e...'.
André Catão:- Não, eu falei assim?
Juiz Federal:- Não. Ele fala: 'já era, porque aquilo era do cliente do cara e...'
André Catão:- É, então.
Juiz Federal:- Aí, de repente, o senhor: 'Aham', corta ele.
André Catão:- É o que eu falei...
Juiz Federal:- Daí ele fala: 'nós o prejudicamos bastante, nós o prejudicamos'. Aí o senhor fala: 'ele fez direto'.

AUTUAÇÃO 1957

André Catão:- Ele é o seu Carlos.
Juiz Federal:- Quem fez direto? Mas o seu Carlos fez o que direto?
André Catão:- Uma transferência ou um depósito. A ideia é de que ele que fez direto um valor que não...
Juiz Federal:- Mas ele não ligou cobrando para fazer essa transferência? Então como é que o senhor Carlos podia ter feito algum depósito nessa hora?
André Catão:- Não, não é nessa hora. Pode ter feito, digamos... Ele teria algumas coisas pra fazer, que eu teria de fazer pelo posto. A ideia que eu dei aí, ou até pra conversar, assim, pra cortar conversa, talvez, eu não vou me lembrar exatamente, mas é uma ideia de disfarçar, da ideia assim... 'Ah, foi feito, mas foi de outra forma', ou, não sei, era uma forma de não chegar a lugar nenhum e ficar a dúvida em relação se foi feito, se não foi feito, pra ganhar um tempo, digamos assim. Seria, na empresa, pra ganhar um tempo em cima do que a gente teria que fazer... Sabia que tinha que fazer, mas às vezes tinha dificuldade. Então, com essas dificuldades, às vezes você joga uma ideia: 'ah, foi feito por fora' ou 'foi feito assim', pra pessoa meio que deixar um pouco até a gente conseguir resolver.
Juiz Federal:- Sei.
André Catão:- Pode ser isso.
Juiz Federal:- Vamos seguir aos outros dois diálogos então, de 12/09/2013 às 10:31, depois 17/09/2013 às 16:03; também dois diálogos que se encontram na folha 146 e 147 da representação pela busca.
(...)
Juiz Federal: - Então, retomando depoimento nessa Ação Penal 502568703, o senhor André Catão de Miranda. Então, recapitulando aqui, foram passados dois diálogos: 02/09/2013 10:31, e 17/09/2013, 16:03. O senhor ouviu os diálogos, senhor André?
André Catão:- Ouvi.
Juiz Federal: - Era o senhor ali?
André Catão:- Isso.
Juiz Federal: - Com quem o senhor falava?
André Catão:- Com o senhor Renê.
Juiz Federal: - Nos dois diálogos?
André Catão:- Nos dois diálogos.
Juiz Federal: - E o senhor pode me explicar o primeiro? O quê que estavam discutindo ali?
André Catão:- Mais ou menos. Por favor, dá uma ideia, porque...
Juiz Federal::- É... Ele perguntou, ele falou: 'ótimo, ele falou que deu certo já hoje, né'. Daí o senhor falou: 'olha, já entrou, mas não foi efetivado ainda'.
André Catão:- É, eu acho que é um valor que ele estava cobrando, acredito um valor que ele estava cobrando, que não tinha ainda sido aprovado pelo banco, estava tentando ver se aprovava... Basicamente isso.
Juiz Federal: - Daí ele falou: 'me mandaram um recado que era pra pegar a conta pra você... É, eu não tenho essa conta ainda porque o cara ficou muito desconfiado'.
André Catão:- É, deve ser...
Juiz Federal: - Daí o senhor: 'entendi'. Eu não entendi
André Catão:- Eu também não.
Juiz Federal: - É... Por que ele 'ficou desconfiado'?
André Catão:- Eu expliquei dessa forma... Geralmente tem essas informações, assim, que eu não... Ficava escutando mais por escutar, porque, na verdade, eu recebia isso do seu Carlos. Eu não recebia ordem do René, ou ordem do Salomão. Então eu sempre ficava ali no aguardo do que ele ia decidir. A gente ficava meio... Às vezes não tinha o valor, aí fica meio que dando uma explicação, qualquer explicação, para segurar, como eu expliquei no caso anterior. Depois, aí quando seu Carlos chegava, aí que ele ia ver exatamente o que era para ser feito.
Juiz Federal: - Hum.
André Catão:- Como era para ser feito.
Juiz Federal: - Daí ele falou, então ele falou, o senhor Renê, para o senhor: 'então, ele pediu', falou: 'eu só vou passar na mesma hora que você me falar que já está com o dinheiro'. Por que toda essa desconfiança de só passar a conta quando está com o dinheiro?
André Catão:- Porque, justamente, ele deve já ter percebido que tinha umas... Que a gente, às vezes, não ia fazer, não ia ter condição de fazer, e ficava meio que cozinhando, assim,

meio que jogando com... 'Ah, estamos tentando no banco, vamos ver se vai dar certo; acredito que vai dar certo' e tal, que era uma forma de segurar, porque não seria, a princípio, pelo o que eu estou entendo aí, não seria feito, digamos. Mais ou menos seria essa conclusão.
Juiz Federal: - Depois ele fala: 'Então é isso. Realmente, se passa hoje, meu amigo, o problema muito grave'. Por que muito grave?
André Catão:- Isso aí é coisa dele, aí eu já não tenho nada a ver com isso.
Juiz Federal: - Então: 'logo que essa pessoa me retorne, eu já passo para você. Ele não mandou ainda'.
André Catão:- É, aí é o que falei... São coisas que não têm nada a ver comigo e você está ali, tá escutando, você vai ouvindo, mas não... O meu foco era só o que é real, digamos, fora a conversa no telefone aí, era mais um... Às vezes para segurar mesmo essa...
Juiz Federal: - Ele falando assim: 'já...'.
André Catão:- Essa confusão de que não teria.
Juiz Federal: - Ele falando para o senhor falar com o senhor Carlos: 'já pergunte para ele logo isso, porque ele me garantiu, porque quem me ligou não foi ele, eu não liguei mais para ele. Quem me ligou foi o Salomão'.
André Catão:- Isso, porque o Salomão é o principal desse recebimento, então o Salomão deve ter ligado diretamente para o senhor Carlos e já deu uma pressão em relação ao que estava precisando desses valores tal.
Juiz Federal: - Daí ele falou: 'o coitado ficou penhorado lá até agora'.
André Catão:- É, não sei. Deve ser o Salomão, né?
Juiz Federal: - Isso. Penhorado lá até agora? Estava em algum lugar?
André Catão:- Não sei. Eu não sei. É o que eu expliquei, a pessoa vai falando... Não tenho muito o que dizer em relação a isso.
Juiz Federal: - Aí ele fala: 'Então ele me garantiu, está ótimo, chegando hoje isso aí ainda salva a situação'.
André Catão:- É...
Juiz Federal::- Aí: 'tá beleza, se o Salomão entrou no meio já melhorou'.
André Catão:- É, porque aí é como se fosse... Vai conversar direto com ele e ele já vai explicar para o Salomão, ele vão se entender, vão chegar num consenso, porque o Salomão conhece a realidade do posto.
Juiz Federal: - Mas esse dinheiro era para o Salomão, ou pra quem que era?
André Catão:- Todos esses valores eram para o Salomão. Que eu entendi, o Renê só foi na empresa cobrar valores, esse valor do Salomão, e foi só desse período. Depois o Renê não teve mais, que eu saiba, não teve mais nenhum contato no posto. Ele veio especificamente para esses valores que ele ficou acompanhando pro Salomão, na verdade.
Juiz Federal: - Depois tem a referência, no outro diálogo, daquele... Isso que eu havia perguntando para o senhor ontem, do... Aparentemente aquele primeiro depósito de R$ 40.500,00 deu problema e depois foi refeito, isso?
André Catão:- É, que eu acho, que acredito que deve ter sido essa TED, que o banco realmente não ia pagar, porque ele não tinha esse valor. Aí o senhor Carlos me passou: 'vamos fazer então dessa outra forma. Não tenho os quarenta e pouco, tem trinta e pouco. Vamos fazer os trinta e complementa com depósito em dinheiro, que aí vai dar a mesma coisa'. Que é mais ou menos isso que eu expliquei para ele, quer dizer, foi desmembrado porque tinha uma parte no banco e uma parte em dinheiro para poder voltar a ser a mesma coisa que tinha prometido.
Juiz Federal: - Todas essas transações o senhor fez a pedido do senhor Carlos?
André Catão:- Sempre. Sempre.
Juiz Federal: - Todas essas transações com o senhor Renê?
André Catão:- Todas essas transações. Eu, na verdade, não tenho nenhum domínio em cima de retiradas. Tudo isso pra mim vem com autorização, com ordens: 'faça isso', 'faça isso', 'mande esse aqui', 'mande esse aqui', e eu sou um cumpridor de ordens.'

264. Assim, considerando os três elementos referidos, de se concluir que também André Catão teria agido, ainda que de maneira subordinada, dolosamente. A sua atuação subordinada reflete-se na dosimetria da pena, mas não elide a sua responsabilidade

criminal.

265. Quanto à Alberto Youssef, admitiu, como adiantado, que seu escritório profissional em São Paulo, situado na Rua Renato Paes de Barros, 778, segundo andar, em São Paulo, teria sido utilizado a pedido de Carlos Habib Chater para entrega de USD 36 mil a Rene Luiz Pereira. Entretanto, afirmou que o numerário teria sido para lá levado em envelope por emissário de Carlos e simplesmente entregue a Rene, sem que Alberto Youssef tivesse realizado algo mais na operação.

266. O próprio MPF pleiteou a absolvição de Alberto Youssef do crime de lavagem de dinheiro. Conquanto Alberto Youssef responda a várias outras ações penais perante este Juízo e haja indícios nelas de que estaria envolvido em lavagem de produto de crimes contra a Administração Pública, entendo que assiste razão ao MPF no caso presente. O escritório de lavagem de dinheiro de Alberto Youssef teria sido utilizado apenas como entreposto dos 36 mil dólares para lá enviados por emissário de Maria de Fátima Stocker e de lá retirados por Rene Luiz Pereira, sem que haja o registro de outra operação a cargo de Alberto Youssef. Embora, de certa forma, Alberto Youssef tenha participado do crime de lavagem praticado por terceiros, a medida de sua participação, a utilização do escritório como ponto de entrega do dinheiro, não configura, por si só, conduta de ocultação ou dissimulação, não caracterizando lavagem de dinheiro a mera movimentação física do produto do crime. Ainda que fosse o caso de reconhecer alguma participação no crime de lavagem, inviável, dada a participação diminuta, reconhecer o agir doloso, com o que não cabe responsabilizar-lhe por crime de lavagem de dinheiro.

267. Portanto, quanto à imputação do crime de lavagem de dinheiro, devem por ele responder Rene Luiz Pereira, Carlos Habib Chater e André Catão de Miranda, este agindo de maneira subordinada a Carlos, devendo ser absolvido Alberto Youssef.

268. Por último, resta a imputação do crime de evasão de divisas. Segundo o MPF, os valores internalizados no Brasil da Europa foram sucessivamente enviados à Bolívia para pagamento de fornecedores de drogas, também caracterizando o crime do art. 22 da Lei nº 7.492/1986.

269. Embora este Juízo reconheça, pela provas já citadas, que o dinheiro internalizado no Brasil foi sucessivamente enviado, subrepticiamente, ao exterior, não há como reconhecer o crime em relação a primeira parcela de valores entregues a Rene Luiz Pereira, os aludidos 36 mil dólares.

270. O próprio MPF, já na denúncia, informa que 'não foi possível traçar o caminho' dos referidos 36 mil dólares.

271. Com efeito, esses valores foram entregues em espécie a Rene Luiz Pereira em São Paulo, mas o rastreamento ulterior perdeu-se, não sendo possível afirmar como o numerário chegou à Bolívia para pagamento dos fornecedores de drogas. Sem ter melhor definida a conduta, inviável reconhecer a materialidade.

272. Outra posição é cabível em relação aos depósitos de R$ 90.500,00 na conta de Gilson M. Ferreira ME, em Curitiba. Como apontado anteriormente, essa conta era controlada por casa de câmbio não totalmente identificada e que disponibilizou o equivalente

em dólares para os fornecedores de drogas de Rene Luiz Pereira. Assim, o numerário internalizado da Europa no Brasil subrepticiamente por Rene Luiz Pereira e Carlos Habib Chater foi, sucessivamente, enviado ao exterior, para Bolívia, para os fornecedores de drogas de Rene. Embora a investigação não tenha logrado revelar todos os detalhes da operação, há suficiente prova documental de pelo menos uma etapa da operação que levou à evasão fraudulenta de divisas, o depósito em reais em conta de pessoa interposta de casa de câmbio. Há ainda prova, pela interceptação telemática, do ulterior recebimento do correspondente em dólares pelos fornecedores de drogas de Rene Luiz Pereira na Bolívia.

273. Portanto, resta também provada a materialidade do crime de evasão fraudulenta de divisas em relação a parcela depositada na conta Gilson M. Ferreira.

274. Responde por esse crime como autor Rene Luiz Pereira que estruturou a operação.

275. Já quanto a Carlos Habib Chater e a André Catão de Miranda, este atuando de maneira subordinada a Carlos Chater, entendo que assiste razão aos argumentos das Defesas, pois embora tenham realizado o depósito na conta de pessoa interposta utilizada por casa de câmbio, não está claro que tinham conhecimento de que essa operação já consistia em uma etapa da remessa fraudulenta dos valores ao exterior. Além disse, não tiveram qualquer envolvimento na etapa posterior, de consumação do crime. Assim, deste crime devem ser absolvidos, o que não impede a sua condenação pelo crime de lavagem de dinheiro, pois participaram conscientemente da internação dos valores que eram produto de tráfico de drogas e a sua disponibilização por meios subreptícios a Rene Luiz Pereira.

276. Todos os quatro acusados devem ser absolvidos da imputação da prática do crime de evasão de divisas em relação ao 36 mil dólares e condenado apenas Rene Luiz Pereira em relação à evasão correspondente aos depósitos efetuados na conta de Gilson M. Ferreira.

277. Em síntese da fundamentação, há prova acima de qualquer dúvida razoável da materialidade do crime de tráfico internacional de drogas e de autoria em relação a Rene Luiz Pereira, da materialidade do crime de lavagem de dinheiro procedente de tráfico internacional de drogas e de autoria em relação a Rene Luiz Pereira, Carlos Habib Chater e André Catão de Miranda. Já, quanto ao crime de evasão de divisas, devem ser todos absolvidos por falta de prova suficiente de materialidade em relação à operação de 36 mil dólares. Devem também ser absolvidos Carlos Habib Chater e André Catão de Miranda quanto ao crime de evasão em relação ao remanescente e condenado apenas Rene Luiz Pereira em relação à evasão correspondente aos depósitos efetuados na conta de Gilson M. Ferreira, com sua ulterior disponibilização ao fornecedor de droga na Bolívia. Rene Luiz Pereira deve ser absolvido do crime de associação para fins de tráfico de drogas. Alberto Youssef deve ser também absolvido do crime de lavagem de dinheiro.

III. DISPOSITIVO

278. Ante o exposto, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE a pretensão punitiva.

279. Absolvo Rene Luiz Pereira da imputação do crime de associação para fins de tráfico de drogas, art. 35 da Lei n.º 11.343/2006, por falta de prova suficiente para a condenação pela associação narrada na denúncia (art. 386, VII, do CPP).

280. Absolvo Alberto Youssef da imputação do crime de lavagem de dinheiro, art. 1°, caput, da Lei n° 9.613/1998, por não existir prova de que concorreu de forma relevante para a operação narrada na denúncia (art. 386, V, do CPP).

281. Absolvo Rene Luiz Pereira, Carlos Habib Chater e André Catão de Miranda do crime de evasão fraudulenta de divisas, art. 22 da Lei n.º 7.492/1986, consistente na operação de 36 mil dólares narrada na denúncia, por falta de prova suficiente para condenação (art. 386, VII, do CPP).

282. Absolvo Carlos Habib Chater e André Catão de Miranda do crime de evasão fraudulenta de divisas, art. 22 da Lei n.º 7.492/1986, consistente na operação com depósitos na conta Gilson Ferreira narrada na denúncia, por falta de prova suficiente para condenação (art. 386, VII, do CPP).

283. Condeno Rene Luiz Pereira pelo crime de tráfico internacional de drogas, art. 33 c/c art. 40, I, da Lei n° 11.343/2006, pelo crime de lavagem de dinheiro, art. 1°, caput, da Lei n° 9.613/1998 e pelo crime de evasão fraudulenta de divisas, art. 22 da Lei n° 7.492/1986, consistente na operação com depósitos na conta Gilson Ferreira narrada na denúncia.

284. Condeno Carlos Habib Chater e André Catão de Miranda pelo crime de lavagem de dinheiro, art. 1°, caput, da Lei n° 9.613/1998.

285. Atento aos dizeres do artigo 59 do Código Penal e levando em consideração o caso concreto, passo à individualização e dosimetria das penas a serem impostas aos condenados.

286. Para o crime de tráfico internacional de drogas: Rene Luiz Pereira não tem antecedentes criminais informados no processo. As provas colacionadas neste mesmo feito indicam, porém, que faz do tráfico de drogas o seu meio de vida, o que deve ser valorado negativamente a título de personalidade. A quantidade da droga apreendida, 698 kg de cocaína, deve ser valorada como especialmente negativa, caracterizando ato de tráfico de grande porte. Culpabilidade, conduta social, motivos, consequências do crime e comportamento da vítima são elementos neutros. Considerando especialmente a elevada quantidade da droga, que reputo vetorial predominante, fixo, para o crime de tráfico de drogas, pena de sete anos de reclusão.

287. Não há circunstâncias atenuantes ou agravantes.

288. O art. 33, § 4°, da Lei n° 11.343/2006 não tem aplicação, pois as provas presentes no processo apontam dedicação profissional do condenado às atividades criminosas do tráfico e que é responsável por atos de tráfico de grande porte.

289. Devido à transnacionalidade, elevo, com base no art. 40 da Lei n° 11.343/2006, a pena em um sexto, chegando a oito anos e dois meses de reclusão.

290. Fixo multa proporcional para o tráfico de drogas em oitocentos dias multa.

291. Para o crime de lavagem: Rene Luiz Pereira não tem antecedentes criminais informados no processo. As provas colacionadas neste mesmo feito indicam, porém, que faz do tráfico de drogas o seu meio de vida, o que deve ser valorado negativamente a título de personalidade. Culpabilidade, conduta social, motivos, comportamento da vítima são elementos neutros. Circunstâncias e consequências devem ser valoradas negativamente. As primeiras pela relativa sofisticação da lavagem, no caso com internação subreptícia do dinheiro no Brasil proveniente da Europa, com posterior remessa a Bolívia. O circuito do dinheiro sequer chegou a ser completamente identificado, mas foram utilizadas pelos menos duas empresas intermediárias na ocultação, a Posto da Torre e Gilson Ferreira ME. A maior sofisticação da operação, incluindo a sua dupla transnacionalidade, deve ser valorada negativamente a título de circunstâncias. Consequências, igualmente, pois a lavagem teve por objetivo propiciar o pagamento de fornecedores de drogas na Bolívia, alimentando o ciclo financeiro da droga. Não se trata de vetorial inerente ao crime de lavagem, pois o produto da droga pode ser lavado para investimentos patrimoniais, por exemplo, sendo, porém, no presente caso utilizado para pagar carregamentos de drogas. Considerando três vetoriais negativas, fixo, para o crime de lavagem de dinheiro, pena de cinco anos de reclusão.

292. Não há circunstâncias atenuantes ou agravantes. Observo que a prevista no art. 61, II, 'b', do CP, é inerente ao crime.

293. Não há causas de aumento ou diminuição.

294. Fixo multa proporcional para a lavagem em cem dias multa.

295. Para o crime de evasão de divisas: Rene Luiz Pereira não tem antecedentes criminais informados no processo. As provas colacionadas neste mesmo feito indicam, porém, que faz do tráfico de drogas o seu meio de vida, o que deve ser valorado negativamente a título de personalidade. Culpabilidade, conduta social, motivos, circunstâncias, comportamento da vítima são elementos neutros. Consequências devem ser valoradas negativamente, pois a evasão teve por objetivo propiciar o pagamento de fornecedores de drogas na Bolívia, alimentando o ciclo financeiro da droga. Não se trata de consequência inerente ao crime de evasão. Considerando duas vetoriais negativas, fixo, para o crime de evasão de divisas, pena de três anos de reclusão.

296. Não há circunstâncias atenuantes ou agravantes.

297. Não há causas de aumento ou diminuição.

298. Fixo multa proporcional para a evasão em cinquenta dias multa.

299. Entre o crime de lavagem e o de evasão, há concurso formal, já que os atos que compõem a conduta do crime de evasão também compõe a conduta, embora esta seja mais ampla, do crime de lavagem. Assim, unificando as penas com base no art. 70 do Código Penal, elevo a pena do crime de lavagem em um sexto, resultando em cinco anos e dez meses e cento e trinta e três dias multa.

300. Entre o crime de tráfico de drogas e os crimes de lavagem e evasão, estes com penas unificadas, há concurso material, resultando a pena de catorze anos de reclusão e

1963

novecentos e trinta e três dias multa.

301. Considerando a dimensão dos crimes e especialmente a capacidade econômica exigida para aquisição de 698 kg de cocaína, fixo o dia multa em cinco salários mínimos vigentes ao tempo do último fato delitivo (11/2013).

302. Considerando as regras do art. 33 do Código Penal, fixo o regime fechado para o início de cumprimento da pena.

303. São, portanto, definitivas para Rene Luiz Pereira penas de catorze anos de reclusão, em regime inicial fechado, e multa de novecentos e trinta e três dias multa, cada uma no valor de cinco salários mínimos vigentes em 11/2013.

304. Carlos Habib Chater, embora já tenha sido processado, não tem antecedentes criminais certificados no processo, com trânsito em julgado. As provas colacionadas neste mesmo feito indicam, porém, que faz da prática de operações financeiras ilegais o seu meio de vida, o que deve ser valorado negativamente a título de personalidade. Culpabilidade, conduta social, motivos, comportamento da vítima são elementos neutros. Circunstâncias e consequências devem ser valoradas negativamente. As primeiras pela relativa sofisticação da lavagem, no caso com internação subreptícia do dinheiro no Brasil proveniente da Europa, com posterior destinação a fornecedores de drogas. O circuito do dinheiro sequer chegou a ser completamente identificado, mas foram utilizadas pelos menos duas empresas intermediárias na ocultação, a Posto da Torre e Gilson Ferreira ME. A maior sofisticação da operação, incluindo a sua transnacionalidade, deve ser valorada negativamente a título de circunstâncias. Consequências, igualmente, pois a lavagem teve por objetivo propiciar o pagamento de fornecedores de drogas, alimentando o ciclo financeiro da droga. Não se trata de vetorial inerente ao crime de lavagem, pois o produto da droga pode ser lavado para investimentos patrimoniais, por exemplo, sendo, porém, no presente caso utilizado para pagar carregamentos de drogas. Considerando três vetoriais negativas, fixo, para o crime de lavagem de dinheiro, pena de cinco anos de reclusão.

305. Embora o condenado tenha admitido a realização das transações, não há como reconhecer confissão. Confissão ainda que parcial exige pelo menos pelo condenado o reconhecimento de que praticou um crime. No entanto, Carlos Habib Chater negou ter agido dolosamente. Admitindo o crime de lavagem apenas a modalidade dolosa, de se concluir que não houve a admissão sequer parcial pelo condenado de sua responsabilidade criminal, inexistente, portanto, confissão a ser reconhecida como atenuante. Não há outras atenuantes.

306. Como Carlos Habib Chater determinou a André Catão de Miranda a prática do crime, valendo-se de sua condição de empregador, reconheço aplicável a circunstância agravante prevista nos incisos II e III do art. 62 do CP, motivo pelo qual elevo a pena para cinco anos e seis meses de reclusão. Não há outras circunstâncias agravantes, sendo a prevista no art. 61, II, 'b', do CP, inerente ao crime.

307. Não há causas de aumento ou diminuição.

308. Fixo multa proporcional para a lavagem em cem dias multa.

309. Considerando a capacidade econômica do condenado, segundo ele,

proprietário de um dos postos de gasolina de maior movimentação no país, fixo o dia multa em cinco salários mínimos vigentes ao tempo do último fato delitivo (setembro de 2013).

310. Tendo em vista que as vetoriais do art. 59 do Código Penal não são favoráveis ao condenado, como exposto no item 304, ao contrário são de especial reprovabilidade, com três vetoriais negativas, fixo, com base no art. 33, §3°, do Código Penal, o regime inicial fechado para o cumprimento da pena. Sobre o tema, precedente do Supremo Tribunal Federal:

> 'A fixação do regime inicial de cumprimento da pena não está condicionada somente ao quantum da reprimenda, mas também ao exame das circunstâncias judiciais do artigo 59 do Código Penal, conforme remissão do art. 33, § 3°, do mesmo diploma legal.' (HC 114.580/MS - Rel. Min. Rosa Weber - 1ª Turma do STF - por maioria - j. 23/04/2013)

311. São, portanto, definitivas para Carlos Habib Chater penas de cinco anos e seis meses de reclusão, em regime inicial fechado, e multa de cem dias multa, cada uma no valor de cinco salários mínimos vigentes em 09/2013.

312. André Catão de Miranda não tem antecedentes criminais conhecidos. Culpabilidade, personalidade, conduta social, motivos, comportamento da vítima são elementos neutros. Circunstâncias e consequências devem ser valoradas negativamente. As primeiras pela relativa sofisticação da lavagem, no caso com internação subreptícia do dinheiro no Brasil proveniente da Europa, com posterior remessa para pagamentos de fornecedores de drogas. O circuito do dinheiro sequer chegou a ser completamente identificado, mas foram utilizadas pelos menos duas empresas intermediárias na ocultação, a Posto da Torre e Gilson Ferreira ME. A maior sofisticação da operação, incluindo a sua transancionalidade, deve ser valorada negativamente a título de circunstâncias. Consequências, igualmente, pois a lavagem teve por objetivo propiciar o pagamento de fornecedores de drogas, alimentando o ciclo financeiro da droga. Não se trata de vetorial inerente ao crime de lavagem, pois o produto da droga pode ser lavado para investimentos patrimoniais, por exemplo, sendo, porém, no presente caso utilizado para pagar carregamentos de drogas. Considerando duas vetoriais negativas, fixo, para o crime de lavagem de dinheiro, pena de quatro anos e seis meses de reclusão.

313. Embora o condenado tenha admitido a realização das transações, não há como reconhecer confissão. Confissão ainda que parcial exige pelo menos pelo condenado o reconhecimento de que praticou um crime. No entanto, André Catão de Miranda negou ter agido dolosamente. Admitindo o crime de lavagem apenas a modalidade dolosa, de se concluir que não houve a admissão sequer parcial pelo condenado de sua responsabilidade criminal, inexistente, portanto, confissão a ser reconhecida como atenuante. Não há outras atenuantes.

314. Como Carlos Habib Chater determinou a André Catão de Miranda a prática do crime, valendo-se de sua condição de empregador, reconheço aplicável a circunstância atenuante prevista na alínea 'c' do inciso III do art. 65 do CP, motivo pelo qual reduzo a pena para quatro anos de reclusão. Não há outras circunstâncias atenuantes, nem circunstâncias agravantes, sendo a prevista no art. 61, II, 'b', do CP, inerente ao crime.

315. Não há causas de aumento ou diminuição.

316. Fixo multa proporcional para a lavagem em 50 dias multa.

317. Considerando a capacidade econômica do condenado, que não é boa, mas não é das piores, fixo o dia multa em um salário mínimo vigente ao tempo do último fato delitivo (setembro de 2013).

318. Tendo em vista que as vetoriais do art. 59 do Código Penal não são favoráveis ao condenado, como exposto no item 312, ao contrário são de especial reprovabilidade, com duas vetoriais negativas, fixo, com base no art. 33, §3°, do Código Penal, o regime inicial semiaberto para o cumprimento da pena. Sobre o tema, precedente do Supremo Tribunal Federal:

'A fixação do regime inicial de cumprimento da pena não está condicionada somente ao quantum da reprimenda, mas também ao exame das circunstâncias judiciais do artigo 59 do Código Penal, conforme remissão do art. 33, § 3°, do mesmo diploma legal.' (HC 114.580/MS - Rel. Min. Rosa Weber - 1ª Turma do STF - por maioria - j. 23/04/2013)

319. Pelos mesmos fundamentos, não é o caso de substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, considerando o disposto no art. 44, III, do Código Penal. Sobre o tema, também precedente do Supremo Tribunal Federal:

> 'Circunstâncias judiciais desfavoráveis do artigo 59 do Código Penal constituem motivo válido para negar a substituição e para impor o regime fechado, conforme remissões do art. 33, § 3°, e do art. 44, III, do mesmo diploma legal.' (HC 108390/MS - Rel. Min. Rosa Weber - 1ª Turma do STF - un. - j. 02/10/2012)

320. São, portanto, definitivas para André Catão de Miranda penas de quatro anos de reclusão, em regime inicial semiaberto, e multa de cem dias multa, cada uma no valor de cinco salários mínimos vigentes em 09/2013.

321. O período em que os três condenados encontram-se presos, desde 17/03/2014 deve ser computado para fins de detração da pena. Como nenhum deles até a presente data teria completado um sexto da pena total, ou seja o tempo necessário para a progressão de regime, não há alteração do regime inicial de cumprimento da pena, conforme melhor interpretação do disposto no art. 387, § 1°, do CPP.

322. Ainda na fase de investigação, foi decretada, a pedido da autoridade policial e do Ministério Público Federal, a prisão preventiva dos acusados Rene Luiz Pereira e Carlos Habib Chater e André Catão de Miranda (evento 24 do processo 5001438-85.2014.404.7000 e evento 22 do processo 5001446-62.2014.404.7000). A prisão cautelar foi implementada em 17/03/2014.

323. Considerando a gravidade em concreto dos crimes em questão, tráfico internacional de 698 kg de cocaína, lavagem de produto de tráfico de drogas, alimentando o ciclo financeiro do mundo da droga, e especialmente os indícios, já cumpridamente relatados na referida decisão, de que eles fazem do crime seu meio de vida, um o tráfico, outro a lavagem e crimes financeiros, mantenho a prisão cautelar decretada de Rene Luiz Pereira e Carlos Habib Chater a fim de resguardar a ordem pública. Observo, ainda, quanto a Carlos Habib Chater, que a referida prisão cautelar também é instrumental para outras ações penais em trâmite perante este Juízo e que têm por objeto outros crimes de lavagem e financeiros

(ações penais 5026663-10.2014.404.7000 e 5047229-77.2014.404.7000). A prisão cautelar foi o meio necessário para prevenir a reiteração delitiva em uma empresa delituosa. Nesse sentido, a sua necessidade mantém-se atual, sob pena de colocar em risco a sociedade ou terceiros pela retomada da atividade delitiva diante de criminalidade grave exercida de maneira profissional. Remeto, a esse respeito, ao cumpridamente fundamentado na decisão de evento 24 do processo 5001438-85.2014.404.7000.

324. Quanto à André Catão de Miranda, considerando cumulativamente a pena em concreto fixada, seu papel subordinado na empreitada criminosa e que já se encontra preso cautelarmente desde 17/03/2014, reputo viável substituir a prisão decretada por este Juíz no processo 5001438-85.2014.404.7000 (evento 24) por medidas cautelares substitutivas, especificamente:

- entrega do passaporte em Juízo e proibição de deixar o país;
- comparecimento a todos os atos processuais, nesta ação penal e nas conexas, salvo dispensa expressa do Juízo, e ainda, perante a autoridade policial, MPF e mesmo perante este Juízo, mediante intimação por qualquer meio, inclusive telefone;
- proibição de mudança de endereço, sem prévia autorização do Juízo;
- proibição de contatos, direta ou indiretamente, mesmo por advogados, com Carlos Habib Chater e Rene Luiz Pereira, ou com associados deste, outros acusados, investigados ou testemunhas da assim denominada Operação Lavajato, inclusive outros sócios e empregados da empresa Posto da Torre e das empresas ligadas a esta.

325. O descumprimento das medidas cautelares implicará em renovação da prisão cautelar de André Catão de Miranda.

326. Entregue o passaporte e os dados acima para contato com o preso, expeça-se, independentemente do trânsito em julgado, alvará de soltura, para colocação de André Catão de Miranda em liberdade, salvo se tiver que permanecer preso por outro motivo. Lavre-se concomitantemente termo de compromisso com as obrigações acima que deverá ser subscrito pelo condenado e devolvido a este Juízo. Expeça-se ofício dirigido à Polícia Federal de Fronteiras com a determinação para que seja proibida a expedição de novos passaportes a André Catão de Miranda , e para que seja anotada nos sistemas a proibição de sua saída do território nacional pelos postos de fronteiras até nova comunicação deste Juízo.

327. Apesar da absolvição de Alberto Youssef, deixo de colocá-lo em liberade pois a prisão cautelar decretada por este Juízo, evento 22 do processo 5001446-62.2014.404.7000, é instrumental também a outras ações penais as quais ele responde perante este Juízo (v.g.: 5025699-17.2014.404.7000, 5026212-82.2014.404.7000 e 5047229-77.2014.404.7000).

328. Diante do profundo envolvimento de Rene Luiz Pereira com o tráfico de drogas, decreto o confisco dos USD 198.000,00 apreendidos em 23/01/2014 em sua posse na data de 23/01/2014, já que relacionados à atividade criminal em questão (item 146). O confisco ficará prejudicado caso também imposto naquele processo específico.

329. Os USD 124.000,00 lavados como produto do tráfico de drogas foram enviados à Bolívia, estando fora do alcance das autoridades brasileiras, já que não foi possível sequestrá-los no curso do processo. A legislação brasileira agora admite o confisco dos bens de valor equivalente ao produto do crime quando este não for encontrado. Com efeito, diz o

§1° do art. 91 do Código Penal: 'Poderá ser decretada a perda de bens ou valores equivalentes ao produto ou proveito do crime quando estes não forem encontrados ou quando se localizarem no exterior'. Assim, o confisco de valor equivalente pode recair sobre qualquer bem, ainda que de origem lícita, de propriedade dos condenados. Não foi possível sequestrar bens de Rene Luiz Pereira. No processo 5022909-60.2014.404.7000, foram sequestrados bens imóveis de Carlos Habib Chater, especificamente direitos que detém sobre o bem imóvel consistente no apartamento 214 do Tryp Convention Brasil 21, localizado na SH/SUL, QD. 06, Conjunto A, Bloco B, Asa Sul, Brasília/DF, objeto da matrícula 115.259 do 1° Registro de Imóveis do Distrito Federal, imóel consistente no lote 3, trecho 10, SMLN, Brasília/ DF, matrícula 54.374 do 2° Registro de Imóveis de Brasília, e imóvel consistente no lote 2, OTR MLN, trecho 10, conjunto 01, Setor de Mansões Lago Norte Brasília, DF, matrícula 35638 do 2° Registro de Imóveis de Brasília. Buscou o condenado proteger tais bens transferindo à empresa Construtora e Incorporadora Santo Antonio, de sua propriedade, e depois transferindo as cotas a parentes, como seu pai Habib Salim El Chater. A transferência fraudulenta e não onerosa de bens de sua propriedade não prevalece frente à Justiça Criminal. Assim, decreto o confisco dos referidos bens até o valor equivalente a USD 124.000,00.

328. Independentemente do trânsito em julgado, oficie-se, com cópia da sentença, ao Superior Tribunal de Justiça para instrução do RHC 50379, informando a colocação em liberdade de André Catão de Miranda.

329. Independentemente do trânsito em julgado, oficie-se, com cópia da sentença, ao Superior Tribunal de Justiça para instrução dos HC 305944, RHC 50758, HC 301688 e informando o julgamento da presente ação penal e a condenação por crime de lavagem de produto de tráfico de drogas de Carlos Habib Chater.

330. Transitada em julgado, lancem o nome dos condenados no rol dos culpados. Procedam-se às anotações e comunicações de praxe (inclusive ao TRE, para os fins do artigo 15, III, da Constituição Federal).

Curitiba/PR, 20 de outubro de 2014.

Sergio Fernando Moro
Juiz Federal

Documento eletrônico assinado por Sergio Fernando Moro, Juiz Federal, na forma do artigo 1°, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 4ª Região n° 17, de 26 de março de 2010. A conferência da autenticidade do documento está disponível no endereço eletrônico http://www.jfpr.jus.br/gedpro/verifica/verifica.php, mediante o preenchimento do código verificador 8789858v4 e, se solicitado, do código CRC B909A23E.

Informações adicionais da assinatura:

Signatário (a):	Sergio Fernando Moro
Data e Hora:	20/10/2014 11:27

CÂMARA DOS DEPUTADOS - CD - SECRETARIA GERAL DA MESA
AUTUAÇÃO
Fls. 1968

EXCELENTÍSSIMO JUIZ FEDERAL DA 13ª VARA FEDERAL DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE CURITIBA/PR

Autos nº 5049597-93.2013.404.7000 e correlatos

Autos originários nº 2006.70.00.018662-8 e 2009.70.00.003250-0

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por seus Procuradores da República signatários, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, comparecem, respeitosamente, perante Vossa Excelência, com base no inquérito policial em epígrafe e com fundamento no art. 129, I, da Constituição Federal, para oferecer **DENÚNCIA** em desfavor de:

ALBERTO YOUSSEF, brasileiro, casado, filho de Kalim Youssef e Antonieta Youssef, nascido em 06/10/1967, natural de Londrina/PR, segundo grau completo, empresário, RG 35064702/SSSP/PR, CPF 532050659-72, residente na Rua Doutor Elias Cesar, 155, ap. 601, bairro Jd. Petrópolis, Londrina/PR, atualmente recolhido na Polícia Federal de Curitiba;

ANTONIO ALMEIDA SILVA, conhecido como **"TONINHO"**, português, técnico em contabilidade, com RNE W 252007-9, filho de Manoel Alves da Silva e Maria Emília de Almeida Cunha, nascido em Gimbolhe, Portugal, em 12/06/1951, residente na Rua Casa Forte, 133, ap. 21, Bairro Agua Fria, São Paulo/SP, com endereço profissional na Rua Voluntários da Pátria, 1814, Santana, São Paulo/SP,

AUTUAÇÃO Nº 1969

ESDRA DE ARANTES FERREIRA, brasileiro, casado, comerciante, CPF 259.541.118-71, RG 23.428.471-7 (SP), nascido em GuarulhosSP em 05.12.1975, filho de Hildebrando Ferreira e Ana Georgina de Arantes Ferreira, endereço residencial na Rua Santo Egidio, 655, ap. 71, Santa Terezinha, São PauloSP, endereço comercial na Rua Frederico Magnusson, 247, Distrito Industrial, IndaiatubaSP;

MARCIO ANDRADE BONILHO, brasileiro, solteiro, filho de Sebastião José Bonilho e Abigahir Andrade Bonilho, nascido em 17/07/1966, natural de São Caetano do Sul, tendo o terceiro grau completo, empresário, portador do RG nº 13442233-8-SSP/SP, CPF 075655078-57, residente na Rua Padre Vieira, 504, ap. 2, Jardim Santo André, Santo AndréSP;

MURILO TENA BARRIOS, brasileiro, CPF: 007.561.158-92, RG/RNE: 614848292, residente na Rua Alcinfo Braga, 220, ap. 161, Paraiso, São Paulo-SP, CEP 04004-020;

LEANDRO MEIRELLES, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, CPF 336.159.598-33, CNH 03150310216, nascido em São Paulo-SP em 22.09.1985, filho de Luiz Carlos Meirelles e Wilma Ribeiro Meirelles, endereço residencial na Alameda das Sempre Vivas, 246, casa, Santana de ParnaibaSP;

LEONARDO MEIRELLES, brasileiro, divorciado, empresário, CPF 265.416.238-99, RG 22148890 (SP), nascido em São Paulo-SP em 02.05.1975, filho de Luiz Carlos Meirelles e Wilma Ribeiro Meirelles, endereço residencial na Rua Mateus Grou, 109, apt. 43, Pinheiros, São Paulo-SP, endereço comercial na Rua Frederico Magnusson, 247, Distrito Industrial, IndaiatubaSP;

PAULO ROBERTO COSTA, brasileiro, casado, nascido em 01/01/1954, filho de Paulo Bachmann Costa e Evolina Pereira da Silva Costa, natural de Monte Alegre/PR, instrução, instrução terceiro grau completo, profissão Engenheiro, portador do documento de idade nº 1708889876/CREA/RJ, CPF 302612879-15, com endereço na Rua Ivando de Azarabuja, casa 30, condomínio Rio Mar IX, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro RJ, atualmente recolhido na carceragem da Polícia Federal de Curitiba;

PEDRO ARGESE JUNIOR, brasileiro, casado, comerciante, CPF 033.756.918-58, RG 12.247.411 (SP), nascido em São Paulo-SP em 15.11.1960, filho de

SEDE MESA - CD - AUTUAÇÃO Fls. 1970

Pedro Argese e Odeth Fernandes de Carvalho, endereço residencial na Av. Sabiá, 23, apt. 112, Moema, São Paulo-SP;

WALDOMIRO OLIVEIRA, conhecido "Bom Velbinho", brasileiro, nascido em 18/07/1943, natural de Santa Cruz do Rio Pardo, filho de Manoel de Oliveira e Arlinda Candida de Oliveira, com endereço na Estrada Municipal Benedito Antonio Ragani, 2300, Chácara Recanto Três Corações, Itatiba-SP;

pela prática dos seguintes fatos delituosos:

Introdução

Esta denúncia decorre de investigação[1] que visou apurar diversas estruturas paralelas ao mercado de câmbio, abrangendo um grupo de doleiros com âmbito de atuação nacional e transnacional.

A investigação inicialmente apurou a conduta do "doleiro" **CARLOS HABIB CHATER** e pessoas físicas e jurídicas a ele vinculadas, ligada a um esquema de lavagem de dinheiro envolvendo o ex-deputado federal José Mohamed Janene e as empresas CSA Project Finance Ltda. e Dunel Indústria e Comércio Ltda.. Porém, posteriormente, o objeto da apuração foi ampliado para diversos outros doleiros, que se relacionavam entre si para o desenvolvimento das atividades, mas que formavam grupos autônomos e independentes, dando origem a quatro outras operações.[2]

[1] A presente denúncia decorre de investigações policiais realizadas principalmente nos seguintes autos, relacionados ao presente feito: 5049597-93.2013.404.7000 (Interceptação telefônica e telemática específica de YOUSSEF, distribuído por dependência em: 08/11/2013), 5027775-48.2013.404.7000 (Quebra de sigilo bancário de MO CONSULTORIA E LAUDOS ESTATÍSTICOS LTDA, WALDOMIRO DE OLIVEIRA, EDILSON FERNANDES RIBEIRO, MARCELO DE JESUS CIRQUEIRA); 5007992-36.2014.404.7000 (Quebra de sigilo bancário e fiscal (GFD INVESTIMENTOS, LABORGEN QUÍMICA LTDA, INDÚSTRIA DE MEDICAMENTOS LABORGEN, PIROQUÍMICA COMERCIAL, KFC HIDROSSEMEADURA, EMPREITEIRA RIGIDEZ, RCI SOFTWARE, RMV & CVV CONSULTORIA EM INFORMÁTICA, HMAR CONSULTORIA EM INFORMÁTICA, MALGA ENGENHARIA LTDA, COMPANHIA GRAÇA ARANHA RJ PARTICIPAÇÕES SA e BOSRED SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA); 5001446-62.2014.404.7000 (Pedido de busca e apreensão/prisão preventiva - OPERAÇÃO BIDONE); 5014901-94.2014.404.7000 (Pedido de prisão preventiva e novas buscas - OPERAÇÃO BIDONE 2); 5021466-74.2014.404.7000 (Pedido de busca e apreensão/conclusão corretiva - OPERAÇÃO BIDONE 3) e 5010309-97.2014.404.7000 (Pedido desmembramento).
IPL 1000 2013 - destinado a apurar as atividades capitaneadas pelo doleiro NELMA MITSUE PENASSO KODAMA (Operação Dolce Vita); IPL 1007 2013 - destinado a apurar as atividades do doleiro RICARDO HENRIQUE SROUR (Operação Casablanca); IPL 1041 2013 - destinado a apurar as atividades empreendidas pelo doleiro YOUSSEF (Operação Bidone).

1971

Além de tais condutas delitivas, foram apuradas diversas outras condutas criminosas, dentre elas, organização criminosa, evasão de divisas, falsidade ideológica, corrupção de funcionários públicos, tráfico de drogas, peculato e lavagem de capitais.

Primeiramente, foram identificados ao menos quatro grandes núcleos de investigação.

Posteriormente, foi identificada a necessidade de desmembramento em seis denúncias, desmembrando-se o feito em relação ao denunciado **PAULO ROBERTO COSTA** em razão do surgimento de provas de atuação da organização criminosa em contratos da **PETROBRAS**.

Registre-se, inicialmente, que no primeiro capítulo da Denúncia (FATO 01), são descritos (a) fatos tipificados como participação em organização criminosa, assim como os (b) indícios dos crimes antecedentes contra a administração pública, em especial o de peculato e o de corrupção ativa e passiva, fatos esses tal que merecerão o oferecimento de denúncia específica no momento oportuno.

Na sequência, nos fatos 2, 3, 4, 5 e 6 serão feitas as imputações das operações de lavagem de dinheiro dos recursos provenientes desses delitos. Serão detalhadas as operações financeiras com único e exclusivo propósito de dissimular e ocultar a origem ilícita de recursos já identificadas até o presente momento.

Conexo a estes fatos, há, ainda, a imputação do crime de embaraço à investigação de organização criminosa, considerando a existência de obstrução de obtenção de prova por parte de um dos denunciados e seus familiares. Contudo, a denúncia por este crime foi oferecida em apartado, autuada nos autos nº 5025676-71.2014.404.7000 perante este juízo.

FATO 01 - IMPUTAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO EM ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA[1] - INDÍCIOS DE CRIMES ANTECEDENTES DE LAVAGEM DE DINHEIRO: PECULATO E CORRUPÇÃO.

[1] Em que pese a criminalização da conduta de integrar organização criminosa tenha acontecido somente em 17 de setembro de 2013, é certo afirmar que a conduta se trata de crime permanente cuja execução se protrai no tempo até 17 de março de 2014, data em que foi deflagrada a operação "Lava Jato" e desmantelado o grupo. Sobre o tema, é pertinente lembrar que a súmula 711 do STF expõe "A lei penal mais grave aplica-se ao crime continuado ou ao crime permanente, se a sua vigência é anterior à cessação da continuidade ou da permanência."

1972

Em data não precisada nos autos, mas sendo certo que desde 2008 (quando **PAULO ROBERTO COSTA** já era diretor da empresa **PETROBRAS**) até 17 de março de 2014, **PAULO ROBERTO COSTA, MARCIO BONILHO, WALDOMIRO OLIVEIRA, MURILO BARRIOS, ANTONIO ALMEIDA SIVA, LEONARDO MEIRELLES, LEANDRO MEIRELLES E PEDRO ARGESE JUNIOR**, de modo consciente e voluntário, integraram uma das organizações criminosas comandadas pelo doleiro **ALBERTO YOUSSEF**, especificamente aquela que tinha por finalidade a prática de crimes de lavagem dos recursos financeiros auferidos de crimes contra a administração pública, mais precisamente contra a empresa **PETRÓLEO BRASILEIRO S/A – PETROBRAS.**

A organização criminosa contava principalmente com a associação dos denunciados, além de outras pessoas a serem especificadas e identificadas em outras investigações que serão desenvolvidas, agindo de forma estruturalmente ordenada, caracterizada pela divisão formal de tarefas e com o objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem indevida derivada dos crimes de peculato, corrupção ativa corrupção passiva e lavagem de dinheiro. O grupo mantinha, ainda, conexão com outras organizações criminosas também controladas por **YOUSSEF**.

Para a consecução do objetivo criminoso, relevante era a qualidade de funcionário público[4] no exercício de sua função exercida por **PAULO ROBERTO COSTA** na **PETROBRAS.**

Todas as infrações penais praticadas têm sanções máximas privativas de liberdade superiores a 4 (quatro) anos, sendo certo que o grupo, para o exercício de suas atividades ilícitas, atuava em diversos estados da federação circulando os recursos ilícitos em contas-correntes em instituições financeiras em nome de prepostos e de empresas de fachada localizadas nos municípios de **SÃO PAULO, RIO DE JANEIRO, IPOJUCA/PE,**

[4] As investigações demonstram que PAULO ROBERTO COSTA na época em que era diretor da PETROBRAS se valeu da condição de funcionário público para beneficiar a organização criminosa. Eventual participação de outros funcionários do escalão superior dessa empresa estatal será investigada oportunamente.

CURITIBA[5], como também destinava parte do produto auferido para o exterior[6], o que evidencia a transnacionalidade da organização.

Sinteticamente, a organização criminosa estava assim estruturada:

1. Alberto Youssef- líder da organização criminosa. Controlava um sofisticado esquema de lavagem de capitais com a finalidade de integrar à economia formal recursos desviados de obras da PETROBRAS;

2. Paulo Roberto Costa; comandava a organização criminosa juntamente com Alberto Youssef. Utilizava de seu cargo e posteriormente de suas influências para obtenção de contratos fraudados com a estatal;

3. Marcio Bonilho: diretor das empresas Sanko Sider e Sanko Serviços, envolvidas no esquema;

4. Murilo Tena Barrios: junto com Marcio Bonilho, era diretor das empresas Sanko Sider e Sanko Serviços, envolvidas no esquema;

5. Waldomiro Oliveira: era o "testa de ferro" da MO CONSULTORIA, empresa de fachada utilizada para canalizar os recursos desviados da PETROBRAS;

6. Leonardo Meirelles: Operador e testa de ferro de Alberto Youssef nas empresas Labogen S.A. Química Fina e Biotecnologia e Indústria e Comércio de Medicamentos Labogen S.A.;

7. Leandro Meirelles: Operador de Alberto Youssef nas empresas Labogen S.A. Química Fina e Biotecnologia e Indústria e Comércio de Medicamentos Labogen S.A., por intermédio de seu irmão Leonardo Meirelles, administrador das duas empresas;

8. Pedro Argese Junior: testa de ferro de Alberto Youssef e de Leonardo Meirelles na empresa Piroquímica Comercial Ltda. EPP;

[5] Conta de titularidade da empresa GILSON M FERREIRA TRANSPORTE ME, no Banco Itaú, Agência XAXIM, em CURITIBA PR, movimentou, no período entre setembro de 2012 a fevereiro de 2013, o valor total de R$ 23.035.226,00

[6] A partir das informações do BANCO CENTRAL, foram identificadas remessas para CHINA, HONG KONG, ESTADOS UNIDOS, URUGUAI, INDIA, CORTIA DO SUL, ITALIA, BELGICA, dentre outros países

9. **Esdra de Arantes Ferreira**: autorizador das operações de Alberto Youssef nas empresas Labogen S.A. Química Fina e Biotecnologia e Indústria e Comércio de Medicamentos Labogen S.A.;

10. **Antonio Almeida Silva**, contador da **MO CONSULTORIA**, dentre outras empresas controladas efetivamente por Alberto Youssef;

Pois bem, a partir das investigações da Operação "Lava Jato" foram levantados severos indícios de que **ALBERTO YOUSSEF** comandou a associação criminosa em um esquema milionário de desvio de recursos públicos mediante a prática dos crimes de peculato desvio e corrupção em detrimento da **PETROLEO BRASILEIRO S/A- PETROBRAS**.

Os desvios ocorreram no período de 2009 até 2014 e se referem a quantias relacionadas ao pagamento de contratos superfaturados a empresas que prestaram serviços direta ou indiretamente a **PETROBRAS**, com colaboração e intermediação do denunciado **PAULO ROBERTO COSTA** (diretor de abastecimento dessa empresa de 2004 a 2012), além de outros integrantes da organização criminosa.

Em 2005, quando o Governo Federal lançou o projeto da refinaria de **ABREU E LIMA**, a ser construída no município de **IPOJUCA**, estado de **PERNAMBUCO**, orçada, na época, em R$ 2,5 bilhões (dois bilhões e quinhentos milhões de reais) e que, atualmente, apresenta orçamento do valor global superior a R$ 20 bilhões, o denunciado **PAULO ROBERTO COSTA** ocupava o cargo de diretor de abastecimento da **PETROBRAS**, cuja diretoria tinha por atribuição elaborar os projetos técnicos para construção de refinarias da estatal e fiscalizar a execução dos aspectos técnicos desse projeto[7]. Além disso, desde 26/03/2008 o denunciado **PAULO ROBERTO COSTA**[8] consta como conselheiro de administração da refinaria de **ABREU E LIMA**.

---

[7] Essa informação é confirmada pelo próprio depoimento de Paulo Roberto Costa aludido(Processo 5049557-16.2013.404.7000/PR, evento 12, DECL4, Página 1)(...) que exerceu durante os últimos oito anos de sua atividade na PETROBRAS o cargo de Diretor de abastecimento, tendo sido este o mais relevante, tendo se aposentado em abril de 2012. (.) Esclarece que a Diretoria de abastecimento estava inserida no rol das chamadas "Diretorias de negócio" e que estas diretorias não conduziam os processos licitatórios relativos a seus projetos; que com relação à licitação da refinaria ABREU e LIMA, ao ser analisado o projeto técnico, a Diretoria de engenharia dividiu em muitos pacotes de licitação as contratações que seriam feitas, ( )que perguntado qual foi o envolvimento do declarante nessa licitação, respondeu que limitou a elaboração do projeto técnico e depois da licitação, que foi conduzida pela Diretoria de engenharia, a Diretoria de abastecimento atuou na fiscalização dos aspectos técnicos da execução da obra.

[8] Dados cadastrais Ministério da Fazenda.

1975

Para definição das empresas responsáveis pela execução das obras em **ABREU E LIMA**, houve diversos procedimentos licitatórios, adjudicados para cinco consórcios, sendo um deles vencido pelo **CONSÓRCIO NACIONAL CAMARGO CORREA**, controlado pela **CONSTRUÇÕES CAMARGO E CORREA S/A**, e outros acionistas minoritários[9], que ficou responsável pela construção da Unidade de Coqueamento Retardado-UCR, objeto do contrato 0800.0053457.09.2.

Tal contrato apresentou indícios de superfaturamento ou sobrepreço na execução e fornecimento de materiais. Com efeito, em 2010, o **TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU)**, realizou auditoria nesse contrato, cujas considerações estão sendo colacionadas no processo 004.025/2011-3 (apartado do TC 010.830/2010-3) (**ANEXO 2**- desta denúncia).

Em que pese ainda não haver trânsito em julgado do processo, na mais recente decisão sobre o tema (o acórdão 572/2013) o TCU se pronunciou no sentido de que o indício de sobrepreço e/ou superfaturamento estaria situado entre R$ 446.217.623,17 (quatrocentos e quarenta e seis milhões, duzentos e dezessete mil, seiscentos e vinte e três reais e dezessete centavos- 13,08 % em relação ao valor contratado), e R$ 207.956.051,72 (duzentos e sete milhões, novecentos e cinquenta e seis mil, cinquenta e um reais e setenta e dois centavos)- 6,10% em relação ao valor contratado) somente neste contrato[10], dependendo do referencial técnico utilizado.

No item 9.1 do acórdão, o TCU decidiu: *9.1 comunicar à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional que os indícios de irregularidades graves do tipo IG-P, apontados nos Contratos 0800.0053456.09.2 (UDA), 0800.0053457.09.2 (UCR), 0800.0055148.09.2 (UHDT UGH) e 0800.0057000.10.2 (Tubovias), relativos às obras de Construção da Refinaria Abreu e Lima em Recife no Estado de Pernambuco, não mais se enquadram no inciso II do § 1º do art. 93 da Lei 12.708/2012 (LDO/2013), tendo sua classificação sido alterada para IG-C (inciso I) do § 1º do art. 93 da mesma Lei).*

[9] Para fins de informação, os dados cadastrais evidenciam que atualmente a CAMARGO CORREA S.A tinha 98% das ações do CNCC e outras 10% pertenciam à empresa Worley Engenharia S.A. A empresa CNEN Projeto de Engenharia foi acionista até 04.06.2010.

[10] De acordo com o acórdão TCU 3262/2010, o valor global de superfaturamento em todos os contratos chega a R$ 1.324.116.792,62 (um bilhão, trezentos e vinte e quatro milhões, cento e dezesseis mil, setecentos e noventa e dois reais e sessenta e dois centavos)

1976

Diante dessa constatação, a Corte de Contas expressamente recomendou no item 9.4: "*9.4. dar ciência desta deliberação, acompanhada do relatório e voto que a fundamentam, à Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados, ao Departamento da Polícia Federal, ao Ministério Público da União e ao Ministério das Minas e Energia, à Petrobras e aos consórcios contratados.*".

Por suspeitas da existência de fraude na concorrência pública, o certame licitatório de **ABREU E LIMA** está sob investigação pela Polícia Federal de Pernambuco no âmbito do IPL n. 111/2011 que apura os ilícitos penais relativamente ao contrato 0800.0053457.09.2 e de mais outros 6 contratos.

Dessa forma, restou demonstrada pela prova técnica que o projeto inicial da refinaria **ABREU E LIMA** de responsabilidade de **PAULO ROBERTO COSTA** teve diversos itens superfaturados e com sobrepreço.

Uma vez vencido o certame licitatório, em 26/11/2008 foi constituído o **CONSÓRCIO NACIONAL CAMARGO CORREA (CNCC)**, sociedade de propósito específico para a construção da obra da Unidade de Coqueamento Retardado da refinaria **ABREU E LIMA**. Desde então, o **CNCC** passou a receber da **PETROBRAS**[1] os valores dos itens com superfaturamento e sobrepreço, oportunidade em que ocorreram os desvios de recursos públicos mencionados e a apropriação pelos beneficiários.

Dali para frente, como a seguir será demonstrado, o dinheiro ilícito do peculato e da corrupção foi pulverizado mediante diversas operações de lavagem de capitais, tendo como finalidade ocultar e dissimular a origem ilícita dos recursos, retornando aos denunciados (reais destinatários) com aparência lícita.

Para fins introdutórios, vale frisar que o esquema de lavagem de ativos começou com o **CNCC** subcontratando de diversos itens do projeto técnico para inúmeras empresas, dentre elas, a **SANKO SIDER LTDA**, fornecedora de tubos de aço para a indústria, e **SANKO SERVIÇOS DE PESQUISA E MAPEAMENTO**, ambas de responsabilidade dos denunciados **MURILO BARRIOS** e **MARCIO BONILHO**.

[1] Informações da RECEITA FEDERAL dão conta que entre 2010 e 2012, o CNCC-sigiloso, recebeu mais de R$ 2 bilhões da PETROBRAS. Já a Camargo Correa S.A, sua controladora, recebeu em pagamentos da PETROBRAS no período entre 2009 e 2013 mais de R$ 3 bilhões.

1917

Há elementos que apontam que essas empresas foram indicadas pelos próprios denunciados **PAULO ROBERTO COSTA** e **ALBERTO YOUSSEF**. Isso porque **YOUSSEF** tinha relação próxima com **PAULO ROBERTO COSTA**, com a **CAMARGO CORREA** e com **MARCIO BONILHO**, do grupo **SANKO**. No decorrer deste item, serão expostos trechos de diálogos interceptados que comprovam essa ligação.

O denunciado **MARCIO BONILHO** admitiu em depoimento perante a Polícia Federal (Processo 5049557-14.2013.404.7000/PR, Evento 12, DECL2, página 3): "*que a* ***SANKO SIDER*** *forneceu material utilizado pelas empresas que atuaram nas obras da refinaria* ***ABREU & LIMA****, entre elas o* ***CONSÓRCIO NACIONAL CAMARGO CORREA (CNCC)****, destacando que o valor do fornecimento foi no montante aproximado de R$ 130.000.000,00 (cento e trinta milhões de reais)*"

Já a quebra de sigilo fiscal das empresas demonstrou que, entre os anos de 2009 e 2013, foi repassado às empresas **SANKO SIDER** e **SANKO SERVIÇOS** pelo **CONSÓRCIO NACIONAL CAMARGO CORREA** e da **CAMARGO CORREA CONSTRUÇÕES S/A** R$ 113.000.000,00 (cento e treze milhões de reais) (informações da RECEITA FEDERAL, ANEXOS 3 e 4 desta denúncia).

Posteriormente, como a seguir será melhor delineado, nas empresas **SANKO SIDER** e **SANKO SERVIÇOS**, de **MARCIO BONILHO** e **MURILO BARRIOS**, os valores ilícitos foram separados do total e movimentados para as empresas **MO CONSULTORIA E LAUDOS ESTATÍSTICOS** e **GFD INVESTIMENTOS**[2], ambas de propriedade de **ALBERTO YOUSSEF**[3], mas registradas formalmente em nome de interpostas pessoas, vulgo "laranjas", e, dali, pulverizado para várias outras sociedades também de responsabilidade de **YOUSSEF**. Finalmente, os recursos ilícitos foram sacados em espécie ou remetidos para o exterior mediante contratos de câmbio de importações simuladas.

Na divisão de tarefas, inicialmente, até abril de 2012 cabia ao denunciado **PAULO ROBERTO COSTA** valer-se da sua condição de diretor de abastecimento da **PETROBRAS**, responsável pela elaboração do projeto de novas refinarias da estatal, para

[2] A título de exemplo, o ofício de informações da RECEITA FEDERAL constante no ANEXO III desta denúncia informa que que a SANKO SERVIÇOS transferiu em 2012 R$ 3,23 milhões para a GFD Investimentos.

[3] Em depoimento, MARCIO BONILHO, administrador da SANKO SIDER afirmou textualmente que: segundo lhe foi falado pelo próprio ALBERTO YOUSSEF, a GFD era uma empresa de sua propriedade, não sabendo dizer se existiram outros sócios (Processo 5049557-14.2013.404.7000/PR, Evento 12, DECL2, Página 3).

atuar na intermediação de contratos superfaturados com empresas participantes do esquema. Para isso, utilizava-se também de seu cargo de membro do conselho de administração da refinaria **ABREU E LIMA** e contava com o direcionamento do procedimento licitatório, sendo auxiliado por outros funcionários da estatal, que serão investigados em inquérito policial próprio.

Após abril de 2012[14], conforme se comprova por diversos documentos e diálogos durante o segundo semestre de 2013, mesmo tendo deixado o cargo de diretor da estatal, o denunciado **PAULO ROBERTO COSTA** continuou atuando efetivamente na organização criminosa. Para isso, o ex-diretor se valia do *know how* e da influência adquirida durante anos de trabalho na **PETROBRAS** para continuar intermediando contratos para empresas interessadas em conseguir avenças milionárias com a estatal, com o fim de desviar ou se apropriar indevidamente em proveito próprio e alheio desses recursos.

Tudo mediante a solicitação de propina para intermediar contratos fraudados com a simulação de serviços de consultoria **COSTA GLOBAL**[15] ou por meio da participação direta de **PAULO ROBERTO COSTA** nas empresas contratadas pela **PETROBRAS**, como ocorreu no caso da **ECOGLOBAL AMBIENTAL** e **ECOGLOBAL OVERSEA**, como será descrito adiante.

Calha enfatizar que, além de auferirem vantagem indevida em benefício próprio e alheio, apropriando-se de recursos públicos por intermédio da obtenção de contratos superfaturados com a **PETRORRAS**, os denunciados **PAULO ROBERTO COSTA**, **MARCIO BONILHO** e **MURILO BARRIOS**, com ajuda de **ALBERTO YOUSSEF** e de **WALDOMIRO OLIVEIRA**, também realizaram operações de lavagem de dinheiro com a finalidade de integrar o dinheiro ilícito à economia formal.

Como já adiantado, os denunciados **PAULO ROBERTO COSTA** e **MARCIO BONILHO** eram extremamente próximos a **ALBERTO YOUSSEF**, tendo total conhecimento de seus negócios, exercendo papel vital no funcionamento da organização criminosa.

[14] Segundo dados do Ministério da Fazenda, mesmo após abril de 2012, o denunciado **PAULO ROBERTO COSTA** continuou no Conselho de Administração da refinaria **ABREU E LIMA**.

[15] Inúmeros documentos obtidos na busca e apreensão na casa de **PAULO ROBERTO COSTA** evidenciam estes fatos. Serão explorados na sequência.

1979

Comprova-se essa ligação por diversas provas

Em primeiro lugar, foi identificado na caixa de correio eletrônico de **ALBERTO YOUSSEF** de 28/08/2013, um email enviado pela conta profissional33@gmail.com, cuja mensagem ao final é assinada por JC Genu, que se deduz tratar do e-mail de **JOÃO CLAUDIO GENU**[16], ex-chefe de gabinete da liderança do PP na Câmara, que recebeu dinheiro das contas de Marcos Valério em nome do partido no caso do "mensalão" (Processo 5049597-93.2013.404.7000/PR, Evento 76, REPRESENTACAO BUSCAL, Página 59)

Na mensagem, consta expressamente o inconformismo do remetente com a aproximação de **YOUSSEF** a **PAULO ROBERTO COSTA**, além de "outras pessoas boas e poderosas" que teriam sido apresentadas pelo ex-assessor do deputado federal **JOSÉ JANENE** ao doleiro[17].

A investigação também captou mensagem de correio eletrônico enviada no dia 4/3/2013 pela gerente financeira da empresa **SANKO SIDER LTDA**, **FABIANA ESTAIANO**, encaminhando para **ALBERTO YOUSSEF** uma planilha de pagamentos de "comissões" entre 28/07/2011 e 18/07/2012, no valor total de R$ 7.950.394,23 com indicação no campo de fornecedor das siglas **MO** e **GFD**, tendo como cliente a sigla **CNCC**, utilizada para identificar **CONSÓRCIO NACIONAL CAMARGO CORREA** (Processo 5049597-93.2013.404.7000/PR, Evento 54, PET1, Página 7).

Também da interceptação telemática consta o e-mail de 12/3/2013 encaminhado pela **MARSANS** para **ALBERTO YOUSSEF** com uma cobrança no valor de R$ 2.799,89, referente a voos de ida e de volta no trecho Rio de Janeiro (SDU) São Paulo (CGH) e diárias no hotel **TIVOLI**, em nome de **PAULO ROBERTO COSTA** (Processo 5049597-93.2013.404.7000/PR, Evento 76, REPRESENTACAO BUSCAL, Página 65).

---

[16] Apontado como um dos principais sacadores do mensalão, GENU deixou o cargo de assessor de deputado em março de 2007. Em 2008, foi demitido do Ministério da Agricultura sob a acusação de improbidade administrativa. Foi denunciado com os chefes por lavagem de dinheiro, corrupção passiva e formação de quadrilha. Em outubro de 2012, durante o julgamento do mensalão no STF, foi condenado pelos crimes de lavagem de dinheiro e corrupção passiva (este, já prescrito). Recebeu pena de quatro anos de reclusão, além de multa de 260.000 reais. Importante mencionar ainda que GENU faz referência a quando o tirado estava entre nós, possivelmente fazendo referências ao falecido Deputado José Mohamed Janene, também envolvido no Caso Mensalão e sócio de ALBERTO YOUSSEF.

[17] Nesse ponto, GENU fala expressamente: "Você se aproximou do PR. Sabiamente claro. Mas me sinto traído. Vc se aproximou das pessoas boas e poderosas que te apresentei. Bom não sou ciúme, mas bom me sinto traído."

De resto, a busca e apreensão na casa de **PAULO ROBERTO COSTA** logrou êxito em identificar incontáveis provas do envolvimento do denunciado com a organização criminosa de **YOUSSEF** (5014901-94.2014.404.7000, evento 40).

Inicialmente, foram encontrados R$ 762.250,00 (setecentos e sessenta e dois mil, duzentos e cinquenta reais), US$ 181.495,00 (cento e oitenta e um mil, quatrocentos e noventa e cinco mil dólares) e EUR 10.850 (dez mil e oitocentos e cinquenta euros) em dinheiro vivo, sendo que o denunciado não soube explicar a origem desses valores[*].

Já na agenda pessoal de **PAULO ROBERTO COSTA** havia uma anotação manuscrita, do próprio denunciado, reproduzindo a seguinte frase: "*acabar com a corrupção é o objetivo supremo de quem ainda não chegou ao poder (Millor Fernandes)*" o que mostra a tônica utilizada por **PAULO ROBERTO COSTA** para tratar das relações de poder.

Na diligência, também foi apreendida uma **PLANILHA DE VALORES** que aparenta ser uma "contabilidade manual" referente às entradas e saídas da empresa **COSTA GLOBAL**, de propriedade de **PAULO ROBERTO COSTA**, de 30/11/2012 até 03/06/2013.

No documento, consta na rubrica "**ENTRADA**", a seguinte inserção:

primo-> R$ 300.000,00 (17/12/12), R$ 260.000,00 + US$ 50.000,00 (21/12/12) US$ 200.000,00 (11/01/2013) US$ 350.000,00 (29/01/13) R$ 400.000,00 (25/02/13), R$ 1.000.000,00 (15/03/13) Total: R$ 1.060.000,00 MM US$ 500.000,00 mm EUR 35.000,00mm

O codinome "primo" é como **YOUSSEF** é comumente chamado por seus conhecidos. Isso se demonstra pelos relatórios de interceptação telefônica do Processo 5049597-93.2013.404.7000/PR, Evento 1, INRC1, como também pelo depoimento de **LEONARDO MEIRELLES** afirmando que "primo" é o apelido de **YOUSSEF** (Processo 5039557-14.2013.404.7000/PR, Evento 14, AUTO_QUALIFIC3, página 3).

PAULO ROBERTO COSTA não apresentou qualquer justificativa da entrada desse valores relacionados com **YOUSSEF**.

[*] Em que pese posteriormente a defesa no pedido de revogação da preventiva tenha sustentado que o dinheiro se referiria a um suposto empréstimo tomado de MARCELO BARBOZA, o denunciado PAULO ROBERTO COSTA nada mencionou sobre este "empréstimo" no momento de seu depoimento e depois na hora de sua prisão.

1981

Ainda no que se refere à **COSTA GLOBAL CONSULTORIA**, durante a operação policial, foram identificadas outras planilhas que mostram seis contratos firmados pela **PETROBRAS** com a empresa **ASTROMARÍTIMA NAVEGAÇÃO S/A**, em outubro de 2013, no valor atualizado de R$ 490.000.000,00 (quatrocentos e noventa milhões de reais). Sobre o contrato com a **ASTROMARÍTIMA**, que, por sua vez, era cliente da empresa **COSTA GLOBAL CONSULTORIA**, o ex-diretor da **PETROBRAS** anotou "*validade de 2 anos, e ganho de 5% do valor bruto e mais 50%*". Tais anotações comprovam que a empresa pagaria comissão pelo denunciado ter intermediado a assinatura do contrato com a estatal (Processo 5014901-94.2014.404.7000/PR, Evento 42, ANEXO7, página 39 e seguintes).

Por último, é importante mencionar a apreensão no local de uma planilha manuscrita com o nome das empresas **MENDES JUNIOR, UTC/CONSTRAM, ENGEVIX, IESA, HOPE RH** e **TOYO SETAL**. Todas essas sociedades têm contrato ativo com a **PETROBRAS** ou, ao menos já tiveram avenças com a estatal nos últimos anos e doaram, juntas, R$ 35,3 milhões a partidos da base parlamentar de apoio ao Governo Federal na campanha de 2010[29]. (Processo 5014901-94.2014.404.7000/PR, evento 42)

O mesmo documento manuscrito tem colunas escritas "*executivo*", "*nome de empresas*" e a "*solução*". Embaixo, constam algumas inscrições como "está disposto a colaborar", "*já teve conversa com o candidato*", o que indica que se trata de uma planilha de negociação com possíveis doadores de campanha, sendo que **PAULO ROBERTO COSTA** atuava na intermediação dessas contribuições junto a empresas que tinha contrato com a **PETROBRAS**.

Todo esse acervo probatório demonstra a proximidade das relações do denunciado com a empresas que prestavam serviços para a **PETROBRAS**, mormente para o recebimento de "comissões" para as mais diversas finalidades.

Outras operações de busca e apreensão arrecadaram mais documentos que relacionam **ALBERTO YOUSSEF** a **PAULO ROBERTO COSTA**.

[29] Dentre as maiores doações, segundo informações de doações disponíveis no site do TSE, a UTC/Constran doou ao menos R$ 20,9 milhões, sendo a maior parte, R$ 17 milhões para o PT, PMDB, PP, PR, PCdoB, PRTB e PSB, todos partidos da base aliada do governo federal. A Mendes Junior repassou R$ 13,8 milhões, sendo R$ 9 milhões para partidos aliados. A Engevix doou R$ 7,1 milhões, sendo R$ 6,5 milhões para a base aliada. A Iesa, repassou R$ 2,96 milhões, sendo R$ 2,7 milhões para partidos da base aliada.

1982

Na busca realizada na concessionária **AUTOSTAR VEÍCULOS**, foi encontrada uma nota fiscal no valor de R$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) referente à aquisição do veículo **LAND ROVER EVOQUE**, adquirido por **YOUSSEF** para **PAULO ROBERTO COSTA**, operação que será melhor detalhada nos próximos itens. Na mesma oportunidade, **YOUSSEF** declarou que **PAULO ROBERTO COSTA** residia com ele em seu endereço residencial. (Processo 5001446-62.2014.404.7000/PR, evento 1, REPRESENTACAO_BUSCA1, página 39; Processo 5014901-94.2014.404.7000, evento 40)

Informações policiais dão conta que o veículo foi pago mediante depósito efetuado por terceiros[26] (Processo 5049557-14.2013.404.7000/PR, evento 35, INF4, página 2).

Questionado acerca da razão da aquisição do veículo por **YOUSSEF** em seu nome, **PAULO ROBERTO COSTA** afirmou que prestou uma consultoria para **YOUSSEF** de forma verbal, sem relatório ou qualquer outro documento comprobatório do serviço, sendo que este fato será objeto de imputação nesta denúncia (Depoimento- Processo 5049557-14.2013.404.7000/PR, evento 12, DECL4, página 1).

Já na busca realizada no escritório da **GFD** foi obtida uma agenda com as anotações intituladas "**REUNIÃO PAULO ROBERTO COSTA**", na qual consta a informação: "*A OFFSHORES*" - "*Pode haver problemas em abrir offshores em nome do Dr. Paulo em razão de ter ocupado cargo de indicação política na Petrobrás*". Em outro trecho, fica registrada a recomendação "*de que a holding deveria ser colocada no nome da mulher e das filhas*" do denunciado (Processo 5001466-74.2014.404.7000/PR, evento 1).

Na mesma diligência foi encontrado um documento com a inscrição: "**CONTRATO ESTRITAMENTE CONFIDENCIAL**" referente à "**PROPOSTA PARA AQUISIÇÃO DE 75% das quotas da ECOGLOBAL AMBIENTAL E SERVIÇOS LTDA e da ECOGLOBAL OVERSEAS LLC**".

Conforme este contrato, firmado no dia 18 de Setembro de 2013, as duas empresas, tanto **ECOGLOBAL AMBIENTAL** como a **ECOGLOBAL OVERSEAS**, foram vendidas a três empresas brasileiras, sendo elas a **QUALITY HOLDING INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.**, de propriedade de **ALBERTO YOUSSEF**,

[26] De acordo com as informações policiais, foram feitos depósitos por TIAGO SOARES DIAS (Depósito R$ 77.210,00) e BRUNO HENRIQUE GOMES (R$ 89.940,00).

1983

a **SUNSET GLOBAL ADMINISTRAÇÃO DE BENS LTDA** (cuja administração cabia a **PAULO ROBERTO COSTA**) e a **TINO REAL PARTICIPAÇÕES LTDA.** pertencente a **PEDRO CARLOS STORTI VIEIRA.**

Uma das condições de aquisição das cotas da **ECOGLOBAL** era justamente a celebração do contrato **Nº.2050.0082532.13.2** com a **PETROBRAS** no valor de **R$ 443.839.192,24** (quatrocentos e quarenta e três milhões, oitocentos e trinta e nove mil, cento e noventa e dois reais e vinte e quatro centavos), sendo certo que a avença veio efetivamente a ser assinada em julho de 2013[21].

Ou seja, a **ECOBLOGAL** tinha para receber **R$ 443.839.192,24** de um contrato com a **PETROBRAS** quando as empresas "investidoras" compraram 75% das cotas dessa empresa por R$ 18.000.000,00 (dezoito milhões de reais), o que evidencia a existência de fraude que será apurada em investigação apartada.

Frise-se que a empresa **QUALITY HOLDING INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S/A**, em que pese constar formalmente como de responsabilidade dos sócios **MATHEUS OLIVEIRA DOS SANTOS, e JOAO PROCOPIO JUNQUEIRA PACHECO DE ALMEIDA PRADO**, é na prática uma das empresas de fachada de **ALBERTO YOUSSEF**. Isso se comprova pelo depoimento de ambos que afirmam que a sociedade não tem atividade operacional (Processo 5049557-11.2013.404.7000/PR, Evento 12, DECL1, Página 1).

Não suficiente, os dados cadastrais da empresa **SUNSET GLOBAL ADMINISTRAÇÃO DE BENS LTDA**, administrada por **PAULO ROBERTO COSTA** e que tem por acionistas sua esposa e filha, evidenciam que esta sociedade está localizada na Rua Dr. Renato Paes de Barros, 778, 2º. andar, São Paulo-SP, mesmo endereço da empresa **GFD INVESTIMENTOS**, de propriedade de **ALBERTO YOUSSEF**[22], mas que formalmente está registrada no nome de **CARLOS ALBERTO COSTA**. Aliás, **CARLOS ALBERTO COSTA** afirma em depoimento que a própria residência de **YOUSSEF** está no

[21] Vale salientar que também foi apreendida uma minuta de proposta de aquisição das cotas da ECOGLOBAL idêntica à assinada dia 18/09/2013 com data de março de 2013. Isso explica porque a celebração do contrato com a PETROBRAS aparece com condição suspensiva no contrato de setembro.

[22] Aliás, comprovando que a propriedade da empresa GFD INVESTIMENTOS é de YOUSSEF, ele se, dentre outros elementos, o depoimento de MATHEUS DE OLIVEIRA DOS SANTOS, "testa de ferro" da empresa QUALITY HOLDING, outra empresa "de gaveta" do doleiro, em que ele diz que "[f]oi sócio na GFD INVESTIMENTOS, empresa de ALBERTO YOUSSEF".

1984

nome da empresa **GFD INVESTIMENTOS** (Processo 5049557-14.2013.404.7000/PR, evento 14, AUTO_QUALIFICT, página 3)

Desse modo, os laços entre o doleiro **ALBERTO YOUSSEF** e **PAULO ROBERTO COSTA** são tão próximos que o escritório do doleiro é usado também como sede de sociedade comercial de **PAULO ROBERTO COSTA**.

Contudo, não é apenas isso.

Especificamente quanto à obra de **ABREU E LIMA**, o diálogo interceptado em 20 de outubro de 2013 entre **ALBERTO YOUSSEF** e **MARCIO BONILHO** reforça a existência de desvios em favor dos denunciados.

Na conversa, os dois comentam a respeito de uma reclamação de "**LEITOSO**", que se diz prejudicado no esquema de desvio de recursos públicos, sendo que **YOUSSEF** menciona expressamente o recebimento de valores pelo denunciado **PAULO ROBERTO COSTA** dizendo: "vê quanto o **PAULO ROBERTO LEVOU**"[23] (processo 5010109-97.2014.404.7000/PR, evento 1, INIC1, página 14).

Pelo que consta do depoimento de **MARCIO BONILHO**, "**LEITOSO**" seria um dos executivos da **CAMARGO CORREA**, empresa participante do esquema (Processo 5049557-14.2013.404.7000/PR, evento 12, DECL2, página 4).

Isso confirma que **PAULO ROBERTO COSTA**, além de ter ligação pessoal com **ALBERTO YOUSSEF**, recebeu diversos valores do doleiro.

Outra prova de que **YOUSSEF** esteve envolvido nos desvios da **CAMARGO CORREA** é a conversa do doleiro com **VAGNER BERTINI**, em 09.10.2013, por telefone,

---

[23] Nessa conversa, YOUSSEF fala (processo 5010109-97.2014.404.7000/PR, Evento 1, INIC1, Página 14):LEITOSO:Não, porra, pior que o cara falou sério, cara, que ele acha que foi prejudicado, cê tá entendendo? É rapaz, tem louco pra tudo. Porra, foi prejudicado? O tanto de dinheiro que nos demos pra esse cara, . . Ele tem coragem de falar que foi prejudicado. Pô, faz conta aqui, escuta, aí porra, recebi R$ 9 milhão bruto, 20%, eu paguei, são 7 e pouco, faz a conta do 7 e pouco, vê quanto ele levou, vê quanto o comparsa dele levou, vê quanto o Paulo Roberto levou, vê quanto os outro menino levou e vê quanto sobrou. Vem falar pra mim que ta prejudicado. Ah, porra, ninguém saber fazer conta, eu acho que ninguém sabe fazer conta nessa porra. Que não é possível. A conta só feita pro lado deles.

De acordo com MARCIO BONILHO, "meninos" seriam empregado que colaboravam no desempenho da atividade da empresa SANKO SIDER (Processo 5049557-14.2013.404.7000/PR, Evento 12, DEPOE2, Página 4

1985

na qual **YOUSSEF** afirma que a **CAMARGO** [**CAMARGO CORREA**] lhe deve doze milhões[24] (Processo 5001446-62.2014.404.7000/PR, Evento 13, PET1, Página 8).

Esses fatos são relevantes por evidenciarem a proximidade de **YOUSSEF** com executivos da **CAMARGO CORREA**, controladora do **CNCC**.

O denunciado **PAULO ROBERTO COSTA** também tinha relação com **MARCIO BONILHO**, conforme foi confirmado nos próprios depoimentos de **MARCIO** e **PAULO ROBERTO**, tendo inclusive se reunido com ele após a abertura da empresa de consultoria **COSTA GLOBAL**.

Aliás, vale ressaltar que **MARCIO BONILHO** foi identificado em inúmeros diálogos com **YOUSSEF**.

Em 07.10.2013, por telefone, **MÁRCIO ANDRADE BONILHO** fala com **YOUSSEF** (Beto), a quem chama de "*presi*" ou "*presidente*", tratando de pagamentos, afirmando que a CHAIM [construtora] e a ENGEMIX ou ENGEVIX [também empresa na área de construção] estão com pagamentos atrasados, referentes ao pagamento de 15 milhões. **YOUSSEF** afirma que vendeu 1,8 milhões para alguém que ainda não o pagou, mas ainda está dentro do prazo para o pagamento [mencionados no diálogo como "carbono"][25] (Processo 5049597-93.2013.404.7000/PR, Evento 1, INIC1, Página 16).

Já em 08/10/2013, por telefone, **BONILHO** diz expressamente: "*Vóis precisava arrumá uns 5 milhão pra dá um aliviada no fluxo, sendo. O negócio tá feio pra caramba, cara.*[26]" (Processo 5010109-97.2014.404.7000, INI 1, página 12).

[24] Vagner: "*Nada que Picos, Picos, porque nem pagando mais tão aqora. É, então dinheiro pra caixa tá se recuperia, mas eravo tudo. Eles tiveram problema lá, atraso pagamento, não paga mais nada. Ieri eu te falei viu cara só pra*".
YOUSSEF: "*É, pois era tudo tudo, cara. Tá com preguiça pra CAMARGO que você nem imagina, cara. Cara me deve 12 "pau", num paga. Pior que devesse é amigo, você pressionando é amigo pode (inaudível) carinha (inaudível) 12 "pau" meio ansioso, num é um "vento"*". Vagner: "*É mesmo dinheiro, é mesmo dinheiro*".

[25] Márcio: "*É outra, sabe aquela, aquela nossa parceira vai te de 15 "pau", daí vira, vai compra o o "carbono", só depois do "carbono" já não vai compra tudo. Eu já to até desanimado, isso aí se vê um milhão, eu já dou quinze já, sabe aquelas conversa mole*". YOUSSEF: "*Nós vendemos lá, 1,8 milhão pra (inaudível), ele pago 2*". Márcio: "*Mas ele ainda tá dentro do, ele ainda pode uma prorrogada, tá dentro da prorrogação. Agora, sabe quem tá fodo ? quem tá fodo é o cabra que ce pode ou pra ce. Aquela que é Chaim tá fodo isso. Tá fodo*". YOUSSEF: "*Mas do nosso pessoal o único que tá atrasado é o CHAIM só mais ninguém*". Processo 5049597-93.2013.404.7000/PR, Evento 5, ANEXO2, Página 10-11.

[26] Márcio diz a YOUSSEF: "*Tá fodo, presi. Nóis precisava arrumá uns 5 milhão pra dá uma aliviada no fluxo, sendo. O negócio tá feio pra caramba, cara*". E diz também que o Chaim não paga. "*tá fodo*". (...) MÁRCIO: *Uns e toda via. Temo lá Presi, o importante é que tá melhorando de vaide. Se precisá nóis liga pra*

1986

Já em 07.10.2013, por telefone, **MÁRCIO ANDRADE BONILHO** fala com **YOUSSEF** (Beto), a quem chama de "*prest*" ou "*presidente*", tratando de pagamentos, afirmando que a CHAIM (construtora) e a ENGEMIX ou ENGEVIX (também empresa na área de construção) estão com pagamentos atrasados, referentes ao pagamento de 15 milhões. **YOUSSEF** afirma que vendeu 1.8 milhões para alguém que ainda não o pagou, mas ainda está dentro do prazo para o pagamento (mencionados no diálogo como "carbono") (Processo 5049597-93.2013.404.7000/PR, Evento 1, INQU, Página 15).[2]

Em diálogo com **MÁRCIO BONILHO**, **YOUSSEF** faz menção ao recebimento de comissão. No diálogo 67913318.WAV, 17/12/2013 16:12:53, entre **YOUSSEF** e **MÁRCIO**, este último fala que a comissão de **YOUSSEF** é mais de 4 milhões, a indicar que o total do negócio era 150 milhões. **YOUSSEF** fala que só da PCOVIX são 4 milhões, destacando-se que YOUSSEF achou pouco os 4 milhões. No diálogo, as empresas JCC, REPAR e PCOVIX fizeram pedido para empresa de **MÁRCIO** (Processo 5049597-93.2013.404.7000/PR, Evento 74, AUTO1, Página 32).

Em outro diálogo, **MÁRCIO** fala que vai arrumar o dinheiro de **YOUSSEF**. **YOUSSEF** fala de comissões que para receber de **MÁRCIO**. Ainda tratam de comissões e **MÁRCIO** fala que irá pagar 100 mil para **YOUSSEF**, que não quer mandar nota para não pagar imposto. **MÁRCIO** afirma que irá mandar pela conta da GFD, no Banco HSBC[3] (Processo 5049597-93.2013.404.7000/PR, Evento 74, AUTO1, Página 33).

Por último, a participação de **MURILO BARRIOS** se evidencia pela fato de ser sócio de **MARCIO BONILHO** e ter poder de decisão nas sociedades, tendo conhecimento do destino dos depósitos (Depoimento de FABIANA ESTAIANO -Processo 5049557-14.2013.404.7000/PR, evento 12, DEC13, pagina 1).

---

me arrumar um dinheiro, né. BETO: É. MARCIO: Se não, vocês que eu vou fazer algo? Eu se foda pra vocês!" (Processo 5049597-93.2013.404.7000/PR, Evento 1, INQU, Página 17-18.)

[2] Marcio: "É outra, sabe aquele, tipo assim pedido vai se de 15 "pau", daí o fra, vai comprar só o "carbono", ae depois do "carbono" já não vai comprar tudo. Eu já to ae desarmado, isso ae se vié um milhão, eu já dou quinze já, sabe aquelas conversa mole". YOUSSEF: "Nós vendemos lá, 1,8 milhão pra (ininteligível), ele pago ?". Márcio: "Mas ele ainda ta dentro do, ele ainda pediu uma prorrogada, ta dentro da prorrogação. Agora, sabe quem ta foda ! quem ta foda e a coisa que eu botei no pau ae. Aquela que A Chain ta foda [sic]. Ta foda". YOUSSEF: "Mas do nosso pessoal o unico que, o unico que tá atrasado é o CAIX só, mais ninguém". Processo 5049597-93.2013.404.7000/PR, Evento 1, ANEXO2, Página 10-11

[3] Áudio 67939538.WAV, 19/12/2013 10:04:32

1987

De resto, a participação de **WALDOMIRO OLIVEIRA, ANTONIO ALMEIDA SIVA, LEONARDO MEIRELLES, LEANDRO MEIRELLES E PEDRO ARGESE JUNIOR** será explorada nos itens seguintes. Pode-se adiantar que tais indivíduos participaram das operações das empresas de fachada do doleiro **YOUSSEF**, colaborando ativamente nas operações de câmbio à margem da lei.

Assim, há provas robustas de que os denunciados **PAULO ROBERTO COSTA, MARCIO BONILHO, WALDOMIRO OLIVEIRA, MURILO BARRIOS, ANTONIO ALMEIDA SIVA, LEONARDO MEIRELLES, LEANDRO MEIRELLES E PEDRO ARGESE JUNIOR** integraram a organização criminosa chefiada por **ALBERTO YOUSSEF**.

Na mesma toada, há indícios de que o denunciado **PAULO ROBERTO COSTA**, já previamente acordado com os denunciados **ALBERTO YOUSSEF, MURILO BARRIOS e MARCIO BONILHO**, bem como contando com a colaboração do **CONSÓRCIO NACIONAL CAMARGO CORREA**, de diversas outras empresas executoras do projeto da refinaria **ABREU E LIMA** e de outros projetos com a **PETROBRAS**, dolosamente, desviou recursos públicos por intermédio de contratos com itens superfaturados e com sobrepreço.

Como já se disse, até abril de 2012, esses desvios ocorreram no exercício da função pública de diretor da **PETROBRAS**[39]. Após esta data, continuaram acontecendo com o denunciado **PAULO ROBERTO COSTA** contando com a colaboração de outros funcionários públicos da **PETROBRAS**, que serão identificados em investigação autônoma, sendo que o pagamento da propina acontecia com depósitos nas empresas de fachada de **YOUSSEF** ou na própria conta corrente da **COSTA GLOBAL**. Mais recentemente, **PAULO ROBERTO COSTA** atuava diretamente nas compra de cotas de sociedades que seriam contratadas pela **PETROBRAS**.

Tais fatos servem como indícios de crimes antecedentes para instruir a denúncia pela lavagem de dinheiro[40], sendo certo que a denúncia por esses delitos será

[39] Pelos dados cadastrais, mesmo após abril de 2012, PAULO ROBERTO COSTA continuou no Conselho de Administração da refinaria de ABREU E LIMA. Tal fato será confirmado no momento de oferecimento da denúncia por peculato e corrupção

[40] Art. 2º, § 1º da lei 9.613/98 expressa: § 1º A denúncia será instruída com indícios suficientes da existência da infração penal antecedente, sendo puníveis os fatos previstos nesta Lei, ainda que desconhecido ou isento de pena o autor, ou extinta a punibilidade da infração penal antecedente. (Redação dada pela Lei nº 12.683, de

1958

oferecida em apartado, após aprofundamento investigatório da função dos outros integrantes do esquema.

FATO 02- Imputação do crime de Lavagem de Dinheiro. Da CNCC para a SANKO.

Entre 2009 e 2013, no município de São Paulo, os denunciados **MARCIO BONILHO** e **MURILO BARRIOS**, com o conhecimento e anuência dos denunciados **PAULO ROBERTO COSTA** e **ALBERTO YOUSSEF**, de forma consciente e voluntária, mediante a venda superfaturada de tubos de aço, conexões e flanges, bem como pela prestação de serviços inexistentes para o **CONSÓRCIO NACIONAL CAMARGO CORREA (CNCC)**, dissimularam a origem de R$ 26.040.314,18 (vinte e seis milhões, quarenta mil, trezentos e quatorze reais, e dezoito centavos) provenientes do crime de peculato e corrupção em face da **PETROBRAS S/A**, utilizando tais valores na atividade econômica da empresa.

A venda dos tubos, conexões e flanges foi realizada pela empresa **SANKO SIDER LTDA** que afirmou ter recebido R$ 130.000.000,00 (cento e trinta milhões) do **CNCC**, em que pese tenha declarado à **RECEITA FEDERAL** o recebimento de apenas R$ 98.600.000,00 (noventa e oito milhões e seiscentos mil reais). A **SANKO SIDER** também declarou ter recebido R$ 1.645.000,00 (um milhão, seiscentos e quarenta e cinco mil reais) por serviços, em tese, prestados diretamente a **PETROBRAS** no ano de 2013 (informações da RECEITA FEDERAL, ANEXO 3 e 4).

Já a suposta prestação de serviços foi contratada da **SANKO SERVIÇOS DE PESQUISA E MAPEAMENTO LTDA** que, de acordo com informações declaradas à **RECEITA FEDERAL**, teve repassado pelo **CNCC** e pela **CAMARGO CORREA S/A** R$ 14.450.000,00 (quatorze milhões, quatrocentos e cinquenta mil reais) entre 2011 e 2012.

Essas duas empresas eram de responsabilidade dos denunciados **MARCIO BONILHO** e **MURILO BARRIOS**, sendo que a **SANKO SERVIÇOS DE PESQUISA E MAPEAMENTO LTDA** se encontrava inativa até 31/12/2010 e tinha um modesto capital social de R$ 3.000,00 (três mil reais) (ver informações da RECEITA FEDERAL ANEXO 3 e

1989

4 desta denúncia e certidão simplificada da Junta Comercial de São Paulo- ANEXO 5 desta denúncia).

Aliás, diga-se de passagem, neste ano de 2011, pelas informações de quebra de sigilo fiscal, o único serviço prestado pela **SANKO SERVIÇOS** foi para o **CNCC**. Já em 2012, a **SANKO SERVIÇOS** recebeu R$ 2.950.000,00 (dois milhões, novecentos e cinquenta mil reais) do **CNCC** e R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) da **JARAGUA EQUIPAMENTOS E INDUSTRIA**, também prestadora de serviços na refinaria **ABREU E LIMA**, sendo certo que neste ano estes foram os únicos clientes dessa empresa, que nada declarou em 2013.

Tudo isso demonstra que ela não prestou efetivamente esses serviços.

Logo após o dinheiro repassado pelo **CNCC** entrar na conta das empresas dos denunciados **MARCIO BONILHO** e **MURILO BARRIOS**, os recursos ilícitos foram separados e transferidos mediante a contratação de consultoria simulada com a **MO CONSULTORIA**.

FATO 03- Imputação de lavagem de dinheiro – Da SANKO para a MO CONSULTORIA

Foi assim que, entre 23/07/2009 e 21/12/2012, no município de São Paulo/SP, nas datas ao final individualizadas, por 70 (setenta) vezes, os denunciados **MARCIO BONILHO, MURILO BARRIOS, ALBERTO YOUSSEF** e **WALDOMIRO DE OLIVEIRA**, dolosamente, com o conhecimento e anuência do denunciado **PAULO ROBERTO COSTA**, que tinha o domínio dos fatos, contando ainda com a contribuição do denunciado **ANTONIO ALMEIDA SILVA**, conhecido como **TONINHO**, dissimularam a natureza, origem, localização, disposição, movimentação e propriedade de R$ 26.040.314,18 (vinte e seis milhões, quarenta mil, trezentos e quatorze reais, e dezoito centavos), provenientes diretamente do crime de peculato e corrupção em face da **PETROBRAS S/A** por intermédio da contratação dos serviços simulados de consultoria da **MO CONSULTORIA LTDA**, a qual tinha como sócio administrador "testa de ferro" o denunciado **WALDOMIRO OLIVEIRA**, mas que pertencia de fato ao denunciado **ALBERTO YOUSSEF**[3], utilizando tais valores na atividade econômica da empresa.

[3] Diversos e-mails interceptados demonstram que YOUSSEF controlava a MO CONSULTORIA. A título de exemplo, veja-se que em 06.08.2013 e 14.08.2013, por e-mail, Alberto Youssef *[illegible]*

1990

O valor de R$ 26.040.314,18 (vinte e seis milhões, quarenta mil, trezentos e quatorze reais, e dezoito centavos) corresponde à quantia transferida das contas da **SANKO SIDER** e **SANKO SERVIÇOS** para a **MO CONSULTORIA** entre 2009 e 2013.

Todos os valores repassados para **MO CONSULTORIA** são recursos de propina (vantagem indevida) pelo fato de essa empresa existir apenas formalmente, (ver fotos no Processo 5027775-48.2013.404.7000-PR evento 1.2 pp. 32-42), sequer tendo empregados registrados (ver declaração de seu contador, TONINHO Processo: 5049557-14.2013.404.7000, evento 35, DECL2), e não apresentando declaração de imposto de renda (ver informações da RECEITA FEDERAL, ANEXO 3 e 4 desta denúncia, deferidas pela quebra de sigilo fiscal nº 5023582-53.2014.404.7000).

Também faz prova disso o depoimento de **WALDOMIRO OLIVEIRA**[32] que, perante a autoridade policial, relatou, em suma, que a empresa **MO CONSULTORIA** não tinha qualquer atividade comercial, funcionando apenas para emitir notas fiscais por ordem do denunciado **ALBERTO YOUSSEF** (Processo 5049557-14.2013.404.7000-PR, evento 14, AUTO_QUALIFIC7, página 1 fl.126).

Além disso, em cumprimento ao mandado de busca e apreensão na sede da **MO CONSULTORIA**, restou certificado pelos policiais que não foi localizado qualquer responsável efetivo pela empresa e que, de acordo com informações dos funcionários do prédio em que está instalada, raramente comparece no local algum responsável pela pessoa jurídica (Processo 5001446-62.2014.404.7000-PR, Evento 567- OUT 1, p 6).

Comprova-se que os produtos fornecidos pela **SANKO SIDER** eram superfaturados pelas auditorias do TCU, bem como pelo próprio fato de os denunciados

---

recebe e-mails automáticos do Home Banking do Banco Itaú S.A. referente à conta da empresa M.O. Consultoria e Laudos Ltda., sobre TEDs de R$ 31 mil e R$ 45 mil, a indicar que Alberto Youssef controla as movimentações bancárias da empresa M.O (autos 9597 evento 84.1 pp. 39-40). Já em 15.10.2015, por e-mail, Alberto Youssef (*paulogouveia@hotmail.com*) recebe de Arte Contabil (*arte.contabil@...com.br*) (que é o e-mail de contato perante a Receita Federal do Brasil da Empreiteira Rigidez Ltda.) os dados bancários da M.O Consultoria (autos 9597 evento 76.1 p. 77).

[32] Em depoimento, WALDOMIRO OLIVEIRA afirmou: *"que esclarece que não se recorda do nome do antigo proprietário porque na verdade, pois o declarante não pagou nada pela empresa, esclarecendo também que em conversa que teve no escritório de contabilidade onde faz sua declaração de imposto de renda, não se recorda do seu, mencionou que pretendia constituir uma empresa por meio da qual prestaria serviços para outras empresas de maneiras mais formal, que naquele momento o contador disse que havia uma empresa a MO CONSULTORIA, que poderia passar para o nome do declarante sem custo algum, QUE o referido contador chama-se ANTONIO, conhecido como TONINHO(...)"*

1991

MARCIO BONILHO e **MURILO BARRIOS** terem contratado consultoria com uma empresa inexistente.

A autoria de **MURILO BARRIOS** e **MARCIO BONILHO** se evidencia pelo depoimento de **FABIANA ESTAIANO**, que afirmou que cabia aos denunciados autorizar os pagamentos da empresa **SANKO SIDER**, tendo eles conhecimentos das finalidades dos depósitos da empresa[3] (Processo 5049557-14.2013.404.7000/PR. Evento 12. DECL3, Página 1).

A autoria de **WALDOMIRO OLIVEIRA** e **TONINHO** se constata pelo depoimento do denunciado **WALDOMIRO** que indica que ele próprio era de fato mero preposto da **MO CONSULTORIA** e de diversas outras empresas de fachada de **ALBERTO YOUSSEF**, apontando o denunciado **TONINHO** como o responsável por toda a intermediação de transferência das empresas de fachada e pela contabilidade das empresas de **YOUSSEF** (Processo 5049557-14.2013.404.7000/PR, evento 14, AUTO_QUALIFIC7, página 1-).

Nessas circunstâncias, **TONINHO** foi a pessoa responsável pela intermediação do contato entre a empresa **MO CONSULTORIA** e o denunciado **WALDOMIRO OLIVEIRA**, tendo conhecimento de que a atuação dessa empresa tinha por única finalidade a lavagem de dinheiro do esquema de **YOUSSEF**. Tanto isso é verdade que o contador admitiu em depoimento que tinha conhecimento que a **MO CONSULTORIA** não tinha nenhum empregado registrado (Processo 5049557-14.2013.404.7000, evento 25, DECL24). Ademais, considerando que **TONINHO** era o contador da empresa, tinha conhecimento que essa sociedade não apresentava declaração de imposto de renda.

Já a autoria de **PAULO ROBERTO COSTA** fica constatada pela proximidade desse denunciado com **ALBERTO YOUSSEF** e **MARCIO BONILHO**, conforme já explorado no fato 01 desta denúncia. Como já explanado, **PAULO ROBERTO COSTA**, além de ser o responsável pelo desvio dos recursos públicos, era o um dos destinatários e operadores das atividades de lavagem de capitais.

[3] Que, cabe à declarante, de forma conjunta com os sócios MARCIO BONILHO e MURILO BARRIOS, autorizar transferência bancárias que saem da conta da referida empresa, ainda que sejam valores de transferência de alto valor; QUE a declarante, MARCIO BONILHO ou MURILO BARRIOS tinham conhecimento sobre a finalidade que se tratam as transferência a débito nas contas da referida empresa, sejam elas de qualquer valor.

- CD - AUTUAÇÃO 1992 8

Quebrado o sigilo bancário da **MO CONSULTORIA**, foram constatadas 70 (setenta) transferências provenientes da **SANKO SIDER LTDA** e da **SANKO SERVIÇOS LTDA.**

A individualização das operações bancárias consta nas páginas 476 do laudo complementar nº 176/2014- SETEC/SR/DPF/PR constante no ANEXO 6, que é parte integrante desta denúncia.

Dessa forma, é certo afirmar que esses contratos com a **MO CONSULTORIA** tinham por única finalidade canalizar os recursos ilícitos para **ALBERTO YOUSSEF**, encarregado de distribuir os recursos ilícitos para os reais destinatários por meio de diversas operações bancárias pulverizadas para outras empresas de sua responsabilidade, como também mediante incontáveis saques de quantias em espécie especificadas na fl. 3 do laudo complementar nº 176/2014- SETEC/SR/DPF/PR constante no ANEXO 6.

Para isso, **YOUSSEF** contou com o auxílio de outros prepostos, responsáveis pelas empresas que receberam o dinheiro enviado pela **MO CONSULTORIA**.

FATO 04- Imputação de lavagem de dinheiro – Da MO CONSULTORIA para as EMPRESAS DE YOUSSEF.

Assim, entre 06/01/2009 e 20/06/2013, no município de São Paulo, por inúmeras vezes, os denunciados **ALBERTO YOUSSEF, WALDOMIRO OLIVEIRA, LEONARDO MEIRELLES, LEANDRO MEIRELLES, ESDRA DE ARANTES FERREIRA, PEDRO ARGESE JUNIOR** contando com a anuência e conhecimento do denunciado **PAULO ROBERTO COSTA**, que tinha domínio dos fatos, e com a contribuição do contador **TONINHO**, de forma consciente e voluntária, ocultaram da origem ilícita de R$ 24.318.167,00[34] provenientes dos crimes de peculato e corrupção em face da **PETROBRAS**, utilizando tais valores na atividade econômica das empresas, mediante inúmeras

[34] O valor corresponde a soda dinheiro que foi enviado da MO CONSULTORIA para as empresa LABOGEN QUIMICA, INDUSTRIA LABOGEN, PIROQUIMICA, RCI SOFTWARE e EMPREITEIRA RIGIDEZ e na conta de WALDOMIRO OLIVEIRA. As contas da MO CONSULTORIA também receberam recursos de outras empresas que estiveram envolvidas na obra de ABREU E LIMA.

1993

transferências bancárias pulverizadas das contas da **MO CONSULTORIA** para as empresas **LABOGEN QUIMICA, INDUSTRIA LABOGEN, PIROQUIMICA, RCI SOFTWARE** e **EMPREITEIRA RIGIDEZ**, todas de propriedade de **YOUSSEF**, como também, por intermédio de depósitos na conta pessoal de **WALDOMIRO OLIVEIRA**.

Além disso, durante este período foram sacados R$ 322.373,47 (trezentos e vinte e dois mil, trezentos e setenta e três reais, e quarenta e sete centavos) em espécie da conta da **MO CONSULTORIA** e emitidos pelo menos 89 (oitenta e nove) cheques cujo destinatário não foi possível identificar, tudo com a finalidade de distanciar o dinheiro de sua origem ilícita.

Vale reforçar que a **MO CONSULTORIA**, com a finalidade única e exclusiva de dissimular a origem de recursos públicos desviados da obra da refinaria de **ABREU E LIMA**, recebeu recursos de diversas outras empresas que prestaram serviços para o **CONSÓRCIO NACIONAL CAMARGO CORREA**, sendo que a responsabilidade penal de cada um será apurada em outra investigação.

Isso se comprova pela quebra de sigilo bancário da **MO CONSULTORIA** e pelos relatórios do **COAF**[35].

Nessa linha a **MO CONSULTORIA** teve em suas contas[36], entre 01.2009 e 06.2013, créditos no valor total de R$ 89,7 milhões[37] (oitenta e sete milhões e setecentos mil reais) sendo R$ 24.113.440,83 (vinte e quatro milhões, cento e treze mil, quatrocentos e quarenta reais, e oitenta e três centavos) da empresa **SANKO SIDER COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS SIDERÚRGICOS LTDA.** e R$ 1.926.873,35 (um milhão, novecentos e vinte e seis mil, oitocentos e setenta e três reais, e trinta e cinco centavos) da **SANKO SERVIÇOS**.

Além destas transferências, os principais depositantes na conta da **MO CONSULTORIA** foram os seguintes:

[35] Sobre a empresa MO consta o seguinte no RIF 4030 (autos 7375 evento 1.3), no RIF 6106 (autos 7375 evento 1.3) e no Laudo 190 2014 (autos 1446 eventos 15.2 a 15.5)

[36] Para as operações, foram utilizadas as seguintes contas correntes em nome da MO CONSULTORIA: 1) Banco Bradesco S.A, agência 500, conta corrente nº 678007; 2) Banco Bradesco S.A, agência 1232, conta corrente nº 428809; 3) Banco Santander, agência 663, conta corrente nº 13005742; 4) Banco Itaú, agência 8059, conta corrente nº 103385; 5)

[37] Processo 5001446-62.2014.404.7000/PR, Evento 15, ANEXO1, Página 1

a) **INVESTMINAS PARTICIPACOES SA** uma transferência que totalizou **R$ 4.317.100,00** (quatro milhões, trezentos e dezessete mil, e cem reais);

b) **CONSORCIO RNEST O. C. EDIFICAC**, nove transferências que totalizaram **R$ 3.260.349,00** (três milhões, duzentos e sessenta mil, trezentos e quarenta e nove reais);

c) **JARAGUA EQUIPAMENTOS INDUSTRIA**, duas transferências que totalizaram **R$ 1.941.944,24** (um milhão, novecentos e quarenta e um mil, novecentos e quarenta e quatro reais, e vinte e quatro centavos);

d) **TIPUANA PARTICIPACOES LTDA.**, duas transferências que totalizaram **R$ 1.857.000,00** (um milhão, oitocentos e cinquenta e sete mil reais);

e) **GALVAO ENGENHARIA S/A**, quatro transferências que totalizaram **R$ 1.530.158,56** (um milhão, quinhentos e trinta mil, cento e cinquenta e oito reais, e cinquenta e seis centavos);

f) **PROJETEC PROJETOS E TECNOLOGIA**, duas transferências que totalizaram **R$ 1.284.693,32** (um milhão, duzentos e oitenta e quatro mil, seiscentos e noventa e três reais, e trinta e dois centavos);

g) **MARIA JOSE ARCO LEZE**, duas transferências que totalizaram **R$ 1.200.000,00** (um milhão e duzentos mil reais);

h) **ROCK STAR MARKETING LTDA.**, treze transferências que totalizaram **R$ 1.200.000,00** (um milhão e duzentos mil reais);

i) **CONSTRUTORA OAS LTDA.**, uma transferência que totalizou **R$ 619.410,00**;

j) **OAS ENGENHARIA E PARTICIPACOES S/A**, duas transferências que totalizaram **R$ 563.100,00** (quinhentos e sessenta e três mil reais).

k) **ARCOENGE LTDA.**, três transferências que totalizaram **R$ 491.774,00** (quatrocentos e noventa e um mil, setecentos e setenta e quatro reais);

SECRETARIA DE ATUAÇÃO 1995

l) **COESA ENGENHARIA LTDA.**, uma transferência que totalizou **R$ 435.509,72** (quatrocentos e trinta e cinco mil, quinhentos e nove reais, e setenta e dois centavos);

m) **CONSORCIO SEHAB**, uma transferência que totalizou **R$ 431.710,00** (quatrocentos e trinta e um mil, setecentos e dez reais);

n) **EMPREITEIRA RIGIDEZ LTDA – ME**, dez transferências que totalizaram **R$ 379.000,00** (trezentos e setenta e nove mil reais);

o) **JSM ENGENHARIA E TERRAPLENAGEM**, quatro transferências que totalizaram **R$ 300.000,00** (trezentos mil reais);

p) **UNIPAR PARTICIPACOES S/A**, uma transferência que totalizou **R$ 293.281,25** (duzentos e noventa e três mil, seiscentos e trinta reais);

q) **PHISICAL COM. IMP. EXP.**, três transferências que totalizaram **R$ 273.630,00** (duzentos e setenta e três mil, seiscentos e trinta reais).

Dentre estes depositantes há diversas empresas que receberam recursos provenientes da **PETROBRAS** por meio de prestação de serviços subcontratados pelo **CONSÓRCIO NACIONAL CAMARGO CORREA**, sendo que a responsabilidade penal de cada um será apurada em outra investigação.

O crédito restante, R$ 45.084.817,00 foi depositado depositado por diversas outras pessoas físicas e jurídicas, sendo que a relação completa consta no ANEXO 7 que especifica todos os depósitos recebidos pela **MO CONSULTORIA** e é parte integrante desta denúncia (Processo 5001446-62.2014.404.7000/PR, evento 15, ANEXO5, página 1).

A integralidade dos valores recebidos dessas empresas pela **MO CONSULTORIA** era ilícita e correspondia à parte significativa do montante que foi ocultado pelas operações bancárias pulverizadas para outras empresas já identificadas como sendo de **YOUSSEF**, para a conta pessoal de **WALDOMIRO OLIVEIRA**, pela emissão de cheques sem identificação do destinatário e por incontáveis saques em espécie.

Nessa senda, entre 06/01/2009 e 20/06/2013 foram constatados os seguintes débitos da empresa **MO CONSULTORIA** destinados para essa finalidade[38]:

a) **LABOGEN QUIMICA**- 78 (setenta oito operações) que totalizaram R$ 10.419.911,00 (dez milhões, quatrocentos e dezenove mil, e novecentos e onze reais);

b) **LABOGEN INDUSTRIA E COMERCIO**- 30 (trinta) transferências que totalizaram R$ 6.785.200,00 (seis milhões, setecentos e oitenta e cinco mil, e duzentos reais);

c) **PIROQUIMICA**- 35 (trinta e cinco) transações transferências que totalizaram R$ 4.256.350,00 (quatro milhões, duzentos e cinquenta e seis mil, trezentos e cinquenta reais);

d) **RCI SOFTWARE LTDA** 36 (TRINTA E SEIS) transferências que totalizaram R$ 1.679.756,00 (um milhão, seiscentos e setenta e nove mil, setecentos e cinquenta e seis reais);

i) **MASTER SISTEMAS** – 8 (oito) transferências que totalizaram R$993,680,00 (novecentos e noventa e três mil, seiscentos e oitenta reais);

f) **EMPREITEIRA RIGIDEZ**- 21 (vinte e uma transferência) transferências que totalizaram R$ 738.300,00 (setecentos e trinta e oito mil reais);

g) R$ 322.373,47 (trezentos e vinte e dois mil, trezentos e setenta e três reais e quarenta e sete centavos) sacados em espécie, conforme Laudo Complementar n. 736-2014, ANEXO 6 desta denúncia;

A individualização dessas transações encontra-se no ANEXO 8, que é parte integrante desta denúncia (Processo 5001446-62.2014.404.7000/PR, Evento 15, ANEXO2, Página 1).

Atente-se que, inclusive, os recursos depositados nas contas correntes[39] da **LABOGEN QUIMICA, INDUSTRIA LABOGEN** e **PIROQUIMICA,** foram remetidos para o exterior mediante contratos de importação inexistente, caracterizando o crime de lavagem de dinheiro transnacional, objeto de imputação nestes autos, e crimes contra o

[38] Principais destinatários

[39] Para as operações da LABOGEN QUIMICA, foram usadas as as seguintes contas: 1) c/c nº 3794, agência 3506, Banco Bradesco, 2) c/c nº 859000, agência 3389, Banco Bradesco

sistema financeiro nacional, os quais foram objeto de imputação apartada autuada sob o nº5025699-17.2014.404.7000 neste juízo.

Uma vez constatada a ilicitude das transferências feitas da **MO CONSULTORIA** para diversas empresas, passa-se a individualização da responsabilidade penal em relação aos responsáveis pelas empresas que receberam as transferência pulverizadas e que eram utilizada única e exclusivamente para a lavagem de dinheiro.

A empresa **LABOGEN QUIMICA** consta formalmente no nome do denunciado **LEONARDO MEIRELLES** (diretor-presidente) e de **ESDRA DE ARANTES FERREIRA** (diretor), desde 12/05/2008. Os mesmos denunciados também administravam a empresa **INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LABOGEN S/A** desde 4/06/2012.

Vale frisar que **ESDRA DE ARANTES FERREIRA** era frentista de posto de gasolina, tendo qualificação e renda totalmente incompatíveis com o cargo de diretor de uma empresa com as movimentações financeiras da **INDUSTRIA LABOGEN** e **LABOGEN QUIMICA**.

O denunciado **LEANDRO MEIRELLES**, irmão de **LEONARDO MEIRELLES**, trabalhava na **LABOGEN QUIMICA** auxiliando seu irmão na simulação das importações por meio dos contratos de câmbio. Observe-se que ele também foi sócio da **PIROQUIMICA** (Processo 5049557-14.2013.404.7000/PR, Evento 14, AUTO_QUALIFIC4, Página 1).

Essas empresas não tinham atividade comercial compatível com a renda movimentada.

Esse fato é comprovado pela quebra do sigilo fiscal das empresas que mostrou receitas nulas ou inexpressivas nos anos-calendário 2009 e 2010. A empresa **LABOGEN QUIMICA** inclusive se declarou inativa no ano-calendário 2012 (autos 5007092-36.2014.404.7000 eventos 22.1 e 31).

Segundo os depoimentos de **LEONARDO MEIRELLES**[30] (diretor-presidente) e de **PEDRO ARGESE JUNIOR** (diretor comercial), a empresa **LABOGEN QUIMICA** não comercializava qualquer produto pelo menos desde 12.05.2008 (data em que **LEONARDO MEIRELLES** assumiu a empresa), não tinha sede física, era "um monte de papeis" (Processo 5049557-14.2013.404.7000/PR, evento 14, AUTO QUALIFIC3, página 1-4).

Já **ESDRA DE ARANTES FERREIRA** afirma textualmente que: "a **INDUSTRIA LABOGEN** não tem atividade" (Processo 5049557-14.2013.404.7000/PR, evento 14, AUTO QUALIFIC6, página 4).

É na mesma linha o relato de **LEANDRO MEIRELLES**, irmão de **LEONARDO MEIRELLES**, que afirma que as empresas **INDUSTRIA LABOGEN** e **LABOGEN QUIMICA** eram utilizadas para a realização de contratos de câmbio com importações fictícias que serão melhor analisadas no tópicos seguinte (Processo 5049557-14.2013.404.7000/PR, evento 14, AUTO QUALIFIC4, página 1).

A sociedade **PIROQUIMICA** pertence formalmente a **PEDRO ARGESE JUNIOR** (sócio-administrador desde 23/04/1998) e **ELIANA BOTURA** (sócia desde 13/08/2010). Esta última, era companheira do denunciado **ESDRA DE ARANTES FERREIRA** e jamais trabalhou ou exerceu atividade qualquer cargo na empresa, somente emprestando o nome[31].

Já a **EMPREITEIRA RIGIDEZ** no papel é administrada atualmente por **SORAIA LIMA DA SILVA** (sócia-administradora desde 17.06.2011) e **ANDREA DOS SANTOS BASTIÃO** (sócia desde 17.06.2011), mas tinha como procurador **WALDOMIRO OLIVEIRA** desde 17 de maio de 2011 (Procuração Anexo 9).

Atente-se que a **MO CONSULTORIA** recebeu R$ 379.000,00 (trezentos e setenta e nove mil reais) da **EMPREITEIRA RIGIDEZ** e posteriormente depositou R$

[30] Em depoimento afirmou que: "a LABOGEN QUIMICA ainda não está conseguindo comercializar qualquer produto pois ainda não tem alvará da Prefeitura. ( ) que a INDUSTRIA LABOGEN está inativa desde 2008." Esses fatos demonstram que esta empresa funcionava apenas como conta de passagem de dinheiro ilícito.Processo 5049557-14.2013.404.7000/PR, Evento 14, AUTO QUALIFIC3, Página 21

[31] Esta informação é comprovada pelo depoimento de PEDRO ARGESE JUNIOR que confirma que ELIANA BOTURA, esposa de ESDRAS, apenas assina a documentação a pedido de LEONARDO MEIRELLES, não tendo outras atividades na empresa (Processo 5049557-14.2013.404.7000/PR, Evento 14, AUTO QUALIFIC5, Página 7)

1999

738.000,00 na conta dessa mesma empresa. Isso evidencia claramente que as relações entre essas sociedades só tinham por finalidade dissimular a origem de recursos recebidos de forma ilícita.

A **RCI SOFTWARE** é administrada formalmente por **EUFRANIO FERREIRA ALVES** (único sócio-administrador desde 30.03.2011), sendo que entre 12.05.2009 e 30.03.2011, constou como sócio desta sociedade **EDILSON FERNANDES RIBEIRO**, que também fora sócio da **MO CONSULTORIA COMERCIAL E LAUDOS ESTATÍSTICOS** entre 12.05.2010 e 26.06.2012. Essa empresa também outorgou procuração para **WALDOMIRO OLIVEIRA** tratar de seus assuntos de administração entre 2009 e 2012 (procuração Anexo 9).

As empresas **RCI INFORMÁTICA, EMPREITEIRA RIGIDEZ** e **MO CONSULTORIA** tinham como contador o denunciado **TONINHO** (Processo 5049557-14.2013.404.7000/PR, evento 35, DEC1.2, página 1).

Entretanto, o proprietário de fato de todas essas empresas é **ALBERTO YOUSSEF**, o que se demonstra por inúmeras provas.

Em primeiro lugar, **LEONARDO MEIRELLES** afirma que **YOUSSEF** fazia uso das contas bancárias da **LABOGEN QUIMICA, INDUSTRIA LABOGEN, PIROQUIMICA, HMAR CONSULTORIA** e **RMV CCV CONSULTORIA** (Processo 5049557-14.2013.404.7000/PR, evento 14, ACTO_QUALIFIC3, página 3).

Além disso, o monitoramento telemático do endereço paulogoia58@hotmail.com, utilizado por **ALBERTO YOUSSEF** em suas atividades de câmbio à margem do sistema oficial, captou várias mensagens eletrônicas remetidas e enviadas pelo doleiro relativas a atos de administração das empresas **LABOGEN QUIMICA, INDUSTRIA LABOGEN** e **PIROQUIMICA**.

Em que pese identificada em nome de terceiro, a utilização da conta de e-mail paulogoia58@hotmail.com por **ALBERTO YOUSSEF** pode ser inferida pelo conteúdo das mensagens armazenadas[42] em sua caixa e monitoradas durante a investigação, como também

[42] Inúmeros outros e-mails armazenados nos autos 5049557-14.2013.404.7000 comprovam que a conta era utilizada por YOUSSEF. A título de exemplo, veja-se que essa conta recebeu um convite pessoal ao 'Sr. Alberto', enviado por Suemy Nakano em 12.09.2012, para uma missa celebrativa do início das atividades da empresa Mais Linhas Aéreas.

do depoimento de **LEANDRO MEIRELLES** que afirmou textualmente que "*ALBERTO YOUSSEF utilizava o e-mail perseguidos@hotmail.com e paulogoia58@hotmail.com*" (Processo 5049557-14.2013.404.7000/PR, Evento 14, AUTO QUALIFIC4, Página 4)

Nas bocas de e-mails verifica-se que, em 20/11/2013, o contato **PAULO BASCHIERO** informa a **ALBERTO YOUSSEF** que encontrou um executivo para a **LABOGEN**. Diz que embora a pessoa não tenha experiência em 'farmoquimica' nem em 'governo', tem bom perfil. Menciona 'salário de 25 mês/fixo mais 2 a 8 salários variáveis' como performance. **ALBERTO YOUSSEF** concorda, indicando que tem ingerência na administração da **LABOGEN** (Processo 5049597-93.2013.404.7000/PR, evento 20, PET1, página 17).

Em outra oportunidade, no contato feito com a empresa Avener/online security, **ALBERTO YOUSSEF** repassa a Ana Paula os dados da conta bancária da **PIROQUIMICA COMERCIAL** (Bradesco, agencia 0500-2, conta 74111-61) para recebimento de TED.

Isso também na mensagem enviada ao e-mail Cristiane@tome.com.br e agropequariasx@gmail.com, em que **ALBERTO YOUSSEF** indica contas bancárias no Brasil das empresas **VIRTUAL COMERCIAL SUPRIMENTO INFORMÁTICA LTDA, RCI SOFTWARE E HARDWARE LTDA** e **PIROQUIMICA COMERCIAL LTDA** para o recebimento de valores que variam entre 300.000 e 450.000,00 (não há indicação da moeda de referência no e-mail) (Processo 5049597-93.2013.404.7000/PR, Evento 54, PET1, Página 38).

Assim, existem elementos robustos que indicam que **YOUSSEF** era de fato controlador das empresas.

Na mesma linha, para este e-mail foi enviada uma nota fiscal e instruções para pagamento do veículo Evoque Dynamic Tech, remetidos pela empresa Autostar Concessionária Autorizada Land Rover. No texto da mensagem o remetente informa que para o contrato de blindagem precisa 'da conta de luz original ou 2 cópias autenticadas do endereço mencionado na declaração do Sr. Alberto Youssef'

Também através do e-mail paulogoia58@hotmail.com houve ainda troca de e-mails com a empresa Avener-online security, em que Ana Paula se dirige a 'Sr Avaci e Beto', e o usuário da conta paulogoia58 informa a conta da Piroquimica Comercial (Bradesco, agencia 0500-2, conta 74111-61) para recebimento de TED

Por fim, cita-se o e-mail enviado por Monica Cirino em 27.11.2013 referente à empresa Made in Barra, iniciado com a saudação 'Boa tarde Sr. Alberto'. Todas estas inferências são registradas a partir do conteúdo do 1º relatório de monitoramento dos e-mails paulogoia58@hotmail.com e youssef@hotmail.com, referente ao período de 06 a 17.12.2013

Veja-se que a responsabilidade penal dos denunciados **LEONARDO MEIRELLES, LEANDRO MEIRELLES, ESDRA DE ARANTES FERREIRA, PEDRO ARGESE JUNIOR e WALDOMIRO DE OLIVEIRA,** prepostos da empresas de **YOUSSEF,** é também inconteste. Bem ou verdade, eles não figuravam apenas como meros "laranjas" que emprestavam o nome de suas empresas para atividades ilícitas. Pelo contrário, tais denunciados tinham conhecimento e participavam ativamente de toda a atividade criminosa.

Aliás, diga-se de passagem, o depoimento de **LEANDRO MEIRELLES**[43] é bem elucidativo quanto à participação desse denunciado e dos outros integrantes da organização criminosa no esquema de lavagem de ativos.

Nesse relato, **LEANDRO MEIRELLES** explica, basicamente, que inicialmente, atendendo a pedido de **WALDOMIRO OLIVEIRA,** disponibilizava as contas da **LABOGEN** para saques em espécie e que, posteriormente, passou também a realizar contratos de câmbio para remeter dinheiro ao exterior, a pedido de JOSE ESTEVAN. Tudo mediante o pagamento de comissão em dinheiro pela disponibilização das contas bancárias da empresa.

No depoimento de **LEONARDO MEIRELLES**, consta que **ESDRA ARANTES E PEDRO ARGESE JUNIOR** sempre tiveram conhecimento a utilização das contas das empresas para terceiros e do recebimento da comissão de 1%[44] por parte da **LABOGEN e PIROQUIMICA** (Processo 5049557-14.2013.404.7000/PR, Evento 14, AUTO QUALIFIC3, Página 4).

A participação dos demais sócios das empresas **EMPREITEIRA RIGIDEZ e RCI SOFTWARE** será apurada em investigação apartada.

---

[43] QUE logo que adquiriram a PIROQUIMICA, LEONARDO e o declarante passaram a prestar serviços a WALDOMIRO OLIVEIRA, proprietário da MO CONSULTORIA, consistentes em receber transferência das contas da LABOGEN que partiam de WALDOMIRO, e entregar o correspondente em espécie (reais), a outras pessoas indicadas por ele, que iam até o escritório de JOSE ESTEVAN; que quanto a esse serviço que prestava a WALDOMIRO, não sabe dizer se LEONARDO pagava alguma comissão para JOSE ESTEVAN; que logo em seguida, começaram a fazer contratos de câmbio referentes a importações fictícias em nome da LABOGEN para WALDOMIRO OLIVEIRA.

[44] Refere-se à comissão que era paga para os responsáveis pelas empresas "testa de ferro" emprestarem o nome e as contas bancárias para YOUSSEF.

SECRETARIA GERAL
2002

De resto, como fase seguinte da operação de lavagem de capitais, o dinheiro que chegava às empresas **LABOGEN QUIMICA, INDUSTRIA LABOGEN e PIROQUIMICA** era remetido ao exterior mediante contratos de câmbio de importação simulada. Nesse ponto, insta salientar que, de acordo com informações do **BANCO CENTRAL**, só no período em que receberam os depósitos da **MO CONSULTORIA**, foram identificados 2074 contratos de câmbio tendo como remetentes as empresas **LABOGEN QUIMICA, INDUSTRIA LABOGEN e PIROQUIMICA** (Processo 5049557-14.2013.404.7000/PR, Evento 11, DESP1, Página 31.

Os valores, constam na tabela abaixo.

CLIENTE	OPERAÇÕES	Valor US$
LABOGEN S/A QUIMICA FINA E BIOTECNOLOGIA	1125	64.210.057,56
INDUSTRIA E COMERCIO DE MEDICAMENTOS LABOGEN S/A	483	22.713.141,31
PIROQUIMICA COMERCIAL LTDA - EPP	462	25.037.785,56
TOTAL	**2070**	**111.960.984,43**

Ao todo, no período denunciado, as empresas **LABOGEN QUIMICA, INDUSTRIA LABOGEN e PIROQUIMICA** receberam R$ 21.461.461,00 da MO CONSULTORIA, tendo enviado juntas mais de 162 milhões de dólares para o exterior. Assim, além de terem depositados em suas contas recursos desviados da **PETROBRAS**, as empresas **LABOGEN QUIMICA, INDUSTRIA LABOGEN e PIROQUIMICA** receberam recursos de diversas outras fontes com a única finalidade de remeté-los para o exterior, fatos esses que serão objeto de investigação própria.

FATO 05. Imputação de lavagem de dinheiro - Das EMPRESAS DE YOUSSEF para o EXTERIOR.

Foi assim que, 24/06/2010 e 27/09/2012, no município de São Paulo, os denunciados **ALBERTO YOUSSEF, PEDRO ARGESE JUNIOR, LEONARDO MEIRELLES, ESDRA DE ARANTES FERREIRA e LEANDRO MEIRELLES**, de modo consciente e voluntário, dissimularam a origem de R$ 21.461.461,00 (vinte e um milhões, quatrocentos e sessenta e um mil, quatrocentos e sessenta e um reais) provenientes do crime de peculato e corrupção em face da **PETROBRAS**, referentes a desvios ocorridos na construção da refinaria de **ABREU E LIMA** mediante a realização de contratos de câmbio não autorizados pelas empresas **LABOGEN QUIMICA, INDUSTRIA LABOGEN E PIROQUIMICA** visando a importação simulada de produtos para exterior, com a finalidade de promover evasão de divisas do Brasil.

Na mesma conduta, mas com desígnios autônomos, os denunciados praticaram crimes contra o sistema financeiro nacional que são objeto de denúncia autônoma.

A importação era simulada porque a empresa no exterior era de fachada e pelo fato de que nenhum produto entrava fisicamente no Brasil, conforme restou esclarecido no depoimento de **LEANDRO MEIRELLES** que afirmou expressamente que se tratavam de importações simuladas (Processo 5049557-14.2013.404.7000/PR, evento 14, AUTO QUALIFIC3, página 9).

Vários elementos demonstram esses fatos.

Em primeiro lugar, mesmo justificando as remessas como importação de produtos, a empresa **INDUSTRIA LABOGEN** não tinha habilitação no **SISCOMEX** entre janeiro de 2009 a dezembro de 2013[45-46]. Embora a empresa tenha sido habilitada antes de janeiro 2009, não operou no comércio exterior.[47] Nada obstante, esta empresa realizou centenas de contratos de câmbio.

[45] (Processo 5007992-36.2014.404.7000/PR evento 20, 11)
[46] SISCOMEX é um sistema informatizado responsável por integrar as atividades de registro, acompanhamento e controle das operações de comércio exterior, através de um fluxo único, computadorizado de informações. Pode-se afirmar que 99% das operações de comércio exterior (exportação e importação) envolvendo mercadorias são registradas no referido Sistema.
[47] Processo 5007992-36.2014.404.7000/PR, Evento 20, PET1, Página 1

Já a empresa **LABOGEN QUIMICA**, embora possuísse habilitação ativa da Receita Federal para operar no comércio exterior no período[48], registrou perante o órgão aduaneiro, no período de 01/2009 a 12/2013, apenas 24 Declarações de Importação, no valor de US$ 372.935,54 (Processo 5007992-36.2014.404.7000/PR, Evento 20, ANEXO5, Página 1). Porém, além do número de Declarações de Importação não se compatibilizar ao número de contratos de câmbio realizados (total de 1294 contratos de câmbio no período), as importações declaradas foram também fraudulentas, pois a empresa não existiu de fato, de sorte que nenhum produto entrou no país efetivamente.

Por fim, na tabela do ANEXO 10, elaborada com base nas informações do **BACEN**, nenhuma das operações indicadas pela Receita Federal são identificadas.

Na mesma linha, em que pese a **PIROQUIMICA** tenha autorização para atuar no Comércio Exterior[49], possui apenas quatro importações registradas na Receita Federal, todas no ano de 2013, no valor total de apenas US$ 15.517,23[50]. Duas destas importações foram com a **RFY IMP. EXP. LTD.**, utilizada pela organização criminosa como empresa de fachada no exterior. Ademais, nenhuma destas Declarações de Importações consta na Tabela do ANEXO 10 realizada com base nas informações do **BACEN**.

Inclusive, para tentar dar aparência de legalidade às operações de câmbio realizadas - todas sem Declarações de Importação - foi firmado um contrato simulado entre a **PIROQUIMICA COMERCIAL LTDA** e a **RFY Import & Export Ltda.**, situada em Hong Kong, no valor de R$ 2,05 milhões.

Este contrato foi enviado pelo denunciado **LEONARDO MIRELLES** (*dubay 888, dubay66@hotmail.com*), por e-mail, em 06.09.2013, para *esther.lo@hangseng.com* e para *jabehung@hangseng.com* (do *Hang Seng Bank Limited*), visando possibilitar a evasão de divisas amparada em contratos de importação/exportação fictícios (Processo 5049597-93.2013.404.7000/PR evento 111.1 pp. 1-25). Referido contrato, com o nome de "*SUPPLY AGREEMENT*", foi firmado para a suposta venda de Glicerina. No

[48] Processo 5007992-36.2014.404.7000/PR, Evento 20, PET1, Página 1

[49] Processo 5007992-36.2014.404.7000/PR, Evento 20, PET1, Página 2.

[50] 18 fev 2013, 25 jul 2013, 23 mai 2013 e 12 dez 2013, sendo as Declarações de Importação de números 1303048584 (R$ 1.189,07), 1314386230 (R$ 1.918,26), 1320935536 (R$ 11.514,31) e 1324568340 (R$ 1.295,59). Processo 5007992-36.2014.404.7000/PR, Evento 20, ANEXO2, Página 1

CD - SECRETARIA GERAL - AUTUAÇÃO 2006

referido contrato, quem assina pela **REY**, com o título de presidente, é o próprio denunciado **LEONARDO**. Por sua vez, quem assina pela **PIROQUIMICA** é o denunciado **PEDRO**, na qualidade de presidente (Processo 5001446-62.2014.404.7000/PR, Evento 15, PET33, Página 1-3).

Outros e-mails juntados via correio eletrônico da conta dubay66@hotmail.com tratam de documentos de criação da offshore **DGX Imp. Exp. Ltd.**, outra empresa sediada em **HONG KONG** utilizada nas importações fraudulentas. No documento, o denunciado **LEANDRO** aparece como o responsável pela empresa (Processo 5001446-62.2014.404.7000/PR, Evento 15, PET32, Página 16-23.) Em outro e-mail, encaminhado por **LEANDRO**, em 12.05.2013, é enviada a conta da **DGX IMP. EXP. LTDA.** (acc. 813-575511-838), no Banco HSBC em Hong Kong, com o respectivo código *swift (Processo 5001446-62.2014.404.7000/PR, Evento 15, PET33, Página 7)*. Em 27.11.2013, por e-mail, **LEONARDO** (*dubay 888, dubay66@hotmail.com*) recebe de **LEANDRO** (*leandro_meirelles@hotmail.com*), seu irmão, o passaporte deste último e contrato social da empresa DGX Import & Export Limited, registrada em Hong Kong em nome de **LEANDRO**.

Esses fatos são relevantes porque comprovam que a **REY** e **DGX** eram empresas de fachada constituídas no exterior tão somente com a finalidade de simular importações para o Brasil.

Nos autos, há diversos Relatórios de Inteligência Financeira com comunicações de operações suspeitas envolvendo a **LABOGEN QUIMICA, INDUSTRIA LABOGEN E PIROQUIMICA** e indicando que essas empresas realizavam grande volume de pagamentos à vista, sem comprovar a Declaração de Importação.[51]

Comprova-se que os recursos remetidos para exterior pela **LABOGEN QUIMICA, INDUSTRIA LABOGEN E PIROQUIMICA** são produtos e proveitos da atividade criminosa dos crimes antecedentes narrados nesta denúncia pelo fato de que, entre

[51] Segundo o RIF 11492 (autos 1416 evento 1.38), no RIF 11487 (autos 1416 evento 1.17) e no Laudo 190/2014 (autos 1446 eventos 15.2 a 15.5) em 01.02.2012 e 15.02.2012 a Ley Cambio Corretora de Câmbio e Valores Ltda. comunica que a Piroquimica efetuou grande volume de pagamentos (R$ 239,9 mil) à vista, sem declarações de importação. Em 16.06.2011 a Gracco Corretora de Câmbio S.A. comunica que a Piroquimica efetuou grande volume de pagamentos (R$ 1,6 milhão) sem declarações de importação e sem comprovar o desembaraço aduaneiro das mercadorias. Da mesma forma, em relação a operações realizadas com a Corretora Tijuca Corretora de Câmbio S.A. deixou de comprovar o embarque quando solicitada não apresentou declaração de importação de nenhum processo no valor de R$ 1.670.618,00 (Conforme RIF 11487 Processo 5010295-93.2013.404.7000/PR, Evento 70, ANEXO1, Página 51).

SECRETARIA CD DISTRIBUIÇÃO 2006

24/06/2010 e 27/09/2012 (período denunciado neste fato), essas empresas remeteram juntas US 111.960.984,43[2] (cento e onze milhões, novecentos e sessenta mil, novecentos e oitenta e quatro dólares, e quarenta e três centavos de dólar) para exterior.

Dentre estes valores, é certo afirmar que tais remessas englobaram os valores integralmente recebidos da **MO CONSULTORIA**, bem como de outra fontes.

Atente-se que, analisando o cruzamento de dados entre as informações dos contratos de câmbio fornecidas pelo **BACEN** (ANEXO 10) e a quebra de sigilo bancário da **MO CONSULTORIA**, por diversas vezes há coincidência de datas entre a entrada dos depósitos provenientes da **MO CONSULTORIA** nas contas das empresas **LABOGEN QUIMICA, INDUSTRIA LABOGEN E PIROQUIMICA** e as remessas para o exterior.

A título de exemplo, cite-se que no dia 14/09/2010, a **LABOGEN QUIMICA** recebeu R$ 157.000,00 (cento e cinquenta e sete mil reais) da **MO CONSULTORIA** e, no mesmo dia, remeteu R$ 101.618,00 (cento e um mil, seiscentos e dezoito reais) para o exterior por meio do **CITIBANK** (Informações do Banco Central).

Já a **INDUSTRIA LABOGEN** no dia 20/04/2011 recebeu um depósito no valor de R$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais) da **MO CONSULTORIA**. Na mesma data, remeteu R$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para **LIU YOU RAN** na **CHINA** por meio da **PIONNER CORRETORA DE CAMBIO LTDA**.

O mesmo ocorre com a **PIROQUIMICA** que no dia 26/04/2011 recebeu R$ 70.000,00 (setenta mil reais) da **MO CONSULTORIA** e no mesmo dia remeteu R$ 50.000,000 (cinquenta mil reais) para o exterior.

Todas essas operações de remessa ao exterior ocorreram por intermédio de contrato de câmbio ideologicamente falso e importações simuladas de produtos.

Logo, parte do dinheiro remetido para o exterior mediante os contratos de câmbio dessas sociedades se referia a valores provenientes da **MO CONSULTORIA.**

[2] A LABOGEN QUIMICA realizou 1020 operações que totalizaram R$ 61.210.057,56; A INDUSTRIA LABOGEN fez 484 transações que somadas representam R$ 22.313.047,31; A PIROQUIMICA teve 263 registros que totalizaram R$ 25.037.585,56

Nunca é demais relembrar que **LEONARDO MEIRELLES** e **ESDRA DE ARANTES FERREIRA, PEDRO ARGESE JUNIOR** eram o diretores da **LABOGEN QUIMICA. PEDRO ARGESE JUNIOR** também foi sócio da **PIROQUIMICA.**

Já **LEANDRO MEIRELLES** atuava efetivamente na **LABOGEN QUIMICA**, sendo que **ALBERTO YOUSSEF** era o real controlador dessa sociedade.

Todos tinham total conhecimento das operações de câmbio irregulares da empresa (Depoimento de LEANDRO MEIRELLES Processo 5049557-14.2013.404.7000/PR, Evento 14, AUTO_QUALIF1C4, Página 2).

Fato 06- Lavagem de dinheiro- PAULO ROBERTO COSTA

No dia 13/05/2013, na concessionária **AUTOSTAR** localizada na Avenida das Nações Unidas, 1646 - Santo Amaro, São Paulo, os denunciados **PAULO ROBERTO COSTA E ALBERTO YOUSSEF**, de forma consciente e voluntária, converteram R$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) provenientes dos crimes de corrupção e peculato em face da **PETROBRAS** em ativos lícitos consistente na aquisição do veículo **LAND ROVER EVOQUE.**

O referido automóvel foi adquirido por **ALBERTO YOUSSEF** na concessionária **AUTOSTAR** e colocado no nome de **PAULO ROBERTO COSTA**, conforme se demonstra pela nota fiscal de aquisição (Processo 5001446-62.2014.404.7000/PR, Evento 1, REPRESENTACAO_BUSCA1, Página 39), tendo sido pago por depósito de terceiros ((Processo 5049557-14.2013.404.7000/PR, Evento 35, INF4, Página 2).

Como afirmado, informações policiais dão conta que o veículo foi pago mediante depósito efetuado por terceiros (Processo 5049557-14.2013.404.7000/PR, evento 35, INF4, página 2).

Pouco tempo antes da aquisição do veículo, entre os dias 21/03/2013 e 08/04/2013, a conta bancária da **MO CONSULTORIA** registrou a saída de oito cheques sem

identificação do destinatário que totalizaram R$ 217.839,00 (duzentos e dezessete mil, oitocentos e trinta e nove reais), sendo tal montante próximo ao que foi pago pelo veículo.

Não suficiente, no período de 2009 até 2013 foram identificados saques em espécie da conta da **MO CONSULTORIA** no valor de R$ 322.373,47 (trezentos e vinte e dois mil, trezentos e setenta e três reais e quarenta e sete centavos).

Ao ser questionado da razão do recebimento do veículo, o denunciado **PAULO ROBERTO COSTA** aduziu que recebeu o carro como pagamento de honorários de consultoria que teria prestado a **ALBERTO YOUSSEF**. Contudo, afirmou que não fez nenhum contrato formal de consultoria e não forneceu nenhum relatório do trabalho.

Essa alegação, desprovida de verossimilhança[1], demonstra que o acusado **PAULO ROBERTO COSTA**, também de forma consciente e voluntária, dissimulou a origem ilícita de R$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) provenientes do crime de peculato e corrupção em face da **PETROBRAS**.

Conclusão

Assim, como salientado nos itens anteriores, o dinheiro ilícito foi desviado da **PETROBRAS** mediante a contratação superfaturada pelo **CONSÓRCIO NACIONAL CAMARGO CORREA**, o qual, por sua vez, subcontratou serviços e produtos superfaturados e inexistentes da **SANKO SIDER e SANKO SERVIÇOS**, dos denunciados **MARCIO BONILHO e MURILO BARRIOS**.

Vale ressaltar que no ano de 2013, de acordo com as informações prestadas pela **RECEITA FEDERAL**, as empresas **SANKO SIDER e SANKO SERVIÇOS**, dos denunciados de **MARCIO BONILHO e MURILO BARRIOS** receberam R$ 69.800.000,00 (sessenta e nove milhões, e oitocentos mil reais) do **CNCC**, o qual, por sua vez, havia

[1] Entendendo que a explicação não tinha verossimilhança, já se manifestou o e. DRF4 na análise do HC nº 5005979-15.2014.404.7000: (...) No entanto, optou o investigado, em sustentar que o veículo automotor repassado a ele por Alberto Youssef tem origem em serviço de consultoria prestado ao doleiro. Ora, a alegação é inverossímil. Mesmo que tenha se dedicado à atividade de consultoria, não é razoável supor que o paciente prestou serviços a conhecido doleiro, em particular porque aqueles que operam no mercado paralelo de câmbio estão usualmente envolvidos em operações fraudulentas de remessas ou recebimento de divisas para o exterior ou lavagem de dinheiro.

recebido R$ 591.000.000,00 (quinhentos e noventa e um milhões de reais) da **PETROBRAS** pela obra da refinaria de **ABREU E LIMA** (informações da RECEITA FEDERAL ANEXO III desta denúncia).

Na **SANKO**, os recursos ilícitos foram separados e remetidos para a **MO CONSULTORIA**, mediante contratos simulados, sendo que esta empresa recebia recursos de diversas outras sociedades integrantes da trama criminosa e que ainda estão sendo investigadas. Só em 2011 a empresas **SANKO SIDER** declarou ter pago à **MO CONSULTORIA** R$ 15.443.259,79 (quinze milhões, quatrocentos e quarenta e três mil, duzentos e cinquenta e nove reais, e setenta e nove centavos), sendo que este valor representou 64% de todos os pagamentos feitos pela **SANKO SIDER** naquele ano (informações da **RECEITA FEDERAL ANEXO III** desta denúncia).

A partir da **MO CONSULTORIA** o dinheiro desviado foi pulverizado entre diversas empresas e pessoas ligadas a **YOUSSEF**, incluindo a **LABOGEN QUIMICA, INDUSTRIA LABOGEN e PIROQUIMICA**. Uma quantia foi sacada em espécie.

Finalmente, da **LABOGEN QUIMICA, INDUSTRIA LABOGEN e PIROQUIMICA** o montante arrecadado nos crimes antecedentes foi remetido para o exterior mediante importação fraudulenta.

Ante o exposto, o **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL** denuncia:

pelo fato 01: a) **ALBERTO YOUSSEF**; b) **PAULO ROBERTO COSTA**; c) **MARCIO ANDRADE BONILHO**; d) **MURILO BARRIOS**; e) **WALDOMIRO OLIVEIRA**; f) **ANTONIO ALMEIDA SILVA**; g) **LEONARDO MEIRELLES**; h) **ESDRA DE ARANTES FERREIRA**; i) **LEANDRO MEIRELLES**; j) **PEDRO ARGESE JUNIOR** como incursos nas penas do art. 2º "caput" e § 4º, II, III e V, da lei 12.850/2013, devendo incidir a agravante do art. 2º § 3º da lei 12.850/2013 para os denunciados **ALBERTO YOUSSEF e PAULO ROBERTO COSTA**, que comandaram o grupo;

pelo fato 02: a) **ALBERTO YOUSSEF**; b) **MARCIO ANDRADE BONILHO**; c) **MURILO BARRIOS** e; d) **PAULO ROBERTO COSTA** como incursos nas sanções do art. 1º c/c art. 1º § 2º, II, da lei 9613/98 por diversas vezes;

pelo fato 03: a) **MARCIO ANDRADE BONILHO**; b) **MURILO BARRIOS**; c) **ALBERTO YOUSSEF**; d) **WALDOMIRO OLIVEIRA**; e) **PAULO ROBERTO COSTA** e; f) **ANTONIO ALMEIDA SILVA** como incursos nas sanções do art. 1º c/c art. 1º § 2º, II, da lei 9613/98 por 70 (setenta vezes);

pelo fato 04- a) **ALBERTO YOUSSEF**; b) **WALDOMIRO OLIVEIRA**; c) **LEONARDO MEIRELLES**; d) **ESDRA DE ARANTES FERREIRA**; e) **PEDRO ARGESE JUNIOR**; e) **TONINHO**; e f) **PAULO ROBERTO COSTA**, como incursos nas sanções do art. 1º c/c art. 1º § 2º, II, da lei 9613/98 por 413 (trezentos e quatorze) vezes (total de transações feita para a **INDUSTRIA LABOGEN, LABOGEN QUIMICA, PRIOQUIMICA, RCI SOFTWARE e EMPREITEIRA RIGIDEZ**, somadas com o número de cheques sem identificação do destinatário emitidos;

pelo fato 05: a) **ALBERTO YOUSSEF**; b) **LEONARDO MEIRELLES**; c) **LEANDRO MEIRELLES**; d) **PEDRO ARGESE JUNIOR** e e) **ESDRA DE ARANTES FERREIRA** como incursos nas sanções do art. 1º c/c art. 1º § 1º, III, da lei 9.613/98;

pelo fato 06: a) **PAULO ROBERTO COSTA** e b) **ALBERTO YOUSSEF** como incurso nas sanções do art. 1º c/c art. 1º § 1º, I, da lei 9613/98;

Requer o recebimento da denúncia, a citação dos denunciados para apresentarem resposta, procedendo-se após a instrução processual, ouvindo-se a oitiva das testemunhas abaixo arroladas e o interrogatório dos denunciados, bem como seguidos os demais atos do rito dos arts. 394/405 do Código de Processo Penal, até final sentença condenatória.

Testemunhas:

Rodrigo Prado Pereira, agente de polícia federal, lotado na Superintendência da Polícia Federal em Curitiba.

Marcio Adriano Anselmo, delegado de Polícia Federal, lotado na Superintendência da Polícia Federal em Curitiba.

Fabiana Estaiano, cpf 260927139-70, residente na Av. Conselheiro Rodrigues Alves, 780, ap. 103, Vila Mariana, São Paulo, telefone 50812309, (11) 99608843.

Curitiba, 23 de abril de 2014.

Januario Paludo
Procurador Regional da República

Andrey Borges de Mendonça
Procurador da República

Adriana Aparecida Storoz Mathias dos Santos
Procuradora da República

SECRETARIA GERAL DA TURMA
AUTUAÇÃO
Fls. 2012

EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ FEDERAL DA 13ª TERCEIRA VARA CRIMINAL DE CURITIBA.

Autos nº 5049597-93.2013.404.7000 e correlatos

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, nos autos acima identificados, vem dizer e requerer o quanto segue:

Oferece Denúncia, em separado, com 44 (quarenta e quatro) laudas, com 9 anexos que a integram para os devidos fins, registrando que a imputação de organização criminosa nesta constitui núcleo de condutas criminosas diversas daquelas referentes às imputações dos autos da ação penal nº 5025699172014404 7000.

Os anexos, que integram a denúncia ora oferecida, versam: anexo 2: acórdão TCU; anexos 3 e 4: informações da **RECEITA FEDERAL**; anexo 5: certidão simplificada empresa **SANKO SERVIÇOS LTDA**; anexo 6: laudo complementar do SETEC; anexo 7: laudo financeiro de entradas da **MO CONSULTORIA**; anexo 8: laudo financeiro de saídas da **MO CONSULTORIA**; anexo 9: procurações outorgadas a **WALDOMIRO OLIVEIRA**; anexo 10: informações do **BACEN** sobre contratos de câmbio envolvendo a **LABOGEN QUIMICA, INDUSTRIA LABOGEN e PIROQUIMICA.**

Do anexo 11 em diante são juntados documentos enviados pela **RECEITA FEDERAL** relacionados à quebra de sigilo fiscal nº 5023582-53.2014.404.7000.

Requer seja juntada da Folha de Antecedentes Criminais dos denunciados constantes dos bancos de dados de que tem acesso a Justiça Federal.

Incabível a suspensão condicional do processo em razão da pena mínima cominada aos delitos.

A competência para o processamento e julgamento dos presentes fatos, como já anotado pelo d. Magistrado do caso por ocasião da deflagração das operações, encontra-se justificada pela realização de operações de lavagem de dinheiro que se consumaram em Curitiba, tendo por antecedentes crimes contra administração pública referentes aos desvios ocorridos na obra de **ABREU E LIMA.**

Ocorreram várias operações de câmbio não autorizadas com antecedentes em crimes contra a administração pública que implicaram delitos de lavagem de dinheiro consumados em mais de um lugar, consistentes no recebimento de parte de valores em São Paulo/SP e depósitos de outros valores em contas "laranjas" em Bauru/SP, Passos/MG e Curitiba/PR. Entre esses delitos há conexão material e instrumental (art. 76, II e III, CPP), sendo que o Juízo Federal de Curitiba foi quem primeiro praticou atos no processo (art. 78, II, "c", CPP)

Nos termos do art. 80 do CPP, requer o desmembramento do feito para a continuidade das investigações a fim de elucidar detalhadamente dos crimes de peculato, corrupção e outros, apontados como antecedentes da lavagem de dinheiro, bem como assim os demais fatos indicados no corpo da denúncia mas não imputados especificamente.

Requer seja determinado, via **SISBACEN,** à **GRACO CORRETORA,** à **PIONNER CORRETORA, MULTIMONEY CORRETORA DE CÂMBIO LTDA, FAIR CORRETORA DE CAMBIO S.A, LEVYCAM - CORRETORA DE CAMBIO E VALORES LTD, BANCO MÁXIMA S.A.**, o envio dos contratos de câmbio realizados pelas empresas **LABOGEN, INDUSTRIA LABOGEN e PIROQUIMICA** no período de 2009 a 2013 que estão listado nas informações do **BACEN** constantes na **ANEXO** 10 desta denúncia.

Considerando a tramitação da investigação de inúmeros fatos conexos aos presentes autos, a magnitude da lesão causada por esses crimes, a grandiosidade do esquema criminoso, como também o poder dos denunciados **ALBERTO YOUSSEF** e **PAULO ROBERTO COSTA**, o qual, inclusive, já demonstrou inequivocamente desejo de obstruir investigações dos fatos criminosos que se relacionam com a sua pessoa sobre a outros

investigações dos fatos criminosos que se relacionam com a sua pessoa sobre a outros integrantes da organização criminosa, o Ministério Público Federal manifesta-se pela decretação da prisão preventiva desses acusados também neste processo.

Requer, também, sejam requisitadas as atas do Conselho de Administração da Refinaria Abreu e Lima, bem assim, a indicação da composição do respectivo conselho, da respectiva diretoria do ano de 2008 até 2014, inclusive da que decidiu pela incorporação da Refinaria Abreu e Lima à PETROBRÁS.

Curitiba, 23 de abril de 2014

Januario Paludo
Procurador Regional da República

Andrey Borges de Mendonça
Procurador da República

Adrianna Aparecida Storoz Mathias dos Santos
Procuradora da República

EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ FEDERAL DA 13ª VARA FEDERAL CRIMINAL DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE CURITIBA – PARANÁ

Eproc 5001438-85.2014.404.7000 (Operação Lava Jato)

IPL 714/2009 - SR/DPF/PR

Classificação no e-Proc: Segredo de Justiça

Classificação no ÚNICO: Reservado

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no exercício de sua função institucional (art. 129, I, da Constituição da República Federativa do Brasil), impelido pelos subsídios probatórios constantes nos autos supramencionados, vem à 13ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Curitiba-PR, competente por prevenção, oferecer

DENÚNCIA

em face de:

1. **CARLOS HABIB CHATER** ("**HABIB**"), vulgo "Zeze", brasileiro, nascido em 25/2/1968, inscrito no CPF 416.803.751-72, com endereços na QI 8R MLN, Trecho 10, conjunto 1, casa 2, Setor de Mansões Lago Norte, Brasília/DF, e na SHS, quadra 6, conjunto A, lote 1, bloco B, ap. 214, Tryp Convention Brasil 21, Asa Sul/DF, **atualmente preso na Superintendência Regional da PF/PR**;

2. **ANDRÉ CATÃO DE MIRANDA** ("**ANDRÉ CATÃO**"), brasileiro, nascido em 25/3/1961, CPF 248.513.374-34, com endereço na Quadra 202,

2016

Lote 10, bloco B, ap. 502, Cond. Franz Schubert, Águas Claras, Brasília/DF, **atualmente preso na Superintendência Regional da PF/PR**;

3. **EDIEL VIANA DA SILVA ("EDIEL")**, brasileiro, nascido em 5/1/1968, CPF 979.975.287-68, com endereços na Avenida Vice-presidente José Alencar, 1500, bloco 3, ap. 1508, Jacarepaguá, Rio de Janeiro/RJ, e na QCSW 2, lote 3, ap. 108, Edifício Unique, Sudoeste, Brasília/DF, **atualmente preso na Superintendência Regional da PF/PR**;

4. **RICARDO EMÍLIO ESPÓSITO ("RICARDO")**, brasileiro, nascido em 18/6/1940, CPF 008.524.571-20; residente na QD SQS 416 BLOCO K,S/N,APARTAMENTO 203, ASA SUL, BRASILIA DF, CEP 70276110;

5. **KATIA CHATER NASR ("KATIA")**, brasileira, nascida em 22/6/1967, CPF 398.811.991-15, com endereço na SHIS QI 11, conjunto 2, casa 3, Lago Sul, Brasília/DF;

6. **EDIEL VINICIUS VIANA DA SILVA ("VINICIUS")**, brasileiro, nascido em 07/02/1993, CPF 156.190.167-90, com endereço na Avenida Vice-presidente José Alencar, 1500, bloco 3, ap. 1508, Jacarepaguá, Rio de Janeiro/RJ,

7. **TIAGO ROBERTO PACHECO MOREIRA ("TIAGO")**, brasileiro, nascido em 15/8/1985, solteiro, CPF 002.658.941-90, com endereço na Rua Bolivar, 162, ap. 104, Copacabana, Rio de Janeiro/RJ;

8. **JULIO LUIS ERNAU ("JULIO")**, brasileiro, nascido em 8/3/1969, CPF 579.223.141-91, com endereço na Avenida Central, bloco 91, lote 9, Núcleo Bandeirante, Brasília/DF;

9. **FRANCISCO ANGELO DA SILVA ("FRANCISCO")**, vulgo "Chicote", brasileiro, nascido em 20/11/1961, CPF 238.485.291-49, com endereço na SMPW, Quadra 07, conjunto 02, lote 01, casa E, Park Way, Brasília/DF;

10. **ANDRE LUIS PAULA SANTOS ("ANDRÉ LUIS", vulgo ANDRÉ NEGO")**, brasileiro, nascido em 26/7/1972, CPF 546.538.351-87, com endereço na Rua

9 Sul, lote 10, ap. 1703, Águas Claras/DF, **atualmente preso na Superintendência Regional da PF/PR**.

I. Introito

Esta denúncia decorre de investigação[1] que visou apurar diversas estruturas paralelas ao mercado de câmbio, abrangendo um grupo de doleiros com âmbito de atuação nacional e transnacional.

A investigação inicialmente apurou a conduta do "doleiro" **HABIB** e pessoas físicas e jurídicas a ele vinculadas, ligadas a um esquema de lavagem de dinheiro envolvendo o ex-deputado federal José Mohamed Janene e as empresas CSA Project Finance Ltda. e Dunel Indústria e Comércio Ltda.. Porém, posteriormente, foi ampliado para diversos outros doleiros, que se relacionavam entre si para o desenvolvimento das atividades, mas que formavam grupos autônomos e independentes, a partir de três outras operações.[2]

Além de tais condutas delitivas, foram apurados diversas outras condutas criminosas, dentre elas, organização criminosa, evasão de divisas, falsidade ideológica, corrupção de funcionários públicos, tráfico de drogas, peculato e lavagem de capitais.

Foram identificados ao menos quatro grandes núcleos. A presente imputação diz respeito às condutas delitivas praticadas principalmente pelo denunciado **HABIB** e pessoas a ele

1 A presente denúncia decorre de investigações policiais realizadas principalmente nos seguintes autos : 1. autos 2006.70.00.018662-8: trata-se de inquérito policial físico distribuído em 18.07.2006 à atual 13ª Vara Federal de Curitiba-PR por dependência aos autos 2004.70.00.002414-0; 2. autos 5026387-13.2013.404.7000, trata-se de interceptação telefônica e telemática distribuída em 05.07.2013 por dependência ao inquérito policial 2006.70.00.018662-8; 3. autos 5011861-24.2013.404.7000: trata-se de quebra do sigilo bancário da empresa Nilson M Ferreira Transporte ME no período de 01.07.2012 a 01.10.2013; autos distribuídos em 31.10.2013 por dependência ao inquérito policial 2006.70.00.018662-8, 4. autos 5042956-89.2013.404.7000: trata-se de quebra dos sigilos bancário e fiscal de Clayton Rinaldi de Oliveira e Rinaldi Consultoria Empresarial Ltda. nos últimos 5 anos, autos distribuídos em 26.10.2013 por dependência ao inquérito policial 2006.70.00.018662-8; 5. autos 5001358-85.2014.404.7000, trata-se de representação policial por buscas, prisões e bloqueios de ativos; autos distribuídos em 20.01.2014 por dependência ao inquérito policial 2006.70.00.018662-8; 6. autos 5049597-93.2013.404.7000, trata-se de interceptação telefônica e telemática distribuída em 08.11.2013 por dependência ao inquérito policial 5049557-14.2013.404.7000, que trata da organização criminosa comandada por Alberto Youssef e Youssef.

2 IPL 1008-2013 -- destinado a apurar as atividades capitaneadas pela doleira NELMA MUSSUE PENASSO KODAMA (Operação Dolce Vita); IPL 1002/2013 destinado a apurar as atividades do doleiro RICARDO HENRIQUE SROUR (Operação Casablanca); IPL 1041/2013 destinado a apurar as atividades empreendidas pelo doleiro YOUSSEF (Operação Bidone)

vinculadas, dando origem àquilo que se intitulou "OPERAÇÃO LAVA JATO". Haverá outras imputações, sendo certo que a presente denúncia narra apenas parcela dos fatos ilícitos praticados pelos denunciados.

É relevante ressaltar, que **HABIB**, ora denunciado, operava constantemente o denominado sistema dólar cabo com os doleiros ALBERTO YOUSSEF, NELMA MITSUE PENSSANO KODAMA, CARLOS ALEXANDRE DE SOUZA ROCHA, SLEIMAN NASSIM EL KOBROSSY, entre outros. Cada qual possuía seu próprio grupo criminoso hierarquizado, comandado pelos nominados, ainda que com distribuições informais de tarefas, sendo esses grupos objeto de denúncias específicas já distribuídas a esse Juízo. No entanto, esses agentes (ALBERTO, NELMA, CARLOS ALEXANDRE, CARLOS HABIB e SLEIMAN NASSIN), constituíam uma confraria de doleiros e, por isso, organização criminosa, que visava fazer funcionar instituições financeiras não autorizadas legalmente, com o fim de promover a evasão de divisas ao exterior e a lavagem de ativos financeiros.

As operações ilícitas desenvolvidas entres eles, baseadas no princípio da confiança, na simulação de negócios, utilização de linguagem cifrada, por meio de mecanismos que impossibilitem a identificação dessas operações pelos meios legais permitidos na legislação brasileira.

Pois bem. Como é de amplo conhecimento, os doleiros, designação no Brasil dos operadores do mercado paralelo ou negro de câmbio, como é o caso dos nominados, desde o encerramento do notório "esquema CC5" em 2000, têm atuado especialmente de três formas: (i) através do câmbio manual e informal de balcão, sem boletagem ou identificação da contraparte, envolvendo dinheiro em espécie; (ii) operando o sistema dólar cabo ou sistema de transferências internacionais informais; (iii) realizando uma verdadeira conta-corrente para os interessados.

O sistema ***dólar cabo*** é um sistema de realização de transferências financeiras

30 boleto, nos termos do título 1, capítulo 3, do RMCCI (Regulamento do Mercado de Câmbios e Capitais Internacionais), é um instrato de câmbio simplificado que segue modelo do Banco Central (BACEN). O RMCCI determina em seu Título 1, Capítulo 1, que "*devem os agentes autorizados a operar no mercado de câmbio observar as regras para a perfeita identificação dos seus clientes*", e em seu Título 1, capítulo 3, seção 2, subseção 2, que mesmo no caso de registro globalizado no SISBACEN de operações de compra e venda de moeda estrangeira formalizadas em boletos (contrato de câmbio simplificado), é obrigatório o preenchimento de tela complementar com CPF CNPJ dos clientes compradores-vendedores e respectivo valor da operação.

2019

internacionais marginal ou paralelo operado por *doleiros*, em que as transações de câmbio realizadas não são registradas no SISBACEN e envolvem contabilidades paralelas no Brasil e no exterior.

Nas operações de **transferências internacionais informais**, ou **dólar cabo**, constata-se uma relação de confiança entre os clientes (comprador ou vendedor de moeda estrangeira) e os doleiros. Essa relação pode ocorrer em duas vias.

Na primeira via, o doleiro recebe no Brasil, em espécie ou mediante depósito, reais de seu cliente, efetuando ou determinando a seu gerente no exterior o débito, no valor correspondente em moeda estrangeira, de conta que ele (doleiro) mantém no exterior, para crédito em favor de conta mantida no exterior por tal cliente ou por pessoa por este indicada. No caso de não possuir o doleiro disponibilidade externa suficiente naquela data específica, vale-se das disponibilidades de um parceiro (outro doleiro ou cliente), recompensando-o em reais, dólares ou em outra moeda, imediatamente ou num momento posterior (mercado paralelo de compensações e trocas de posições em dólar).

Na via oposta, o doleiro é quem compra moeda estrangeira por cabo: recebe em sua conta mantida no exterior depósito em moeda estrangeira efetuado (direta ou indiretamente) por determinado cliente, entregando a este, no Brasil, o correspondente crédito em reais (em espécie "papel" – ou mediante depósito em conta do cliente ou por este indicada).

A terceira modalidade de dólar cabo é aquela em que as duas primeiras aparecem conjugadas. Nessa hipótese o doleiro, aproveitando-se do fato de que em muitos momentos há no mercado clientes, compradores e vendedores de dólares, pretendendo realizar operações de dólar cabo em sentido inverso, efetua o "casamento" das operações dos clientes, realizando essas operações casadas de compra e venda de moeda estrangeira via cabo sem que os valores passem por sua própria conta. Nesses casos, o doleiro atua como um verdadeiro banco de compensações ("*clearance*").

Dificultando ou impedindo qualquer rastreamento, o doleiro, atuando como banco de

2020

compensações, satisfaz simultaneamente os dois polos, indicando simultaneamente ao cliente tomador de dólares - que pretende receber recursos no exterior - as contas em que o fornecedor de dólares deseja sejam creditadas no Brasil, e ao fornecedor de dólares - que pretende se desfazer de recursos no exterior - as contas no exterior indicadas pelo tomador que deverão ser beneficiárias de créditos a cabo. Nesse caso, o doleiro indicará, a um dos clientes ou ambos, a necessidade de entregar determinado valor (percentual), em moeda nacional ou estrangeira, em espécie ou em determinada conta, o qual reverterá em seu benefício como remuneração da operação (*spread*). Esse esquema pode ser visualizado nos fatos narrados nesta denúncia.

I.1. Objeto

Esta denúncia volta-se ao "núcleo duro" do grupo de **HABIB**. São objeto da acusação, neste momento, os fatos atinentes à organização criminosa e à operação não autorizada de instituição financeira por **HABIB** e pessoas a ele vinculadas na qualidade de integrantes do grupo criminoso. Também se desvelou que o grupo atuava na lavagem de dinheiro e evasão de divisas, o que será tratado em acusação em peça apartada.

Outras pessoas, também doleiros, que participaram dos ilícitos, realizando operações financeiras criminosas com o grupo, desenvolviam suas atividades, ainda, de modo autônomo, de modo que suas condutas serão foco de denúncias próprias - caso de SLEIMAN NASSIM EL KOBROSSY -, valendo ressaltar que alguns doleiros que mantinham relações nas operações ilícitas do grupo de **HABIB** já foram denunciados em separado - caso de ALBERTO YOUSSEF, NELMA MITSUE PENASSO KODAMA e CARLOS ALEXANDRE DE SOUZA ROCHA (vulgo Ceará). No entanto, a denúncia dessa cúpula da organização criminosa, como núcleo de organização que se sobrepõe aos núcleos comandados individualmente por cada um deles será objeto de nova denúncia, tão logo finalizadas as investigações a respeito.

II. Síntese das imputações

Os denunciados constituíram e integraram organização criminosa, ao menos desde **2013**[1] **até março de 2014**, associando-se em mais de 4 (quatro) pessoas, estruturalmente ordenada e

[1] A organização criminosa se iniciou no mínimo desde o início de 2013. Porém, como a 4.387.028/50 de 2 de agosto de

2021

caracterizada pela divisão informal de tarefas, com objetivo de obter, direta e indiretamente, vantagem econômica, mediante a prática de diversas infrações penais de caráter transnacional e cujas penas máximas são superiores a quatro anos[5]. Ademais, na presente organização criminosa há concurso de funcionário público, valendo-se a organização criminosa dessa condição para a prática de infração penal; o produto e o proveito da infração penal destinava-se, ao menos em parte, ao exterior; a organização criminosa mantinha conexão com outras organizações criminosas independentes e, por fim, as circunstâncias do fato evidenciam a transnacionalidade da organização.

Ademais, entre pelo menos 01.2009 e 17.03.2014[6], **HABIB**, de modo consciente e voluntário, agindo em concurso e unidade de desígnios com os demais denunciados, fizeram operar instituição financeira informal, sem a devida autorização do Banco Central do Brasil[7], ao comandar e realizar operações ilegais no mercado paralelo de câmbio, principalmente com o fim de promover evasão de divisas do Brasil[8].

III. Das imputações propriamente ditas

1. Da organização criminosa (art. 2º da Lei 12.850/13)

Os denunciados **CARLOS HABIB CHATER, ANDRÉ CATÃO DE MIRANDA, EDIEL VIANA DA SILVA, RICARDO RICARDO EMÍLIO ESPÓSITO, KATIA CHATER NASR, EDIEL VINICIUS VIANA DA SILVA, TIAGO ROBERTO PACHECO MOREIRA, JULIO LUIS URNAU, FRANCISCO ANGELO DA SILVA, ANDRE LUIS PAULA SANTOS** constituíram e integraram organização criminosa, ao menos desde **2013 até março de 2014**, associando-se em mais de 4 (quatro) pessoas, estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão informal de tarefas, com objetivo de obter, direta e indiretamente, vantagem econômica, mediante a prática de diversas infrações penais de caráter transnacional e cujas penas máximas são superiores a

---

2013 entrou em vigor no dia 19.09.2013, a imputação por tal crime parte desta data.

5 Ainda que nesta peça o foco seja a descrição específica, para o delito de organização criminosa, do crime de operação não autorizada de instituição financeira, cuja pena máxima é de 4 anos de reclusão, deve se esclarecer que os elementos e eles serão apontados aqui — no sentido de que o objetivo das operações era a evasão de divisas e a lavagem de dinheiro, temas que serão abordados com maior profundidade em denúncia própria, de forma que estão satisfeitos os dois requisitos — alternativos — previstos na Lei 12.850/2013 para a caracterização da organização criminosa.

6 Data de sua prisão preventiva.

7 Contrariando o disposto no art. 23, *caput* e § 2º, da Lei 4.131/62, no art. 10, X, *a* e *d*, da Lei 4.595/64 e no art. 65, §§ 1º e 2º, da Lei 9.069/95.

8 A evasão de divisas será tratada em tópico apartado, como apontado anteriormente. Não obstante, será visto adiante que a finalidade principal das operações realizadas pelo grupo de **HABIB** sem autorização legal era a evasão de divisas e a lavagem de dinheiro.

quatro anos. Ademais, na presente organização criminosa há concurso de funcionário público, valendo-se a organização criminosa dessa condição para a prática de infração penal: o produto e o provento da infração penal destinava-se, ao menos em parte, ao exterior; a organização criminosa mantinha conexão com outras organizações criminosas independentes e, por fim, as circunstâncias do fato evidenciam a transnacionalidade da organização.

Além da estruturação hierárquica, havia estabilidade e permanência para a prática de infrações criminosas diversas, tais como evasão de divisas, operando instituição financeira irregular, e lavagem de capitais, todos delitos de caráter transnacional.

A divisão de tarefas e a estrutura hierárquica restaram devidamente comprovadas, assim como a estabilidade e permanência do vínculo, era voltada para a prática dos mais variados delitos contra o sistema financeiro, sobretudo a evasão de divisas, mediante a realização de operações dólar cabo, movimentação de valores no exterior não declaradas, além de lavagem de capitais, falsidade ideológica, falsidade documental, entre outros. Ademais, apurou-se que **HABIB** estava "diversificando" sua atuação nos últimos tempos, visando a extração ilegal de diamantes em reserva indígena.

Vejamos, de maneira mais detalhada, a participação de cada um dos denunciados na organização. Neste ponto serão arroladas as evidências do uso de estrutura formal (empresarial) nas práticas ilícitas, demonstrando o nível organizacional da estrutura empregada, bem como os elementos de vínculo dos denunciados com essa estrutura.

O denunciado **HABIB** era o líder da organização criminosa, coordenando e planejando as atividades dos demais denunciados, dando ordens para todos sobre a melhor forma de condução dos negócios ilícitos. Referido denunciado é doleiro há muitos anos. Juntamente com seu pai (HABIB SALIM EL CHATER), constituiu, em 1991, diversas empresas (dentre elas, a FLY TURISMO E CÂMBIO LTDA.) em nome de laranjas, que foram utilizadas para a evasão de divisas[9]. Destaque-se que dentre os laranjas utilizados, naquela época, já estava o Policial Militar **RICARDO**, que prestava serviços a **HABIB** e outros operadores no transporte físico de numerário, como desvelado nas presentes investigações.

9 Neste sentido, apelação criminal n. 1998.01.00.003086-3/DF (v. autos 1438 evento 1 pg. 10-11).

HABIB já foi condenado pela Justiça Federal do Distrito Federal, em duas ações penais pela prática de crimes contra o sistema financeiro e pelo comércio ilegal de moeda estrangeira, bem como constituição de sociedades em nome de laranjas (ações penais 94.00.14791-0/DF e 2001.34.00.026520-8/DF), condutas que estão agora novamente sendo-lhe imputadas, o que denota que faz dessas práticas o seu meio de vida.

HABIB também é sócio de diversas empresas, de fato e de direito, que tiveram suas contas bancárias utilizadas para operações do grupo e movimentação de valores provenientes dos mais variados crimes, conforme será visto mais apropriadamente em denúncia em separado. Segundo informações do COAF, por intermédio do RIF 10510, apontou-se o registro de movimentações da ordem de **124,96 milhões**, com diversas operações financeiras suspeitas relacionadas ao grupo, notadamente por meio de empresas controladas por **HABIB**, mas que tinham seu quadro societário composto por interpostas pessoas[12], como se verá na sequência, pois ao longo desta peça será feita menção aos elementos pertinentes que demonstram a atuação de HABIB tal qual aqui enunciada, conforme o desenrolar dos argumentos.

HABIB e sua esposa figuravam ainda como sócios do POSTO RECANTO DAS EMAS (10.392.988/0001-63) e da respectiva loja de conveniências (10.392.361/0001-84), atualmente registrados em nome de MARCIA REGINA FLAUSINO TRABOULSI e MARLENE DE FARIA FLAUSINO, que são ligadas ao doleiro FAYED TRABOULSI, conforme se comprovou no curso da Operação Miquéias.[13]

Ademais, **HABIB** é sócio de diversas empresas [1], sendo algumas utilizadas para os

---

10 V. autos 1438, evento 15, ANEXO7

O período das comunicações abrange os anos de 2009 a 2013, mas há comunicações mais antigas, remontando até o ano de 2005. Dentre as empresas relacionadas, citem-se as seguintes, controladas por **HABIB**: **ANGEL SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA.**, **POSTO DE TORRE LTDA.** e **TORRE COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA.**, loja de conveniência situada no posto.

11 MARCIA REGINA FLAUSINO TRABOULSI é esposa de FAYED TRABOULSI, doleiro preso durante as investigações em razão das Operações Flemingue e Miquéias e condenado em razão de ilícitos em fundos de pensão. Também sócia de **EDIEL** na padaria **EDIVAN PANIFICADORA LTDA.** (10.392.361/0001-84), padaria oficial de vários comandos telefônicos de investigado EDIEL.

12 Inclusive, desde a prisão do também doleiro FAYED TRABOULSI na época da Operação Miquéias – bem se mantido "fora" do escritório, somente a partir do fato que ocupa, conforme expôs na audiência com ALBERTO YOUSSEF, datada de 17/10/2014: "EU NÃO SEI COMO NÃO ENTRE NISSO AÍ, TÔ ACHANDO QUE TEM OUTRA ANDANDO POR AÍ PORQUE NÃO TEM LÓGICA, PORQUE ELE FAZ MUITA OPERAÇÃO E NÃO TÔ ACHANDO QUE ALGUMA OUTRA PARA ELA ESTÁ PEGANDO E ALGUMA NÃO FOI VISTO, NÃO FOI EMBARGADO, ENTÃO MEIO A PASTADINHO" (Processo 5036993-03.2013.404.7000/PR, Evento LANÇAR02, Página 5).

13 **HABIB** figura ainda como sócio das empresas: a) **INOTEC INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA.**, cujo quadro societário é composto por SUSANA MARIA ARTIDA MATEO, com quem **HABIB** mantém vários débitos, geralmente cíveis ou apenas mantendo contratos pessoais; b) **CONSTRUTORA E INCORPORADORA SANTO ANTONIO** (13.916.815/0001-50), esta em sociedade com seu pai, **HABIB SALIM EL DAHER FILHO**. O denunciado foi sócio ainda da empresa **GOIAS OPERADORA DE SORTEIOS DE BINGOS E SIMILARES LTDA.** (08.255.190/0001-50), empresa que explorava jogos de Cartela Especial

2024

práticas delitivas. Dentre estas, destacam-se as seguintes: POSTO DA TORRE LTDA., CNPJ 04.473.193/0001-59, ANGEL SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA., CNPJ 08.641.915/0001-98, TORRE COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA., CNPJ 07.542.146/0001-08, e ED SERVIÇOS DE LAVANDERIA LTDA., CNPJ 14.726.207/0001-52 (nome fantasia Lavanderia Posto da Torre). Uma das empresas, a VALORTUR CÂMBIO E TURISMO LTDA., CNPJ 17.303.459/0001-67, atua especificamente no setor de câmbio turismo, expediente usualmente utilizado para ocultar a prática de operações no mercado de câmbio negro.

Conforme será visto ao longo da denúncia, as contas bancárias das referidas empresas foram utilizadas para operações do grupo.

HABIB também é, de fato, ainda responsável pela empresa VALORTUR CAMBIO E TURISMO LTDA. (CNPJ 17.303.459/0001-67), cujo quadro societário é integrado pela irmã de dele, a denunciada **KATIA**, e pelo denunciado **FRANCISCO** (CHICOTE), e que parece também ser administrada por KHALED YOUSSEF NASR (marido de KATIA), outro "doleiro" na capital federal. A VALORTUR é conveniada para venda de moeda estrangeira pela TOV CAMBIO[14].

A empresa VALORTOUR foi constituída em dezembro de 2012, mas, em que pese ter como sócios formalmente no contrato social as pessoas de **KATIA** e **FRANCISCO**, figuram nela, como "sócios ocultos". Ambos emprestaram o nome para a constituição dessa sociedade, e para que a mesma pudesse ser utilizada pela organização criminosa no fluxo de movimentação clandestina de câmbio, do qual tinham ciência e auferiram proveito. De fato, conforme claramente ilustrado no monitoramento telefônico e telemático, os denunciados **HABIB** e **JULIO** se valiam dessa empresa para realizar operações de câmbio não autorizadas com o fim de promover evasão de

14 De acordo com informações no site do Banco Central (http://www.bcb.gov.br/?LISTACCAI), a VALORTOUR encontra-se cadastrada como correspondente para operações de câmbio desde 01/02/2013, tendo como instituição contratante a TOV CAMBIO LTDA (recibo 5788/2013, [illegible])

divisas ao exterior.

Nos diálogos interceptados, JULIO aparece em papel de gerência, participando de decisões na organização.[15] Juntamente com os denunciados HABIB e KATIA, acompanhava toda a movimentação da VALORTUR, conforme demonstram os e-mails constantes nos autos.[16] Apesar de não constar formalmente como sócio desta empresa, é sócio de fato, o que foi inclusive reconhecido por HABIB.[17] Destaque-se que JULIO foi ex-secretário-adjunto dos Transportes do DF, preso em 2011 por suspeita de integrar um suposto esquema de propina na Secretaria.

FRANCISCO, por sua vez, não seria mero "laranja" do esquema criminoso. Além de sócio da VALORTUR, demonstrou nos diálogos interceptados relacionamento bastante próximo a HABIB, tendo ciência de sua participação no grupo.[18] Ressalte-se que consta nos autos que FRANCISCO também realizava operações com SLEIMAN ("SALOMÃO"), outro "doleiro".[19]

O denunciado **HABIB** era auxiliado na coordenação das práticas ilícitas pelos denunciados **ANDRÉ CATÃO** e **EDIEL**. De fato, **ANDRÉ CATÃO**, atuava como verdadeiro gerente do denunciado **HABIB**, tanto nas atividades lícitas quanto ilícitas, em uma espécie de "controle financeiro", sendo o responsável por fazer a gestão financeira da organização criminosa (executava as operações de câmbio, administrava pagamentos, relacionamento com bancos, etc.). Inclusive era o responsável por controlar as contas da VALORTUR, possuindo o token para

15 (Processo 5001438-85.2014.404.7000/PR, Evento 1, REPRESENTACAO_JUSTICA, Página 89-93)
CARLOS HABIB: Pois é, pra não ter mais o desalpa... como dizem... vamos levar o mantimento de onde ele vai pra ver o que que tá sobrando o JULIO falou pra ele esse erro que tá dando aí é culpa sua CHICO, porque você tinha que ta ficando nas horas que foi combinado [...]
KATIA: [...] eu sempre, eu sempre é comecei a cobrar os dois já estavam impacientes, querendo sair. Eu falei: "Não senhor, é pra ficar aqui direitinho". Pronto, é isso aí que se faz.
CARLOS: É o CHICO que ficou andando com o JULIO e não quer pra mim na mesa [...]
KATIA: [Conversa em árabe] JULIO a gente fecha essa porra. A gente tá trabalhando pra trabalhar, né. Cada um [ininteligível] bom, porque se chegar uma hora e eles estiverem meio desiludidos, a gente começa a pedir deles e ligar [ininteligível]
KATIA: Ele ficou comigo, CARLOS. Virou pra JULIO e disse que a falta de mim. Falou "Pela primeira vez nesse [ininteligível] você [ininteligível]". E começou a falar umas palavras e aí falou pra ele: "Vamos embora daqui". Foi pra cima para o EDIEL. O EDIEL levantou, o KHALED [ininteligível], saiu KHALED falando em árabe [ininteligível]. Aí o EDIEL: "Senta, pelo amor de Deus, senta aí faz favor". Falou EDIEL levanta, pergunta pro EDIEL: "Aí eu entendi o EDIEL [ininteligível]...
16 Evento 78, p. 3, autos 5026387-13.2013.404.7000/PR.
17 Autos 5026387-13.2013.404.7000/PR, Evento 188, ANEXO4, Página 82-89.
18 Processo 5001438-85.2014.404.7000/PR, Evento 1, REPRESENTACAO_JUSTICA, Página 89
19 Processo 5026387-13.2013.404.7000/PR, Evento 188, ANEXO2, Página 19.
SALOMÃO: O banco vai te ligar mais tarde, pra confirmar o cheque de "onze mil". Confirma, tá?
CHICO: Tá bom, então.
SALOMÃO: Você tá aí, já?
CHICO: Tô.

movimentar as referidas contas.[20] É também gerente financeiro do POSTO DA TORRE LTDA.[21] há mais de 10 anos, sendo o responsável pela compra de combustível, controle e administração de pagamentos e movimentação bancária das contas relacionadas direta ou indiretamente ao Posto, além das transações financeiras de origem desconhecida, algumas com origem em recursos de tráfico de drogas, inclusive, como foi objeto de denúncia em outros autos nº 5025687.03.2014.404.700, a mando de **HABIB**, de quem é o braço operacional, indispensável para a realização das operações financeiras realizadas por **HABIB** e profundo conhecedor das dinâmicas de funcionamento do Posto[22].

Ademais, **ANDRÉ CATÃO** tem pleno conhecimento das atividades de HABIB, desempenhando papel fundamental na concretização das operações, como, por exemplo, no e-mail em que reencaminha e-mail encaminhado por HABIB para a conta cameromdiaz_2013@hotmail.com, utilizado pela doleira NELMA KODAMA. Neste e-mail há um arquivo em formato de imagem que indica uma conta no exterior, pelo que se pode inferir, para realização de operação bancária.[23]

Há um série de monitoramentos que deixam explícita a função de **ANDRÉ CATÃO** no grupo. Alguns desses diálogos foram mencionados na denúncia dele pela lavagem de dinheiro do narcotráfico (autos 5025687-03.2014.404.7000) e também serão apontados adiante, quando da imputação do delito de operação ilegal de instituição financeira, dado seu papel fundamental nestas atividades.

---

20 Isso se verifica, por exemplo, no diálogo entre KATIA e HABIB, entre outros, em que aquela fala com o denominado FRANCISCO. No diálogo fica claro não apenas que ANDRÉ CATÃO faz a supervisão, mas também que possui o token para movimentação das contas da empresa: KATIA: E, pois é... por isso é por isso que eu tô te falando. Eu acredito muito nessa parceria, não sei se você sabe o que é uma despesa, ele não sabe!! Eu imprimi todas as vezes que eu fecho lá no caixa, pra mostrar pra eles. Aí ele "tá tá pagando pra Isabelinha, fechadura pra porra". Eu falei: "Se você quiser fechar". Falei assim com a TORRE lá sustentando e MANAUS porque o da MANAUS ele é operante e tá sustentando um pedaço do HOTEL NACIONAL, porque o HOTEL NACIONAL mês passado, deu 4 mil, se não me engano! Aí 1400 pras despesas da piscina que nem tá. Aí nós deram um golpe pra lazer, achando que o negócio não era bem assim. Aí o CARLOS ALBERTO ainda ele ainda veio pra mim num tom de deboche, não é de deboche, de uma ironia: "posso te fazer uma pergunta assim assim não querendo ofender?" Eu falei: "pois não". "Quanto é que você ganha a 13 mil?" e dando risada. Aí eu parei o papel da minha mão e falei: "Tá aqui ó, foi feito com a supervisão do ANDRÉ." CARLOS ALBERTO: KATIA: E eu contei R$81 mil em espécie, espécie. Foi o meu vale. Isso aí ficou estampado. Ele "também não explica, onde é que estão os 55 mil". Aí o CARLOS falou: "Se alguém passou e pegou os 55 mil". Eu falei: "Olha, eu não assumo o caixa, do lugar eu não pus nenhum centavo, enquanto o ANDRÉ não me entregar na íntegra. Desde o dia que eu tô contando o dinheiro **ele tá** ficando na MANORTOUR e os bancos, eu não tenho nem o token, o token tá ficando com o ANDRÉ. E todas as operações de taxa tem prova, porque ele imprime e manda pra mim, então ele vai ter que explicar, o que que ta acontecendo". Aí eles ficaram lisos de se tocar de si. Aí eu acho que eles subiram lá, aí eu falei: "Vamos descer e tomar o café". Se desceram, aí o JOÃO falou: "Você a gente espera você lá em cima". Quer dizer, eu fiquei de pé e não me mataram. Pequeno grande! Foi porque ele viu que o negócio é demorado." [...] (Autos 5026387-13.2013.404.7000/PR, Evento 188, PET1, p. 48-49).

21 No CNIS consta que foi funcionário do Posto da Torre Ltda. até 28/04/2012 e atualmente foi contratado de ED SERVIÇOS GERAIS LTDA.

22 Neste sentido, autos 6387, evento 145.2, p. 3; evento 20.3, pp. 9-10 e 16-21; evento 145.3, pp. 9-11 e 15-17; evento 145.6, pp. 18-20; autos 1438, evento 1, p. 79.

23 Processo 5026387-13.2013.404.7000/PR, Evento 78, PET1, Página 4.

EDIEL atuava como braço direito de **HABIB**, sendo utilizado conscientemente como "laranja" em diversas empresas. Era responsável por coordenar a execução das ordens advindas do denunciado **HABIB**. Atuava, ainda, como interposta pessoa de empresas utilizadas para movimentação de valores pela organização criminosa. Nesse sentido, o denunciado **EDIEL** foi gerente do POSTO DA TORRE e mesmo após o seu desligamento do posto, meramente formal, o denunciado **EDIEL** continuou a atuar como uma espécie de "braço-direito" do denunciado de **HABIB.**

Além disso, **EDIEL** é sócio da rede de lavanderias (ED SERVIÇOS DE LAVANDERIA LTDA.), com sete unidades em Brasília, de cujo quadro societário fora excluído em novembro de 2012, substituído por seu filho, o denunciado **VINICIUS**; o outro sócio é o denunciado **TIAGO**, que, segundo se apurou, é mais um dos empregados do POSTO DA TORRE. Ambos emprestaram o nome para a constituição dessa sociedade, e para que a mesma pudesse ser utilizada pela organização criminosa no fluxo de movimentação clandestina de câmbio, do qual tinham ciência e auferiram proveito. No curso do monitoramento telefônico, restou claro o fato de o denunciado **HABIB** ser o controlador das empresas.

EDIEL figura atualmente como sócio das seguintes empresas: a) ANGEL SERVIÇOS TERCEIRIZADOS, na qual também figura na sociedade LUCIANA DA CRUZ SILVA (possivelmente sua ex-esposa); b) ED COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA., com nome de fantasia CALÇADÃO DA TORRE, localizada em Planaltina/DF, em sociedade com **TIAGO**. Há indícios de que referida empesa é de fachada, sequer existindo no endereço apontado; c) ED SERVIÇOS GERAIS LTDA., em sociedade com **TIAGO**; e d) LE VIAN PANIFICADORA LTDA., já referida anteriormente. Ambos emprestaram o nome para a constituição dessa sociedade, e para que a mesma pudesse ser utilizada pela organização criminosa no fluxo de movimentação clandestina de câmbio, do qual tinham ciência e auferiram proveito.

As empresas ANGEL SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA., ED SERVIÇOS GERAIS LTDA. e ED COMERCIO DE ALIMENTOS são de fachada. Em levantamentos na ED COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA., constatou-se que no local existe uma residência, ocupada por um dentista, aparentemente sem qualquer relação com os fatos ora investigados.[24]

[24] In diligência na loja em Planaltina, verificou-se tratar de uma casa residencial, com câmeras de vídeo em todas as entradas. Levantadas as placa do carro que estava estacionado à frente, confirmou-se que o indicado é CHARLES DE

2023

Ademais, em consulta aos sistemas da previdência social, evidencia-se ainda que as empresas ANGEL SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA., ED SERVIÇOS GERAIS LTDA. e ED COMERCIO DE ALIMENTOS não apresentaram declarações relacionadas a INSS/FGTS/CAGED e RAIS, o que reforça os indícios de serem empresas de fachada

Ainda, em que pese **EDIEL** tenha dito não mais ser funcionário do POSTO DA TORRE, o mesmo aparece como responsável pelo domínio do website das empresas postodatorre.com.br, valortur.com.br, valorturcambio.com.br e economaxtorre.com.br[24].

Destaque-se ainda que o telefone móvel utilizado por longo período por **EDIEL** se encontrava habilitado em nome do POSTO DA TORRE LTDA., o que comprova ainda seus vínculos com a empresa. Quanto ao telefone 61-3034-3998 (GVT), apontado por **EDIEL** como sendo o seu telefone comercial, é a linha telefônica utilizada predominantemente pelo denunciado **ANDRÉ CATÃO.** O terminal se encontra habilitado em nome de GERLANE GOMES GESSI, que, de acordo com diversos diálogos monitorados, é funcionária do referido Posto[25].

Ademais, de acordo com consulta ao TELELISTAS.NET, há quatro terminais fixos em nome de **EDIEL** (pessoa física) instalados no endereço do POSTO DA TORRE[26].

EDIEL, outrossim, demonstrou desempenhar funções essenciais na organização, relacionadas à movimentação de recursos, ao que tudo indica, ilícitos.

Nesse sentido, a respeito dos fatos que deram origem às investigações (lavagem de dinheiro por meio da empresa CSA PROJECT FINANCE, braço financeiro usado por familiares e assessores do deputado federal falecido JOSÉ JANENE, com o envolvimento da empresa DUNEL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.), merece destaque, dentre comprovantes de pagamentos de despesas referentes a aquisição de equipamentos para a DUNEL, realizada em tese pela CSA, mas que foram originadas de pagamentos por terceiros[27], declaração de **EDIEL**, em nome de ANGEL SERVIÇOS TERCEIRIZADOS de ter efetuado depósito no valor de R$ 130.013,50 à FERRAMENTAS GERAIS COM E IMP S.A., em nome de DUNEL TESTING LTDA. **EDIEL**,

CASTRO ANDRADE SANTOS, dentista com duas clínicas odontológicas em Planaltina, conforme Processo 5001438-85.2014.404.7000/PR, Evento 1, REPRESENTACAO_BUSCA1, Página 67.
25 Processo 5001438-85.2014.404.7000/PR, Evento 1, REPRESENTACAO_BUSCA1, Página 32 e ss.
26Processo 5001438-85.2014.404.7000/PR, Evento 1, REPRESENTACAO_BUSCA1, Página 67.
27 Processo 5026387-13.2013.404.7000/PR, Evento 20, PET1, Página 11 e ss.
28 V. fls. 57/64 dos autos de IPL.

2029

que figura no contrato social da ANGEL, ao ser questionado sobre o fato na Polícia Federal[29], para que esclarecesse a que título foram feitos os depósitos, disse que o pagamento decorreu de um "contrato de mútuo" entre ele e a empresa CSA PROJECT FINANCE LTDA., a **pedido de HABIB**. **EDIEL** apresentou uma cópia de um "contrato de mútuo" para embasar suas declarações, embora, ao ser questionado sobre a comprovação da quitação, não tenha apresentado qualquer comprovante, bem como disse não ter em sua posse os originais do contrato. Isso indica que se tratou o argumento de "história" para dar cobertura à operação.

Frise-se, ainda, o que destacado no RIF 9514, em que há registro da utilização de conta bancária de **EDIEL** como "conta de passagem" em uma operação de R$ 225.000,00 no dia 16/02/2012, de valores oriundos da FIDES ADVISOR CONSULTORIA FINANCEIRA[30], tendo os valores sido remetidos no mesmo dia ao POSTO DA TORRE LTDA., empresa da qual é gerente-administrador[31].

EDIEL também tinha participação ativa com a lida direta do dinheiro fruto de operações de câmbio ilegais da organização, sendo responsável por providenciar a sua entrega aos clientes do grupo, havendo diálogos em que isso ressoa claro, o que atesta, ainda, a sua ciência acerca da natureza das operações de que participava. Neste sentido, citem-se conversas com CLAYTON, em que **EDIEL** trata da entrega àquele de valores movimentados pela organização.

A organização possuía, ainda, pessoas em outro nível, responsáveis pela execução material dos atos, formada sobretudo por familiares, empregados e "laranjas" do denunciado **HABIB**.

Assim, o denunciado **RICARDO**, Policial Militar, prestava serviços de transporte físico de numerário nas operações, valendo-se de sua condição de agente de segurança pública para essa finalidade da organização. Conforme visto acima, seu envolvimento vem de longa data com **HABIB**. Com efeito, o denunciado **RICARDO**, ele já prestava serviços a **HABIB** há longa data,

29 V. fls. 1860/1861 dos autos de IPL.
30 A FIDES ADVISOR CONSULTORIA FINANCEIRA é empresa de CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS, citado em matéria recente da Revista Veja, como sendo o dono da quantia de R$ 465.000,00 em espécie apreendidos quando duas pessoas foram presas no Aeroporto de Brasília, em 16/05/2013, embarcando para o Rio de Janeiro. Ainda, segundo a reportagem, CARLOS EDUARDO CARNEIRO LEMOS é conhecido por fazer negócios com fundos de pensão de empresas estatais. Assim, é possível conjecturar, por inferência, tratar-se de valores oriundos de desvio de recursos públicos. (Processo 5026387-13.2013.404.7000/PR, Evento 1, REPRESENTACAO_BUSCA1, Página 6)
31 Processo 5026387-13.2013.404.7000/PR, Evento 1, REPRESENTACAO_BUSCA1, Página 6.

desde a constituição da FLY TURISMO E CÂMBIO LTDA. A corroborar a assertiva, destaque-se o que constou do acórdão dos autos de apelação criminal 1998.01.00.003086-3[32].

O denunciado **ANDRÉ LUIS** também integrava a organização criminosa, atuando sobretudo no transporte físico de valores, no território nacional e no exterior. Ademais, **ANDRÉ LUIS** atuava diretamente nas atividades de câmbio irregular, conforme será visto abaixo.

Sobre a participação de **ANDRÉ LUIS** e **RICARDO**, é ilustrativo o diálogo ocorrido em setembro de 2013. Inicialmente em 17.09.2013, às 10:00:24, **HABIB** enviou mensagem para a usuária do nick LUPA, questionando se poderiam ir para o Skype, tendo sido respondido pela mesma que "Daqui a pouco amor estou na suiça no banco ok". Pelo teor das mensagens trocadas, trata-se de uma brasileira residente em Londres. Em 19.09.2013, às 10:00:57, **HABIB** retoma o contato com LUPA, dizendo que precisa falar com ela para combinar algo para amanhã. **LUPA** responde que "Estava em reunião com os bancos na inglaterra". **HABIB** então responde que "Amanha meu migo estara em amsterda" e LUPA fiz que já entra no sk (Skype). No dia 20/09/2012, às 14:07:52, **HABIB** chama novamente LUPA, com a seguinte sequência de mensagens e afirma que **ANDRÉ** iria buscar o dinheiro no apartamento 1530 do Novo Hotel Amsterdam City, com endereço "Europa blvd 10 1083 AD Amsterda"[33]. Pelo diálogo, percebe-se que se trata da entrega de dinheiro em espécie, pois tratam de sua contagem.

O endereço realmente coincide com o do Novo Hotel em Amsterdã. Trata-se, conforme se verificou mais de uma vez, de atividade em que o emissário de HABIB busca valores

---

32 *RICARDO EMÍLIO ESPOSITO participou da comercialização ilegal de dólares através do "empréstimo" do seu nome para que os dois primeiros denunciados mantivessem em funcionamento a empresa FLY TURISMO E CAMBIO LTDA, onde eram praticadas as compras e vendas dessa moeda estrangeira. Incumbia-se também, da segurança do local e de efetuar as tarefas de cobranças (Processo 5026387-13.2015.404.7000/PR, Evento 20, PET1, Página 4).*

33 "CARLOS Niga ja chegaram CARLOS Vou te passar número do apto CARLOS Não precisa comprar Ja esta vendido CARLOS Coloca as cabeças OK? LUPA Ok CARLOS Seu marido já está lá? LUPA Sim sim CARLOS Ok Já te passo apto pra ele ser LUPA Meu amigo ni passa o endereço também tem mais de 1 hotel deste lá CARLOS Apto 1530 CARLOS Quem vai ch outra pessoa? CAUORS Não chama mesmo da outra vez? LUPA E o sobrinho do aquele CARLOS Novo nome amsterda city CARLOS Europa blvd 10 CARLOS 1083 AD Amsterdã CARLOS Apto 1530 CARLOS Ardie CARLOS Não precisa contar CARLOS Quando o telefone? (CARLOS Ve acha que chegam agora tempo? LUPA Tô em outros CARLOS Ok CARLOS Me avisa quando ele sair de lá OK? CARLOS Amor LUPA Meu amigo o menino esta na frente de elevador com um cartão e nem ele e nem maquina marca ele ir passar pergaminho pode subir sem problema ele Falou para saber que é de teu pessoal tem que falar Fatima ok CARLOS OkCARLOS Seu nipar ja foi LUPA Sim foi deste mundo CARLOS Eu te amo CARLOS Estou dizendo se ele ja pegou e sua CARLOS Ele ja foi embora? LUPA O meu Deus CARLOS KKKK CARLOS Se quiser que se comporte CARLOS Oi? LUPA Oiii, acabei Está tranquilo LUPA Meu marido só inglês nem uma palavrinha deste país hoje pela manhã ficou impressionado com as pessoas meus empregados todos de boa CARLOS Ok Obrigado Meu Deus vou Diego e Sá Se chegar o Adson pode recolher com ele ou hotel? Ele vai ficar num hotel 5 estrelas de aeroporto de congonhas CARLOS Tem ar ? CARLOS Vc sempre um que vem? CARLOS Obrigadissimo LUPA Mas acho eu está todo dentro do cofre dos bancos e estando preve Mesmo ele e pro hotel e amanha vou testar pegar de um compatriota só para você assim se meu empregado retirar da bolsa já te passo esse telefone CARLOS Continuo? CARLOS Oi CARLOS De nada CARLOS Amiga LUPA Oi aqui é CARLOS Me sentindo poderosa CARLOS Pra eu ter amiguinho LUPA Ja indo lá ok CARLOS Ok LUPA Sua amiga chata CARLOS E a europa, o dinheiro" LUPA Está contando pra ele?"

junto a cliente no exterior. No caso, a pessoa de **ANDRÉ** é o denunciado **ANDRÉ LUIS**, que, conforme extrato de fluxo migratório se encontrava fora do país na data do diálogo[34].

Pelo diálogo, verifica-se que funcionário de **HABIB** entregou quantia para funcionário de LUPA e esta irá disponibilizar o valor equivalente para **HABIB** no território nacional, em operação típica de dólar cabo. Em outro diálogo, verifica-se que se trata de US$ 60.000,00 e que **HABIB** tem muita urgência em sua entrega[35]. No dia seguinte, 21/09/2013, às 08:45:05, **CARLOS** chama novamente LUPA, que afirma que estava indo ao escritório da pessoa que disponibiliza o valor no Brasil[36]. Na data em que LUPA disponibilizaria o valor no Brasil, **HABIB** enviou o denunciado **RICARDO** na mesma data, de Brasília para São Paulo, conforme mensagens monitoradas do e-mail de **FRANCISCO**, sócio da VALORTUR. Como os bancos estavam em greve, o valor somente poderia ser enviado na segunda feira seguinte, no dia 23.09.2013. HABIB diz, então, que manteria o seu funcionário – **RICARDO** – em São Paulo. **HABIB** ainda diz que: "Esse papel ainda tem que viajar"[37], o que significa que **RICARDO** ainda levaria o valor para outro local. Pelas passagens, o dinheiro seria entregue em Navegantes.

Não bastasse, em outra oportunidade, deve-se destacar que **ANDRÉ LUIS** foi detido com aproximadamente 300 mil dólares em voo no trecho São Paulo-Brasília.

Havia, outrossim, os "testas de ferro" profissionais. Nesse sentido, os denunciados **TIAGO** e **VINICIUS**, sócios de diversas empresas utilizadas para movimentação de valores, bem como a denunciada **KATIA**, juntamente com os denunciados **JULIO** e **FRANCISCO**.

---

34 Saída no dia 16/09/2013 e volta em 25/09/2013

35 "CARLOS: Nessa CARLOS. Quero dizer que a minha ok. Esses 60 realmente são os 60 que eu preciso CARLOS: Você só pode estar zoando já tinha se falado antes CARLOS: Amiga. O problema não ser grande se não entregar esses 60 hoje CARLOS: Ok LUPA: Você sabe que os bancos estão de greve? O cofre está difícil do banco do Brasil CARLOS: Sim. Mas que urgência poderia ser cofre de banco. Acho que nem usam mais disso em lugar nenhum Brasil CARLOS: Pode? CARLOS: Estou no Skype CARLOS: Pois não ver como vc vai que pode ser feito LUPA: Desculpa amiga meu companheiro de empresa estava falando em 5 mins ok. Vou ver que eu vou fazer pessoalmente ok LUPA: Bem cedo estou já estou tentando resolver isso ok. Não se preocupe CARLOS: Não consegue ver hoje? LUPA: Falo para ele o pq hoje de manhã eu vou dar um gelo ok CARLOS: Amiga. Tem um voo que sai as 13h amanhã. O dia 06 na ida. Vc se conseguir resolver até uma hora que seja possível pra ele pegar esse voo. Porque depois desse voo, só o das 06 na ida. Vc se conseguir resolver até uma hora que seja possível pra ele pegar esse voo. Porque depois desse voo, só o das 06 na ida. LUPA: Meu amigo. Só ver que você fazer amanhã cedo CARLOS: OK"

36 "Bom dia. Meu amigo estou indo no escritorio do meu amigo quente paga aí. Se te falo algo de lá ok"

37 "CARLOS: Você deixar meu filho em sao paulo. Que horas na segunda? LUPA: Fica tranquilo que já vai ta resolvido ok CARLOS: Vou ter que refazer todo o esquema com o cliente. LUPA: Eu vou ficar em londres com meu companheiro para estar segura CARLOS: Ele tinha que pagar um parceiro dele. LUPA: Na segunda logo cedo nos falamos. Um grande abraço meu amigo CARLOS. Mas vc acha que resolvemos esses 60 na gente da manha? LUPA: Abrindo o banco já vai estar lá o cara dele que cuida disto ok. LUPA: Na hora meu amigo. O mais cedo possível ok CARLOS: Mas o banco pode não abrir na segunda. CARLOS: Amiga os bancos no brasil não tem mais cofres CARLOS: Ele esta chutando. LUPA: Ele pode pegar de outro companheiro amor não te preocupe LUPA: Vamos dar uma solução LUPA: Okk CARLOS: Já avisei meu filho. Ele vai ficar em sao paulo. Preciso resolver minha amiga ela parte da minha. Esse papel ainda tem que viajar".

TIAGO, por sua vez, participa do quadro societário das empresas ED Comércio de Alimentos Ltda (10.969.721/0001-68), da ED Serviços Gerais Ltda (11.314.587/0001-20), e da ED Serviços de Lavanderia Ltda (14.726.207/0001-52). Conforme se infere dos diálogos interceptados, TIAGO não era apenas um sócio "laranja" e funcionário da rede de lavanderias do grupo.[38] Contatava constantemente **ANDRÉ CATÃO** e controlava o faturamento de outras empresas de **HABIB**, como a E-FACIL, a KEBAB e uma "padaria", algumas inclusive localizadas no Rio de Janeiro.[39] Permaneceu como sócio da ED Serviços de Lavanderia, junto com o Denunciado **VINÍCIUS**, para que essa empresa pudesse ser utilizada pela organização criminosa no fluxo de movimentação clandestina de câmbio, do qual tinha ciência e auferiu proveito.

VINICIUS, filho de EDIEL, substituiu o pai na empresa ED SERVIÇOS GERAIS LTDA, a fim de empresa pudesse ser utilizada pela organização criminosa no fluxo de movimentação clandestina de câmbio, do qual tinham ciência e auferiu proveito.

KATIA e **FRANCISCO**, como antes mencionado, constituíram a **VALORTOUR** em dezembro de 2012. Ambos emprestaram o nome para a constituição dessa sociedade, e para que a mesma pudesse ser utilizada pela organização criminosa no fluxo de movimentação clandestina de câmbio, do qual tinham ciência e auferiram proveito. Contudo, **KATIA** e **FRANCISCO** não eram meros testas-de-ferro ou laranjas, pois atuavam também no mercado paralelo de câmbio, conforme consta na nota de rodapé 15 que se refere a interceptação telefônica. Da mesma forma o Denunciado **JULIO** que atuava, *pari passu* com **HABIB**, nas operações de cambio irregular, conforme se observa na mesma nota de rodapé.

2. Operação não autorizada de instituição financeira (art. 16 da lei 7.492/86)

Entre pelo menos 01.2009 e 17.03.2014[40], a organização criminosa aqui denunciada,

38 Autos 5001438-85.2014.404.7000/PR, Evento 1, REPRESENTACAO_BUSCAI, Página 5
39 ANDRE: Se você fizer assim. Por exemplo, você tem aqui o KEBAB. Aí você tem dez dias de KEBAB, aí a mesma fita, não precisa você fazer outra folha. O dela é o principal.
TIAGO: Tá.
ANDRE: Porque aqui eu vo tentar ver com é que eu faço. Aí pro exemplo, fazendo aqui só pelo dinheiro e o que você me mandou de notas e como se você tivesse ficado com os quatrocentos reais aí. Por que as notas não estão colocadas no lugar certo. Tem nota que tá grampeada no caixa, mas não tá (incompreensível) no caixa. Não sei.
TIAGO: Tá. Eu vou fazer assim ANDRE, na hora que eu terminar de fechar o caixa da PADARIA
eu te ligo mais tarde e vou abrindo os caixas aqui, um por um e vou explicando como é que é (autos 5026383-15.2013.404.7000/PR, Evento 188, ANEXO4, Página 731
40 Data de sua prisão preventiva.

2033

comandada por **HABIB** e composta pelos denunciados **ANDRÉ CATÃO DE MIRANDA, EDIEL VIANA DA SILVA, RICARDO RICARDO EMÍLIO ESPÓSITO, KATIA CHATER NASR, EDIEL VINICIUS VIANA DA SILVA, TIAGO ROBERTO PACHECO MOREIRA, JULIO LUIS ORNAC, FRANCISCO ANGELO DA SILVA, ANDRE LUIS PAULA SANTOS**, de modo consciente e voluntário, agindo em concurso e unidade de desígnios, fez operar instituição financeira informal, sem a devida autorização do Banco Central do Brasil[41], ao comandar e realizar operações ilegais no mercado paralelo de câmbio, principalmente com o fim de promover evasão de divisas do Brasil. A instituição financeira, por ser clandestina, não possuía estrutura formal, pois circunscrevia-se aos membros da própria organização criminosa, que se utilizavam de dados e contas de pessoas jurídicas regularmente constituídas ou de interpostas pessoas (parcialmente identificadas), cujas contas bancárias movimentavam, conforme adiante descrito.

HABIB atua no mercado paralelo de câmbio pelo menos desde 1991[42]. Apesar de já ter sido processado pelo mesmo delito[43], continuou praticando crimes contra o sistema financeiro nacional e de lavagem de dinheiro, em continuidade delitiva, razão pela qual é, agora, novamente, denunciado.

No esquema liderado por **HABIB** para a prática delitiva, há de fato colaboração de outros doleiros e outras organizações criminosas – como é o caso das organizações capitaneadas pelos doleiros ALBERTO YOUSSEF, NELMA KODAMA, denunciados em separado e outros doleiros - para executar as operações ilegais de câmbio. Nada obstante, **HABIB** era líder de uma organização criminosa específica e autônoma, especializada em operações à margem do sistema financeiro nacional formada por subordinados diretos, parceiros de confiança, "laranjas" e "mulas" que carregavam os numerários, atores cujos papéis foram delineados acima.

HABIB tem plena consciência da ilicitude de suas atividades, tanto que toma diversos cuidados para não perder os bens que amealha e para não ser interceptado pela Polícia, consciente da vida criminosa que tem, sobretudo considerando o seu passado de dedicação a essa espécie de crime.

---

41 Contrariando o disposto no art. 23, *caput* e § 2º, da Lei 4.131/62, no art. 10, X, *a* e *d*, da Lei 4.595/64 e no art. 65, §§ 1º e 2º, da Lei 9.069/95.

42 V. autos 5001438-85.2014.404.7000, evento 1, pp. 10-14; a) apelação criminal 1998.01.00.003086-3/DF, item 13; b) apelação criminal 2001.34.00.026520-8/DF.

43 V. extrato juntado nos autos 5001438-85.2014.404.7000, evento 15-ANEXO15, p. 1/2.

2034

Nesse sentido, em 17.10.2013, por telefone, falando possivelmente sobre o "problema" da Operação Miquéias da Polícia Federal, na qual FAYED ANTONIO TRABOULSY - com quem **HABIB** fez muitas operações ilícitas - foi preso, **HABIB** diz a ALBERTO YOUSSEF[45] (Beto) estar surpreso por não ter sido flagrado também, confessando que realizava muitas operações[46]. Em março de 2014, sabendo que possivelmente estava sendo alvo de interceptação, **HABIB** muda de número telefônico a cada semana, segundo informado por CHICO (**FRANCISCO ÂNGELO DA SILVA**) em telefonema de 08.03.2014[47].

Interceptações telefônicas e telemáticas judicialmente autorizadas mostram que **HABIB** continuou a operar instituição financeira informal sistematicamente, principalmente com o fim de promover evasão de divisas do Brasil, conforme doravante se expõe com a narração exemplificativa de alguns fatos específicos que corroboram a presente imputação e a indicação das respectivas provas. Os telefonemas e mensagens via BBM[47] abaixo parcialmente transcritos confirmam os fatos.

Nas ligações telefônicas, **HABIB** (geralmente usando o codinome *ZeZe*) fala sobre transações e pagamentos que envolvem significativos valores monetários. Muitas vezes utiliza-se de termos como "carbono", "papel" (moeda em espécie), "documento", "páginas de contrato" e "vivos" (em espécie) para se referir ao dinheiro.

A atuação de **HABIB** no mercado paralelo dava-se, basicamente, de **duas formas**. Fazia diversas operações de boletagem, sem os registros devidos, realizando tanto trocas de moeda estrangeira (especialmente dólares) por reais, quanto vice-versa. Ademais, estruturou um eficiente e rápido sistema de entrega a domicílio, em que os valores eram levados por portadores de confiança na residência do cliente. Para tanto, os transportadores da moeda inclusive viajavam de avião, para que a "entrega" chegasse mais rápida. Apurou-se que o denunciado **HABIB** também realizava operações dólar cabo para a evasão de divisas – embora a evasão de divisas, propriamente dita, não seja objeto da presente imputação.

---

44 Denunciado como doleiro, separadamente, nos autos 5049557-14.2013.404.7000 (inquérito policial)

45 *"EU NÃO SEI COMO NÃO ENTREI MAS EU TÔ ACHANDO QUE TEM OUTRA ANDANDO ESTENDEU ? PORQUE NÃO TEM LÓGICA, PORQUE EU FIZ MUITA OPERAÇÃO ! EU TÔ ACHANDO QUE ALGUMA OUTRA PARALELA ENTENDEU ? AÍ QUEM NÃO É VISTO, NÃO É LEMBRADO, EU TO MEIO ASSUSTADINHO"* (autos 5026387-13.2013.404.7000, evento 191, doc. 2, pp. 3-5).

46 Autos 5026387-13.2013.404.7000, evento 242, doc. 3, pp. 7-9.

47 BlackBerry Messenger

Nestas diversas transações, como já se anotou, era bastante comum o contato entre diversos doleiros, mas cada um mantendo a sua própria estrutura e autonomia. Além dessa conduta, que constitui atividade típica de operação financeira (não autorizada), foram identificadas operações de câmbio não autorizadas com o fim de remeter divisas ao exterior (dólares), assim como a efetiva remessa.

Conforme prova carreada nos autos, a organização criminosa fez funcionar instituição financeira não autorizada, na qual, sob comando de **HABIB**, realizou operações de câmbio ilegais com diversos doleiros, dentre eles FAYED ANTOINE TRABOUSLY[48].

Em 17.09.2013, por telefone, FAYED cobra de **HABIB** um depósito que deveria ser feito por **HABIB** em conta da INTERGLOBE TURISMO. FAYED reclama que o depósito foi feito em **cheque**, em caixa eletrônico, quando deveria ter sido feito por **TED**, e que o dinheiro ainda não tinha aparecido na conta do "cara" (cliente de FAYED). O depósito, com cheque de DINORAH ABRÃO CHATER (esposa de **HABIB**), foi feito por **ANDRÉ CATÃO** a mando de **HABIB**[49].

Em 27.08.2013, via BBM, FAYED (nickname ou alcunha *Juizo*) cobra de **HABIB** (*Zezo*) valor que este estaria lhe devendo. A menção no diálogo a "contrato" e "operação que vai entrar" refere-se aos valores devidos que seriam pagos nos dias seguintes[50].

Da mesma forma, conforme prova carreada nos autos, a organização criminosa, fez funcionar instituição financeira não autorizada, na qual sob comando de **HABIB** realizou operações de cambio paralelo (não autorizadas) com o denunciado **ANDRÉ LUIS**, com a participação de YOUSSEF.

O denunciado **HABIB** também executou operações de câmbio paralelo com o denunciado **ANDRÉ LUIS**[51], com a participação de YOUSSEF a) Em 21.10.2013, por telefone,

48 Doleiro em Brasília-DF, foi alvo das operações Lavanderia e Miqueias da Polícia Federal, deflagradas em 19.09.2013, (autos 5025687-03.2014.404.7000 evento 62.1 p. 29, evento 114.1 p. 5 e evento 145.1 pp. 1-5). A situação de FAYED ainda está sendo analisada, tendo em vista estar sendo investigado em outra operação.

49 Autos 5025687-03.2014.404.7000 evento 114.1 pp. 3-5, evento 145.1 pp. 7-5 e evento 145.3 pp. 8-9.

50 Fayed (nickname *Juizo*) cobra de HABIB (*Zezo*) "*Zezo, é o meu caixa trabalhando com 3 semanas que me falta que vai quitar o resto. Ao menos você me paga o que é combinado sem arrumar que não foi nada*". HABIB se explica "*Juizo, eu não falei nada sobre os compromissos. Você sabe muito o que disse. A operação com dupla total está pronta. Mas todos os dias vai passar mesmo. Entenda isso de alguma forma. Eu não sou ninguém. Hoje eu tenho uns setenta de bonde. Amanhã eu sou te devedor e quando o cara de 'operação que vai entrar' vai pagar*" (autos 5025687-03.2014.404.7000 evento 62.1 pp. 28-32).

51 Ainda que pese esteja sendo aqui denunciado, por conexão, para os planos de **HABIB**, verificou-se que ANDRÉ LUIS também age com terceiros, mantendo relações internacionais com SOLUSEAN, de modo que sua conduta será analisada, a fim de eventual dar ensejo a oferecimento de

MESA - CD
AUTUAÇÃO
FL. 2036

ANDRÉ LUIS comenta com **HABIB** sobre venda (provavelmente de dólares) para obter reais[52]; b) Em outra ligação no mesmo dia, **ANDRÉ LUIS** cobra de **HABIB** os "vinte do Beto" (YOUSSEF), dizendo que iria vender e pagar o "cara". **ANDRÉ LUIS** questiona **HABIB** sobre "quarenta e cinco", a indicar estar se referindo aos 45 mil deixados por EVI a **HABIB**, a destacar o papel de **ANDRÉ LUIS** de emissário de **HABIB**[53]; c)Em 24.10.2013, por telefone, **ANDRÉ LUIS** insta **HABIB** a ver com a "mulher" se ela zera (fecha as posições de câmbio) naquela data, porque SANDRO estaria lhe cobrando[54]; d) Em 25.10.2013, por telefone, **ANDRÉ LUIS** menciona com **HABIB** uma conta (de terceiro, um "laranja") usada para movimentação de valores das operações, uso pelo qual **ANDRÉ LUIS** cobrava uma "taxa" para movimentação do dinheiro[55]. Neste caso há uma operação triangular envolvendo YOUSSEF, CARLOS ROCHA e **HABIB**, com a intermediação de **ANDRÉ LUIS**, um dos responsáveis pelo trânsito físico dos valores.

ANDRÉ LUIS realizou negócios com **HABIB**, o qual tem uma dívida que já chegou a ser de mais de um milhão de reais. Por meio do POSTO DA TORRE LTDA., **HABIB** efetuou alguns depósitos para **ANDRÉ LUIS**[56], que o cobra com frequência. Em 29.11.2013, por telefone, **HABIB** avisa a **ANDRÉ LUIS** que vai depositar 130 (mil), depois mais 50 e depois mais 300[57]. Em 27.11.2013, por telefone, **ANDRÉ LUIS** fala com Múcio Eustáquio dos Santos (vulgo Cabeça) sobre dívida de **HABIB**[58]. Em 19.11.2013, por telefone, **ANDRÉ LUIS** também já havia

---

52 André Luis diz para **HABIB** *"Tô aqui eu pegar, eu também tenho que vender né? Pra fazer REAL pra o cara. Só não sei se vende lá em CURITIBA, eu também tenho que vender por aqui"*

53 André Luis ligou de **HABIB** *"os vinte do Beto"* para *"tem que pegar cinco antes. Vou pegar duas quarenta e cinco, eu vou vender bem que consigo dobrar pra pagar o CARA aí"*. André Luis pergunta *"HABIB, dessas quarenta e cinco que eu vou pegar com você, vou pegar com o BETO ou"*. Benny Alberto Youssef) **HABIB** *"É, aí. Eu entrego no mesmo lugar não."*

54 **ANDRÉ LUIS** pede para **HABIB** *"Ó, se a mulher zerar hoje, o CARA [illegible] me dá recado, tá?"*

55 André Luis fala para **HABIB**: *"Aí eu falei pra ele: - Olha meu filho, você [illegible] fiquei chateado, falei você sabia que a conta era de um BICHEIRO. Eu falei pra você, eu te avisei. Eu geralmente, eu dava... um por cento... para mim... pra você... um por cento pra mim pra dar o dinheiro da conta, me dá o TED, eu falei isso pra você uma vez"*. (autos 5026387-13.2013.404.7000 evento 188.4 pp. 146-152 e 158-171)

56 André Luis X BRADESCO - Cai a 245 mil na conta de André Luis, Cinco do Posto da Torre. Data Hora de Início 26/11/2013 14:54:23 (autos 5049597-93.2013.404.7000 evento 45.2 pp. 41-42).

57 **HABIB**: *"Mas deixa eu te falar André, tá passando 130 pra aquela conta aí"*. André Luis: *"Mas e o restante?"* **HABIB**: *"Não, aí na segunda eu vejo esses outros 50, de repente te dou até em dinheiro ele"*. André Luis: *"Tá, e os 300, só semana que vem?"*. **HABIB**: *"Na terça, na terça-feira"*. (autos 5049597-93.2013.404.7000 evento 45.2 pp. 43-44)

58 André Luis: *"Já fez lá de 1 e 200 já fez. (...) Já mandou 1 e 200 ele"*. Múcio: *"Quem? O HABIB?"* André Luis diz que sim e continua falando sobre **HABIB**, que deve "DUZENTOS MIL DÓLAR né, aí, mas eu abate aí para, já abati ele na parceria. Só entrega a parceria ligada para ele. (...) 6 mil dólar por mês aí eu, abate na parceria. E no final vai ficar 200 do mesmo jeito". Depois Múcio pergunta sobre Beto e André Luis diz que vai ter de ficar amarrado. (autos 5049597-93.2013.404.7000 evento 45.2 pp. 44-45)

2037

conversado com Múcio Eustáquio dos Santos (vulgo Cabeça) sobre dívida de **HABIB**[59].

Finalmente, ainda como exemplo da realização de operações de câmbio não autorizadas por meio de instituição financeira, em 12.12.2013, por telefone, SLEIMAN (Salomão), após falar com **ANDRÉ LUIS** sobre dívida de Beto (YOUSSEF) com **ANDRÉ LUIS**, pergunta a este sobre operação de dólar cabo, com menção a **HABIB** como pessoa que iria fazer a operação[60].

Conforme prova carreada nos autos, a organização criminosa comandada por **HABIB**, por meio de instituição financeira não autorizada a funcionar no território nacional, também realizou operações de câmbio paralelo (não autorizadas) com outros operadores (interlocutor desconhecido, pessoa chamada Rogério, pessoa de nickname (alcunha) Rubens Speedfast e pessoa chamada Zé).

Com efeito: a) em 07.08.2013, por telefone, **HABIB** diz ao interlocutor (desconhecido) que vende "***40 mil verdes***" a "***2,30***"[61]; b) em 12.08.2013, por telefone, **HABIB** se propõe a dar a pessoa conhecida como Rogério uma "*consultoriazinha*" para **transferência de 20 milhões de euros para as Bahamas**[62]; c) Em 28.08.2013, via BBM, **HABIB** (nickname ou alcunha *ZeZe*) pergunta a pessoa de nickname ou alcunha *Rubens speedfast*: "*Vc faz cbo pra bahamas?*" (cbo = cabo). Em resposta, *Rubens speedfast* diz que "***paraíso fiscal eh mais caro e leva mais***

59 Múcio Eustáquio dos Santos: "*Richa, o **Habib** não atendeu, não Deu*". André Luis: "*Não atende, **ele tá correndo velo, mas sem muita gente indo lá, cobrando ele**. Mas pegou, ontem pegou um avanço de coisa. Ontem ele pagou 100 mil, negócio atrasado*". Múcio Eustáquio dos Santos: "*Ah hora que outro casca **900 mil** lá a gente tem que pega ele*". André Luis: "*Não, vai pega, mas abraçando. Ele tem que me pagar, fora, o meio ele tem que dá mais que 900 mil. Ele tá 4 mês de juro atrasado. Ele vai cobrar o mês de dezembro dele aqui já pra pega ele em cima. Vai dá mais de 107 mil pra ele. **Tem que dá um milhão e tanto**. (...) O cartão (sobre o dinheiro dele no dia 5, assim, ele não vai pagar os 200 mil que ele me deve não. Ele vai fica pagando 6%, se entender? E já vai abate o juro que ele tem que me paga ele já abate na parcela, só do a diferença*" (autos 5049597-93.2013.404.7000 evento 54.2 pp. 4-5)

60 "*Por que vc não fez com **HABIB** não quer fazer não? (...) Não aquele **CABO**, por que não fez com o **CARLOS ROCHA**?*". André Luis: "**Porque o cara não tem conta na Europa e o cara não tá sem dinheiro pra paga**". Sleiman Nassim: "*Ele acha alguém pra fazer?*" André Luis: "*Não, não deu certo não, mas o cara 'Carlos' já tá com o HABIB já não pra faze mesmo*". (autos 5049597-93.2013.404.7000 evento 74 pp. 15-16)

61 Autos 5026387-13.2013.404.7000 evento 51.7 p. 15.
Nesta data, segundo o site do Banco Central do Brasil, 1 dólar = 2,3022 reais

62 Rogério diz a **HABIB**: "*Se cuidar pelo seu caminho aí, pode ser preso, cuidado*". **HABIB**, que a todo momento parece saber ou supor que alguns de seus telefones estão sendo interceptados, responde: "*Pessoa, sua fala vou te ligar, eu vou te ligar de outro telefone desse número, tá. Pode desligar, tá te ligando, vai aparecer confidencial, tá*". (autos 5026387-13.2013.404.7000 evento 51.4 p. 4)

2038

tempo"[62] e d) Em 12.09.2013, por telefone, **HABIB** conversa com Zé a respeito de taxas de câmbio paralelo. Neste diálogo, revela-se a preocupação deles em não fazer depósito identificado, mas em espécie, o que já denota o conhecimento deles acerca da ilicitude da operação ("*Só não pode fazer identificado, sabe? Não pode ser identificado, tá?*")[63].

3) Operação de câmbio não autorizada com o fim de promover a evasão de divisas do Brasil (art. 22 da lei 7.492/86). Operações com YOUSSEF e CARLOS ROCHA.

A organização criminosa aqui denunciada, comandada por **HABIB** e composta pelos denunciados **ANDRÉ CATÃO DE MIRANDA, EDIEL VIANA DA SILVA, RICARDO RICARDO EMÍLIO ESPÓSITO, KATIA CHATER NASR, EDIEL VINICIUS VIANA DA SILVA, TIAGO ROBERTO PACHECO MOREIRA, JULIO LUIS URNAU, FRANCISCO ANGELO DA SILVA, ANDRE LUIS PAULA SANTOS**, de modo consciente e voluntário, agindo em concurso e unidade de desígnios, efetuou operação de câmbio não autorizado com o fim de promover evasão de divisas do país. Com efeito, há diversas operações e interceptações envolvendo **HABIB** e ALBERTO YOUSSEF[64], assim como CARLOS ALEXANDRE DE SOUZA ROCHA (vulgo CEARÁ)[65].

Em 28.08.2013, via BBM, YOUSSEF (nickname ou alcunha *Primo*) escreve para **HABIB** (nickname *ZeZe*) solicitando a compra de dez mil dólares em espécie, seja do doleiro **HABIB** ou do cunhado deste. **HABIB**, então, informa o telefone de seu cunhado, KHALED YOUSSEF NASR. No dia seguinte, YOUSSEF confirma que a operação deu certo e que pegou o dinheiro com o cunhado de **HABIB**.[66] Em 30.08.2013, via BBM, **HABIB** afirma a YOUSSEF que

63 Autos 5026387-13.2013.404.7000 evento 99.1 p. 24. Há uma possível operação de dólar cabo (também retratada em e-mail constante nos autos 5026387-13.2013.404.7000 evento 188.3 p. 4 e evento 188.2 pp. 1-6

64 **HABIB**: "*Como é que tá aí? Me dá uma ideia, Eu comprando*" Zé: "*O papel? O papel aqui tá 3,8 (trinta e oito)*". HABIB: "*Se fosse no depósito, é o mesmo preço?*". Zé: "*Rapaz, no depósito... Eu teria que perguntar. Mas no depósito seria em torno de 3,40 (...) É depósito na boca do caixa, não é isso? Na boca do caixa*". **HABIB**: "*Isso*". Zé: "*Só não pode fazer identificado, sabe? Não pode ser identificado, tá?*". **HABIB**: "*Sim, tá. Entendi*" (autos 5026387-13.2013.404.7000 evento 145.3 p. 4)

65 Doleiro objeto de imputação autônoma, como já anotado.

66 Outro doleiro, com atuação no Distrito Federal, denunciado separadamente.

67 YOUSSEF: "*Preciso comprar 10000 papel aí você tem. Ou o cunhado*" (o cunhado seria KHALED YOUSSEF NASR, casado com **KATIA CHATER NASR**, irmã de **HABIB**). **HABIB** responde: "*Boa. 10k. Tem que ser cunha*".

2039

seu cunhado – o doleiro KHALED YOUSSEF NASR – está junto com ele e pediu para perguntar como queria fazer com o real. YOUSSEF responde que estava juntando e que iria mandar para KHALED para fazer uma liquidação maior. Em 29.08.2013[68].

Em 12.09.2013, por telefone, CARLOS ROCHA (CEARÁ) cobra de **HABIB** uma dívida de 55 mil dólares e diz que não tem conta para colocar reais, oportunidade em que **HABIB** diz que tentaria realizar uma operação com outra pessoa conhecida, o que não é aceito por CARLOS ROCHA (CEARÁ), que afirma que precisava de dinheiro em Camboriú-SC.[69]

Em 16.10.2013, via BBM, YOUSSEF pede dois favores a **HABIB**. Afirma que precisa pagar US$ 85.000,00 "em papel" (ou seja, em espécie) que pegou no dia anterior. Ademais, informa que está com R$ 40.000,00 em espécie no escritório e pede para o cunhado de **HABIB** fazer a operação para ele. **HABIB**, então, responde que não pode intermediar, pois está devendo para seu cunhado. Mas **HABIB** afirma que se for para pagar alguém no Brasil, emprestava uma conta, não sendo necessário tratar com seu cunhado.[70]

Ademais, em 17.10.2013, por telefone o doleiro **HABIB** conversa com YOUSSEF (Beto) e afirma que a pessoa que iria entregar os valores já está no avião. YOUSSEF afirma que CARLOS ROCHA (CEARÁ) disse que poderia pagar o contra real para HABIB. YOUSSEF pergunta, ainda, em qual endereço quer que entregue.[71]

YOUSSEF concorda: "*Sim*". Em seguida, **HABIB** dá a YOUSSEF o número de KHALED YOUSSEF NASR: "*61 99929210 0*". Em 29.08.2013 (dia seguinte), via BBM, **HABIB** pergunta a YOUSSEF: "*Deu certo ontem?*". YOUSSEF responde: "***Deu o cara pegou com ele***" (autos 5049597-93.2013.404.7000/PR, evento 1, INIC1, página 5-6).

68 Em 30.08.2013, via BBM, **HABIB** chama YOUSSEF: "*Ô. Tão bom? O amigo está aqui. **Pediu pra te perguntar como quer fazer com o real***". YOUSSEF responde: "*Eu mandei para ele juntando aqui para levar. Vai fazer uma liquidação maior aí já leva junto era para ter ido ontem quero ver se vai hoje*" (autos 5026387-13.2013.404.7000, evento 99.1 pp. 57-62 e evento 62.1 pp. 27-28).

69 Carlos Rocha: "Eu queria, **Habib**, você devia ter explicado pra sua mulher, que o meu problema com você **não é 55 mil dólares**. (...) Eu já autorizei ele, **você tem que comprar esse "papel"**, Habib, e mandar pra Breno Habib (.) **Eu não tenho o que fazer com real. Eu não tenho conta pra botar real**" HABIB: "Então tá. Deixa eu ver então se eu consigo fazer **uma operação com o Zé**" Carlos Rocha: "Não Habib! Não Habib! Habib, **eu preciso do dinheiro em Balneário Camboriú, Habib. Habib**, eu não vou pegar nada em Rio. Eu preciso do dinheiro em Balneario Camboriú". (autos 5026387-13.2013.404.7000: evento 145.3 pp. 1-2)

70Em 16.10.2013, via BBM, YOUSSEF (nickname Primo) pede dois favores a **HABIB** (nickname Zeze): "**preciso te pagar 85 de papel que baconu pegou ser, (...) 2 tenho 40 mil reais vivos tenho aqui no escritório so passar pegar ajeita com cunhado para fazer essa operetа para mim**". **HABIB**: "Eu estou devendo pro cunha. Se eu entrar no circuito pode ser que ele não faça. **Vc tem que pgar alguem aqui? Eh isso?** (...) **40 eh fcil. Te dou uma conta. No precisa do cunha. Ele vai te cobrar a toa. Não te cobro nada. Mx tem que colocar cedo. Eu faco deposito as 14h emm dindin. Ai eu não deposito o meu e te dou aqui**". YOUSSEF implora: "Me ajuda aí amigo n cara viaja amanha as 7 da manha" (autos 5026387-13.2013.404.7000, evento 171, doc. 8, pp. 21-26 e evento 188, doc. 4, pp. 97-115).

71 **HABIB**: "Deixa eu te fala. **O portador já tá no avião indo entrega aquele documento lá**". YOUSSEF: "O Ceará falou que eu podia pegá a contra real pra você". **HABIB**: "Não, e, mas, mas tem real aí?". Em seguida YOUSSEF fala:

Em 21.10.2013, CARLOS ROCHA (CEARÁ) trata com **HABIB** a respeito da contabilidade de YOUSSEF e diz que iria entregar cinco mil para este último, fazendo menção que o denunciado **ANDRÉ LUIS** não havia passado a ele (CARLOS ROCHA) alguns cheques. CARLOS ROCHA também pede que **HABIB** entre em contato com **ANDRÉ LUIS** para liquidar uma operação.[70]

Em 12.11.2013, por telefone, YOUSSEF (Beto) fala com homem não identificado (HNI). Este afirma que tem R$ 35.000,00 em espécie e pergunta a YOUSSEF como faz para o funcionário deste ir buscar. YOUSSEF afirma que irá mandar seu funcionário buscar. **HABIB**, então, intervém, e afirma que está passando R$ 38.000,00.[71]

Ainda sobre troca de valores, em 12.11.2013, por telefone, YOUSSEF conversa com CARLOS ROCHA (CEARÁ) (com **HABIB** ao fundo), que o questiona quanto a ir buscar um "*saco de dinheiro*". CARLOS ROCHA diz que precisava ir embora e pede para o funcionário de YOUSSEF ir buscar R$ 38.000,00. Em seguida, YOUSSEF avisa CARLOS ROCHA (CEARÁ) de que o motorista está chegando e este último lhe diz: "*eu vo fica com saco cheio de dinheiro, aqui embaixo esperando motorista*".[72] YOUSSEF diz que o motorista vai procurar CARLOS ROCHA (CEARÁ) ou **HABIB**.

Em 27.11.2013, por telefone, CARLOS ROCHA (CEARÁ) fala com **HABIB** sobre operação típica de lavagem de capitais, simulando empréstimo para dar origem lícita a valores. CEARÁ afirma que não poder falar ao telefone, mas é dinheiro "bom", mas avisa: "pessoa quer uma declaração de empréstimo dizendo que você vai devolver aquele dinheiro a ele com 30 dias".[73]

"E eu to falando pra ele: o dinheiro tá aqui, aqui. Inclusive ó, me dê o endereço onde você quer que entregue. Eu entrego primeiro, depois se ele paga esse, esse, aquele"

72 CARLOS ALEXANDRE (vulgo Ceará) diz para HABIB: "Ele [André Nego, isto é, André Luis] não me passou nada de cheque. Ele não me passou nada de cheque, só esses quatro cheques do **B**" (B = Beto = YOUSSEF). E em seguida pede: "Pede pra o **NEGO** fazer a conta dele, que é trinta mil, quinhentos e pouco o depósito, menos cinco reais por cento, menos o que foi sacado, menos os cheques devolvido, aí eu vou descontar os dois e quinhentos e vou mandar o troco pra ele. (...) **Aí tenho os cinco mil do pagamento do BETO aqui já, aí amanhã eu vou levar pro BETO esses cinco mil e vou entregar**". (autos 5026387-13.2013.404.7000 evento 188.9 pp. 146-152 e 158-171; autos 9597 evento 8.1 pp. 4-70)

73 HNI: "Eu perdi seu telefone, eu tenho 35 real aqui, como é que eu faço pro menino vim busca ?". YOUSSEF: "Aí mandin ele retira aí. Aonde é que você perdeu ?". **HABIB** intervém: "Tudo bom ? Tá passando 38 então". YOUSSEF: "Tá 38" (autos 5001446-62.2014.404.7000, evento 1, doc. 1 pp. 21-22)

74 Autos 5019597-93.2013.404.7000, evento 20, PET1, p. 3.

75 Carlos Rocha: "Habib eu preciso falar com você amanhã. Eu tenho um negocio aqui que talvez ajude a você. Preciso falar com você e **não pode ser por telefone**. (...) é porque é mais ou menos assim. Eu tenho um dinheiro que não tem juros, não tem nada, *entendeu*" Não é dinheiro ruim, tá? É dinheiro bom. Só que a pessoa quer uma declaração de

2041

4) Promover, sem autorização legal, saída de moeda e divisa ao exterior. Operações com NELMA KODAMA. (art. 22, parágrafo único, da lei 7.492/86).

A organização criminosa aqui denunciada, comandada por **HABIB** e composta pelos denunciados **ANDRÉ CATÃO DE MIRANDA, EDIEL VIANA DA SILVA, RICARDO RICARDO EMÍLIO ESPÓSITO, KATIA CHATER NASR, EDIEL VINICIUS VIANA DA SILVA, TIAGO ROBERTO PACHECO MOREIRA, JULIO LUIS URNAU, FRANCISCO ANGELO DA SILVA, ANDRE LUIS PAULA SANTOS,** , de modo consciente e voluntário, agindo em concurso e unidade de desígnios promoveu remessa ao exterior de divisas por meio do sistema "dólar cabo", sem autorização legal, pois. Nesse aspecto, foram realizadas diversas operações de câmbio paralelo de **HABIB** com NELMA MITSUE PENASSO KODAMA[75], que também está denunciada por evasão de divisas consumada, mediante a utilização de simulação de importações.

Em diálogo, em setembro de 2013, entre HABIB e NELMA PENASSO, combinam uma operação que resultou na remessa de **US$ 1.000.000,00** para o exterior, por meio de operações dólar cabo. Para tanto, foi utilizada uma empresa, chamada AQUILES E MOURA COMERCIO DE IMAGENS DO BRASIL e três contas situadas na China para realizar a operação.

No dia 21.09.2013 (um sábado), em conversa com NELMA, o denunciado **HABIB** pergunta quanto pagou pela operação dólar cabo no dia anterior ["Quanto **paagouu** cabo ontem?"], oportunidade em que NELMA responde R$ 2,28. **HABIB** afirma que tem um amigo que precisa fazer urgente uma operação dólar cabo na segunda feira, oportunidade em que questiona se NELMA tem capacidade de realizar e se suporta um milhão [de dólares, conforme será visto]. NELMA questiona se poderia fazer o depósito em três contas, para diluir a transação.[76] Três dias depois, em continuação a esta conversa, **HABIB** solicita as contas para o depósito. NELMA solicita e-mail de

empréstimo dizendo que você vai devolver aquele dinheiro a ele com 30 dias, entendeu? Eu não sei porque ela quer fazer isso, Habib. Não me pergunte porque eu não sei. Mas não é gente ruim. Você conhece" (Processo 5049565-93.2013.404.7000/PR evento 45.2 pp. 51-52)

76 Denunciada como doleira, separadamente.

77"CARLOS: Tudo bem? CARLOS: Bom dia, GG: Oi querido td bem; CARLOS: Quanto pagouu cabo ontem? GG: Digo; GG: 228; CARLOS: Um cliente do nosso amigo precisa urgente fzer um na segunda; CARLOS: Quanto sua conta aguenta?; CARLOS: Enviar pra ele

GG: De onde é; GG: E de que eh; GG: Nada do amigo ai ne; CARLOS: Não pergunte!; GG: Entao se gto sao; CARLOS: Nada ainda; GG: E vem de onde CARLOS: Acho que 1 000; GG: Ok tranksdo, GG: Posso fazer em 3 contas" CARLOS: 1mi; CARLOS: Uma conta soh?; CARLOS: Axcho melhor; GG: Prefiro diluir; CARLOS: Eu também"

2042

HABIB para que repassar os dados, oportunidade em que **HABIB** indica o endereço de e-mail chepi@hotmail.com, para o qual irá indicar a conta no Brasil a ser realizada uma TED e as três contas no exterior em que serão disponibilizados os valores. Neste diálogo, **HABIB** ainda diz que precisava comprar dólares em espécie com NELMA ("Preciso comprar ppl comt")[78]

Quatro dias depois, no dia 25.09.2014, o denunciado **FRANCISCO ÂNGELO DA SILVA ("CHICO")** recebe dois correios eletrônicos, oriundos do e-mail chepi@hotmail.com. No primeiro é indicada uma conta no Banco Bradesco, em nome da pessoa jurídica AQUILES E MOURA LTDA[79]. Na segunda mensagem, são indicadas de três contas no exterior de empresas, com os respectivos valores. (i) USD 350.000,00 no SHENZHEN DEVELOPMENT BANK CO., conta OSA1013520320S0, empresa HD Gift Limit, (ii) USD 350.000,00 no CHINATRUST COMMERCIAL, conta 904101018013, empresa Sunview Inc.; (iii) USD 300.000,00, no HANG SENG BANK, conta 781084520883, empresa AY Maxi Trading Limited, (total: US$ 1 milhão)[80]

Novamente, em 16.10.2013, **HABIB** e NELMA conversam novamente sobre o envio de valores por via dólar cabo. Via BBM, **HABIB** escreve para NELMA e afirma que uma pessoa [em verdade, o doleiro PAYED] pediu para ver com ela novamente o mesmo valor. NELMA diz que não mandaria, pois tinha pendente o valor de US$ 552.877,00 em aberto, pois mandava US$ 50 mil todo mês e que teve suas contas no exterior prejudicadas ["*fuderam com minhas contas la fora*"].[81]

Por fim, em 02.09.2013, por e-mail, **HABIB** (*chepi@hotmail.com*) envia para NELMA (*cameramdiaz_2013@hotmail.com*) ordem de pagamento no valor de 20.003,50 euros.[82]

78Data / Hora: 24/09/2013 12:43:47. "CARLOS: Preciso de contas conta que te falei no sábado; GG: Otas pode ser 3?; CARLOS: Sim; CARLOS: E preciso de conta pra ted tb; GG: Em qual email?;CARLOS: Ted, CARLOS: Preciso comprar ppl comt; CARLOS: chepi@hotmail.com; GG: Ok to passando no e-mail; CARLOS: Amanha preciso fechar ppl curitiba, GG: Ok, GG: Tu terminando uma reuniao, CARLOS: Ser que conseguimos ppl?; CARLOS: OK; CARLOS: Manda sem falta hoje; GG: To passando dados da ted; GG: Ok; CARLOS: E de fora maluca, GG: 5 diferentes, GG: Pera to pegando, GG: So passei do ted; CARLOS: Ok"

79"De: ch h: Para: xiko; CC:: Assunto: FW: dados bradesco; Data: 25/09/2013 15h02min11s UTC

Aquiles e Moura Comércio de Imagens LTDACNPJ 13.637.882/0001-42BRADESCO - 237AG 2692C.C 26785-6P

80 Autos 5001446-62.2014.404.7000 evento 118.1 pp. 1 a evento 118.2 p. 7, evento 148.2 pp. 4-10, evento 146.3 pp. 15-16, evento 3 pp. 12-15.

Há outra possível operação de dólar cabo referida nos autos 5001446-62.2014.404.7000 evento 188.3 p. 9 e evento 188.2 p. 9

81 Veja-se o diálogo: "*Ontem o amigo me pediu pra ver comigo de novo aquele valor. Mas se vc nem quiser mando eu não vou fzr nada pra ele*". NELMA responde: "*Eu não vou mandar. Deixe claro isso. Eu tenho ak. Pendente 552.877. Todo mes mandava 50 mil alem de ter dado meu apto. (...) Pode crer. Faz 3 meses. Que não se ganha dinheiro. Que fuderam com minhas contas la fora. Por conta das bostas. Do transferência BVA*". (autos 5001446-62.2014.404.7000 evento 171.8 pp. 9-21)

82Autos 5026382-13.2013.404.7000, evento 188, ANEXO3, p. 12.

AUTUAÇÃO Fls 2043

5) Promover, sem autorização legal, saída de moeda e divisa ao exterior. Operações com MARIA STOCKER (EVI) - Art. 22 e parágrafo único da Lei 7.492/86[83].

A organização criminosa aqui denunciada, comandada por **HABIB** e composta pelos denunciados **ANDRÉ CATÃO DE MIRANDA, EDIEL VIANA DA SILVA, RICARDO RICARDO EMÍLIO ESPÓSITO, KATIA CHATER NASR, EDIEL VINICIUS VIANA DA SILVA, TIAGO ROBERTO PACHECO MOREIRA, JULIO LUIS URNAU, FRANCISCO ANGELO DA SILVA, ANDRE LUIS PAULA SANTOS,** de modo consciente e voluntário, agindo em concurso e unidade de desígnios, efetuou operação de câmbio não autorizada com o fim de remeter divisas para o exterior, o que de fato acabou ocorrendo, sem autorização legal, pois que realizado por meio do sistema "dólar cabo". Consoante comprova a prova carreada aos autos, **HABIB** efetuou uma série de operações de câmbio à margem dos controles legais. De fato, **HABIB** tinha contato frequente com EVI[84], radicada na Inglaterra, com quem realizava operações de dólar cabo.

Em 06.08.2013, por e-mail, **HABIB** (e-mail *chapi@hotmail.com*) recebe de *fastgmx6@gmail.com* e-mail com o assunto "***COMPS USD DE 25.000***". A titular do endereço *fastgmx6@gmail.com* (EVI) ainda pede a **HABIB** "*PORFAVOR **ME PROVIDENCIA AI MEU USD** EU ESTOU PRECISANDO DEPOIS DE TANTAS PERCAS QUE TIVE*". Em 12.08.2013, **HABIB** recebe de *fastgmx6@gmail.com* e-mail com o assunto "*Fwd: COMP DE 17.860, FALTA UM DE 1.000*".

Em 27.08.2013, via BBM, **HABIB** (nickname *Zeze*) e EVI (nickname *Fast Gmx on Line*) combinam entrega de numerário entre seus emissários na Holanda[85].

---

83. As condutas aqui descritas são diversas daquelas descritas no item III – 1º fato criminoso (evasão de divisas), nos autos da ação penal nº 5026568703201404047000

84Denunciada em separado, juntamente com **HABIB**, por evasão de divisas e lavagem de dinheiro do narcotráfico. EVI, revelaram as investigações, também detinha autonomia em sua atuação, além de atuar vinculada com RENE e SLEIMAN, em uma organização transnacional dedicada ao tráfico de drogas, motivo por que as condutas de EVI, assim como de RENE e SLEIMAN, quanto ao crime de operar instituição financeira irregular, serão analisadas visando peça denúncia, em separado. Autos nº 5026568703201404047000.

85 **HABIB**(*Zeze*): "O rapaz já chegou lá? Tem nome escrito. "Van der valk hotel dordrecht" [hotel localizado na Holanda] EVI (*Fast Gmx*): "Já pego com o menino teu e já" "Vai conferi e ja me avisa, tudo perfeito" "E amanha vamos liquidar isso ok". (Processo 5026387-13.2013.404.7000-PR, Evento 99, PET1, Página 25 e 26)

Em 30.08.2013, via BBM, **HABIB** (*Zeze*) escreve para EVI (nick Fast Gmx) lembrando-a de não esquecer a operação de dólar cabo para a Bahamas ("*A amiga não esquece de ver o cabo pra bahamas*": cabo = dólar-cabo)[86].

Em 23.09.2013, via BBM, EVI (nick *Lupa*) comenta com **HABIB** (*Zeze*) que estava com um volume muito grande de dinheiro e não tinha onde colocar, ao que **HABIB** se oferece para ajudar, dizendo possuir contas (provavelmente "laranjas") nas quais o dinheiro poderia ser alocado[87].

Em 09.10.2013, via BBM, **HABIB** (nickname *Zeze*) conversa com EVI dizendo que ela deveria lhe passar US$ 105.5 mil de um total de US$ 265,2 mil, referente a operação a qual "colou" a mesma taxa da última ("*Eu fiz como da ultima vez a tx*")[88].

Em 10.10.2013, via BBM, **HABIB** escreve para EVI dizendo que precisava de 77,8 mil, sendo que poderia "arrumar" uma conta caso ela precisasse[89]. Em 17.10.2013, via BBM, **HABIB** questiona a EVI se poderia "zerar" (fechar posições) naquele dia.[90]

Em 22.10.2013, via BBM, **HABIB** e EVI tratam da entrega de valores por meio de portadores ("*Pede pro seumenino entreggar no mesmo lugar de sempree. Que meu portador chega as 13h*". *Evi*: "*Oi liga pro meu menino. E fala pra ele quando tiver na mao que te liga*"). O menino de EVI seria AILTOM DE JESUS DOS SANTOS, que diz a **HABIB**, em 22.10.2013, por telefone, que está com as 45 "*páginas*" (dinheiro).

---

86 Autos 5026387-13.2013.404.7000 evento 99.1 pp. 33-37 e evento 62.1 pp. 11-20.

87 *Lupa* comenta com **HABIB** (*Zeze*). "*Estamos todos aqueveados perdemos a conta dos bancos. Um volume monstruoso de dinheiro e nao tem onde coloca*". **HABIB** se oferece para ajudar: "*Se precisar de conta pra ficar tedio (...) Eu preciso das 60 sem falta. Não tenho como empurrar a carroça. O resto como disse pode ser pra depois. Mas as 60 impossível*". *Lupa* garante: "*Amor o 60 ja vai ser entregue em alguns minutos ok (...) O compadrinho esta a caminho de Brasil mas 3 horas do que mais as 60 ja vai ser pago*". HABIB: "*Se precisar de uma conta pr colocar reais. E depois transferir pra outro lugar eu te arrumo*". (autos 5026387-13.2013.404.7000 evento 131.2 pp. 24-28)

88 **HABIB** (nickname *Zeze*) conversa com pessoa de nickname *Evi*, a quem escreve: "*Amiga vc tem que me passar 263.200 usd. Já me pagou 160. Falta 105.200. Eu fiz como da ultima vez a tx*".

89 HABIB escreve para *Evi*: "*Eu preciso de 77.800. O resto fica pra semana. (...) Se quiser fzer deposito amanha. Arruma uma conta,ok?*"

90 **HABIB** pergunta a *Evi*: "*Tenho um portador em sampa. Acha que consegue zerar hoje?*"

Em 23.10.2013, por telefone, **HABIB** orienta o denunciado **ANDRÉ CATÃO** que este deve ligar para o denunciado **ANDRÉ LUIS (ANDRÉ NEGO)** e dizer o seguinte: *"O HABIB pediu pra te avisar, que a mulher deixou lá no B (Beto: Alberto Youssef) quarenta e cinco"*[91]. O diálogo serve, além de reforçar a participação do denunciado **ANDRÉ CATÃO**, a demonstrar a atuação do denunciado **ANDRÉ LUIS** na organização de **HABIB**. Veja-se que os valores eram destinados a **HABIB**, não obstante quem os tenha ido apanhar foi o denunciado **ANDRÉ LUIS**, a destacar seu papel de auxílio material na empreitada de **HABIB**, como uma espécie de emissário deste.

6. Conclusão

Assim agindo, estão os denunciados incursos nas sanções dos arts. 16, 22 e 22, parágrafo único, todos da lei 7.492/86, bem assim, do art. 1º, 2º, § 4º, II, III, IV e V, da Lei 12.850/2013, estando o denunciado Habib também incurso nas sanções do art. 2º, § 3º, também da Lei 12.850/2013.

Isto posto, requer o recebimento e processamento da presente, determinando-se a citação dos denunciados para serem processados até ulterior condenação.

Requer, também o arbitramento de valor mínimo de reparação dos danos causados pela infração, com base no art. 387, *caput* e IV, CPP, no montante do valor estimado envolvido nas transações é de R$ 2.500.000,00 englobando-se na estimativa os danos ao sistema financeiro e econômico. Ressalte-se que a natureza dos delitos não deve servir de óbice à medida, podendo-se fazer uma analogia com o caso do homicídio, em que o dano à vida é impalpável, mas se tem reconhecido o cabimento do arbitramento, independentemente de prova do valor da vida. Nesse caso específico de bens jurídicos de difícil aquilatação, não há o que "provar" no tocante ao valor do dano para além da própria prova dos fatos que ocasionam o dano. Assim, não há que se alegar que seria necessária alguma discussão adicional para fixação da indenização, pois o debate dos fatos, que coincidem com os fatos imputados, ocorreu ao longo do processo criminal.

Requer seja decretado o perdimento dos bens adquiridos com o produto e proveito do crime, já sequestrados e a sequestrar, incidindo a multa apenas sobre os bens reconhecidos como de origem lícita, caso arrestados.

Finalmente, protesta pela juntada do laudo econômico e fluxo financeiro, que comprovarão em definitivo os créditos e débitos nas contas indicadas, especialmente nas

91 Autos 5026387-13.2013.404.7000 evento 171.2 pp. 20-23, evento 171.8 pp. 6-9, evento 184.1 pp. 67-76 e evento 188.4 pp. 91-97, 111-112, 115-115, 121-123 e 152-158

denominadas operações "dolar cabo".

Requer ainda a oitiva das testemunhas abaixo relacionadas.

Curitiba/PR, 25 de abril de 2014.

JANUÁRIO PALEDO
Procurador Regional da República

CARLOS FERNANDO DOS SANTOS LIMA
Procurador Regional da República

ADRIANA STOROZ MATHIAS DOS SANTOS
Procuradora da República

Testemunhas:

1) ENIVALDO QUADRADO, endereço residencial na Rua Jacinto Fenari, 101, casa, Jardim Europa, Assis-SP.

2) WALDOMIRO DE OLIVEIRA - endereço residencial na Estrada Municipal Benedicto Antonio Ragani, 2300, próximo à Rodovia Dom Pedro I, Chácara Recanto Três Corações, bairro Pinheirinho, Itatiba-SP, endereço comercial na Rua José Debieux, 35, sala 36, Santana, São Paulo-SP.

CD - DA MESA - AUTUAÇÃO Nº 2047

MPF
Ministério Público Federal
Procuradoria da República no Paraná
FORÇA TAREFA
www.prpr.mpf.gov.br

EXCELENTÍSSIMO JUIZ DA 13ª VARA FEDERAL DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE CURITIBA/PR

Eproc 5001438-85.2014.404.7000 (Operação Lava Jato)

IPL 714/2009 - SR/DPF/PR

Classificação no e-Proc: Segredo de Justiça

Classificação no ÚNICO: Reservado

1. O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL oferece denúncia em separado em face de CARLOS HABIB CHATER, ANDRÉ CATÃO DE MIRANDA, EDIEL VIANA DA SILVA, RICARDO EMÍLIO ESPÓSITO, KACIA CHATER NASR, EDIEL VINICIUS VIANA DA SILVA, TIAGO ROBERTO PACHECO MOREIRA, JULIO LUIS URNAU, FRANCISCO ANGELO DA SILVA e ANDRE LUIS PAULA SANTOS, como incursos nas sanções dos arts. 16, 22 e 22, parágrafo único, todos da lei 7.492/86, bem assim, do art.1º, 2º, § 4º, II, III, IV e V, da Lei 12.850/2013, estando o denunciado Habib também incurso nas sanções do art. 2º, § 3º, também da Lei 12.850/2013..

2. Protesta-se desde já pela juntada de laudo econômico-financeiro sobre as operações veiculadas na denúncia, a ser elaborado pela Polícia Federal.

Curitiba, 25 de abril de 2014.

CARLOS FERNANDO DOS SANTOS LIMA
Procurador Regional da República

JANUÁRIO PALUDO
Procurador Regional da República

ADRIANA STOROZ MATHIAS DOS SANTOS
Procuradora da República

...DA MESA - CD - ... 2048

EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ FEDERAL DA 13ª VARA CRIMINAL DE CURITIBA-PR.

IPL 714/2009

Autos n 2006.70.00.018662-8

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, nos autos acima identificados, vem a presença de Vossa Excelência, oferecer **DENÚNCIA** em face de:

1. CARLOS HABIB CHATER, vulgo "Zeze", brasileiro, nascido em 25/2/1968, inscrito no CPF 416.803.751-72, com endereços na OTR MLN, Trecho 10, conjunto 1, casa 2, Setor de Mansões Lago Norte, Brasília/DF, e na SHS, quadra 6, conjunto A, lote 1, bloco B, ap. 214, Tryp Convention Brasil 21, Asa Sul/DF, atualmente preso na Superintendência Regional da PF/PR;

2. EDIEL VIANA DA SILVA, brasileiro, nascido em 5/1/1968, CPF 979.975.287-68, com endereços na Avenida Vice-presidente José Alencar, 1500, bloco 3, ap. 1508, Jacarepaguá, Rio de Janeiro/RJ, e na CCSW 2, lote 3, ap. 108, Edifício Unique, Sudoeste, Brasília/DF, atualmente preso na Superintendência Regional da PF/PR;

3. DINORÁH ABRÃO CHATER, brasileira, casada, filha de Jorge Abrão e Tania Cury Abrão, nascida em 18/05/1972, natural de Goiana/Go, RG 1487806671305O/SSP/GO, cpf 585.792.651-34, residente na SMLN, ML 10, CJ 01, Casa 02, bairro Lago Norte, Brasília/DF (fls. 1870),

4. ALBERTO YOUSSEF, brasileiro, casado, filho de Kalim Youssef e Antonieta Youssef, nascido em 06/10/1967, natural de Londrina/PR, segundo grau completo, empresario, RG 35064702/SSSP/PR, CPF 532050659-72, residente na Rua Doutor Elias Cesar, 155, ap. 601, bairro Jd. Petrópolis, Londrina/PR, atualmente recolhido na Policia Federal de Curitiba;

5. CARLOS ALBERTO MURARI, brasileiro, filho de Silvio Murari e Isaura Pistori Murari, nascido em 06 de junho de 1957, natural de Londrina/PR, portador da CIRG nº 913.527-8, inscrito no CPF/MF sob o nº 210.115.169-34, residente na Rua Porto Alegre, nº 679, ap. 601, e endereço comercial na Rua Pândias Calógeras, nº 139, ou Rua Fernando de Noronha, nº 488 – fundos, todos em Londrina/PR;

6. **ASSAD JANANI**, Advogado, RG 665.264/SSP/PR, OAB/PR 16.310 CPF 235.234.179-53, filho de Mohamad Assad Jannani e Maimoune Mohamad El Jannani, NASCIDO EM 21/07/1950, no Líbano, residente e domiciliado na Rua Caracas, 460, ap 102, Gleba Palhano, Londrina/PR.

7. **DANIELLE KEMMER JANENE**, brasileira, filho de José Mohamed Janene e Marisa Kemmer Janene, nascida em 31/10/1979, natural de Londrina/PR, portador da cédula de identidade nº 6.538.255-5/SSP/PR, inscrita no CPF/MF sob o nº 033.637.909-96, residente na Rua Pensilvânia, nº 114, bloco 3, ap. 302, Torre Mirante, bairro Brooklin, São Paulo/SP;

8.**MEHEIDIN HUSSEIN JENANI**, brasileiro, casado, filho de Juissein Kassen Jenani e Mariam El Kadri, nascido em 06/03/1962, natural de Taquaritinga/SP, portador da cédula de identidade n 3.362.789-7/SSP/PR, CPF n 460.101.819-68, residente na Rua Olavo Bilac, nº 608, Jardim Champanhat e com endereço comercial na Av. Gil de Abreu e Souza, 1850, Londrina/PR;

9. **CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA**, brasileiro, divorciado, advogado, CPF 613.408.806-44, RG 20759256-1 (SP), nascido em São Paulo-SP em 11.12.1969, filho de Arare Pereira da Costa e Oraide Faustino da Silva, endereço residencial na Alameda dos Guatás, 1367, apt. 111, Saúde, São Paulo-SP, endereço comercial na Rua Dr. Renato Paes de Barros, 778, 2º andar, Itaim Bibi, São Paulo-SP, atualmente preso na Superintendência Regional da PF/PR; e

10. **RUBENS DE ANDRADE FILHO**, brasileiro, casado, consultor, CPF 006.546.358-70, RG 6501799/SSP/SP, com endereço na Rua Pedroso Alvarenga, 58, com endereço também na Rua Tucumã, n 375, ap. 04, Jardim Europa/SP;

pela prática dos seguintes fatos delituosos:

1. Introdução. Dos bens, direitos e valores provenientes direta ou indiretamente de atividade criminosa – indícios de crimes antecedentes.

Aos denunciados acima referenciados, é imputada, entre outras condutas ilícitas, a prática de crime de lavagem de dinheiro pela movimentação, dissimulação e conversão em ativos lícitos de recursos originários, dentre outras fontes, do denominado esquema "mensalão", objeto da Ação Penal nº 470/DF, na qual JOSÉ JANENE constou como denunciado das atividades ilícitas de ALBERTO YOUSSEF, denunciado e condenado nos autos da Ação penal nº 2004.7000006806-4 e de CARLOS HABIB CHATER, denunciado e condenado nos autos das ações penais 94.00.14791-0/DF e 2001.34.00.026520-8/DF, por crimes contra o sistema financeiro nacional.

Relevante anotar, consoante ação fiscal levada a efeito pela DRF-Londrina, é que até o ano de 2003 JOSÉ JANENE não possuía patrimônio

MESA - CD
AUTUAÇÃO
2050

considerável e as empresas da qual era sócio-quotista mostravam pouco faturamento, com pendências fiscais. A partir de então, passou a cumular significativo patrimônio sem origem declarada, consoante ações fiscais levadas a efeito pela Receita Federal em face dele e de Stael Fernanda Rodrigues de Lima Janene (fls. 862 e seguintes, fls. 1368 a 1371), posto que tão só pelo recebimento de subsídio e aposentaria de parlamentar não poderia acumular o patrimônio aqui descrito. ALBERTO YOUSSEF e CARLOS HABIB CHATER, por sua vez, sempre acumularam patrimônio à margem do sistema legal. Notórios doleiros, pelo menos desde 1996, operaram câmbio sem autorização legal, especializando-se na atividade ilícita de evasão de divisas e lavagem de dinheiro.

1.1. José Janene

Nos autos da Ação Penal nº 470/STF, JOSÉ JANENE foi denunciado como incurso nas sanções do artigos 288 e 317 do Código Penal, bem como do artigo 1º, Incisos V, VI e VII, da Lei nº 9.613/98, em síntese, como Deputado Federal e integrante da Executiva Nacional do PP – Partido Progressista, teria fechado acordo financeiro com o PT – Partido dos Trabalhadores, e assumido postura ativa no recebimento de propina. Narra aquela peça o recebimento de vantagem indevida, por 15 vezes, referentes aos 4 saques via João Cláudio Genú, 4 saques via BONUS BANVAL e 7 transferências via conta NATIMAR na BONUS BANVAL. Além de José Janene, também foram denunciados os Deputados **Pedro da Silva Corrêa de Oliveira Andrade Neto** e **Pedro Henry Neto**, assessorados por **João Cláudio de Carvalho Genú**, associou-se criminosamente a **Breno Fischberg** e **Enivaldo Quadrado** – sócios da BÔNUS BANVAL –, e **Carlos Alberto Quaglia** – da empresa NATIMAR –, com o fim de receber os valores ofertados pela cúpula do Partido dos Trabalhadores e proceder à lavagem desses recursos.

Segundo a denuncia, JOSÉ JANENE teria recebido indevidamente a quantia de no mínimo R$ 4.100.000,00 (quatro milhões e cem mil reais), sendo o último elo da cadeia a empresa NATIMAR. Após o recebimento dos valores, JOSÉ JANENE passou a ocultá-los por meio de interpostas pessoas ainda não totalmente identificadas, sendo certo, no entanto, que os valores desvelados a partir de 2009 nestes autos tem origem naqueles fatos, em especial crimes contra a administração pública federal, lavagem de dinheiro e crimes contra o sistema financeiro nacional, conforme consta na denúncia e do acórdão da ação penal 470/STF.

1.2. Alberto Youssef

Nos autos da ação penal nº 2004.7000006806-4, que tramitou perante a segunda Vara Federal de Curitiba, ALBERTO YOUSSEF restou condenado como incurso nas sanções do art. 1º da Lei 8.137/90, arts. 21 e 22, parte final do parágrafo único, da Lei 7.492/86, à pena de sete anos de reclusão em

regime semi-aberto, além de multa de cerca de novecentos mil reais. Nessa ação penal obteve o benefício da delação premiada, com redução de penas e sobrestamento dos demais inquéritos e processos contra ele pelo prazo de 10 anos, com posterior perdão judicial, uma vez cumprido definitivamente o acordo. Além da citada ação penal, tramitavam também os Inquéritos 2003.7000056415-4, referente à movimentação pelo acusado das contas JUNE e RANBY na agência BANESTADO em Nova York, o Inquérito 2007.700000167590-6, referente à movimentação de contas em nome de pessoas interpostas ("laranjas") em agências bancárias de Londrina e outras cidades, vinculadas ou não à Youssef Câmbio e Turismo, empresa da qual se utilizou para evadir divisas do país, o Inquérito 2009.7000019131-5, no qual consta como autor de corrupção ativa para a obtenção de empréstimos junto à agência Banestado, Grand Cayman.

Investigações levadas a efeito no processo 5001446-62.2014.404.700 e demais conexos resultaram na convicção de que ALBERTO YOUSSEF, ao contrário do que firmara no acordo de delação - de que não retomaria suas atividades de doleiro, seja no mercado formal ou informal, nem voltaria a praticar outros crimes -, nunca se afastou dessas atividades criminosas, continuando a operar no mercado paralelo de câmbio, promovendo evasão de divisas, comandando organização criminosa estável e devidamente estruturada, especialmente destinada à ocultação e dissimulação da origem de recursos objeto, produto e proveito de atividades criminosas e sua conversão em ativos lícitos. Por tal razão em desfavor dele foram propostas duas ações penais de nº 5026212.82.2014.404.7000 e 5025699-17.2014.404.7000, a primeira que abrange fatos que teriam ocorrido entre 07/2011 a 03/2014, tipificados no art. 22 da Lei 7.492/86, pela evasão de divisas mediante celebração de contratos de câmbio para pagamento de importações fictícias, realização de operações de câmbio não autorizadas (art. 21 da Lei 7.492/86), operação de instituição financeira não autorizada (art. 16 da Lei 7.492/86), além do crime de organização criminosa (art. 2º da Lei 12.850/2013); a segunda, por lavagem de dinheiro (Lei 9.613/98) decorrente de desvios havidos entre 2009 a 2014, na construção da Refinaria Abreu e Lima.

Em face dessas circunstâncias, nos autos da Representação Criminal nº 2004.70.00.0032414-4, recebidas as denúncias acima referenciadas, presentes indícios de autoria e materialidade, houve por bem o Juízo Criminal da 13ª terceira Vara Federal de Curitiba determinar a quebra do acordo de delação ali celebrado, conforme decisão de fls. 920/922 daqueles autos.

ALBERTO YOUSSEF é um dos protagonistas dos crimes de peculato, corrupção passiva, lavagem de dinheiro e evasão de divisas envolvendo COPEL/OLVEPAR (AP 514, originária do STJ), na qual apareceu associado ao advogado ANTONIO CARLOS BRASIL RIORAVANTE PIERRUCCINI. Novamente aparece associado nestes autos recebendo valores de ALBERTO YOUSSEF e da MO CONSULTORIA, consoante anotado no despacho de de fls. 1806. Nos autos

2052

da ação penal nº 0003024-74.2003.8.16.0013, em trâmite perante a Justiça Estadual, ALBERTO YOUSSEF foi denunciado por formação de quadrilha, falsidade, peculato (arts. 288, 299 e 312 do código penal), pelo desvio da quantia de R$ 45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de reais), procedendo a sua ocultação, dissimulação, trânsito dessas quantias no mercado financeiro, conversão em moeda estrangeira e evasão de parte desses valores pelo sistema dólar-cabo (fatos estes – evasão e lavagem de dinheiro – pelos quais ainda não foi denunciado).

Pois bem. Os fatos ocorridos nestes autos, no ano de 2009, inserem-se dentro da conduta habitual criminosa de ALBERTO YOUSSEF, conforme adiante se descreverá.

Neste caso específico (Inquérito 714/2009), segundo o depoimento de Hermes Magnus (fls. 181/182), proprietário da DUNEL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. - EPP ("DUNEL INDÚSTRIA"), é apontado o estreito vínculo societário (sociedade de fato) entre JOSÉ JANENE e ALBERTO YOUSSEF. A respeito, disse "...que começou a se desgastar com os clientes. Que contou a situação para alguns e foi ganhando este tempo. Que passou a ser um "zumbi" dentro da empresa, sendo que eles (Janene e asseclas) passaram a comprar muito, sempre em "cash", que era pago por Carlos Murari no escritório do Janene no bairro Shangri-la, onde é o escritório. As vezes quem trazia dinheiro era Brasiliano e Youssef (...) que ALBERTO YOUSSEF sempre quis mostrar que ele movimentava dinheiro. Indica que a PF buscar as imagens das pessoas que efetuaram os depósitos em dinheiro, certamente encontrarão Youssef ou a mulher do cafezinho do escritório lá de São Paulo" [na CSA].

No depoimento de Roberto Luiz de Oliveira Chiesa (fls.208), consta: "QUE já viu a pessoa de BETO YOUSSEF na DUNEL somente uma vez, por intermédio de MAGNUS, que, respondendo à curiosidade do depoente ao perguntar "quem é este que está chegando com JOSE JANENE?", MAGNUS respondeu, "é o BETO YOUSSEF" nada mais dizendo e depoente não sabe o que ele faz". Observa-se que na época em que foi preso, ALBERTO YOUSSEF portava um cheque emitido por VANDOCIR JOSÉ DOS SANTOS, nominal a JOSÉ JANENE (autos n 200370000587531 (fls. 1558).

Nos fatos aqui descritos, prestou típicos serviços de dolagem a JOSÉ JANENE, no qual o doleiro mantém em contas bancárias no sistema financeiro regular, mas em nome de terceiros "laranjas", aqui e no exterior, recursos que, por sua origem ilícita que devem permanecer dissimulados e ocultos das Instituições de controle.

1.3. Carlos Habib Chater

Nos autos da ação penal nº 2001.34.00.026520-8, perante o

AUTUAÇÃO
2053

Juizo Federal de Brasília, CARLOS HABIB CHATTER e outros foram denunciados como incursos nas sanções do art. 16 da Lei 7.492/86 por fazerem operar sem a devida autorização do Banco Central do Brasil a empresa *Fly Turismo, de fevereiro de 1992 até ao menos 01 de janeiro de 1995, nas lojas 14 - D e 18 - D do bloco B - 50 e posteriormente na sala 111, sobreloja do bloco B – 50, do Edifício Venâncio, em Brasília/Df. Essa* ação penal foi julgada procedente para condenar os Réus HABIB SALIM EL CHATER e CARLOS HABIB CHATER, nas penas do art. 16 da Lei 7.492/86, à pena corporal de 1 ano e 6 meses de reclusão e a pena de multa. A sentença sujeita a recurso pela parte e MPF foi confirmada nos autos da Apelação Criminal nº 2001.34.00.026520-8/DF, restando, no entanto, declarada extinta a punibilidade em face da prescrição (cópia anexa do acórdão).

CARLOS HABIB CHATER também foi denunciado recentemente nos autos da ação penal nº 5026663-10.2014.404.7000 junto com ANDRÉ CATÃO DE MIRANDA, EDIEL VIANA DA SILVA, RICARDO EMÍLIO ESPÓSITO, KATIA CHATER NASR, EDIEL VINICIUS VIANA DA SILVA, TIAGO PACHECO MOREIRA, JULIO LUIS URNAU, FRANCISCO ANGELO DA SILVA e ANDRÉ LUIS DE PAULA SANTOS por comandar uma organização criminosa (art.1º, 2º, § 4º, II, III, IV e V, da Lei 12.850/2013) destinada a fazer operar instituição financeira sem autorização legal (art. 16 da Lei 7.492/86), efetuando operações de câmbio não autorizadas para o fim de promover evasão de divisas do país (art. 22 da Lei 7.492/86).

Nos autos do Inquérito 5001438-85.2014.404.7000, no período de 2009 a 2014, restaram constatados indícios da prática de crimes de lavagem de dinheiro, especialmente pela utilização de interpostas pessoas físicas e jurídicas e utilização de contas bancárias destas, como forma de ocultar e dissimular a origem ilícita desses recursos, o que será objeto de nova denúncia, tão logo concluído o levantamento financeiro resultado da quebra de sigilo bancário decretada. Dentre as pessoas físicas e jurídicas utilizadas pela organização criminosa comandada pelo denunciado CARLOS HABIB CHATER, destacam-se as seguintes: POSTO DA TORRE LTDA., CNPJ 04.473.193/0001-59, ANGEL SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA., CNPJ 08.641.915/0001-98, TORRE COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA., CNPJ 07.542.146/0001-08, e ED SERVIÇOS DE LAVANDERIA LTDA., CNPJ 14.726.207/0001-52 (nome fantasia Lavanderia Posto da Torre). Uma das empresas, a VALORTUR CÂMBIO E TURISMO LTDA., CNPJ 17.303.459/0001-67, atua especificamente no setor de câmbio turismo (paralelo), expediente usualmente utilizado para ocultar a prática de operações no mercado de câmbio negro.

Nestes autos, CARLOS HABIB CHATER também utilizou as contas bancárias das empresas POSTO DA TORRE LTDA. e ANGEL SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA. para fazer transitar recursos de origem ilícita, como forma de dissimular e ocultar sua origem e convertê-los em ativos lícitos. Prestou típicos serviços de dolagem a JOSÉ JANENE, no qual o doleiro mantém em contas bancárias no sistema financeiro regular em nome de terceiros, aqui e no exterior,

CD - AUTUAÇÃO Fls 2054

recursos que, por sua origem ilícita devem permanecer dissimulados e ocultos das instituições de controle.

2. Imputação do crime de lavagem de dinheiro (Lei 9.613/98, arts. 1°, caput e § 1° e 2°) a CARLOS HABIB CHATER, EDIEL VIANA DA SILVA, ALBERTO YOUSSEF, CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA.

Os denunciados, previamente associados e com unidade de desígnios, sob o comando de JOSÉ JANENE e ALBERTO YOUSSEF, **na cidade de Londrina/PR, sede da quadrilha adiante descrita e local de residência de JOSÉ JANENE e ALBERTO YOUSSEF**, ocultaram, dissimularam a natureza, origem, localização, disposição, localização, movimentação e propriedade de bens, direitos e valores provenientes, direta ou indiretamente das infrações penais antes mencionadas, convertendo-os em ativos lícitos, utilizando-os em atividade econômica da empresa DUNEL INDÚTRIA, **consumado-se tais condutas na cidade de Londrina/PR, sede dessa empresa (DUNEL).**

Conforme adiante detalhado, a conduta consistiu basicamente na utilização de valores provenientes de atividade criminosa de JOSÉ JANENE (AP 470/STF), no valor de R$ 1.165.600,08, que foram investidos na empresa DUNEL INDÚSTRIA. Desse valor, conforme item 2.1, adiante, R$ 537.252,00, são originados de transferências bancárias de contas de empresas controladas por CARLOS HABIB CHATER. O restante, no montante de R$ 618.343,08, tem origem em receitas ilícitas administradas pela empresa CSA PROJECT FINANCE CONSULTORIA E INTERMEDIAÇÃO DE NEGÓCIOS EMPRESARIAIS LTDA. ("CSA PROJECT"), conforme adiante descrito no item 2.2. Todas essas operações, no entanto, foram ordenadas por JOSÉ JANENE e ALBERTO YOUSSEF, inclusive a pedido do Diretor Financeiro da DUNEL INDÚSTRIA, o denunciado CARLOS ALBERTO MURARI.

Pois bem. No ano de 2008, Hermes Freitas Magnus e Maria Teodora Silva sócios da empresa DUNEL INDÚSTRIA necessitavam de investimento para desenvolvimento de produtos e serviços e buscaram por meio de JOSÉ MUGGIATTI NETO a indicação de potenciais investidores para capitalizar e alavancar as atividades dessa empresa, tendo este indicado o ex-deputado JOSÉ JANENE, como potencial investidor.

Em meados de junho de 2008, a pedido de JOSÉ JANENE, foi marcada uma reunião na sede da empresa CSA PROJECT, na Rua Pedroso Alvarenga, 1221, 5° andar, Bloco-B, Bairro Itaim, São Paulo, dela participando Hermes Freitas, Maria Teodora, JOSÉ MUGIATO NETO, CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA, RUBENS DE ANDRADE FILHO e JOSÉ JANENE.

Naquela momento, JOSÉ JANENE propôs investir a quantia de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), o que realmente ocorreu, conforme se

8

observa do "demonstrativo financeiro CSA – DUNEL" (fls 1781), em que consta a disponibilização como valor originário do crédito administrado por meio da CSA PROJECT de R$ 1.000.000,00 (conforme faz certo o e-mail de CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA para RUBENS DE ANDRADE, em 20/12/2010). Posteriormente a isso, foi agregado mais o valor de R$ 165.600,08.

Na mesma oportunidade, JOSÉ JANENE também determinou a CARLOS ALBERTO COSTA e a RUBENS DE ANDRADE que elaborassem um memorando de entendimentos a ser firmado entre a empresa CSA PROJECT e a DUNEL INDÚSTRIA e Hermes Freitas Magnus - ME, fixando as bases de negociação entre as partes para a instalação de um parque industrial para desenvolvimento, criação e fabricação de dispositivos e máquinas para ensaios de produtos na abrangência da indústria eletroeletrônica, em região circunvizinha à cidade de Londrina/PR.

Tal memorando, denominado "Memorando de Entendimento para Constituição de Sociedade e Outras Avenças" (fls.1339 a 1348), foi firmado em 18 de junho de 2008 [no documento consta a data de 18 de junho de 2007, "mas o fato se deu em 2008, cf. documento de fls. 346. Veja-se também o reconhecimento das assinaturas de 20/06/2008, fls. 354/355] por Hermes Freitas Magnus, Maria Teodora Silva (pela Dunel Ltda e Magnus-Me), e por RUBENS DE ANDRADE FILHO – Sócio Diretor da CSA PROJECT, servindo como testemunhas JOSÉ MUGIATTI NETO e CARLOS ALBERTO DA COSTA (fls. 1346).

Nesse memorando, além da exigência da sede da empresa DUNEL INDÚSTRIA ser transferida para a cidade de Londrina/PR, que de fato ocorreu - instalando-se a empresa na Rua Don Fernando, 220, Bairro Aeroporto, Londrina/PR (fls. 619) -, caberia à CSA PROJECT 50% (cinquenta por cento) do negócio e o restante para a DUNEL INDÚSTRIA e Hermes Freitas Magnus – ME (25% para cada um). Além disso, restou acordado que JOSÉ JANENE seria sócio de fato da empresa, sua filha DANIELLI KEMMER JANENE Diretora Comercial[1], seu primo, o denunciado MEHEIDIN HUSSEIN JENANI, Gerente de fabricação, e CARLOS MURARI o Gerente Financeiro, o qual também é contador, amigo e compadre de ALBERTO YOUSSEF (fls. 375).

O objetivo de JOSÉ JANENE, sua filha DANIELLI KEMMER JANNENE, seu primo MEHEIDIN HUSSEIN JENANI, CARLOS MURARI, ALBERTO YOUSSEF, DANIELLE KEMMER JANENE e ASSAD JANANI[2] nessa empreitada, como de fato ocorreu, era utilizar a empresa DUNEL INDÚSTRIA para ocultar e dissimular a origem ilícita de recursos que seriam injetados nessa empresa, convertendo-os em ativos lícitos e induzir em erro Hermes Freitas Magnus e Maria Teodora Silva que acreditavam na licitude das operações, e caso estes se

1 V. fls. 375.
2 ASSAD JANANI foi fiador do imóvel localizado na Rua Idelfonso dos Santos, 300, casa 16, Condomínio Gralha Azul, Londrina/PR, locado a Hermes Freitas Magnus, cf. contrato de fls. 317/324

SECRETARIA GERAL - CD - AUTUAÇÃO Fls. 2056

opusessem, afastá-los paulatinamente do comando da DUNEL INDÚSTRIA, para ao final apropriarem-se dos valores e transferir os ativos para a JN RENT CAR LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA., CJPJ 07.353.344/001-23[3], de propriedade de ASSAD JANNANI, seu irmão (fls 375).

Conforme adiante detalhado, a mando de JOSÉ JANENE e ALBERTO YOUSEF, os denunciados CARLOS HABIB CHATER, CARLOS ALBERTO MURARI, CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA e RUBENS DE ANDRADE FILHO, por meio da CSA PROJECT, passaram a administrar o pagamento da aquisição de máquinas, equipamentos, serviços de terceiros, bem assim a pagar as despesas ordinárias da empresa DUNEL INDÚSTRIA, dentre os quais salários e pró-labore, consoante faz certa a planilha denominada "demonstrativo financeiro CSA-DUNEL" de fls. 1781/1782[4].

A CSA PROJECT, mera empresa de fachada, foi utilizada como interposta pessoa para o fim de ocultar e dissimular a origem dos recursos ilícitos, não somente das atividades criminosas descritas no início desta denúncia, mas também de outras atividades sem origem declarada ou lastro mercantil.

A CSA PROJECT, com sede na Rua Pedroso Alvarenga, 1221, 5º andar, Itaim, São Paulo, nos anos de 2007 e 2008, tinha como sócios formais os denunciados RUBENS DE ANDRADE FILHO[5] e CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA[6] (cf. DIPJ de fls. 86 do apenso 06, relatório COAF de fls. 09, apenso VII, volume 1 e 2, e Laudo 1912-SETEC). No entanto, no comando dessa empresa estavam de fato JOSÉ JANENE e o ALBERTO YOUSSEF. A CSA, consoante informações fiscais e bancárias, teve receitas de R$ 111.296,61 (DIJP 2008), originária da INDÚSTRIA METAIS DO VALE LTDA. (CJPJ 06.249.342/001-26 – que,

3 Contrato social fls. 692 e seguintes.

4 Cf. Laudo 1910(fls. 1275), das contas bancárias da CSA PROJECT FINANCE CONSULTORIA E INTERMEDIAÇÃO DE NEGÓCIOS EMPRESARIAIS LTDA, inexistem créditos ou débitos de/para DUNEL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - EPP ou fornecedores no período de 2007 e 2008. De igual forma, pelo Laudo 1939/2010, conforme planilhas de fls. 1244 e seguintes, também não se observam débitos a fornecedores nas contas bancárias da DUNEL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - EPP. A única exceção detectada refere-se a uma TED originária da conta da CSA PROJECT FINANCE CONSULTORIA E INTERMEDIAÇÃO DE NEGÓCIOS EMPRESARIAIS LTDA, remetida ao HSBC BANK em 18/12/2008, no valor de R$ 19.062,08, em favor de REGINA HELENA, cf. Laudo 1912/2010, fls. 1283, Apêndice B, e planilha "demonstrativo financeiro SCA-DUNEL" de fls. 1871, possivelmente REGINA HELENA BRANCO MUNIA, credora de HERMES FREITAS MAGNUS (Laudo 275/2009, fls. 1629/1630).

5 Rubens de Andrade Filho também é diretor da Focus Infraestrutura e Participações S.a. CNPJ 07.479.120.0001-62. Nas suas DIRF de 2008 (ano calendário 2007) e 2007 (ano calendário 2006) apresenta rendimentos totais de R$ 15.600,00 e R$ 13.200,00 e, em sua declaração de bens, valores de R$ 73.429,26 (destes sendo R$ 65.000,00 em espécie) e 83.429,26 (destes sendo R$ 75.000,00) em espécie. Os valores são bastante baixos para pessoa que ostenta a condição de sócio da referida empresa, bem como apresenta ligações com as empresas FOCUS PARTICIPAÇÕES, CTSUL, ENERGIO, ULTRANATURE (conforme apontado no relatório de fls. 331), o que, somado à prova da propriedade de fato da empresa por Youssef e Janene, mostra que o mesmo atuou como "laranja", ocultando a identidade do real proprietário dos empregos (fls. 1808). A empresa FOCUS também seria proprietária da CTSul, já citada nos autos, que merece investigação autônoma.

6 CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA, no ano de 2009, não possuía patrimônio visível, além de um veículo Escort GL, cor prata, ano 97/97, placa CIP 4749/SP (fls. 356)

AUTUAÇÃO Fls. 2057

na época da investigação, suspeitava-se que esta seria de propriedade de JOSÉ JANENE). Além disso recebeu créditos, agora sem origem declarada e sem lastro econômico (cf DIPJ), na conta corrente 119319-4, Ag. 7010 do UNIBANCO, no valor líquido de 7.132.481,33, dentre outros, das empresas FOCUS INFRAESTRUTURA E PARTICIPAÇÕES[7] (Holding da área de Energia, com negócios suspeitos na ELETROBRÁS E PETROBRÁS, CNPJ 07.479.120/001-62), Nelson Luiz Belotti[8] GALVÃO ENGENHARIA S/A, Rodrigo Lirla Badin, Danilo Lyrio Junior e Demetrius Rios Lyrio. A título de débito, observe-se que CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA e MARIA GORETE F.S. OLIVEIRA efetuavam saques e movimentações financeiras direto no Caixa (apêndice B do Laudo 1912/2010-SETEC).

No período de 20/06/2008 a 05/11/2008 foram registrados uma série de débitos contábeis na "conta corrente/caixa" da CSA-DUNEL que totalizaram R$ 1.165.600,08, dos quais R$ 537.252,00, conforme item 2.1, adiante, referem-se a recursos pertencentes a JOSÉ JANENE, objeto, proveito ou produto de crime antecedente, mantidos em contas bancárias administradas por CARLOS HABIB CHATER e ALBERTO YOUSSEF, e o restante, R$ 618.343,08, conforme item 2.2, também pertencentes a JOSÉ JANENE e administrados pela CSA PROJECT por meio dos denunciados ALBERTO YOUSSEF, CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA E RUBENS DE ANDRADE FILHO.

As operações via sistema financeiro com origem na cidade de Brasília-DF foram realizadas a partir de agências bancárias situadas naquela cidade, por CARLOS HABIB CHATER, EDIEL VIANA DA SILVA e DINORÁH ABRÃO, e as demais, a partir de agências bancárias situadas no Estado de São Paulo, por CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA e RUBENS DE ANDRADE FILHO. Todas as operações, no entanto, foram efetuadas a mando de JOSÉ JANENE e ALBERTO YOUSEF.

JOSÉ JANENE também efetuava diretamente ou por interposta pessoa, inclusive a pedido do denunciado CARLOS ALBERTO MURARI, a aquisição de bens e serviços em favor da empresa DUNEL INDÚSTRIA e determinava a ALBERTO YOUSSEF e a CARLOS HABIB CHATER o pagamento dos respectivos valores levados à débito na planilha denominada "demonstrativo financeiro CSA-DUNEL" (fls. 1781/1782), da seguinte maneira: a) por meio de contas mantidas pelas empresas de fachada de CARLOS HABIB CHATER, conforme item 2.1; e b) por meio de transferências bancárias e saques diretos na conta bancária da CSA PROJECT ou por meio de operações bancárias a partir de contas mantidas em nome de terceiros, pessoas físicas e jurídicas "laranjas" sem capacidade econômica, como adiante se descreverá, mas ainda sem identificação.

7A FOCUS recebeu uma depósito na conta corrente no valor de R$ 22.645.725,40, diretamente do Banco Santander (fls. 1494), cuja origem também deve ser investigada.

8 NELSON LUIZ BELLOTTI DOS SANTOS teria recebido pela venda em das quotas da empresa ELLOCIN BRASIL PARTICIPAÇÕES E CONSULTORIA LTDA (ganho de capital, fls.1558, Laudo 2286/2010) mais de 7 milhões de reais da empresa ÁGUAS GUABIROBA S/A, concessionária do serviço de água e esgoto da cidade de Campo Grande/MS, numa valorização societária de 104.900% Laudo SETEC 2286/2010, fls. 1559).

AUTUAÇÃO 2058

confirme item 2.2, seguinte.

2.1. Operações via sistema financeiro nacional realizadas por CARLOS HABIB CHATER ou, a seu mando, por EDIEL VIANA DA SILVA e DINORÁH ABRÃO, por ordem de JOSÉ JANENE e ALBERTO YOUSSEF no valor de R$ 537.252,00:

2.1.1.) No dia 29/07/2008, na cidade de BRASÍLIA/DF, a partir do terminal 11206 (fls. 058), que pertence à agência Bradesco nº 3341 (agência Pátio Brasil Shopping), endereço SC/Sul, quadra 7, bloco A, loja 2P, 2º Pavimento – Brasília-DF, foram efetuados depósitos sucessivos em espécie em terminal bancário com intervalo de cinco minutos entre todos, na conta 6000-3, agência 3390 (Alphaville/SP), Banco 237 (Bradesco), de titularidade da empresa Metalis Aluminun Curitiba Ind. e Comércio, nos valores de R$ 1.025,00, R$ 3.000,00, R$ 3.000,00 e R$ 3.000,00, totalizando R$ 10.025,00 (fls. 58, volume 1. Cf. planilha "demonstrativo financeiro CSA- DUNEL" de fls. 1781, tais depósitos correspondem na realidade a R$ 16.025,00), para pagamento de manufaturados adquiridos pela empresa DUNEL INDÚSTRIA;

2.1.2) No dia 29/07/2008, na cidade de BRASÍLIA-DF, foi realizado depósito em dinheiro no valor de R$ 10.000,00 em favor da empresa Mitutoyo Sul Americana em 29/07/2008, na conta 0033007, Agência 2372-8, Banco Bradesco, por meio da Agência 2918, do Banco Bradesco, localizada na SHC, SD, CLSW, 304, BL B, Lj 32/34, Brasília (fls. 57), para pagamento de insumos adquiridos por JOSÉ JANENE para a empresa DUNEL INDÚSTRIA[9];

2.1.3) No dia 29/07/2008, na cidade de BRASÍLIA/DF, foi realizado depósito em dinheiro de R$ 50.000,00, em nome de Mitutoyo Sul Americana, no Banco Bradesco, Ag. 2372-8, conta 0033100-7 (Laudo 275/2009, fls. 1632, fls. 29, apenso II). O depósito foi feito na agência "acolhedora" do Bando Bradesco 0484, no terminal 103 em Brasília (Agência Avenida-u.brasilia 0484 - Banco Bradesco. Quadra CRS 504 Bloco A - Asa Sul - Brasília – DF), para pagamento de insumos adquiridos por JOSÉ JANENE para a empresa DUNEL INDÚSTRIA[10];

2.1.4) No dia 28/07/2008, na cidade de BRASÍLIA/DF, foram feitos dois depósitos em dinheiro pelo funcionário de CARLOS HABIB CHATER, HELTON RODRIGO GOMES DOS ANTOS, CPF 002.664.381-21, no valor de R$ 4.500,00 e R$ 36.700,00, em favor da empresa Ferramentas Gerais, na data de 28/07/2008, (cf. doc. FLS 369, vol. II, informação de fls. 556/558, e planilha "demonstrativo financeiro CSA-DUNEL de fls. 1781 e depoimento de fls. 1885), para pagamento de aquisição por JOSÉ JANENE de equipamentos para a empresa DUNEL INDÚSTRIA (ativo imobilizado);

9 Cf. planilha "demonstrativo financeiro CSA - DUNEL" de fls. 1781
10 Cf. planilha "demonstrativo financeiro CSA - DUNEL" de fls. 1781

AUTUAÇÃO 2059

2.1.5) No dia 28/07/2008, na cidade de BRASÍLIA/DF, foi realizada uma transferência eletrônica disponível no valor de R$ 130.013,50 procedentes da conta bancária da empresa de fachada ANGEL SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA, na conta da empresa FERRAMENTAS GERAIS COMERCIO E IMPORTAÇÃO S/A. (cf. planilha "demonstrativo financeiro CSA-DUNEL de fls. 1781 e Laudo 1871/2010. O laudo também indica uma TED em 08/07/2008, no valor de 130.000,00, originária da conta 6645-1, ag. 2241-3 do Banco Bradesco, titulada pela Angel, cf. tabela 4, documento 678445, fls. 1147, em favor da FERRAMENTAS GERAIS). O depósito (corroborado pela declaração de fls. 059) foi efetuado pelo denunciado EDIEL VIANA FILHO, braço direito de CARLOS HABIB CHATER e sócio da ANGEL SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA. (fls. 059, 1858 e depoimento de fls. 1860). Tais valores, destinaram-se ao pagamento de aquisição por JOSÉ JANENE de equipamentos para a empresa DUNEL INDÚSTRIA (ativo imobilizado).

A empresa ANGEL SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA, com sede na Asa Sul, ST SRTV SUL, Quadra 701, bloco O, Brasília/DF, tem como sócio o denunciado EDIEL VIANA DA SILVA[11] e LUCIANA CRUZ SILVA[12]. Trata-se de empresa de fachada, que não apresenta faturamento perante a Receita Federal, nem declarações para o INSS, FGTS, CAGEC e RAIS. A pedido de CARLOS HABIB CHATER e sem conhecimento de LUCIANA CRUZ SILVA a empresa era utilizada pela organização criminosa para transitar recursos objeto, proveito ou produto de atividades ilícitas. Na realidade, o próprio CARLOS HABIB CHATER era quem controlava a empresa, sendo EDIEL VIANA DA SILVA empregado e "laranja" de CHATER. LUCIANA CRUZ DA SILVA, aparentemente, sequer sabia que constava no contrato social da ANGEL.

2.1.6) No dia 28/07/2007, na cidade de BRASÍLIA/DF, foi realizado depósito no valor de R$ 145.013,50 por meio de conta da empresa TORRE COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA, em favor de FERRAMENTAS GERAIS COMERCIO E IMPORTAÇÃO S/A (cf. planilha "demonstrativo financeiro CSA-DUNEL de fls. 1781), para pagamento de aquisição por JOSÉ JANENE de equipamentos para a empresa DUNEL INDÚSTRIA (ativo imobilizado);

2.1.7) No dia 28/07/2008, na cidade de BRASÍLIA/DF, foi efetuada uma TED - Transferência Eletrônica Disponível, no valor de 145.000,00, da conta 7365-2, ag. 3341, titularizada por TORRE COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA em favor de FERRAMENTAS GERAIS COMERCIO E IMPORTAÇÃO S/A (fls. Laudo 2285/2010, fls. 1538 e planilha "demonstrativo financeiro CSA-DUNEL de fls. 1781), para pagamento de aquisição por JOSÉ JANENE de equipamentos para a empresa

11 V. Laudo 2048/2010, fls. 1443 e seguintes, no qual EDIEL recebe em suas contas bancárias inúmeros depósitos em especie sem identificação, inferindo-se tratar-se de contas de passagem como forma a ocultar e dissimular a origem ilícita de recursos que por ali transitaram.

12 Além dessa empresa, também é sócio das empresas ED COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA, ED SERVIÇOS GERAIS LTDA, ambas em sociedade com seu companheiro TIAGO ROBERTO PACHECO MOREIRA, além da LE VIAN PANIFICADORA LTDA, todas empresas de fachada utilizadas pela organização criminosa como trânsito de ativos ilícitos.

8

FLS. 2060

DUNEL INDÚSTRIA (ativo imobilizado).

As transferências e depositos em espécie indicados no itens anteriores originários da conta bancária da empresa de fachada[13] TORRE COMÉRCIO DE ALIMENTOS foram ordenados pelo denunciado CARLOS HABIB CHATER (sócio de fato) e sua esposa, a denunciada DINORÁH ABRÃO (fls. 1870 e 1878), conforme declaração de fls. 060 do volume 1.

A empresa TORRE COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA., utilizada como trânsito para ocultar e dissimular a origem de recursos provenientes de origem ilícita, tem como sócios formais a própria DINORÁH ABRÃO (que afirmou que quem gere o negócio é seu marido CHATER) e DALMO PITAO DA SILVA[14], pessoa de baixa renda que é um caseiro/motorista que trabalha para CHATER e DINORAH. CHATER e DINORAH são sócios da empresa POSTO DA TORRE LTDA. CHATER, ouvido, afirmou que a operação financeira foi um empréstimo feito a CSA PROJECT, de propriedade de RUBENS FILHO, o que não é verdade, como antes descrito.

2.2. Operações via sistema financeiro nacional realizadas por CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA e RUBENS DE ANDRADE FILHO, a mando de JOSÉ JANENE e ALBERTO YOUSSEF, a partir de contas não identificadas e/ou das contas da empresa CSA PROJETC FINANCE CONSULTORIA E INTERMEDIAÇÃO DE NEGÓCIOS LTDA, no valor de R$ 818.343,08.

Dos valores lançados a título de débitos constantes do "livro caixa" não oficial ou paralelo, denominado "demonstrativo financeiro CSA-DUNEL" de fls. 1781/1782, administrado por RUBENS DE ANDRADE FILHO e CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA, por meio da CSA PROJECT, também foram identificadas, exemplificadamente, as seguintes operacoes bancárias:

2.2.1) No dia 29/07/2008, na cidade de SÃO PAULO, foram efetuados depósitos sucessivos em espécie em terminal bancário da agência 1458-8 do Banco do Brasil,com intervalo de três minutos entre todos, na conta 5.739-8, agência 1545-8[15], Banco do Brasil, da empresa AUJE Ind. Eletrônica Ltda.[16], CNPJ

13 V. Informação 1719/2009, fls. 363.

14 Autos nº 5026387-13.2013.404.7000. DALMO PITÃO foi ouvido nas fls. 1880, a fim de que esclarecesse o motivo do depósito realizado pela empresa da qual integra o capital societário (TORRE COMERCIO DE ALIMENTOS), para pagamento referente à aquisição de equipamentos para a DUNEL. Ali disse que foi caseiro até 2009 e atualmente é motorista de CARLOS HABIB CHATER e DINORAH ABRÃO e que integrou o contrato a pedido de sua patroa "figurativamente". Conforme já apontado por esse juízo, na decisão de fls. 142/1436 do IPL, não registrou a retirada de lucros e dividendos, ao passo que DINORAH, com apenas 9% de participação societária, registra retirada de R$ 300.000,00 em 2007. Ver Laudo 1945/2010-SETEC/SR/DPF/PR de fls. 1390 e Laudo 2005/2010, de fls. 1437.

15 A agência 1548-8, fica na Av. Santa Catarina, 1772, Andar Térreo, Vila Mascote, São Paulo/SP.

16 A AUJE fica localizada na Avenida Mascote, 409 - Vila Mascote, São Paulo - SP, 04363-000 e se trata de Empresa fornecedora de produtos eletrônicos.

59.408.005/001-89, nos valores de R$ 844,00, R$ 2.000,00, R$ 3.000,00 e R$ 3.000,00, totalizando R$ 8.844,00, cujos comprovantes originais se encontram às fls. 63, do volume 1, para pagamento de manufaturados adquiridos por JOSÉ JANENE para a empresa DUNEL INDÚSTRIA[17];

2.2.2) No dia 30/07/2008, na cidade de BARUERI/SP, foram efetuados depósitos em dinheiro sucessivos em espécie na conta 33100-7, agência 2372 (Alameda Araguaia, 71 – ALPHAVILLE, BARUERI – SP) do Banco Bradesco, da empresa Mitutoyo Sul Americana Ltda[18], nos valores de R$ 1.000,00, R$ 3.000,00 R$ 3.000,00 e R$ 3.000,00, totalizando R$ 10.000,00, para pagamento de insumos adquiridos por JOSÉ JANENE para a empresa DUNEL INDÚSTRIA[19];

2.2.3) No dia 20/06/2008, na cidade de São Paulo, a partir da conta 113919-4, Unibanco, Ag. 710, titularizada pela empresa CSA PROJET, foi feita uma transferência eletrônica disponivel, no valor de RE 28.804,00, em favor de Hermes Freitas Magnus, conforme documento bancário 0082643, fls. 1282 Laudo 1912/2010. O valor foi utilizado para pagamento da folha de salários e material permanente da empresa DUNEL INDÚSTRIA, cf. Planilha "demonstrativo financeiro CSA-DUNEL" (fls. 1781/1782);

2.2.4) No dia 23/06/2008, na cidade de São Paulo, a partir da conta 113919-4, Unibanco, Ag. 710, titularizada pela empresa CSA PROJET, foi pago um cheque diretamente no caixa no valor de RE 15.000,00, cf. documento bancário 0100180 e fls. 1282 do Laudo 1912/2010, cujo valor foi destinado a Hermes de Freitas Magnus para pagamento de despesas da empresa DUNEL INDÚSTRIA, cf. Planilha "demonstrativo financeiro CSA-DUNEL" (fls. 1781/1782);

2.2.5) No dia 26/06/2008, na cidade de São Paulo, a partir da conta 113919-4, Unibanco, Ag. 710, titularizada pela empresa CSA PROJET, foi pago um cheque diretamente no caixa no valor R$ 13.000,00, cf. documento bancário 0100180, fls. 1282 do Laudo 1912/2010, que teria sido utilizado para pagamento da folha de salários e material permanente da empresa DUNEL INDÚSTRIA, cf. Planilha "demonstrativo financeiro CSA-DUNEL" (fls. 1781/1782);

2.2.6) No dia 01/07/2014, na cidade de São Paulo, a partir da conta 113919-4, Unibanco, Ag. 710, titularizada pela empresa CSA PROJET, foi feita uma transferência eletrônica à Caixa Econômica Federal, no valor de R$ 6.000,00, cf. documento bancário 0889200 e Laudo 1912/2010 de fls. 1285, que foi utilizado para pagamento de despesa da empresa DUNEL INDÚSTRIA a título de "DUNEL (planilha) FIS c/c", cf. planilha "demonstrativo financeiro CSA-DUNEL" (fls. 1781/1782);

17 Cf. planilha "demonstrativo financeiro CSA- DUNEL" de fls. 1781

18Cf. dados cadastrais de fls. 102, com endereço na Av. João Carlos da S. Borges, 1240, Santo Amaro, São Paulo. V. também. Fls. 375

19 Cf. planilha "demonstrativo financeiro CSA- DUNEL" de fls. 1781

2.2.7) No dia 10/07/2008, na cidade de São Paulo, a partir da conta 113919-4, Unibanco, Ag. 710, titularizada pela empresa CSA PROJET, foi feita uma Transferência eletrônica para Hermes Freitas Magnus, conforme documento bancário nº 0125110, fls. 1285 do Laudo 1912/2010, tendo sido o valor utilizado nas atividades empresariais da empresa DUNEL INDÚSTRIA – EPP, conforme Planilha "demonstrativo financeiro CSA-DUNEL" (fls. 1781/1782);

2.2.8) No dia 18/08/2008, na cidade de São Paulo, a partir da conta 113919-4, Unibanco, Ag. 710, titularizada pela empresa CSA PROJET, foi feita uma Transferência Eletrônica Disponível em favor de Regina Elena, ao banco HSBC BANK, cf. documento bancário 0818755 e Laudo 1910/2010, fls. 1283, cujo valor, no entanto, foi utilizado para pagamento das despesa da empresa DUNEL INDÚSTRIA, conforme Planilha "demonstrativo financeiro CSA-DUNEL" (fls. 1781/1782);

2.2.9) Outras despesas.

Os denunciados RUBENS DE ANDRADE FILHO e CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA, a mando de JOSÉ JANENE e ALBERTO YOUSSEF, ocultaram e dissimularam a origem ilícita dos recursos, utilizando-os em atividade econômica em favor da DUNEL INDÚSTRIA (cf. Laudo 1912/SETC/SR/DPF de fls. 1265, apêndice B e "demonstrativo financeiro CSA-DUNEL DE FLS. 1781 a 1782), conforme planilha abaixo.

Data[20]	Valor[21]	Finalidade [22]
30/06/2008	5.800,00	dunel (planilha) Magnus c/c
30/06/2008	5.500,00	dunel (planilha) Magnus c/c
16/07/2008	28.000,00	dunel (credores) Regina em mãos
17/07/2008	1.700,00	dunel Magnus c/c
22/07/2008	2.509,40	dunel (aluguel SJRP) Nassib c/c
22/07/2008	1.870,00	dunel (Seg. Diógenes) Diógenes c/c
22/07/2008	237,72	dunel (DARF)
23/07/2008	15.000,00	dunel equipamentos (sullair) c/c
28/07/2008	20.400,00	dunel (RG Laser) c/c
29/07/2008	113,16	dunel (DARE - SC)
04/08/2008	30.307,00	dunel (Walter SCHMIDT)
19/08/2008	5.280,00	PISO CIMENTADO
20/08/2008	8.500,00	PINTURA/REFORMAS DIVERSAS
21/08/2008	5.000,00	DIVISÓRIA/VIDROS
22/08/2008	17.500,00	MATERIAL ELÉTRICO
23/08/2008	6.000,00	MÃO OBRA - ELETRICA
24/08/2008	2.000,00	ENGENHEIRO - TAXA ADMINISTRAÇÃO
25/08/2008	820,00	LIMPEZA GERAL
26/08/2008	500,00	INSTALAÇÃO TELEFONE/COMPUTADORES
27/08/2008	700,00	EXTINTOR/INSUFILM
28/08/2008	5.000,00	EQUIPAMENTOS INFORMÁTICA
29/08/2008	3.500,00	COMPUTADOR PRIAQ.MITUTOYO

20Cf. Planilha "demonstrativo financeiro CSA-DUNEL" (fls. 1781/1782).
21Cf. Planilha "demonstrativo financeiro CSA-DUNEL" (fls. 1781/1782).
22Cf. Planilha "demonstrativo financeiro CSA-DUNEL" (fls. 1781/1782).

30/08/2008	4.000,00	MÓVEIS ESCRITÓRIO
31/08/2008	1.600,00	COFRES
01/09/2008	7.050,00	LICENÇA PROGRAMA MICROSOFT
02/09/2008	1.500,00	SITE DUNEL INTERNET 15/07
03/09/2008	4.500,00	NOBRE PROPAGANDA
04/09/2008	530,00	UNIFORMES
05/09/2008	13.500,00	ACERTO BANCO ITAU
06/09/2008	7.540,00	ACERTO INSS HFM - ME
07/09/2008	5.000,00	INSS/REC.FED/PROCURADORIA - PARCELAM.
08/09/2008	6.000,00	CONSULTORIA
09/09/2008	2.100,00	LABOR - CONTRAT. PESSOAL
10/09/2008	1.650,00	HONORÁRIOS / CUSTA ADVOG. SC
11/09/2008	8.232,00	FRETES PORTO ALEGRE/LONDRINA
12/09/2008	2.200,00	FRETES SJRP/LONDRINA
13/09/2008	1.650,00	GUINDASTES P/DESCARGA MAQ. RS
14/09/2008	4.800,00	VIAGENS ANTONIO/SALGADO
15/09/2008	6.700,00	ALUGUEL/SERCOMTEL/SANEPARA/OX
16/09/2008	1.400,00	RESCISÕES SJRP
16/09/2008	19.050,00	Dunel (credores) Regina em mãos
17/09/2008	3.000,00	MUDANÇA MAGNUS RJ
18/09/2008	1.219,00	HOTEL ALIANÇA - FUNCIONÁRIOS
19/09/2008	4.400,00	CELULAR MAGNUS
20/09/2008	1.925,00	PASS. AÉREAS MAGNUS
21/09/2008	6.000,00	REEMBOLSO CARTÃO MAGNUS
22/09/2008	790,00	HOTEL BLUE TREE - LONDRINA
23/09/2008	2.500,00	VIAGEM MAGNUS - RS
24/09/2008	7.000,00	PRO-LABORE 05.08
26/09/2008	7.640,00	SALÁRIOS EMPREGADOS JULHO 05.08
27/09/2008	15.000,00	SALÁRIOS EMPREGADOS AGOSTO 05.09
28/09/2008	1.260,00	LOCAÇÃO CORSA
29/09/2008	1.085,00	WALTER SCHIMDT
30/09/2008	19.500,00	FERRAMENTAL SP
01/10/2008	6.700,00	RESERV.AR COMPRIMIDO COMPRESSOR
02/10/2008	990,00	GÁS MIG
03/10/2008	2.000,00	10 FONTES
04/10/2008	1.458,00	PERFIL
05/10/2008	9.000,00	ESSELENS ELIO MAGNUS RS
06/10/2008	944,00	PANINOX
07/10/2008	5.280,00	FERRAM.GERAIS - P/MART.IMPACTO
08/10/2008	6.457,00	DIVERSOS
16/10/2008	19.100,00	Dunel (credores) Regina em mãos
31/10/2008	51.000,00	Dunel despesas mensais
05/11/2008	60.000,00	Dunel despesas mensais

3. Imputação de lavagem de dinheiro e falsidade ideológica aos denunciados CARLOS HABIB CHATER, DINORÁH ABRÃO, CARLOS ALBERTO COSTA e EDIEL VIANA FILHO (art. 1º da Lei 9.613/98, art. 299 e 304 do Código Penal, c.c. Art 69 do mesmo diploma)

No dia 23 de julho de 2012, na Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal em Brasília, EDIEL VIANA FILHO, por ocasião de suas declarações (termo de fls. 1860), apresentou, a mando de CARLOS HABIB CHATER e DINORÁH ABRÃO, à Delegada de Polícia Federal Evangelina Cariné Trindade Miranda, o "Contrato de Mútuo" ideologicamente falso (fls. 1862)

pretensamente celebrado entre a empresa ANGEL SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA e CSA – PROJET FINANCE, devidamente firmado por ele e pelo denunciado CARLOS ALBERTO COSTA em 8 de julho de 2008. Na mesma oportunidade, também apresentou um "Recibo de Quitação de Contrato de Mútuo" (fls. 1864), pretensamente firmado em 20/10/2008 entre as mesmas empresas (ANGEL e CSA PROJECT FINANCE).

Tanto o "Contrato de Mútuo de fls. 1862, quanto o Recibo de Quitação de Contrato de Mútuo de fls. 1864, são ideologicamente falsos, posto que os denunciados buscaram ocultar o fato de que o depósito foi efetuado pela ANGEL na conta bancária da empresa FERRAMENTAS GERAIS (ver item 2.1.5, precedente), dissimulando, com isso, a origem dos recursos de origem ilícita de JOSÉ JANENE. Os valores, como já afirmado, foram creditados pela ANGEL na conta da empresa FERRAMENTAS GERAIS, a mando de CARLOS HABIB CHATER, que administrava os recursos de origem ilícita de JOSÉ JANENE, fato que é comum na atividade de dolagem.

Observe-se que o valor do pretenso contrato de mútuo é idêntico ao depósito, ou seja, de R$ 130.013,50 e que não há negócio jurídico válido entre as duas mencioanadas empresas a justificar a operação de mútuo, nem consta na data de 20/10/2008 operação de débito nas contas bancárias da CSA PROJECT (apêndice B do Laudo 1912/2010-SETE), nem lançamentos à crédito ou débito na planilha "demonstrativo financeiro CSA-DUNEL" de fls. 1871/1872. Da planilha, observa-se que o único crédito é o inicial de R$ 1.000,000,00 e débitos no período de 01/10/2008 a 05/11/2008, nenhum deles, no entanto, de ou em favor da ANGEL ou de EDIEL. Se efetivamente tivesse havido o tal empréstimo, o valor de R$ 130.013,50 teria sido lançado a crédito na planilha "CSA-DUNEL", e, depois, na quitação teria havido lançamento á débito.

4. Imputação de apropriação indébita (art. 168 do Código Penal) e estelionato (art. 171, do Código Penal) a ALBERTO YOUSSEF, DANIELLE KEMMER JANENE, CARLOS ALBERTO MURARI e MEHEIDIN JENANI

No mês de outubro de 2009, na cidade de Londrina/PR, os denunciados ALBERTO YOUSSEF, DANIELLE KEMMER JANENE, CARLOS ALBERTO MURARI, sob comando de JOSÉ JANENE, previamente acordados, com ânimo e consciência dirigidas para a atividade criminosa, apropriaram-se indevidamente de coisa alheia móvel de que tinham a posse, consistente no patrimônio imobilizado, material e intelectual, de propriedade da empresa DUNEL INDUSTRIA em detrimento de seus sócios Hermes Freitas Magnus e Maria Teodora Silva.

Conforme já descrito, no ano de 2008, Hermes Freitas e Maria Teodora, sócios da empresa DUNEL INDÚSTRIA, necessitavam de investimento para desenvolvimento de produtos e serviços e buscaram por meio de JOSÉ

MUGGIATTI NETO a indicação de potenciais investidores para capitalizar e alavancar as atividades dessa empresa, tendo este indicado o ex-deputado JOSÉ JANENE, que se propôs a investir a quantia de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

De fato, conforme observa do "demonstrativo financeiro CSA – DUNEL (fls 1781), o valor originário do crédito disponibilizado por meio da CSA PROJECT FINANCE é de R$ 1.000,000,00, todo ele administrado pela própria CSA PROJECT, conforme faz certo o e-mail de CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA para RUBENS DE ANDRADE, em 20/12/2010. Por meio do já citado "Memorando de Entendimento para Constituição de Sociedade e Outras Avenças" (fls.1339 a 1348), exigiu que sede da empresa DUNEL INDÚSTRIA fosse transferida para a cidade de Londrina/PR, que caberia à CSA PROJECT 50% (cinquenta por cento) do negócio que JOSÉ JANENE seria sócio de fato da empresa, sua filha DANIELLI KEMMER JANENE Diretora Comercial[23], seu primo MEHEIDIN HUSSEN JENANI, Gerente de fabricação, e o Gerente Financeiro ora denunciado CARLOS MURARI, amigo e compadre de ALBERTO YOUSSEF (fls. 375). O comando da DUNEL, no entanto, permaneceria com Hermes Freitas e Maria Teodora.

Contudo, dissimuladamente, objetivava JOSÉ JANENE, sua filha DANIELLI KEMMER JANENE, seu irmão ASSAD JANANI, CARLOS MURARI e ALBERTO YOUSSEF, como de fato ocorreu, além de utilizar a empresa DUNEL INDÚSTRIA para ocultar e dissimular a origem ilícita de recursos que seriam injetados nessa empresa, afastar Hermes e Teodora paulatinamente do comando da DUNEL INDÚSTRIA e transferir os ativos para a JN RENT CAR LOCADORA DE VEÍCULOS, de propriedade de ASSAD JANNANI (fls 375). De fato, isto foi feito de modo informal, consoante faz certa a prova dos autos, aproximadamente em outubro de 2009, e de forma definitiva com a apropriação indevida dos bens, dentre os quais uma fresa CND, um torno CNC e um centro de usinagem, no valor aproximado de R$ 1.000.000,00, que foram transferidos para um galpão situado na rodovia PR 445, número 437, Londrina/PR (fls. 905) da empresa JN. RENT CAR.

Ainda no mês de novembro de 2008, Hermes Freitas noticiara os fatos envolvendo possivel lavagem de dinheiro por e-mail à autoridade Policial por meio de pseudônimo (fls. 52 e seguintes), ao Ministério Público Federal e Estadual (anexos II e IV), ocasião em que ele e Maria Teodora passaram a ser afastados da empresa DUNNEL INDÚSTRIA, temendo sofrer mal injusto – físico e moral. Por conta disso, e não concordando com o rumo gerencial dado pelos corréus antes indicados, no início de 2009, afastaram-se definitivamente da gestão da empresa (fls. 561/564), passando esta a ser comandada de fato por DANIELLI KEMMER JANENE, que assumiu o cargo de diretora comercial e MEHEINDIN HUSSEI JENANI, primo de JOSÉ JANENE, que assumiu como gerente de fabricação, e CARLOS ALBERTO MURARI, o cargo de diretor financeiro.

23 V fls. 375.

Também para consumar a apropriação indevida, em 27/01/2009, os denunciados ALBERTO YOUSSEF, DANIELLE KEMMER JANENE e CARLOS ALBERTO MURARI, sob comando de JOSÉ JANENE, previamente acordados, com ânimo e consciência para a atividade criminosa, simularam uma Ação Cautelar preparatória de Ação Trabalhista em face da empresa DUNEL INDÚSTRIA, de número 00659-2009-019-09-00-8, que tramitou perante a 2ª Vara do Trabalho de Londrina, tendo como pretensos autores ALAN SIEDMAN, ALEX BORTHOLO DELLA ROSA, ALINE RAFAELA BATISTA FONSECA, CLAUDINEI ALVES DA CRUZ, CRISTIAN FABIANO CAMPOS, LESSI MUZY, LUIZ ALFREDO VILLELA DO AMARAL, NILSON MARTINS, REGINALDO MACHADO CARDOSO DE OLIVEIRA e RODRIGO JOSÉ DEMELLO ARLINDO (fls. 571 e seguintes), tendo como patrono o Advogado Felipe Rufatto Vieira Tavares, sob a simulada alegação de débitos trabalhistas dos autores referentes aos meses de novembro e dezembro de 2008 e eventuais verbas rescisórias.

Com essa ação, também em 27/01/2009, obtiveram o arresto dos bens da reclamada DUNEL (fls. 641) constantes no auto de arresto de fls. 645, consistente nas cinco máquinas ali descritas (28/09/2009).

Conforme despacho de fls. 661, da Juiza do Trabalho Patrícia Benetti Cravo, por não ter sido intentada a ação trabalhista no prazo legal, restou sem efeito a liminar de arresto e extinta essa ação. Em 22 de abril de 2009, o Advogado Felipe Rufatto Vieira Tavares formula desistência da ação cautelar de arresto (petição de fls. 666), sendo homologada em 24/04/2009 a desistência (fls. 667) porque a trama havia sido descoberta por Hermes Magnus e Maria Teodora, Alan Siedmann e Luz Alfredo Villela do Amaral.

Conforme consta na Declaração subscrita por Alan Siedmann, LAN SIEDMANN, datada de 6 de abril de 2009, no dia 26 de janeiro de 2009 os empregados da DUNEL foram coagidos pelo denunciado MEHEIDIN HUSSEIN JENANE e SALGADO (motorista de JOSÉ JANENE, ainda não identificado nos autos) a "assinar um termo que, segundo ele, seria utilizado para liberação dos pagamentos". Alan afirmou também que "Nunca ingressei com ação contra Dunel indústria e Comércio e tampouco foi minha intenção conferir poderes a qualquer pessoa das relações do Sr. José Janene para acionar esta empresa nem para qualquer outro fim" (fls. 565).

Conforme carta manuscrita por Luiz Alfredo Villela, datada de 22 de abril de 2009, encartada às fls. 566, que confirma a versão de Alan, afirmando que "não entrei com ação trabalhista contra a Dunnel testing, nem tão pouco autorizei a quem quer que seja a fazê-lo". Afirma também que em 26/01/09 foi convocado para reunião na empresa em Londrina, tendo sido determinado a ele que assinasse procuração a um advogado que conhecia a fim de que fossem liberados os valores a ele devido em "saldo bancário".

5. Imputação do crime de quadrilha (Art. 288 do Código Penal).

Os denunciados, previamente associados de forma permanente, estável e hierarquizada, sob o comando de JOSÉ JANENE e ALBERTO YOUSSEF, ocultaram e dissimularam a natureza, origem, localização, disposição, localização, movimentação e propriedade de bens, direitos e valores provenientes, direta ou indiretamente das infrações penais antes mencionadas e a desvelar, convertendo-os em ativos lícitos, utilizando-os em atividade econômica mediante as condutas antes descritas, em proveito próprio.

A quadrilha era estruturada da seguinte forma: no topo e comando situava-se JOSÉ JANENE, tendo a seu lado sua família, composta pelos denunciados Assad Janani, Maheidin Hussein Jenani e Danielle Kemmer Janene, que foram os responsáveis por orquestrar toda trama delituosa antes descrita com o fim de auferirem do proveito e produto da atividade criminosa. Embora de menor importância a conduta de Assad Janani, Danielle Kemmer Janene e Maheidin Husseln Jenani, eles receberam, auferiram e utilizaram, direta ou indiretamente dos bens, direitos ou valores provenientes da atividade criminosa, tendo consciência de sua origem ilícita.

No segundo degrau de hierarquia, estava ALBERTO YOUSSEF, sob cujo comando estavam Carlos Alberto Murari, Carlos Alberto Pereira da Costa e Rubens de Andrade e Carlos Habib Chater, ambos atuando no mercado de dolagem em favor de JOSÉ JANENE. CARLOS HABIB CHATER, por sua vez, mantinha sob seu comando, no terceiro degrau de hierarquia, Ediel Viana da Silva, Dinorá Abrão e outros ainda não identificados. Todos, conforme descrito, conscientemente tiveram maior ou menor participação na empreitada criminosa, sendo, no entanto, relevante a conduta criminosa a eles imputada a fim de que esta se consumasse.

Nos fatos ora descritos, tanto ALBERTO YOUSSEF quanto CARLOS HABIB CHATER prestaram típicos serviços de dolagem a JOSÉ JANENE, no qual o doleiro mantém em contas bancárias no sistema financeiro regular, mas em nome de terceiros "laranjas", aqui e no exterior, recursos que, por sua origem ilícita, devem permanecer dissimulados e ocultos das instituições de controle.

6. Capitulação.

Assim agindo, estão **todos os denunciados** incursos nas sanções do art. 288, caput do Código Penal, e no art. 1°, caput, e art. 1°, §§ 1°, 2° e 4°, da Lei 9.613/98.

Alberto Youssef, Danielle Kemmer Janene, Carlos Alberto Murari, Carlos Alberto Pereira da Costa e Rubens de Andrade Filho estão incursos também no art. 168 e 171, caput, do Código Penal.

2068

Finalmente, Carlos Habib Chater, Dinorá Abrão, Carlos Alberto Costa e Ediel Viana Filho também estão incursos nas sanções do art. 299 e 304 do Código Penal.

Deixa-se de oferecer denúncia em face de JOSÉ JANENE em razão de seu óbito, requerendo seja decretada extinta a punibilidade por estes fatos, nos termos do art. 107, I, do CP.

Isto posto, requer sejam os Réus citados para serem processados até ulterior condenação.

Requer-se seja fixado o valor de R$ 10.000.000,00 a título de reparação de danos.

Requer-se a oitiva das vítimas e testemunhas abaixo arroladas.

Em separado, pedido de diligências.

Requer-se, outrossim, na forma do art. 80 do CPP, a cisão processual a fim de que os demais fatos a serem apurados tenham sequência em outro Inquérito Policial.

Curitiba/PR, 10 de julho de 2014.

DELTAN MARTINAZZO DALLAGNOL
Procurador da República

JANUARIO PALUDO
Procurador Regional da República

CARLOS FERNANDO DOS SANTOS LIMA
Procurador Regional da República

ORLANDO MARTELLO
Procurador da República

ANDREY BORGES DE MENDONÇA
Procurador da República

Vítimas:

1) Hermes Freitas Magnus, CPF 650.352.670-91, com endereço na Rua Emídio de Souza, 47, Casa, Armação, Penha/SC

2) Maria Teodora Silva, residente na Rodovia RS 452, nº 4620, Km 09, Arroi Feliz, Feliz/RS, Identidade nr. 22.959.899-7 expedida pela SSP/SP e CPF 230.946.489-91. ,Portadora da Carteira de 230.946.489-91.

Testemunhas

1) José Muggiati Neto, CPF 003.370.649-20, residente na Rua Jeremias Lissa, 108, Curitiba/PR

2) Roberto Luiz de Oliveira Chiesa, RG 4.059.263-4/SSP/PR, cpf 007.310.559-77 residente na rua Iguaçu, n 34, Faxinal dos Guedes/SC (fls. 208), com endereço também na rua Severino Favero, 1950, ap. 26, dois pinheiros, Videira/SC

3) Marcus Aurélio Alves, funcionário da empresa Ferramentas Gerais (fls. 381/382, 388), CPF 536.522.409-44, residente na rua Augusto Canezin, 394, Bairro San Izidro, Londrina/PR

4) Fernando Rodrigues Cordeiro, à época Gerente das empresa Ferramentas Gerais (fls. 386/387), CPF 630.363.479-68, residente na rua Miguel Abrão, 183/03, Portão, Curitiba/PR, ou na Rua Ubirajara, 394, casa, Portão, Curitiba/Pr

5) Dalmo Pitão da Silva, Motorista, CPF 869.045.155-20, residente na QR 619, cj. 01, Casa 04, Samambaia do Norte, Samambaia/DF (fls. 1880)

6) Tiago Roberto Pacheco Moreira, Gerente Financeiro, CPF 002.658.941-90, com endereço na Av. Parque das Águas Claras, lote 55, Bloco A, Taguatinga/DF, telefone 61.33856397, ou na Rua Bolivar, 162, ap. 104, Copacabana, Rio de Janeiro (fls 2018)

7) Helton Rodrigo Gomes dos Santos, Porteiro, CPF 002.664.381-21, residente na Quadra 03, Casa 101, bairro Setor Leste, Gama, Distrito Federal (ex-funcionário da Angel Serviços e Posto da Torre)

8) Afan Siedman, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Praça Francisco Glicerio, 34, Grama, Paraiba do Sul/ Rio de Janeiro, tel. 024, 22636427 ou na Av. Itacopocoroy, 1392, Armação, Penha/Sc, RG 12932893-4, CPF 119.394.477-55

9)Luiz Alfredo Vilella do Amaral, brasileiro, casado, ferramenteiro, cujo endereço sera fornecido oportunamente.

CD - SECRETARIA-GERAL DA MESA
AUTUAÇÃO
Fls: 2069

CÂMARA DOS DEPUTADOS

SECRETARIA-GERAL DA MESA

DENÚNCIA POR CRIME DE RESPONSABILIDADE N. 1/2015

Volume 6

TERMO DE ENCERRAMENTO DE VOLUME

Aos dois dias dois do mês de dezembro, do ano de dois mil e quinze, em Brasília, Distrito Federal, no Gabinete da Secretaria-Geral da Mesa da Câmara dos Deputados, certifico, para os devidos fins, que este volume de número **6 (seis)**, com folhas numeradas de 1640 a 2069-A, pertencente à **Denúncia por Crime de Responsabilidade n. 1/2015,** apresentada por Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaina Conceição Paschoal, em desfavor da ~~Excelentíssima~~ Senhora Presidente da República, Dilma Vana Rousseff, foi encerrado nesta data. E, para constar, eu, ... Sílvio Avelino da Silva, Secretário-Geral da Mesa, lavro e subscrevo a presente autuação.